ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 180

Brasília - DF, segunda-feira, 19 de setembro de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 8
Ministério da Cultura 10
Ministério da Defesa 11
Ministério da Educação 14
Ministério da Fazenda 23
Ministério da Integração Nacional 37
Ministério da Justiça 38
Ministério da Pesca e Aquicultura 49
Ministério da Previdência Social 50
Ministério da Saúde 50
Ministério das Cidades 67
Ministério das Comunicações 67
Ministério de Minas e Energia 72
Ministério do Desenvolvimento Agrário 81
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 81
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 82
Ministério do Esporte 82
Ministério do Meio Ambiente 82
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 84
Ministério do Trabalho e Emprego 86
Ministério dos Transportes 89
Conselho Nacional do Ministério Público 91
Ministério Público da União 91
Tribunal de Contas da União 103
Poder Judiciário 108
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 127

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade

(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.105 (1)

ORIGEM : ADI - 21403 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MAURÍCIO GENTIL MONTEIRO
ADV.(A/S) : RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do inciso IX do artigo 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, vencidos os Senhores Ministros Marco Aurélio (Relator) e Sepúlveda Pertence. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Falaram, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, Procurador-Geral da República e, pelo interessado, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. José Guilherme Vilela. Plenário, 17.05.2006.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 7º, IX, DA LEI 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994. ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. SUSTENTAÇÃO ORAL PELO ADVOGADO APÓS O VOTO DO RELATOR. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE.

I - A sustentação oral pelo advogado, após o voto do Relator, afronta o devido processo legal, além de poder causar tumulto processual, uma vez que o contraditório se estabelece entre as partes.

II - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade do art. 7º, IX, da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.490, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e 12.249, de 11 de junho de 2010; o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; revoga a Lei nº 7.029, de 13 de setembro de 1982; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 6º, 8º, 14, 18 e 19 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

XIII - garantir o fornecimento de biocombustíveis em todo o território nacional;

XIV - incentivar a geração de energia elétrica a partir da biomassa e de subprodutos da produção de biocombustíveis, em razão do seu caráter limpo, renovável e complementar à fonte hidráulica;

XV - promover a competitividade do País no mercado internacional de biocombustíveis;

XVI - atrair investimentos em infraestrutura para transporte e estocagem de biocombustíveis;

XVII - fomentar a pesquisa e o desenvolvimento relacionados à energia renovável;

XVIII - mitigar as emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes, inclusive com o uso de biocombustíveis." (NR)

"Art. 2º .....

.....

V - estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991;

.....

IX - definir a estratégia e a política de desenvolvimento econômico e tecnológico da indústria de petróleo, de gás natural, de outros hidrocarbonetos fluidos e de biocombustíveis, bem como da sua cadeia de suprimento;

....." (NR)

"Art. 6º .....

.....

VII - Transporte: movimentação de petróleo, seus derivados, biocombustíveis ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse geral;

VIII - Transferência: movimentação de petróleo, seus derivados, biocombustíveis ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse específico e exclusivo do proprietário ou explorador das facilidades;

.....

XXIV - Biocombustível: substância derivada de biomassa renovável, tal como biodiesel, etanol e outras substâncias estabelecidas em regulamento da ANP, que pode ser empregada diretamente ou mediante alterações em motores a combustão interna ou para outro tipo de geração de energia, podendo substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil;

.....

XXVIII - Indústria de Biocombustível: conjunto de atividades econômicas relacionadas com produção, importação, exportação, transferência, transporte, armazenagem, comercialização, distribuição, avaliação de conformidade e certificação de qualidade de biocombustíveis;

XXIX - Produção de Biocombustível: conjunto de operações industriais para a transformação de biomassa renovável, de origem vegetal ou animal, em combustível;

XXX - Etanol: biocombustível líquido derivado de biomassa renovável, que tem como principal componente o álcool etílico, que pode ser utilizado, diretamente ou mediante alterações, em motores a combustão interna com ignição por centelha, em outras formas de geração de energia ou em indústria petroquímica, podendo ser obtido por rotas tecnológicas distintas, conforme especificado em regulamento; e

XXXI - Bioquerosene de Aviação: substância derivada de biomassa renovável que pode ser usada em turborreatores e turbopropulsores aeronáuticos ou, conforme regulamento, em outro tipo de aplicação que possa substituir parcial ou totalmente combustível de origem fóssil." (NR)

"Art. 8º .....

.....

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XVI - regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, à importação, à exportação, à armazenagem, à estocagem, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de biocombustíveis, assim como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
....." (NR)

"Art. 14. Terminado o mandato, ou uma vez exonerado do cargo, o ex-Diretor da ANP ficará impedido, por um período de 12 (doze) meses, contado da data de sua exoneração, de prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a empresa integrante das indústrias do petróleo e dos biocombustíveis ou de distribuição.
....." (NR)

"Art. 18. As sessões deliberativas da Diretoria da ANP que se destinem a resolver pendências entre agentes econômicos e entre esses e consumidores e usuários de bens e serviços da indústria de petróleo, de gás natural ou de biocombustíveis serão públicas, permitida a sua gravação por meios eletrônicos e assegurado aos interessados o direito de delas obter transcrições." (NR)

"Art. 19. As iniciativas de projetos de lei ou de alteração de normas administrativas que impliquem afetação de direito dos agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços das indústrias de petróleo, de gás natural ou de biocombustíveis serão precedidas de audiência pública convocada e dirigida pela ANP." (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescida de Capítulo IX-A e de art. 68-A, com a seguinte redação:

"CAPÍTULO IX-A
DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA INDÚSTRIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Art. 68-A. Qualquer empresa ou consórcio de empresas constituídas sob as leis brasileiras com sede e administração no País poderá obter autorização da ANP para exercer as atividades econômicas da indústria de biocombustíveis.

§ 1º As autorizações de que trata o **caput** destinam-se a permitir a exploração das atividades econômicas em regime de livre iniciativa e ampla competição, nos termos da legislação específica.

§ 2º A autorização de que trata o caput deverá considerar a comprovação, pelo interessado, quando couber, das condições previstas em lei específica, além das seguintes, conforme regulamento:

I - estar constituído sob as leis brasileiras, com sede e administração no País;

II - estar regular perante as fazendas federal, estadual e municipal, bem como demonstrar a regularidade de débitos perante a ANP;

III - apresentar projeto básico da instalação, em conformidade às normas e aos padrões técnicos aplicáveis à atividade;

IV - apresentar licença ambiental, ou outro documento que a substitua, expedida pelo órgão competente;

V - apresentar projeto de controle de segurança das instalações aprovado pelo órgão competente;

VI - deter capital social integralizado ou apresentar outras fontes de financiamento suficientes para o empreendimento.

§ 3º A autorização somente poderá ser revogada por solicitação do próprio interessado ou por ocasião do cometimento de infrações passíveis de punição com essa penalidade, conforme previsto em lei.

§ 4º A autorização será concedida pela ANP em prazo a ser estabelecido na forma do regulamento.

§ 5º A autorização não poderá ser concedida se o interessado, nos 5 (cinco) anos anteriores ao requerimento, teve autorização para o exercício de atividade regulamentada pela ANP revogada em decorrência de penalidade aplicada em processo administrativo com decisão definitiva.

§ 6º Não são sujeitas à regulação e à autorização pela ANP a produção agrícola, a fabricação de produtos agropecuários e alimentícios e a geração de energia elétrica, quando vinculadas ao estabelecimento no qual se construirá, modificará ou ampliará a unidade de produção de biocombustível.

§ 7º A unidade produtora de biocombustível que produzir ou comercializar energia elétrica deverá atender às normas e aos regulamentos estabelecidos pelos órgãos e entidades competentes.

§ 8º São condicionadas à prévia aprovação da ANP a modificação ou a ampliação de instalação relativas ao exercício das atividades econômicas da indústria de biocombustíveis."

Art. 3º Os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A fiscalização das atividades relativas às indústrias do petróleo e dos biocombustíveis e ao abastecimento nacional de combustíveis, bem como do adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e do cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, será realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ou, mediante convênios por ela celebrados, por órgãos da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º .....
.....

II - produção, importação, exportação, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biocombustíveis, assim como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade;

III - (revogado).
.....

§ 3º A regulação e a fiscalização por parte da ANP abrangem também as atividades de produção, armazenagem, estocagem, comercialização, distribuição, revenda, importação e exportação de produtos que possam ser usados, direta ou indiretamente, para adulterar ou alterar a qualidade de combustíveis, aplicando-se as sanções administrativas previstas nesta Lei, sem prejuízo das demais de natureza civil e penal cabíveis.

§ 4º Para o efeito do disposto no § 3º, a ANP poderá estabelecer os termos e condições de marcação dos produtos para sua identificação e exigir o envio de informações relativas à produção, à importação, à exportação, à comercialização, à qualidade, à movimentação e à estocagem deles." (NR)

"Art. 2º Os infratores das disposições desta Lei e demais normas pertinentes ao exercício de atividades relativas à indústria do petróleo, à indústria de biocombustíveis, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil e penal cabíveis:
....." (NR)

"Art. 3º .....

I - exercer atividade relativa à indústria do petróleo, à indústria de biocombustíveis, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, sem prévio registro ou autorização exigidos na legislação aplicável:
....." (NR)

Art. 4º O § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º .....

§ 1º O Poder Executivo poderá elevar o referido percentual até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) ou reduzi-lo a 18% (dezoito por cento).
....." (NR)

Art. 5º O art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 8º .....
.....

Parágrafo único. No exercício das atribuições de que trata este artigo, com ênfase na garantia do abastecimento nacional de combustíveis, desde que em bases econômicas sustentáveis, a ANP poderá exigir dos agentes regulados, conforme disposto em regulamento:

I - a manutenção de estoques mínimos de combustíveis e de biocombustíveis, em instalação própria ou de terceiro;

II - garantias e comprovação de capacidade para atendimento ao mercado de combustíveis e biocombustíveis, mediante a apresentação de, entre outros mecanismos, contratos de fornecimento entre os agentes regulados." (NR)

Art. 6º (VETADO).

Art. 7º Para atendimento ao disposto nesta Lei, a ANP promoverá a adequação de seus regulamentos em até 180 (cento e oitenta) dias e estabelecerá prazos para as empresas com atividades em curso adequarem-se às novas disposições.

Art. 8º O inciso I do § 1º do art. 131 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 131. .....

§ 1º .....

I - a subvenção será concedida aos produtores, diretamente ou por meio de suas cooperativas, em função da quantidade de cana-de-açúcar efetivamente vendida às usinas e destilarias da Região Nordeste, excluindo-se a produção própria das unidades agroindustriais, bem como a produção dos respectivos sócios ou acionistas;
....." (NR)

Art. 9º (VETADO).

Art. 10. (VETADO).

Art. 11. Os arts. 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 1º A ECT tem sede e foro na cidade de Brasília, no Distrito Federal.

§ 2º A ECT tem atuação no território nacional e no exterior.

§ 3º Para a execução de atividades compreendidas em seu objeto, a ECT poderá:

I - constituir subsidiárias; e

II - adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas.

§ 4º É vedado às empresas constituídas ou adquiridas nos termos do § 3º atuar no serviço de entrega domiciliar de que trata o monopólio postal.

§ 5º (VETADO).

§ 6º A constituição de subsidiárias e a aquisição do controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas deverão ser comunicadas à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data da concretização do ato correspondente." (NR)

"Art. 2º .....
.....

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - explorar os seguintes serviços postais:

a) logística integrada;

b) financeiros; e

c) eletrônicos.

Parágrafo único. A ECT poderá, obedecida a regulamentação do Ministério das Comunicações, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento." (NR)

"Art. 3º A ECT tem a seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II - Conselho de Administração;

III - Diretoria Executiva; e

IV - Conselho Fiscal." (NR)

Art. 12. O Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 21-A e 21-B:

"Art. 21-A. Aplica-se subsidiariamente a este Decreto-Lei a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976."

"Art. 21-B. As funções gerenciais e técnicas da ECT, em âmbito regional, serão exercidas exclusivamente por empregados do quadro de pessoal permanente da empresa."

Art. 13. O inciso XVII do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. .....

.....

XVII - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a Comissão de Financiamentos Externos, a Assessoria Econômica e até 8 (oito) Secretarias;

....." (NR)

Art. 14. Revogam-se:

I - o inciso III do § 1º do art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999; o parágrafo único do art. 3º, os arts. 8º, 9º, 10 e os §§ 1º a 4º do art. 4º, todos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969; e

II - (VETADO).

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de setembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Mendes Riberio Filho
Fernando Damata Pimentel
Edison Lobão
Miriam Belchior
Paulo Bernardo Silva

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.568, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, o Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, que regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

III - entre órgãos e entidades da administração pública federal, caso em que deverá ser observado o art. 1º, § 1º, inciso III;

IV - com entidades privadas sem fins lucrativos que não comprovem ter desenvolvido, durante os últimos três anos, atividades referentes à matéria objeto do convênio ou contrato de repasse; e

V - com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham, em suas relações anteriores com a União, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;

c) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

d) ocorrência de dano ao Erário; ou

e) prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria." (NR)

Parágrafo único. Para fins de alcance do limite estabelecido no inciso I do **caput**, é permitido:

....." (NR)

"Art. 3º .....

.....

"§ 2º .....

IV - prova de inscrição de entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

V - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma da lei; e

VI - comprovante do exercício nos últimos três anos, pela entidade privada sem fins lucrativos, de atividades referentes à matéria objeto do convênio ou contrato de repasse que pretenda celebrar com órgãos e entidades da administração pública federal.

....." (NR)

"Art. 4º A celebração de convênio ou contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos será precedida de chamamento público a ser realizado pelo órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.

§ 1º Deverá ser dada publicidade ao chamamento público, inclusive ao seu resultado, especialmente por intermédio da divulgação na primeira página do sítio oficial do órgão ou entidade concedente, bem como no Portal dos Convênios.

§ 2º O Ministro de Estado ou o dirigente máximo da entidade da administração pública federal poderá, mediante decisão fundamentada, excepcionar a exigência prevista no **caput** nas seguintes situações:

I - nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada situação que demande a realização ou manutenção de convênio ou contrato de repasse pelo prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação da vigência do instrumento;

II - para a realização de programas de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer sua segurança; ou

III - nos casos em que o projeto, atividade ou serviço objeto do convênio ou contrato de repasse já seja realizado adequadamente mediante parceria com a mesma entidade há pelo menos cinco anos e cujas respectivas prestações de contas tenham sido devidamente aprovadas". (NR)

"Art. 13. .....

§ 1º .....

.....

III - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União; e

V - Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

....." (NR)

Art. 2º O Decreto nº 6.170, de 2007, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

"Art. 3º-A. O cadastramento da entidade privada sem fins lucrativos no SICONV, no que se refere à comprovação do requisito constante do inciso VI do § 2º do art. 3º, deverá ser aprovado pelo órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela matéria objeto do convênio ou contrato de repasse que se pretenda celebrar". (NR)

"Art. 6º-A. Os convênios ou contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos deverão ser assinados pelo Ministro de Estado ou pelo dirigente máximo da entidade da administração pública federal concedente.

Parágrafo único. O Ministro de Estado e o dirigente máximo da entidade da administração pública federal não poderão delegar a competência prevista no **caput**." (NR)

"Art. 13-A. Os órgãos e entidades da administração pública federal deverão registrar e manter atualizada no SICONV relação de todas as entidades privadas sem fins lucrativos aptas a receberem transferências voluntárias de recursos por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria.

§ 1º Serão consideradas aptas as entidades privadas sem fins lucrativos cujas exigências previstas no cadastramento tenham sido aprovadas pelo órgão ou entidade da administração pública federal, nos termos do art. 3º-A.

§ 2º Deverá ser dada publicidade à relação de que trata o **caput** por intermédio da sua divulgação na primeira página do Portal dos Convênios." (NR)

"Art. 16-A. A vedação prevista no inciso IV do **caput** do art. 2º e as exigências previstas no inciso VI do § 2º do art. 3º e no art. 4º não se aplicam às transferências do Ministério da Saúde destinadas a serviços de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS." (NR)

Art. 3º O Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O órgão estatal responsável pela celebração do Termo de Parceria verificará previamente:

I - a validade da certidão de regularidade expedida pelo Ministério da Justiça, na forma do Regulamento;

II - o regular funcionamento da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público; e

III - o exercício pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público de atividades referentes à matéria objeto do Termo de Parceria nos últimos três anos." (NR)

"Art. 23. A escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, para a celebração do Termo de Parceria, deverá ser feita por meio de publicação de edital de concursos de projetos pelo órgão estatal parceiro para obtenção de bens e serviços e para a realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria.

§ 1º Deverá ser dada publicidade ao concurso de projetos, especialmente por intermédio da divulgação na primeira página do sítio oficial do órgão estatal responsável pelo Termo de Parceria, bem como no Portal dos Convênios a que se refere o art. 13 do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

§ 2º O titular do órgão estatal responsável pelo Termo de Parceria poderá, mediante decisão fundamentada, excepcionar a exigência prevista no **caput** nas seguintes situações:

I - nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada situação que requeira a realização ou manutenção de Termo de Parceria pelo prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação do instrumento;

II - para a realização de programas de proteção a pessoas ameaçadas e outros que possam comprometer a segurança das pessoas envolvidas;

III - nos casos em que o projeto, atividade ou serviço objeto do Termo de Parceria já venha sendo realizado adequadamente com a mesma entidade há pelo menos cinco anos e que as respectivas prestações de contas tenham sido devidamente aprovadas.

§ 3º Instaurado o processo de seleção por concurso, é vedado ao Poder Público celebrar Termo de Parceria para o mesmo objeto, fora do concurso iniciado." (NR)

Art. 4º O Decreto nº 3.100, de 1999, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

"Art. 9º-A. É vedada a celebração de Termo de Parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que tenham, em suas relações anteriores com a União, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

I - omissão no dever de prestar contas;

II - descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

IV - ocorrência de dano ao Erário; ou

V - prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria." (NR)

"Art. 31-A. O Termo de Parceria deverá ser assinado pelo titular do órgão estatal responsável por sua celebração, vedada a delegação de competência para este fim." (NR)

"Art. 31-B. As exigências previstas no inciso III do **caput** do art. 9º e no art. 23 não se aplicam aos termos de parceria firmados pelo Ministério da Saúde voltados ao fomento e à realização de serviços de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS." (NR)

Art. 5º Fica instituído Grupo de Trabalho com a finalidade de avaliar, rever e propor aperfeiçoamentos na legislação federal relativa à execução de programas, projetos e atividades de interesse público e às transferências de recursos da União mediante convênios, contratos de repasse, termos de parceria ou instrumentos congêneres.

Art. 6º O Grupo de Trabalho previsto no art. 5º será constituído por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria-Geral da Presidência da República, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Controladoria-Geral da União;

IV - Advocacia-Geral da União;

V - Ministério da Justiça;

VI - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VII - Ministério da Fazenda; e

VIII - sete entidades sem fins lucrativos com atuação nacional.

§ 1º Os representantes dos órgãos previstos nos incisos I a VII do **caput** serão indicados pelos Ministros de Estado dos respectivos órgãos e designados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 2º As entidades referidas no inciso VIII do **caput** serão indicadas pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que designará os respectivos representantes em ato próprio.

§ 3º A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 4º Ato do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República disporá sobre a organização e funcionamento do Grupo de Trabalho, cujas atividades deverão ser concluídas até noventa dias após a designação de que trata o § 1º.

Art. 7º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverá em noventa dias a partir da publicação deste Decreto realizar no SICONV as adaptações necessárias ao cumprimento do disposto nos arts. 3º-A e 13-A do Decreto nº 6.170, de 2007.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de setembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Miriam Belchior
Gilberto Carvalho
Jorge Hage Sobrinho

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 382, de 16 de setembro de 2011.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 188, de 2010 (nº 4.751/09 na Câmara dos Deputados), que "Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas".

Ouvido, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei, conforme as seguintes razões:

"Com a aprovação da Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, o Poder Executivo vem atuando no sentido de implementar o número único de Registro de Identidade Civil. Esse movimento foi reforçado com a edição do Decreto nº 7.166, de 5 de maio de 2010, que criou o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil e a emissão, no mesmo ano, das primeiras carteiras.

A presente proposta, por sua vez, apresenta lógica diversa ao reafirmar a manutenção dos diversos documentos de identificação distintos atualmente existentes e conferir a mesma validade àqueles emitidos por uma variedade de instituições."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 383, de 16 de setembro de 2011.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2011 (MP nº 532/11), que "Altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e 12.249, de 11 de junho de 2010; o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; revoga a Lei nº 7.029, de 13 de setembro de 1982; e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 6º

"Art. 6º O art. 9º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

'Art. 9º .....

.....

§ 3º Ao reduzir ou restabelecer as alíquotas específicas de cada produto na forma do **caput** e dos §§ 1º e 2º, o Poder Executivo deverá buscar assegurar a competitividade dos biocombustíveis em confronto com os combustíveis de origem fóssil, usando como base os benefícios ambientais e sociais decorrentes do uso dos primeiros.' (NR)"

Razão do veto

"A proposta determina a utilização da CIDE para beneficiar permanentemente os biocombustíveis em detrimento dos demais, limitando, portanto, a capacidade do Poder Público de regular e de implementar políticas e ações com o objetivo de promover a eficiência do setor de combustíveis."

Já os Ministérios de Minas e Energia, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se, ainda, pelo veto ao dispositivo abaixo:

Art. 9º

"Art. 9º Nas condições estabelecidas no art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, as concessionárias, permissionárias e autorizadas do serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) deverão, a partir da publicação desta Lei, por um período de 10 (dez) anos, contratar, anualmente, por meio de licitação na modalidade de leilão, capacidade mínima de geração de energia elétrica de 200 MW (duzentos megawatts) médios produzidos a partir de biomassa.

§ 1º O critério de escolha dos empreendimentos, que deverão ter capacidade instalada superior a 1.000 kW (mil quilowatts), será a menor tarifa oferecida por unidade de energia.

§ 2º Os contratos celebrados em decorrência do disposto no **caput** terão prazo de vigência de 20 (vinte) anos, após o início da operação comercial dos empreendimentos de geração.

§ 3º Somente poderão participar dos leilões produtores que comprovem grau de nacionalização dos equipamentos e serviços de, no mínimo, 60% (sessenta por cento), em cada empreendimento.

§ 4º A contratação de que trata o **caput** somente será feita desde que o resultado do leilão não seja superior ao preço-teto estabelecido, anualmente, pelo Ministério de Minas e Energia."

Razões do veto

"O dispositivo cria, por dez anos, uma reserva de mercado para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de biomassa, contrariando a lógica de competição entre as fontes de energia que assegura a modicidade tarifária. Ademais, a proposta compromete o planejamento setorial por dificultar a escolha das fontes mais adequadas ao atendimento da demanda."

Ainda, os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 10

"Art. 10. Serão estabelecidas linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com taxas de juros e condições financeiras diferenciadas, visando à modernização e atualização tecnológica da indústria sucroenergética, incluindo os sistemas de produção de cana-de-açúcar, as instalações industriais de produção de etanol e as de cogeração de energia, bem como os sistemas de transporte e armazenamento de etanol."

Razões do veto

"A proposta interfere nas competências do Conselho Monetário Nacional, órgão responsável por regulamentar as operações de empréstimo efetuadas por quaisquer instituições financeiras públicas e privadas de natureza bancária. Não obstante o veto ao dispositivo, deve-se destacar que o BNDES já possui linhas de crédito com condições diferenciadas para o setor e que a eventual criação de novas linhas independe de autorização legislativa."

O Ministério da Fazenda opinou, também, pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 5º do art. 1º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, alterado pelo art. 11 do projeto de lei de conversão

"§ 5º Os atos de constituição de subsidiárias e de aquisição do controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração."

Razão do veto

"A proposta já consta no Estatuto Social da ECT, aprovado pelo Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011, que é o instrumento adequado ao estabelecimento das normas de organização interna da entidade."

Inciso II do art. 14

"II - a Lei nº 7.029, de 13 de setembro de 1982."

Razões do veto

"A revogação da Lei nº 7.029, de 1982, sem que seja estipulado novo regime de exploração de alcooldutos, traz risco de eventual assimetria entre os agentes do setor de biocombustíveis, prejudicando os produtores, comercializadores e consumidores desses produtos, bem como contrariando a proposta regulatória constante do projeto de lei em tela."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 384, de 16 de setembro de 2011.Encaminhamento à Câmara dos Deputados do relatório contendo os limites de empenho e movimentação financeira que caberão a aquela Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

Nº 385, de 16 de setembro de 2011. Encaminhamento ao Senado Federal do relatório contendo os limites de empenho e movimentação financeira que caberão a aquela Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

Nº 386, de 16 de setembro de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal do relatório contendo os limites de empenho e movimentação financeira que caberão a aquele Poder, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

Nº 387, de 16 de setembro de 2011. Encaminhamento à Procuradoria-Geral da República do relatório contendo os limites de empenho e movimentação financeira que caberão a aquele Órgão, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

Nº 388, de 16 de setembro de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Nº 389, de 16 de setembro de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, que serão realizadas no Brasil".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

PORTARIA Nº 2.387, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no § 9º do art. 7º e inciso II do art. 55, ambos da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, bem como no parágrafo único do art. 17 da Portaria nº 7, de 01 de março de 2011, da Secretaria de Orçamento Federal, e considerando a necessidade de ajustar o detalhamento da despesa de dotação orçamentária consignada por meio de emenda parlamentar, a fim de disponibilizar recursos para aplicação por meio de Termo de Cooperação a ser firmado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado do Rio Grande do Norte, diante da inviabilidade legal do empenho da despesa ser realizado com modalidade de aplicação a definir (MA 99), resolve:

Art. 1º Alterar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do orçamento do Fundo Nacional do Idoso da Secretaria de Direitos Humanos no Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Unidade Orçamentária 20929.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

ANEXO I — REDUÇÃO

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR
14241140488180024	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria de Direitos Humanos Fundo Nacional do Idoso Fortalecimento Institucional da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	99	0100	100.000,00
					TOTAL	100.000,00

ANEXO II — ACRÉSCIMO

R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR
14241140488180024	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria de Direitos Humanos Fundo Nacional do Idoso Fortalecimento Institucional da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	90	0100	100.000,00
					TOTAL	100.000,00

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 698, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto n° 6.170, de 25 de julho de 2007, alterado pelo Decreto n° 6.428, de 14 de abril de 2008, e o que consta do Processo n° 21000.006638/2011-95, resolve:

Art. 1º Descentralizar créditos orçamentários/financeiros para o Ministério das Relações Exteriores, constantes do Orçamento Geral da União, aprovado pela Lei n° 12.381, de 09 de fevereiro de 2011, Programa 22101.20.691.1437.8548.0001 - Fonte 100, no valor de R$ 311.400,00 (trezentos e onze mil e quatrocentos reais), com a finalidade de realizar missões de promoção comercial do agronegócio brasileiro, por meio da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio deste Ministério.

Art. 2º Para a execução das atividades previstas dar-se-á o valor de R$ 311.400,00 (trezentos e onze mil e quatrocentos reais), a serem descentralizados de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho que passa a fazer parte integrante desta Portaria.

Art. 3° O período de execução do objeto observará o prazo estabelecido no Plano de Trabalho.

Art. 4° Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento exercer o acompanhamento das ações previstas, para a execução do Plano de Trabalho, de modo a apoiar e evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDES RIBEIRO FILHO

PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS						
Órgão / Entidade Proponente:					**CNPJ**	
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					00.396.895/0072-19	
Endereço Comercial:						
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Ed. Sede, sala 339						
Cidade:	**UF**	**CEP:**	**E-mail:**	**(DDD) Telefone:**	**(DDD) Fax:**	**E. A.:**
Brasília	DF	70043-900	dpi@agricultura.gov.br	(61) 3218-2425	(61) 3225-4738	
2 - DESCRIÇÃO DO ATENDIMENTO						
Título do Projeto/Evento					**Período de Execução**	
Missões comerciais para promoção internacional do agronegócio.					Início: 22/08/2011	Término: 31/12/2011
Identificação do Objeto						
Destinação de recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para realização de ações de promoção do agronegócio brasileiro no exterior, em 2011.						

Justificativa da Proposição

As missões comerciais às quais se refere o presente plano de trabalho dão continuidade às ações de promoção comercial do agronegócio brasileiro em mercados estratégicos selecionados. Faz parte de um calendário de eventos elaborado pelo Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio (DPI/SRI/MAPA) considerando dados de mercado, novas oportunidades e demandas do setor privado.

Foram priorizados mercados em regiões com alto potencial de importação dos produtos agrícolas brasileiros, tais como África, Ásia e o continente Americano.

As ações abaixo descritas contam com a parceria do MRE. Ao MAPA cabe a elaboração técnica das missões, os trabalhos de organização no Brasil, assim como a coordenação e acompanhamento da execução das atividades no exterior. O MRE se envolverá na execução das diversas ações, realizando levantamento de preços, colaborando na definição de prestadores de serviços, na elaboração da programação e no agendamento de atividades. Os Postos daquele Ministério no exterior realizarão a contratação e efetuarão os pagamentos de todos os serviços necessários, conforme o Cronograma de Execução a seguir, uma vez que o MRE é o Órgão responsável pela representação do Governo Brasileiro no exterior.

Os recursos para custeio das ações programadas serão destacados pelo MAPA ao MRE, para repasse aos Postos brasileiros nos mercados selecionados, conforme o Cronograma de Desembolso contido neste Plano de Trabalho.

As novas ações previstas para o calendário 2011 são as seguintes:

1)Missão do Setor de Lácteos à Europa

Missão prevista para ocorrer entre os dias 07 a 19 de outubro. Serão visitadas a Alemanha e a Itália. Pequenas e médias cooperativas e empresas do setor de lácteos comporão a delegação. O objetivo da missão é conhecer, essencialmente, o sistema produtivo de leite dos países, aspectos relacionados a tecnologias aplicadas; sistemas de controles, fiscalização, pesquisa sobre a qualidade do leite e produtos lácteos; promoção e marketing do leite e sistemas de distribuição.

2) Ação de imagem - Feira ANUGA

Trata-se da maior feira de alimentos do mundo, que será realizada no período de 08 a 12 de outubro. Dezenas de empresas brasileiras do agronegócio participarão da feira contando com apoio financeiro e logístico da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX. Caberá ao MAPA organizar seminário sobre o agronegócio brasileiro e ação de networking, além de realizar coletiva de imprensa com a presença do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil.

3) Seminário "Agricultura Sustentável"

Seminário voltado para a discussão do tema "agricultura sustentável", englobando os assuntos: certificação, uso da terra, da água e inovação. Serão realizadas apresentações por membros do governo e setor privado, seguidas de painéis de discussão por representantes de ONG's, instituições acadêmicas e científicas. O objetivo é discutir o futuro da sustentabilidade na agricultura, no que se refere às suas potencialidades de expansão no Brasil.

4) Missão Comercial para Promoção Internacional do Agronegócio no Japão

Missão prevista para 16 de novembro. Na ocasião, a Embaixada do Brasil no Japão pretende realizar (1) o seminário "Brazilian Origin", coordenado pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM) em parceria com o MAPA, assim como (2) seminário sobre investimento no agronegócio brasileiro.

O "Brazilian Origin" visa promover a qualidade e segurança dos produtos alimentícios brasileiros vinculados à sua origem. Serão convidados representantes de entidades setoriais e de empresas brasileiras para falar sobre os setores de carnes e bebidas. Será realizado, igualmente, almoço de degustação.

Por sua vez, o seminário sobre investimento no agronegócio consistirá em palestras para promover oportunidades de investimento no setor e sua infra-estrutura. O evento contará com palestrantes do MAPA, de entidade setorial brasileira, da JETRO, e de executivos japoneses com experiência no Brasil, e outras personalidades.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5) Missão Comercial à China - Feira FHC 2011

A atividade principal da Missão Comercial será a participação brasileira, em estande coordenado pelo MAPA, na 15ª edição da feira Food & Hotel China - FHC 2011, maior feira internacional profissional de alimentos, bebidas, equipamentos, insumos, serviços e hotelaria da China, a realizar-se em Xangai no período de 16 a 18 de novembro de 2011.

Como programação adicional, será realizada ação comercial com foco na promoção de exportações de vinhos brasileiros para a China, em linha com as prioridades do setor vinícola brasileiro, Ibravin e MAPA. Serão realizadas rodadas de negócios, além de participação em seminário sobre o mercado local e atividade de degustação dos produtos brasileiros.

A China é um dos países com maior índice de crescimento e potencial importador e exportador da atualidade. O país é o maior mercado para o agronegócio brasileiro, porém as exportações para a China são extremamente concentradas em poucos produtos - 71 % do valor exportado em 2009 correspondem a soja em grãos.

4 - PLANO DE APLICAÇÃO DE DESPESAS

Nº	DESCRIÇÃO	INDICADOR FÍSICO		ESTIMATIVA DE CUSTO	
		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR. UNITARIO.	VALOR TOTAL
1	Missão do Setor de Lácteos à Europa				
1.1	Recursos a serem repassados à Embaixada do Brasil em Berlim **Serviços de apoio à delegação brasileira** Contratação de transporte (1 dia) Contratação de tradutores bilíngüe (português/alemão) para atendimento durante visita técnica	Serviço	1	6.200,00	6.200,00 6.200,00
2	Ação de Imagem - ANUGA				
2.1	Recursos a serem repassados à Embaixada do Brasil em Berlim **Seminário** Aluguel de sala Serviço de coffee break Aluguel de equipamentos, inclusive de tradução simultânea Contratação de serviço de meeting package Confecção de material promocional do evento Contratação de empresa de *networking*	Serviço	1	30.000,00	60.000,00 30.000,00
2.2	**Assessoria de imprensa** Contratação de assessoria de imprensa para arregimentação de autoridades, empresários e imprensa local.	Serviço	1	25.000,00	25.000,00
2.3	**Serviço de apoio à delegação brasileira** Transporte para a delegação brasileira Aluguel de 02 telefones celulares	Serviço	1	5.000,00	5.000,00
3	Seminário "Agricultura Sustentável"				
3.1	Recursos a serem repassados à Embaixada do Brasil em Londres Seminário Aluguel de sala Serviço de coffee break Aluguel de equipamentos, inclusive de tradução simultânea Contratação de serviço de meeting package	Serviço	1	50.000,00	55.000,00 50.000,00
3.2	Confecção de material promocional do evento **Serviços de apoio à delegação brasileira** Transporte para a delegação brasileira Aluguel de 02 telefones celulares	Serviço	1	5.000,00	5.000,00
4	Missão Comercial para Promoção Internacional do Agronegócio no Japão				
4.1	Recursos a serem repassados à Embaixada do Brasil em Tóquio **Seminários técnicos "Brazilian Origin e Atração de Investimentos** Aluguel de sala Serviço de coffee break Aluguel de equipamentos, inclusive de tradução simultânea Contratação de serviço de meeting package Confecção de material promocional do evento Contratação de empresa especializada em matchmaking para elaboração de base de dados de empresas importadoras do	Serviço	1	44.200,00	47.200,00 44.200,00
4.2	Japão **Serviços de apoio à delegação brasileira** Contratação de transporte Aluguel de 02 telefones celulares	Serviço	1	3.000,00	3.000,00
5	Missão Comercial à China - Feira FHC 2011				
	Recursos a serem repassados ao Consulado do Brasil em Xangai				143.000,00
5.1	**Participação na Feira "FHC China"** Contratação de espaço e montagem do pavilhão brasileiro	Serviço	1	120.000,00	120.000,00
	Contratação de recepcionistas/intérpretes bilíngües para atendimento durante a feira	Serviço	1	18.000,00	18.000,00
5.2	**Seminário setor vitivinícola** Aluguel de sala Serviço de coffee break Aluguel de equipamentos, inclusive de tradução simultânea Contratação de serviço de meeting package Confecção de material promocional do evento Contratação de empresa especializada em matchmaking para elaboração de base de dados de empresas importadoras da China				
5.3	**Serviços de apoio à delegação brasileira** Transporte para a delegação brasileira Aluguel de 02 telefones celulares	Serviço	1	5.000,00	5.000,00
	TOTAL GERAL				311.400,00

Concedente:

Observação: Os valores referentes ao custeio das metas acima descritas serão enviados ao Ministério das Relações Exteriores, preferivelmente, com 2 meses de antecedência, tendo em vista os trâmites burocráticos a serem cumpridos, assim como a lista de prioridades de transferências daquele órgão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun
Jul.	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Meta 1 - R$ 6.200,00 Meta 2 - R$ 60.000,00 Meta 3 - R$ 55.000,00 TOTAL R$ 121.200,00	Meta 4 - R$ 47.200,00 Meta 5 - R$ 143.000,00 TOTAL R$ 190.200,00			

6 - PLANO DE APLICAÇÃO (preenchimento de uso exclusivo do MAPA)				
Natureza da Despesa		Total Geral	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
33390.39.00	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 311.400,00	R$ 311.400,00	-

7 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE
Aprovado. Local e Data Concedente Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio / MAPA

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 15-9-2011, Seção 1, págs 7 e 8, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 725, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, alterado pelo Decreto nº 6.428, de 14 de abril de 2008, e o que consta do Processo nº 21000.001321/2011-62, resolve:

Art. 1º Descentralizar créditos orçamentários/financeiros para o Ministério das Relações Exteriores - MRE, constantes do Orçamento Geral da União - OGU, aprovado pela Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011, Programa 22101.20.691.1437.8548.0001 - Fonte 100, no valor de R$ 148.320,00 (Cento e quarenta e oito mil trezentos e vinte reais) com a finalidade de realizar missão de promoção comercial do agronegócio brasileiro, por meio da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio deste Ministério.

Art. 2º O crédito orçamentário supracitado refere-se ao item 10, de Missão Comercial aos Estados Unidos da América - participação na Feira AMERICAS FOOD & BEVERAGE - do Plano de Trabalho publicado pela Portaria nº 117, do dia 18 de fevereiro de 2011.

Art. 3º O período de execução do objeto observará o prazo estabelecido no Plano de Trabalho.

Art. 4º Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento exercer o acompanhamento das ações previstas para a execução do Plano de Trabalho, de modo a apoiar e evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 5º Para a descentralização dos recursos referentes aos demais itens constantes do Plano de Trabalho far-se-ão necessárias novas autorizações por meio de Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDES RIBEIRO FILHO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 155, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa Nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo Nº 21000.004261/2011-30, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório Raça Ltda., CNPJ Nº 13.329.988/0001-89, situado na Rua T1 - A, Nº 142, Quadra 104 - B, Lote 52, Setor Bueno, CEP 74.210-330, Goiânia/GO, para realizar análises na Área de Identificação Genética e Material de Multiplicação Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo, mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÕES DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no inciso II do Art. 42 da Lei n.º 9.456/97, CANCELA os Certificado de Proteção das cultivares das instituições relacionadas.

Nº 48. COOPERATIVA AGROPECUARIA DO ALTO PARNAIBA-COOPADAP, do Brasil, das cultivares da espécie soja (Glycine max (L.) Merr.): denominada CS 801, pedido protocolizado sob o Nº 21806.000556/2005-13, e respectivo Certificado de Proteção Nº 971; e cultivar denominada CS 201, pedido protocolizado sob o Nº 21806.000313/1999-94, e respectivo Certificado de Proteção Nº 203.

Nº 49. ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUIROZ-ESALQ, do Brasil, da cultivar da espécie alface (Lactuca sativa L.), denominada Pira 63, pedido protocolizado sob o Nº 21806.000450/2005-10 e respectivo Certificado de Proteção Nº 926. Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas Decisões.

DANIELA DE MORAES AVIANI
Coordenadora

ATO Nº 4, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto Nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo Nº 21806.000865/2001-60, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de proteção de cultivares, as Instruções para Execução dos Ensaios de Distinguibilidade, Homogeneidade e Estabilidade (DHE) de eucalipto das espécies Corymbia citriodora (Seção: Politaria), Corymbia torelliana (Seção:Ocharia) e seus híbridos interespecíficos. Aplicam-se as mesmas Instruções para Execução dos Ensaios de DHE, já divulgadas, de eucalipto (Eucalyptus spp.), Gênero: Eucalyptus, Sub-gênero: Symphyomyrtus, Seções Transversaria, Exsertaria e Maidenaria, conforme Anexo I dos Atos de 11/01/2002, publicado no DOU Nº 24, Seção 1, página 7, em 04/02/2002. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço http://www.agricultura.gov.br/vegetal/registros-autorizacoes/protecao-cultivares/formularios-protecao-cultivares > florestais.

DANIELA DE MORAES AVIANI
Coordenadora

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 325, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial Nº 428, de 09/06/2010, tendo em vista o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SDA Nº 36, de 24 de novembro de 2009, na Lei Nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de janeiro de 2002 e o que consta do Processo Nº 21042.001493/2010-69, resolve:

Art. 1º Credenciar a BIOMONTE - ASSESSORIA, CONSULTORIA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO RURAL LTDA, CNPJ Nº 10.274.136/0001-43, localizada na Rua Appel, nº 472 - complemento 401, no município de Santa Maria/RS para, na qualidade de entidade privada de pesquisa e assistência técnica, realizar pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins nas áreas de ENTOMOLOGIA, FITOPATOLOGIA e PLANTAS DANINHAS, objetivando a emissão de laudos técnicos de eficiência, praticabilidade agronômica e de fitotoxicidade para fins de registro.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade indeterminada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NATAL SIGNOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INTERNET
www.in.gov.br

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 728, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.002212/2010-18, de 23/06/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Delta Greentech (Brasil) S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 03.911.570/0001-21, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

Fonte de alimentação para microcomputador portátil, baseada em microprocessador.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 99, de 15 de fevereiro de 2002.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.002212/2010-18, de 23/06/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 727, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Fixa o limite para as despesas operacionais de planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT no exercício de 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FNDCT, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II, do parágrafo único, do artigo 87, da Constituição Federal e,

Considerando que o art. 13 da Lei Nº 11.540/2007 define que será fixado anualmente pelo Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT um limite para as despesas operacionais, de planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, relativas ao financiamento de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico das Programações Específicas do FNDCT, respeitando o montante correspondente a 5% (cinco por cento) dos recursos arrecadados nas respectivas fontes de receitas, resolve:

Art. 1º As despesas operacionais, de planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados do FNDCT no exercício de 2011 não deverão ultrapassar o limite de 3% (três por cento) da soma dos recursos de todas as fontes consignadas no orçamento para o exercício, excluindo as reservas de contingência.

Parágrafo único. Os gastos classificados em cada ação orçamentária específica não deverão ultrapassar o limite de 5% do valor da ação em questão, incluindo os eventuais créditos adicionais.

Art. 2º Definir que estes recursos intitulados Despesas Operacionais, deverão ser executados em Planos Internos - PI específicos, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, em cada ação finalística.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.030/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 145ª Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de setembro de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo Nº : 01200.005375/1996-33

Requerente: Instituto de Química - Universidade de São Paulo/ USP.

CNPJ: 63.025.530/0009-61

Endereço: Avenida Prof. Lineu Prestes, 748. São Paulo - SP. CEP: 05508-900. Fones: (11) 3091-3815

Assunto: Solicitação de Extensão Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB.

A CTNBio, após análise de pedido de extensão de CQB da Requerente (CQB 29/97) para a Sala 909 do Bloco 09 (Laboratório de Transdução de Sinal) e Fitotron para as atividades de pesquisa em regime de contenção com plantas geneticamente modificadas da classe de risco 1, concluiu pelo DEFERIMENTO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.031/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 145ª Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de outubro de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.000767/2006-49

Requerente: Embrapa Agroindústria Tropical

CNPJ: 00.348.003/0135-22

Endereço: Dra. Sara Mesquita 2270, Pici, 60511-110, Fortaleza, CE.

Assunto: Extensão de CQB

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A requerente solicitou à CTNBio a inclusão no CQB (233/06) do laboratório de cultura de tecidos e genética vegetal (280 m^2) constituído de sala de preparo de meio de cultura, sala de lavagem e esterilização, sala de transferência asséptica Nº 1 e Nº 2, três salas de cultura, sala de recebimento de material vegetal, sala de retirada de material e sala de almoxarifado e do laboratório de biologia molecular (50m^2). Serão desenvolvidas atividades em regime de contenção, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação de OGM, descarte, armazenamento e ensino com OGMs (banana) pertencentes à classe de risco 1. Após análise das medidas de biossegurança descritas nesta solicitação, a CTNBio entendeu que o OGM e derivados devem ser utilizados nestas instalações apenas para os fins propostos.

Assim, no âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares deverão ser solicitadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.032/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 145ª Reunião Ordinária ocorrida em 15 de setembro de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.001991/2011-15

Requerente: FuturaGene do Brasil Tecnologia Ltda

CNPJ: 12.777.984./0001-09

Endereço: Av. Dr José Lembo, 1010, Jardim Bela Vista, 18207-780, Itapetininga, SP

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado. Os ensaios serão conduzidos na Fazenda Cabreúva, Angatuba, SP.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.033/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 145ª Reunião Ordinária ocorrida em 15 de setembro de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.001990/2011-71

Requerente: FuturaGene do Brasil Tecnologia Ltda

CNPJ: 12.777.984./0001-09

Endereço: Av. Dr José Lembo, 1010, Jardim Bela Vista, 18207-780, Itapetininga, SP

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado. Os ensaios serão conduzidos na Fazenda Cabreúva, Angatuba, SP.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.034/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 145ª Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de setembro de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo Nº : 01200.002009/2011-22

Requerente: BASF S.A

CNPJ: 48.539.407/0001-18

Endereço: Av. Faria Lima, 3600, 11º andar, 04538-132, São Paulo, SP

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente: "Arroz GM 11/12 - produção de sementes no Ceará (RPD5-RPD17)". Os ensaios serão conduzidos nas Unidades Operativas de Jaguaruana/CE e de Limoeiro do Norte/CE.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este Extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.035/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 145ª Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de setembro de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo Nº : 01200.001993/2011-12

Requerente: FuturaGene do Brasil Tecnologia Ltda.

CNPJ: 12.777.984/0001-09

Endereço: Avenida Dr. José Lembo, 1010- Jardim Bela Vista, 18207-780, Itapetininga-SP.

Assunto: Liberação Planejada no Meio Ambiente (RN8)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado, concluiu pelo seu DEFERIMENTO. O local será a Fazenda Cabreúva, Município de Angatuba-SP.

A CTNBio informa que de acordo com a Portaria Nº 373, publicada no DOU de 03/06/2011, foi deferido o pedido de sigilo para as informações contidas no Anexo1, página 8 e Anexo 2, página 9

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime as requerentes do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.036/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 145ª Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de setembro de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo Nº : 01200.001992/2011-60

Requerente: FuturaGene do Brasil Tecnologia Ltda.

CNPJ: 12.777.984/0001-09

Endereço: Avenida Dr. José Lembo, 1010- Jardim Bela Vista, 18207-780, Itapetininga-SP.

Assunto: Liberação Planejada no Meio Ambiente (RN8)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado, concluiu pelo seu DEFERIMENTO. O local será a Fazenda Cabreúva, Município de Angatuba-SP.

A CTNBio informa que de acordo com a Portaria Nº 373, publicada no DOU de 03/06/2011, foi deferido o pedido de sigilo para as informações contidas no Anexo1, página 8 e Anexo 2, página 9

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime as requerentes do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.037/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 145ª Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de setembro de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo Nº : 01200.004073/1996-39

Requerente: Syngenta Seeds Ltda.

CNPJ: 49.156.326/0001-00

Endereço: Rodovia BR 452, km 142, Caixa Postal 585, 38405-232, Uberlândia, MG

Assunto: Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Extrato Prévio: 2787/2011 em 25/5/11

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A Syngenta Seeds Ltda. solicitou à CTNBio incluir em seu CQB Nº 001/96 uma área experimental de 5,47 ha localizada na Unidade de Beneficiamento de Sementes da Syngenta Seeds no município de Formosa - GO, para desenvolver as atividades de liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação de OGM e descarte de plantas geneticamente modificadas, pertencentes à classe de risco I. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que os OGMs e derivados devem ser utilizados na unidade operativa apenas para os fins propostos.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares deverão ser solicitadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.038/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 145ª Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de setembro de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo Nº : 01200.000034/2006-12

Requerente: ArborGen Tecnologia Florestal Ltda.

CNPJ: 06.950.451/0001-76

Endereço: Rua Dr. Emílio Ribas, 174, Salas 81 e 82- Cambuí - CEP 13025-140 - Campinas/SP.

Assunto: Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Extrato Prévio: 2872/2011 em 3/8/2011

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A ArborGen Tecnologia Florestal Ltda. solicitou à CTNBio incluir em seu CQB Nº 225/06 uma área experimental de 37,34 ha inserida na propriedade Fazenda GIUBERTI, para desenvolver liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação de produto, armazenamento, descarte e análise de biossegurança com plantas geneticamente modificadas pertencentes à classe de risco I. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que os OGMs e derivados devem ser utilizados na unidade operativa apenas para os fins propostos.

A CTNBio informa que de acordo com a Portaria Nº 373, publicada no DOU de 03/06/2011, foi deferido o pedido de sigilo para as informações contidas no Anexo1, páginas 2 a 6.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares deverão ser solicitadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.039/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 145ª Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de setembro de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo Nº : 01200.000949/2011-87

Requerente: BASF SA

CNPJ: 48.539.407/0001-18

Endereço: Av. Faria Lima 3600, São Paulo-SP

Assunto: Liberação planejada e importação de soja geneticamente modificada.

Extrato Prévio: 2.688/2011

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do processo de pedido de Parecer Técnico para conduzir liberação planejada no meio ambiente e ambiente e importação de soja geneticamente modificada com genes que conferem resistência ao fungo que causa a doença "Ferrugem Asiática da Soja". Os experimentos serão realizados na Estação Experimental Agrícola de Santo Antonio de Posse -SP e a área total será de 0,3638 ha e a área com OGM será de 0,053 ha. Fica autorizada a importação de 276 amostras de sementes totalizando 5,52 kg da BASF Plant Science, EUA. O local de desembarque será Campinas-SP e o destino a Estação Experimental Agrícola de Santo Antonio de Posse -SP.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio informa que de acordo com a Portaria no 373, publicada no DOU de 03/06/2011, foi deferido o pedido de sigilo para as informações contidas nas páginas: 9 a 16, 21a 39, 19 a 20; 72 a 82 do Anexo 1 e 84 a 142 do Anexo 2.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 16 de setembro de 2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 145ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 15 de setembro de 2011, que ficam CANCELADAS as liberações planejadas e as importações para os processos Nº . 01200.0000326/11-12, 01200.0004684/10-13, 01200.0004688/10-93, 01200.0004685/10-50, 01200.0004699/10-73, 01200.0004691/10-15, 01200.0004696/10-30, 01200.0004695/10-95, 01200.0004687/10-49, 01200.000631/10-15, 01200.000629/10-46, 01200.003630/09-99 e 01200.003597/09-05.

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 145ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 15/09/2011, que fica APROVADA a alteração no croqui do ensaio com milho geneticamente modificado em Indianópolis-MG, processo Nº 01200.000034/2011-71.

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 145ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 15 de setembro de 2011, que fica APROVADA a autorização para a realização de poda drástica e a alteração nos procedimentos de descarte para citrus geneticamente modificado (processo 01200.001305/2008-19).

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 145ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 15 de setembro de 2011, que fica APROVADA a autorização para a realização de poda drástica da parte aérea e a alteração do procedimento de descarte dos experimentos de citros geneticamente modificado, processo Nº 01200.002072/2007-82.

EDILSON PAIVA

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 16 de setembro de 2011

423ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

Entidade	Credenciamento	CNPJ
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS	900.0016/1990	92.969.856/0001-98
Fundação Universidade Federal do ABC-UFABC	900.1008/2006	07.722.779/0001-06

LUIZ ALBERTO HORTA BARBOSA
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Cultura

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 221, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 7/4/2004, publicado no DOU de 8/4/2004, em conformidade com a Portaria nº 105 de 03 de junho de 2011, publicada no DOU de 07 de junho de 2011, que regulamentou o Edital Prêmio de Arte Contemporânea 2011 - Estação Funarte de Artes Visuais Belo Horizonte, resolve:

Tornar público o resultado final da seleção dos projetos apresentados no âmbito do Edital acima referido, conforme relação seguinte:

Campos Migratórios
Daniel Scherer de Escobar - Belo Horizonte/MG;
Ponte
Raquel Tasny Kogan - São Paulo/SP;
Visualidade ambulante
Marcone José Moreira - Marabá/PA;
Amazonas, Esfinge
Sávio Luis Stoco - Manaus/AM;
Protótipos/lições de arquitetura/lições de urbanismo
Cristina Thorstenberg Ribas - Rio de Janeiro/RJ;
Visões do paraíso
Frederico Ozanam Agostino Câmara - Governador Valadares/MG.

ANTONIO GILBERTO PORTO FERREIRA
Substituto

PORTARIA Nº 222, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 7/4/2004, publicado no DOU de 8/4/2004, em conformidade com a Portaria nº 107 de 03 de junho de 2011, publicada no DOU de 07 de junho de 2011, que regulamentou o Edital Prêmio de Arte Contemporânea 2011 - Atos Visuais Funarte Brasília, resolve:

Tornar público o resultado final da seleção dos projetos apresentados no âmbito do Edital acima referido, conforme relação seguinte:

MÓDULO I - Galeria Fayga Ostrower
Piratagem Federal
Krishna Figueiredo Passos - Brasília/DF;
Em um lugar qualquer - outeiro
Dirceu da Costa Mauês - Brasília/DF;
Entre rios e ruas
Isabela Sales Prado - Belo Horizonte/MG.
MÓDULO II - Marquise
Estrutura Volátil
Geraldo José Zamproni - Curitiba/PR;
O som da paisagem
Rodrigo Gonzalo Mijón Encina - Brasília/DF;
Casamata
Laerte Gomes da Cunha Ramos - São Paulo/SP.

ANTONIO GILBERTO PORTO FERREIRA
Substituto

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E LICENCIAMENTO ARQUEOLÓGICO

PORTARIA Nº 30, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR DE PESQUISA E LICENCIAMENTO ARQUEOLÓGICO DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria DEPAM/IPHAN nº 2, de 29 de junho de 2009, publicado no D.O.U., Seção 2, de 01.07.09 e de acordo com o disposto no inciso VIII do artigo 17, Anexo I do Decreto nº 6.844 de 07.05.09, na Lei nº 3.924, de 26.07.61 e na Portaria SPHAN nº 07, de 01.12.88 e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I -Expedir PERMISSÕES, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo I a esta Portaria.

II -Expedir RENOVAÇÃO DE PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo II a esta Portaria.

III -Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo III a esta Portaria.

IV -Expedir RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo IV a esta Portaria.

V -Expedir PRORROGAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo V a esta Portaria.

VI -Determinar às Superintendências Regionais do IPHAN da área de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII -Condicionar a eficácia das presentes permissões, autorizações e renovações de permissão à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88.

VIII -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO JOSÉ DIAS

ANEXO I

01 - Processo nº. 01401.000544/2011-82.
Projeto: Levantamento Arqueológico na ÁREA DE PLANTIO DE EUCALIPTO DA FLORESTAL BRASIL.
Arqueólogo Coordenador: Gilson Rodolfo Martins.
Apoio Institucional: Laboratório de Pesquisas Arqueológica (LPA/DHI) - UFMS.
Área de Abrangência: Municípios de Três Lagoas, Selvíria, Aparecida do Taboado, Inocência, Água Clara, Ribas do Rio Pardo e Santa Rita do Pardo, no Estado do Mato Grosso do Sul.
Prazo de Validade: 03 (três) meses.
02 - Processo nº. 01496.000874/2011-66.
Projeto: Diagnóstico Arqueológico da BARRAGEM JATOBÁ E ADUTORA IPUEIRAS.
Arqueóloga Coordenadora: Rosiane Lima Verde.
Apoio Institucional: Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Cariri.
Área de Abrangência: Município de Ipueiras, no Estado do Ceará.
Prazo de Validade: 03 (três) meses.
03 - Processo nº. 01506.001456/2011-20
Projeto: Programa de Arqueologia Preventiva LINHA 4 - AMARELA DA COMPANHIA METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ - PROLONGAMENTO DA VILA SÔNIA.
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani.
Apoio Institucional: Museu Histórico Sorocabano.
Área de Abrangência: Município de São Paulo, no Estado do São Paulo.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
04 - Processo nº. 01510.001466/2011-65.
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural para a Duplicação de Via Permanente ALL MALHA PAULISTA S/A (FERROBAN) TRECHO CAMPINAS - EMBU GUAÇU/SP, Etapa Prospectiva.
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal.
Apoio Institucional: Fundação Cultural São Sebastião.
Área de Abrangência: Municípios de Campinas, Indaiatuba, Salto, Itu, Alumínio, Mairinque, São Roque, Cotia, Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra e Embu Guaçu, no Estado do São Paulo.
Prazo de Validade: 06 (seis) meses.
05 - Processo nº. 01506.001465/2011-11.
Projeto: Programa de Monitoramento Arqueológico para SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS do Município de Anhembi/SP.
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal.
Apoio Institucional: Fundação Cultural São Sebastião.
Área de Abrangência: Município de Anhenbí, no Estado de São Paulo.
Prazo de Validade: 03 (três) meses.
06 - Processo nº. 01506.001532/2011-05.
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico ESEC TUPINAMBÁS, Etapa Prospectiva.
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal e Clayton Galdino.
Apoio Institucional: Fundação Cultural São Sebastião.
Área de Abrangência: Município de São Sebastião, no Estado do São Paulo.
Prazo de Validade: 06 (seis) meses.
07 - Processo nº. 01401.000259/2010-81.
Projeto: Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial na LINHA DE TRANSMISSÃO DE 138 KV SÃO DOMINGOS ÁGUA CLARA.
Arqueóloga Coordenadora: Everson Paulo Fogolari.
Apoio Institucional: Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia, Universidade do Sul de Santa Catarina.
Área de Abrangência: Município de Água Clara, Estado do Mato Grosso do Sul.
Prazo de Validade: 10 (dez) meses.
08 - Processo nº. 01512.000906/2010-05.
Projeto: Programa de Arqueologia Preventiva e Educação Patrimonial na Área de Influência da PONTE SOBRE O RIO APUAÊ.
Arqueóloga Coordenadora: Vera Lúcia Thaddeu.
Apoio Institucional: Núcleo de Documentação Histórica, Universidade de Passo Fundo.
Área de Abrangência: Municípios de Carlos Gomes e São João da Urtiga, Estado do Rio Grande do Sul.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
09 - Processo nº. 01496.000903/2011-90.
Projeto: Monitoramento Arqueológico na Área de Intervenção da CENTRAL EÓLICA QUIXABA (FASE III).
Arqueólogo Coordenador: Mauro Alexandre Farias Fontes.
Apoio Institucional: Colegiado de Arqueologia e Preservação do Patrimônio, Universidade Federal do Vale do São Francisco.
Área de Abrangência: Município de Aracati, Estado do Ceará.
Prazo de Validade: 07 (sete) meses.
10 - Processo nº. 01498.001032/2010-21.
Projeto: Arqueologia do Edifício da BOLSA DE VALORES DE PERNAMBUCO E PARAÍBA.
Arqueólogo Coordenador: José Aylton Coelho de Mello.
Apoio Institucional: Caixa Cultural Recife.
Área de Abrangência: Município de Recife, Estado de Pernambuco.
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses.
11 - Processo nº. 01410.000162/2009-25.
Projeto: Salvamento e Monitoramento Arqueológico na Área de Implantação da PCH CANAÃ.
Arqueólogos Coordenadores: Valdir Luiz Schwengber e Carlos Augusto Zimpel Neto.
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.
Área de Abrangência: Município de Ariquemes, no Estado de Rondônia.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
12 - Processo nº. 01410.000163/2009-70.
Projeto: Salvamento e Monitoramento Arqueológico na Área de Implantação da PCH JAMARI.
Arqueólogos Coordenadores: Valdir Luiz Schwengber e Carlos Augusto Zimpel Neto.
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.
Área de Abrangência: Município de Ariquemes, no Estado de Rondônia.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
13 - Processo nº. 01410.000164/2009-14.
Projeto: Salvamento e Monitoramento Arqueológico na Área de Implantação da PCH SANTA CRUZ.
Arqueólogos Coordenadores: Valdir Luiz Schwengber e Carlos Augusto Zimpel Neto.
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.
Área de Abrangência: Municípios de Monte Negro e Cacaulândia, no Estado de Rondônia.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
14 - Processo nº. 01409.000409/2011-67.
Projeto: Levantamento Geofísico - Sísmica 3D HD FAZENDA ALEGRE.
Arqueólogo Coordenador: Celso Perota.
Apoio Institucional: ECOS - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental.
Área de Abrangência: Municípios de São Mateus e Jaguaré, no Estado do Espírito Santo.
Prazo de Validade: 03 (três) meses.
15 - Processo nº. 01409.000414/2011-70.
Projeto: Diagnóstico Prospectivo Arqueológico no Pátio do CONVENTO FRANCISCANO DE VITÓRIA.
Arqueólogo Coordenador: Henrique Antônio Valadares Costa.
Apoio Institucional: Centro de Ciência Educação e Cultura, Escola da Ciência, Biologia e História da Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Vitória.
Área de Abrangência: Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo.
Prazo de Validade: 02 (dois) meses.
16 - Processo nº. 01450.012053/2011-07.
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural, Etapa de Prospecção, PONTE SOBRE O RIO ARAGUAIA.
Arqueóloga Coordenadora: Érika M. Robrahn-Gonzalez.
Apoio Institucional: Instituto do Homem Brasileiro.
Área de Abrangência: Município de Xambioá, no Estado do Tocantins; e Município de São Geraldo do Araguaia, no Estado do Pará.
Prazo de Validade: 06 (seis) meses.
17 - Processo nº. 01551.000381/2011-14.
Projeto: Levantamento Arqueológico Não Interventivo na GRUTA DOS MORCEGOS, GRUTA DA FACE LESTE, GRUTA DE CONTAGEM E ABRIGO DA PEDRA ENCANTADA.
Arqueólogos Coordenadores: Dorival Tadeu Cardoso.
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - Universidade Estadual de Santa Cruz.
Área de Abrangência: Região Administrativa de Sobradinho, Distrito Federal.
Prazo de Validade: 01 (um) mês.

ANEXO II

01 - Processo nº. 01402.000238/2010-55.
Projeto: Levantamento Arqueológico Prospectivo, Monitoramento Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na BR 135 PI - TRECHO ELISEU MARTINS - BERTOLÍNIA.
Arqueólogos Coordenadores: Everson Paulo Fogolari e Maria Cleonice de Souza Vergne.
Apoio Institucional: Fundação Museu do Homem Americano.
Área de Abrangência: Municípios de Bertolínia, Eliseu Martins, Colônia do Bugueia e Manoel Emídio, no Estado do Piauí.
Prazo de Validade: 13 (treze) meses.
02 - Processo nº. 01512.000594/2008-15.
Projeto: Pesquisa Arqueológica Junto à Obra de Instalação do IN-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TERCEPTOR ARROIO DO SALSO.
Arqueólogos Coordenadores: Ângela Maria Cappeletti e Alberto Tavares Duarte de Oliveira.
Apoio Institucional: Museu Joaquim José Felizardo.
Área de Abrangência: Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
ANEXO III
01 - Processo nº. 01498.000627/2011-40.
Projeto: Projeto Arqueológico MONJOPE: ETAPA 1 - A SENZALA.
Instituição Executora: Departamento de Arqueologia - UFPE
Arqueólogo Coordenador: Scott Joseph Allen.
Área de Abrangência: Município de Igarassú, no Estado de Pernambuco.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses.
02 - Processo nº. 01504.001093/2011-42
Projeto: A ARTE RUPESTRE E O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DA FAZENDA MUNDO NOVO - Canindé do São Francisco/SE.
Instituição Executora: Núcleo de Arqueologia (NAR) - Universidade Federal de Sergipe (UFS).
Arqueóloga Coordenadora: Suely Gleyde Amâncio Martinelli.
Área de Abrangência: Município de Canindé do São Francisco, no Estado do Sergipe.
Prazo de Validade: 17 (dezessete) meses.
ANEXO IV
01 - Processo IPHAN nº. 01506.000184/2009-26
Projeto: Ocupação Pré-histórica no vale do Rio Juquery
Instituição Executora: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
Arqueólogos Coordenadores: Dorath Pinto Uchoa e Marcos Rogério Ribeiro de Carvalho
Área de Abrangência: Municípios de São Paulo, Mariporã, Cajamar, Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba, no Estado de São Paulo.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
02 - Processo IPHAN nº. 01508.000021/2004-19
Projeto: Constatação e Resgate do Patrimônio Arqueológico na Área a ser Impactada pelo Eixo Metropolitano de Transporte da Cidade de Curitiba.
Instituição Executora: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Federal do Paraná
Arqueólogo Coordenador: Igor Chmyz
Área de Abrangência: Município de Curitiba, no Estado do Paraná.
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
ANEXO V
01 - Processo nº. 01510.001309/2009-76.
Projeto: A Natureza da Ocupação Jê no Alto Planalto Catarinense e Adjacências.
Arqueólogo Coordenador: Rafael Corteletti.
Instituição Executora: Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo.
Área de Abrangência: Municípios de Urubici e Rio Rufino, Estado de Santa Catarina.
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 532, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados no anexo à esta Portaria, para o qual os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 4924 - Xingufest - 1° Encontro de Etnias
R. H. PRODUÇÕES MUSICAIS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 04.467.020/0001-28
Processo: 01400.020578/20-11
RS - Sagrada Família
Valor do Apoio R$: 130.415,00
Prazo de Captação: 19/09/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto Xingufest - 1º Encontro das Etnias é um evento a ser realizado no município de Novo Xingu. As atividades do evento propõem uma reflexão acerca da diversidade étnica dos munícipes através de programação artística de qualidade. Serão dois shows com artistas locais e regionais, duas apresentações teatrais, três danças étnicas, três orquestras, três grupos instrumentais e Gincana Cultural. O acesso a todas as atividades do evento é gratuito.

PORTARIA N° 533, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 1810 - Fragmentos do desejo
DOS A DEUX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 11.787.186/0001-97
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 160.662,00
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 1059 - Projeto Pau Brasil
Pau Brasil Som Imagem e Editora Ltda
CNPJ/CPF: 65.012.478/0001-87
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 43.000,00

PORTARIA N° 534, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionado no anexo à esta Portaria, para o qual os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 7028 - Gravação cd grupo Cumbuca Instrumental
CÍNTIA PEREIRA
CNPJ/CPF: 986.117.470-20
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/09/2011 a 31/12/2011

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA DECEA Nº 120 / DGCEA, 12 DE SETEMBRO DE 2011

Aprova a reedição da ICA 63-19 que orienta a análise de objetos projetados no espaço aéreo, de projetos de construção ou modificação de aeródromos e de planos diretores aeroportuários.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, de conformidade com o previsto no inciso IV do art. 195 do Regimento Interno do Comando da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 1.049/GC3, de 11 de novembro de 2009, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 10 do Regulamento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, aprovado pela Portaria nº 369/GC3, de 9 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 63-19 "Análise de Objetos Projetados no Espaço Aéreo, de Projetos de Construção ou Modificação de Aeródromos e de Planos Diretores Aeroportuários", que com esta baixa.

Art. 2º A Instrução será disponibilizada na página eletrônica do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br).

Art. 3º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se a Portaria DECEA nº 106/DGCEA, de 18 de abril de 2008, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 085, de 7 de maio de 2008, e a Portaria DECEA nº 02/SDOP, de 14 de janeiro de 2009, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 020, de 30 de janeiro de 2009.

Ten Brig Ar RAMON BORGES CARDOSO

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO JUDICIÁRIA
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE FEITOS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 24.534/09 - EMB Sem Nome
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Adalberto Sapiencia Tomaz (Proprietário/Chefe de Máquinas/Comandante)
Advogada : Drª Claudia Centenaro (OAB/MS 9.283)
: João Xavier Filho (Condutor)
Despacho : "Ao Representado Adalberto Sapiencia Tomaz, para que seu Representante legal Claudia Centenaro OAB/MS 9.283 apresente Instrumento de Mandato."
Prazo : "15 (quinze) dias."
Proc. nº 23.806/08 - Plataforma "SEDCO 707"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Com pedido de Arquivamento de autoria da PEM.
Representação de Parte:
Autor : Antônio Carlos Souza de Jesus
Advogado : Dr. João Tancredo (OAB/RJ 61.838)
Representado : Transocean Brasil Ltda.
Advogado : Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503)
: Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
Advogado : Dr. Ezequiel Balfour Levy (OAB/RJ 60.574)
Despacho : "Dê-se vista ao Sr. Perito para conhecimento dos quesitos e elaboração do laudo no prazo de 45 dias."
Proc. nº 23.858/08 - NM "LIBRA IPANEMA"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Marcin Zygarlicki (Comandante)
Advogada : Drª Adele Teresinha Patrima Freschet (OAB/SP 103.118)
: Ronaldo Jansson (Prático)
Advogado : Dr. Bruno Tussi (OAB/SC 20.783)
Despacho : "Defiro a oitiva das testemunhas requerida às fls. 323. Ao Representado para preparo e quesitos."
Proc. nº 24.625/10 - EMB "SIPAN"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Osni Correa (Condutor)
Advogado : Dr. Carlos Manuel Riomayor Ferreira (OAB/RJ 66.184)
Despacho : "Defiro o requerido pelo Representado às fls. 86."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.426/09 - Rb "CONFIANÇA X" e outras EMB
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : José Maria Parente Simplício (Condutor)
Advogado : Drª Camila Mendes Vianna Cardoso (OAB/RJ 67.677)
: Rubens Emanuel Vieira Fonseca (Condutor)
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142)
Despacho : "Ao Representado José Maria Parente Simplício para apresentar novo endereço da testemunha requerida, Jorge Ferreira de Sousa, tendo em vista o documento de fls. 250, segundo o qual a Capitania dos Portos da Amazônia Oriental comunica que a referida testemunha não foi localizada no endereço fornecido pela parte, sob pena de perda da Prova requerida."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.845/10 - NM "CARMANIA EXPRESS"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Órgão Gestor de Mão-de-Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Paranaguá - OGMO-PR
Advogada : Drª Shana Carolina Colaço Vaz Bertol (OAB/PR 41.427)
: Marcon Serviços de Despachos em Geral Ltda. (Op.Portuár.)
Advogado : Dr. Joaquim Tramujas Neto (OAB/PR 25.447)
: Osmar Petersen (Op. de Empilhadeira),
: Anselmo Ferreira Casilha (Encarregado do Conexo) e
: Odair Pereira Lopes (Contramestre Geral)
Advogado : Dr. Eliezer Pires Pinto (OAB/PR 38.196)
: Ary Oswaldo Armindo Lacerda (Estivador) - Revel
Despacho : "Declaro a revelia do Representado Ary Oswaldo Armindo Lacerda, devendo ser notificado da condição de revelia via Capitania dos Portos."
Proc. nº 24.863/10 - NM "ONEIDA PRINCESS"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Cesar Gibrail Tannús (Prático)
Advogada : Drª Ana Lourdes Mello de Figueiredo (OAB/RJ 84.339)
: Dominador Salao Sarno (Comandante)
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Despacho : "Defiro o requerido pelo Representado Dominador Salao Sarno às fls. 199, por mais 15 dias."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proc. nº 24.959/10 - Jet-ski "SHARK" e outra EMB
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Tiago Gomes da Silva (Condutor inabilitado) - Revel
: Roni Sergio de Araújo (Proprietário) - Revel
Despacho : "Declaro a revelia dos Representados Tiago Gomes da Silva e Roni Sergio de Araújo, devendo ser notificados da condição de revelia via Capitania dos Portos."
Proc. nº 25.017/10 - BM "VIAGEIRO I" e outra EMB
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Dagnaldo Pinto Rego (Comandante) - Revel
: José Valdenor Pereira Holanda (Comandante)
Advogado : Dr. Weber Mendes Fernandes (OAB/AP 1.175)
Despacho : "Declaro a revelia do Representado Dagnaldo Pinto Rego devendo ser notificado da condição de revelia via Capitania dos Portos."
Proc. nº 25.111/10 - EMB "DOCE MAR"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Eraldo Dias das Neves (Condutor inabilitado) - Revel
Despacho : "Declaro a revelia do Representado Eraldo Dias das Neves, devendo ser notificado da condição de revelia via Capitania dos Portos."
Proc. nº 25.166/10 - NM "SEASTAR"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Mushir Alam Siddiqui (Comandante)
Advogado : Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503)
Despacho : "Defiro o requerido por Mushir Alam Siddiqui quanto à juntada de Procuração e apresentação de defesa."
Prazo : "15 (quinze) dias."
Proc. nº 25.475/10 - Rb "TQ-27" e outras EMB
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Gilberto Moreno Rodrigues (Comandante)
Advogado : Dr. Antonio Ferreira da Silva (OAB/SP 274.668)
Despacho : "Defiro o requerido pelo Representado quanto à juntada do original da Procuração."
Prazo : "15 (quinze) dias."
Proc. nº 25.765/11 - BM "CAPRICÓRNIO"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Aluizio Pereira Lopes (Comandante) e
: Rosivaldo Bernardes Miranda (Tripulante)
Advogado : Dr. Semir Felix Albertoni (OAB/PA 4.227)
Despacho : "1 - Indefiro as Preliminares suscitadas pelos Representados às fls. 98 e 126 por confundirem-se com o mérito.
2 - Aos Representados para Provas e para ratificarem os pedidos de oitivas de testemunhas às fls. 102 e 130/131."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.367/09 - FB "25" e outras EMB
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Madeiros
Representados : Waldyr de Oliveira Filho (Comandante)
Advogado : Dr. Rodrigo Luiz Zanethi OAB/SP 155.859
: DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Proprietária)
Advogado : Dr. Bernardo Lucio Mendes Vianna OAB/RJ 66.683
Representação de Parte:
Autor : DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A.
Advogado : Dr. Bernardo Lucio Mendes Vianna OAB/RJ 66.683
Representado : Internacional Marítima Ltda.
Advogado : Dr. Alexandre Siqueira Salamoni OAB/SP 237.433
Despacho : "Aos Representados da Representação da PEM e da Representação de Parte para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.603/10 - Balsa "MARQUES DE SOUZA"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Vanderlei Robalo da Silva (Proprietário) - Revel
: Valnez da Silva (Condutor) - Revel
Despacho : "Aos Representados para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 25.012/10 - Rb "SOBERANO I"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Madeiros
Representado : SS Naval Comércio e Serviços Ltda.(Armad./Propr.)
Advogado : Dr. Tárek Moysés Moussallem (OAB/ES 8.132)
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 25.087/10 - Canoa Sem Nome
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Miguel Pereira dos Santos (Condutor inabilitado) - Revel
Despacho : "Ao Representado para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.093/10 - EMB "LARISSA"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Max Tatiere Maia Carneiro (Proprietário/Condutor)
Advogado : Dr. Odiney Nogueira Teixeira (OAB/AM A-271)
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 25.238/10 - Balsa "SILVANA"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Ivaldino Wrasse (Comandante) e
: João Vendrúscolo (Proprietário/Armador)
Advogado : Dr. José Carlos Alves (OAB/RS 70.142)
Despacho : "Indefiro a Preliminar apresentada nas defesas dos Representados, acolhendo os argumentos da D. Procuradoria, fl. 149, tendo em vista que a Representação atende os requisitos legais previstos na Lei Orgânica deste E. Tribunal, no seu RIPTM e no CPC, razão pela qual foi recebida, por unanimidade, na Sessão Ordinária nº 6.630ª de 10/05/2011.
Defiro a Gratuidade de Justiça requerida por Ivaldino Wrasse e indefiro a Gratuidade de Justiça requerida por João Vendrúscolo, por não ter provado sua hipossuficiência e nem cumprido as formalidades mínimas par o seu deferimento.
Aos Representados para Provas. Prazo de 05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.414/10 - EMB "NEVES V"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Barcas S/A - Transportes Marítimos (Proprietária)
Advogado : Dr. José Washington Castro Freire (OAB/RJ 343.693)
Representação de Parte:
Autora : Barcas S/A - Transportes Marítimos
Advogado : Dr. José Washington Castro Freire (OAB/RJ 343.693)
Representado : Luciano Luiz Pereira (Chefe de Máquinas)
Advogado : Dr. João Batista dos Santos (OAB/RJ 16.281)
Despacho : "Aberta a Instrução. À D. Procuradoria para Provas. Prazo de 05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.495/10 - EMB "IRACEMA"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Aires Francisco Macedo (Comandante)
Advogado : Dr. Fabiano Lima de Morais (OAB/RS 74.277)
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.083/09 - Flutuante "HERMASA PLATAFORMA"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Everaldo Barreto Melgaço (Maçariqueiro)
Advogado : Dr. Igor de Andrade Barbosa (DPU/RJ)
: Marcos Luiz Fernandes Assunção (Téc. Seg. Trabalho)
Advogada : Drª Cristiane Santiago de Almeida (DPU/RJ)
Despacho : "Designo o próximo dia 26/10/11, às 09h30min, para a realização de Audiência de Instrução para a oitiva da testemunha Cláudio Fernando Serra Schimidt, arrolada à fl. 177 pela defesa do Representado Everaldo Barreto Melgaço."
Proc. nº 25.156/10 - Saveiro "CAMAMÚ" e outra EMB
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Wilson Lima de Faria Júnior (Proprietário/Condutor)
Advogado : Dr. Alexandre Magno Fraga de Faria Zanani(OAB/RJ 106.092)
Despacho : "Ao Representado para qualificar o "denunciante" apontado à fl. 111."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 21.706/05 - NM "SIRIUS"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Terminal de Contêineres de Paranaguá-TCP(Op. Portuár.)
Advogado : Dr. José Maria Valinas Barreiro (OAB/PR 4.206)
: Antonio Andrioli Cordeiro (Enc. de Peação)
Advogado : Dr. Eliezer Pires Pinto (OAB/PR 38.196)
: Adailton Serafim (Sup. de Op. do TCP)
Advogada : Drª Sandra Aparecida Lóss Storoz (OAB/PR 32.050)
Representação de Parte:
Autor : Adailton Serafim
Advogada : Drª Renata Alves Pereira Wosny (OAB/PR 37.027)
Representados : Paulo Henry Vosin (Comandante)
Advogado : Dr. Artur R. Carbone (OAB/RJ 1.295-A)
: Maersk Brasil (BRASMAR) Ltda.
Advogado : Dr. Renato Gradowski de Figueiredo (OAB/PR 32.117)
: Alfa Ship GMBH (Armador)
Advogada : Drª Flávia Rezende Guerra (OAB/RJ 127.456)
Representação de Parte:
Autor : TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A
Advogado : Dr. José Maria Valinas Barreiro (OAB/PR 4.206)
Representados : Paulo Henry Vosin (Comandante)
Advogado : Dr. Artur R. Carbone (OAB/RJ 1.295-A)
: Maersk Brasil (BRASMAR) Ltda.
Advogado : Dr. Renato Gradowski de Figueiredo (OAB/PR 32.117)
: Alfa Ship GMBH (Armador)
Advogada : Drª Flávia Rezende Guerra (OAB/RJ 127.456)
Despacho : "Aos Autores das Representações Privadas, Adailton Serafim e TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A, para Alegações Finais, com prazo comum de 20 dias em Cartório."
Secretaria do Tribunal Marítimo, em 16 de setembro de 2011.

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 13/09/2011

Nº do Processo: 26247/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 1098/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 29/06/2010
Hora: 06:10
Local do Acidente: MARINA PÍER 46 / PRAIA DA BOA VISTA - PARATY-RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
ACALANTO

Nº do Processo: 26248/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0500/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 04/04/2011
Hora:
Local do Acidente: BARRA DO PORTO DE TUBARÃO / TUBARÃO - ES
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
FAITH N

Nº do Processo: 26249/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0520/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 15/10/2010
Hora: 21:00
Local do Acidente: PORTO DE TUBARÃO / PÍER 2 - TUBARÃO - ES
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
NATHAN I
BERGE KIBO

Nº do Processo: 26250/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0521/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 05/11/2010
Hora: 16:50
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPOS DOS GOYTACAZES - MACAÉ - RJ
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
TS FISSURADO
BUARQUE XII

Nº do Processo: 26251/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0420/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO CEARÁ (C P C E)
Data do Acidente: 09/07/2010
Hora: 04:00
Local do Acidente: PRAIA DE MAJORLÂNDIA / ARACATI - CE
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
ISIS

Nº do Processo: 26252/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0306/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (C P R N)
Data do Acidente: 20/10/2010
Hora: 17:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PORTO DE ILHA TERMISA / TERMINAL SALINEIRO - AREIA BRANCA - RN
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Lista de Embarcações:
SUPERPESA IX

Nº do Processo: 26253/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 20-181/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE PERNAMBUCO (C P P E)
Data do Acidente: 03/09/2010
Hora:
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO / 4 MILHAS DA COSTA - PELO TRAVÉS DO PORTO DE RECIFE-PE
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
VAN GOGH

Nº do Processo: 26254/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 1146/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 16/10/2009
Hora: 20:30
Local do Acidente: RIO CURRAL PANEMA / PONTA DE PEDRAS-PA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
DEUS QUE ME DEU

Nº do Processo: 26255/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº do Ofício: 1147/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 06/12/2009
Hora: 17:30
Local do Acidente: RIO ANAPU / PROXIMIDADES DO PORTO DA SEFA - PORTEL - PA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO LANCHA

Nº do Processo: 26256/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 1148/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente:
Hora:
Local do Acidente: RIO CAMARAPI / PROXIMIDADES DO MUNICÍPIO DE PORTEL - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO

Nº do Processo: 26257/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 1149/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 25/11/2009
Hora: 02:05
Local do Acidente: EM VIAGEM DE BELÉM - PA X FORTALEZA - CE / PROXIMIDADES DO PORTO DA SONAVE
Acidente / Fato: AVARIA DE MÁQUINAS
Lista de Embarcações:
NORMA

Nº do Processo: 26258/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 1154/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: __/07/1984
Hora:
Local do Acidente: RIO XINGU / NAS PROXIMIDADES DA CIDADE DE ALTAMIRA-PA
Acidente / Fato: ACIDENTE COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO

Nº do Processo: 26259/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 1156/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 16/03/2011
Hora: 05:30
Local do Acidente: BAÍA DO GUAJARÁ / FURO DO MAGUARI - BELÉM - PA
Acidente / Fato: COLISÃO
Lista de Embarcações:
COMTE COSTA DO XINGU
LÍDER DE BELÉM

Nº do Processo: 26260/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 1180/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 14/10/2009
Hora: 07:00
Local do Acidente: EM VIAGEM DA CIDADE DE PONTA DAS PEDRAS X BELÉM - PA / CANAL DO CARNAPIJÓ
Acidente / Fato: ÁGUA ABERTA
Lista de Embarcações:
LEONARDO LUIZ II

Nº do Processo: 26261/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 1183/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 05/12/2009
Hora: 04:00
Local do Acidente: RIO JACARÉ GRANDE / BREVES - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Lista de Embarcações:
VALENTE

Nº do Processo: 26262/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 1184/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 20/12/2009
Hora:
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO DE FREETOWN - SERRA LEOA X BRASIL / PORTO DE VILA DE CONDE - BARCARENA - PA
Acidente / Fato: PRESENÇA DE CLANDESTINO A BORDO
Lista de Embarcações:
ID NORD

Nº do Processo: 26263/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0310/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE SANTARÉM (DEL SANTARÉM)
Data do Acidente: 27/04/2011
Hora:
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / ENTRE AS COMUNIDADES DE SANTA RITA E BOM JARDIM - MONTE ALEGRE-PA
Acidente / Fato: INCÊNDIO, NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
TAPAJÓS CAT II

Nº do Processo: 26264/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0517/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 01/04/2011
Hora: 07:00
Local do Acidente: BAÍA DE SÃO JOSÉ / ILHA DE CARARAÍ - MA
Acidente / Fato: ACIDENTE COM TRIPULANTE
Lista de Embarcações:
GALILÉIA VI

Nº do Processo: 26265/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0195/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE GUAÍRA (DEL GUAIRA)
Data do Acidente: 29/12/2010
Hora:
Local do Acidente: RIO PARANÁ / PRAIA DA CORIOCA - PORTO RICO - PR
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
VÔ ZICO

Nº do Processo: 26266/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0205/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE GUAÍRA (DEL GUAIRA)
Data do Acidente: 17/03/2011
Hora:
Local do Acidente: RIO PARANÁ / PROXIMIDADES DA PONTE AYRTON SENNA - GUAÍRA-PR
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
SEHN

Nº do Processo: 26267/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0414/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SANTA CATARINA (C P S C)
Data do Acidente: 31/10/2010
Hora:
Local do Acidente: RIO CAVEIRAS / LAGES - SC
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BOTE

Nº do Processo: 26268/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0285/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 02/03/2011
Hora:
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO HARCOURT - NIGÉRIA X BRASIL / PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
Acidente / Fato: PRESENÇA DE CLANDESTINO A BORDO
Lista de Embarcações:
GATEWAY

Nº do Processo: 26269/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0294/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 10/02/2011
Hora: 04:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA TAMBORETES E DOS REMÉDIOS / BARRA DO SUL - SC
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Lista de Embarcações:
NOVA VIDA

Nº do Processo: 26270/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0291/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE CUIABÁ (DEL CUIABA)
Data do Acidente: 30/04/2011
Hora: 07:30
Local do Acidente: LAGO DO MANSO / RAMPA DA MARINA DO MORRO DO CHAPÉU - MT
Acidente / Fato: EXPLOSÃO EM EMBARCAÇÃO
Lista de Embarcações:
BELLE E MILLA

Nº do Processo: 26271/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 1089/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 15/03/2011
Hora:
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DA MOELA / GUARUJÁ - SP
Acidente / Fato: ENCALHE
Lista de Embarcações:
LAEMTHONG GLORY

Nº do Processo: 26272/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 1103/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 27/12/2009
Hora: 04:20
Local do Acidente: BAÍA DE SÃO VICENTE / IATE CLUE BAÍA DE SÃO VICENTE-SP
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
PANDORA II

Nº do Processo: 26273/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 1104/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 21/03/2010
Hora: 15:25
Local do Acidente: REPRESA BILLINGS / SANTO ANDRÉ - SP
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO, MORTE DE PESSOA, QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Lista de Embarcações:
FLOR DO ORIENTE

Nº do Processo: 26274/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 1153/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 29/04/2010
Hora:
Local do Acidente: PÍER DA EMPRESA ALIANÇA SOCIEDADE COMERCIAL DE PESCA LTDA. / GUARUJÁ - SP
Acidente / Fato: MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
EL DORADO

Nº do Processo: 26275/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 1154/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 14/03/2010
Hora: 15:20
Local do Acidente: REPRESA BILLINGS / RIBEIRÃO PIRES - SP
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
MANO & NEI
BRAVO

Nº do Processo: 26276/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0890/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO TIETÊ-PARANÁ (C F T P)
Data do Acidente: 15/12/2010
Hora: 09:30
Local do Acidente: REPRESA DE NOVA AVANHANDAVA / BURITAMA - SP
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
JUPIÁ

Nº do Processo: 26277/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0894/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO TIETÊ-PARANÁ (C F T P)
Data do Acidente: 07/02/2011
Hora: 06:30
Local do Acidente: RIO TIETÊ / PORTA DA ECLUSA DE PROMISSÃO - SP
Acidente / Fato: EXPOR A RISCO A INCOLUMIDADE / SEGURANÇA DA EMBARCAÇÃO OU A VIDA
Lista de Embarcações:

Nº do Processo: 26278/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0237/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PRES. EPITÁCIO (DEL P EPITACIO)
Data do Acidente: 16/10/2010
Hora: 13:00
Local do Acidente: RIO PARANÁ / PRESIDENTE EPITÁCIO - SP
Acidente / Fato: EMBORCAMENTO
Lista de Embarcações:
POUSADA CURURU XXIII

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº do Processo: 26279/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 20-541/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 21/11/2010
Hora: 04:00
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / PARINTINS - AM
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA, DESAPARECIMENTO DE PESSOA
Lista de Embarcações:
EVERTON I (AURÉLIO)

Nº do Processo: 26280/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 20-599/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 28/11/2010
Hora: 16:15
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / PARANÁ DA TRINDADE - ITACOATIARA - AM
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA, DESAPARECIMENTO DE PESSOA
Lista de Embarcações:
NÉLIO CORREA

Nº do Processo: 26281/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-612/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 19/09/2010
Hora: 04:30
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / PARINTINS-AM
Acidente / Fato: ENCALHE, NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
PRINCESA MAYUMI

Nº do Processo: 26282/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0330/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PORTO VELHO (DEL P VELHO)
Data do Acidente: 28/06/2010
Hora:
Local do Acidente: RIO MADEIRA / CUJUBIM - ZONA RURAL DE PORTO VELHO - RO
Acidente / Fato: EXPLOSÃO, INCÊNDIO, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
COMTE OZEAS II

TOTALIZAÇÃO:

JUIZ(A)	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	TOTAL
MARIA CRISTINA DE O. PADILHA	6		6
MARCELO DAVID GONÇALVES	6		6
SERGIO CEZAR BOKEL	6		6
FERNANDO ALVES LADEIRAS	6		6
SERGIO BEZERRA DE MATOS	6		6
NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO	6		6
Total:	36		36

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém A Presente Ata 36 Inquérito(S)/Recurso(S) Distribuído(S) Por Processamento Eletrônico de Dados.

Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 2011
LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 2.743/SEORI-MD, DE 15 DE SETEMBRODE 2011

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, inciso II, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e a subdelegação de que trata a Portaria nº 778/MD, de 12 de abril de 2011, tendo em vista a necessidade de corrigir a classificação orçamentária para viabilizar a execução da despesa na modalidade adequada, resolve:

Art. 1º Alterar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação do orçamento do Ministério da Defesa - Unidade Orçamentária 52101.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARI MATOS CARDOSO

ANEXO I

REDUÇÃO

em R$ 1,00
Em R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR
05.244.0643.1211.0011	Implantação da infraestrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte - no Estado de Rondônia	F	4	99	100	2.600.000,00
05.244.0643.1211.0014	Implantação da infraestrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte - no Estado de Roraima	F	4	99	100	8.400.000,00
05.244.0643.1211.0013	Implantação da infraestrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte - no Estado do Amazonas	F	4	99	100	21.800.000,00

ANEXO II

ACRÉSCIMO

em R$ 1,00
Em R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR
05.244.0643.1211.0011	Implantação da infraestrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte - no Estado de Rondônia	F	4	40	100	2.600.000,00
05.244.0643.1211.0014	Implantação da infraestrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte - no Estado de Roraima	F	4	40	100	8.400.000,00
05.244.0643.1211.0013	Implantação da infraestrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte - no Estado do Amazonas	F	4	40	100	21.800.000,00

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.248, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 157/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200807437, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Tecnologia em Saúde CIEPH, a ser estabelecida à Avenida Engenheiro Max de Souza, nº 952, Coqueiros, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, mantida pelo Centro Integrado de Estudos e Pesquisas do Homem Ltda., sediado no mesmo município, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a 3 (três) anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.249, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 175/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 20070104, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Tecnologia SENAI Cuiabá (FATEC), a ser instalada na Avenida XV de Novembro, nº 303, no Bairro Porto, no Município de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de Mato Grosso, com sede no Município de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a 3 (três) anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.250, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 150/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200814700, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Tecnologia Saint Paul, a ser estabelecida na Rua dos Pinheiros, nº 870, bairro Pinheiros, Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Saint Paul Educacional Ltda. Localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a 3 (três) anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.251, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 156/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200900460, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Marília, instalada na Rua 24 de Dezembro, nº 1.251, Centro, Município de Marília, Estado de São Paulo e mantida pelo Centro de Ensino Superior de Marília, sediado no mesmo endereço, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a 3 (três) anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.252, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 174/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 20078135, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Tecnologia SENAI Paulo de Tarso (FATEC SENAI PT), a ser instalada na Rua Humaitá nº 1.275, no Bairro Padre Eustáquio, no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a 3 (três) anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.253, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 184/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200809755, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Tecnologia SENAI CIC, a ser instalada na Rua Nossa Senhora da Cabeça, nº 1.371, bairro CIC, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) - Departamento Regional do Paraná, com sede no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a 3 (três) anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.254, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 187/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200914641, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade Integrada Carajás, a ser instalada na Avenida Brasil, nº 2.299, Bairro Alto Paraná, no Município de Redenção, no Estado do Pará, mantida pelas Faculdades Integradas Carajás S/C Ltda., sediada no mesmo endereço, Município e Estado, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a 3 (três) anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.255, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 205/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200815573, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade Positiva, a ser instalada na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 185, Centro, no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Centro Educacional Novo Milênio Sociedade Simples Ltda, com sede no mesmo endereço, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a 3 (três) anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.256, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 208/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200810802, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Tecnologia - GAP, a ser instalada na Rua 18 de Setembro, 78, no bairro de Jundiaí, no Município de Anápolis, no Estado de Goiais, mantida por Grupo de Administração Profissional Ltda-ME-GAP, com sede no mesmo Município e Estado, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a 3 (três) anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.257, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 219/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200816132, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade Murialdo (FAMUR), instalada na Rua Marquês do Herval, nº 701, Centro, no Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul e mantida pelo Instituto Leonardo Murialdo, sediado no mesmo município, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a 3 (três) anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.258, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 220/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200812553, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Santa Cruz da Bahia, instalada na Praça Flávio Silvany, nº 130, no Município de Itaberaba, no Estado da Bahia e mantida pela União de Ensino Santa Cruz (UNIESC), sediada no mesmo endereço, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a 3 (três) anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.259, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 221/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200815809, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Faculdade de Tecnologia ITEPA, instalada na Rua General Vitorino, n° 229, no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Instituto Técnico de Educação Porto Alegre Ltda., sediado no mesmo endereço, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a 3 (três) anos, a instituição deverá solicitar seu recredenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.260, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 54/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20076605, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Recredenciar da Faculdade dos Guararapes, situada à Rua Comendador José Didier, nº 27, bairro Prazeres, no Município de Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, mantida pela Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura (SOCEC), com sede no mesmo município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.261, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 130/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073684, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar o Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM), mantido pela Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda., ambas com sede à Av. Governador José Malcher, nº 1.148, no bairro Nazaré, Município de Belém, Estado do Pará, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.262, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 88/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200803069, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar da Faculdade SATC, situada à Rua Pascoal Meller, n. 73, bairro Universitário, no Município de Criciúma, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina, com sede no mesmo município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.263, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 84/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20079863, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar da Faculdade de Ciências da Saúde da Serra, instalada na Rua 1D UE - I, Lote 2, nº 80, Civit II - Centro Industrial da Grande Vitória (CIVIT), Município de Serra, Estado do Espírito Santo e mantida pelo Instituto Batista de Educação de Vitória, sediado na Rua Joaquim Leopoldino Lopes número 230, Consolação, Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.264, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 81/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073243, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Paulínia, instalada à Rua Nélson Pródocimo, nº 495, Bairro Bela Vista, no Município de Paulínia, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto de Educação Superior São Paulo S/C Ltda., com sede e foro no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.265, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 80/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20074257, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar das Faculdades Integradas Stella Maris de Andradina, instaladas à Rua Amazonas, nº 571, Bairro Stella Maris, no Município de Andradina, Estado de São Paulo, mantidas pela Fundação Educacional de Andradina, com sede e foro no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.266, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 17/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20077279, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Universidade Federal da Bahia, com sede à Rua Augusto Viana, s/nº, Bairro Canela, no Município de Salvador, no Estado da Bahia, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), localizado na Esplanada dos Ministérios, s/nº, Bloco L, Bairro Plano Piloto, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.267, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 3º do Decreto 7.311, publicado no DOU de 22 de setembro de 2010, resolve:

Art. 1º Redistribuir, de conformidade com o Anexo, à presente Portaria, os cargos e códigos de vaga a eles referentes, entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e o Ministério da Educação (MEC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

Do IFRN para o MEC

Para:	Instituição Cedente: 26435 (IFRN)	
15000 MEC	Cargo:	Geógrafo
	Código SIAPE:	701040
	Classe:	E
	Nº de Vagas:	1
	Códigos:	262943

Do IFRN para o MEC

Para:	Instituição Cedente: 26435 (IFRN)	
15000 MEC	Cargo:	Arquivista
	Código SIAPE:	701005
	Classe:	E
	Nº de Vagas:	1
	Códigos:	234799

Do IFRN para o MEC

Para:	Instituição Cedente: 26435 (IFRN)	
15000 MEC	Cargo:	Economista
	Código SIAPE:	701026
	Classe:	E
	Nº de Vagas:	2
	Códigos:	218884, 61281

Do IFRN para o MEC

Para:	Instituição Cedente: 26435 (IFRN)	
15000 MEC	Cargo:	Analista de Tecnologia da Informação
	Código SIAPE:	701062
	Classe:	E
	Nº de Vagas:	1
	Códigos:	679592

Do IFRN para o MEC

Para:	Instituição Cedente: 26435 (IFRN)	
15000 MEC	Cargo:	Técnico em Contabilidade
	Código SIAPE:	701224
	Classe:	D
	Nº de Vagas:	1
	Códigos:	213987

Do MEC para o IFRN

Para:	Instituição Cedente: 15000 (MEC)	
26435 IFRN	Cargo:	Assistente Social
	Código SIAPE:	701006
	Classe:	E
	Nº de Vagas:	2
	Códigos:	827297, 827300

Do MEC para o IFRN

Para:	Instituição Cedente: 15000 (MEC)	
26435 IFRN	Cargo:	Auditor
	Código SIAPE:	701009
	Classe:	E
	Nº de Vagas:	2
	Códigos:	827472, 827473

Do MEC para o IFRN

Para:	Instituição Cedente: 15000 (MEC)	
26435 IFRN	Cargo:	Técnico de Laboratório-Área
	Código SIAPE:	701244
	Classe:	D
	Nº de Vagas:	1
	Códigos:	833845

PORTARIA Nº 1.268, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 3º do Decreto 7.311, publicado no DOU de 22 de setembro de 2010, resolve:

Art. 1º Redistribuir, de conformidade com o Anexo, à presente Portaria, o cargo e o código de vaga a ele referente, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

Do IF para o IF

Para:	Instituição Cedente: 26428 - IF BRASÍLIA	
26409 IF MINAS GERAIS	Cargo:	Analista de Tecnologia da Informação
	Código SIAPE:	701062
	Classe:	E
	Nº de Vaga:	1
	Códigos:	827018

PORTARIA Nº 1.269, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 3º do Decreto 7.311, publicado no DOU de 22 de setembro de 2010, resolve:

Art. 1º Redistribuir, de conformidade com o Anexo, à presente Portaria, os cargos e códigos de vaga a eles referentes, entre Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais e o Ministério da Educação (MEC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

Do IFSULMG para o MEC

Para:	Instituição Cedente: 26412 (IFSULMG)	
15000 MEC	Cargo:	Administrador
	Código SIAPE:	701001
	Classe:	E
	Nº de Vagas:	1
	Códigos:	308073

Do MEC para o IF-SULMG

Para:	Instituição Cedente: 15000 (MEC)	
26412 IF-SULMG	Cargo:	Analista de Tecnologia da Informação
	Código SIAPE:	701062
	Classe:	E
	Nº de Vagas:	1
	Códigos:	826993

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHOS DO MINISTRO
Em, 16 de setembro de 2011

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 02/2011, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que conhece do recurso, e no mérito, negar-lhe provimento, confirmando a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 150/2010, desfavorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia INESUL de Imperatriz, que seria instalada no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, proposto pelo Instituto de Ensino Superior de Londrina S/C Ltda., com sede no Município de Londrina, Estado do Paraná, conforme consta do processo e-MEC nº 20075394.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 203/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria nº 1.666, de 7 de outubro de 2010, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade da Saúde e Ecologia Humana - FASEH, instalada na Rua São Paulo, nº 958, Bairro Jardim Alterosa, no Município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda., com sede no mesmo endereço, conforme consta do processo e-MEC nº 200807858.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 222/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria SESu nº 94/2010, para autorizar o funcionamento do curso de Biomedicina, bacharelado, a ser oferecido pelas Faculdades Integradas de Cacoal, instaladas à Rua dos Esportes, nº 1.038, no Município de Cacoal, Estado de Rondônia, mantidas pela Associação Educacional de Rondônia, com sede no mesmo endereço, Município de Cacoal, Estado de Rondônia, com tempo de integralização de 5 (cinco) anos, ou 10 (dez) semestres, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 4 de 6 de abril de 2009, conforme consta do processo e-MEC nº 200711384

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 241/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa por meio da Portaria nº 1033/2010, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado pela Faculdade do Vale do Jaguaribe, na Rua Coronel Alexandrino, nº 563, bairro Centro, no Município de Aracati, no Estado do Ceará, mantida pela União de Educação e Cultura Vale do Jaguaribe Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, conforme consta do processo e-MEC nº 200712726.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 238/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria nº 1.390/2009, para autorizar o funcionamento do curso de Biomedicina, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Metropolitana de Manaus, instalada à Avenida Constantino Nery, nº 3.204, bairro Chapada, no município de Manaus, Estado do Amazonas, mantida pelo Instituto Metropolitano de Ensino Ltda., com sede no mesmo Município e no mesmo Estado, conforme consta do processo e-MEC nº 200711089.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 157/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia em Saúde CIEPH, a ser estabelecida à Avenida Engenheiro Max de Souza, nº 952, Coqueiros, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, mantida pelo Centro Integrado de Estudos e Pesquisas do Homem Ltda., sediado no mesmo município, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do disposto no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, observado o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o art. 13, § 4º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200807437.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 175/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAI Cuiabá (FATEC), a ser instalada na Avenida XV de Novembro, nº 303, no Bairro Porto, no Município de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de Mato Grosso, com sede no Município de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 20070104.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 150/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia Saint Paul, a ser estabelecida na Rua dos Pinheiros, nº 870, bairro Pinheiros, Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Saint Paul Educacional Ltda. Localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200814700.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 156/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Marília, instalada na Rua 24 de Dezembro, nº 1.251, Centro, Município de Marília, Estado de São Paulo e mantida pelo Centro de Ensino Superior de Marília, sediado no mesmo endereço, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o art. 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200900460.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 174/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAI Paulo de Tarso (FATEC SENAI PT), a ser instalada na Rua Humaitá nº 1.275, no Bairro Padre Eustáquio, no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 20078135.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 184/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAI CIC, a ser instalada na Rua Nossa Senhora da Cabeça, nº 1.371, bairro CIC, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) - Departamento Regional do Paraná, com sede no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200809755.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 187/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Integrada Carajás, a ser instalada na Avenida Brasil, nº 2.299, Bairro Alto Paraná, no Município de Redenção, no Estado do Pará, mantida pelas Faculdades Integradas Carajás S/C Ltda., sediada no mesmo endereço, Município e Estado, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200914641.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 205/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Positiva, a ser instalada na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 185, Centro, no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Centro Educacional Novo Milênio Sociedade Simples Ltda, com sede no mesmo endereço, observados tanto o prazo máximo de 03 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º , do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200815573.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 208/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia - GAP, a ser instalada na Rua 18 de Setembro, 78, no bairro de Jundiaí, no Município de Anápolis, no Estado de Goiais, mantida por Grupo de Administração Profissional Ltda-ME-GAP, com sede no mesmo Município e Estado, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200810802.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 219/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Murialdo (FAMUR), instalada na Rua Marquês do Herval, nº 701, Centro, no Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul e mantida pelo Instituto Leonardo Murialdo, sediado no mesmo município, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o art. 13, § 4º do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200816132.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 220/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Santa Cruz da Bahia, instalada na Praça Flávio Silvany, nº 130, no Município de Itaberaba, no Estado da Bahia e mantida pela União de Ensino Santa Cruz (UNIESC), sediada no mesmo endereço, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200812553.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 221/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia ITEPA, instalada na Rua General Vitorino, nº 229, no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Instituto Técnico de Educação Porto Alegre Ltda., sediado no mesmo endereço, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, conforme consta do processo e-MEC nº 200815809.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 54/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade dos Guararapes, situada à Rua Comendador José Didier, nº 27, bairro Prazeres, no Município de Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, mantida pela Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura (SOCEC), com sede no mesmo município e Estado, até o próximo ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, Nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe o inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20076605.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 130/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM), mantida pela Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda., ambas com sede à Av. Governador José Malcher, nº 1.148, no bairro Nazaré, Município de Belém, Estado do Pará, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, Nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, respeitado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20073684.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 88/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade SATC, situada à Rua Pascoal Meller, n. 73, bairro Universitário, no Município de Criciúma, no Estado de Santa Catarina, mantida pela Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina, com sede no mesmo município e Estado, até o próximo ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, Nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe o inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 200803069.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 84/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Ciências da Saúde da Serra, instalada na Rua 1D UE - I, Lote 2, nº 80, Civit II - Centro Industrial da Grande Vitória (CIVIT), Município de Serra, Estado do Espírito Santo e mantida pelo Instituto Batista de Educação de Vitória, sediado na Rua Joaquim Leopoldino Lopes número 230, Consolação, Município de Vitória, Estado do Espírito Santo. O recredenciamento terá validade até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, Nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20079863.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 81/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Paulínia, instalada à Rua Nélson Pródocimo, nº 495, Bairro Bela Vista, no Município de Paulínia, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto de Educação Superior São Paulo S/C Ltda., com sede e foro no mesmo Município e Estado, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, Nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observados o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20073243.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 80/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento das Faculdades Integradas Stella Maris de Andradina, instaladas à Rua Amazonas, nº 571, Bairro Stella Maris, no Município de Andradina, Estado de São Paulo, mantidas pela Fundação Educacional de Andradina, com sede e foro no mesmo Município e Estado, até o primeiro ciclo avaliativo dos SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, Nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20074257.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 17/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Universidade Federal da Bahia, com sede à Rua Augusto Viana, s/nº, Bairro Canela, no Município de Salvador, no Estado da Bahia, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), localizado na Esplanada dos Ministérios, s/nº, Bloco L, Bairro Plano Piloto, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste parecer, Nos termos do artigo 10, § 7°, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 10 (dez) anos, fixado no inciso I do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20077279.

FERNANDO HADDAD

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 335, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

A PRESIDENTA DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP, no uso da competência que lhe foi atribuída, considerando o disposto no inciso III, do art. 1º, do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, e:

Considerando a Assessoria do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO as atividades do Enem 2011, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam efetivados destaque orçamentário e repasse financeiro ao Inmetro, visando à execução do objetivo acima considerado.

Parágrafo Único Tais recursos têm por finalidade custear despesas referentes à assessoria das atividades do Enem 2011.

Art. 2º Estabelecer como condições essenciais para a descentralização objeto desta portaria, as constantes do Termo de Cooperação nº 14/2011 presente no processo nº 23036.001438/2011-64, quais sejam:

§1º Constituem Obrigações do Inep

I. Efetuar a transferência do orçamento previsto para a execução deste Termo de Cooperação, na forma e prazos estabelecidos no Plano de Aplicação e no Cronograma de Desembolso.

II. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações do objeto deste Termo de Cooperação.

III. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos.

IV. Efetuar os registros que lhe couberem no SICONV, mantendo-os atualizados.

§2º Constituem Obrigações do Inmetro:

I. Promover a execução do objeto deste Termo de Cooperação na forma e prazos estabelecidos.

II. Aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo de Cooperação, respeitando a forma e prazos estabelecidos.

III. Respeitar as seguintes legislações e suas respectivas alterações:

a. Leis nº 8.666/93, 8.958/94 e 10.520/02.

b. Decretos nº 5.450/05, 5.504/05 e 6.170/07.

c. Portarias Interministeriais nº 75/28, nº 127/08.

IV. Permitir e facilitar ao Órgão Concedente o acesso a toda documentação, dependências e locais de execução do projeto.

V. Manter o Órgão Concedente informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo de Cooperação.

VI. Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo de Cooperação.

VII. Apresentar prestação de contas parcial, no início do exercício subsequente, quando as atividades ultrapassarem mais de um exercício, contendo pelo menos:

a. Relatório do cumprimento parcial do objeto.

b. Relatório físico-financeiro parcial.

c. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

d. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

e. Fotos do Objeto, quando for o caso.

VIII. Apresentar prestação de contas final, contendo pelo menos:

a. Relatório do cumprimento do objeto.

b. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

c. Cópia da Portaria (ou Termo de Cooperação Técnica) de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

d. Relatório completo de execução físico-financeira.

e. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

f. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

g. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

h. Fotos do Objeto, quando for o caso.

i. Devolver, em até 30 dias, os saldos orçamentário e financeiro não utilizados em sua totalidade, ou em caso de rescisão deste Termo de Cooperação.

IX. Devolver em data anterior àquela anualmente estabelecida nas normas de encerramento do correspondente exercício financeiro, ou, obrigatoriamente, até o dia 31 de dezembro, os saldos orçamentário e financeiro não utilizados.

X. Efetuar os registros que lhe couberem no SICONV, mantendo-os atualizados.

§3º Demais Condições:

I. Fica dispensada a apresentação de certidões de regularidade e consulta ao CADIN e SIAFI.

II. O repasse do recurso financeiro fica condicionado a liquidação dos empenhos emitidos pelo proponente, a conta dos créditos descentralizados, e aprovação da área técnica do Inep que está acompanhando a execução do objeto.

III. A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao PPA, LDO e LOA, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Cooperação.

a. Nos casos em que circunstâncias adversas não possibilitem a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, deverá o proponente devolver ao concedente os créditos correspondentes e submeter novo Termo de Cooperação com a proposta de alteração e suas respectivas justificativas, que ficarão condicionadas a aprovação da área técnica e do Ordenador de Despesas do Inep.

Art. 3º Autorizar o Inep a transferir para o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-Inmetro, créditos orçamentários e recursos financeiros constantes da Lei Orçamentária Anual/2011, dos Programas de Trabalho constante do Termo de Cooperação, no total de R$ 167.216,80 (cento e sessenta e sete mil duzentos e dezesseis reais e oitenta centavos).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MALVINA TANIA TUTTMAN

PORTARIA Nº 338, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A PRESIDENTA DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), no uso de suas atribuições, tendo em vista o estabelecido na Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, no Decreto nº. 6.317, de 20 de dezembro de 2007, na Portaria Normativa MEC nº. 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e na Portaria Normativa MEC nº. 5, de 22 de fevereiro de 2010, republicada em 03 de maio de 2010, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos de divulgação dos indicadores de qualidade às Instituições de Educação Superior (IES).

§ 1º São indicadores de qualidade da educação superior o Conceito obtido a partir dos resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), nos termos do art. 33-B da Portaria Normativa nº. 40/2007, em sua atual redação.

§ 2º Os indicadores de qualidade da educação superior são calculados a partir de insumos decorrentes dos instrumentos do ENADE (prova e questionário do estudante), do Censo da Educação Superior (matrícula dos estudantes e informações do corpo docente - número de funções docentes, regime de trabalho e titulação) e dos programas de pós-graduação stricto sensu (matrícula dos estudantes e nota da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES).

Art. 2º Serão divulgados às IES, em caráter restrito, os insumos que sustentam o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior definidos nos termos do art. 33-B da Portaria Normativa nº. 40/2007, em sua atual redação, por meio do ambiente institucional do Sistema e-MEC, a partir do dia 20 de setembro de 2011.

Art. 3º As IES observarão o período de 10 (dez) dias, a partir da divulgação dos insumos que sustentam o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior, para manifestação eletrônica, exclusivamente por meio do ambiente institucional do Sistema e-MEC, sobre os insumos divulgados.

§ 1º A IES pode se manifestar sobre os insumos divulgados para o Conceito ENADE, o CPC e o IGC, e para cada insumo questionado, deve apresentar pedido sucinto de retificação, devidamente justificado, por meio do ambiente institucional do Sistema e-MEC, no período estabelecido no caput.

§ 2º A omissão de anuência aos insumos divulgados indica aceitação plena pela IES, nos termos do artigo 34 da Portaria Normativa nº. 40/2007, em sua atual redação.

§ 3º São insumos provenientes da graduação (por IES, área avaliada e município sede do curso): o número de estudantes concluintes de 2010 inscritos e participantes do ENADE, o desempenho médio obtido por estudantes concluintes de 2010 nas questões de Formação Geral e nas questões do Componente Específico da prova, as respostas do questionário do ENADE sobre infraestrutura e recursos didático-pedagógicos, o número de estudantes ingressantes de 2010 inscritos e participantes do ENADE, o desempenho médio obtido por estudantes ingressantes de 2010 nas questões de Formação Geral e nas questões do Componente Específico da prova, as respostas dos ingressantes no questionário do ENADE sobre o nível de escolaridade dos pais, e informações do Censo sobre o corpo docente e o número de matrículas na graduação.

§ 4º São insumos provenientes da pós-graduação: o número de matrículas de Mestrado e de Doutorado, e os conceitos CAPES dos cursos de Mestrado e de Doutorado dos programas de pós-graduação stricto sensu.

§ 5º Os indicadores de qualidade da educação superior são calculados de forma interdependente e a metodologia aplicada a cada cálculo será descrita por meio de Notas Técnicas específicas do INEP, cujo acesso pela IES antecede o conhecimento dos insumos descritos no caput.

Art. 4º O INEP analisará os pedidos de retificação de insumos no período de 30 (trinta) dias subseqüentes ao encerramento do prazo para apresentação de pedidos de retificação de insumos pela IES, estabelecido no art. 3º desta Portaria. O resultado da análise será divulgado por meio do ambiente institucional do Sistema e-MEC.

§ Único Os casos omissos serão analisados pelo INEP.

Art. 5º O INEP divulgará publicamente os indicadores de qualidade da educação superior, em caráter definitivo, a partir de 28 de outubro de 2011, calculados com base nos insumos descritos no art. 3º desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

MALVINA TANIA TUTTMAN

PORTARIA Nº 340, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP, no uso da competência que lhe foi atribuída, considerando o disposto na Portaria nº 250 da Casa Civil da Presidência da República, de 17 de janeiro de 2011 e publicada no DOU de 18 de janeiro de 2011 e,

Conforme disposto no Decreto nº. 6.317, de 20 de dezembro de 2007, Art. 12, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Básica, tem competência para definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos de realização das avaliações da educação básica, de forma articulada com os sistemas estaduais e municipais de ensino para a realização das avaliações e definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para o estabelecimento de processos de certificação de competências e,

Considerando a relevância das avaliações nacionais ao que se refere à produção de indicadores de resultados na identificação da qualidade da educação brasileira, como importante ferramenta para o processo de formulação de políticas públicas educacionais em todas as esferas, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com o apoio do Ministério da Educação (MEC), realiza desde 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio e que a partir de 2009 seus objetivos foram ampliados: de um lado, como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais, que aderirem ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU do Ministério da Educação - MEC; de outro, para certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio, pelos sistemas estaduais e rede federal de ensino, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam efetivados destaque orçamentário e repasse financeiro à Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, conforme Edital de Seleção de Chamada Pública nº 005/2011, visando a elaboração e revisão de itens a serem incorporados no Banco Nacional de Itens para subsidiar o Exame nacional do Ensino Médio - Enem.

Parágrafo Único - Tais recursos têm por finalidade custear despesas com a Infraestrutura, Apoio Técnico e Operacional, Capacitação e Supervisão da Equipe de Elaboração e Revisão de itens, conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º Estabelecer como condições essenciais para a descentralização objeto desta portaria, as constantes do Termo de Cooperação presente no processo nº 23036.001804/2011-85, quais sejam:

§1º Constituem Obrigações do Inep

I. Efetuar a transferência do orçamento previsto para a execução deste Termo de Cooperação, na forma e prazos estabelecidos no Plano de Aplicação e no Cronograma de Desembolso.

II. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações do objeto deste Termo de Cooperação.

III. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos.

IV. Informar à Universidade, através de documento oficial, a demanda de itens a ser elaborado, revisado e incorporado no BNI respeitando a capacidade de produção informada no Plano de Trabalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V. Capacitar o Coordenador-Geral e Coordenadores de Área para realização dos serviços.

VI. Disponibilizar todas as informações e técnicas para a realização dos serviços.

VII. Providenciar, quando necessário, a emissão de passagens e o pagamento de diárias a fim subsidiar os treinamentos desenvolvidos pelo Inep.

VIII. Orientar os colaboradores quando algum serviço for rejeitado para que seja refeito ou ajustado.

IX. Realizar estudos com vistas à atualização, revisão e aperfeiçoamento dos instrumentos e procedimentos de suporte para a elaboração, revisão e correção de itens.

X. Efetuar os pagamentos aos colaboradores (elaboradores e revisores) de itens através do AAE - Auxílio a Atividade Educacional nos termos do Decreto 7.114/2010.

§2º Constituem Obrigações da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

I - Assegurar-se de que não possui em seu grupo de Coordenadores, Revisores e Elaboradores, docentes com eventual impedimento ou conflito de interesses.

II - Proporcionar a participação dos colaboradores, quando convocados, em atividades de capacitação promovidas pelo Inep;

III - Providenciar a assinatura e o envio ao Inep do termo de sigilo e responsabilidade, conforme modelo exigido pelo Inep, de todos os agentes envolvidos no processo, com a proibição da utilização ou divulgação dos instrumentos elaborados, revisados ou corrigidos, sob pena de responder na esfera administrativa, cível e penal, uma vez que esses instrumentos serão objeto dos exames realizados pelo Inep.

IV - Promover a execução do objeto deste Termo de Cooperação na forma e prazos estabelecidos.

V - Aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo de Cooperação, respeitando a forma e prazos estabelecidos.

VI - Respeitar as seguintes legislações e suas respectivas alterações:

a. Leis nº 8.666/93, 8.958/94 e 10.520/02.

b. Decretos nº 5.450/05, 5.504/05 e 6.170/07.

c. Portarias Interministeriais nº 75/28, nº 127/08.

VII - Permitir e facilitar ao Órgão Concedente o acesso a toda documentação, dependências e locais de execução do projeto.

VIII - Manter o Órgão Concedente informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo de Cooperação.

IX - Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo de Cooperação.

X - Apresentar prestação de contas parcial, no início do exercício subseqüente, quando as atividades ultrapassarem mais de um exercício, contendo pelo menos:

d. Relatório do cumprimento do objeto.

e. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

f. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

g. Relatório completo de execução físico-financeira.

h. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

i. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

j. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

k. Fotos do Objeto, quando for o caso.

XI - Apresentar prestação de contas final, contendo pelo menos:

l. Relatório do cumprimento do objeto.

m. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

n. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

o. Relatório completo de execução físico-financeira.

p. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

q. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

r. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

s. Fotos do Objeto, quando for o caso.

t. Devolver, em até 30 dias os saldos orçamentários e financeiros não utilizados em sua totalidade, ou em caso de rescisão deste Termo de Cooperação.

§3º Demais Condições:

I. Fica dispensada a apresentação de certidões de regularidade e consulta ao CADIN e SIAFI.

II. O repasse do recurso financeiro fica condicionado a liquidação dos empenhos emitidos pelo proponente, a conta dos créditos descentralizados, e aprovação da área técnica do Inep que está acompanhando a execução do objeto.

II. A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao PPA, LDO e LOA, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Cooperação.

a. Nos casos em que circunstâncias adversas não possibilitem a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, deverá o proponente devolver à concedente os créditos correspondentes e submeter novo Termo de Cooperação com a proposta de alteração e suas respectivas justificativas, que ficarão condicionadas a aprovação da área técnica e do Ordenador de Despesas do Inep.

Art. 3º Autorizar o Inep a transferir para a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, créditos orçamentários e recursos financeiros constantes da Lei Orçamentária Anual/2011, Programa de Trabalho 12.362.1449.4017.0001 - Exames Nacionais de Habilidades e Competências, no total de R$ 92.917,00 (noventa e dois mil, novecentos e dezessete reais).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MALVINA TANIA TUTTMAN

PORTARIA Nº 341, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP, no uso da competência que lhe foi atribuída, considerando o disposto na Portaria nº 250 da Casa Civil da Presidência da República, de 17 de janeiro de 2011 e publicada no DOU de 18 de janeiro de 2011 e,

Conforme disposto no Decreto nº. 6.317, de 20 de dezembro de 2007, Art. 12, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Básica, tem competência para definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos de realização das avaliações da educação básica, de forma articulada com os sistemas estaduais e municipais de ensino para a realização das avaliações e definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para o estabelecimento de processos de certificação de competências e,

Considerando a relevância das avaliações nacionais ao que se refere à produção de indicadores de resultados na identificação da qualidade da educação brasileira, como importante ferramenta para o processo de formulação de políticas públicas educacionais em todas as esferas, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com o apoio do Ministério da Educação (MEC), realiza desde 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio e que a partir de 2009 seus objetivos foram ampliados: de um lado, como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais, que aderirem ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU do Ministério da Educação - MEC; de outro, para certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio, pelos sistemas estaduais e rede federal de ensino. resolve:

Art. 1º Determinar que sejam efetivados destaque orçamentário e repasse financeiro ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília, conforme Edital de Seleção de Chamada Pública nº 005/2011, visando a elaboração e revisão de itens a serem incorporados no Banco Nacional de Itens para subsidiar o Exame nacional do Ensino Médio - Enem.

Parágrafo Único - Tais recursos têm por finalidade custear despesas com a Infraestrutura, Apoio Técnico e Operacional, Capacitação e Supervisão da Equipe de Elaboração e Revisão de itens, conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º Estabelecer como condições essenciais para a descentralização objeto desta portaria, as constantes do Termo de Cooperação presente no processo nº 23036.001859/2011-95, quais sejam:

§1º Constituem Obrigações do Inep

I. Efetuar a transferência do orçamento previsto para a execução deste Termo de Cooperação, na forma e prazos estabelecidos no Plano de Aplicação e no Cronograma de Desembolso.

II. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações do objeto deste Termo de Cooperação.

III. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos.

IV. Informar ao Instituto, através de documento oficial, a demanda de itens a ser elaborado, revisado e incorporado no BNI respeitando a capacidade de produção informada no Plano de Trabalho.

V. Capacitar os Coordenadores-Gerais e Coordenadores de Área para realização dos serviços.

VI. Disponibilizar todas as informações e técnicas para a realização dos serviços.

VII. Providenciar, quando necessário, a emissão de passagens e o pagamento de diárias a fim subsidiar os treinamentos desenvolvidos pelo Inep.

VIII. Orientar os colaboradores quando algum serviço for rejeitado para que seja refeito ou ajustado.

IX. Realizar estudos com vistas à atualização, revisão e aperfeiçoamento dos instrumentos e procedimentos de suporte para a elaboração, revisão e correção de itens.

X. Efetuar os pagamentos aos colaboradores (elaboradores e revisores) de itens através do AAE - Auxílio a Atividade Educacional nos termos do Decreto 7.114/2010.

§2º Constituem Obrigações do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília

I - Assegurar-se de que não possui em seu grupo de Coordenadores, Revisores e Elaboradores, docentes com eventual impedimento ou conflito de interesses.

II - Proporcionar a participação dos colaboradores, quando convocados, em atividades de capacitação promovidas pelo Inep;

III - Providenciar a assinatura e o envio ao Inep do termo de sigilo e responsabilidade, conforme modelo exigido pelo Inep, de todos os agentes envolvidos no processo, com a proibição da utilização ou divulgação dos instrumentos elaborados, revisados ou corrigidos, sob pena de responder na esfera administrativa, cível e penal, uma vez que esses instrumentos serão objeto dos exames realizados pelo Inep.

IV - Promover a execução do objeto deste Termo de Cooperação na forma e prazos estabelecidos.

V - Aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo de Cooperação, respeitando a forma e prazos estabelecidos.

VI - Respeitar as seguintes legislações e suas respectivas alterações:

a. Leis nº 8.666/93, 8.958/94 e 10.520/02.

b. Decretos nº 5.450/05, 5.504/05 e 6.170/07.

c. Portarias Interministeriais nº 75/28, nº 127/08.

VII - Permitir e facilitar ao Órgão Concedente o acesso a toda documentação, dependências e locais de execução do projeto.

VIII - Manter o Órgão Concedente informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo de Cooperação.

IX - Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo de Cooperação.

X - Apresentar prestação de contas parcial, no início do exercício subseqüente, quando as atividades ultrapassarem mais de um exercício, contendo pelo menos:

a. Relatório do cumprimento do objeto.

b. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

c. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

d. Relatório completo de execução físico-financeira.

e. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

f. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

g. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

h. Fotos do Objeto, quando for o caso.

XI - Apresentar prestação de contas final, contendo pelo menos:

i. Relatório do cumprimento do objeto.

j. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

k. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

l. Relatório completo de execução físico-financeira.

m. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

n. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

o. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

p. Fotos do Objeto, quando for o caso.

q. Devolver, em até 30 dias os saldos orçamentários e financeiros não utilizados em sua totalidade, ou em caso de rescisão deste Termo de Cooperação.

§3º Demais Condições:

I. Fica dispensada a apresentação de certidões de regularidade e consulta ao CADIN e SIAFI.

II. O repasse do recurso financeiro fica condicionado a liquidação dos empenhos emitidos pelo proponente, a conta dos créditos descentralizados, e aprovação da área técnica do Inep que está acompanhando a execução do objeto.

III. A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao PPA, LDO e LOA, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Cooperação.

a. Nos casos em que circunstâncias adversas não possibilitem a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, deverá o proponente devolver à concedente os créditos correspondentes e submeter novo Termo de Cooperação com a proposta de alteração e suas respectivas justificativas, que ficarão condicionadas a aprovação da área técnica e do Ordenador de Despesas do Inep.

Art. 3º Autorizar o Inep a transferir para ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília , créditos orçamentários e recursos financeiros constantes da Lei Orçamentária Anual/2011, Programa de Trabalho 12.362.1449.4017.0001 - Exames Nacionais de Habilidades e Competências, no total de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MALVINA TANIA TUTTMAN

PORTARIA Nº 342, 16 DE SETEMBRO DE 2011

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP, no uso da competência que lhe foi atribuída, considerando o disposto na Portaria nº 250 da Casa Civil da Presidência da República, de 17 de janeiro de 2011 e publicada no DOU de 18 de janeiro de 2011 e,

Conforme disposto no Decreto nº. 6.317, de 20 de dezembro de 2007, Art. 12, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Básica, tem competência para definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos de realização das avaliações da educação básica, de forma articulada com os sistemas estaduais e municipais de ensino para a realização das avaliações e definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para o estabelecimento de processos de certificação de competências e,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a relevância das avaliações nacionais ao que se refere à produção de indicadores de resultados na identificação da qualidade da educação brasileira, como importante ferramenta para o processo de formulação de políticas públicas educacionais em todas as esferas, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com o apoio do Ministério da Educação (MEC), realiza desde 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio e que a partir de 2009 seus objetivos foram ampliados: de um lado, como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais, que aderirem ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU do Ministério da Educação - MEC; de outro, para certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio, pelos sistemas estaduais e rede federal de ensino, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam efetivados destaque orçamentário e repasse financeiro à Universidade Federal de Ouro Preto, conforme Edital de Seleção de Chamada Pública nº 005/2011, visando a elaboração e revisão de itens a serem incorporados no Banco Nacional de Itens para subsidiar o Exame nacional do Ensino Médio - Enem.

Parágrafo Único - Tais recursos têm por finalidade custear despesas com a Infraestrutura, Apoio Técnico e Operacional, Capacitação e Supervisão da Equipe de Elaboração e Revisão de itens, conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º Estabelecer como condições essenciais para a descentralização objeto desta portaria, as constantes do Termo de Cooperação presente no processo nº 23036.001805/2011-20, quais sejam:

§1º Constituem Obrigações do Inep

I. Efetuar a transferência do orçamento previsto para a execução deste Termo de Cooperação, na forma e prazos estabelecidos no Plano de Aplicação e no Cronograma de Desembolso.

II. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações do objeto deste Termo de Cooperação.

III. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos.

IV. Informar à Universidade, através de documento oficial, a demanda de itens a ser elaborado, revisado e incorporado no BNI respeitando a capacidade de produção informada no Plano de Trabalho.

V. Capacitar o Coordenador-Geral e Coordenadores de Área para realização dos serviços.

VI. Disponibilizar todas as informações e técnicas para a realização dos serviços.

VII. Providenciar, quando necessário, a emissão de passagens e o pagamento de diárias a fim subsidiar os treinamentos desenvolvidos pelo Inep.

VIII. Orientar os colaboradores quando algum serviço for rejeitado para que seja refeito ou ajustado.

IX. Realizar estudos com vistas à atualização, revisão e aperfeiçoamento dos instrumentos e procedimentos de suporte para a elaboração, revisão e correção de itens.

X. Efetuar os pagamentos aos colaboradores (elaboradores e revisores) de itens através do AAE - Auxílio a Atividade Educacional nos termos do Decreto 7.114/2010.

§2º Constituem Obrigações da Universidade Federal de Ouro Preto.

I - Assegurar-se de que não possui em seu grupo de Coordenadores, Revisores e Elaboradores, docentes com eventual impedimento ou conflito de interesses.

II - Proporcionar a participação dos colaboradores, quando convocados, em atividades de capacitação promovidas pelo Inep;

III - Providenciar a assinatura e o envio ao Inep do termo de sigilo e responsabilidade, conforme modelo exigido pelo Inep, de todos os agentes envolvidos no processo, com a proibição da utilização ou divulgação dos instrumentos elaborados, revisados ou corrigidos, sob pena de responder na esfera administrativa, cível e penal, uma vez que esses instrumentos serão objeto dos exames realizados pelo Inep.

IV - Promover a execução do objeto deste Termo de Cooperação na forma e prazos estabelecidos.

V - Aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo de Cooperação, respeitando a forma e prazos estabelecidos.

VI - Respeitar as seguintes legislações e suas respectivas alterações:

a. Leis nº 8.666/93, 8.958/94 e 10.520/02.

b. Decretos nº 5.450/05, 5.504/05 e 6.170/07.

c. Portarias Interministeriais nº 75/28, nº 127/08.

VII - Permitir e facilitar ao Órgão Concedente o acesso a toda documentação, dependências e locais de execução do projeto.

VIII - Manter o Órgão Concedente informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo de Cooperação.

IX - Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo de Cooperação.

X - Apresentar prestação de contas parcial, no início do exercício subseqüente, quando as atividades ultrapassarem mais de um exercício, contendo pelo menos:

a. Relatório do cumprimento do objeto.

b. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

c. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

d. Relatório completo de execução físico-financeira.

e. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

f. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

g. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

h. Fotos do Objeto, quando for o caso.

XI - Apresentar prestação de contas final, contendo pelo menos:

i. Relatório do cumprimento do objeto.

j. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

k. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

l. Relatório completo de execução físico-financeira.

m. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

n. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

o. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

p. Fotos do Objeto, quando for o caso.

q. Devolver, em até 30 dias os saldos orçamentários e financeiros não utilizados em sua totalidade, ou em caso de rescisão deste Termo de Cooperação.

§3º Demais Condições:

I. Fica dispensada a apresentação de certidões de regularidade e consulta ao CADIN e SIAFI.

II. O repasse do recurso financeiro fica condicionado a liquidação dos empenhos emitidos pelo proponente, a conta dos créditos descentralizados, e aprovação da área técnica do Inep que está acompanhando a execução do objeto.

III. A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao PPA, LDO e LOA, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Cooperação.

a. Nos casos em que circunstâncias adversas não possibilitem a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, deverá o proponente devolver à concedente os créditos correspondentes e submeter novo Termo de Cooperação com a proposta de alteração e suas respectivas justificativas, que ficarão condicionadas a aprovação da área técnica e do Ordenador de Despesas do Inep.

Art. 3º Autorizar o Inep a transferir para a Universidade Federal de Ouro Preto, créditos orçamentários e recursos financeiros constantes da Lei Orçamentária Anual/2011, Programa de Trabalho 12.362.1449.4017.0001 - Exames Nacionais de Habilidades e Competências, no total de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MALVINA TANIA TUTTMAN

PORTARIA Nº 343, 16 DE SETEMBRO DE 2011

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP, no uso da competência que lhe foi atribuída, considerando o disposto na Portaria nº 250 da Casa Civil da Presidência da República, de 17 de janeiro de 2011 e publicada no DOU de 18 de janeiro de 2011 e,

Conforme disposto no Decreto nº. 6.317, de 20 de dezembro de 2007, Art. 12, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Básica, tem competência para definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos de realização das avaliações da educação básica, de forma articulada com os sistemas estaduais e municipais de ensino para a realização das avaliações e definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para o estabelecimento de processos de certificação de competências e,

Considerando a relevância das avaliações nacionais ao que se refere à produção de indicadores de resultados na identificação da qualidade da educação brasileira, como importante ferramenta para o processo de formulação de políticas públicas educacionais em todas as esferas, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com o apoio do Ministério da Educação (MEC), realiza desde 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio e que a partir de 2009 seus objetivos foram ampliados: de um lado, como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais, que aderirem ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU do Ministério da Educação - MEC; de outro, para certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio, pelos sistemas estaduais e rede federal de ensino, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam efetivados destaque orçamentário e repasse financeiro à Universidade Federal de Lavras, conforme Edital de Seleção de Chamada Pública nº 005/2011, visando a elaboração e revisão de itens a serem incorporados no Banco Nacional de Itens para subsidiar o Exame nacional do Ensino Médio - Enem.

Parágrafo Único - Tais recursos têm por finalidade custear despesas com a Infraestrutura, Apoio Técnico e Operacional, Capacitação e Supervisão da Equipe de Elaboração e Revisão de itens, conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º Estabelecer como condições essenciais para a descentralização objeto desta portaria, as constantes do Termo de Cooperação presente no processo nº 23036.001784/2011-42, quais sejam:

§1º Constituem Obrigações do Inep

I. Efetuar a transferência do orçamento previsto para a execução deste Termo de Cooperação, na forma e prazos estabelecidos no Plano de Aplicação e no Cronograma de Desembolso.

II. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações do objeto deste Termo de Cooperação.

III. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos.

IV. Informar à Universidade, através de documento oficial, a demanda de itens a ser elaborado, revisado e incorporado no BNI respeitando a capacidade de produção informada no Plano de Trabalho.

V. Capacitar os Coordenadores-Gerais e Coordenadores de Área para realização dos serviços.

VI. Disponibilizar todas as informações e técnicas para a realização dos serviços.

VII. Providenciar, quando necessário, a emissão de passagens e o pagamento de diárias a fim subsidiar os treinamentos desenvolvidos pelo Inep.

VIII. Orientar os colaboradores quando algum serviço for rejeitado para que seja refeito ou ajustado.

IX. Realizar estudos com vistas à atualização, revisão e aperfeiçoamento dos instrumentos e procedimentos de suporte para a elaboração, revisão e correção de itens.

X. Efetuar os pagamentos aos colaboradores (elaboradores e revisores) de itens através do AAE - Auxílio a Atividade Educacional nos termos do Decreto 7.114/2010.

§2º Constituem Obrigações da Universidade Federal de Lavras.

I - Assegurar-se de que não possui em seu grupo de Coordenadores, Revisores e Elaboradores, docentes com eventual impedimento ou conflito de interesses.

II - Proporcionar a participação dos colaboradores, quando convocados, em atividades de capacitação promovidas pelo Inep;

III - Providenciar a assinatura e o envio ao Inep do termo de sigilo e responsabilidade, conforme modelo exigido pelo Inep, de todos os agentes envolvidos no processo, com a proibição da utilização ou divulgação dos instrumentos elaborados, revisados ou corrigidos, sob pena de responder na esfera administrativa, cível e penal, uma vez que esses instrumentos serão objeto dos exames realizados pelo Inep.

IV - Promover a execução do objeto deste Termo de Cooperação na forma e prazos estabelecidos.

V - Aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo de Cooperação, respeitando a forma e prazos estabelecidos.

VI - Respeitar as seguintes legislações e suas respectivas alterações:

a. Leis nº 8.666/93, 8.958/94 e 10.520/02.

b. Decretos nº 5.450/05, 5.504/05 e 6.170/07.

c. Portarias Interministeriais nº 75/28, nº 127/08.

VII - Permitir e facilitar ao Órgão Concedente o acesso a toda documentação, dependências e locais de execução do projeto.

VIII - Manter o Órgão Concedente informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo de Cooperação.

IX - Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo de Cooperação.

X - Apresentar prestação de contas parcial, no início do exercício subseqüente, quando as atividades ultrapassarem mais de um exercício, contendo pelo menos:

a. Relatório do cumprimento do objeto.

b. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

c. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

d. Relatório completo de execução físico-financeira.

e. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

f. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

g. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

h. Fotos do Objeto, quando for o caso.

XI - Apresentar prestação de contas final, contendo pelo menos:

i. Relatório do cumprimento do objeto.

j. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

k. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

l. Relatório completo de execução físico-financeira.

m. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

n. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

o. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

p. Fotos do Objeto, quando for o caso.

q. Devolver, em até 30 dias os saldos orçamentários e financeiros não utilizados em sua totalidade, ou em caso de rescisão deste Termo de Cooperação.

§3º Demais Condições:

I. Fica dispensada a apresentação de certidões de regularidade e consulta ao CADIN e SIAFI.

II. O repasse do recurso financeiro fica condicionado a liquidação dos empenhos emitidos pelo proponente, a conta dos créditos descentralizados, e aprovação da área técnica do Inep que está acompanhando a execução do objeto.

III. A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao PPA, LDO e LOA, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Cooperação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a. Nos casos em que circunstâncias adversas não possibilitem a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, deverá o proponente devolver à concedente os créditos correspondentes e submeter novo Termo de Cooperação com a proposta de alteração e suas respectivas justificativas, que ficarão condicionadas a aprovação da área técnica e do Ordenador de Despesas do Inep.

Art. 3º Autorizar o Inep a transferir para a Universidade Federal de Lavras, créditos orçamentários e recursos financeiros constantes da Lei Orçamentária Anual/2011, Programa de Trabalho 12.362.1449.4017.0001 - Exames Nacionais de Habilidades e Competências, no total de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MALVINA TANIA TUTTMAN

PORTARIA Nº 344, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP, no uso da competência que lhe foi atribuída, considerando o disposto na Portaria nº 250 da Casa Civil da Presidência da República, de 17 de janeiro de 2011 e publicada no DOU de 18 de janeiro de 2011 e,

Conforme disposto no Decreto nº. 6.317, de 20 de dezembro de 2007, Art. 12, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Básica, tem competência para definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos de realização das avaliações da educação básica, de forma articulada com os sistemas estaduais e municipais de ensino para a realização das avaliações e definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para o estabelecimento de processos de certificação de competências e,

Considerando a relevância das avaliações nacionais ao que se refere à produção de indicadores de resultados na identificação da qualidade da educação brasileira, como importante ferramenta para o processo de formulação de políticas públicas educacionais em todas as esferas, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com o apoio do Ministério da Educação (MEC), realiza desde 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio e que a partir de 2009 seus objetivos foram ampliados: de um lado, como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais, que aderirem ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU do Ministério da Educação - MEC; de outro, para certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio, pelos sistemas estaduais e rede federal de ensino. resolve:

Art. 1º Determinar que sejam efetivados destaque orçamentário e repasse financeiro a Universidade Federal de Minas Gerais , conforme Edital de Seleção de Chamada Pública nº 005/2011, visando a elaboração e revisão de itens a serem incorporados no Banco Nacional de Itens para subsidiar o Exame nacional do Ensino Médio - Enem.

Parágrafo Único - Tais recursos têm por finalidade custear despesas com a Infraestrutura, Apoio Técnico e Operacional, Capacitação e Supervisão da Equipe de Elaboração e Revisão de itens, conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º Estabelecer como condições essenciais para a descentralização objeto desta portaria, as constantes do Termo de Cooperação presente no processo nº 23036.001861/2011-64, quais sejam:

§1º Constituem Obrigações do Inep

I. Efetuar a transferência do orçamento previsto para a execução deste Termo de Cooperação, na forma e prazos estabelecidos no Plano de Aplicação e no Cronograma de Desembolso.

II. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações do objeto deste Termo de Cooperação.

III. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos.

IV. Informar à Universidade, através de documento oficial, a demanda de itens a ser elaborado, revisado e incorporado no BNI respeitando a capacidade de produção informada no Plano de Trabalho.

V. Capacitar os Coordenadores-Gerais e Coordenadores de Área para realização dos serviços.

VI. Disponibilizar todas as informações e técnicas para a realização dos serviços.

VII. Providenciar, quando necessário, a emissão de passagens e o pagamento de diárias a fim subsidiar os treinamentos desenvolvidos pelo Inep.

VIII. Orientar os colaboradores quando algum serviço for rejeitado para que seja refeito ou ajustado.

IX. Realizar estudos com vistas à atualização, revisão e aperfeiçoamento dos instrumentos e procedimentos de suporte para a elaboração, revisão e correção de itens.

X. Efetuar os pagamentos aos colaboradores (elaboradores e revisores) de itens através do AAE - Auxílio a Atividade Educacional nos termos do Decreto 7.114/2010.

§2º Constituem Obrigações da Universidade Federal de Minas Gerais

I - Assegurar-se de que não possui em seu grupo de Coordenadores, Revisores e Elaboradores, docentes com eventual impedimento ou conflito de interesses.

II - Proporcionar a participação dos colaboradores, quando convocados, em atividades de capacitação promovidas pelo Inep;

III - Providenciar a assinatura e o envio ao Inep do termo de sigilo e responsabilidade, conforme modelo exigido pelo Inep, de todos os agentes envolvidos no processo, com a proibição da utilização ou divulgação dos instrumentos elaborados, revisados ou corrigidos, sob pena de responder na esfera administrativa, cível e penal, uma vez que esses instrumentos serão objeto dos exames realizados pelo Inep.

IV - Promover a execução do objeto deste Termo de Cooperação na forma e prazos estabelecidos.

V - Aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo de Cooperação, respeitando a forma e prazos estabelecidos.

VI - Respeitar as seguintes legislações e suas respectivas alterações:

a. Leis nº 8.666/93, 8.958/94 e 10.520/02.

b. Decretos nº 5.450/05, 5.504/05 e 6.170/07.

c. Portarias Interministeriais nº 75/28, nº 127/08.

VII - Permitir e facilitar ao Órgão Concedente o acesso a toda documentação, dependências e locais de execução do projeto.

VIII - Manter o Órgão Concedente informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo de Cooperação.

IX - Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo de Cooperação.

X - Apresentar prestação de contas parcial, no início do exercício subseqüente, quando as atividades ultrapassarem mais de um exercício, contendo pelo menos:

a. Relatório do cumprimento do objeto.

b. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

c. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

d. Relatório completo de execução físico-financeira.

e. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

f. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

g. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

h. Fotos do Objeto, quando for o caso.

XI - Apresentar prestação de contas final, contendo pelo menos:

i. Relatório do cumprimento do objeto.

j. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

k. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

l. Relatório completo de execução físico-financeira.

m. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

n. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

o. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

p. Fotos do Objeto, quando for o caso.

q. Devolver, em até 30 dias os saldos orçamentários e financeiros não utilizados em sua totalidade, ou em caso de rescisão deste Termo de Cooperação.

§3º Demais Condições:

I. Fica dispensada a apresentação de certidões de regularidade e consulta ao CADIN e SIAFI.

II. O repasse do recurso financeiro fica condicionado a liquidação dos empenhos emitidos pelo proponente, a conta dos créditos descentralizados, e aprovação da área técnica do Inep que está acompanhando a execução do objeto.

III. A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao PPA, LDO e LOA, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Cooperação.

a. Nos casos em que circunstâncias adversas não possibilitem a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, deverá o proponente devolver à concedente os créditos correspondentes e submeter novo Termo de Cooperação com a proposta de alteração e suas respectivas justificativas, que ficarão condicionadas a aprovação da área técnica e do Ordenador de Despesas do Inep.

Art. 3º Autorizar o Inep a transferir para a Universidade Federal de Minas Gerais , créditos orçamentários e recursos financeiros constantes da Lei Orçamentária Anual/2011, Programa de Trabalho 12.362.1449.4017.0001 - Exames Nacionais de Habilidades e Competências, no total de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MALVINA TANIA TUTTMAN

PORTARIA Nº 345, 16 DE SETEMBRO DE 2011

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP, no uso da competência que lhe foi atribuída, considerando o disposto na Portaria nº 250 da Casa Civil da Presidência da República, de 17 de janeiro de 2011 e publicada no DOU de 18 de janeiro de 2011 e,

Conforme disposto no Decreto nº. 6.317, de 20 de dezembro de 2007, Art. 12, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Básica, tem competência para definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos de realização das avaliações da educação básica, de forma articulada com os sistemas estaduais e municipais de ensino para a realização das avaliações e definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para o estabelecimento de processos de certificação de competências e,

Considerando a relevância das avaliações nacionais ao que se refere à produção de indicadores de resultados na identificação da qualidade da educação brasileira, como importante ferramenta para o processo de formulação de políticas públicas educacionais em todas as esferas, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com o apoio do Ministério da Educação (MEC), realiza desde 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio e que a partir de 2009 seus objetivos foram ampliados: de um lado, como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais, que aderirem ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU do Ministério da Educação - MEC; de outro, para certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio, pelos sistemas estaduais e rede federal de ensino. resolve:

Art. 1º Determinar que sejam efetivados destaque orçamentário e repasse financeiro à Universidade Federal de Santa Maria, conforme Edital de Seleção de Chamada Pública nº 005/2011, visando a elaboração e revisão de itens a serem incorporados no Banco Nacional de Itens para subsidiar o Exame nacional do Ensino Médio - Enem.

Parágrafo Único - Tais recursos têm por finalidade custear despesas com a Infraestrutura, Apoio Técnico e Operacional, Capacitação e Supervisão da Equipe de Elaboração e Revisão de itens, conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º Estabelecer como condições essenciais para a descentralização objeto desta portaria, as constantes do Termo de Cooperação presente no processo nº 23036.001785/2011-97, quais sejam:

§1º Constituem Obrigações do Inep

I. Efetuar a transferência do orçamento previsto para a execução deste Termo de Cooperação, na forma e prazos estabelecidos no Plano de Aplicação e no Cronograma de Desembolso.

II. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações do objeto deste Termo de Cooperação.

III. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos.

IV. Informar à Universidade, através de documento oficial, a demanda de itens a ser elaborado, revisado e incorporado no BNI respeitando a capacidade de produção informada no Plano de Trabalho.

V. Capacitar os Coordenadores-Gerais e Coordenadores de Área para realização dos serviços.

VI. Disponibilizar todas as informações e técnicas para a realização dos serviços.

VII. Providenciar, quando necessário, a emissão de passagens e o pagamento de diárias a fim subsidiar os treinamentos desenvolvidos pelo Inep.

VIII. Orientar os colaboradores quando algum serviço for rejeitado para que seja refeito ou ajustado.

IX. Realizar estudos com vistas à atualização, revisão e aperfeiçoamento dos instrumentos e procedimentos de suporte para a elaboração, revisão e correção de itens.

X. Efetuar os pagamentos aos colaboradores (elaboradores e revisores) de itens através do AAE - Auxílio a Atividade Educacional nos termos do Decreto 7.114/2010.

§2º Constituem Obrigações da Universidade Federal de Santa Maria.

I - Assegurar-se de que não possui em seu grupo de Coordenadores, Revisores e Elaboradores, docentes com eventual impedimento ou conflito de interesses.

II - Proporcionar a participação dos colaboradores, quando convocados, em atividades de capacitação promovidas pelo Inep;

III - Providenciar a assinatura e o envio ao Inep do termo de sigilo e responsabilidade, conforme modelo exigido pelo Inep, de todos os agentes envolvidos no processo, com a proibição da utilização ou divulgação dos instrumentos elaborados, revisados ou corrigidos, sob pena de responder na esfera administrativa, cível e penal, uma vez que esses instrumentos serão objeto dos exames realizados pelo Inep.

IV - Promover a execução do objeto deste Termo de Cooperação na forma e prazos estabelecidos.

V - Aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo de Cooperação, respeitando a forma e prazos estabelecidos.

VI - Respeitar as seguintes legislações e suas respectivas alterações:

a. Leis nº 8.666/93, 8.958/94 e 10.520/02.

b. Decretos nº 5.450/05, 5.504/05 e 6.170/07.

c. Portarias Interministeriais nº 75/28, nº 127/08.

VII - Permitir e facilitar ao Órgão Concedente o acesso a toda documentação, dependências e locais de execução do projeto.

VIII - Manter o Órgão Concedente informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo de Cooperação.

IX - Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo de Cooperação.

X - Apresentar prestação de contas parcial, no início do exercício subseqüente, quando as atividades ultrapassarem mais de um exercício, contendo pelo menos:

a. Relatório do cumprimento do objeto.

b.Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

c. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

d. Relatório completo de execução físico-financeira.

e. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

f. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

g. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

h. Fotos do Objeto, quando for o caso.

XI - Apresentar prestação de contas final, contendo pelo menos:

i. Relatório do cumprimento do objeto.

j. Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

k. Cópia do Termo de Cooperação Técnica de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

l. Relatório completo de execução físico-financeira.

m. Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

n. Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

o. Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

p. Fotos do Objeto, quando for o caso.

q. Devolver, em até 30 dias os saldos orçamentários e financeiros não utilizados em sua totalidade, ou em caso de rescisão deste Termo de Cooperação.

§3º Demais Condições:

I. Fica dispensada a apresentação de certidões de regularidade e consulta ao CADIN e SIAFI.

II. O repasse do recurso financeiro fica condicionado a liquidação dos empenhos emitidos pelo proponente, a conta dos créditos descentralizados, e aprovação da área técnica do Inep que está acompanhando a execução do objeto.

III. A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao PPA, LDO e LOA, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Cooperação.

a. Nos casos em que circunstâncias adversas não possibilitem a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, deverá o proponente devolver à concedente os créditos correspondentes e submeter novo Termo de Cooperação com a proposta de alteração e suas respectivas justificativas, que ficarão condicionadas a aprovação da área técnica e do Ordenador de Despesas do Inep.

Art. 3º Autorizar o Inep a transferir para a Universidade Federal de Santa Maria, créditos orçamentários e recursos financeiros constantes da Lei Orçamentária Anual/2011, Programa de Trabalho 12.362.1449.4017.0001 - Exames Nacionais de Habilidades e Competências, no total de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MALVINA TANIA TUTTMAN

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre o processo de seleção pública dos candidatos aos Programas de Residência Médica.

O Presidente da Comissão Nacional de Residência Médica, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto 80.281, de 05/09/1977 e a Lei 6.932, de 07/07/1981, e:

CONSIDERANDO que há necessidade de atualizar os critérios do processo seletivo para ingresso nos Programas de Residência Médica, referentes à aquisição de habilidades necessárias ao desenvolvimento de atividades essenciais para uma boa formação e prática médica;

CONSIDERANDO que a avaliação das habilidades e comportamentos constitui elemento essencial à seleção do candidato; e,

CONSIDERANDO que as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Medicina estabelecem a formação de um profissional inserido no Sistema Único de Saúde, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano, resolve:

Art. 1º Os candidatos à admissão em Programas de Residência Médica (PRM) deverão submeter-se a processo de seleção pública que poderá ser realizado em duas fases, a escrita e a prática.

Art. 2º A primeira fase será obrigatória e consistirá de exame escrito, objetivo, com igual número de questões nas especialidades de Clínica Médica, Cirurgia Geral, Pediatria, Obstetrícia e Ginecologia e Medicina Preventiva e Social, com peso mínimo de 50% (cinqüenta por cento).

Art. 3º A segunda fase, opcional, a critério da Instituição, será constituída de prova prática com peso de 40% (quarenta por cento) a 50% (cinqüenta por cento) da nota total.

§ 1º O exame prático será realizado em ambientes sucessivos e igualmente aplicado a todos os candidatos selecionados na primeira fase, envolvendo Clínica Médica, Cirurgia Geral, Pediatria, Obstetrícia e Ginecologia e Medicina Preventiva e Social.

§ 2º Serão selecionados para a segunda fase os candidatos classificados na primeira fase, em número mínimo correspondente a duas vezes o número de vagas disponíveis em cada programa, podendo cada Instituição, a seu critério, ampliar essa proporção.

§ 3º Em caso de não haver candidatos em número maior que o dobro do número de vagas do programa, todos que obtiverem nota mínima na prova escrita, conforme especificado no edital, serão indicados para a prova prática.

§ 4º A prova prática deverá ser documentada por meios gráficos e/ou eletrônicos.

Art. 4º A critério da Instituição, 10% (dez por cento) da nota total poderá destinar-se à análise e à argüição do currículo.

Art. 5º Para as especialidades com pré-requisito e áreas de atuação, o processo seletivo basear-se-á exclusivamente nos programas da(s) especialidade(s) pré-requisito.

Art. 6º Para os anos adicionais, o processo seletivo basear-se-á exclusivamente no programa da especialidade correspondente.

Art. 7º A nota total de cada candidato será a soma da pontuação obtida nas fases adotadas no processo seletivo.

Art. 8º O candidato que tiver participado e cumprido integralmente o estabelecido no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica, receberá pontuação adicional na nota total obtida nas fases descritas nos artigos anteriores, considerando-se o seguinte critério:

a)10% (dez por cento) da nota total para quem concluir 1 (um) ano de participação no programa;

b)20% (vinte por cento) da nota total para quem concluir 2 (dois) anos de participação no programa.

Parágrafo único. A pontuação adicional de que trata este artigo não poderá elevar a nota final do candidato para além da nota máxima prevista pelo edital do processo seletivo.

Art. 9º O exame prático poderá ser acompanhado por observadores externos à Instituição que, neste caso, serão indicados pela Comissão Nacional de Residência Médica ou pela Comissão Estadual de Residência Médica.

Art. 10 Os critérios estabelecidos nesta Resolução deverão constar explicitamente do edital do processo de seleção pública de cada instituição.

Art. 11 Os médicos matriculados no primeiro ano de Programa Residência Médica devidamente autorizado pela CNRM e selecionados para participar do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica do Governo Federal poderão solicitar o trancamento de sua matrícula no PRM pelo período de um ano.

Parágrafo único. Aplica-se à situação descrita no caput deste artigo o que está estabelecido na Resolução CNRM nº 01/2005.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CNRM Nº 008/2004 e demais disposições em contrário.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 6.123, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público o nome da candidata aprovada, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Físico-Química do Campus Macaé, na categoria Adjunto. O número do edital do concurso é 01, de 07 de janeiro de 2011, publicado no DOU nº 06, de 10 de janeiro de 2011.

- Ana Lucia Shiguihara

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 6.125, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público e homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Direito Administrativo da Faculdade Nacional de Direito, na categoria Adjunto. O número do edital do concurso é 04, de 22 de janeiro de 2010, publicado no DOU nº 18, de 27 de janeiro de 2010.

- Não houve candidatos aprovados

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 6.129, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público, o nome dos candidatos aprovados homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, na categoria Adjunto conforme Unidades e Setores descritos abaixo. O número do edital do concurso é 28, de 24 de junho de 2010, publicado no DOU nº 120, de 25 de junho de 2010.

Faculdade Nacional de Direito/Direito Civil
- Não houve candidatos aprovados
Escola de Serviço Social/Política Social e Serviço Social
- Cezar Henrique Miranda Coelho Maranhão

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 6.131, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público e homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Gastronomia do Instituto de Nutrição, na categoria Assistente. O número do edital do concurso é 40, de 04 de abril de 2011, publicado no DOU nº 65, de 05 de abril de 2011.

- Não houve candidatos aprovados

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 6.519, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, na categoria Titular, conforme unidades descritas abaixo. O número do edital do concurso é 07, de 25 de janeiro de 2011, publicado no DOU nº 18, de 26 de janeiro de 2011.

Faculdade de Educação/ Currículo
1º - Carmen Teresa Gabriel Anhorn
2º - Inês Barbosa de Oliveira
Faculdade de Educação/Políticas Públicas em Educação
- Roberto Leher
Instituto de Geociências/ Geografia
1º- Iná Elias de Castro
2º- Antônio José Teixeira Guerra

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 6.521, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Tecnologia Farmacêutica Integrada, da Faculdade de Farmácia, na categoria Adjunto. O número do edital do concurso é 27, de 24 de junho de 2010, publicado no DOU nº 120, de 25 de junho de 2010 e prorrogado no edital número 01 de 07 de janeiro de 2011, publicado no DOU nº 06, de 10 de janeiro de 2011.

1º- Kattya Gyselle de Holanda e Silva
2º- Regilene Steluti
3º- Flávia Almada do Carmo

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 6.522, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor Serviço Social da Escola de Serviço Social, na categoria Assistente. O número do edital do concurso é 36, de 17 de março de 2011, publicado no DOU nº 54, de 21 de março de 2011

1º - Elaine Martins Moreira
2º - Marcela Soares Silva
3º - Mirella Farias Rocha

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

PORTARIA Nº 6.523, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público o nome do candidato aprovado, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, do Curso de História das Ciências das Técnicas e Epistemologia/CCMN, na categoria Titular. O número do edital do concurso é 40, de 04 de abril de 2011, publicado no DOU nº 65, de 05 de abril de 2011.

- Ricardo Silva Kubrusly

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 6.605, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União Nº 120, de 25 de junho de 2003, resolve:

Tornar público e homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Setor/Área Matemática Aplicada, Cálculo e Computação, do Campus Macaé, na categoria Assistente. O número do edital do concurso é 114, de 13 de dezembro de 2010, publicado no DOU nº 06, de 10 de janeiro de 2011.

- Não houve candidatos aprovados

CARLOS ANTÔNIO LEVI DA CONCEIÇÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO DE BIOFÍSICA CARLOS CHAGAS FILHO

PORTARIA Nº 6.578, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 322 de 29/01/10, publicada no DOU nº 21 de 01/02/10, resolve tornar público o resultado final do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto - área de Biologia Celular - Polo de Xerém / Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho - Universidade Federal do Rio de Janeiro - edital nº84, de 10 de agosto de 2011 publicado no Diário Oficial da União NO. 156 de 15/08/11, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho/ Polo de Xerém
Setorização: Biologia Celular
1 - Flavia Fonseca Bloise
2 - Karina Ribeiro da Silva
3 - Renata Travassos de Lima

DENISE PIRES DE CARVALHO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 450, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011 (*)

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e pelo art. 4º- A da Lei n° 11.110, de 25 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Obedecidas as condições, critérios e limites estabelecidos pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, pelo Decreto nº 5.288, de 29 de novembro de 2004, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.000, de 25 de agosto de 2011 e alterações posteriores, fica autorizado o pagamento de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado contratadas a partir da publicação desta Portaria, desde que observadas as seguintes condições:

I - Taxa de juros para o mutuário: 8% a.a (oito por cento ao ano);

II - Taxa de abertura de crédito (TAC): 1,0% (um por cento) sobre o valor financiado;

III - Limite de operações com direito a subvenção a cada exercício civil por mutuário em todo o Sistema Financeiro Nacional: 3 (três), independente do prazo de cada financiamento.

Art. 2° O valor total das equalizações de que trata esta Portaria ficará limitado, em 2011, a R$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais).

Parágrafo único. O pagamento das equalizações relativas às operações contratadas em 2011 será devido pelo Tesouro Nacional a partir de 2012.

Art. 3° Para efeito dos pagamentos da equalização pelo Tesouro Nacional, as instituições financeiras deverão apresentar a cobrança da equalização mensal, mediante envio, até o 10° dia útil do mês subseqüente, dos valores de equalização relativos às operações verificadas entre o primeiro e o último dia do mês correspondente, acompanhados da declaração de responsabilidade (conforme modelo anexo), da própria instituição financeira, pela exatidão das informações relativas às operações realizadas.

§1° Os valores relativos às equalizações de que trata o caput, deverão ser encaminhados à Secretaria do Tesouro Nacional acompanhados das informações relativas às operações realizadas e da memória de cálculo, que deverá especificar: identificação da instituição financeira, CPF/CNPJ, nome/razão social do mutuário, valor individual por operação e prazo da operação em meses, data da contratação, município da agência bancária, e equalização devida (com base na Tabela 1 anexa), dentre outras informações que se fizerem necessárias para fins de monitoramento das operações por parte da Secretaria do Tesouro Nacional.

§2° A Secretaria do Tesouro Nacional efetuará o pagamento da equalização até o 5° dia útil, contado do último dia do prazo definido para apresentação da cobrança por parte das instituições financeiras, observado o disposto no Parágrafo único do art. 2º.

§3° Sobre a equalização paga com atraso incidirá atualização monetária com base na variação da Taxa Média Selic, pro rata die, a contar do término do prazo para pagamento estabelecido no §2° até a data do efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional, exceto para o caso de atraso no encaminhamento da cobrança por parte da instituição financeira, ocasião em que o pagamento do valor devido será postergado para o mês subseqüente, sem a incidência de atualização monetária.

Art. 4° Caso, durante o processamento das informações encaminhadas pelas instituições financeiras, seja constatada a existência de operações de um mesmo mutuário em número maior que o limite definido no inciso III do artigo 1°, a Secretaria do Tesouro Nacional informará a(s) instituição(ões) financeira(s) responsável(is) e excluirá da base de dados utilizada para fins de pagamento da equalização(ões) operação(ões) com data de contratação mais recente(s).

Parágrafo único. Caberá à(s) instituição(ões) financeira(s) responsável(is) o custo atribuído ao acompanhamento e contratação das operações excluídas na forma descrita no caput deste artigo.

Art. 5° Os valores das equalizações e de suas respectivas atualizações serão obtidos conforme Tabela 1 e metodologia anexas.

Art. 6° Para fazer jus ao recebimento da equalização, as instituições financeiras devem manifestar interesse por meio da apresentação de proposta contendo a estimativa mensal de demanda de subvenção para o exercício corrente, calculada com base nos valores definidos na Tabela 1 anexa.

Art. 7° A proposta a que se refere o artigo 6° deverá ser encaminhada, por escrito, no formato indicado na Tabela 2 anexa, à Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional - COPEC/STN, e protocolada até o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 8° Caso o montante das estimativas de subvenção encaminhadas pelas instituições financeiras exceda as disponibilidades orçamentárias do exercício, os valores serão redimensionados proporcionalmente à estimativa de demanda efetuada por cada instituição financeira.

Art. 9° Caberá às instituições financeiras disponibilizar, sempre que solicitadas, informações relacionadas com a boa e regular aplicação dos recursos a que se refere esta Portaria, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Controladoria Geral da União - CGU, ao Tribunal de Contas da União - TCU e ao Banco Central do Brasil, para fins de acompanhamento e fiscalização por parte dos referidos órgãos.

Art. 10° Caberá ao Banco Central do Brasil acompanhar e fiscalizar as operações de microcrédito produtivo orientado realizadas pelas instituições financeiras beneficiárias da subvenção de que trata esta Portaria, conforme disposto no art. 4º-C da Lei 11.110, de 2005.

Art. 11° A aplicação irregular ou o desvio dos recursos provenientes das subvenções de que trata esta Portaria sujeita o infrator à devolução, em dobro, da subvenção recebida, atualizada monetariamente, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 44 da Lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964, conforme disposto no art. 4º-B da Lei 11.110, de 2005.

Art. 12° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

ANEXO

a) Cálculo da equalização

EQL = ∑ (N X C)

b) Cálculo da atualização

EQA = EQL X FA

Legenda:

EQL = Equalização apurada referente ao período de equalização;
N = Número de operações contratadas, segregadas por faixas de valores e de prazo definidas na Tabela 1 constante deste anexo;
C = Valor da equalização devida por operação contratada, conforme Tabela 1 constante deste anexo, sendo que, para operações com prazo menor que 12 meses e maior ou igual a 12 meses, entre R$ 100,00 e R$ 499,99, corresponderá a R$ 22,00 e R$ 42,00 respectivamente; entre R$ 500,00 e R$ 999,99, corresponderá a R$ 55,00 e R$ 95,00, respectivamente; entre R$ 1.000,00 e R$ 2.999,99, corresponderá a R$ 85,00 e R$ 125,00, respectivamente e igual ou maior que R$ 3.000, corresponderá a R$ 150,00 e R$ 230,00, respectivamente;
EQA = Equalização apurada atualizada até o dia do pagamento;
FA = Fator Acumulado (variação da taxa Selic no período a ser atualizado, calculada no site do Banco Central do Brasil).

c) DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

As instituições financeiras beneficiárias da subvenção de que trata esta Portaria, ao encaminhar a Declaração de Responsabilidade para fins de pagamento da equalização pelo Tesouro Nacional, deverão adotar o seguinte modelo:

Para efeito de atendimento ao disposto na Lei n° 11.110, de 25 de abril de 2005, DECLARAMOS que os dados apresentados, objeto da solicitação de cobrança ao Tesouro Nacional, correspondem exatamente ao número de operações efetivamente contratadas, bem como aos valores e informações contratuais, pelo que ATESTAMOS a boa e regular aplicação dos recursos, para fins de liquidação da despesa, conforme disposto no art. 63, §1°, II da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964.

Caso o Banco Central do Brasil, nos termos do disposto nos artigos 4°- B e 4°- C da Lei n° 11.110, de 25 de abril de 2005, constate a existência de qualquer irregularidade ou desvio de recursos provenientes das subvenções de que trata a referida Lei, fica esta instituição financeira, neste ato, obrigada a devolver, em dobro, a subvenção recebida, no prazo máximo de 30 dias da data da cobrança pelo Tesouro Nacional, devidamente atualizada pela variação da taxa Selic, verificada da data do pagamento pelo Tesouro Nacional até a efetiva devolução, sem prejuízo das demais penalidades previstas nos normativos pertinentes. Para tanto, esta instituição se compromete a efetuar o agendamento do respectivo débito em nossa conta "reservas bancárias", no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Local e data:_____, __/__/__
Assinatura autorizada:_____

d) TABELA 1: Valor da Equalização devida por operação contratada
(EM R$)

Valor da Operação (em R$)	Prazo da Operação (em meses)	
	< 12	= ou > 12
100,00 a 499,99	22,00	42,00
500,00 a 999,99	55,00	95,00
1.000,00 a 2.999,99	85,00	125,00
= ou > 3.000,00	150,00	230,00

e) TABELA 2: DEMONSTRATIVO DAS estimativas de EQUALIZAÇÃO

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:_____				
ESTIMATIVA DE EQUALIZAÇÃO EM 2011 (R$)				
Set	Out	Nov	Dez	Total

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 16-9-2011, Seção 1, pág. 21, com incorreção no original.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.558, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte das administradoras de consórcio e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 14 de setembro de 2011, com base nos arts. 6º e 7º da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, resolve:

Art. 1º As administradoras de consórcio devem contemplar, em seus sistemas de controles internos, na contratação de operações e na prestação de serviços, a adoção e a verificação de procedimentos que assegurem:

I - a prestação das informações necessárias à livre escolha e à tomada de decisão por parte dos consorciados, explicitando, inclusive, as cláusulas contratuais ou práticas que impliquem deveres, responsabilidades e penalidades, fornecendo tempestivamente cópia de contratos, recibos, extratos, comprovantes e outros documentos relativos a operações e a serviços prestados; e

II - a utilização no contrato de participação em grupo de consórcio, bem como em informativos e demais documentos, de redação clara, objetiva e adequada, de forma a permitir o entendimento do conteúdo e a identificação de prazos, valores, encargos, multas, datas, locais e demais condições.

Parágrafo único. Na prestação das informações de que trata o inciso I deve ser observado que:

I - os custos de participação em grupo de consórcio devem contemplar, no mínimo, os itens a seguir listados, expressos obrigatoriamente sob a forma de percentual sobre o valor do crédito, considerando o total dos pagamentos previstos, sem prejuízo da utilização de outras formas:

a) a taxa de administração;

b) a taxa de fundo de reserva, se houver; e

c) o percentual correspondente ao seguro, se houver;

II - a exigência de divulgação na forma definida no inciso I deste parágrafo não se aplica no caso de a cobrança de seguro ocorrer somente após a contemplação do consorciado, sendo obrigatório informar, nessa hipótese, apenas a sua existência e a sua forma de cobrança; e

III - as taxas e valores cobrados nas operações de consórcio não devem ser comparados com as taxas e valores cobrados nas operações de crédito ou de arrendamento mercantil financeiro.

Art. 2º É vedada a cobrança pela emissão de boletos, carnês e assemelhados para pagamento das obrigações financeiras decorrentes das operações de consórcio.

Art. 3º O art. 35 da Circular nº 3.432, de 3 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35. .....
.....

Parágrafo único. A administradora deve convocar assembleia geral extraordinária, no prazo máximo de cinco dias úteis após o conhecimento da descontinuidade de produção do bem referenciado no contrato, para a deliberação de que trata o inciso V." (NR)

Art. 4º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação ao art. 1º a partir de 1º de dezembro de 2011.

Art. 5º Ficam revogados o art. 7º e o inciso III do art. 8º da Circular nº 2.332, de 7 de julho de 1993, e, a partir de 1º de dezembro de 2011, as Circulares ns. 3.085, de 7 de fevereiro de 2002, e 3.285, de 11 de maio de 2005.

LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA
Diretor de Regulação do Sistema Financeiro

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamentos, abertos ao público, de processos administrativos sancionadores - CVM

I - Marcação de sessão de julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05/03/2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador, na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os indiciados e seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à sessão de julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de suas defesas.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

REMARCAÇÃO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

A sessão de Julgamento do PAS CVM nº RJ2010/9078 - SADIA S/A, pautada para o dia 27 de setembro de 2011, foi remarcada para o dia 25 de outubro de 2011, às 15h, no auditório da Sede da CVM, no Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2011
RENATA NOSRALA PORTAS
Chefe

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 201, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado. Pauta republicada em virtude de alteração nos dias e horários das sessões de julgamento.

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
01 - Recurso: 509940 - Ex Officio e Voluntário - Processo: 16327.002212/2005-00 - Recorrentes: PARMALAT BRASIL S/A. - INDÚSTRIA DE ALIMENTOS e FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Outros - Omissão de Receitas e Outros.
02 - Recurso: 176690 - Ex Officio e Voluntário - Processo: 16561.000192/2007-13 - Recorrentes: Responsável Tributária Solidária (PARMALAT BRASIL S/A. - INDÚSTRIA DE ALIMENTOS) e FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Outros - Glosa de despesas financeiras.
03 - Processo: 11831.006418/2002-34 - Recorrente: ACCOR PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - SALDO NEGATIVO - IRPJ.
04 - Processo: 10183.900943/2008-52 - Recorrente: CONSTRUTORA ITAPUÃ LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - CSLL.
05 - Processo: 10183.901713/2008-19 - Recorrente: CONSTRUTORA ITAPUÃ LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - CSLL.
Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR
06 - Processo: 10768.020294/99-72 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - RESITUIÇÃO.
07 - Processo: 10245.000115/2009-21 - Recorrente: OURO VERDE AGROSILVOPASTORIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, IRRF, COFINS, PIS e CSLL.
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
08 - Recurso: 886888 - Processo: 18471.001928/2007-13 - Recorrente DICATEL DISTRIBUIDORA DE CARTÕES TELEFÔNICOS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ
09 - Processo: 10768.020014/00-50 - Recorrente: LUTZ FERNANDO ÓTICA E INSTRUMENTAL CIENTÍFICO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: COMPENSAÇÃO - IRPJ.
10 - Processo: 10768.015334/2001-59 - Recorrente: LUTZ FERNANDO ÓTICA E INSTRUMENTAL CIENTÍFICO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: COMPENSAÇÃO - IRRF.
Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA
11 - Recurso: 163108 - Processo: 19647.012380/2005-71 - Recorrente: STAR LAB DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ E OUTROS.
12 - Recurso: 165007 - Processo: 11831.001128/2002-02 - Recorrente: ANASTÁCIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
13 - Recurso: 152943 - Processo: 15374.002175/2001-70 - Recorrente: SEAPAR NAVEGAÇÃO MARÍTIMA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ E OUTROS.

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:30 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
14 - Processo: 10425.900332/2008-14 - Recorrente: BENTONIT UNIÃO NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - CSLL.
15 - Processo: 10425.900340/2008-61 - Recorrente: BENTONIT UNIÃO NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - IRPJ.
16 - Processo: 10425.900346/2008-38 - Recorrente: BENTONIT UNIÃO NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - CSLL.
17 - Processo: 10425.900353/2008-30 - Recorrente: BENTONIT UNIÃO NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - CSLL.
18 - Processo: 10425.900356/2008-73 - Recorrente: BENTONIT UNIÃO NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - CSLL.
19 - Processo: 10425.900357/2008-18 - Recorrente: BENTONIT UNIÃO NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - CSLL.
Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR
20 - Processo: 10410.005135/2009-30 - Recorrente: LIMPEL-LIMPEZA URBANA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, COFINS, PIS e CSLL.
21 - Processo: 10640.004362/2007-72 - Recorrente: BEBIDA GOSTOSA MG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS E EXPORTADORA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, COFINS, PIS e CSLL.
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
22 - Processo: 10280.004098/2006-22 - Recorrente: BLB ELETRÔNICA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: COMPENSAÇÃO - IRPJ.
23 - Processo: 16327.001736/2007-37 - Recorrente: PARANÁ CIA. DE SEGUROS (SUCESSORA DE BEMGE SEGURADORA S/A.) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PERC/IRPJ.
24 - Processo: 11516.003125/2003-59 - Recorrente: BESC S/A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: COMPENSAÇÃO.
Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA
25 - Recurso: 337583 - Processo: 10930.003780/2003-53 - Recorrente: CAFÉ DAMASCO SOCIEDADE ANÔNIMA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCTF.
26 - Recurso: 337581 - Processo: 10980.004150/2002-20 - Recorrente: CAFÉ DAMASCO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCTF.
27 - Recurso: 117661 - Processo: 13702.000715/95-31 - Recorrente: CENTRINEL S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

DIA 28 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
28 - Processo: 10880.912964/2006-91 - Recorrente: Y&R PROPAGANDA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - IRRF.
29 - Processo: 10880.912965/2006-36 - Recorrente: Y&R PROPAGANDA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - IRRF.
30 - Processo: 10880.912982/2006-73 - Recorrente: Y&R PROPAGANDA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - IRRF.
31 - Processo: 10880.912984/2006-62 - Recorrente: Y&R PROPAGANDA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - IRRF.
32 - Processo: 10880.912988/2006-41 - Recorrente: Y&R PROPAGANDA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - IRRF.
33 - Processo: 10880.912987/2006-04 - Recorrente: Y&R PROPAGANDA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - IRRF.
Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR
34 - Processo: 10930.004053/2003-11 - Recorrente: PVC BRAZIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TUBOS E CONEXÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IPI.
35 - Processo: 11065.005763/2003-60 - Recorrente: LUIGI CALÇADOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IPI.
36 - Recurso: 159540 EX OFICIO E VOLUNTÁRIO - Processo: 13808.000983/99-53- Recorrentes: STANLAR PRODUTOS PARA O LAR LTDA. e FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ E OUTROS
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
37 - Processo: 11610.001815/2003-03 - Recorrente: BIB CASH MANAGEMENT LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: COMPENSAÇÃO - IRPJ.
38 - Processo: 11080.100216/2007-22 - Recorrente: IAB ASSESSORIA TRIBUTÁRIA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: RESTITUIÇÃO.
Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA
39 - Recurso: 335385 - Processo: 13609.000062/2004-56 - Recorrente: SORICE MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES.
40 - Recurso: 338454 - Processo: 13607.000736/2004-32 - Recorrente: BOBINADORA PX LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - Exclusão.

DIA 28 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:30 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
41 - Processo: 10245.900232/2009-97 - Recorrente: VIMEZER FORNECIMENTO DE SERVIÇOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - CSLL.
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
42 - Processo: 18471.000570/2006-12 - Recorrente: BIOLOTUS BIOTECH LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
43 - Processo: 13984.000495/2007-77 - Recorrente: BINDER & LIMA LTDA. - ME (Responsáveis tributários: Cristiane Binder e Volnei Muniz Lima) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACION AL.
Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR
44 - Processo: 13971.000124/00-60 - Recorrente: CREMER S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IPI e COFINS.
Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA
45 - Recurso: 338709 - Processo: 11610.002741/2003-14 - Recorrente: CALTRONIC S/C LTDA - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - Inclusão.

VALMAR FONSECA DE MENEZES
Presidente

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 504, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado. Pauta republicada em virtude de alteração nos dias e horários das sessões de julgamento.

DIA 26 DE SETEMBRO DE 2011, ÁS 09:00 HORAS

Relator(a): JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ
01 - Processo: 13807.007601/2001-07 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e AIR PRODUCTS GASES INDUSTRIAIS LTDA. - Matéria: IRPJ - GLOSA DE CUSTOS.
02 - Processo: 10320.002754/2009-81 - Recorrente: VIAÇÃO NORTE BRASILEIRO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - VERIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS.
03 - Processo: 13805.013891/96-01 - Recorrente: PATENTE PARTICIPAÇÕES S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - CORREÇÃO MONATÉRIA DE BALANÇO. PLANO VERÃO.
04 - Processo: 13805.001164/98-72 - Recorrente: AON RISK SERVICES DO BRASIL CORRETORES DE SEGUROS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - COMPENSAÇÃO BC NEGATIVA.
Relator(a): SILVANA RESCIGNO GUERRA BARRETO
05 - Recurso: 156806 - Processo: 16327.000723/2005-89 - Recorrente: BANCO INDUSVAL S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
06 - Recurso: 885168 - Processo: 16327.001689/2007-21 - Recorrente: BANCO RODOBENS S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.
07 - Processo: 10540.001307/2003-25 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS BENFICA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - OMISSÃO DE RECEITA.
08 - Processo: 19515.000416/2010/36 - Recorrente: PH - PHOTOGRAPH FOMENTO MERCANTIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - OMISSÃO DE RECEITA.
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
09 - Processo: 10283.721272/2008-37 - Recorrente: LG ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10 - Processo: 10469.721463/2009-10 - Recorrente: LA DE AZEVEDO MARINHO VAREJISTA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.
11 - Processo: 10980.724024/2009-61 - Recorrente: MERCANTIL ROMANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. (Responsáveis tributários: Indústrias Todeschini S/A., Imcopa, Importação, Exportação e Indústria de Óleos S/A. e AC Comercial e Exportadora Ltda.) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
Relator(a): JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR
12 - Recurso: 268448 - Processo: 10166002384/2007-41 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
13 - Recurso: 268498 - Processo: 10166010220/2006-14 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
14 - Recurso: 168515 - Processo: 10166005076/2006-96 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
15 - Recurso: 268500 - Processo: 10166012231/2005-40 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
16 - Recurso: 268505 - Processo: 10166004219/2007-23 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
17 - Recurso: 268488 - Processo: 10166008748/2005-34 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
18 - Recurso: 268487 - Processo: 10166012290/2006-07 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
19 - Recurso: 268457 - Processo: 10166001364/2007-52 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
20 - Recurso: 268453 - Processo: 10166001565/2006-79 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
21 - Recurso: 268440 - Processo: 10166003398/2006-09 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
22 - Recurso: 268425 - Processo: 10166002566/2007-11 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
23 - Recurso: 268504 - Processo: 10166004116/2006-82 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
24 - Recurso: 268454 - Processo: 10166002385/2007-95 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
25 - Recurso: 268576 - Processo: 10166013142/2005-11 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAIS PRIVADOS. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DECOMP.
Relator(a): IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO
26 - Recurso: 157973 - Processo: 10880.005663/00-80 - Recorrente: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ
27 - Recurso: 155527 - Processo: 19515.004212/2003-45 - Recorrente: COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
28 - Processo: 16327.002044/2005-44 - Recorrente: AVIBRÁS DIVISÃO AÉREA E NAVAL S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
29 - Processo: 13896.002592/2007-93 - Recorrente: NATURA COSMÉTICOS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
30 - Processo: 10830.003499/2003-49 - Recorrente: A D N MONTAGEM E MANUTENÇÃO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL.

DIA 26 DE SETEMBRO DE 2011, ÁS 14:30 HORAS

Relator(a): JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ
31 - Processo: 10660.000833/2009-05 - Recorrente: COOPER STANDARD AUTOMOTIVE BR SEALING LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - MULTA ISOLADA.
32 - Processo: 10735.900190/2008-91 - Recorrente: CASA HG LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - SALDO NEGATIVO - IRPJ.
33 - Processo: 10735.902262/2008-35 - Recorrente: CASA HG LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - SALDO NEGATIVO - IRPJ.
34 - Processo: 10735.900074/2008-72 - Recorrente: CASA HG LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - SALDO NEGATIVO - CSLL.
Relator(a): SILVANA RESCIGNO GUERRA BARRETO
35 - Processo: 10983.912098/2009-23 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
36 - Processo: 10983.912099/2009-78 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
37 - Processo: 10983.912100/2009-64 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
38 - Processo: 10983.912101/2009-17 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
39 - Processo: 10983.912102/2009-53 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
40 - Processo: 10983.912103/2009-06 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
41 - Processo: 10983.912104/2009-42 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
42 - Processo: 10983.912105/2009-97 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
43 - Processo: 10983.912106/2009-31 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
44 - Processo: 10983.912107/2009-86 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
45 - Processo: 10380.009292/2004-12 - Recorrente: LINHA TÉCNICA IMPORTDORA E COMERCIAL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e OUTROS.
46 - Processo: 10840.720540/2011-36 - Recorrente: MZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
47 - Processo: 11020.001337/2008-88 - Recorrente: MARELLI MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP-ELETRÔNICO - SALDO NEGATIVO DO IRPJ.
Relator(a): JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR
48 - Processo: 10680.900504/2008-39 - Recorrente: ARCELOMITTAL BRASIL S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL. - Matéria: IRPJ - Dcomp.
49 - Processo: 10880.915012/2008-91 - Recorrente: AES TIETE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Decomp.
Relator(a): IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO
50 - Recurso: 510349 - Ex offício e Voluntário - Processo: 13312.000853/2007-54 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISA DO VALE DO ACARAÚ - IVA - Matéria: IRPJ.
51 - Processo: 13005.900009/2006-18 - Recorrente: ATC ASSOCIATED TOBACCO COMPANY BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - COMPENSÃO.
52 - Processo: 13607.000038/2007-80 - Recorrente: EURO BAHIA EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL.

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÁS 08:30 HORAS

Relator(a): JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ
53 - Recurso: 169859 - Processo: 10875.000725/2003-13 - Recorrente: SAINT - GOBAIN ABRASIVOS LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP. SALDO NEGATIVO IRPJ.
54 - Processo: 10845.000183/2006-89 - Recorrente: O D DASA - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO.
Relator(a): SILVANA RESCIGNO GUERRA BARRETO
55 - Processo: 10983.912108/2009-21 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
56 - Processo: 10983.912109/2009-75 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
57 - Processo: 10983.912110/2009-08 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
58 - Processo: 10983.912111/2009-44 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
59 - Processo: 10983.912112/2009-99 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
60 - Processo: 10983.912113/2009-33 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
61 - Processo: 10983.912115/2009-22 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
62 - Processo: 10983.912116/2009-77 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
63 - Processo: 10983.912716/2009-35 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
64 - Processo: 10983.912717/2009-80 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
65 - Processo: 11020.908425/2008-11 - Recorrente: MATZUPEL INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP-ELETRÔNICO - SALDO NEGATIVO DA CSLL.
66 - Processo: 11030.000182/2008-43 - Recorrente: MARLIANA FÁTIMA GONÇALVES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO.
Relator(a): JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR
67 - Processo: 10435.7201002007-84 - Recorrente:. FERREIRA COSTA E CIA. LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Dcomp.
68 - Processo: 10435.720102/2007-73 - Recorrente: FERREIRA COSTA E CIA. LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Dcomp.
Relator(a): IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO
69 - Processo: 13609.000300/2009-38 - Recorrente: LIGAS DE ALUMÍNIO S/A. - LIASA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL.
70 - Processo: 13609.001674/2008-90 - Recorrente: LIGAS DE ALUMÍNIO S/A. - LIASA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL.
71 - Processo: 13609.000811/2002-83 - Recorrente: COMERCIAL SERTÃ LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL.
72 - Processo: 16327.000748/2007-44 - Recorrente: BANCO WESTLAB DO BRASIL S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÁS 14:30 HORAS

Relator(a): JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ
73 - Processo: 10845.000271/2006-81 - Recorrente: R.C. A. LOPES - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO.
74 - Processo: 10508.000425/2010-41 - Recorrente: AGROFLORESTAL MATA ATLÂNTICA LTDA. - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL - EXCLUSÃO.
Relator(a): SILVANA RESCIGNO GUERRA BARRETO
75 - Processo: 10983.912718/2009-24 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
76 - Processo: 10983.912719/2009-79 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
77 - Processo: 10983.912720/2009-01 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
78 - Processo: 10983.912721/2009-48 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
79 - Processo: 10983.912722/2009-92 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
80 - Processo: 10983.912723/2009-37 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
81 - Processo: 10983.912724/2009-81 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
82 - Processo: 10983.912725/2009-26 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
83 - Processo: 10983.912726/2009-71 - Recorrente: INTELBRÁS S/A. - INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELTRÔNICA BRASILEIRA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/DCOMP - ESTIMATIVAS IRPJ.
Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO
84 - Processo: 11070.000398/2008-32 - Recorrente: MARCELO ANDRIGO PRATES & CIA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO.
Relator(a): JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR
85 - Processo: 10425.003163/2007-91 - Recorrente: ANTONIO HENRIQUE DA SILVA - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL.
86 - Processo: 10380.014219/2007-05 - Recorrente: ANTONIO GILSON MENEZES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: RESTITUIÇÃO.
Relator(a): IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO
87 - Recurso: 130944 - Embargos de Declaração - Processo: 10768.011680/2001-68 - Embargante: Conselheira IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO - Embargada: Segunda Turma da Primeira Câmara da Primeira Seção - Interessado: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A - Matéria: IRF.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

88 - Recurso: 147382 - Embargos de Declaração - Processo: 10980.011773/2002-59 - Embargante: Conselheira IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO - Embargada: Segunda Turma da Primeira Câmara da Primeira Seção - Interessado: PROSPECTA FACTORING LTDA. - Matéria: IRPJ E OUTROS.

IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO
Presidente

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

3ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, EDIFÍCIO ALVORADA, 3º ANDAR SALA 203, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado. Pauta republicada em virtude de alteração nos dias e horários das sessões de julgamento.

DIA 27 DE SETEMBRO 2011, ÁS 09:00 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO
01 - Processo: 10166.009070/2003-45 - Recorrente: VIA INTERNETE INFORMÁTICA S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Restituição/Compensação.
02 - Processo: 10166.009072/2003-34 - Recorrente: VIA INTERNETE INFORMÁTICA S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Restituição/Compensação.
Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA
03 - Processo: 11020.002363/2006-61 - Recorrente: GALETO DA FAMIGLIA CAVICHIONI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e SIMPLES - EXCLUSÃO.
04 - Processo: 16327.000218/2006-15 - Embargos de Declaração - Embargante: Conselheiro MARCOS SHIGUEO TAKATA - Embargada: Terceira Turma da Primeira Câmara da Primeira Seção - Interessado: KOBOLD BANCO DE FOMENTO MERCANTIL LTDA. (Atual denominação: ARUGAN PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - Matéria: Multa/Compensação.
Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA
05 - Processo: 11543.004092/2001-75 - Recorrente: ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Cofins/Compensação.
Relator(a): JOSÉ SÉRGIO GOMES
06 - Processo: 13227.720066/2007-91 - Recorrente: CASSOL CENTRAIS ELÉTRICAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.
Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO
07 - Recurso: 161883 - Processo: 10768.015119/2001-58- Recorrente: NEOERNERGIA S.A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
08 - Recurso: 161884 - Processo: 10768.013047/2001-12 - Recorrente: NEOERNERGIA S.A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

DIA 27 SETEMBRO DE 2011, ÁS 14:30 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO
09 - Processo: 10166.009074/2003-23 - Recorrente: VIA INTERNETE INFORMÁTICA S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Restituição/Compensação.
10 - Processo: 10166.009075/2003-78 - Recorrente: VIA INTERNETE INFORMÁTICA S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Restituição/Compensação.
Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA
11 - Processo: 13857.000705/2008-63 - Recorrente: AZEVEDO E RIVERO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.
12 - Processo: 18471.001064/2007-21 - Embargos de Declaração - Embargante: Conselheiro MARCOS SHIGUEO TAKATA. - Embargada: Antiga Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes. - Interessado: SHELL DO BRASIL LTDA (Atual denominação: RAIZEN COMBUSTÍVEIS S/A.) Matéria: IRPJ e CSLL.
Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA
13 - Processo: 10768.909770/2006-03 - Recorrente: PROTRADE COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.
Relator(a): JOSÉ SÉRGIO GOMES
14 - Processo: 13502.001207/2007-77 - Ex Offício e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BRITÂNIA DO NORDESTE LTDA. - Matéria: IRPJ, COFINS, PIS e CSLL.
Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO
15 - Recurso: 176671 - Processo: 10882.002482/2006-10 - Recorrente: DIAGNÓSTICO DA AMÉRICA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

DIA 28 DE SETEMBRO DE 2011, ÁS 08:30 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO
16 - Processo: 10140.902325/2008-43 - Recorrente: FINACIAL CONSTRUTORA INDUSTRIAL - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Dcomp.
Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA
17 - Processo: 18471.001227/2007-76 - Recorrente: BRL DISTRIBUIDORA DE VACINAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL.
Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA
18 - Processo: 10835.900008/2008-74 - Recorrente: VIAÇÃO MOTTA LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.
Relator(a): JOSÉ SÉRGIO GOMES
19 - Processo: 19515.002902/2009-55 - Recorrente: CBS COMUNICAÇÕES BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, COFINS, PIS e CSLL.
Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO
20 - Recurso: 146538 - Ex Officio e Voluntário - Processo: 10768.022998/98-35 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e AMACAFÉ SOCIEDADE EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA. - Matéria: IRPJ E OUTROS.

DIA 28 DE SETEMBRO DE 2011, ÁS 14:30 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO
21 - Processo: 10166.009077/2003-67 - Recorrente: VIA INTERNETE INFORMÁTICA S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Restituição/Compensação.
22 - Processo: 10166.009078/2003-10 - Recorrente: VIA INTERNETE INFORMÁTICA S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Restituição/Compensação.
23 - Recurso: 139765 - Embargos de Declaração - Processo: 10930.004856/2003-68 - Embargante: JABUR TOYOPAR IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. - Embargada: Antiga Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes. - Matéria: IRPJ E OUTROS.
Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA
24 - Processo: 10630.720316/2007-33 - Recorrente: DATAMICRO INFORMÁTICA LTDA.(Responsáveis solidários: Wellington Martins da Cruz e Edyr Cordeiro de Paula Silva) - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
25 - Processo: 13808.000456/00-63 - Recorrente: GRACE BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA
26 - Processo: 10805.000596/2010-16 - Recorrente: ANDRÉ CAETANO IND. COM. DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA. - M.E.- Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Simples Nacional
Relator(a): JOSÉ SÉRGIO GOMES
27 - Processo: 10283.901899/2008-70 - Recorrente: MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP ELETRÔNICO - PAGAMENTO A MAIOR OU INDEVIDO.
28 - Processo: 10283.901900/2008-66 - Recorrente: MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP ELETRÔNICO - PAGAMENTO A MAIOR OU INDEVIDO.
29 - Processo: 10283.901901/2008-19 - Recorrente: MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP ELETRÔNICO - PAGAMENTO A MAIOR OU INDEVIDO.
30 - Processo: 10283.901907/2008-88 - Recorrente: MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP ELETRÔNICO - PAGAMENTO A MAIOR OU INDEVIDO.
Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO
31 - Recurso: 144778 - Embargos de Declaração - Processo: 15374.002196/99-82 - Embargante: AUTO POSTO EXCEDE LTDA. - Embargada: Antiga Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes. - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ E OUTRO.

ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA
Presidente

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

Obs.: Pauta republicada em razão do adiamento das Sessões do período de 12 a 16/09/2011, por questões de ordem administrativa

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 302, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
1 - Processo nº: 10932.000181/2008-72 - Recorrente: PROEMA AUTOMOTICA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10932.000316/2007-19 - Recorrente: ROLMAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE DE OLIVEIRA FERRAZ CORREA
3 - Processo nº: 10580.006910/2002-46 - Recorrente: COLEGIO APOIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-07-09 00:00:00
4 - Processo nº: 13116.000419/2006-18 - Recorrente: COMERCIAL DE ALIM CONQUISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10280.720118/2007-97 - Recorrente: CRAI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10280.720126/2006-52 - Recorrente: M. O. TERRAPLENAGEM LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10280.720392/2007-66 - Recorrente: COTTOMALHAS TECIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: NELSO KICHEL
8 - Processo nº: 10380.007947/2003-29 - Nome do Contribuinte: LABORATORIO MADREVITA LTDA
9 - Processo nº: 10580.022796/99-44 - Nome do Contribuinte: RIOMAR CENTROS COMERCIAIS LTDA
Relator: MARCO ANTONIO NUNES CASTILHO
10 - Processo nº: 10469.720145/2006-81 - Nome do Contribuinte: FLORENZA LOCACAO DE MAO-DE-OBRA LTDA.

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
11 - Processo nº: 12686.000120/2002-02 - Embargante: MINERACA VILA NOVA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10882.001249/2004-40 - Recorrente: VOKO PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE DE OLIVEIRA FERRAZ CORREA
13 - Processo nº: 10283.720481/2006-00 - Recorrente: ONCOCLIN DE MANAUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10530.002335/2008-93 - Recorrente: DANILO COMERCIAL DE PECAS ELETRICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10580.009142/2006-14 - Recorrente: ELETRODATA INSTALACOES E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: NELSO KICHEL
16 - Processo nº: 10508.000551/2006-10 - Nome do Contribuinte: WAYTEC TECNOLOGIA EM COMUNICACAO
17 - Processo nº: 10510.003319/2009-37 - Nome do Contribuinte: A.C.R.M COMERCIAL LTDA
18 - Processo nº: 10510.003321/2006-63 - Nome do Contribuinte: COSIL CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA
Relator: MARCO ANTONIO NUNES CASTILHO
19 - Processo nº: 11522.002982/2007-86 - Nome do Contribuinte: CASA DO MACARRAO THAINA LTDA (ME)
20 - Processo nº: 10166.722904/2009-05 - Nome do Contribuinte: COPIZA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

DIA 28 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
21 - Processo nº: 10882.004382/2008-81 - Recorrente: PROPACK INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10909.002731/2006-13 - Recorrente: SAO LUCAS ECOMAX CENT DIAG P IMAG S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE DE OLIVEIRA FERRAZ CORREA
23 - Processo nº: 10630.720259/2007-92 - Recorrente: MATADOURO BRASILIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 11618.001036/2005-91 - Recorrente: ALGOTEXTIL CORRET E REPRESENTAES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 13029.000031/2007-79 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 13052.000236/2007-67 - Recorrente: NOLL E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: NELSO KICHEL
27 - Processo nº: 10580.006874/2005-63 - Nome do Contribuinte: DEIL DILSON EMPREEND IMOBILIARIOS LTDA
28 - Processo nº: 10580.007502/2006-35 - Nome do Contribuinte: ENGENHARIA E MANUTENCAO GERAL LTDA
29 - Processo nº: 10882.000614/2004-07 - Nome do Contribuinte: J & J PROMOCOES DE VENDAS E NEGOCIOS LTDA.- EPP
Relator: MARCO ANTONIO NUNES CASTILHO
30 - Processo nº: 10410.005137/2008-48 - Nome do Contribuinte: START SISTEMA E TECNOLOGIA EM RECURSOS TERCEIRIZAVEIS LTDA EPP

DIA 28 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
31 - Processo nº: 10920.001136/2004-41 - Recorrente: SEGUR SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10120.003639/2010-14 - Nome do Contribuinte: VIACAO GOIANIA LTDA
Relator: JOSE DE OLIVEIRA FERRAZ CORREA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33 - Processo nº: 13161.720007/2008-14 - Recorrente: LOPES & CIA LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13161.720025/2006-26 - Recorrente: TRANSPORTADORA PERTILE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13411.000904/2005-68 - Recorrente: EVEL TERRAPLANAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: NELSO KICHEL
36 - Processo nº: 16098.000103/2007-52 - Nome do Contribuinte: ITAUSAGA CORRETORA DE SEGUROS S/A
Relator: MARCO ANTONIO NUNES CASTILHO
37 - Processo nº: 10380.016561/2008-12 - Recorrente: FREITAS EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente

MARIA CONCEICAO DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

1ª TURMA ORDINÁRIA

Obs.: Pauta republicada em razão do adiamento das Sessões do período de 12 a 16/09/2011, por questões de ordem administrativa

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 204, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado

DIA 26 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
1 - Processo nº: 12897.000868/2009-98 - Nome do Contribuinte: VALE S.A.
2 - Processo nº: 18471.000141/2008-15 - Nome do Contribuinte: VALE S.A.
Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO
3 - Processo nº: 10980.016005/2007-04 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MEDALHAO PERSA LTDA
4 - Processo nº: 13811.000632/98-30 - Embargante: RHODIA BRASIL LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO CUBA NETTO
5 - Processo nº: 16327.001448/2006-00 - Recorrente: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10240.003468/2008-42 - Recorrentes: DISMAR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SAO MIGUEL ARCANJO LTDA e FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10820.001489/2004-79 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL DE ANDRADINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RAFAEL CORREIA FUSO
8 - Processo nº: 19647.005874/2005-07 - Nome do Contribuinte: CONSTRUTORA JOLE LTDA
9 - Processo nº: 13804.007318/2003-69 - Nome do Contribuinte: LISTEL LISTAS TELEFONICAS LTDA
10 - Processo nº: 10920.002307/2006-11 - Nome do Contribuinte: EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA
11 - Processo nº: 10882.900115/2008-37 - Nome do Contribuinte: ORNARE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LT

DIA 26 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
12 - Processo nº: 16327.000481/2008-76 - Nome do Contribuinte: BANCO SANTANDER S/A
13 - Processo nº: 10830.004864/2005-02 - Nome do Contribuinte: CONSTRUTORA SIMOSOLTDA
Relator: RAFAEL CORREIA FUSO
14 - Processo nº: 11444.000148/2008-15 - Recorrente: INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11444.000151/2008-21 - Recorrente: INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO CUBA NETTO
16 - Processo nº: 10855.003173/2006-86 - Recorrente: CHAMISSO CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10855.003577/2006-70 - Recorrente: TRANSCOLIMA TRANSPORTE COLETIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10865.004062/2008-30 - Recorrente: JOHE CLARY SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10865.004088/2008-88 - Recorrente: CLINICA MEDICA ESPACO VIDA SOCIEDADE SIMPLES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10865.004090/2008-57 - Recorrente: RODRIGUES E RODRIGUES SERVICOS MEDICOS S/S. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10865.004092/2008-46 - Recorrente: MIRA SERVICOS MEDICOS S/S. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10865.004095/2008-80 - Recorrente: SICANELLI SERVICOS MEDICOS S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10865.004089/2008-22 - Recorrente: NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA DE MOGI MIRIM SOCIEDADE SIMPLES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10830.006002/2003-44 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FUNDAO CPQD CENTRO PESQ DES TELECOM

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
25 - Processo nº: 10480.020058/2001-67 - Nome do Contribuinte: EXATA ENGENHARIA LTDA
26 - Processo nº: 10070.100162/2007-51 - Nome do Contribuinte: ESCOLINHA COMUNITARIA ANCT LTDA
Relator: RAFAEL CORREIA FUSO
27 - Processo nº: 16832.000177/2010-33 - Nome do Contribuinte: BARRA DO CEDRO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
Relator: MARCELO CUBA NETTO
28 - Processo nº: 10166.017895/2002-52 - Embargante: EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV e Embargada: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10315.000245/2009-93 - Embargante: DIOGENES COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: RAFAEL CORREIA FUSO
30 - Processo nº: 16327.000163/2007-24 - Nome do Contribuinte: BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A
Relator: MARCELO CUBA NETTO
31 - Processo nº: 14120.000137/2008-78 - Recorrente: TRANSPORTE E REPRESENTACAO GOMES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 14751.000419/2006-87 - Recorrente: F S VASCONCELOS E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARCELO CUBA NETTO
33 - Processo nº: 13603.001439/2006-14 - Recorrentes: ESAB S/A INDUSTRIA E COMERCIO e FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13062.000686/2007-31 - Recorrente: USINAGEM SMP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RAFAEL CORREIA FUSO
35 - Processo nº: 11610.004963/2001-18 - Nome do Contribuinte: ESCOLA SANTO INACIO SC LTDA
36 - Processo nº: 19515.003120/2006-91 - Nome do Contribuinte: FNC COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA
Relator: MARCELO CUBA NETTO
37 - Processo nº: 13629.003721/2008-00 - Recorrente: TRIBUNAL DO CHOOP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 13678.000205/2007-59 - Recorrente: TRANSPORTES IRMAOS FLORIPES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
Presidente

MARIA CONCEICAO DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

2ª TURMA ORDINÁRIA

Obs.: Pauta republicada em razão do adiamento das Sessões do período de 12 a 16/09/2011, por questões de ordem administrativa

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 301, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CARLOS ALBERTO DONASSOLO
1 - Processo nº: 12571.000192/2008-24 - Recorrente: INDUSTRIAS NOVACKI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 11080.004408/2005-47 - Recorrente: PROLABHO DIST DE PROD PARA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13727.000149/2004-87 - Recorrente: ESTEVES R.RIOS MATER. CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: NEREIDA DE MIRANDA FINAMORE HORTA
4 - Processo nº: 10768.006712/2008-80 - Nome do Contribuinte: RESTAURANTE E LANCHES TORRE DE BELEM LTDA
Relator: GERALDO VALENTIM NETO
5 - Processo nº: 10510.001059/2010-07 - Recorrente: MACON CONSTRUTORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10510.004634/2008-09 - Recorrente: SERGICON PROC DE DADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10510.006937/2008-58 - Recorrente: CONSTRUTORA CELI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ORLANDO JOSE GONCALVES BUENO
8 - Processo nº: 13894.002000/2002-49 - Recorrente: ITAU GESTAO DE ATIVOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10980.004517/2006-39 - Recorrente: HOTELEIRA IGUACU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10980.008211/2005-71 - Recorrente: HOTEIS DE-VILLE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: CARLOS ALBERTO DONASSOLO
11 - Processo nº: 12898.002032/2009-18 - Recorrente: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: NEREIDA DE MIRANDA FINAMORE HORTA
12 - Processo nº: 16327.001437/2005-31 - Nome do Contribuinte: NL EMPREENDIMENTOS E PART. LTDA
Relator: GERALDO VALENTIM NETO
13 - Processo nº: 10580.720668/2009-93 - Recorrente: SERTEL SERVICOS DE INSTALACOES TERMICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10580.721184/2008-81 - Recorrente: ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10530.004566/2008-31 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PRODUT ALIMENT O C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ORLANDO JOSE GONCALVES BUENO
16 - Processo nº: 19515.004226/2007-92 - Recorrente: COMPANHIA AIX DE PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 13811.000503/2003-33 - Recorrente: COMPUTER ASSOCIATES DO BRASIL LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 28 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CARLOS ALBERTO DONASSOLO
18 - Processo nº: 10980.009942/2007-03 - Recorrente: INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DE CURITIBA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 11041.000145/2005-63 - Recorrente: MAGDA PEREIRA MASSON ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 16095.000085/2007-39 - Recorrente: V V EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: NEREIDA DE MIRANDA FINAMORE HORTA
21 - Processo nº: 19647.000300/2005-34 - Nome do Contribuinte: PONTESTUR AGENCIA DE VIAGENS LTDA
22 - Processo nº: 10935.007945/2007-40 - Nome do Contribuinte: E NUNES DE SOUZA
Relator: GERALDO VALENTIM NETO
23 - Processo nº: 10580.721321/2008-87 - Recorrente: BAROID PIGMINA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10580.721332/2007-86 - Recorrente: MULT - EXPRESS MEDICAMENTOS ESPECIALIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10435.003574/2008-49 - Recorrente: BRASIL DA SORTE ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS ALBERTO DONASSOLO
26 - Processo nº: 11070.002300/2007-09 - Recorrente: COMPUTER SERVICE TELEINFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ORLANDO JOSE GONCALVES BUENO
27 - Processo nº: 13807.000831/2003-07 - Recorrente: CAMARGO CORREA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 16561.000063/2006-44 - Recorrente: ITAU-BBA PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 16561.000146/2007-14 - Recorrente: IOCHPE-MAXION S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: NELSON LOSSO FILHO
30 - Processo nº: 10280.000757/2003-17 - Recorrente: AMERICAN - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

NELSON LOSSO FILHO
Presidente

MARIA CONCEICAO DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

3ª CÂMARA
1ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta republicada em virtude de alteração nos dias e horários das sessões de julgamento

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 1, BLOCO "J", EDIFÍCIO ALVORADA, SALA 303, BRASÍLIA- DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIA 29 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARIA DE LOURDES RAMIREZ
1 - Processo: 10280.720409/2007-85 - Recorrente: NORTE HOTELARIA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-12-17 00:00:00
2 - Processo: 10320.001544/2005-42 - Recorrente: PIRIPIRI CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-06-23 00:00:00
3 - Processo: 10680.007005/2007-90 - Recorrente: PRUDENTE REFEICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-01 00:00:00
4 - Processo: 19515.000736/2006-18 - Recorrente: BLUE TREE HOTEIS & RESORT DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-04-18 00:00:00
5 - Processo: 10384.002996/2005-05 - Recorrente: JAP DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-09-20 00:00:00
6 - Processo: 10410.001323/2005-65 - Recorrente: IRMAOS BRITTO REPRESENTACOES E COMERCIO LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-03-31 00:00:00
Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA
7 - Processo: 18471.001261/2007-41 - Recorrente: INSTITUTO BIOCHIMICO IND FARMACEUTICA LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-18 00:00:00
8 - Processo: 19515.004843/2003-64 - Recorrente: BRASKOTE REVESTIMENTOS E PINTURAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2003-12-18 00:00:00
9 - Processo: 19515.003532/2004-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAVAN PRE MOLDADOS SA - 2004-12-27 00:00:00
10 - Processo: 10670.001745/2007-31 - Recorrente: GRAFICA UNI SET LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-20 00:00:00
Relator: MAGDA AZARIO KANAAN POLANCZYK
11 - Processo: 10120.000796/2005-19 - Recorrente: DATAREY SERVICOS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-02-09 00:00:00
12 - Processo: 10660.003625/2008-79 - Recorrente: FERMAVI ELETROQUIMICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-12-22 00:00:00
13 - Processo: 10680.000528/2004-62 - Recorrente: MG MASTER LTDA SUCESS DA DF MASTER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2004-01-21 00:00:00
14 - Processo: 10680.000591/2004-07 - Recorrente: MG MASTER LTDA- SUC DE JET SPORTS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2004-01-21 00:00:00
Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA
15 - Processo: 10909.003627/2007-27 - Recorrente: MARCIA CRISTINA ANTONIO ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-14 00:00:00
16 - Processo: 10865.002614/2006-11 - Recorrente: NOVOACO LIMEIRA IND E COM LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-12-15 00:00:00
17 - Processo: 10855.003122/2005-73 - Recorrente: CASA PRIMAVERA MAT. MADEIRAS CIMENTO LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-11-07 00:00:00
18 - Processo: 10940.001070/2004-51 - Recorrente: MADEIREIRA FANCHIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2004-05-31 00:00:00
19 - Processo: 10530.724801/2009-76 - Recorrente: M. C. T. EMPRETEIRA E TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-12-21 00:00:00
20 - Processo: 13807.014485/99-16 - Recorrente: MALHARIA E TINTURARIA PAULISTANA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 1999-12-07 00:00:00
Relator: EDGAR SILVA VIDAL
21 - Processo: 10830.002432/2006-30 - Recorrente: BETONIT ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-05-19 00:00:00
22 - Processo: 14041.000744/2006-56 - Recorrente: CONFEDERAL VIGIL E TRANSP VALORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-11-13 00:00:00
23 - Processo: 10825.002864/2005-39 - Recorrente: COMERCIAL MARTINS DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-10-26 00:00:00
24 - Processo: 13606.000068/2007-04 - Recorrente: ANDERSON FLORES MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-03-22 00:00:00
25 - Processo: 15563.000666/2008-25 - Recorrente: CONCESSIONARIO DE VEICULOS TREVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-10-31 00:00:00

DIA 30 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANA DE BARROS FERNANDES
26 - Processo: 10945.005016/2007-87 - Recorrente: IRMANDADE SANTA CASA MONSENHOR GUILHERME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-10 00:00:00
27 - Processo: 10980.005152/2005-89 - Recorrente: EMPRESA CRISTO REI LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-06-07 00:00:00
28 - Processo: 10980.009653/2005-34 - Recorrente: MINERACAO TABATINGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-09-02 00:00:00
29 - Processo: 10980.009655/2005-23 - Recorrente: MINERACAO TABATINGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-09-02 00:00:00
30 - Processo: 10980.009656/2005-78 - Recorrente: MINERACAO TABATINGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-09-02 00:00:00
31 - Processo: 10980.009658/2005-67 - Recorrente: MINERACAO TABATINGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-09-02 00:00:00
32 - Processo: 10980.009660/2005-36 - Recorrente: MINERACAO TABATINGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-09-02 00:00:00
33 - Processo: 13811.001547/2007-12 - Recorrente: AES TIETE EMPREENDIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-08 00:00:00
34 - Processo: 13811.001549/2007-01 - Recorrente: AES TIETE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-08 00:00:00
35 - Processo: 13811.001550/2007-28 - Recorrente: AES TIETE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-08 00:00:00
Relator: MARIA DE LOURDES RAMIREZ
36 - Processo: 10410.003214/2002-30 - Recorrente: CLINICA DE FRATURA E REAB DE MACEIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-05-31 00:00:00
37 - Processo: 10283.005747/2005-00 - Recorrente: CODAMA COMIS.DE DESP.AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-11-22 00:00:00
38 - Processo: 10410.005853/2004-00 - Recorrente: CIA ACUC CENTRAL SUMAUMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2004-12-24 00:00:00
39 - Processo: 14033.003444/2008-90 - Recorrente: RADIOBRAS EMP BRAS DE COMUNICACAO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-10-03 00:00:00
40 - Processo: 15374.001808/2008-07 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-08-08 00:00:00
41 - Processo: 10680.016377/2001-11 - Recorrente: ECX FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2001-12-27 00:00:00
42 - Processo: 11040.000448/2002-43 - Recorrente: JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA SA PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-04-30 00:00:00
43 - Processo: 10070.001788/2007-86 - Recorrente: WEBB NEGOCIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-10-17 00:00:00
44 - Processo: 10280.001223/2007-23 - Recorrente: NORTE BRASIL TELECOM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-04-11 00:00:00
45 - Processo: 10380.011570/2007-36 - Recorrente: INTERFORT COMERCIAL DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-10-09 00:00:00
46 - Processo: 10380.011571/2007-81 - Recorrente: INTERFORT COMERCIAL DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-10-09 00:00:00
47 - Processo: 10768.100074/2006-21 - Recorrente: TAPIRARE PROMOCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-01-17 00:00:00
Relator: ANA DE BARROS FERNANDES
48 - Processo: 19515.001806/2004-85 - Recorrente: TRADE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2004-09-06 00:00:00
Relator: EDGAR SILVA VIDAL
49 - Processo: 16004.000438/2007-72 - Recorrente: DESIGN ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-14 00:00:00
50 - Processo: 13707.001674/2002-96 - Recorrente: FLAVIA FLORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-05-02 00:00:00
51 - Processo: 16327.002064/2002-72 - Recorrente: FIAT FACTORING SOCIEDADE DE FOMENTO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-05-10 00:00:00
Relator: CARMEN FERREIRA SARAIVA
52 - Processo: 15249.000170/2006-52 - Recorrente: CGC CENTRO DE GINECOLOGIA E CITOLOGIA LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-06-06 00:00:00
53 - Processo: 10830.014100/2010-84 - Recorrente: ROPI ALIMENTOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-10-19 00:00:00
54 - Processo: 10845.003690/2008-36 - Recorrente: MICROAG INFORMATICA LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-09-19 00:00:00
55 - Processo: 12670.000237/2008-42 - Recorrente: TECNOMAR INFORMATICA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-01-31 00:00:00
56 - Processo: 18471.003901/2008-38 - Recorrente: MELODRAMA PRODUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-19 00:00:00

ANA DE BARROS FERNANDES
Presidente

MOEMA NOGUEIRA SOUZA
Secretária

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta republicada em virtude de alteração nos dias e horários das sessões de julgamento

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", EDIFÍCIO ALVORADA, SALA 304, BRASÍLIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 29 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: VALMIR SANDRI
1 - Processo: 16327.002123/2007-17 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-12-11 00:00:00
2 - Processo: 18471.000999/2005-29 - Recorrente: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-07-06 00:00:00
Relator: PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS
3 - Processo: 10880.950641/2008-68 - Recorrente: FAZIO GRAFICA E EDITORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-05 00:00:00
4 - Processo: 10880.950634/2008-66 - Recorrente: FAZIO GRAFICA E EDITORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-05 00:00:00
5 - Processo: 10880.950637/2008-08 - Recorrente: FAZIO GRAFICA E EDITORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-05 00:00:00
6 - Processo: 10880.950639/2008-99 - Recorrente: FAZIO GRAFICA E EDITORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-05 00:00:00
7 - Processo: 10880.950642/2008-11 - Recorrente: FAZIO GRAFICA E EDITORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-05 00:00:00
8 - Processo: 10980.011737/2003-76 - Recorrente: AUDI DO BRASIL E CIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2003-12-03 00:00:00
Relator: VALMIR SANDRI
9 - Processo: 10855.003040/2006-18 - Recorrente: JADANGIL PARTICIPACOES E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-11-06 00:00:00
10 - Processo: 19515.001305/2006-61 - Recorrente: QUILOMBO EMPREED E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-06-28 00:00:00
Relator: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR
11 - Processo: 10980.900584/2008-48 - Nome do Contribuinte: GRAO PROJETOS E CONSTRUCOES CIVIS LTDA - 2008-03-19 00:00:00
12 - Processo: 10980.909314/2008-01 - Nome do Contribuinte: HOSPITAL E MATERNIDADE CARON LTDA - 2008-07-29 00:00:00
Relator: VALMIR SANDRI
13 - Processo: 10937.000014/2005-39 - Recorrente: ALDEMIR N SOARES-ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-06-03 00:00:00
14 - Processo: 10940.000064/2005-67 - Recorrente: ALEXANDRE GARCIA ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-01-11 00:00:00
15 - Processo: 10945.000228/2006-97 - Recorrente: ARTE FRIO COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-02-03 00:00:00
Relator: WALDIR VEIGA ROCHA
16 - Processo: 10680.015201/2004-95 - Recorrente: CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2004-12-13 00:00:00
17 - Processo: 10882.001125/2005-45 - Recorrente: AGA SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-05-24 00:00:00
18 - Processo: 10976.000350/2008-68 - Recorrentes: ALESAT COMBUSTIVEIS S/A e FAZENDA NACIONAL - 2008-10-24 00:00:00
19 - Processo: 10280.003829/2002-99 - Recorrente: AMAZONIA CELULAR S/A-RORAIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-07-09 00:00:00
20 - Processo: 10880.955518/2008-33 - Recorrente: BROOKLIN PERFURACAO E FIXACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-20 00:00:00
21 - Processo: 10880.955519/2008-88 - Recorrente: BROOKLIN PERFURACAO E FIXACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-20 00:00:00
22 - Processo: 10850.900063/2008-76 - Recorrente: COMPANHIA DE ALIMENTOS GLORIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-05 00:00:00
23 - Processo: 10980.909472/2008-52 - Recorrente: BEMATECH S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-07-29 00:00:00
Relator: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR
24 - Processo: 10920.002564/2005-71 - Nome do Contribuinte: COMFIO COMPANHIA CATARINENSE DE FIACAO - 2005-08-01 00:00:00
25 - Processo: 10320.900289/2006-01 - Nome do Contribuinte: TERCAM - LOCACAO DE MAQUINAS E ASSISTENCIA MECANICA LTDA - 2007-03-21 00:00:00
26 - Processo: 10320.900296/2006-03 - Nome do Contribuinte: TERCAM - LOCACAO DE MAQUINAS E ASSISTENCIA MECANICA LTDA - 2007-03-21 00:00:00
27 - Processo: 10320.900304/2006-11 - Nome do Contribuinte: TERCAM - LOCACAO DE MAQUINAS E ASSISTENCIA MECANICA LTDA - 2007-03-21 00:00:00
28 - Processo: 10320.900302/2006-14 - Nome do Contribuinte: TERCAM - LOCACAO DE MAQUINAS E ASSISTENCIA MECANICA LTDA - 2007-03-21 00:00:00
29 - Processo: 10320.900307/2006-47 - Nome do Contribuinte: TERCAM - LOCACAO DE MAQUINAS E ASSISTENCIA MECANICA LTDA - 2007-03-21 00:00:00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

30 - Processo: 10320.900312/2006-50 - Nome do Contribuinte: TERCAM - LOCACAO DE MAQUINAS E ASSISTENCIA MECANICA LTDA - 2007-03-21 00:00:00
31 - Processo: 10320.900295/2006-51 - Nome do Contribuinte: TERCAM - LOCACAO DE MAQUINAS E ASSISTENCIA MECANICA LTDA - 2007-03-21 00:00:00
32 - Processo: 10320.900303/2006-69 - Nome do Contribuinte: TERCAM - LOCACAO DE MAQUINAS E ASSISTENCIA MECANICA LTDA - 2007-03-21 00:00:00
33 - Processo: 10320.900301/2006-70 - Nome do Contribuinte: TERCAM - LOCACAO DE MAQUINAS E ASSISTENCIA MECANICA LTDA - 2007-03-21 00:00:00
34 - Processo: 10320.900291/2006-72 - Nome do Contribuinte: TERCAM - LOCACAO DE MAQUINAS E ASSISTENCIA MECANICA LTDA - 2007-03-21 00:00:00
35 - Processo: 10830.004370/2007-81 - Nome do Contribuinte: E.F. CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA EPP - 2007-06-11 00:00:00

DIA 30 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALDIR VEIGA ROCHA
36 - Processo: 10850.003538/2008-84 - Recorrente: ARLEI NOGUEIRA BORGES & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-10-20 00:00:00
37 - Processo: 10280.004758/2008-37 - Recorrente: ASTEBRAS COMERCIO E SERVICOS DE REFRIGERACAO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-09-17 00:00:00
38 - Processo: 11060.003957/2008-85 - Recorrente: BELGA - IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-10-01 00:00:00
39 - Processo: 18239.006983/2008-25 - Recorrente: BAHLA BIKE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-10-06 00:00:00
40 - Processo: 10855.003107/2008-78 - Recorrente: ALBERTINO CARLOS PIMENTA E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-10-06 00:00:00
41 - Processo: 13687.000653/2008-24 - Recorrente: CERAMICA CAPINOPOLIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-12-30 00:00:00
Relator: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR
42 - Processo: 10845.000946/2005-19 - Nome do Contribuinte: MARIA JOSE SANZ SAGUAYAR - 2005-04-01 00:00:00
43 - Processo: 13830.000258/2005-06 - Nome do Contribuinte: MARILAN ALIMENTOS S/A - 2005-02-23 00:00:00
Relator: PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS
44 - Processo: 16624.001838/2007-06 - Recorrente: COMPANHIA SUZANO DE PAPEL E CELULOSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-20 00:00:00
45 - Processo: 10670.001873/2007-85 - Recorrente: IVONE TELES DE SOUZA CPF 368.213.906-06 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-10-16 00:00:00
46 - Processo: 10730.010744/2010-21 - Recorrente: GLAD SHOP CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-10-21 00:00:00
47 - Processo: 13005.000425/2008-86 - Recorrente: FLAVIO CARLOS GOETTERT ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-02-21 00:00:00
48 - Processo: 13005.000704/2008-40 - Recorrente: CR RICHTER TRANSPORTE E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-12 00:00:00
49 - Processo: 13133.000115/2009-87 - Recorrente: CARDOSO MONTAGENS E CONSTRUCOES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-05-06 00:00:00
50 - Processo: 13828.000096/2009-71 - Recorrente: ADEMIR APARECIDO DELFINO MACATUBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-04-13 00:00:00
51 - Processo: 15465.001258/2010-13 - Recorrente: DROGARIA CARVALHO DE SOUZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-04-09 00:00:00
Relator: WALDIR VEIGA ROCHA
52 - Processo: 10410.003377/2007-27 - Recorrente: FRANCISCO JOSE ALBUQUERQUE MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-06 00:00:00
53 - Processo: 13005.001690/2008-81 - Recorrente: BETO PECAS COMERCIO FERRAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-09-23 00:00:00
54 - Processo: 13608.000183/2009-12 - Recorrente: MARCENARIA IRMAOS TORREZIO LTDA-ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-07-13 00:00:00
55 - Processo: 15455.003018/2010-72 - Recorrente: A.S.M. SERVICOS DE TELEATENDIMENTO LTDA.ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-10-20 00:00:00
56 - Processo: 10880.006996/2004-94 - Recorrente: ADVOGACIA ANDRADE & PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2004-12-10 00:00:00
57 - Processo: 11065.005020/2004-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A. - 2004-11-24 00:00:00
58 - Processo: 11610.004678/2007-84 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO MONT BLANC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-15 00:00:00
59 - Processo: 10630.902567/2009-04 - Recorrente: CASA SAO PAULO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-05-06 00:00:00
60 - Processo: 10865.001712/2002-08 - Recorrente: GRAMOLA FUNDICAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-10-16 00:00:00

ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR
Presidente

MOEMA NOGUEIRA SOUZA
Secretária

2 ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta republicada em virtude de alteração nos dias e horários das sessões de julgamento

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", EDIFÍCIO ALVORADA, SALA 502, BRASÍLIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 26 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LAVINIA MORAES DE ALMEIDA NOGUEIRA JUNQUEIRA
1 - Processo: 11618.000091/2003-01 - Recorrente: F S VASCONCELOS E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2003-01-15 00:00:00
2 - Processo: 10980.900431/2008-09 - Recorrente: EMADEL ENGENHARIA E OBRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-05 00:00:00
3 - Processo: 11060.002247/2005-95 - Recorrente: MOVEIS GAUDENCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-08-17 00:00:00
4 - Processo: 11080.012009/2008-01 - Recorrente: CLECI PEREIRA DIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-10-09 00:00:00
5 - Processo: 11080.012290/2008-73 - Recorrente: COMERCIAL DE PAPEIS CONCEICAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-10-15 00:00:00
6 - Processo: 11080.100608/2007-91 - Recorrente: GOMES REGISTROS EMPRESARIAIS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-10 00:00:00
7 - Processo: 11442.000081/2009-10 - Recorrente: CARREGAMENTO TRANSMARIANO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-07-07 00:00:00
8 - Processo: 11442.000083/2009-09 - Recorrente: GLOBALNET COMPUTADORES E ASSISTENCIA TECNICA LTDA.-ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-07-22 00:00:00
9 - Processo: 12155.000869/2008-35 - Recorrente: COMERCIAL SERVE TUDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-10-16 00:00:00
10 - Processo: 12179.000371/2008-02 - Recorrente: CALCADOS XINGU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-04-25 00:00:00
11 - Processo: 13766.000005/2008-98 - Recorrente: I P E - INSTITUTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-01-02 00:00:00
12 - Processo: 13866.000112/2010-11 - Recorrente: JOSE ROBERTO JOVERNO & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-02-26 00:00:00
13 - Processo: 16004.000968/2009-82 - Recorrente: G F PRADO REVELLES - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-12 00:00:00
14 - Processo: 19515.003109/2007-10 - Recorrente: M CASSAR COM INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-10-11 00:00:00
Relator: EDUARDO DE ANDRADE
15 - Processo: 11610.008317/2002-01 - Recorrente: ACCOR PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-05-16 00:00:00
16 - Processo: 15956.000028/2010-13 - Recorrente: GREGORIO GUIMARAES - MAQUINAS AGRICOLAS LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-01-29 00:00:00
17 - Processo: 15956.000232/2010-26 - Recorrente: F.C. REFUSAO DE ALUMINIO LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-05-10 00:00:00
18 - Processo: 16707.007000/2008-89 - Recorrente: CAMISARIA IPANEMA LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-12-23 00:00:00
Relator: MARCOS RODRIGUES DE MELLO
19 - Processo: 10380.027491/99-94 - Recorrente: RIGESA DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 1999-10-14 00:00:00
20 - Processo: 16327.000335/2010-65 - Recorrente: BANIF CORRETORA DE VALORES E CAMBIO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-04-06 00:00:00
21 - Processo: 16327.000352/2009-69 - Recorrente: BES SECURITIES DO BRASIL S/A CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-03-27 00:00:00
22 - Processo: 19740.720189/2009-61 - Recorrentes: AGORA CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A e FAZENDA NACIONAL - 2009-10-20 00:00:00
Relator: WILSON FERNANDES GUIMARAES
23 - Processo: 16004.001058/2007-55 - Recorrentes: JOÃO CARLOS ALTOMARI, ARI FELIX ALTOMARI e JOÃO DO CARMO LISBOA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-11-29 00:00:00
Relator: MARCOS RODRIGUES DE MELLO
24 - Processo: 15374.002564/2009-52 - Recorrente: CIMENTO MAUA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-10-14 00:00:00
25 - Processo: 16327.000679/2010-74 - Recorrente: CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-06-29 00:00:00
26 - Processo: 16370.000075/2007-05 - Recorrente: C.H. - SERVICOS E SUPRIMENTOS PARA RECURSOS HUMANOS LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-04-12 00:00:00

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCOS RODRIGUES DE MELLO
27 - Processo: 16327.001030/2009-37 - Recorrentes: ACE SEGURADORA S.A. e FAZENDA NACIONAL - 2009-09-29 00:00:00
Relator: EDUARDO DE ANDRADE
28 - Processo: 10920.001576/2004-06 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMPRESSORES S A EMBRACO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2004-06-29 00:00:00
29 - Processo: 10920.002308/2005-84 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMPRESSORES S A EMBRACO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-07-15 00:00:00
30 - Processo: 11065.902223/2006-79 - Recorrente: A. GRINGS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-10-07 00:00:00
31 - Processo: 15586.001536/2009-22 - Recorrente: AOC COMERCIO DE BEBIDAS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-12-02 00:00:00
32 - Processo: 18471.000011/2008-74 - Recorrente: FAZENDA VERDE HORTIFRUTI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-01-08 00:00:00
Relator: MARCOS RODRIGUES DE MELLO
33 - Processo: 18471.000414/2006-51 - Embargante: A T L - TELECOM LESTE S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2006-04-24 00:00:00
Relator: WILSON FERNANDES GUIMARAES
34 - Processo: 10650.900021/2008-91 - Recorrente: CUNHA CASTRO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-05 00:00:00
35 - Processo: 10680.904868/2006-26 - Recorrente: ARTES GRAFICAS FORMATO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-10-07 00:00:00
36 - Processo: 10735.904842/2009-48 - Recorrente: EKVB PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-05-06 00:00:00
37 - Processo: 10805.720137/2007-57 - Recorrente: BASF POLIURETANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-27 00:00:00
38 - Processo: 10840.908020/2009-39 - Recorrente: DIA SYSTEM INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-07-05 00:00:00
39 - Processo: 10850.720622/2009-47 - Recorrente: CITER CONSTRUTORA IRMAS TERRUGGI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-17 00:00:00
40 - Processo: 10850.900061/2008-87 - Recorrente: BETEL BELUCCI ELETRICIDADE E TELEFONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-05 00:00:00
41 - Processo: 10850.901017/2006-22 - Recorrente: CITER CONSTRUTORA IRMAS TERRUGGI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-10-07 00:00:00
42 - Processo: 10850.901018/2006-77 - Recorrente: CITER CONSTRUTORA IRMAS TERRUGGI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-10-07 00:00:00
43 - Processo: 10925.901267/2006-41 - Recorrente: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-10-07 00:00:00
44 - Processo: 10950.903869/2008-98 - Recorrente: ECOLOGICA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-20 00:00:00
45 - Processo: 10980.005206/2008-59 - Recorrente: DIPLOMATA DISTRIBUICAO E VAREJO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-04-24 00:00:00
46 - Processo: 10980.720117/2008-36 - Recorrente: COPEL GERACAO E TRANSMISSAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-07-22 00:00:00
47 - Processo: 10980.909315/2008-47 - Recorrente: BANCO BANESTADO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-07-29 00:00:00
48 - Processo: 13830.900013/2008-15 - Recorrente: HALOTEK-FADEL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-05 00:00:00
49 - Processo: 13888.900128/2008-44 - Recorrente: CLARAMAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-05 00:00:00
50 - Processo: 13888.900131/2008-68 - Recorrente: CLARAMAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-05 00:00:00
51 - Processo: 13888.900304/2006-86 - Recorrente: BOM PEIXE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-10-07 00:00:00
52 - Processo: 15374.906574/2008-88 - Recorrente: BFC ADMINISTRADORA DE BENS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-07-09 00:00:00

MARCOS RODRIGUES DE MELLO
Presidente

MOEMA NOGUEIRA SOUZA
Secretária

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4ª CÂMARA
3ª TURMA ESPECIAL

Obs.: Pauta republicada em razão do adiamento das Sessões do período de 12 a 16/09/2011, por questões de ordem administrativa

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS, QUADRA 1, BLOCO J, ED. ALVORADA, SALA 506, BRASÍLIA - DF

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado

DIA 04 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH
1 - Processo 15540.000539/2008-94 - Nome do Contribuinte: TOESA SERVICE S/A.
2 - Processo 13603.001211/2008-88 - Nome do Contribuinte: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS.
3 - Processo 13603.001210/2008-33 - Nome do Contribuinte: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS.
Relator: VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN
4 - Processo 10540.002115/2007-60 - Recorrente: VICON CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
5 - Processo 10935.004992/2006-51 - Recorrente: ROSALVO TAVARES DA SILVA E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA
6 - Processo 13808.000424/2002-09 - Nome do Contribuinte: ANGLO AMERICAN BRASIL LTDA.
7 - Processo 11516.002218/2009-51 - Nome do Contribuinte: MADRID CORRETORA DE SEGUROS LTDA.
Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES
8 - Processo 10875.005595/2003-13 - Recorrente: SUPORTE ORGANIZACAO E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
9 - Processo 19515.001717/2005-10 - Recorrente: SOYUS DISTRIBUIDORA DE ARTEF DE V C S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: MEIGAN SACK RODRIGUES
10 - Processo 10280.002237/2007-64 - Recorrente: WHITE G. IND. DO NORTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
11 - Processo 10855.001324/2007-42 - Recorrente: SPLICE DO BRASIL TELEC ELETRONICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES
12 - Processo 16327.001752/2006-49 - Recorrente: PORTONOVO CIA SECURITIZADORA DE CREDS. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
13 - Processo 10935.006303/2009-95 - Nome do Contribuinte: L Q COMERCIO DE VEICULOS LTDA ME.
14 - Processo 10510.003778/2009-11 - Nome do Contribuinte: J J TRANSPORTE INDUSTRIA & COMERCIO LTDA ME.

DIA 04 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH
15 - Processo 10768.005839/2005-39 - Nome do Contribuinte: RIO SUL LINHAS AÉREAS.
16 - Processo 10845.004861/2008-44 - Nome do Contribuinte: AUTO ELETRICO S. N. COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTDA.-ME.
17 - Processo 10930.003111/2005-43 - Nome do Contribuinte: COOPERATIVA AG PROD CA VALE IVAI LTDA.
Relator: VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN
18 - Processo 10540.001884/2009-11 - Recorrente: ROSIANE DE SOUZA ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
19 - Processo 10932.000780/2007-13 - Recorrente: SANED-COMPANHIA DE SANEAMENTO DE DIADEMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA
20 - Processo 11845.000225/2008-14 - Nome do Contribuinte: MINERACAO RIO FORMOSO LTDA.
21 - Processo 10865.004347/2008-71 - Nome do Contribuinte: CLINICA RADIOLOGICA PINHALENSE S/C LTDA.
22 - Processo 10283.004285/2003-33 - Nome do Contribuinte: E A H EMP. AMAZ. DE HOTELARIA LTDA.
23 - Processo 13873.000827/2008-51 - Nome do Contribuinte: NORBERTO SPERANZA BOTUCATU ME.
Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES
24 - Processo 16004.001072/2008-30 - Recorrente: SAO JOSE LUBRIFICANTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
25 - Processo 13768.000223/2008-11 - Nome do Contribuinte: PERLA ADMINISTRACAO E CORRETAGEM DE IMOVEIS LTDA.
26 - Processo 11543.002455/2009-95 - Nome do Contribuinte: SOLIDDO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
27 - Processo 11080.001359/2007-52 - Nome do Contribuinte: RH BERNAUD PARTICIPACOES LTDA.
Relator: MEIGAN SACK RODRIGUES
28 - Processo 16024.000108/2010-44 - Recorrente: REPRESENTACOES SANTA VICTORIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
29 - Processo 13706.001368/2007-74 - Recorrente: SERVENCO SERVICOS DE ADMINISTRACAO CONTINENTAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
30 - Processo 10909.000453/2006-60 - Recorrente: VANILDE WIPPEL ZERMIANI ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES
31 - Processo 13840.001084/2002-29 - Nome do Contribuinte: ELIANE ARGAMASSAS E REJUNTES LTDA.
32 - Processo 13975.000527/2002-39 - Recorrente: ZANELLA ENGENHARIA E IND. DE MAQ. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
33 - Processo 10855.003689/2007-10 - Recorrente: J A L PAYAO ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
34 - Processo 11610.003911/2007-10 - Nome do Contribuinte: PROCINT PROJETOS E CONSULTORIA INTERNACIONAL LTDA.
35 - Processo 11610.003912/2007-56 - Recorrente: PROCINT PROJETOS E CONSULTORIA INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
36 - Processo 11610.003913/2007-09 - Recorrente: PROCINT PROJETOS E CONSULTORIA INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

DIA 05 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH
37 - Processo 13009.000557/2005-25 - Nome do Contribuinte: MCB ALMEIDA DIAGNOSTICO POR IMAGENS.
38 - Processo 11080.007556/2009-47 - Nome do Contribuinte: DROMEGON PARTICIPACOES LTDA.
39 - Processo 11080.000847/2007-42 - Nome do Contribuinte: CANAL LIVRE SISTEMA DE TELECOMUNICACOES LTDA.
Relator: SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA
40 - Processo 13855.001907/2002-57 - Nome do Contribuinte: MAGAZINE LUIZA S/A.
41 - Processo 10725.000321/2010-72 - Nome do Contribuinte: SHIMMER INSPECTION, REPAIR AND MAINTENANCE OF EQUIPMENTS LTDA.
Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES
42 - Processo 10950.004964/2007-26 - Nome do Contribuinte: NAGA IND E COM DE BISCOITOS E MASSAS LTDA.
43 - Processo 10950.006012/2007-47 - Nome do Contribuinte: NAGA IND E COM DE BISCOITOS E MASSAS LTDA.
44 - Processo 10980.010307/2007-61 - Nome do Contribuinte: SPECIAL SERVICE SERVICOS LTDA.
45 - Processo 11516.001991/2002-24 - Nome do Contribuinte: HILDA PEREIRA.
46 - Processo 10830.720964/2008-14 - Nome do Contribuinte: LENS SERVICE COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
47 - Processo 10980.010313/2007-18 - Nome do Contribuinte: SPECIAL SERVICE SEGURANCA LTDA.
48 - Processo 11516.002005/2002-53 - Nome do Contribuinte: HILDA PEREIRA.
Relator: MEIGAN SACK RODRIGUES
49 - Processo 10120.009149/2010-21 - Recorrente: VILAS INDUSTRIA E COMERCIO DE COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
50 - Processo 10580.011489/00-99 - Recorrente: RIOMAR CENTROS COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo 10735.001194/2002-08 - Recorrente: SUPERMERCADOS ALTO DA POSSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES
52 - Processo 10183.000282/2007-82 - Nome do Contribuinte: GILMAR JOSE DA SILVA.
53 - Processo 10510.005856/2007-50 - Nome do Contribuinte: CI CENTRO DE INFORMACOES LTDA ME.
54 - Processo 10640.000278/2007-80 - Nome do Contribuinte: PARAIBUNA RECICLAR LTDA.
55 - Processo 10640.001766/2005-42 - Nome do Contribuinte: LATICINIOS SAO VICENTE LTDA.

DIA 05 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH
56 - Processo 10980.009618/2005-15 - Nome do Contribuinte: NITAPLAST IND E COM PLAST INDRIAL LTDA.
Relator: SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA
57 - Processo 10909.000216/2007-80 - Nome do Contribuinte: RJU COMERCIO BENEFICIAMENTO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA.
Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES
58 - Processo 10620.001191/2003-34 - Nome do Contribuinte: WASKMAN DE OLIVEIRA.
59 - Processo 10830.002724/2009-15 - Nome do Contribuinte: CASA PARTILHA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP.
60 - Processo 10830.002725/2009-60 - Nome do Contribuinte: CASA LIBERDADE LTDA -EPP.
61 - Processo 10580.005276/2007-39 - Nome do Contribuinte: PATRIMONIAL E REINHARD LTDA.
62 - Processo 10580.721939/2008-47 - Nome do Contribuinte: MITTI ANDAIMES E EQUIPAMENTOS LTDA.
Relator: MEIGAN SACK RODRIGUES
63 - Processo 10380.016646/2009-81 - Recorrente: TECNOCON TECNOLOGIA EM CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES
64 - Processo 11610.004252/2007-21 - Recorrente: ENERTRADE COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
65 - Processo 13807.001946/2007-34 - Nome do Contribuinte: ETALVICA IMOVEIS E REPRESENTACOES LTDA
66 - Processo 15936.000175/2007-18 - Nome do Contribuinte: NAGAI MOLINA & CIA LTDA.

SELENE FERREIRA DE MORAES
Presidente

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

1ª TURMA ORDINÁRIA

Obs.: Pauta republicada em razão do adiamento das Sessões do período de 12 a 16/09/2011, por questões de ordem administrativa

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS, QUADRA 1, BLOCO J, ED. ALVORADA, SALA 202, BRASILIA-DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
1 - Processo: 18471.001797/2006-85 - Recorrente: HB EXPRESS COM DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
2 - Processo: 19515.002621/2007-31 - Recorrente: TORLIM IND FRIGORIFICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
3 - Processo: 17883.000381/2007-16 - Recorrente: PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
4 - Processo: 18471.002363/2008-64 - Recorrente: PLENA COMERCIAL ATACADISTA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
5 - Processo: 10245.004512/2008-91 - Recorrente: OURO VERDE FLORESTAL MANAGEMENT LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: KAREM JUREIDINI DIAS
6 - Processo: 10630.720205/2006-46 - Recorrente: MONTE ALEGRE - PARTICIPACOES E ADMINISTR. - Corresponsáveis: Piatã Câmbio e Turismo Ltda., Antônio Carlos Alves de Oliveira, Ulisses Alves de Oliveira, Denny Menezes Rodrigues Santos, Ivan Newlands Moniz Freire, TN Comércio e Indústria Ltda., Vigo do Brasil Câmbio e Turismo Ltda., Ivan Moniz Freire, Flávio Newlands Moniz Freire e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS
7 - Processo: 19515.001173/2007-58 - Recorrente: TELECOM ITALIA AMERICA LATINA SA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
8 - Processo: 10680.017927/2002-09 - Recorrente: PAUL WURTH DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
9 - Processo: 10976.000632/2008-65 - Recorrente: WDS - WOODBROOK DRIVE SYSTEMS ACIONAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
10 - Processo: 11610.022453/2002-03 - Nome do Contribuinte: PLAYCENTER S.A.
11 - Processo: 10660.720729/2009-22 - Nome do Contribuinte: PASTIFICIO SANTA AMALIA S/A.
Relator: MAURICIO PEREIRA FARO
12 - Processo: 10768.001216/2003-25 - Nome do Contribuinte: BANCO FININVEST S/A.
13 - Processo: 10768.100409/2003-68 - Nome do Contribuinte: BANCO FININVEST SA.
14 - Processo: 11610.002132/2003-65 - Nome do Contribuinte: EDITORA FTD SA
15 - Processo: 11610.006491/2003-91 - Nome do Contribuinte: EDITORA FTD SA.
16 - Processo: 11610.007676/2003-13 - Nome do Contribuinte: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL & CIA.

DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
17 - Processo: 16327.001957/2006-24 - Recorrente: BANCO SANTANDER BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
18 - Processo: 10469.720860/2010-08 - Nome do Contribuinte: W M A GALVÃO.
19 - Processo: 10830.004055/2011-31 - Recorrente: PETROBALL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
20 - Processo: 10783.900040/2008-11 - Nome do Contribuinte: SOCE - SOCIEDADE CAPIXABA DE EDUCACAO LTDA.
21 - Processo: 10830.017460/2009-02 - Recorrente: GASFORTE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
22 - Processo: 10855.002531/2005-52 - Recorrentes: NAVBEL-TRANSPORTADORA COMERCIAL E EXPORTADORA LTDA e FAZENDA NACIONAL.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

23 - Processo: 19515.001895/2007-11 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: KAREM JUREIDINI DIAS
24 - Processo: 11610.002503/00-02 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS
25 - Processo: 10665.003560/2008-11 - Nome do Contribuinte: TRANSMANGUEIRA FLORESTAL LTDA - ME.
26 - Processo: 10768.720045/2007-61 - Nome do Contribuinte: TELEMAR NORTE LESTE S/A.
27 - Processo: 16306.000087/2008-86 - Nome do Contribuinte: NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A.
28 - Processo: 16327.907263/2008-64 - Nome do Contribuinte: PIONEER CORRETORA DE CAMBIO LTDA.
Relator: MAURICIO PEREIRA FARO
29 - Processo: 13811.000872/2003-26 - Nome do Contribuinte: CONDUPHON IND COM REPRES SERVIÇOS.
30 - Processo: 13433.000242/2007-30 - Nome do Contribuinte: USIBRAS USINA BRAS OLEOS CAST LTDA.
31 - Processo: 14751.000140/2006-01 - Nome do Contribuinte: CIMA CIA INDUSTRIAL MAMANGUAPE.
32 - Processo: 11516.002553/2006-15 - Nome do Contribuinte: SP COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.

DIA 28 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
33 - Processo: 16327.003912/2002-61 - Recorrente: CIA ITAULEASING DE ARR.MERC. -GRUPO ITAU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
34 - Processo: 10410.006204/2004-18 - Recorrentes: USINA SANTA CLOTILDE S/A e FAZENDA NACIONAL.
35 - Processo: 10825.900050/2008-12 - Recorrente: MULT SERVICE PRESTACAO DE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

JORGE CELSO FREIRE DA SILVA
Presidente

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

2ª TURMA ORDINÁRIA

Obs.: Pauta republicada em razão do adiamento das Sessões do período de 12 a 16/09/2011, por questões de ordem administrativa

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS, QUADRA 1, BLOCO J, ED. ALVORADA, SALA 306 - BRASILIA-DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado

DIA 29 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR
1 - Processo: 10183.004789/2006-24 - Recorrente: ROSCH ADMINIST DE SERV E INF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA
2 - Processo: 10283.720724/2007-82 - Recorrentes: J G RODRIGUES & CIA LTDA e FAZENDA NACIONAL.
Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
3- Processo: 10280.720430/2007-81 - Nome do Contribuinte: OLIVEIRA E OLIVEIRA LTDA.
Relator: ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA
4 - Processo: 10935.000616/2007-78 - Recorrente: NOVA PLASTIC-INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, coobrigados: Grupo Nova Indústria e Comércio de Embalagens Ltda, Newton Martins Diniz e Sérgio Antônio Terres, e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA
5 - Processo: 15983.000979/2007-51 - Recorrente: A F SALGADO TRANSPORTES - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
6 - Processo: 10730.007879/2006-23 - Recorrente: CP DO PERO ARMARINHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
7 - Processo: 10830.009195/2008-08 - Recorrente: RM ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
8 - Processo: 10320.003104/2004-49 - Recorrente: IMPERIAL MOTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR
9 - Processo: 16561.000150/2008-63 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA
10 - Processo: 10580.008365/2006-56 - Recorrente: AYMORE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA, coobrigados: Antônio Araújo de Jesus; José Fernandes de Brito Pires, Gilmário Costa Antônio Leite, Manoel Mairton de Souza, e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
11 - Processo: 10580.720721/2009-56 - Recorrente: PAPEL COM COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-03-19
12 - Processo: 10680.009726/2008-15 - Recorrente: TUCUMEDY COMERCIO & INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
13 - Processo: 10235.000306/2004-06 - Contribuinte: AMAPALUZ ENGENHARIA E COMERCIO LTDA. - Recorrente: Ailton Cezar Alves de Aviz (Coobrigado) - Interessado: Pedro da Costa Duarte Filho (Coobrigado) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
14 - Processo: 19740.000460/2003-53 - Nome do Contribuinte: COIFA PECULIOS E PENSOES.
15 - Processo: 10280.720427/2007-67 - Nome do Contribuinte: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA.
Relator: ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA
16 - Processo: 13808.000542/00-01 - Recorrente: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
17 - Processo: 10932.000570/2007-17 - Recorrente: SIDERINOX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
18 - Processo: 10480.009578/92-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VOTORANTIM EMPREENDIMENTOS LTDA.
Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR
19 - Processo: 12963.000245/2007-12 - Recorrente: TOGNI S/A MATERIAIS REFRATARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
20 - Processo: 10940.000005/2006-70 - Recorrente: IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
21 - Processo: 18471.000316/2005-33 - Nome do Contribuinte: TINTAUTO TINTAS LTDA - 2005-03-17
22 - Processo: 10945.013579/2004-04 - Recorrente: TRANSMATIC TRANSPORTE E COM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
23 - Processo: 14041.000635/2007-10 - Nome do Contribuinte: LUMIERE EMPREENDIMENTOS LTDA.
Relator: ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA
24 - Processo: 10245.003680/2008-60 - Recorrente: ZAFIR SILVOPASTORIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
25 - Processo: 16707.100656/2005-27 - Recorrente: SEBASTIAO DE LIMA DELFINO Josival Barbosa da Silva (coobrigado) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
26 - Processo: 10380.011391/2005-37 - Recorrente: NUFARM INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA
27 - Processo: 10783.900027/2008-53 - Recorrente: VIACAO AGUIA BRANCA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
28 - Processo: 10865.902699/2008-93 - Recorrente: UNICOL ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
29 - Processo: 10950.007050/2008-06 - Recorrente: TRANSPORTE COLETIVO CIDADE CANCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
30 - Processo: 10980.901499/2008-05 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

DIA 29 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA
31 - Processo: 10980.903128/2006-98 - Recorrente: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
32 - Processo: 13161.000811/2005-22 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL DE PETROLEO ZENATTI - 2005-10-21.
33 - Processo: 10980.902461/2006-80 - Recorrente: KRAFT FOODS BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
34 - Processo: 10923.000117/2008-09 - Recorrente: ROLLS ROYCE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
35 - Processo: 10840.000973/2003-61 - Recorrente: SMARAPD INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
36 - Processo: 10920.000083/2005-21 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE COMPRESSORES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA
37 - Processo: 16327.002942/2001-79 - Nome do Contribuinte: BANCO ITAULEASING S.A.
38 - Processo: 10660.720733/2009-91 - Recorrente: PASTIFICIO SANTA AMALIA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
39 - Processo: 10660.901006/2009-22 - Recorrente: PASTIFICIO SANTA AMALIA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
40 - Processo: 10660.901009/2009-66 - Recorrente: PASTIFICIO SANTA AMALIA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
41 - Processo: 11020.907127/2008-03 - Recorrente: VIDROSHOPPING INDUSTRIA DE VIDROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
42 - Processo: 13888.906010/2009-19 - Recorrente: UNIAO SAO PAULO S A AGRICULTURA INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
43 - Processo: 15374.920013/2008-91 - Recorrente: TSN TRANSMISSORA SUDESTE NORDESTE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR
44 - Processo: 10880.000959/2002-19 - Recorrente: BRIPAR DOIS PARTICIPACOES S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
45 - Processo: 13851.000844/2001-71 - Recorrente: BRASIL WARRANT ADM.DE BENS E EMPRESAS LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
46 - Processo: 16027.000087/2007-31 - Recorrente: STARRET INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA
47 - Processo: 10280.003375/2005-07 - Recorrente: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
48 - Processo: 10293.720014/2004-91 - Recorrente: REMOLO JARUDE & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
49 - Processo: 10768.905686/2006-11 - Recorrente: REXAM BEVERAGE CAN SOUTH AMERICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
50 - Processo: 10830.901389/2006-97 - Recorrente: BUCKMAN LABORATORIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
51 - Processo: 10880.939473/2009-31 - Recorrente: FNC COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
52 - Processo: 10768.004025/2003-15 - Recorrente: INSTITUTO BRAS DA QUALIDADE NUCLEAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
53 - Processo: 15563.000717/2007-38 - Recorrente: TITANIC DISTR. DE DERIV. DE PETROLEO LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA
54 - Processo: 13804.000796/99-73 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA.
55 - Processo: 13819.000866/2004-80 - Recorrente: NHA BENTA IND. DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
56 - Processo: 13839.000814/2005-56 - Recorrente: OFTALMO CLINICAS SC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA
57 - Processo: 13888.900800/2008-00 - Recorrente: TUBESP TUBOS ESPIRAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.
58 - Processo: 13888.900845/2008-76 - Recorrente: TUBESP TUBOS ESPIRAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

DIA 30 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA
59 - Processo: 16561.000222/2008-72 - Nome do Contribuinte: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DIA 30 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA
60 - Processo: 11020.004863/2007-19 - Nome do Contribuinte: MARCOPOLO SA.
61 - Processo: 11020.007753/2008-90 - Nome do Contribuinte: MARCOPOLO SA.
62 - Processo: 11020.003681/2009-92 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA
Presidente

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

IRB-BRASIL RESSEGUROS S/A

ATA DA 16ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E DA 35ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e onze, às dez horas, reuniram-se Acionistas do IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., representando o total do capital com direito a voto, em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, no 9º andar do Edifício Sede da Companhia, na Avenida Marechal Câmara nº 171, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, para, de acordo com a ordem do dia do Edital de Convocação, publicado conforme o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) em Assembleia Geral Ordinária: (a) examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com os relatórios dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria e os pareceres do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; (b) deliberar sobre o orçamento de capital da Companhia, relativo ao exercício de 2011; (c) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social e de distribuição dos dividendos; e (d) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e (ii) em Assembleia Geral Extraordinária: (a) fixar a remuneração da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal, para o exercício social; e (b) aprovar proposta de reforma do Estatuto Social, nos seguintes termos: (b.1) alterar o artigo 10, caput, do Estatuto Social, de forma a modificar o período de realização da Assembleia Geral Ordinária, que passa a ser até 31 de março de cada ano; (b.2) alterar o inciso XV do artigo 25 do Estatuto Social, de forma a incluir a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP entre os órgãos aos quais possam ser prestadas informações pelo membro da Diretoria escolhido como responsável pelas funções de relações com o mercado; (b.3) alterar o inciso V do artigo 31 do Estatuto Social, de forma a estabelecer a periodicidade de encaminhamento à Diretoria das contas, relatórios e demonstrações financeiras, para os fins previstos em lei, observadas as normas legais e regulamentares a respeito da matéria; (b.4) alterar o artigo 52 do Estatuto Social, de forma a explicitar que a manifestação do Conselho

VEDADA A IMPRENSA NACIONAL
DISPONIBILIZAÇÃO E ASSINATURA

de Administração, a ser submetida à Assembleia Geral de Acionistas, tem por base o Relatório do Comitê de Auditoria; e (b.5) alterar o artigo 53 do Estatuto Social, de forma a vincular o cálculo das provisões técnicas às normas legais e regulamentares em vigor. As Assembleias foram presididas pelo Presidente da Companhia, Leonardo André Paixão, que convidou para tomar assento à mesa a Representante da União, Dra. Maria Teresa Pereira Lima, Procuradora da Fazenda Nacional, conforme delegação de competência constante da Portaria nº 603, de 11 de agosto de 2008, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicada no DOU de 13 de agosto de 2008; o representante do Conselho Fiscal, Conselheiro Sidney Maury Sentoma; o Representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Thiago Macedo Pereira de Matos; o representante da Consultoria Jurídica, Bernardo Netto Arruda; e o Sr. Murilo Azambuja Ribeiro, como representante de acionistas preferenciais, para secretariar os trabalhos. O Presidente, à vista da existência de "quorum" de instalação, declarou instaladas as Assembleias. Após a leitura do Edital de Convocação pelo Secretário, obedecida a ordem do dia da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, submeteu à discussão e votação os itens constantes do Edital. Foram adotadas as deliberações a seguir, por unanimidade, com as abstenções legais: a) aprovação do Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com os relatórios dos Auditores Independentes, com o parágrafo de ênfase nele consignado, e do Comitê de Auditoria e os pareceres do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; b) aprovação do orçamento da Companhia, relativo ao exercício de 2011, conforme aprovado pelo Conselho de Administração; c) aprovação da destinação do resultado do exercício social e de distribuição dos dividendos; e d) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal: Como representantes do Ministério da Fazenda - Efetivos: Luiz Alberto de Almeida Palmeira, brasileiro, casado, funcionário público, CPF nº 270.699.231-04, carteira de identidade nº 968.427, expedida pela Secretaria de Segurança Pública/DF, residente na SQSW 306, Bloco G, apartamento 202, Setor Sudoeste, Brasília/DF e Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista, brasileiro, casado, Procurador da Fazenda Nacional, CPF nº 035.269.957-45, carteira de identidade nº 133.7781 - SSP-DF, residente no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco Q – Edifício João Saad - CEP 70.070-120; Suplentes: Miguel Ragone de Mattos, brasileiro, casado, economista, CPF nº 669.984.091-68, carteira de identidade nº 1.509.234 SSP/DF, residente na SQS 113, Bloco D, apartamento 608, Asa Sul, Brasília, DF; e Paulo Ricardo de Souza Cardoso, brasileiro, casado, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, Diretor da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, CPF nº 285.075.840-04, carteira de identidade nº 4010274845, da SSP-RS, residente na SQN 304, Bloco E, apartamento 408, Brasília, DF, CEP 70736-050; Como representantes do Tesouro Nacional, Efetivo: Vinícius Mendonça Neiva, brasileiro, solteiro, economista, funcionário público, CPF nº 610.120.501-06, carteira de identidade nº 1582231, expedida pela SSP-DF, residente na SQS 304, Bl. G, Ap. 304, CEP: 70.337-070, Brasília, DF; e Suplente: Alex Fabiane Teixeira, brasileiro, casado, Administrador de Empresa, Funcionário Público, CPF nº 015.697.457-65, carteira de identidade nº 2753614, expedida pela SSP-DF, residente na QD 106, Lote 08, Praça Canário, Ed. Gran Riserva, Ap. 1002, CEP: 71.915-500, Brasília, DF. Indicados pelos Acionistas Preferenciais, após eleição em separado, com abstenção da União, foram eleitos em deliberação tomada por maioria de votos dos acionistas titulares de ações preferenciais correspondentes a 72,70% do total destas ações: Efetivos: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa, casado, contador, CPF nº 756.039.427-20, carteira de identidade nº RJ 075823/0-9, residente na Avenida Paulista nº 1415, Parte, Bela Vista, São Paulo, SP e Sidney Maury Sentoma, brasileiro, casado, economista, CPF nº 131.571.918-53, carteira de identidade nº 4.835.874-5 SSP/SP, residente na Rua Professor Manoel Ferreira nº 155, apartamento 603, Gávea, Rio de Janeiro, RJ; e Suplentes: Lúcio Antônio Marques, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF nº 010.816.166-87, carteira de identidade nº M 1.413.081 SSP-MG, residente na Rua Domingos Ferreira nº 140, apartamento 501, Copacabana, Rio de Janeiro, RJ e Carlos Roberto Costa Pinto, brasileiro, casado, contador, CPF nº 182.031.407-34, carteira de identidade nº 02441977-2 - DETRAN-RJ, residente na Rua Paulo Silva Araújo, nº 20 - casa 290, Méier, Rio de Janeiro, RJ. Encerrada a Assembleia Geral Ordinária, o Presidente submeteu à discussão e votação os itens constantes da ordem do dia da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Prosseguindo, relativamente ao primeiro item da pauta, conforme a seguinte orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Ofício nº 111/DEST-MP, de 15.03.2011), em observância ao inciso IV do art. 6º do Anexo I do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, deliberou-se: a.1) pela fixação em R$3.284.000,00 (três milhões, duzentos e oitenta e quatro mil reais) a remuneração global a ser paga aos administradores do IRB-Brasil Resseguros S.A., no período compreendido entre Abril/2011 a Março/2012, aí incluídos: honorários mensais, gratificação de natal (13º salário), adicional e abono pecuniário de férias, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, participação nos lucros ou resultados e plano de previdência complementar (PREVIRB), vedado expressamente o repasse aos respectivos honorários de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT na sua respectiva data-base de 2011; a.2) pela delegação de competência ao Conselho de Administração para efetuar a distribuição individual dos valores destinados ao pagamento da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o montante global e deduzida a parte destinada ao Conselho de Administração, condicionada esta delegação de competência à observância dos valores individuais constantes da anexa planilha de Remuneração Máxima dos Administradores. Recomendou a Representante da União à Companhia, no que diz respeito ao pagamento da "Participação nos Lucros ou Resultados - PLR", que deverão ser observados rigorosamente os termos e as condições constantes do Programa de Metas Corporativas aprovados para o IRB-Brasil Re, por intermédio do Ofício nº 421/DEST/MP, de 13 de maio de 2010 e a.3) pela fixação dos honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal em um décimo do que, em média mensal, perceberem os membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, participação nos lucros ou resultados e plano de previdência complementar (PREVIRB), bem como custear as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função de conselheiro de administração. Quanto ao segundo item da pauta, propõe-se a reforma do Estatuto Social, nos seguintes termos: (b.1) CAPÍTULO III - DA ASSEMBLEIA GERAL - Art. 10 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até 31 de março de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Sociedade assim o exigirem, observados os preceitos legais relativos às convocações e deliberações; (b.2) CAPÍTULO VI - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Art. 25 - Inc. XV - atribuir a um membro da Diretoria, quando necessário, as funções de relações com o mercado, a serem exercidas cumulativamente com outras funções executivas, competindo ao mesmo prestar informações, que atendam aos interesses da Sociedade e de seus acionistas, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ao Conselho Monetário Nacional - CMN, às Bolsas de Valores e aos demais participantes do mercado de valores mobiliários, bem como à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, na forma da legislação pertinente; (b.3) CAPÍTULO VII - Art. 31 - Inc. V - Encaminhar ao Conselho de Administração, com periodicidade adequada, observadas as normas legais e regulamentares a respeito da matéria, as contas, relatórios e demonstrações financeiras, para os fins previstos em lei; (b.4) CAPÍTULO XI - Art. 52 - O Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos Pareceres do Auditor Independente e do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração, com base no Relatório do Comitê de Auditoria, serão submetidos à Assembleia Geral de Acionistas; e (b.5) CAPÍTULO XI - Art. 53 - A Sociedade constituirá provisões e reservas necessárias à sua estabilidade econômico-financeira, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. O Voto da Senhora representante da União foi pela aprovação da Proposta. Em observância ao princípio da publicidade, nos termos do art. 289, §3º da Lei nº 6.404, de 1976, os Atos Societários do IRB-Brasil Resseguros S.A. passarão a ser publicados no Jornal Valor Econômico. A presente Ata foi lavrada de forma resumida, consoante faculta o artigo 130, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404, de 1976, e, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente da Assembleia, pela Representante da União, pelo Representantes dos Acionistas Preferencialistas, pelo Secretário e pelo Representante do Conselho Fiscal. Os documentos e propostas submetidos às Assembléias citados nesta Ata foram numerados seguidamente e arquivados na Gerência de Relações Institucionais do IRB-Brasil Re, consoante disposto no artigo 130, parágrafo primeiro, alínea "a", da legislação societária citada (Ata registrada na JUCERJA sob o nº 00002221169, de 15.08.2011).

LEONARDO ANDRÉ PAIXÃO
Presidente da Assembleia

MARIA TERESA PEREIRA LIMA
Representante da União

MURILO AZAMBUJA RIBEIRO
Representante do Acionista Grupo Bradesco

RAQUEL BORGHETTI CAVALCANTI
Representante do Acionista Grupo Itaú

LUCIO ANTONIO MARQUES
Representante do Acionista Cia. de Seguros Previdência do Sul

MURILO AZAMBUJA RIBEIRO
Secretário

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

Habilita a empresa que menciona ao procedimento simplificado de internação.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS, por delegação de competência, de acordo com a Portaria ALF/MNS nº 209, de 01/09/2011, publicada no DOU de 02/09/2011, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 307, inciso XII, da Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de 23/12/2010, que aprovou o Regimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil, declara:

1 - I - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Empresa NCR BRASIL - INDUSTRA DE EQUIPAMENTOS PARA AUTOMAÇÃO LTDA, CNPJ nº 10.785.567/0001-74, Processo nº 10283.003594/2011-04, nos termos do artigo 13 da Instrução Normativa SRF nº 242, de 06/11/2002.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §2º do art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO FERNANDES MOREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 15 SETEMBRO DE 2011

Cancela de ofício, por vício, o CNPJ: 04.549.754/0001-56 da empresa denominada A. J. C. CAMPOS.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Belém, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 280 e 292 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06/03/2009 e com fundamento, no art. 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010 (alterada pela IN nº 1.097, de 13/12/2010), considerando, ainda, o apurado no processo nº 10280.003149/2011-66, declara:

Art.1º- Estar cancelado o CNPJ nº 04.549.754/0001-56, da empresa denominada A J. C. CAMPOS, por vício na inscrição.

Art. 2º - Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela empresa acima citada, a partir de 30/04/1979.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO FARHAT

5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Declara a baixa da inscrição no CNPJ da empresa que menciona, por cancelamento na JUCEP.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 295 e inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23.12.2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei nº 9.430/96 e artigo 27, IV da Instrução Normativa RFB nº 1183, de 19 de agosto de 2011, considerando ainda o que consta do processo n. 10467.720.739/2011-79, resolve declarar:

Art. 1º - BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa MIGUEL EUGENIO BARBOSA - ME, CNPJ nº 09.395.849/0001-86, por cancelamento do registro na JUCEP, conforme artigo 27,IV da IN/RFB nº 1183/2011 e registros constantes do processo acima indicado;

Art. 2º Inidôneos os documentos emitidos por essa pessoa jurídica, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros a partir de 14/06/1996.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 111, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.727538/2011-24, RESOLVE:

1.Autorizar o fornecimento de 12.000 (doze mil)) selos de controle, tipo Uísque Miniatura, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o n.º 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES FINEST	Caixas de 120 garrafas de 50 ml, 40GL, idade até 8 anos	12.000

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 112, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.727399/2011-39, RESOLVE:

1.Autorizar o fornecimento de 6.540 (seis mil, quinhentos e quarenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, e 88.560 (oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta) selos de controle, tipo Uísque Miniatura, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o n.º 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
CHIVAS 18 YO	Caixas de 120 garrafas de 50 ml, 40GL, idade 18 anos	22.800
CHIVAS 18 YO	Caixas de 24 garrafas de 200 ml, 40GL, idade até 18 anos	2.640
CHIVAS REGAL	Caixas de 120 garrafas de 50 ml, 40GL, idade 12 anos	43.800
CHIVAS REGAL	Caixas de 12 garrafas de 375 ml, 40GL, idade 12 anos	2.700
ROYAL SALUTE	Caixas de 96 garrafas de 50 ml, 40GL, idade 21 anos	3.360
BALLANTINES 12 YO	Caixas de 12 garrafas de 350 ml, 40GL, idade 12 anos	1.200
BALLANTINE 12 YO	Caixas de 120 garrafas de 50 ml, 40GL, idade 12 anos	12.000
BALLANTINES 17 YO	Caixas de 120 garrafas de 50 ml, 43GL, idade 17 anos	6.600

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.727672/2011-25, RESOLVE:

1.Autorizar o fornecimento de 66.600 (sessenta e seis mil e seiscentos) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o n.º 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES 12 YO BLENDED SCOTCH WHISKY	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL	9.000
BALLANTINES FINEST BLENDED SCOTCH WHISKY	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL	57.600

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 116, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.727908/2011-23, RESOLVE:

1.Autorizar o fornecimento de 9.000 (nove mil) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o n.º 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES 12 YO	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL, idade 12 anos	9.000

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 39, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

ASSUNTO: Simples Nacional

EMENTA: SOCIEDADE COOPERATIVA. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL. DISPENSA. As cooperativas são sociedades simples e, como tais, estão desobrigadas da adoção da Escrituração Contábil Digital - ECD.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 6.022, de 2007, arts. 1o e 2o; IN RFB nº 787, de 2007, arts. 1o e 3o.

LÍCIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: REVENDA DE AUTOPEÇAS. LEI Nº 10.485, DE 2002. ALÍQUOTA ZERO. COMERCIANTE ATACADISTA OU VAREJISTA TRIBUTADO PELO LUCRO PRESUMIDO. Está reduzida a 0% (zero por cento) a alíquota da Cofins, relativa à receita de vendas de autopeças, relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 2002, realizadas por comerciante atacadista ou varejista, mesmo que a pessoa jurídica esteja sujeita à sistemática cumulativa, e desde que os produtos tenham sido adquiridos no mercado interno.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Art. 3º, II, e § 2º, I, da Lei nº 10.485, de 2002; art. 1º a 8º e 10 da Lei nº 10.833, de 2003; Instrução Normativa SRF nº 594, de 26 de dezembro de 2005

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: REVENDA DE AUTOPEÇAS. LEI Nº 10.485, DE 2002. ALÍQUOTA ZERO. COMERCIANTE ATACADISTA OU VAREJISTA TRIBUTADO PELO LUCRO PRESUMIDO. Está reduzida a 0% (zero por cento) a alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep, relativa à receita de vendas autopeças, relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 2002, realizadas por comerciante atacadista ou varejista, mesmo que a pessoa jurídica esteja sujeita à sistemática cumulativa, e desde que os produtos tenham sido adquiridos no mercado interno.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Art. 3º, II, e § 2º, I, da Lei nº 10.485, de 2002; art. 1º a 6º e 8º da Lei nº 10.637, de 2002; Instrução Normativa SRF nº 594, de 26 de dezembro de 2005.

LÍCIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 42, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

ASSUNTO: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

EMENTA: NOTA FISCAL DE EXPORTAÇÃO. DESTAQUE DO VALOR DO FRETE. Na nota fiscal de saída de mercadoria para exportação, contratada com a cláusula CRF - Cost and Freight (Custo e Frete), o campo "Valor do Frete" deve compreender os fretes interno e externo, correspondente ao trajeto integral, desde a saída do estabelecimento do exportador até o porto de destino da mercadoria, e nos dados complementares da nota fiscal deverá ser destacado o valor de cada um.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts. 391, 413, inciso V, alínea f, do Decreto nº 7212 de 2010 (RIPI) e art. 19, V, f, do Convênio Sinief de 15 dezembro de 1970.

LÍCIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 43, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: O lucro real ou o lucro presumido da Sociedade em Conta de Participação (SCP) deve ser informado na declaração do sócio ostensivo. O sócio ostensivo de Sociedade em Conta de Participação (SCP) não pode ser optante pelo Simples Nacional

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.406, de 2002, arts. 991 a 996; Decreto nº 3.000, de 1999, RIR/99, arts. 148, 149 e 254; IN SRF nº 179, de 1987.

ASSUNTO: Normas Gerais de Direito Tributário

EMENTA: Na apuração dos resultados da Sociedade em Conta de Participação (SCP), assim como na tributação dos lucros apurados e dos distribuídos, serão observadas as normas aplicáveis às pessoas jurídicas em geral. Havendo mais de um sócio ostensivo, compete a apenas um sócio ostensivo a responsabilidade pela apuração dos resultados, apresentação da declaração de rendimentos e recolhimento do imposto devido pela SCP, sem prejuízo da responsabilidade legal dos demais.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 3.000, de 1999, RIR/99, arts. 254; IN SRF nº 179, de 1987; IN SRF nº 31, de 2001, art. 1º; LC nº 123, de 2006, art. 3º, VII; Resolução CGSN nº 4, de 2007, art. 12, VIII.

LÍCIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 10 DE MAIO DE 2011

Declara anulada a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, DOU de 23/12/2010, e tendo em vista o disposto no art. 35 § 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, e considerando o que consta no processo 13807.000700/2011-21, resolve:

I- Anular de ofício a inscrição nº 05.706.389/0001-09 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ concedida por esta Delegacia à empresa ARCELOR LUXEMBOURG S. A..

II- Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela empresa cima citada, a partir de 25/06/2003, data de sua abertura.

III- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 182, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Declara baixada a inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, e considerando o estabelecido nos arts. 27, inciso IV e 31 e tendo em da Instrução Normativa nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10680.008444/2008-09, resolve:

Art. 1º - Baixar de ofício a inscrição nº 17.639.329/0001-08 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa MECÂNICA AUZI AUTO PEÇAS LTDA , em virtude do seu cancelamento no órgão de registro, em 10/12/2007.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7ª REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 6 DE SETEMBRO DE 2011

Cancelamento em razão de renúncia expressa de inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, com fundamento no artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Cancelada a seguinte inscrição do Registro de Despachantes Aduaneiros, em razão de renúncia expressa do interessado, formalizada através do processo nº 11775.720001/2011-91:

PROCESSO	NOME	CPF	INSCRIÇÃO
11775.720001/2011-91	PAULO ARTUR DE OLIVEIRA BACELAR	611.416.077-00	7D/01.234

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário oficial da União.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Inscrição no registro de Despachante Aduaneiro de que trata a IN DpRF nº 109, de 02 de outubro de 1992.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, com fundamento no artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do artigo 5º da Instrução Normativa DpRF nº 109, de 02 de outubro de 1992, declara:

Art. 1º Excluído do Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
7A/03.848	HORACIO RAMOS DE LACERDA NETO	038.139.467-03	10074.720170/2011-65

Art. 2º Incluído no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
7D/02.705	HORACIO RAMOS DE LACERDA NETO	038.139.467-03	10074.720170/2011-65

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário oficial da União.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

Concede à empresa que menciona a anuência prevista no art. 17 da Instrução Normativa SRF nº 109/2000

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e com a competência estabelecida no art. 22, parágrafo único, da Instrução Normativa SRF nº 109, de 08 de dezembro de 2000, nos termos e condições do Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998, c/c a retro mencionada Instrução Normativa e considerando o que consta do processo nº 12782.000039/2010-36, declara:

1. Fica concedida a anuência prevista no art. 17 da Instrução Normativa SRF nº 109/2000 à empresa ARMAZÉNS GERAIS COLÚMBIA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.526.977/0001-79, permissionária dos serviços prestados no PORTO SECO DE BARUERI, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.526.977/0010-60, local autorizado a operar como Porto Seco para movimentação e armazenagem de carga geral, cuja prestação de serviços foi a ela permitida em conformidade com o procedimento licitatório contido no processo nº 10880.012194/98-12 e com o respectivo Contrato de Permissão firmado em 24 de março de 2000 e seus Primeiro e Terceiro Instrumentos Aditivos firmados, respectivamente, em 31 de janeiro de 2001 e 14 de abril de 2010, e que se encontra alfandegado até 18 de maio de 2020 na forma do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 50, de 18 de maio de 2011, publicado no D.O.U. de 20 de maio de 2011.

2. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Cancelamento de ofício, de CPF- Cadastro de Pessoa Física.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 45/2009 de 03/02/2009 publicada no D.O.U. em 05/02/2009 combinada com a Portaria nº 22 de 21/02/2011 publicada no D.O.U. em 23/02/2011, e de acordo com o disposto nos artigos 30, Inciso IV e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, e considerando o que consta do processo de Nº 10830.723038/2011-04, declara que fica CANCELADA, de ofício, no cadastro da Pessoa Física - CPF, a inscrição de nº 337.271.938-75 da contribuinte APARECIDA DE JESUS.

ANGELUCIA DAMASCENO VIEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das competências que lhe são conferidas pelos artigos 295, 296 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no Diário Oficial da União de 23/12/2010, e Portaria RFB nº 1.069, de 4 de julho de 2008, publicada no DOU de 7 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados, DECLARA:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º Os produtos referidos no art. 1º, acondicionados em recipientes de capacidade superior a 1.000 ml (um mil mililitros), estão sujeitos à incidência do IPI, proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de 1.000 ml (um mil mililitros), arredondando-se para 1.000 ml (mil mililitros) a fração residual, se houver, conforme disposto no § 9º do art. 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI).

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Parágrafo único. Para as marcas de vinho comum ou de consumo corrente, comercializadas em vasilhame retornável, o enquadramento do produto dar-se-á em classe imediatamente inferior à constante deste ADE, observada a classe mínima a que se refere o inciso I do § 2º do art. 210 do RIPI.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2011.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 27 DE JUNHO DE 2011

Exclui o contribuinte ALLSITE INTERNET E INFORMÁTICA LTDA ME. do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal em Piracicaba, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluído do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, o contribuinte ALLSITE INTERNET E INFORMÁTICA LTDA ME. (CNPJ: 02.107.099/0001-50), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal em Piracicaba, no endereço Av. Limeira, nº 222 - 4º andar - Bairro Areão, Piracicaba/SP (CEP: 13.414-018).

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR RICARDO BRAGAIA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 86, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Altera Registro Especial nos termos da IN SRF nº 504/2005

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba/SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 3º, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, na forma do despacho exarado no processo 10855.723051/2011-77, DECLARA:

1. Alterada a inscrição nº 08110/018 no Registro Especial de Produtor de produtos que trata a IN SRF nº 504/2005 e alterações, do estabelecimento da empresa CAMPARI DO BRASIL LTDA, CNPJ Nº 50.706.019/0007-11, com endereço à Rodovia Waldomiro Corrêa de Camargo, s/nº, Km 80, Jardim Bela Vista - Sorocaba-SP, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

2. O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 504/2005 e alterações, sob pena de cancelamento desta inscrição.

3. Este registro abrange os produtos abaixo descritos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE
CONHAQUE	DREHER	900 ML
UISQUE	DRURY´S SPECIAL RESERVE	50 ML e 1000 ML
UISQUE	OLD EIGHT	50 ML, 200ML e 1000 ML
AMARGO BITTER	BITTER CAMPARI	50 ML, 200ML, 750 ML e 900 ML
AMARGO BITTER	BITTER CAMPARI	3 LITROS (Vedada a venda cfe art 275, Dec.4544\2002)
VINHO TINTO COMPOSTO VERMUTE DOCE	CINZANO ROSSO	900 ML
VINHO BRANCO COMPOSTO VERMUTE DOCE	CINZANO BIANCO	900 ML
APERITIVO	CYNAR	900 ML
APERITIVO DE ERVAS AROMÁTICAS	APEROL	750 ML e 900 ML
VINHO BRANCO COMPOSTO VERMUTE DOCE	CINZANO BIANCO EXPORTAÇÃO	900 ML
VINHO TINTO COMPOSTO VERMUTE DOCE	CINZANO ROSSO EXPORTAÇÃO	900 ML
AGUARDENTE COMPOSTA COM EXTRATO DE CARVALHO	DREHER GOLD	900 ML
VODCA	SKYY	980 ML
VODCA	SKYY Exportação	750 ML
LICOR DE LARANJA FINO	COINTREAU	700 ML
BEBIDA ALCOOLICA MISTA	SKYY INFUSION MARACUJA	750 ML
BEBIDA ALCOOLICA MISTA	SKYY INFUSION CITRUS	750 ML

4. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 78, de 08 de julho de 2011.

5. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELO CELSO BOSSO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 87, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Altera Registro Especial nos termos da IN SRF nº 504/2005

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba/SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 3º, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, na forma do despacho exarado no processo 10855.723051/2011-77, DECLARA:

1.Alterada a inscrição nº 08110/019 no Registro Especial de Engarrafador de produtos que trata a IN SRF nº 504/2005 e alterações, do estabelecimento da empresa CAMPARI DO BRASIL LTDA, CNPJ Nº 50.706.019/0007-11, com endereço à Rodovia Waldomiro Corrêa de Camargo, s/nº, Km 80, Jardim Bela Vista - Sorocaba-SP, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

2.O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 504/2005 e alterações, sob pena de cancelamento desta inscrição.

3.Este registro abrange os produtos abaixo descritos:

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE
CONHAQUE	DREHER	900 ML
UISQUE	DRURY´S SPECIAL RESERVE	50 ML e 1000 ML
UISQUE	OLD EIGHT	50 ML, 200 ML e 1000 ML
AMARGO BITTER	BITTER CAMPARI	50 ML, 200ML, 750 ML e 900 ML
AMARGO BITTER	BITTER CAMPARI	3 LITROS (Vedada a venda cfe art 275, Dec.4544/2002)
VINHO TINTO COMPOSTO VERMUTE DOCE	CINZANO ROSSO	900 ML
VINHO BRANCO COMPOSTO VERMUTE DOCE	CINZANO BIANCO	900 ML
APERITIVO	CYNAR	900 ML
APERITIVO DE ERVAS AROMÁTICAS	APEROL	750ML e 900 ML
VINHO BRANCO COMPOSTO VERMUTE DOCE	CINZANO BIANCO EXPORTAÇÃO	900 ML
VINHO TINTO COMPOSTO VERMUTE DOCE	CINZANO ROSSO EXPORTAÇÃO	900 ML
AGUARDENTE COMPOSTA COM EXTRATO DE CARVALHO	DREHER GOLD	900 ML
VODCA	SKYY	980 ML
VODCA	SKYY Exportação	750 ML
LICOR DE LARANJA FINO	COINTREAU	700 ML
BEBIDA ALCOOLICA MISTA	SKYY INFUSION MARACUJA	750 ML
BEBIDA ALCOOLICA MISTA	SKYY INFUSION CITRUS	750 ML

4.Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 79, de 08 de julho de 2011.

5.O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELO CELSO BOSSO

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre o período em que não houve expediente normal no âmbito da jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.° 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista a situação de estado de emergência reconhecida mediante o Decreto Municipal nº 9.465/2010 do Município de Blumenau e também as situações de calamidade pública reconhecidas mediante os Decretos n.°s 6.593/2011 e 2.088/2011 dos Municípios de Brusque e de Rio do Sul, respectivamente, bem como o previsto no art. 210, caput e § único, da Lei nº 5.172, de 25/10/1966, no art. 5º, caput e § único, do Decreto nº 70.235, de 06/03/1972, nos arts. 66 e 67 da Lei n.º 9.784, de 29/01/1999, declara que:

Art. 1.º Não houve expediente normal no período de 08 e 09/09/2011 no âmbito da jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau; de 08 a 13/09/2011 no âmbito da jurisdição da Agência da Receita Federal do Brasil em Rio do Sul; e de 09 a 13/09/2011 no âmbito da jurisdição da Agência da Receita Federal do Brasil em Brusque.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO SUEKI SONOMURA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

PORTARIA Nº 167, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, usando da competência que lhe confere o artigo 307 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de Dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de Dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no Art 1º da Resolução CG/REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, no uso da competência estabelecida no parágrafo 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto na Resolução CG/REFIS nº 9, de 12 de janeiro de 2000, com a redação dada pela Resolução CG/REFIS nº 20, de 27 de setembro de 2001 e pela Resolução CG/REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, resolve:

Art. Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso I do art. 5º, combinado com o inciso V do art 3º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - não cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - a pessoa jurídica ACTS DISTRIBUIDORA DE PARAFINAS LTDA, CNPJ: 82.317.686/0001-03, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2011, conforme os fatos relatados no processo administrativo nº 14486.000.462/2010-14, cuja decisão foi emitida por esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR, mediante delegação de competência concedida pela Resolução CG/REFIS nº 09, de 12 de janeiro de 2001, alterada parcialmente pela Resolução CG/REFIS nº 20, de 27 de setembro de 2001 e pela Resolução CG/REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 195, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União-DOU em 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no inciso I, artigo 57, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.408 (doze mil e quatrocentos e oito) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

MARCA COMERCIAL	QUANTIDADE CAIXAS	QUANTIDADE UNIDADES	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO
JACK DANIEL'S (JD)	979	11.748	Uísque americano, Blend Whisky, composto de malte de uísque e destilado alcoólico de cereais envelhecido, graduação alcoólica 40º GL, em caixas com 12 garrafas de 1000 ml.
JACK DANIEL'S SINGLE BARREL (JDSB)	110	660	Uísque americano, Blend Whisky, composto de malte de uísque e destilado alcoólico de cereais envelhecidos, graduação alcoólica 47º GL, caixa com 06 garrafas de 750 ml.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Cancelamento de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro e inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO/INSPETOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.06.740	MARCELO MENEGAT WEIS	047.511.859-69

Art. 2º Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9D.03.597	MARCELO MENEGAT WEIS	047.511.859-69

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTTO MARESCH

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO/INSPETOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.08.362	ANGELITA FERREIRA	023.909.589-82

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTTO MARESCH

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 182, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.08.353	Amanda Furni Andrade	010.589.029-46
9A.08.354	Fabricio Macedo Silva	050.974.319-60
9A.08.355	Falconeri Dias Costa	672.577.557-87
9A.08.356	Isilda Maria Goncalves de Freitas Cohen	425.241.137-87
9A.08.357	Jean Felipe de Franca	059.159.649-07
9A.08.358	Keyla Juliete Ribeiro dos Santos	383.361.808-69
9A.08.359	Luciane Martins Soares Weinfurter	064.749.259-81
9A.08.360	Mauro Sergio Fanha	019.659.479-05

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAGES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Cancelamento de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro e inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAGES/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
09A.07.242	SCHERON GABRIELA DAL PIZZOL	009.030.209-55

Art. 2º Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9D.03.598	SCHERON GABRIELA DAL PIZZOL	009.030.209-55

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO DE BRITO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Declara cancelada a inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE LONDRINA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria MF nº 125, de 04 de Março de 2009; e, com fundamento nos art. 5º, art.30º inciso I e III, e art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de Junho de 2010, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13907.000992/2010-93 declara:

Artigo Único - Ficam declarados cancelados no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, as inscrições de nº 090.399.999-45, 139.948.827-96, 044.388.909-00, 085.040.499-14 e 357.855.108-20, por terem sido atribuídos para a mesma pessoa de nome Rodrigo Gustavo Omodei, o qual já é possuidor da inscrição de nº 031.366.109-03, este que restará como ponta de cadeia.

LUIZ FERNANDO DA SILVA COSTA

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 193, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional de que trata a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, a empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, considerado o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações e no artigo 4º da Resolução CGSN n.º 15, de 23 de julho de 2007, declara:

Art. 1.º O contribuinte METAL BOFF & BOFF LTDA inscrito no CNPJ sob o n.º 08.373.642/0001-48, excluído de sua opção do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em razão do mesmo, embora intimado, deixou de apresentar, sem motivo justificado, os livros, documentos e informações, conforme o disposto no inciso II do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme fatos apurados no processo administrativo de nº 11020.723.733/2011-65.

Art. 2º. Os efeitos da exclusão ocorrem a partir de 01/01/2008, de acordo com o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 6, inciso VI da Resolução CSGN nº 15, de 23 de julho de 2007, na redação dada pela Resolução CGSN nº 20 de 15/08/20007.

Art. 3º Da presente declaração de exclusão caberá, no prazo de trinta dias, contados a partir da ciência, manifestação de inconformidade junto à Delegacia da Receita Federal de Julgamento, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo (Dec. n.º 70.235/72), assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

NLUIZ WESCHENFELDER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Exclui pessoa física e jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Santo Ângelo (RS), no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, e no art. 280 da Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido no Sistema de Cobrança Administrativa - SICOB/DATAPREV.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data da ciência deste ADE ou da publicação, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Santo Ângelo (RS), de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 2004, na Avenida Brasil nº 1400, Santo Ângelo (RS).

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Parcelamento Especial será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

DARVIN FERNANDO THOMAS FILHO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas físicas e jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CEI/CPF das pessoas físicas excluídas

36.200.00701/05 153712960-53	88.975.966/0001-95

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 634, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras Financeiras do Tesouro, LFT, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 15.09.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 16.09.2011;

V - data da liquidação financeira: 16.09.2011;

VI - data-base das LFT: 01.07.2000;

VII - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

IX - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

X - quantidade para o público: até 150.000 de títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

XI - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (em R$)	Adquirente
LFT	210100	01.03.2016	1.628	Até 150.000	1.000,000000	Público
LFT	210100	01.03.2018	2.358	Até 150.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 25, de 4 de agosto de 2011, que consistirá na aquisição de LFT com as características apresentadas abaixo, pelas cotações de venda apuradas na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 15.09.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 16.09.2011;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	VN na data-base (em R$)
LFT	210100	01.03.2016	1.628	1.000,000000
LFT	210100	01.03.2018	2.358	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 3º, corresponderá a 5% (cinco por cento) da quantidade vendida ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§ 1º.A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 635, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 15.09.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 16.09.2011;

V - data da liquidação financeira: 16.09.2011;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.10.2012	381	500.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2014	838	4.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2015	1.203	1.500.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 25, de 4 de agosto de 2011, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 15.09.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h30 às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 16.09.2011;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
LTN	100000	01.10.2012	381	100.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2014	838	800.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2015	1.203	300.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 672, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Vargem Alta / ES.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, tendo em vista o atendimento do prazo legal estipulado para apresentação do plano de trabalho e da Notificação Preliminar de Desastre/NOPRED resolve:

Art. 1° Autorizar o repasse de recursos ao Município de Vargem Alta / ES, no valor de R$ 972.685,64 (novecentos e setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), para a execução de obras de Reconstrução e Recuperação, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000542/2011-09.

Art. 2º. O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 02 (duas) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação da 1ª parcela dos recursos.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 673, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Pedro Osório / RS.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, tendo em vista o atendimento do prazo legal estipulado para apresentação do plano de trabalho e da Notificação Preliminar de Desastre/NOPRED resolve:

Art. 1° Autorizar o repasse de recursos ao Município de Pedro Osório / RS, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para a execução de obras de Reconstrução e Recuperação, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.002985/2010-45.

Art. 2º. O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 02 (duas) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação da 1ª parcela dos recursos.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 675, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Gaspar / SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Gaspar / SC, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.1029.22BO.0103; Natureza de Despesa: 33.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 676, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de São João Batista / SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de São João Batista / SC, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.1029.22BO.0103; Natureza de Despesa: 33.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 677, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Otacílio Costa / SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Otacílio Costa / SC, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.1029.22BO.0103; Natureza de Despesa: 33.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO
Ministro de Estado da Integração Nacional

PORTARIA Nº 678, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Indaial / SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Indaial / SC, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.1029.22BO.0103; Natureza de Despesa: 33.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 679, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Rio do Sul / SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Rio do Sul / SC, no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.1029.22BO.0103; Natureza de Despesa: 33.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 680, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Laurentino / SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Laurentino / SC, no valor de R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.1029.22BO.0103; Natureza de Despesa: 33.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 681, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Taió / SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Taió / SC, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.1029.22BO.0103; Natureza de Despesa: 33.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 682, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Trombudo Central / SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Trombudo Central / SC, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.1029.22BO.0103; Natureza de Despesa: 33.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Nº 2.121 - Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal as seguintes instituições:

I - INSTITUTO INCLUSÃO DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO SOCIAL - INSTITUTO INCLUSÃO, com sede em Brasília, Distrito Federal, registrado no CNPJ nº 05.475.759/0001-44 (Processo MJ nº 08071.016278/2010-57);

II - LAR BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, com sede na cidade de Altônia, Estado do Paraná, registrado no CNPJ nº 03.460.803/0001-17 (Processo MJ nº 08071.012280/2010-57);

III - LAR VICENTINO OBRA UNIDA À SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, com sede na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 03.610.593/0001-04 (Processo MJ nº 08071.000681/2011-45).

Art. 2º As entidades de que trata esta Portaria ficam obrigadas a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houverem prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e despesa realizada no período, ainda que não tenham sido subvencionadas, conforme preceituam os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto no Parágrafo Único do art. 4º , da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 e alínea "a" do art. 6º , do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Nº 2.122 - Art. 1º Cassar o título de Utilidade Pública Federal das seguintes instituições:

I - AMAR SOCIEDADE DE ESTUDOS ESPÍRITAS - AMAR-SE, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, registrada no CNPJ nº 04.952.039/0001-60 (Processo MJ nº 08071.000855/2010-99);

II - ASSOCIAÇÃO ANTIALCOOLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 62.521.232/0001-42 (Processo MJ nº 08071.000825/2010-82);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PARANÁ, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, registrada no CNPJ nº 76.778.992/0001-44 (Processo MJ nº 08071.000818/2010-81);

IV - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESTRELA MÁXIMA, com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, registrada no CNPJ nº 78.311.768/0001-73 (Processo MJ nº 08071.000816/2010-91);

V - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CONTRA A FOME - ACCF, com sede na cidade de Cidade Ocidental, Estado de Goiás, registrada no CNPJ nº 03.228.728/0001-63 (Processo MJ nº 08071.000807/2010-09);

VI - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO DE AVAÍ, com sede na cidade de Jacinto, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 22.698.865/0001-15 (Processo MJ nº 08071.000803/2010-12);

VII - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E PRODUTIVA "ÁUREA RIBEIRO", com sede na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, registrada no CNPJ nº 01.795.820/0001-80 (Processo MJ nº 08071.000802/2010-78);

VIII - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E PRODUTIVA DE SÃO JOSÉ, com sede na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, registrada no CNPJ nº 00.864.591/0001-45 (Processo MJ nº 08071.000801/2010-23);

IX - DESAFIO JOVEM MONTE HOREBE, com sede na cidade de Balneário Camburiú, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ nº 90.477.472/0001-22 (Processo MJ nº 08071.000946/2009-91);

X - FUNDAÇÃO CASA DA CRIANÇA BENTO GONÇALVES, com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, registrada no CNPJ nº 89.831.564/0001-80 (Processo MJ nº 08071.000659/2010-14);

XI - FUNDAÇÃO JOSÉ PAZ REBOUÇAS, com sede na cidade de Russas, Estado do Ceará, registrada no CNPJ nº 04.279.836/0001-28 (Processo MJ nº 08071.000670/20109-84);

XII - FUNDAÇÃO WALDEVINO VIEIRA DE SOUZA, com sede na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ nº 76.703.420/0001-04 (Processo MJ nº 08071.000473/2010-65);

XIII - INSTITUIÇÃO BENEFICENTE SONHO DA CRIANÇA, com sede na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, registrada no CNPJ nº 04.459.596/0001-43 (Processo MJ nº 08071.000475/2010-54);

XIX - LIONS CLUBE DE MARÍLIA, com sede na cidade de Marília, Estado de São Paulo, registrado no CNPJ nº 52.062.239/0001-90 (Processo MJ nº 08071.000386/2010-16);

XX - PEVI - PROJETO ESPERANÇA E VIDA, com sede na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, registrado no CNPJ nº 67.998.161/0001-97 (Processo MJ nº 08071.000370/2010-03);

XXI - SOCIEDADE ESPÍRITA DISCÍPULOS DE JESUS, com sede na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, registrada no CNPJ nº 12.181.244/0001-05 (Processo MJ nº 08071.000442/2010-12).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e da competência expressamente delegada no Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000;

Considerando os dispositivos do Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 - Lei de Introdução ao Código Civil, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, aplicáveis às pessoas jurídicas estrangeiras de direito privado sem fins econômicos e do Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943;

Considerando o disposto na Portaria MJ nº 2.064, de 10 dezembro de 2007, no art. 4º , § 1º , inciso III, e art. 8º , inciso III, na Portaria SNJ nº 24, de 11 de outubro de 2007, na Portaria MJ nº 1.272, de 3 de julho de 2008 e na Portaria MJ nº 2.144 de 31 de outubro de 2008;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 08071.001145/2009-42, bem como o objetivo declarado da organização estrangeira é promover a conscientização do público quanto ao manejo e proteção de fontes de água doce a coletar, resolve:

Nº 2.123 - Art. 1º . Autorizar a INTERNATIONAL RIVERS NETWORK, organização estrangeira de direito privado sem fins lucrativos, com sede No 1847 Berkeley Way, Berkeley, Califónia 94703, Estados Unidos da América, a atuar no Brasil.

Art. 2º . A organização estrangeira deverá apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de julho de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços e atividades prestados à coletividade no ano anterior, acompanhado de demonstrativo das receitas e despesas realizadas no período.

Art. 3º . As alterações nos atos constitutivos da entidade deverão ser comunicadas ao Ministério da Justiça, sob pena de cancelamento da autorização.

Art. 4º . Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 16 de setembro de 2011

Nº 1.004 - Ref. : PROCESSO nº 08001.003096/2011-21. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro. ASSUNTO: Recurso Administrativo. DECISÃO: Pelo conhecimento do recurso interposto pelo Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, para no mérito improvê-lo, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 139/2011/ACS/CGJUDI/CONJUR-MJ/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 404/2011/CAD/CGJUDI/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 1.005 - Ref. : PROCESSO nº 08660.011533/2011-16. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Reconsideração. DECISÃO: Pela admissibilidade do pedido interposto pelo ex-Policial Rodoviário Federal ELTON ÂNGELO PIRES DORNELES, para no mérito indeferi-lo, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 130/2011/ACS/CGJUDI/CONJUR-MJ/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 403/2011/CAD/CGJUDI/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 1.006 - Ref. : PROCESSO nº 08003.000853/2010-11. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Reconsideração. DECISÃO: Pela admissibilidade do pedido interposto pelo ex-Policial Rodoviário Federal SANDRO RICARDO DE SOUZA COSTA, para no mérito indeferi-lo, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 126/2011/EVX/CAD/CONJUR-MJ/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 389/2011/CAD/CGJUDI/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 1.007 - Ref. : PROCESSO nº 08001.003643/2011-78. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional. ASSUNTO: Pedido de Reconsideração. DECISÃO: Pela admissibilidade do pedido interposto pelo ex-Agente Penitenciário Federal VALDEMIR RIBEIRO ALBUQUERQUE, para no mérito indeferi-lo, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 132/2011/RVP/CAD/CGJUDI/CONJUR/MJ, aprovado pelo Despacho nº 421/2011/CAD/CGJUDI/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 1.008 - Ref. : PROCESSO nº 08000.008607/2011-19. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Revisão. DECISÃO: Pela não admissibilidade do pedido de revisão apresentado pelo ex-Policial Rodoviário Federal NELSON ROBERTO DE SOUZA CORVOISIER, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 137/2011/BDA/CAD/CGJUDI/CONJUR/MJ, aprovado pelo Despacho nº 429/2011/CAD/CGJUDI/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nº 1.009 - Ref.: PROCESSO nº 08001.004247/2011-68. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio. ASSUNTO: Pedido Administrativo. DECISÃO: Indefiro o pedido proposto pelo ex-Motorista JOSÉ WILSON FERREIRA DA SILVA, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos na Nota nº 44/2011/CGJ/CGJUDI/CJ, da Consultoria Jurídica, que adoto.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.071 de 20 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2011, Seção 1, página 45, referente ao requerimento de anistia nº 2003.21.29149, formulado por UBIRAJARA ALVES RAMOS, onde se lê: "NB 58/001.629.108-5", leia-se: "NB 59/144.605.528-8".

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

RETIFICAÇÃO

No item 07 da ata da 499ª Sessão Ordinária de Julgamento, referente ao Procedimento Administrativo nº 08700.003984/2010-85 Requerente: Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo - Sindifumo/SP Advogados: Rodrigo Zingales Oller do Nascimento, Viviane Greche Gonçalves Pranckevicius e outros Interessada: Souza Cruz S.A. Advogados: Gabriel Nogueira Dias, Raquel Bezerra Cândido Amaral Leitão e outros. Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz, publicada no DOU nº 179, Seção 1, do dia 16 de setembro de 2011, páginas 39, 40 e 41, onde se lê "O Plenário, por unanimidade, negou provimento ao recurso de ofício e determinou o arquivamento do procedimento administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Relator." leia-se: "O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do procedimento administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Relator."

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 2011

Em 05 de setembro de 2011, às 9h, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública da União para sua 130ª Sessão Ordinária, presidida pelo Exmo. Sr. Subdefensor-Geral Federal Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado e integrada pelo Exmo. Sr. Corregedor-Geral Federal Dr. Fabiano Caetano Prestes e pelos Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Edson Rodrigues Marques (Conselheiro em substituição ao Exmo. Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro), Dra. Tatiana Siqueira Lemos, Dr. Felipe Caldas Menezes, Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa, Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima. Na presença do Exmo. Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Dr. Gabriel Faria Oliveira e dos Defensores Públicos Federais: Dr. Ricardo Russell Brandão Cavalcanti, Dra. Lutiana Valadares Fernandes, Dr. Lúcio Ferreira Guedes, Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova, Dr. José Carvalho Júnior, Dr. Wadson Silva Faria, Dra. Vivian Netto Machado Santarém, Dr. Gabriel Habib, Dr. Érico Lima de Oliveira, Dr. Guilherme Ataíde Jordão, Dr. Fernando Cunha Cavalcanti, e Dr. Bruno Vinícius Batista Arruda. Abertos os trabalhos o Conselho passou a deliberar e decidiu (Processos nºs: 03038.019396/2011-12 e 03038.023848/2011-52. Relatórios de atividades funcionais. Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes, que atribuiu nota máxima e, ainda, homologou o estágio probatório dos seguintes Exmos. Defensores Públicos Federais: Dr. Rodrigo Gonçalves de Souza e Dra. Dione da Fonseca Passos Bittencourt. Ato contínuo, o Exmo. Dr. Fabiano Caetano Prestes sugeriu ao Colegiado que, diante da consolidação do entendimento tanto do STJ como do STF no sentido de que o estágio probatório e a estabilidade teriam prazo de 03 (três) anos, adequasse seu entendimento à evolução jurisprudencial dos Tribunais Superiores. O Colegiado concordou que o prazo de estágio probatório deverá se adequar aos entendimentos adotados pela Suprema Corte e pelo Superior Tribunal de Justiça. (Questão de ordem 11) O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa levantou questão de ordem por entender que nestes casos a postura mais correta seria adotar uma norma de transição na qual os Defensores Públicos Federais empossados e que se encontram em cumprimento de período de estágio probatório permaneçam vinculados à regra dos 02 (dois) anos e os próximos que tomarem posse o prazo será de 03 (três) anos. Por unanimidade, o Colegiado acatou os termos da questão de ordem levantada pelo Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa. O Corregedor Geral Federal apresentará, além destas, outras propostas de alteração da resolução que trata da avaliação do estágio probatório para deliberação do Colegiado. Neste momento os presentes se retiraram as sala de reunião e a videoconferência foi interrompida para apreciação de matéria sigilosa. (Inversão de Pauta. Processos nº 08038.021624/2011-14.) Matéria Sigilosa (Inversão de pauta. Processo nº 08038.024337/2011-58. Afastamento do Exmo. Dr. Gabriel Habib) O Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior afirmou que o requerente atende a todas aos quesitos impostos pela Resolução e, desse modo, recomendou pelo afastamento do Defensor Público Federal, Dr. Gabriel Habib. O Exmo. Dr. Gabriel Faria Oliveira, em nome da associação, reiterou que os problemas administrativos e a grande demanda devem ser ponderados concomitantemente à necessidade de capacitação dos DPF, de modo que essa falta de estrutura não gere um rigor demasiado na análise dos afastamentos requeridos. O Presidente da ANADEF reiterou que, se cumpridos todos os requisitos estabelecidos pela Resolução, a recomendação seria a atitude correta a ser adotada pelo Colegiado. Dada a palavra ao requerente, o Exmo. Dr. Gabriel Habib reiterou que, atualmente, não há mais restrição de atendimento na Unidade do Rio de Janeiro e, ainda, trouxe a informação de que o Exmo. Dr. Marcelo Uzeda assumirá o seu ofício durante o período de afastamento, de modo que o trabalho por ele exercido não será afetado pelo seu afastamento. A Exma. Dr. Clarissa Ligiéro, em sustentação oral, trouxe os dados sobre a Unidade do Rio de Janeiro e enfatizou que a Unidade não passa por grandes dificuldades de atendimento, que houve aumento no número de Defensores e que os agendamentos estão previstos para, no máximo, 3 (três) semanas. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima acompanhou o voto do relator com ressalva no que toca a substituição do Exmo. Dr. Gabriel Habib, já que ordinariamente deve-se aplicar a regra prevista no art. 10, da Portaria 183/2008. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa acompanhou o voto proferido pelo Exmo. Relator no que toca a recomendação pelo afastamento, e quanto à substituição, o Conselheiro encaminhou voto no sentido de que a designação para outro Defensor Público Federal de categoria distinta do solicitante, somente poderá ser realizada pelo DPGF, através da designação extraordinária. Portanto, não entrou no mérito da substituição, a qual deverá ser sopesada pelo DPGF ou Chefe da Unidade, conforme o caso. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Felipe Caldas Menezes acompanhou o voto proferido pelo Exmo. Relator, devendo eventual designação extraordinária e a fixação de trânsito do requerente ficar a cargo do Defensor Público-Geral Federal (art. 8º, incisos XIII e XV, da Lei Complementar nº 80/94). A Exma. Sra. Conselheira Dra. Tatiana Siqueira Lemos abriu divergência para não acompanhar o voto e não recomendar o afastamento tendo em vista os dados trazidos pelo próprio chefe da Unidade do Rio de Janeiro, que relatam a espera de até 8 meses para o atendimento inicial dos assistidos naquela localidade. O Exmo. Dr. Fabiano Caetano Prestes acompanhou a divergência apresentada pela Exma. Dra. Tatiana Siqueira Lemos. O Exmo. Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado acompanhou voto do relator. Assim, o Colegiado, por maioria, acompanhou o voto proferido pelo relator e recomendou pelo afastamento do DP, sendo que o processo deve ser encaminhado para o DPGF, em exercício, para que este estabeleça o prazo de trânsito do requerente. (Extra Pauta. Processo nº 08038. 025364/2011-48. Afastamento da Exma. Dra. Clarissa Ligiéro) Dada a palavra a Exma. Requerente a mesma reiterou os números da Unidade reafirmando que não há grandes problemas de atendimento na DPU/RJ, especialmente na sua área de atuação (Ofícios Cíveis). não grandes problemas de atendimento na DPU/RJ. Ressaltou que todos os colegas concordaram com o afastamento, assinando devidamente o termo. Dada a palavra ao Exmo. Dr. Gabriel Faria de Oliveira o mesmo renovou toda a argumentação feita no afastamento do Exmo. Dr. Gabriel Habib. Seguindo o julgamento, o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, votou no sentido de recomendar o afastamento pois todos os requisitos estabelecidos na Resolução encontram-se atendidos pela requerente. O Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima acompanhou o voto proferido pelo Relator, com a argumentação de que eventual falha da administração não pode recair

PROIBIDA A VENDA E DIVULGAÇÃO FORA DA IMPRENSA NACIONAL ASSINANTE

sobre o direito do Defensor. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa acompanhou o voto proferido pelo Relator. No entanto, o Conselheiro fez uma ressalva no que toca à divergência de números trazidos pelo Chefe da Unidade e pela requerente. Assim, votou para recomendar o afastamento se o agendamento não ultrapassar as 3 (três) semanas ditas pela requerente. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Felipe Caldas Menezes votou com relator. A Exma. Sra. Conselheira Dra. Tatiana Siqueira Lemos, seguindo em posicionamento anterior, abriu divergência para não recomendar o afastamento. O Exmo. Dr. Fabiano Caetano Prestes alterou posicionamento de processo anterior e recomendou pelo afastamento, com ressalva de que a demanda de trabalho da Unidade da DPU/RJ deverá ser suportada pela Unidade, sem que sejam requeridas designações extraordinárias para suprir o déficit de Defensores Públicos Federais em atuação. Assim, o Colegiado, por maioria, acompanhou o voto proferido pelo Exmo. Relator e recomendou pelo afastamento do DP sem condicionantes, sendo que o processo deve ser encaminhado para o DPGF, em exercício, para que este estabeleça o prazo de trânsito do requerente. (Processos nºs 08038.024247/2011-67; 08038.024914/2011-10; 08038.024837/2011-90; 08038.024835/2011-09; 08038.023353/2011-23; 08038.024186/2011-38; 08038.024305/2011-52; 08038.024191/2011-41; 08038.024838/2011-34; 0838.024913/2011-67; 08038.024834/2011-56; 08038.024309/2011-31; 0838.024372/2011-77; 08038.024174/2011-11; 08038.024178/2011-91; 08038.024681/2011-47; 08038.023782/2011-09; 08038.023687/2011-05; 08038.024010/2011-86; 08038.024860/2011-84; 08038.024682/2011-91; 08038.024861/2011-29; 08038.023719/2011-64; 08038.024061/2011-16; 08038.023945/2011-45; 08038.023571/2011-68; 08038.023737/2011-46; 08038.024475/2011-37; 08038.023071/2011-26; 08038.022679/2011-33 e 08038.024371/2011-22. 11º Concurso de promoção dos Defensores Públicos Federais de 2ª Categoria) A Exma. Sra. Conselheira Relatora, Dra. Tatiana Siqueira Lemos, preliminarmente, homologou as desistências formuladas. Diante do oferecimento de 2 (duas) vagas a serem preenchidas pelo critério de antiguidade para a Unidade do Acre e de Rondônia, nesta ordem, passou-se a análise dos dois candidatos mais antigos, que de acordo com a lista de antiguidade, é o Exmo. Dr. Renato Moreira Torres e Silva, 51º na lista de antiguidade da 2ª Categoria e o Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa, 70º colocado na lista. A Exma. Relatora acrescentou que, os dois candidatos preenchem o requisito do art. 31, § 3º, da Lei Complementar nº 80/94, contando com mais de dois anos de efetivo exercício na 2ª Categoria. Ademais, a Exma. Relatora esclareceu que houve empate no tempo de carreira em relação aos dois requerentes, os quais ingressaram na instituição em 18/10/2006, sendo utilizado como critério de desempate o tempo de serviço público, de acordo com precedente do Supremo Tribunal Federal: (MS 24872, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 30/06/2005, DJ 30-09-2005 PP-00004 EMENT VOL-02207-01 PP-00168). Dessa forma, a Exma. Relatora votou no sentido de o Exmo. Sr. Dr. Renato Moreira Torres e Silva preencher a vaga da Unidade de Rondônia, e o Exmo. Sr. Marcos Antônio Paderes Barbosa preencher a vaga da Unidade do Acre, no que foi acompanhada pela unanimidade. Passando-se o julgamento das vagas a serem preenchidas pelo critério de merecimento, a Exma. Relatora analisou, inicialmente, quais os requerentes preencheram o requisito do § 2º do art. 31 da LC 80/94, ou seja, quais constam no primeiro terço da lista de antiguidade. Ressaltou ainda que, todos os requerentes atenderam também ao §3º do art. 31 da LC 80/94, já tendo mais de dois anos de efetivo exercício na 2ª categoria. (Questão de ordem 12) Posteriormente ao debate quanto à possibilidade de se pontuar o exercício de cargo de Diretor de Departamento da Escola Superior da DPU, o Colegiado decidiu, por unanimidade, que se trata de rol taxativo, indeferindo a concessão de pontuação para este tipo de atividade. Ademais, o Colegiado, por maioria, decidiu conceder pontuação pela atividade em Grupo de Trabalho, considerando-a atividade de assessoramento do Defensor Público-Geral Federal, vencidos a Exma. Relatora e o Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, que argumentou que somente nos casos expressos de assessoria ou coordenação direta do DPGF deveria haver a concessão de pontuação (Resolução nº 31/2008, art. 10, I), como ocorre com os Membros da Comissão de Prerrogativas (Portaria nº 394/2009, art. 1º), não se podendo em tal conceito idoneamente incluir "Grupos de Trabalho". O Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes se declarou suspeito para votação quanto à DPU/DEPEN, e quanto à Diretoria de Departamento da ESDPU. Ao deliberar sobre o Grupo de Trabalho para formação de Novo Código de Processo Civil, o Colegiado decidiu, por maioria, deferir a pontuação, com a ressalva do Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que, ressalvando seu entendimento, se rendeu a maioria anteriormente formada em obséquio da "segurança jurídica" (Lei nº 9.784, art. 2º, parágrafo único, IX) e vencidos a Exma. Relatora e o Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes, este último especialmente por se tratar de grupo com atuação temporária, não havendo comprovação de que permaneceu em atividade durante todo o lapso temporal da pontuação conferida. Além disso, o Colegiado decidiu, por maioria, vencida a Exma. Relatora não atribuir pontuação para artigos publicados no site da DPU por não haver registro no ISSN. Ao iniciar o cômputo da pontuação de cada um dos requerentes, o Colegiado acompanhou, por unanimidade, a Exma. Relatora que atribuiu: 2,95 pontos ao Exmo Sr. Dr. André Carneiro Leão; 18,5 pontos ao Exmo. Sr. Dr. Daniel Mourgues Gogoy; 5,2 pontos ao Exmo. Sr. Dr. Fernando da Cunha Cavalcanti; 5,2 pontos ao Exmo. Sr. Dr. Geraldo Vilar Correia Lima Filho; 4,6 pontos a Exma. Sra. Dra. Ilcelena de Souza Queiroz; 3,0 pontos a Exma. Sra. Dra. Isabella Karen Araujo Simões; 9,0 pontos ao Exmo. Sr. Dr. José Mendes Neto; 3,0 pontos ao Exmo. Sr. Dr. Luciano Antônio Fiorot; 11,75 pontos ao Exmo. Sr. Dr. Lúcio Ferreira Guedes; 4,3 pontos ao Exmo. Sr. Dr. Marcos José Brito Ribeiro; 5,4 pontos a Exma. Sra. Dra. Nara de Souza Rivitti; 14,1 pontos ao Exmo. Sr. Dr. Ricardo Russel Brandão Cavalcanti; e ainda, não atribuir pontuação ao Exmo. Sr. Dr. Paulo Rogério Cirino de Oliveira. O Colegiado decidiu, por unanimidade, não conceder pontuação aos Exmos. Defensores Públicos Federais: Dr. Eduardo Duilio Lopes Piragibe, Dr. Roberto Funchal Filho e Dr. Ricardo Emílio Pereira Salviano, tendo em vista que os interessados não apresentaram comprovação de nenhuma atividade passível de pontuação, e ainda, o RH/DPGU ter informado não constar em seus assentamentos nenhuma atividade pontuável. Sendo assim, a Exma. Relatora concluiu que dentre os três candidatos mais pontuados que concorreram para a vaga de Brasília/DF estão os Exmos. Srs. Drs. Daniel Mourgues Cogoy, com 18,5 pontos, Ricardo Russel Brandão Cavalcanti, com 14,1 pontos e Lúcio Lúcio Ferreira Guedes, com 11,75 pontos. Assim, os três nomes formarão a lista tríplice para preenchimento por merecimento da vaga de Defensor de 1ª Categoria aberta em Brasília/DF. Em relação à vaga para promoção por merecimento aberta em Boa Vista/RR, os mais pontuados dentre os interessados são os Exmos. Srs. Drs. Ricardo Russel Brandão Cavalcanti, com 14,1 pontos, Lúcio Ferreira Guedes, com 11,75 pontos e José Mendes Neto, com 9 pontos. Assim, os três nomes formam a lista tríplice para preenchimento por merecimento da vaga de Defensor de 1ª Categoria aberta em Boa Vista/RR. Por fim, a Exma. Relatora proferiu voto no sentido de que não há necessidade de promoção por merecimento vinculada, na forma do art. 33, §3º, da Lei Complementar nº 80/94. O Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima consignou suas posições minoritárias expostas na 119ª, 125ª e 127ª SO. O Conselheiro Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa por ter se inscrito nas promoções por antiguidade e merecimento não participou do julgamento, em razão de seu impedimento. (Inclusão de Pauta. Processo nº 08038.021273/2011-33. Solicitação de permuta quádrupla). O Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes, inicialmente, relatou que findo o prazo para impugnações, nenhuma oposição foi feita ao Edital nº 23/2011. Dada a palavra a Exma. Dra. Lutiana Valadares Fernandes, esta reiterou a ausência de impugnações ao referido Edital, não obstante a ampla publicidade nacional dada ao mesmo. E ainda, que o instituto de permuta é previsto na LC 80/94, e que não existem vagas abertas de forma que não é possível concurso de remoção, sendo a permuta o instituto ideal para o caso. O Exmo. Presidente da ANADEF pleiteou pelo deferimento do pedido vez que não houve impugnações ao Edital publicado. Seguindo ao julgamento da matéria, o Exmo. Relator proferiu voto no sentido de se reunir os processos de permuta voluntária deflagrados quase que concomitantemente para que sejam julgados conjuntamente de forma a evitar julgamentos colidentes. Observou, ainda, que o art. 38 da LC 80/94, na sua nova redação conferida pela LC 132/2009, impõe a observância da antiguidade na carreira inclusive nas remoções voluntárias por permuta, sendo que, pelas circunstâncias do caso concreto (processos de remoção voluntária por permuta e a pedido com editais publicados quase que simultaneamente), seria melhor, por cautela, decidir os processos conjuntamente. O Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa abriu divergência por entender que na remoção a pedido é necessário que se tenha vaga na categoria do interessado. Na espécie considera-se unicamente a vontade dos permutandos, independentemente da existência de vaga nas Unidades. Acrescentou, ainda, que o Edital foi publicado para que qualquer interessado se manifestasse, no entanto, não houve oposições. O Exmo. Presidente da ANADEF manifestou-se no sentido de endossar as palavras do Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa de modo que reiterou o pedido para que permuta fosse concedida aos requerentes. Por maioria, o Conselho decidiu acompanhar a divergência levantada pelo Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa e deferir as permutas requeridas, vencidos o Exmo Relator e os Exmos. Srs. Conselheiros Dra. Tatiana Siqueira Lemos e Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima.(Inversão de Pauta. Processo nº 08038.023921/2011-96. Consulta: Projeto Piloto de instituição de ofícios trabalhistas) Por unanimidade, acompanhar a Exma. Sra. Conselheira Dra. Tatiana Siqueira Lemos que votou no sentido de reiterar os argumentos trazidos na liminar concedida e, por fim, propôs ao Presidente do Colegiado a formação de Grupo de Trabalho para acompanhamento de Projeto Piloto na Justiça Trabalhista, sugerindo que na composição conste, além dos quatro Defensores Públicos Federais de 2ª Categoria que hoje titularizam os Ofícios Trabalhistas do DF, um membro do Conselho e um Defensor de 1ª Categoria da DPU/DF. O Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio consignou que este Colegiado, na 45ª SE, ocorrida em 06/12/2010, no Processo nº 08038.021168/2010-13, de Relatoria da Exma. Sra. Conselheira Dra. Tatiana Siqueira Lemos, deliberou que, no final do primeiro semestre de 2011, haveria a apresentação do relatório do Projeto Piloto de atuação da DPU/DF na Justiça do Trabalho, o que ainda não foi possível realizar. Assim, entende ser necessário o estabelecimento de novo prazo para a conclusão do referido Projeto, bem como para basilar as restrições de atendimento na área trabalhista nas outras unidades da DPU. O Conselho, por unanimidade, votou pela constituição de um Grupo de Trabalho com prazo de 06 (seis) meses para finalizar o relatório, com os seguintes acréscimos na composição do grupo: Corregedor-Geral Federal, um Defensor da Categoria Especial e um representante da DPGU (Membro da Câmara de Coordenação Previdenciária).(Processo nº 08038.025453/2010-11. Recurso administrativo. Interessada: Dra. Alice Arraes de Souza Rodrigues) Fica consignado na presente Ata que o Exmo. Dr. Edson Rodrigues Marques tomou assento na presente reunião para que, dessa forma, haja quórum suficiente para julgamento do presente processo. Inicialmente, a Sra. Conselheira Relatora Dra. Tatiana Siqueira Lemos declarou-se suspeita, acolhendo o pedido da recorrente, sendo redistribuído o processo para o Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes, o qual se declarou suspeito por foro íntimo. Assim, o processo foi redistribuído para o Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa. Após leitura do relatório pelo Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa foi dada a palavra a Exma. Dra. Vivian Neto Machado Santarém que argumentou o reconhecimento da precariedade da designação por medida cautelar do Exmo. Dr. Marcelo Uzeda pelo Conselho em composição anterior, e ainda, que o pedido da Exma. Dra. Alice Arraes, apresentado na via judicial, foi rejeitado não havendo mais o que se discutir sobre o pleito. Alegou também que não houve perda do objeto em relação ao seu pedido tendo em vista que mantém o seu pedido demonstrando continuamente seu interesse. Seguindo em voto o Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa rejeitou as preliminares argüidas e conheceu parcialmente do recurso no sentido de descontingenciar a vaga de Primeira Categoria na unidade do Rio de Janeiro, de modo que a mesma seja ofertada em concurso de remoção a ser julgado por este Colegiado, na medida em que o processo judicial se arrasta há mais de dois anos e o serviço público não pode ser suspendo ou interrompido em decorrência da demanda judicial, cujo processo se encontra ainda em primeira instância. Assim, o interesse público a ser atendido está consubstanciado nos princípios de direito administrativo cognominados de "supremacia do interesse público sobre o privado" e seu subprincípio o da "continuidade do serviço público ou da permanência". Com efeito, a vaga deve ser liberada, anotando-se "sub judice", com o objetivo de dar publicidade aos eventuais interessados que pende demanda judicial sobre a referida vaga. O Exmo. Conselheiro aproveitou a oportunidade para apresentar voto no sentido de revogar a Resolução nº 30/2008 CSDPU, pelo fato de que a tentativa de alteração legislativa sobre o tema foi vetada pela Presidência da República. O Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima sobrestou o julgamento do processo por pedido de vista, que neste caso ocorrerá conjuntamente.(Inclusão de Pauta. Processo nº 08038.025559/2011-98. Pedido de afastamento do Exmo. Dr. Érico Lima de Oliveira.) O Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que votou no sentido de recomendar o afastamento requerido posto que o requerente preencheu todos os requisitos estipulados na Resolução nº 03/2002. Dada a palavra ao Exmo. Dr. Érico Lima o mesmo reiterou os argumentos apresentados em seu requerimento que pleiteou afastamento somente durante as aulas teóricas de forma que não se afastaria durante o prazo para elaborar a dissertação e, ainda, que abdicou do prazo de trânsito no intuito de diminuir o prejuízo aos colegas. O Exmo. Relator esclareceu que este CSDPU já firmou entendimento de que o período de trânsito é matéria que deve ser tratada pelo Exmo. Defensor Público-Geral Federal (128ª SO, Processo nº 08038.017162/2011-22 (Questão de Ordem). O Exmo. Dr. Gabriel Faria Oliveira reiterou posicionamento manifestado em sessão anterior, no sentido de que deve ser concedido trânsito de trinta dias ao requerente de modo que haja a desmobilização adequada do Defensor. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa se declarou suspeito, tendo em vista que já havia aprovado a saída do requerente na unidade de São Paulo, por ser da mesma área (criminal) do peticionante. O Colegiado, por unanimidade, acompanhou os termos do voto do relator de modo a recomendar o afastamento requerido sendo que o prazo para transição do Defensor é prazo a ser deferido única e exclusivamente pelo Defensor Público-Geral (LC 80, art. 8º, I). (Inclusão de Pauta. Processo nº 08038.023989/2011-75. Declaração de estabilidade. Interessado Exmo. Dr. Érico Lima de Oliveira) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes que declarou a incompetência do Colegiado para julgamento do feito devendo o mesmo ser remetido para o DPGF para a adoção das medidas que entender cabíveis.(Processo nº 08038.000403/2011-02.Restrição de atendimento da DPU/Uberlândia-MG.) Por maioria, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes que votou no sentido de solicitar à DPGU informações sobre a ultimação da contratação da locação de imóvel para instalação da unidade, e de prorrogar a restrição de atendimento anteriormente deferida pelo prazo de 90 dias na área eleitoral e 06 (seis) meses na área trabalhista ou até que a contratação definitiva de todos os serviços necessários ao pleno funcionamento da unidade, o que ocorrer primeiro. O Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima acompanhou integralmente o voto proferido pelo Relator. O Exmo. Dr. Marcos Paderes abriu divergência para indeferir a restrição em matéria eleitoral. Os Exmos. Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, Dr. Edson Rodrigues Marques, Dra. Tatiana Siqueira Lemos e Dr. Fabiano Caetano Prestes acompanharam o voto proferido pelo Exmo. Relator.(Processo nº 08038.013203/2011-10. Normatização de lotação para os promovidos até a chegada de seus substitutos. Interessado: Exmo. Dr. Jair Soares Junior e outros) O Exmo. Sr. Conselheiro Relator, Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa, votou no sentido de que o interesse público a ser aferido, isto é, se será melhor atendido diante da permanência na origem ou da ida para o destino é atribuição do DPGF. Preferencialmente deverá o edital de concurso de promoção conter expressamente se a lotação será imediata ou se aguardará o substituto para lotar o cargo em aberto decorrente da promoção de seu titular, mas o DPGF poderá reanalizar a questão a qualquer tempo diante de causas supervenientes. Dessa forma, não recomendou que o Colegiado editasse ato normativo em abstrato porquanto a LC 80/94 em seus art. 8º, incs. I, VI, VII, XIII, c/c art. 10, inc. III, c/c art. 30, e c/c art. 43, incs. I e II, estabelecem os balizamentos para o deslinde da questão, e que análise dever ser realizada diante do caso concreto pelo DPGF, que observará o interesse público e as regras do edital. O julgamento do processo foi interrompido pelo pedido de vista do Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima.(Processo nº 08038.013161/2011-17. Pedido de remoção por motivos de saúde. Lei nº 8.112, art. 36, III, "b". Interessada: Isabella Brandão de Aguiar Machado (servidora DPGU) O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima apresentou voto-vista no sentido de abrir divergência no voto proferido pelo Exmo. Relator que deferiu a remoção da servidora. O Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima votou nos seguintes termos: Trata-se, em suma, de pedido de remoção da DPGU, Brasília/DF, para a DPU/PE, pois "o filho da requerente é portador da doença especificada no DSMIV, F84.9, que está especificada em lei". Justifica seu pedido pelo fato de o tratamento médico em Brasília ser bem mais oneroso do que está em andamento em Recife e também, principalmente, devido aos riscos de adaptação do filho em um ambiente novo e com profissionais novos, não achando sensato a interrupção do tratamento que está dando bons resultados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assim, a servidora interessada, que residia em Recife/PE teve sua primeira lotação na DPU em Brasília, na DPGU. Atento aos princípios constitucionais, o legislador ordinário previu exceção à regra do interesse da Administração na remoção de servidores, cedendo passo ao interesse destes, ao estatuir no art. 36, III, "b", da Lei 8.112/90 a possibilidade de remoção de servidor, independentemente do interesse da Administração, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial. Contudo, apesar de estar constitucionalmente garantida a proteção à família, não pode o interesse particular se sobrepor ao interesse público, uma vez que deve ser observado o princípio da legalidade, também de ordem constitucional (TRF1, 2. T, AG 200501000689275). Assim, a Constituição Federal realmente confere proteção à família, nos termos do art. 226, mas tal proteção não alcança a situação descrita nestes autos, já que houve ruptura da unidade familiar de forma voluntária e de acordo com a conveniência da servidora (TRF2, 6. T, AG 157148). Nesse sentido, é a diretriz jurisprudencial do Tribunais Regionais Federais: TRF1, 1. T, AMS 199934000383128; AC 200440000018504; AC 200001000381419; TRF4, 3. T, AG 200904000027756. Ademais, entende o STJ que "tende a traumatizar a unidade familiar e, portanto, o interesse da coletividade, o afastamento do seu convívio diário e direto, porém a estrutura da Administração, que observa a lotação atribuída em lei para cada órgão, não comporta à aplicação imoderada do instituto da remoção, a ponto de se conceder o pedido de deslocamento a todo e qualquer servidor público que assuma cargo que impossibilite a manutenção da convivência familiar diária e direta" (3. S, MS 12887/DF). Por fim, deve-se ter presente, conforme adverte o STF, a possibilidade de efeito multiplicador, pois se deferida a remoção pretendida, "servirá de paradigma e incentivo para outros servidores que, em situação idêntica, pleiteiem remoção, quando inexistente vaga disponível em outra unidade da federação. Neste sentido, cite-se o seguinte precedente: SS-AgR nº 1.836/RJ, Ministro CARLOS VELLSO, DJ 11.10.2001" (Pleno, STA 407 AgR/PE). O Exmo. Dr. Edson Rodrigues Marques em antecipação de voto entendeu que a remoção deve ser concedida já que resta configurado a manutenção da doença do filho e comprovado por vasto material médico a necessidade e dependência do filho em relação a sua mãe. O Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa acompanhou a divergência apresentada pelo Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, pois o caso é de lotação inicial da servidora. O Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior consignou que em sessão anterior mudou entendimento proferido de modo que acompanhará a divergência apresentada pelo Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima. O Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes proferiu voto com base no art. 226 da CF/88 no sentido de recomendar a remoção. A Exma. Dra. Tatiana Siqueira Lemos, o Exmo. Dr. Fabiano Caetano Prestes e o Exmo. Presidente votaram pela não recomendação da remoção. Por maioria, o Colegiado, vencidos os Exmos. Drs. Edson Rodrigues Marques e Felipe Caldas Menezes, decidiu não recomendar a remoção da servidora, nos termos do voto-vista do Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima. (Processo nº 08038.002078/2011-12. Restrição de atendimento da DPU/Dourados-MS.) O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Felipe Caldas Menezes, após relatório inicial, votou no sentido de solicitar à DPGU informações sobre a locação de veículos, cabeamento e internet para atender a Unidade requerente. Ato contínuo, diante dos elementos apresentados, o Exmo. Sr. Relator prorrogou a restrição de atendimento anteriormente deferida (continuação dos atendimentos na área criminal, na tutela de saúde e no Projeto Dourados), pelo prazo de 90 dias ou até a contratação definitiva de todos os serviços necessários ao pleno funcionamento da Unidade, o que ocorrer primeiro. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa acompanhou o voto proferido pelo Relator com recomendação para que a DPGU envide esforços para a locação de veículos, inclusive junto ao MPOG a fim de demonstrar - através de ofício e pessoalmente - que a falta de veículos está prejudicando a "prestação do serviço público", recomenda ainda que a DPGU providencie o cabeamento da internet e telefone. Consignou-se em Ata que todos os Conselheiros incorporaram a ressalva feita pelo Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa. Por unanimidade, o Colegiado acompanhou o voto proferido pelo relator, com a incorporação das ressalvas feitas pelo Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa. (Processo nº 08038.002479/2011-64. Limitação temporária de atuação em Londrina/PR.) O Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, após relatório inicial, mesmo tendo notado algum tipo de evolução na estrutura da Unidade da DPU/Londrina, votou no sentido de manter a restrição de atendimento, por mais 90 dias, permanecendo a Unidade atuando na área criminal e nas tutelas urgentes de saúde e previdência social, essa última assim considerada a atuação na fase recursal do JEF, bem como de encaminhar os autos ao Exmo. DPGF para que este apresente uma proposta concreta de instalação e estruturação da Unidade, principalmente no que diz respeito à mudança de sede, já que entende ser inadmissível a Unidade continuar tendo como sede uma sala cedida pela OAB local. Seguindo votação, o Exmo. Sr. Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes votou no sentido de ampliar o atendimento para toda a área do Juizado Especial Federal, no que foi acompanhado pelo Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa votou para ampliar o atendimento no JEF, de modo que se limite apenas o atendimento às atermações, encaminhando-se ao setor do Juizado no que foi acompanhado pelo Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Edson Rodrigues Marques acompanhou voto proferido pelo Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior. A Exma. Sra. Conselheira Dra. Tatiana Siqueira Lemos acompanhou os termos do voto do Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa. O Exmo. Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado acompanhou voto do relator. Por maioria, o Conselho Superior da Defensoria Pública da União decidiu por restringir o atendimento na Unidade, sendo que deverão ser atendidas pelos Defensores as tutela de saúde, criminal e JEF, exceto neste caso a possibilidade de encaminhamento para atermação, pelo prazo de 90 dias. (Processo nº 08038.018182/2011-11. Requerimento de licença para acompanhar cônjuge/companheira. Lei nº 8.112, art. 84). Interessado: Dr. Gentil Ferreira de Souza Neto.) O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima apresentou voto-vista no sentido de arquivar o processo, nos termos da Lei nº 9.784, art. 52, por considerar prejudicado o processo, eis que houve a perda do objeto, qual seja, a exoneração do interessado, no que foi acompanhado, por unanimidade, pelo Colegiado. A Exma. Sra. Conselheira Dra. Tatiana Siqueira Lemos não obstante entenda pela perda do objeto, consignou em Ata a alteração de seu posicionamento no sentido de se indeferir o pleito requerido, uma vez que melhor analisando o posicionamento do STJ, percebeu que as hipóteses de deferimento de licença para acompanhamento de cônjuge, nos casos de lotação originária, se limitam à licença sem remuneração. (Processo nº 08038.024368/2010-28. Limitação temporária de atuação em Bagé.) O Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, após relatório inicial, entendeu que a liminar anteriormente deferida pelo então DPGF, Dr. José Rômulo Plácido Sales, não se apresenta adequada neste momento, de modo que encaminhou voto no sentido de indeferir o pedido de restrição de atuação na Justiça do Trabalho, com a conseqüente cassação da liminar anteriormente deferida e, ainda, recomendou à Exma. Defensora lotada em Bagé, Dra. Patrícia Ubal, que solicite aos respectivos Juízos a adequação das pautas de audiências, de modo a otimizar os seus trabalhos e evitar a nomeação de advogados dativos. O Exmo. Dr. Fabiano Caetano Prestes votou para que a restrição de atendimento da Unidade fosse deferida nos mesmos moldes da restrição concedida em Brasília, ou seja, atendimento inicial de 10 PAJ´s por mês. O Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, abrindo divergência, votou pelo deferimento da restrição de atendimento pelo prazo de 06 meses, nos parâmetros estabelecidos para a apresentação do relatório do Projeto Piloto de atuação da DPU/DF na Justiça do Trabalho, deliberado nesta assentada (Processo nº 08038.023921/2011-96). O Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa acompanhou o Exmo. Relator. Os Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Edson Rodrigues Marques, Dra. Tatiana Siqueira Lemos e Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado, acompanharam a divergência levantada pelo Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima. Por maioria, acompanhar a divergência e deferir a restrição de atendimento em matéria trabalhista na Unidade de Bagé, pelo prazo de 06 (seis) meses. (Inversão de Pauta. Processo nº 08038.018195/2011-90. Restrição de atendimento - Niterói, São Gonçalo e Itaboraí/RJ. Interessado: André Ribeiro Porciúncula.) O Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa encaminhou votou no sentido de prorrogar a restrição de atendimento na Unidade por mais 90 dias, com a recomendação para que o DPGU preste as informações acerca da estruturação concreta da Unidade, nos mesmos moldes do que foi determinado para a Unidade da DPU/Londrina. Ficou determinado pelo Colegiado que a Presidência do Conselho Superior da Defensoria Pública da União deverá encaminhar ofício para o Ministério do Planejamento para que este órgão libere a contratação do serviço de transporte, possibilitando, assim, a locomoção dos Defensores Públicos da Unidade Regionalizada que necessita de atendimento e a continuidade do serviço público prestado pela DPU. Ademais, recomendou que a DPGU providencie o cabeamento de internet e telefone na unidade. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima abriu divergência e proferiu voto no sentido de indeferir a restrição pretendida, porquanto a própria Unidade autorizou o afastamento de um de seus Defensores em sessão anterior deste Colegiado e que a restrição se refere, ainda que indiretamente, sobre a impossibilidade de presença de defensor em atos no foro da justiça federal. O Relator esclareceu que não se trata de pedido de restrição por falta de Defensor, mas sim por impossibilidade fática devido a falta de estrutura material, na medida em que São Gonçalo e Itaboraí são municípios com índice de periculosidade maior do que o normal e possuem intenso trânsito entre a unidade e os municípios. Seguindo votação, os Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, Dr. Felipe Caldas Menezes, Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado e Dra. Tatiana Siqueira Lemos acompanharam voto proferido pelo Relator. O CSDPU, por maioria, acompanhou voto proferido pelo relator no sentido de prorrogar a restrição de atendimento por mais 90 com a conseqüente necessidade diligências por parte da Defensoria Pública-Geral da União. (Inversão de Pauta. Processo nº 08038.019319/2011-54. Restrição de atendimento em Volta Redonda.) O Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa votou no sentido de conceder a restrição de atendimento pleiteada, por mais 90 dias, devendo a Unidade permanecer atendendo as áreas criminais, eleitorais, tutela de saúde e JEF, ressalvadas as atermações. O Colegiado acatou a solicitação suscitada pelo Corregedor-Geral para que seja comunicado ao diretor do Foro competente sobre os limites de atendimento que foram impostos pelo CSDPU. Por unanimidade, o Colegiado decidiu por restringir o atendimento de acordo com os termos do voto do relator. (Inversão de Pauta. Processo nº 08038.001394/2011-69. Limitação temporária de atuação em Campina Grande) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa que votou no sentido de manter a restrição de atendimento, por mais 90 dias, permanecendo a Unidade atuando na área criminal, nas tutelas urgentes de saúde, e seguridade social. Acrescenta-se que a atuação no JEF deverá ser realizada após a atermação. Considerando que, por informações do DPGF em exercício o prédio já está locado, recomenda-se a DPGU que providencie o quanto antes as medidas de instalação definitiva do núcleo, com estrutura material e humana. (Inversão de Pauta. Processo 0361181101048. Averbação de tempo de serviço. Interessado: Dr. César de Faria Júnior.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa que votou no sentido não conhecer do pedido posto que já está devidamente averbado o tempo pretendido pelo requerente. (Processo nº 08038.019073/2011-11. Averbação de tempo de serviço. Interessado: Exmo. Dr. Thiago Alves de Oliveira) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa que votou no sentido de deferir e averbar 1.226 dias como tempo de serviço geral. (Inversão de Pauta. Processo nº 08038.033524/2009-16. Normatização de pagamento de remoção) Inicialmente, o Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa apresentou relatório inicial referente ao processo. Dada a palavra ao Exmo. Dr. Gabriel Faria de Oliveira, o mesmo reitera os argumentos apresentados em memorial que, em suma, abarca elementos para informar que o pagamento dessa ajuda de custo vem sendo amplamente reconhecida pela jurisprudência nacional, mostrando-se cabível afirmar que se apresenta, pois, absolutamente consentâneo com o ordenamento jurídico constitucional brasileiro. O Presidente da ANADEF trouxe, em memorial escrito, vasto material que embasa o posicionamento por ele adotado. Ato contínuo, o Exmo. Dr. Gabriel Faria Oliveira pretende seja declarado, pelo Conselho, o interesse público na remoção voluntária, de modo que tal atitude diretamente refletirá no pagamento das custas e, também, na possibilidade de se levar o cônjuge em eventual remoção. Os Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Felipe Caldas Menezes e Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior declararam seu impedimento para proferir voto no processo, posto que são partes em processo judicial que discute o tema aqui tratado. Seguindo o julgamento, o Exmo. Sr. Conselheiro Relator após extenso voto encaminhou entendimento no sentido de conhecer parcialmente da Consulta formulada pelo Exmo. Dr. Vitor de Lucca para afirmar que a remoção a pedido somente pode ocorrer na hipótese de existência de vaga na categoria do interessado, inclusive nas hipóteses do art. 36, inciso III, letras "a" e "b", com fundamento no art. 35 c/c art. 37, da LC nº 80/94, bem como art. 39, § 2º da LC nº 80/94 c/c art. 36, inciso III, letras "a" e "b". Ademais, afirmou que é assegurado o pagamento de ajuda de custo nos casos de remoção a pedido para outra localidade, pois a Administração Pública declara o seu interesse no momento em que declara a abertura da vaga e a necessidade de provê-la. O interesse está fundamentado no princípio de direito administrativo congnomiado da "supremacia do interesse público sobre o privado" e seu subprincípio o "continuidade do serviço público o da permanência". Fundamentando o seu entendimento no art. 39, § 2º, da LC nº 80/94, art. 53, da Lei nº 8.112/90 e no art. 1º, do Decreto nº 4.004/01. Acrescentou, ainda, que eventuais efeitos concretos em decorrência de remoções ocorridas, com base nas letras 'a' e 'b', do inc. III, do art. 36, da Lei 8.112/90 deverão ser analisados por este colegiado mediante a abertura de procedimento próprio. Os efeitos financeiros sobre o acúmulo de trabalho no âmbito da DPU deverão ser analisados conjuntamente, assim como sobre os plantões fora do expediente forense. O Conselheiro, ao final, apresentou proposta de Resolução para regulamentar a questão. Acolheu a sugestão dos demais Conselheiros para excluir expressamente a ajuda de custo nos casos de permuta e a sugestão do Conselheiro Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, que, nos termos do precedente do CNJ citado pelo Presidente da ANADEF, deve-se estudar a regulamentação no sentido de que as remoções sejam deferidas após 01 (um) ano da última concessão para os mesmos fins previstos, por exemplo, na Resolução nº 29/2007, art. 4º. O julgamento do processo ficou interrompido pelo pedido de vista do Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima. (Inversão de Pauta. Processo nº 08038.024205/2011-26. Pedido de reconsideração diante do indeferimento de assistência jurídica. Interessado: Dr. Marcus Vinícius R. Lima) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa que votou no sentido de não conhecer do recurso, pois pelos documentos acostados aos autos percebe-se claramente que o interessado possui patrimônio vultoso, de modo que um requisito básico para atendimento da DPU, qual seja a hipossuficiência, não resta de maneira nenhuma atendida pelo requerente. Concluiu voto no sentido de que não resta demonstrado no caso qualquer desvio de poder, pois a finalidade da norma foi atendida no caso concreto. (Inclusão de Pauta. Processo nº 08038.024092/2011-69. Preenchimento dos cargos vagos de DPF da Unidade da DPU/BA. Interessada: Exma. Dra. Juliana Bastos) O Conselheiro relator, o Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa, após relatório, encaminhou voto no sentido de que não é válida a regra a editalícia que condiciona a abertura do trânsito para o removido, i.e., a aquiescência da unidade da origem, na medida em que ofende a competência para a prática do ato administrativo que é o Defensor Público-Geral Federal, ocasionando vício de competência e de finalidade do ato administrativo (desvio de poder), além de conflitar com o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e seu sub princípio o da continuidade do serviço público. Assim, o Defensor Público-Geral Federal deverá analisar concretamente o interesse público em jogo, ou seja, que verifique se a continuidade do serviço público será melhor atendida com a ida do removido para a Unidade de Salvador/BA ou se com sua permanência na Unidade de Brasília/DF. Portanto, deverá entrar no mérito do ato administrativo de abertura ou não de trânsito do removido. Trouxe, ainda, o Conselheiro, que da decisão do DPGF caberá recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública da União. No que toca aos pedidos subsidiários de abertura de novo concurso de remoção ou, subsidiariamente, o provimento provisório das vagas em aberto por designação extraordinária, não conheceu por serem de competência do Defensor Público-Geral Federal. Por fim, o Conselheiro Relator determinou o envio do presente processo ao DPGF, para que este adote as medidas que entender cabíveis ao feito. O Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, por considerar que o DPGF não decidiu por não ter havido a manifestação da DPU/DF, suscitou preliminar para que, nos termos da Lei nº 9.784, art. 29, o DPGF adotasse as medidas de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão, de ofício, devendo, assim, consultar a DPU/DF, no que foi acompanhado pelo Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes. Os Conselheiros Exmos. Drs. Jânio Urbano Marinho Júnior e Exmo. Dr. Fabiano Caetano Prestes acompanharam o relator. O Conselheiro Dr. Edson Rodrigues Marques em parcial divergência para afirmar ser válida a regra editalícia, mas esclareceu que o DPGF deverá entrar no mérito do ato administrativo, no que foi acompanho pela Exma. Dra.

IMPRESSÃO DE USO AUTORIZADO

Tatiana Siqueira Lemos e pelo Exmo. Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado. Por maioria, o CSDPU decidiu que o processo será encaminhado ao DPGF para que entre no mérito da abertura de trânsito.(Processo 08038.022032/2011-10. Solicitação de restrição de atendimento. Interessado: DPU/SC/Joinville) O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, no que toca ao pedido de restrição formulado pela Unidade de Joinville, manifestou-se no sentido de baixar o feito em diligência, para que o requerente adeque as informações prestadas às questões de ordem apresentadas na 125ª e 129ª SO do CSDPU. Ato contínuo, quanto à consulta, por entender que os requerimentos feitos se relacionam com as atribuições do DPGF, previstas na LC 80, art. 8º, I, reconheceu a falta de atribuição deste Colegiado em apreciar tais questões, devendo o processo, neste ponto, ser encaminhado ao DPGF para os devidos fins, no que foi acompanhado, à unanimidade, pelo Colegiado. (Inversão de Pauta. Processo nº 08038.023891/2011-18. Consulta. Atuação DPU/SP/Santos na nova Subseção de São Vicente/SP) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, após relatório, votou no sentido de recomendar ao Defensor Público-Geral Federal que, nos termos da Portaria nº 183/2008, art. 5º, § 1º c/c Portaria nº 482/2008, art. 6º, transforme a Unidade da DPU em Santos em Unidade Regional Santos/São Vicente. Quanto aos questionamentos deduzidos, o Colegiado, por unanimidade, acompanhou o Exmo. Relator que assim os respondeu: (Das Consulentes): (i) Deve a DPU/Santos, transformada em DPU Regional Santos/São Vicente, atuar na(s) Vara(s) da Subseção de São Vicente; (ii) Com base na premissa assentada, não é possível a recusa de DPFs lotados na referida unidade recusarem-se em ali atuar (iii) Prejudicado. (Da Chefia): (i) A garantia da prestação satisfatória justifica-se, como deduzido, pelo decréscimo na estatística, per capita, da referida unidade, bem como, e principalmente, que o volume de trabalho que representa os feitos de São Vicente já serem realizados pela Unidade; (ii) A presença simultânea de DPF deve ser contornado pelas regras de substituição previstas na Portaria nº 183/2008, art. 10; (iii) Os critérios objetivos e normativos para se definir a atuação em outra unidade é o previsto na citada Portaria nº 482/2008, art. 6º. (Processo nº 08038.023025/2011-27. Consulta da Dra. Maria Beatriz Ribeiro Gonçalves) A Exma. Sra. Conselheira Dra. Tatiana Siqueira Lemos apresentou relatório inicial e em seguida foi dada a palavra ao Exmo. Dr. Gabriel Faria Oliveira que argumentou que a ida da Defensora Pública para ocupar o cargo em órgão da Presidência da República é de extrema importância para a Carreira de modo que expõe ser atitude temerosa a suspensão de seu estágio probatório, durante o período em que a DPF esteja requisitada. Seguindo em seu voto, a Exma. Sra. Conselheira Relatora Dra. Tatiana Siqueira Lemos votou no sentido de que o estágio probatório tem o relevante aspecto de constatar a aptidão e a capacidade do servidor público, a ser aferida pela mensuração objetiva da assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade com que porta no exercício do cargo. Ato contínuo, a Exma. Relatora respondeu a consulta da Exma Dra. Maria Beatriz no sentido de que não se pode dar outra interpretação para o que seja o efetivo exercício no cargo de Defensor Público Federal que não a prática das atividades fins do cargo, constantes do art. 4º da LC 80/94. Por fim, a Exma. Sra. Conselheira Dra. Tatiana Siqueira Lemos completou voto no sentido de que, apesar do estágio probatório permanecer suspenso enquanto durar o afastamento, a Defensora Pública Federal, consulente teria garantido todo o período como de efetivo exercício no cargo. Os Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa, Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior e Dr. Felipe Caldas Menezes acompanharam o voto proferido pela Exma. Relatora. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Edson Rodrigues Marques pediu vista em mesa. Neste momento os presentes se retiraram da sala de reunião e a videoconferência foi interrompida para apreciação das matérias sigilosas. (Processo nº 08038.012720/2010-82.) Matéria Sigilosa (Processos nº 08038.012721/2010-27.) Matéria Sigilosa (Processo nº 08038.006220/2009-78.) Matéria Sigilosa. Fica consignada em Ata a convocação dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública da União para a 131ª Sessão Ordinária e 50ª Sessão Extraordinária que serão realizadas, respectivamente, nos dias 03 e 04 de outubro de 2011. (Inclusão. Vista em Mesa. Processo nº 08038.023025/2011-27. Consulta da Dra. Maria Beatriz Ribeiro Gonçalves) Prosseguindo o julgamento, o Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Edson Rodrigues Marques votou no sentido de ser legal a liberação da Defensora para ocupar cargo na Presidência da República, mas que o Estágio Probatório da Defensora ficará suspenso durante a requisição. O julgamento do processo ficou suspenso até a próxima reunião, por premissa de tempo. Foram retirados de pauta os seguintes processos: 08038.016125/2011-05; 08038.017754/2010-63; 08038.011077/2011-51; 08038.011839/2011-19; 08038.011839/2011-19; 08038.015431/2010-35; 08038.008502/2011-24; 08038.007939/2011-41; 08038.000415/2011-29; 08038.027061/2010-89; 08038.014421/2010-82; 08038.021659/2011-45; 08038.023469/2011-62; 08038.022611/2011-54; 08038.017132/2011-16; 08038.007249/2010-19; 08038.018040/2011-53; 08038.021080/2011-82; 08038.016900/2011-14; 08038.017207/2011-69; 08038.018042/2011-42; 08038.006408/2010-50; 08038.015721/2011-60; 08038.017558/2011-70; 08038.013025/2011-19; 08038.016579/2011-78; 08038.012167/2010-88; 08038.015710/2011-80; 08038.019297/2011-22 e 08038.016857/2011-97; 08038.011718/2011-96 e 08038.021847/2011-73. Por não haver nada mais a ser discutido, a presente reunião encerrou-se às 19 horas.

AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.104, DE 6 DE JULHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08097.002466/2010-18-DPF/ARS/RJ, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A - ELETRONUCLEAR, CNPJ nº 42.540.211/0002-48, para atuar no RIO DE JANEIRO, com Certificado de Segurança nº 029546, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.535, DE 29 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.021618/2011-14-DELESP/SR/SP, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PAMIRO COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ nº 54.434.782/0001-04, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.660, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3028 DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 31.925.258/0001-22, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir: Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

8300 (oito mil e trezentos) Cartuchos de Munição Treina calibre 38,

350 (trezentos e cinquenta) Cartuchos de Munição Treina calibre .380.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.042, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003219/DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GP - GUARDA PATRIMONIAL DA BAHIA LTDA, CNPJ nº 04.419.921/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Escolta Armada,Segurança Pessoal, para atuar na BAHIA , com Certificado de Segurança nº 1616/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.053, DE 6 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3355 DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa ALVO ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.732.792/0001-87, sediada em GOIÁS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

70000 (setenta mil) Espoletas para Munição calibre 38,

70000 (setenta mil) Projéteis para Munição calibre 38,

7000 (sete mil) Estojos para Munição calibre 38,

4000 (quatro mil) Espoletas para Munição calibre .380,

3200 (três mil e duzentos) Projéteis para Munição calibre .380,

22000 (vinte e dois mil) Gramas de Pólvora.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.121, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003072/DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMPRESA AUXILIAR DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 76.764.448/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Segurança Pessoal, para atuar no PARANA , com Certificado de Segurança nº 1628/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.138, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2776 DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0025-52, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

105 (cento e cinco) Revólver(es) calibre 38,

1890(um mil,oitocentos e noventa) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.139, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3419 DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa RIMA SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 09.081.459/0001-31, sediada em PERNAMBUCO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

450 (quatrocentos e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

34 (trinta e quatro) Cartuchos de Munição calibre .380.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.140, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2773 / DELESP/DREX/SR/DPF/RJ,resolve: CONCEDER autorização à empresa PROTEGE SA PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0011-57, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

144 (cento e quarenta e quatro) Revólver(es) calibre 38,

2592 (dois mil, quinhentos e noventa e dois) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 13.141, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2626 DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: CONCEDER autorização à empresa PG RESTAURANTE LTDA ME, CNPJ nº 11.093.491/0001-89, sediada no MATO GROSSO, para adquirir:

da empresa CAFEDEZ RESTAURANTE PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA, CNPJ/MF Nº 06.115.774/0001-44 :

1 (um) Revólver(es) calibre 38,

10 (dez) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.161, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3450 DPF/CGE/PB, resolve: CONCEDER autorização à empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA , CNPJ nº 10.446.347/0001-16, sediada na PARAÍBA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

120 (cento e vinte) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.162, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3465 DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa MAG SEGUR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 10.452.314/0001-89, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

32 (trinta e dois) Revólver(es) calibre 38,

32 (trinta e dois) Espingarda(s) calibre 12,

576 (quinhentos e setenta e seis) Cartuchos de Munição calibre 38,

672 (seiscentos e setenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.172, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3477 DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa SUNSET VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.958.568/0001-69, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

150 (cento e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.177, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3464 DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 02.426.907/0004-95, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

24 (vinte e quatro) Revólver(es) calibre 38,

432 (quatrocentos e trinta e dois) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.179, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003421/DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CASA DO ADUBO LTDA, CNPJ nº 28.138.113/0003-39, para atuar no ESPÍRITO SANTO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.182, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3172 DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve: CONCEDER autorização à empresa SACEL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 16.207.888/0001-78, sediada em SERGIPE, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

55 (cinquenta e cinco) Revólver(es) calibre 38,

12 (doze) Pistola(s) calibre 380,

4 (quatro) Espingarda(s) calibre 12,

990 (novecentos e noventa) Cartuchos de Munição calibre 38,

540 (quinhentos e quarenta) Cartuchos de Munição calibre .380,

84 (oitenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.185, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/003434/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEMIKRON SEMICONDUTORES LTDA , CNPJ nº 33.020.355/0001-00, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.187, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3455 DPF/IJI/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa VIGISERV SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 86.830.148/0001-79, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

6 (seis) Revólver(es) calibre 38,

259 (duzentos e cinquenta e nove) Cartuchos de Munição calibre 38,

48 (quarenta e oito) Cartuchos de Munição calibre 32.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.188, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3332/DPF/LGE/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa FERA FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.844.081/0001-55, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

25600 (vinte e cinco mil e seiscentos) Espoletas para Munição calibre 38,

23600 (vinte e três mil e seiscentos) Projéteis para Munição calibre 38,

1000 (um mil) Projéteis para Munição calibre .380,

3588 (três mil, quinhentos e oitenta e oito) Gramas de Pólvora.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.189, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3214 DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa MAST VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 10.604.200/0001-07, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

7 (sete) Revólver(es) calibre 38,

84 (oitenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.190, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/3326 DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa VIC SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.825.494/0001-02, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

25 (vinte e cinco) Revólver(es) calibre 38,

4 (quatro) Pistola(s) calibre 380,

1437 (um mil, quatrocentos e trinta e sete) Cartuchos de Munição calibre 38,

144 (cento e quarenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre .380.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORS

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 7/10/2010, pág.74,Seção I.

Processo Nº 08410.004990/2010-15 - Nelly Marchena Gutierrez
Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 03/03/2011, pág. 39, Seção I.
Processo Nº 08505.076058/2009-00 - MAFU INDJAI
Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 16/06/2011, Seção I, pág. 58.
Processo Nº 08376.004035/2009-16 - JINSHENG LIN

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional peruano, ISRAEL BRAYAN MACEDO SALAS, nos termos da Lei 11.961/09.
Processo Nº 08505.042653/2009-33 - Israel Brayan Macedo Salas
Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional angolana, MARIA ARGENTINA CORREIA BERNARDO, nos termos da Lei 11.961/09.
Processo Nº 08505.048800/2009-89 - Maria Argentina Correia Bernardo
Defiro o presente pedido de permanência por Reunião Familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91.
Processo Nº 08270.020870/2009-73 - Rulin Xie e Yulin Dong
Defiro o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para a Srª VIVIANA PARDO VILLANUEVA, e observando o principio da economia processual, defiro com base na Resolução Normativa 36/99, do Conselho Nacional de Imigração, para sua filha menor, CLARICE THAIS REYES ORTIZ PARDO.
Processo Nº 08475.028930/2010-33 - VIVIANA PARDO VILLANUEVA e CLARICE THAIS REYES ORTIZ PARDO
DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08436.001732/2011-70 - FLORENCIA MARICEL STEINDORFF
DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08495.002020/2011-73 - Almendra Ayelen Oliva Carrau
Processo Nº 08286.001469/2011-80 - SAMANTA SABRINA PEREZ
DEFIRO o pedido de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91.
Processo Nº 08280.010796/2010-00 - JOÃO AMARO NEVES DIAS e MARIA DA LUZ PERPETUA DE OLIVEIRA
Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Processo Nº 08280.011687/2010-00 - ALICIA SIMALIE OMBREDANE STICKLAND
Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Processo Nº 08260.006196/2009-33 - MAURIZIO BORRONI
Determino o Arquivamento do pedido tendo em vista declaração da interessada renunciando ao pedido de visto por união estável.
Processo Nº 08495.003399/2007-52 - MARGIT BRUGGER
INDEFIRO os pedido(s) de permanência, abaixo relacionado(s), tendo em vista o não cumprimento da (s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão.
Processo Nº 08441.000079/2010-71 - QUELY YANNET BRITTO DA SILVA
Processo Nº 08495.000632/2010-41 - FAVIO MIGUEL CARDOZO DE LA CRUZ
Processo Nº 08451.002393/2008-55 - ANA LAURA PALLEIRO CABRERA

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.014571/2011-02 - GLADYS CECILIA ORTIZ DE VARON, até 17/09/2013
Processo Nº 08000.014572/2011-49 - Alvaro Varon Roa, GLADYS CECILIA ORTIZ DE VARON e Juan Sebastian Varon Ortiz, até 17/09/2013
Processo Nº 08000.014573/2011-93 - Juan Sebastian Varon Ortiz, até 17/09/2013
DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:
Processo Nº 08102.004925/2011-54 - MANUSA GIZELA MAFO, até 19/08/2012
Processo Nº 08270.009864/2011-80 - LUCIO CORREIA MIRANDA, até 14/08/2012
Processo Nº 08280.005339/2011-76 - ANNA LUKIO MGHAMBA, até 25/04/2012
Processo Nº 08376.001924/2011-38 - DEOLSANIK CARVALHO DE OLIVEIRA VIEGAS, até 30/06/2012
Processo Nº 08420.029354/2010-87 - IVANDRA HELENA DOS SANTOS GONÇALVES, até 18/02/2012
Processo Nº 08505.052742/2011-11 - KIALA AFONSO, até 25/08/2012
DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:
Processo Nº 08295.012783/2011-89 - MARCO RICARDO ULLOA DUENAS, até 22/09/2012
Determino o arquivamento do(s) presente(s) processo(s), por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s).
Processo Nº 08212.004487/2010-04 - PEETU KARRI VALTTERI SKYTTA
Processo Nº 08508.007865/2011-69 - JOSE LUIS SOTO RIVAS
Determino o arquivamento do presente processo, por ter o estrangeiro retornado ao País de origem.
Processo Nº 08707.013648/2010-81 - CYNTHIA WAGNER

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.005056/2011-23 - GENEROSO MUTYANGBILI VILLANUEVA, até 25/09/2011
Processo Nº 08000.005194/2011-11 - FRANCISCO MANUEL GOMES DA SILVA, até 27/05/2012
Processo Nº 08000.005717/2011-11 - TEOFILO PARAAN LACA, até 06/11/2011
Processo Nº 08000.005718/2011-65 - VICENTE ARBOLADO ANTOZADA, até 06/11/2011
Processo Nº 08000.006144/2011-42 - MARVIN QUISTO SAYSON, até 12/12/2011
Processo Nº 08000.006149/2011-75 - WILLIAM MANGCAO ALMANZOR, até 22/06/2013
Processo Nº 08000.006627/2011-47 - GARETH PETERS, até 16/12/2013
Processo Nº 08000.007274/2011-01 - RONALD RAFAELA ADLAWAN, até 12/08/2012
Processo Nº 08000.007372/2011-30 - VICENTE JR CATAAG BARCENAS, até 01/09/2012
Processo Nº 08000.007777/2011-78 - ION TATU, até 09/07/2013
Processo Nº 08000.008259/2011-71 - ROLANDO PANELO LAROYA, até 27/07/2012
Processo Nº 08000.008582/2011-45 - RODEL GALINO BALASA, até 16/07/2013
Processo Nº 08000.008584/2011-34 - WILFREDO TERRY LASCO, até 16/07/2013
Processo Nº 08000.008585/2011-89 - RODELMAR GAMMAD VIERNES, até 16/07/2013
Processo Nº 08000.011411/2011-01 - JERRY DE WAYNE HINKIE, até 31/12/2011
Processo Nº 08000.011484/2011-95 - RYSZARD RYGIELSKI, até 04/09/2013
Processo Nº 08000.011648/2011-84 - JUAN CARLOS ALVAREZ AGUIAR, até 17/07/2013
Processo Nº 08000.011678/2011-91 - MICHAEL DUMARAOS GRANADA, até 24/09/2013
Processo Nº 08000.011679/2011-35 - ROLAN TAGUBA TAGUBA, até 18/10/2011
Processo Nº 08000.011692/2011-94 - HARUO SHIOZAKI, até 31/12/2011
Processo Nº 08000.011700/2011-01 - GUILLERMO JAVIER BERNAL MALDONADO, JAVIER BERNAL TORRES, MARIA GABRIELA TORRES GRESS e REBECA BERNAL TORRES, até 05/08/2012
Processo Nº 08000.011725/2011-04 - KONSTANTINOS GOUSOULIS, até 16/05/2012
Processo Nº 08000.011753/2011-13 - JOSE MARTIN VEGA QUIRIARTE, DANA CAROL VEGA MONROY, DANIELA SUSANA VEGA MONROY e VERONICA MONROY MARTINEZ, até 28/08/2012
Processo Nº 08000.011948/2011-63 - DIMITRIOS ZAMPELIS, até 27/03/2012
Processo Nº 08000.011950/2011-32 - JOEL MACADAEG FERNANDEZ, até 27/03/2012
Processo Nº 08000.011951/2011-87 - KENNETH LEVI SISICAN JOSOL, até 12/08/2012
Processo Nº 08000.012031/2011-86 - VANJA PREBEG, até 07/10/2013
Processo Nº 08000.012052/2011-00 - RAFAL JAN WIRZMAN, até 10/10/2013
Processo Nº 08000.012205/2011-19 - MOHAMAD DJUNAEDI, até 10/10/2013
Processo Nº 08000.012212/2011-11 - TOMASZ MACIEJUK, até 18/11/2013
Processo Nº 08000.012281/2011-16 - REX DIMAISIP SOBERANO, até 16/09/2013
Processo Nº 08000.012468/2011-10 - KARE JON BERG, até 10/10/2013
Processo Nº 08000.012471/2011-33 - CARLOS ALEJANDRO JATIVA ANDRADE, até 01/10/2012
Processo Nº 08000.012590/2011-96 - ARVE PREBEN STOHLE, até 10/11/2013
Processo Nº 08000.012592/2011-85 - JUAN CARLOS SILVA CASSINA, até 01/10/2012
Processo Nº 08000.012969/2011-04 - JACK ROBERT BISHOP JR, até 11/11/2012
Processo Nº 08000.012982/2011-55 - GOH TECK KONG, até 27/03/2012
Processo Nº 08000.012983/2011-08 - JOHN GAURANA HOYUMPA, até 09/01/2012
Processo Nº 08000.012985/2011-99 - FELBEN ENDENCIO GEDALANGA, até 09/01/2012
Processo Nº 08000.013061/2011-18 - LAYNE JACY LANDRY, até 18/11/2013
Processo Nº 08000.013149/2011-21 - MARK G FAVRET, até 28/08/2012
Processo Nº 08000.013627/2011-01 - FRANKLIN JOSE MARTINEZ CARVAJAL, até 25/09/2013
Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 15/02/2011, Seção I, pág.53, para determinar o arquivamento dos autos.
Processo Nº 08000.005507/2010-41 - PETER HENDERSON WILSON, HOLLY ELIZABETH WILSON, JUSTINE ELIZABETH WILSON, MEGAN ELIZABETH WILSON e ROWAN ELIZABETH WILSON
Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 21/06/2011, Seção I, pág. 50, para determinar o arquivamento dos autos.
Processo Nº 08000.006488/2011-51 - MANUEL ALEJANDRO BRAVO GUERRERO
Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 08/04/2011, Seção I, pág.48, para determinar o arquivamento dos autos.
Processo Nº 08000.015520/2010-17 - JONNY AANNESTAD
Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 09/06/2011, Seção I, pág.118, para determinar o arquivamento dos autos.
Processo Nº 08000.003182/2011-43 - JAN HENDRIK KLASS ALMOES
Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 10/08/2010, Seção I, pág. 128, para determinar o arquivamento dos autos.
Processo Nº 08000.001273/2010-63 - MARKO FILIPI
Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08000.008111/2011-37 - XINGKAI YUAN
Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 10/02/2011, Seção I, pág. 69, para determinar o arquivamento dos autos.
Processo Nº 08000.009779/2010-11 - JAMES HUERTAS MARIN
INDEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, tendo em vista o disposto no art. 451 da CLT e considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho e Emprego informando que já foi concedida prorrogação ao contrato de trabalho do interessado, conforme consta no Processo nº 08354.002071/2010-29.
Processo Nº 08354.002681/2011-11 - AMBJORN SELLIN LEBECH

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:
Processo Nº 08000.014303/2011-82 - George Arthur Oakes, até 30/10/2012
Processo Nº 08000.014306/2011-16 - Christopher David Arroyo, até 12/10/2012
Processo Nº 08000.014307/2011-61 - Jason Burch Giles, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014312/2011-73 - E An Davis Bodily, até 12/10/2012
Processo Nº 08000.014314/2011-62 - Peyton Shumway Black, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014315/2011-15 - Jeffrey Norman Law, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014317/2011-04 - Dallin Nol Wardrop, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014322/2011-17 - Zachary Daniel Epley, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014323/2011-53 - Samuel James Dee Poulton, até 12/10/2012
Processo Nº 08000.014324/2011-06 - Rebecca Elisa Cidre, até 13/10/2012
Processo Nº 08000.014325/2011-42 - Austin Charles Byron, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014327/2011-31 - Tanner James Bean, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014330/2011-55 - Tyler Douglas Tarter, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014331/2011-08 - J Branem Startup, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014337/2011-77 - Dylan Micah Bryan, até 12/10/2012
Processo Nº 08000.014339/2011-66 - Michael Andrew Fralick, até 11/10/2012
Processo Nº 08000.014341/2011-35 - Reed Martin Kitchen, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014342/2011-80 - Andrew Lincoln Angerbauer, até 12/10/2012
Processo Nº 08000.014343/2011-24 - Steven Eli Markham, até 12/10/2012
Processo Nº 08000.014344/2011-79 - Justin Lee Sherwood, até 12/10/2012
Processo Nº 08000.014348/2011-57 - Darren Andrew Lasko, até 12/10/2012
Processo Nº 08000.014349/2011-00 - Kenneth James Squire, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014351/2011-71 - Aubrey Elise Schumacher, até 12/10/2012
Processo Nº 08000.014352/2011-15 - Patrick Allen Farrington, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014358/2011-92 - Chad Barratt Loiseau, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014364/2011-40 - Taylor Douglas Smith, até 09/10/2012
Processo Nº 08000.014725/2011-58 - Richard Mark Larsen, até 12/10/2012

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 252, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º , Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Programa: COLÍRIOS CAPRICHO 2011 (Brasil - 2011)
Produtor(es): Abril Radiodifusão S/A.
Diretor(es): Eduardo de Março
Distribuidor(es): Abril Radiodifusão S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Variedades
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Comportamento
Processo: 08017.001707/2011-27
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: NÃO TENHA MEDO DO ESCURO (DON`T BE AFRAID OF THE DARK, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Mark Johnson
Diretor(es): Troy Nixey
Distribuidor(es): Unifilmes Distribuidora, Importadora e Exportadora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Suspense/Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Temores Infantis
Processo: 08017.003096/2011-51
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: O FLAGRA (MODERN FAMILY - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 13 - 2ARG13
Título da Série: MODERN FAMILY - 2ª TEMPORADA
Produtor(es): Jeffrey Morton/Steven Levitan
Diretor(es): Jason Winer/Reginald Rudlin/Randall Einhorn
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Tema: Família
Processo: 08017.003433/2011-19
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: RAMPAGE - SEDE DE VINGANÇA (RAMPAGE, Alemanha - 2009)
Produtor(es): Uwe Boll
Diretor(es): Uwe Boll
Distribuidor(es): Unifilmes Distribuidora, Importadora e Exportadora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Violência Extrema
Tema: Vingança
Processo: 08017.003460/2011-83
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: LÚCIA NAS TREVAS (Brasil - 2010)
Produtor(es): Gabriel Andrioli (artístico; Gabriel Cianeto)
Diretor(es): Guilherme Pires
Distribuidor(es): Gabriel Andrioli (artístico: Gabriel Cianeto)
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Insatisfação com a vida
Processo: 08017.003509/2011-06
Requerente: GABRIEL GOLDANI ANDRIOLI

Trailer: A TENTAÇÃO (THE EDGE, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Mark Damon
Diretor(es): Matthew Chapman
Distribuidor(es): Unifilmes Distribuidora, Importadora e Exportadora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.003536/2011-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: EM CASA PARA O NATAL (HJEM TIL JUL, Noruega - 2010)
Produtor(es): Bent Hamer
Diretor(es): Bent Hamer
Distribuidor(es): Imovision (Tag Distribuidora de Filmes Ltda)
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia/Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência e Relação Sexual
Tema: Natal
Processo: 08017.003550/2011-74
Requerente: Imovision (Tag Cultural)

Filme: OS NOMES DO AMOR (LE NOM DES GENS, França - 2010)
Produtor(es): Caroline Adrian
Diretor(es): Michel Leclerc
Distribuidor(es): Unifilmes Distribuidora, Importadora e Exportadora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Tema: Diversidade
Processo: 08017.003554/2011-52
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: NA CARNE E NA ALMA (Brasil - 2011)
Produtor(es): Saulo Moretzsohn
Diretor(es): Alberto Salvá
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Nudez e Relação sexual intensa
Tema: Relacionamento
Processo: 08017.003583/2011-14
Requerente: SAULO MORETZSÖHN (RACONTO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA ME)

Filme: O REI DA MUNGANGA (Brasil - 2009)
Produtor(es): Carolina Paiva
Diretor(es): Carolina Paiva
Distribuidor(es): Flora Filmes
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Tema: Documentário
Processo: 08017.003591/2011-61
Requerente: FLORA FILMES & VÍDEOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Filme: FOLIAR BRASIL (Brasil - 2006)
Produtor(es): Carolina Paiva
Diretor(es): Carolina Paiva
Distribuidor(es): Flora Filmes
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Tema: Festas Populares
Processo: 08017.003593/2011-50
Requerente: FLORA FILMES & VÍDEOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Filme: CONFLITO ARMADO (LA MILAGROSA, Colômbia - 2009)
Produtor(es): Rafael Lara/Julio Bove/Antonio Merlano
Diretor(es): Rafael Lara
Distribuidor(es): LK-TEL Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama/Guerra
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Sobrevivência
Processo: 08017.003600/2011-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: BRUNA SURFISTINHA - VERSÃO DO DIRETOR (BRUNA SURFISTINHA, Brasil - 2009)
Produtor(es): Roberto Berliner/Rodrigo Letier/Marcus Baldini/Lorena Bondarovsky
Diretor(es): Marcus Baldini
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Drogas e Sexo
Tema: Biografia
Processo: 08017.003632/2011-19
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: DIÁRIO DE UM BANANA 2 - RODRICK É O CARA! (DIARY OF A WIMPY KID 2: RODRICK RULES, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Nina Jacobson
Diretor(es): David Bowers
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Livre
Tema: Cotidiano
Processo: 08017.003634/2011-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: CONVITE PARA A MORTE - PARTE 1 E 2 (FAMILY GUY - SEASON 10, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 12 - 8ACX01/02
Título da Série: UMA FAMÍLIA DA PESADA - 10ª TEMPORADA
Produtor(es): Seth McFarlane
Diretor(es): Peter Shin
Distribuidor(es): 20TH Century Fox Home Entertainment - Brazil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003635/2011-52
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Musical: BOOTLEG BOX #1 - EUROPEAN TOUR (Estados Unidos da América - 2009)
Produtor(es): David Peck
Diretor(es): Steve Berkowitz
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Documentário
Processo: 08017.003644/2011-43
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: EMBARGO (Brasil - 2010)
Produtor(es): António Ferreira
Diretor(es): António Ferreira/Tathiani Sacilotto
Distribuidor(es): Raiz Distribuidora
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Processo: 08017.003667/2011-58
Requerente: RAIZ DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA.

Filme: GLEE - 3D O FILME (GLEE - THE 3D CONCERT MOVIE, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Ryan Murphy
Diretor(es): Kevin Tancharoen
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Livre
Tema: Musical
Processo: 08017.003673/2011-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: A HORA DA ESCURIDÃO (THE DARKEST HOUR, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Timur Bekmambetov
Diretor(es): Chris Gorak
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Terror
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.003680/2011-15
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: PEARL JAM TWENTY (Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Cameron Crowe
Diretor(es): Cameron Crowe
Distribuidor(es): Mobz Media S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário/Musical
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Tema: Musical
Processo: 08017.003694/2011-21
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 253, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º , Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar os jogos:

Título: JURASSIC: THE HUNTED (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: Ação
Plataforma: PlayStation 2
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006063/2011-63
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: JURASSIC: THE HUNTED (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006064/2011-16
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: JUST CAUSE 2 (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: SQUARE-ENIX
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Ilícitas e Violência
Processo: 08017.006065/2011-52
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: MARTIAN PANIC (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: ZOO GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006068/2011-96
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: RATCHET & CLANK: ALL 4 ONE (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: SONY COMPUTER OF AMERICA
Distribuidor(es): Sony DADC Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Ação
Plataforma: PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006074/2011-43
Requerente: Sony DADC

Título: AVATAR (França - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT SA
Distribuidor(es): Gameloft SA
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006075/2011-98
Requerente: Benjamin Bernard Claude Michel Vallat

Título: ASSASSIN`S CREED (França - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT SA
Distribuidor(es): Gameloft SA
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006076/2011-32
Requerente: Benjamin Bernard Claude Michel Vallat

Título: BROTHERS IN ARMS 2 (França - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT SA
Distribuidor(es): Gameloft SA
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006077/2011-87
Requerente: Benjamin Bernard Claude Michel Vallat

Título: FALLOUT: NEW VEGAS ULTIMATE EDITION (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: BETHESDA SOFTWORKS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: RPG
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Violência Extrema
Processo: 08017.006090/2011-36
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: CAVE STORY 3D (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: NIS AMERICA
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Nintendo 3DS
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006091/2011-81
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: FIST OF THE NORTH STAR: KEN`S RAGE (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: TECMO KOEI
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.006095/2011-69
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: ROCK BAND METAL TRACK PACK (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: MTV GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: Ritmados
Plataforma: Wii/PlayStation 2
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006104/2011-11
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: ROCK BAND METAL TRACK PACK (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: MTV GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: Ritmados
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006105/2011-66
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: THE BIGGEST LOSER CHALLENGE (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006108/2011-08
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: THE DARKNESS (Estados Unidos da América - 2007)
Titular dos Direitos Autorais: 2K GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.006109/2011-44
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: WALK IT OUT! (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: KONAMI
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Ritmados
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006112/2011-68
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: WORMS: BATTLE ISLANDS (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Estratégia
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006113/2011-11
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: WWE ALL STARS (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: Luta
Plataforma: Wii/PlayStation 2
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006114/2011-57
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: ZUMBA FITNESS (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: MAJESCO
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ritmados
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006115/2011-00
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: DRAGON QUEST VI: REALMS OF REVELATION (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: NINTENDO
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: RPG
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006158/2011-87
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: WWE 12 (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): Sonopress
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Ação/Esporte/Luta
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006191/2011-15
Requerente: Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A.

Título: WWE 12 (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): Sonopress
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Ação/Esporte/Luta
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006192/2011-51
Requerente: Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A.

Título: UFC UNDISPUTED 3 (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): Sonopress
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Ação/Esporte/Luta
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006193/2011-04
Requerente: Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 254, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Episódio: O TEMPO IRÁ DIZER (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 01
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002773/2011-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: LEVEMENTE SUPER (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 02
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002774/2011-69
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: ALÉM DO NOSSO CONTROLE (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 03
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002775/2011-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: VELHICE PRECOCE (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 04
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002776/2011-58
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: 13.1 (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 05
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002777/2011-01
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: CAMINHOS CRUZADOS (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 06
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Insinuação Sexual
Tema: Investigação
Processo: 08017.002778/2011-47
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: PELA EQUIPE (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 08
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002780/2011-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: FUSÃO DELICADAZ (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 09
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Insinuação Sexual
Tema: Investigação
Processo: 08017.002781/2011-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: VINGANÇA (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 10
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002782/2011-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: ONDE E QUANDO (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 11
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002783/2011-50
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: O OUTRO LUGAR (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 12
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002784/2011-02
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: ZERAR (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 13
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Investigação
Processo: 08017.002785/2011-49
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: AMIGO SECRETO (WAREHOUSE - SEASON 2, Estados Unidos da América - 2011)
Episódio(s): 14
Título da Série: WAREHOUSE - 2º TEMPORADA
Produtor(es): Drew Z. Greenberg
Diretor(es): Constantine Makris
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Investigação
Processo: 08017.002786/2011-93
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: RUMO (Brasil - 2001)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Wesley Pereira Jaime/Rebeca Oliveira/Jaziel da Silva Lins
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Tema: Confusão Mental
Processo: 08017.003491/2011-34
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: VIRA VIRA (Brasil - 2001)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Claudinel Alves de Souza/André Oliveira/Manuel Vanderlei Pinto Araújo
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Nova Vida
Processo: 08017.003492/2011-89
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: FASCINAÇÃO (Brasil - 2001)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Rafael Nunes Fernandes Costa/Marcel Andrade de Deus
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Imaginário
Processo: 08017.003494/2011-78
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: AS CAUSAS IMPOSSÍVEIS DE SANTO EXPEDITO (Brasil - 2001)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Janete Lima/Emerson Rios Viana
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Fé
Processo: 08017.003496/2011-67
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: O IMPULSO (Brasil - 2001)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Renato Galvão/Sheila Moura/Bia Bernardo/Fábio Novaes/Carlos de Almeida
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Tema: Bairro da Freguesia do Ó
Processo: 08017.003498/2011-56
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: MENTIRAS VERÍDICAS (Brasil - 2001)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Katia Apolinário/Renato Galvão/Mariana Regina Ferrareze/Bia Bernardo
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Ilícitas
Tema: Contestação
Processo: 08017.003499/2011-09
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: 507,00 POR HORA (Brasil - 2001)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Eduardo M. de Oliveira/Giselle F. Cota/Lenita Elias Quevitch
Distribuidor(es): Não Possui

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Experimental
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Passagem da Vida
Processo: 08017.003500/2011-97
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHOS DO DIRETOR ADJUNTO
Em 14 de setembro de 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007;

Processo MJ nº 08017.002804/2011-37
Série: "BERNIE MAC, UM TIO DA PESADA - 4ª TEMPORADA"
Título Original: "THE BERNIE MAC SHOW - SEASON 4"
Episódios: 01 a 16
Emissora: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.
Tema: Cotidiano.

CONSIDERANDO que a quarta temporada da série "BERNIE MAC - UM TIO DA PESADA" foi apresentada na forma de autoclassificação por episódio, formando-se dezesseis processos com seus respectivos números de protocolo de 08017.002804/2011-37 a 08017.002819/2011-03.

CONSIDERANDO que a análise dos episódios constatou haver continuidade da trama, e coerência temática dos episódios.

CONSIDERANDO que a classificação indicativa tem o objetivo de transmitir informação completa e de fácil compreensão acerca do conteúdo de diversões públicas.

CONSIDERANDO que, no presente caso, para melhor informar aos cidadãos e em atenção aos princípios da razoabilidade, do interesse público e da eficiência.

Resolvo apensar os processos de número 08017.002805/2011-81 a 08017.002819/2011-03 ao processo 08017.002804/2011-37, e

CONSIDERANDO que a obra apresenta consumo de drogas lícitas apresentada em baixa freqüência e com pouca relevância para a compreensão da trama.

Resolvo deferir os pedidos de autoclassificação dos episódios aqui referidos e atribuir à 4ª Temporada da série "BERNIE MAC - UM TIO DA PESADA" a classificação única de "Livre", apresentando drogas lícitas.

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006;

Processo MJ nº 08017.003082/2011-38
Série: "MANDRAKE - 1ª E 2ª TEMPORADAS"
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Requerente: SET - Serviços empresariais Ltda. EPP
Episódios: 01 a 13.
Tema: Investigação.

CONSIDERANDO que a série "MANDRAKE - 1ª E 2ª TEMPORADA" foi apresentada sob a forma de análise prévia, sendo que cada episódio foi apresentado como uma obra à parte, com seu próprio número protocolar.

CONSIDERANDO que a análise dos episódios constatou a continuidade da trama, apresentando também coerência quanto à temática investigativa.

CONSIDERANDO que a classificação indicativa tem como objetivo transmitir aos cidadãos informação completa e de fácil compreensão sobre o conteúdo de diversões públicas.

CONSIDERANDO que no presente caso a transmissão da informação completa aos cidadãos se faz de forma mais eficaz tratando os episódios como um todo.

Resolvo apensar os processos de número protocolar 08017.003083/2011-82 a 08017.003094/2011-62, referentes aos episódios da série, ao processo 08017.003082/2011-38.

Resolvo deferir os pedidos de análise prévia dos episódios aqui referidos para atribuir à 1ª e 2ª Temporada da série "MANDRAKE" a classificação única de "Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos" por conter drogas ilícitas e conteúdo sexual.

Em 16 de setembro de 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009, resolve:

Processo MJ nº 08017.000156/2011-84
Título do Episódio: "IDENTIDADE"
Título da Série: "NCIS - LOS ANGELES - 1ª TEMPORADA"
Episódio: 01
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação.
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ nº 08017.000157/2011-29
Título do Episódio: "UNICO DIA FACIL"
Título da Série: "NCIS - LOS ANGELES - 1ª TEMPORADA"
Episódio: 02
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação.
Contém: Violência e Tráfico de Drogas.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ nº 08017.000158/2011-73
Título do Episódio: "PREDADOR"
Título da Série: "NCIS - LOS ANGELES - 1ª TEMPORADA"
Episódio: 03
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação.
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ nº 08017.000159/2011-18
Título do Episódio: "ENCONTRE E DESTRUA"
Título da Série: "NCIS - LOS ANGELES - 1ª TEMPORADA"
Episódio: 04
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação.
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ nº 08017.000160/2011-42
Título do Episódio: "TIRO CERTEIRO"
Título da Série: "NCIS - LOS ANGELES - 1ª TEMPORADA"
Episódio: 05
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação.
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ nº 08017.000161/2011-97
Título do Episódio: "NA REAL"
Título da Série: "NCIS - LOS ANGELES - 1ª TEMPORADA"
Episódio: 06
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação.
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ nº 08017.000162/2011-31
Título do Episódio: "RETIRADO"
Título da Série: "NCIS - LOS ANGELES - 1ª TEMPORADA"
Episódio: 07
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação.
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ nº 08017.000164/2011-21
Título do Episódio: "DE PROPOSITO"
Título da Série: "NCIS - LOS ANGELES - 1ª TEMPORADA"
Episódio: 09
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação.
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ nº 08017.000165/2011-75
Título do Episódio: "EXPLOSIVOS"
Título da Série: "NCIS - LOS ANGELES - 1ª TEMPORADA"
Episódio: 10
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação.
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ nº 08017.000166/2011-10
Título do Episódio: "TRANSGRESSÃO"
Título da Série: "NCIS - LOS ANGELES - 1ª TEMPORADA"
Episódio: 11
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação.
Contém: Violência e Conteúdo Sexual.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ nº 08017.000167/2011-64
Título do Episódio: "VIDAS PASSADAS"
Título da Série: "NCIS - LOS ANGELES - 1ª TEMPORADA"
Episódio: 12
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação.
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

A Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ nº 08017.000163/2011-86
Título do Episódio: "EMBOSCADA"
Título da Série: "NCIS - LOS ANGELES - 1ª TEMPORADA"
Episódio: 08

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Tema: Investigação.
Contém: Violência.

Indeferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, mantendo sua classificação como "Não recomendado para menores de 14 (quatorze) anos".

Processo MJ nº 08000.002051/97-01
Filme: "ARREBENTANDO EM NOVA YORK"
Requerente: Rede Globo
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: Lutas
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação por adequação do filme, classificando-o como "Não recomendada para menores de 10 (dez) anos".

A Rede Globo, adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o filme na versão apresentada à este Departamento.

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve:

Processo MJ nº 08017.000933/2011-91
Programa: "FAIXA DE CLIPES - NOTURNO"
Requerente: Abril Radiodifusão S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Tema: Musical
Contém: Violência, Conteúdo Sexual e Drogas.

Indeferir o pedido de solicitação de autoclassificação do programa, classificando-o pelo monitoramento como: "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009;

Processo MJ nº 08017.004156/2008-58
Jogo Eletrônico: "DIABLO 3"
Requerente: BLIZZARD

CONSIDERANDO que a obra foi classificada como "Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos" por conter "agressão física, assassinato, crueldade e banalização da violência", conforme publicado na portaria nº 25 de 24 de julho de 2008.

CONSIDERANDO que o pedido de reconsideração da classificação indicativa levou este departamento a revisar o material e a classificação previamente atribuída para o jogo em questão.

RESOLVO reclassificar o jogo eletrônico "DIABLO III" como "Não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos" por apresentar "violência".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 280, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo no art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, e no Decreto de 13 de junho de 2011, e conforme o previsto no Decreto no 4.895, de 25 de novembro de 2003, na Instrução Normativa Interministerial n° 06 - SEAP/ANA/IBAMA/MARINHA/MMA/MPOG, de 31 de maio de 2004, na Instrução Normativa Interministerial - SEAP/PR-MPOG - nº 01, de 10 de outubro de 2007 e, ainda, nos elementos que integram o Processo de licitação 00350.002526/2010-34, que culminou no Edital de Concorrência Pública 006/2011, do tipo maior lance ou oferta, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições abaixo listadas, conforme numeração no referido Processo, localizadas no Estado de Pernambuco:

NOME	CPF/CNPJ	ÁREA PLEITEADA	LOCALIDADE DA ÁREA	VALOR 20 ANOS
Associação dos Piscicultores do Serrote Preto - APS	08.808.559/0001-54	1	UHE de Itaparica	4.590,00
Netuno Internacional S/A	05.513.384/0009-17	4	UHE de Itacuruba	53.560,00
Netuno Internacional S/A	05.513.384/0008-36	5	UHE de Moxotó	53.560,00
Associação dos Criadores de Peixe Sítio Brejinho de Fora - ABF	08.688.811/0001-39	7	UHE de Itaparica	4.590,00
Associação de Pisicicultores de Petrolândia - APP	08.172.958/0001-71	8	UHE de Itaparica	5.737,60
Associação Agropesque São Francisco - AASF	08.688.811/0001-39	9	UHE de Itaparica	4.590,00
Associação dos Pequenos Criadores de Peixe do Largo do Papagaio - APCP	08.688.792/0001-40	10	UHE de Itaparica	4.590,00
Associação dos Criadores de Peixe - ACPS	08.374.925/0001-04	11	UHE de Itaparica	4.590,00
Associação dos Aquicultores de Petrolândia - AAP	08.808.522/0001-26	12	UHE de Itaparica	7.174,00
Netuno Internacional S/A	05.513.384/0009-17	14	UHE de Itaparica	53.560,00
Samuel Herculano de Freitas	022.164.254-43	15	UHE de Itaparica	35.100,00
Cooperativa dos Produtores do Vale do Itaipu - COOPEVALE	03.524.472/0001-31	16	UHE de Itaparica	64.100,00
Braspeixe S/A	04.624.999/0001-09	18	UHE de Moxotó	38.250,00
R & M Pisicultura Ltda	08.648.946/0001-70	19	UHE de Moxotó	8.273,40
Tilápia do Agreste Criação e Comércio de Peixes Ltda	07.828.807/0001-66	21	UHE Itaparica	35.500,00
Tilápia do Agreste Criação e Comércio de Peixes Ltda	07.828.807/0001-66	22	UHE Itaparica	27.500,00
Francisco Alves Gusmão	166.735.654-20	23	UHE Itaparica	10.710,00
Netuno Internacional S/A	05.513.384/0009-17	24	UHE Itaparica	53.560,00
Cooperativa dos Produtores do Vale do Itaipu - COOPEVALE	03.524.472/0001-31	25	UHE Itaparica	63.050,00
Pescanova Ltda	97.348.015/0002-68	26	UHE Itaparica	261.000,00

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de unidades produtivas para o cultivo de organismos aquáticos.

Art. 3º O prazo da cessão será de vinte anos, contados da data da publicação dos Extratos dos respectivos contratos no Diário Oficial da União - DOU, de acordo com os prazos definidos no Art. 15 do Decreto 4.895/2003, podendo ser renovados, por igual período, a critério da Concedente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 281, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo no art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, e no Decreto de 13 de junho de 2011, e conforme o previsto no Decreto no 4.895, de 25 de novembro de 2003, na Instrução Normativa Interministerial n° 06 - SEAP/ANA/IBAMA/MARINHA/MMA/MPOG, de 31 de maio de 2004, na Instrução Normativa Interministerial - SEAP/PR-MPOG - nº 01, de 10 de outubro de 2007 e, ainda, nos elementos que integram o Processo de licitação 00350.002560/2010-17, que culminou no Edital de Concorrência Pública 007/2011, do tipo maior lance ou oferta, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições abaixo listadas, conforme numeração no referido Processo, localizadas no Estado de São Paulo - SP:

NOME	CPF/CNPJ	ÁREA PLEITEADA	LOCALIDADE DA ÁREA	VALOR 20 ANOS
Indústria Brasileira do Peixe	03.039.896/0001-00	3	UHE de Ilha Solteira	31.000,00
Fernando Nagano Gomes Fernandes	861.053.706-44	7	UHE de Canoas II	12.910,00
M. Cassab Comércio e Indústria Ltda	49.698.723/0001-03	24	UHE de Jaguara	74.040,00

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de unidades produtivas para o cultivo de organismos aquáticos.

Art. 3º O prazo da cessão será de vinte anos, contados da data da publicação dos Extratos dos respectivos contratos no Diário Oficial da União - DOU, de acordo com os prazos definidos no Art. 15 do Decreto 4.895/2003, podendo ser renovados, por igual período, a critério da Concedente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar Nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto Nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no MPS Nº 44000.001606/2007-12, comando Nº 347135602 e juntada Nº 348161523, resolve:

N° 517 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre o JUSPREV - Fundo de Pensão Multinstituido por Associações do Ministério Publico e da Justiça e a Associação do Ministério Público do Estado do Acre - AMPAC, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários JURIS - PLANJUS - CNPB Nº 2007.0035-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar Nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto Nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS Nº 44.000.003863/94-02, sob o comando Nº 346817833 e juntada Nº 348187861, resolve:

N° 518 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre o Itaú Fundo Multipatrocinado, a Fundação Itaubanco, Itaú Seguros S.A, Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e a Provar Negócios de Varejo Ltda, na condição de patrocinadoras do Plano BD Itaú, CNPB Nº 2009.0025-47.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar Nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto Nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS Nº 44.000.003863/94-02, sob o comando Nº 346898672 e juntada Nº 348187783, resolve:

N° 519 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre o Itaú Fundo Multipatrocinado, a Fundação Itaubanco, Itaú Seguros S.A, Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e a Provar Negócios de Varejo Ltda, na condição de patrocinadoras do Plano CD Itaú, CNPB Nº 2009.0026-11.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.206, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011 (*)

Institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde e o respectivo Componente Reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Política Nacional de Atenção Básica, definida por meio da Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, que regulamenta o desenvolvimento das ações de atenção básica à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento;

Considerando a Portaria nº 2.226/GM/MS, de 18 de setembro de 2009, que institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família;

Considerando a responsabilidade conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pelo financiamento do SUS;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar a estrutura física das Unidades Básicas de Saúde para o melhor desempenho das ações das Equipes de Atenção Básica; e

Considerando o resultado de pesquisa realizada através do cadastramento realizado pelos Municípios no site do www.qualificaubs.saude.gov.br sobre as condições atuais das Unidades Básicas de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde.

Art. 2º O Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde tem como objetivo criar incentivo financeiro para as Unidades Básicas de Saúde implantadas em território nacional, como forma de prover infraestrutura adequada às Equipes de Atenção Básica para desempenho de suas ações.

Art. 3º Para a execução do disposto nesta Portaria, fica instituído o Componente Reforma para incentivo da requalificação das Unidades Básicas de Saúde.

§ 1º O Componente Reforma para incentivo da requalificação das Unidades Básicas de Saúde é composto pelos seguintes 11 (onze) grupos de serviços, cuja descrição completa consta do Anexo a esta Portaria:

I - Grupo de Serviço I: Demolições e Retiradas;
II - Grupo de Serviço II: Estrutura;
III - Grupo de Serviço III: Alvenaria;
IV - Grupo de Serviço IV: Pisos;
V - Grupo de Serviço V: Revestimento;
VI - Grupo de Serviço VI: Cobertura;
VII - Grupo de Serviço VII: Esquadrias;
VIII - Grupo de Serviço VIII: Instalações Hidrosanitárias;
IX - Grupo de Serviço IX: Instalações Elétricas;
X - Grupo de Serviço X: Pinturas; e
XI - Grupo de Serviço XI: Limpeza da Obra.

§ 2º Serão financiadas reformas de Unidades Básicas de Saúde implantadas em imóvel próprio do Município ou a ele cedido por outro ente federativo e cuja metragem seja superior a 153,24 m².

Art. 4º O Ministério da Saúde publicará periodicamente ato normativo específico para definição do total de recursos financeiros destinados ao Programa de que trata esta Portaria a serem repassados por Estado/Distrito Federal.

Parágrafo único. Serão adotados como critérios de prioridade para definição do montante de recursos de que trata o caput deste artigo o percentual de população em situação de extrema pobreza e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita da respectiva Unidade da Federação.

Art. 5º Para pleitear a habilitação no Programa de que trata esta Portaria, o ente federativo deverá, inicialmente, acessar o sítio eletrônico do Ministério da Saúde http://dab.saude.gov.br/sistemas/qualificaUbs/ para fins de cálculo do valor do montante de recursos correspondentes à reforma da(s) Unidade(s) Básica(s) de Saúde e obter o formato da pré-proposta, a qual após a finalização deverá ser encaminhada à respectiva CIB para validação.

§ 1º Deverá ser incluída na pré-proposta de que trata o caput deste artigo, a ser enviada pelos Estados e Municípios à CIB, o Plano de Reforma de Unidades Básicas de Saúde, composto pelas ações, metas e responsabilidades de cada ente federativo.

§ 2º Para os fins do disposto no parágrafo anterior, ao Distrito Federal compete apresentar a pré-proposta a ao Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do DF.

Art. 6º Após a validação de que trata o artigo anterior, as Comissões Intergestores Bipartite e o Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal deverão enviar ao Ministério da Saúde, especificamente junto ao Departamento de Atenção Básica (DAB/SAS/MS), a listagem das propostas contempladas dos entes federados com os respectivos valores pactuados.

Art. 7º Ao Ministério da Saúde compete aprovar, total ou parcialmente, a listagem das propostas recebidas e seus respectivos valores, utilizando-se em sua avaliação, para fins de autorização e priorização, os mesmos critérios destacados no art. 4º, contudo relativos apenas aos Municípios.

Art. 8º Após análise e aprovação da lista de propostas de que trata o artigo anterior, o Ministério da Saúde publicará ato normativo específico habilitando o Município ou o Distrito Federal ao recebimento do incentivo financeiro previsto no Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde.

Art. 9º Os valores dos recursos financeiros a serem destinados pelo Ministério da Saúde para o incentivo à reforma de cada Unidade Básica de Saúde respeitarão os seguintes parâmetros:

I - valor mínimo de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e o valor máximo de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para Unidades Básicas de Saúde com metragem de 153,24m² até 293,28m²; e

II - valor mínimo de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e o valor máximo de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para Unidades Básicas de Saúde com metragem superior a 293,28m².

§ 1º Caso o custo da reforma da Unidade Básica de Saúde seja superior ao incentivo repassado pelo Ministério da Saúde, a respectiva diferença no valor dos recursos financeiros deverá ser custeada por conta do próprio Município/Distrito Federal.

§ 2º Caso o custo da reforma da Unidade Básica de Saúde seja inferior ao incentivo repassado pelo Ministério da Saúde, a respectiva diferença no valor dos recursos poderá ser utilizada pelo Município/Distrito Federal para o acréscimo quantitativo de ações já previstas na pré-proposta anteriormente encaminhada e dirigidas exclusivamente à mesma Unidade Básica de Saúde contemplada.

Art. 10. Uma vez publicado o ato normativo de habilitação previsto no art. 8º, o repasse dos recursos financeiros será realizado pelo Fundo Nacional de Saúde ao respectivo Fundo Municipal de Saúde ou ao Fundo de Saúde do Distrito Federal, na forma abaixo definida:

I - primeira parcela: equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total aprovado, a ser repassada após a publicação da Portaria específica de habilitação; e

II - segunda parcela: equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor total aprovado, a ser repassada após ratificação da CIB mediante apresentação pelo gestor local de ordem de início de serviço, assinada por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

§ 1º Com o término da reforma da Unidade Básica de Saúde, o Município/Distrito Federal assumirá a manutenção preventiva do referido estabelecimento de saúde pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos como condição para continuar no Programa e, depois desse prazo, para receber eventuais novos recursos.

§ 2º O Município/Distrito Federal deverá informar, no âmbito do Componente Reforma do Programa de Requalificação das UBS ou quaisquer outros que forem instituídos dos quais esteja participando, o início, andamento, conclusão e posteriores manutenções preventivas da obra, incluindo-se documentos e informações requeridas pelo Sistema de Monitoramento do Programa de Requalificação das UBS, em endereço eletrônico a ser informado pelo Ministério da Saúde, como condição para continuar no Programa e receber eventuais novos recursos.

§ 3º Em caso de não-aplicação dos recursos ou não realização da reforma no período de 1 (um) ano após a transferência da segunda parcela, o Município/Distrito Federal deverá restituir ao Fundo Nacional de Saúde os recursos que lhe foram repassados, acrescidos de atualização monetária prevista em lei, cuja determinação decorrerá das fiscalizações promovidas pelos órgãos de controle interno, compreendendo os componentes do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SNA) em cada nível de gestão e a Controladoria Geral da União (CGU).

Art. 11. Os recursos financeiros para o custeio das atividades de que tratam esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.1214.8577 - Ação: Piso da Atenção Básica (PAB Fixo).

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Código	Descrição	Unidade
	DEMOLIÇÕES/RETIRADAS	
72226	RETIRADA DE ESTRUTURA DE MADEIRA PONTALETEADA PARA TELHAS CERAMICAS OU DE VIDRO	m²
72224	DEMOLICAO DE TELHAS CERAMICAS OU DE VIDRO	m²
72234	DEMOLIÇÃO DE FORRO DE GESSO	m²
72238	RETIRADA DE FORRO EM REGUAS DE PVC, INCLUSIVE RETIRADA DE PERFIS	m²
73801	DEMOLICAO MANUAL DE PISO / CONTRAPISO	m²
73802/001	DEMOLICAO DE REVESTIMENTO DE ARGAMASSA DE CAL E AREIA	m²
73899/002	DEMOLICAO DE ALVENARIA DE TIJOLOS FURADOS S/REAPROVEITAMENTO	m³
72143	RETIRADA DE BATENTES DE MADEIRA	un.
72142	RETIRADA DE FOLHAS DE PORTA DE PASSAGEM OU JANELA	un.
	ESTRUTURA	
6501	CONCRETO ARMADO, FCK = 18,0 MPA E 77KG/M3 DE AÇO, PREPARO COM BETONEIINCLUI LANCAMENTO.	m³
73972/002	CONCRETO ESTRUTURAL FCK=20MPA, VIRADO EM BETONEIRA, NA OBRA, SEM LANÇA MENTO.	m³
	ALVENARIA	
73935/001	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20CM, 1/2 VEZ, ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA),E=1CM	m²

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

73998/001	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO VEDAÇÃO 9X19X39CM, ESPESSURA 9CM, ASSENTADOS COM ARGAMASSA TRACO 1:0,5:11 (CIMENTO, CAL E AREIA)	m²
	PISOS	
73829/001	PISO EM CERÂMICA ESMALTADA 1A PEI-V, PADRÃO MÉDIO, ASSENTADA COM ARGAMASSA COLANTE.	m²
73946/001	PISO EM CERÂMICA ESMALTADA LINHA POPULAR PEI-4, ASSENTADA COM ARGAMASSA COLANTE, COM REJUNTAMENTO EM CIMENTO BRANCO.	m²
72185	PISO VINILICO SEMIFLEXIVEL PADRÃO LISO, ESPESSURA 2MM, FIXADO COM COLA.	m²
	REVESTIMENTO	
5975	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MECÂNICO.	m²
74201/001	EMBOCO PAULISTA (MASSA ÚNICA) TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MECÂNICO.	m²
5994	REBOCO EM TETOS ARGAMASSA TRACO 1:2 (CAL E AREIA FINA PENEIRADA), ESPESSURA 0,5CM PREPARO MANUAL.	m²
75481	REBOCO PARA PAREDES INTERNAS, ARGAMASSA TRACO 1:2 (CAL E AREIA FINA PENEIRADA), PREPARO MANUAL.	m²
73912/001	CERÂMICA ESMALTADA EM PAREDES 1A, PEI-4, 20X20CM, PADRÃO MÉDIO, FIXADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO COM CIMENTO BRANCO.	m²
	COBERTURA	
41602	FORRO PVC EM PLACAS COM LARGURA DE 10CM, ESPESSURA 8MM,COMP DE 6,0M,LISO, INCLUSIVE COLOCAÇÃO.	m²
73986/001	FORRO DE GESSO EM PLACAS 60X60CM, ESPESSURA 1,2CM, INCLUSIVE FIXAÇÃO COM ARAME.	m²
72077	ESTRUTURA DE MADEIRA DE LEI 1A SERRADA NÃO APARELHADA, PARA TELHAS CERÂMICAS, VAOS ATE 7M.	m²
73938/001	COBERTURA EM TELHA CERAMICA TIPO COLONIAL, COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA)	m²
	ESQUADRIAS	
73910/006	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA CERA/VERNIZ, 0,80X2,10M, INCLUSOADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADIÇA COM ANEL	un.
73910/007	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA CERA/VERNIZ, 0,90X2,10M, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADIÇA COM ANEL.	un.
73910/009	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA CERA/VERNIZ, 1,20X2,10M, 2 FOLHAS, INCLUSO ADUELA 1A, ALIZAR 1A E DOBRADIÇA COM ANEL .	un.
74070/001	FECHADURA DE EMBUTIR COMPLETA, PARA PORTAS INTERNAS, PADRÃO DE ACABAMENTO SUPERIOR.	un.
74068/006	FECHADURA DE EMBUTIR COMPLETA, PARA PORTAS EXTERNAS, PADRÃO DE ACABAMENTO MÉDIO.	un.
74067/002	JANELA ALUMÍNIO DE CORRER, 2 FOLHAS PARA VIDRO, COM BANDEIRA, LINHA 25.	m²
72116	VIDRO LISO COMUM TRANSPARENTE, ESPESSURA 3MM.	m²
	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	
73958/001	PONTO DE ESGOTO PVC 100MM - MEDIA 1,10M DE TUBO PVC ESGOTO PREDIAL DN100MM E 1 JOELHO PVC 90GRAUS ESGOTO PREDIAL DN 100MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO.	pt
73959/001	PONTO DE ÁGUA FRIA PVC 3/4 - MEDIA 5,00M DE TUBO DE PVC ROSCAVEL AGUA FRIA 3/4" E 2 JOELHOS DE PVC ROSCAVEL 90GRAUS AGUA FRIA 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	pt
73947/006	LAVATORIO LOUCA BRANCA D/SOBREPOR MED LUXO C/LADRAO 53X43CM FERRAGENS E METAL CROMADO SIFAO 1680 1"X 1.1/4",TORNEIRA D/PRESSAO 1193 1/2" E VÁLVULA DE ESCOAMENTO 1603 RABICHO EM PVC FORNECIMENTO.	un.
73947/011	VASO SANITARIO LOUCA BRANCA CAIXA DESCARGA ACOPLADA 35X65X35CM INCL ASSENTO PLASTICO E RABICHO CROMADO EXCL. COLOCAÇÃO.	un.
	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	
74132/001	INSTALACAO PONTO LUZ EQUIVALENTE A 2 VARAS ELETRODUTO PVC RIGIDO 3/4", 12M DE FIO 2,5MM2 CAIXAS CONEXOES LUVAS CURVA E INTERRUPTOR EMBUTIR COM PLACA, INCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO RASGO ALVENARIA.	un.
73952/001	INSTALACAO PONTO TOMADA EQUIVALENTE 2 VARAS ELETRODUTO FERRO ESMALTADO 3/4", 12M FIO 2,5MM2, CAIXAS CONEXOES E TOMADA DE EMBUTIR COM PLACA INCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGO EM ALVENARIA.	un.
72274	LÂMPADA INCANDESCENTE - 100W - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.	un.
73953/006	LUMINARIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM REATOR DE PARTIDA RAPIDA E LAMPADA FLUORESCENTE 2X40W, COMPLETA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	un.
73662	PONTO DE TOMADA PARA TELEFONE, COM TOMADA PADRAO TELEBRAS EM CAIXA DE PVC COM PLACA, ELETRODUTO DE PVC RIGIDO E FIACAO ATE A CAIXA DE DISTRIBUICAO DO PAVIMENTO.	pt
SETOP	PONTO SECO PARA INSTALAÇÃO DE SOM, TV, ALARME E LÓGICA, INCLUINDO ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO E CAIXA COM ESPELHO.	pt
	PINTURAS	
73750/001	PINTURA LATEX PVA AMBIENTES INTERNOS, DUAS DEMÃOS.	m²
73954/002	PINTURA LATEX ACRILICA AMBIENTES INTERNOS/EXTERNOS, DUAS DEMÃOS.	m²
74065/002	PINTURA ESMALTE ACETINADO PARA MADEIRA, DUAS DEMAOS, INCLUSO APARELHAMENTO COM FUNDO NIVELADOR BRANCO FOSCO.	m²
	LIMPEZA DA OBRA	
9537	LIMPEZA FINAL DA OBRA.	m²

** Os códigos descritos na coluna 01 são códigos de consulta das Tabelas do SINAPI.

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 178, de 15-9-2011, Seção 1, pÁg. 43, com incorreção no original.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NA BAHIA

DECISÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 40, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.003582/2008-31	ATLANTA OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	405302.	03.216.320/0001-71	Deix. de garant. as coberts. obrigats. prevs. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos.	320.000,00 (TREZENTOS E VINTE MIL REAIS)

JAILTON AZEVEDO CANCIO

NÚCLEO NO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 42, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33903.004353/2007-49	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deix. de garant coberts. obrigats. prevs. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulemantação p/ os planos privados de assit. à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

CLAUDIA MARIA RESTUM CORRÊA DE SÁ

NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.012102/2009-44	SORRIDONTO ODONTOLOGIA LTDA	415596.	07.458.205/0001-64	Exercer desde 11/07 atividade de operadora de plano de saúde, sem autorização definitiva de funcionamento concedida pela ANS, comercializando produtos odontológicos. (Art.8º da Lei 9.656 c/c Art.2º c/c art. 10, § 2º, da RN 85, alterada pela RN 100)	650.000,00 (SEISCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)

EUNICE MOURA DALLE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NÚCLEO NO PARANÁ

DECISÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O CHEFE SUBSTITUTO - NÚCLEO DA ANS PARANÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25782.000441/2010-62	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de cumprir a obrigação de cobertura de atendimento aos casos de urgência e emergência(Art.35-C da Lei 9.656/98)	100000 (CEM MIL REAIS)
25782.011869/2010-31	UNIMED DE TUBARAO - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DA REGIAO DA AMUREL	364860.	85.241.339/0001-32	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias (Art.11, caput, c/c Art.12, II, "a", da Lei nº 9.656, e art. 6º, § 3º, da RN nº 162/2007)	48000 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

ELOIR VICENTE PIÉKAS

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O(A) Especialista em Regulação - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.076472/2010-17	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deix. de garant. as coberts. obrigats. prevs. (Art.12, II da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.105921/2010-33	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deix. de garant. as coberts. obrigats. prevs. (Art.12, II da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.071838/2010-53	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deix. de garant. as coberts. obrigas. prevs. (Art.12, I da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.246792/2010-32	OPERADORA UNIESTE DE PLANOS DE SAÚDE LTDA	354511.	02.774.736/0001-42	Deix. de garant. as coberts. obrigats. prevs. (Art.12, II da Lei 9.656/98)	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
33902.129716/2010-63	UNIMED NOVA FRIBURGO-SOC.COOP.SERV.MED.HOSP.LTDA.	335479.	29.135.795/0001-27	Deix. de garant. as coberts. obrigats. prevs. (Art.12, I, alínea "b" da Lei 9.656/98)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

DOMINIC BIGATE LOURENÇO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.107, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 do Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 7º, inciso X da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a Resolução RDC Nº 103, de 08 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Secundária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.108, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 do Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 7º, inciso X da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a Resolução RDC Nº 103, de 08 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Secundária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.193, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12, 15 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.194, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.195, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 787 publicada no DOU de 10 de Junho de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Inclusão, Retificação, Revalidação, Cancelamento e Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.196, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 787 publicada no DOU de 10 de Junho de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1° Conceder o Registro, Cadastro e Cadastramento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.197, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 787 publicada no DOU de 10 de Junho de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação, dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

As Revalidações indicadas na relação anexa foram concedidas nos termos da RDC n.º 185/2001, apenas os documentos exigidos para fins de revalidação indicados na referida resolução foram considerados. O registro/cadastro foi revalidado tal qual como concedido originalmente, qualquer alteração que eventualmente tenha sido encaminhada na petição de revalidação, foi desconsiderada.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.198, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 787 publicada no DOU de 10 de Junho de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Indeferir Registro, Cadastro, Cadastramento, Retificação, Alteração e Arquivamento Temporário dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.199, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.200, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir retificação de publicação, suspensão temporária de fabricação, registro de concentração nova no país e cancelamento de registro da apresentação do medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.201, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir concessão de registro de insumos farmacêuticos ativos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.202, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir inclusão de local de fabricação do produto terminado, inclusão do local de fabricação do produto a granel, alteração do processo de fabricação do produto a granel e alteração do processo de fabricação do produto em sua embalagem primária, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.203, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir renovação de registro de medicamento, alteração menor de excipiente, inclusão de nova apresentação comercial e inclusão de nova concentração já registrada no país, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.204, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir cancelamento de registro do medicamento, cancelamento de registro da apresentação do medicamento e suspensão temporária de fabricação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

PORTARIA Nº 1.384, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Dá nova redação a Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 16 da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, tendo em vista ao disposto no inciso XII do art. 13 do Regulamento da Agência, aprovado pelo Decreto n. 3.029, de 16 de abril de 1999, com a nova redação dada pelo Decreto n. 3.571, de 21 de agosto de 2000, considerando a necessidade de ajustar o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, resolve:

Art. 1º O Art. 4º do Capítulo II da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 4º A Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA terá a seguinte estrutura organizacional:

I - Diretoria Colegiada;
II - Gabinete do Diretor-Presidente;
III - Secretaria da Diretoria Colegiada;
IV - Ouvidoria;
V - Procuradoria;
VI - Corregedoria;
VII - Auditoria Interna;
VIII - Assessoria de Segurança Institucional;
IX - Assessoria de Comunicação, Eventos e Cerimonial;
X - Assessoria de Planejamento;
XI - Núcleo de Assessoramento em Assuntos Internacionais;
XII - Núcleo de Assessoramento Econômico em Regulação;
XIII - Núcleo de Assessoramento de Descentralização de Ações em Vigilância Sanitária;
XIV - Núcleo de Gestão do Sistema Nacional de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária;
XV - Núcleo da Educação, Pesquisa e Conhecimento;
XVI - Núcleo de Regulação e Boas Práticas Regulatórias;
XVII - Gerência-Geral de Gestão Administrativa e Financeira;
XVIII - Gerência-Geral de Gestão de Recursos Humanos;
XIX - Gerência-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação;
XX - Gerência-Geral de Medicamentos;
XXI - Gerência-Geral de Inspeção e Controle de Insumos, Medicamentos e Produtos;
XXII - Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados;
XXIII - Gerência-Geral de Sangue, outros Tecidos, Células e Órgãos;
XXIV - Gerência-Geral de Alimentos;
XXV - Gerência-Geral de Saneantes;
XXVI - Gerência-Geral de Cosméticos;
XXVII - Gerência-Geral de Toxicologia;
XXVIII - Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde;
XXIX - Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde;
XXX - Gerência-Geral de Laboratórios de Saúde Pública;
XXXI - Gerência-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária." (NR)

Art. 2º A Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do Capítulo XX-A:

"CAPÍTULO XX-A

DO NÚCLEO DE REGULAÇÃO E BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

Art. 35-B. São competências do NÚCLEO DE REGULAÇÃO E BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS:

I - assessorar tecnicamente a Diretoria Colegiada em assuntos regulatórios específicos de caráter normativo, conforme necessidade e prioridades estabelecidas pela Diretoria Colegiada;

II - subsidiar a Diretoria Colegiada na elaboração, na implantação e no acompanhamento de estratégias, atividades, rotinas e procedimentos voltados para o fortalecimento da governança e o aprimoramento contínuo das práticas regulatórias da Anvisa;

III - promover e coordenar a elaboração e o acompanhamento da Agenda Regulatória da Anvisa, segundo diretrizes estabelecidas pela Diretoria Colegiada;

IV - promover, coordenar e executar as atividades e procedimentos de Análise de Impacto Regulatório para instruir e subsidiar previamente o processo de tomada de decisão da Diretoria Colegiada em assuntos regulatórios de caráter normativo, em cooperação com as demais unidades da estrutura organizacional da Anvisa, segundo grau de complexidade e especificidades estabelecidos pelos Diretores;

V - subsidiar e apoiar a Diretoria Colegiada na orientação e no acompanhamento de procedimentos de consultas e audiências públicas relativos a assuntos regulatórios de caráter normativo, sob responsabilidade das unidades da estrutura organizacional da Anvisa;

VI - assistir, apoiar e orientar tecnicamente as unidades da estrutura organizacional da Anvisa na implantação e no cumprimento de estratégias, atividades, rotinas e procedimentos destinados à melhoria da qualidade regulatória para elaboração e revisão de atos normativos da Agência;

VII - propor, desenvolver e monitorar indicadores para subsidiar a Diretoria Colegiada no acompanhamento e na avaliação da atuação regulatória da Anvisa relacionada com a implantação e o cumprimento de boas práticas regulatórias;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VIII - promover, acompanhar e auxiliar o processo de consolidação de atos normativos da Anvisa em cooperação com as demais unidades da estrutura organizacional da Agência, conforme necessidade e prioridades estabelecidas pela Diretoria Colegiada;

IX - contribuir para a integração das estratégias e ações de melhoria da qualidade regulatória da Anvisa a outros programas e políticas adotados pela Agência, pelo Ministério da Saúde e demais órgãos ou entidades do Governo Federal e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

X - realizar estudos, elaborar propostas e promover a inovação de práticas regulatórias e a difusão de informações no âmbito de suas atribuições, especialmente em temas relacionados à regulação, transparência e governança regulatória; e

XI - promover e propor cooperação técnica e parcerias com órgãos e entidades públicas ou privadas para o fortalecimento da governança e o aprimoramento contínuo das práticas regulatórias da Anvisa.

Art. 2º O Anexo II da Portaria nº 354, de 2006, passa a vigorar na forma do anexo desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO II

QUADRO QUANTITATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS

Função	Nível	Valor	Situação Lei 9986/2000		Situação Nova	
			Quantidade	Despesa	Quantidade	Despesa
Direção	CD I	11.500,82	1	11.500,82	1	11.500,82
	CDII	10.925,78	4	43.703,12	4	43.703,12
Executiva	CGE I	10.350,73	5	51.753,65	1	10.350,73
	CGE II	9.200,65	21	193.213,65	24	220.815,60
	CGE III	8.625,61	48	414.029,28	31	267.393,91
	CGE IV	5.750,40	0	0,00	21	120.758,40
Assessoria	CA I	9.200,65	0	0,00	9	82.805,85
	CA II	8.625,61	5	43.128,05	4	34.502,44
	CA III	2.587,69	0	0,00	4	10.350,76
Assistência	CAS I	2.156,41	0	0,00	7	15.094,87
	CAS II	1.868,89	4	7.475,56	14	26.164,46
Técnica	CCT V	2.186,60	42	91.837,20	20	43.732,00
	CCT IV	1.597,88	58	92.677,04	101	161.385,88
	CCT III	962,48	67	64.486,16	48	46.199,04
	CCT II	848,48	80	67.878,40	43	36.484,64
	CCT I	751,29	152	114.196,08	86	64.610,94
		Totais	**487**	**1.195.879,01**	**418**	**1.195.853,46**

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 41, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a proibição de uso de bisfenol A em mamadeiras destinadas a alimentação de lactentes e dá outras providencias.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 354 da Anvisa, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 9 de setembro de 2011, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica proibida a fabricação e importação de mamadeiras para a alimentação de lactentes que contenham a substância bisfenol A [2,2-bis(4-hidroxifenil) propano, CAS 000080-05-7] na sua composição.

§1º Os fabricantes e importadores têm 90 (noventa) dias a partir da data de publicação desta Resolução para cumprimento do previsto no caput.

§2º Os produtos fabricados ou importados até o prazo definido no §1º podem ser comercializados até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º No Anexo II, Apêndice I, item A da Resolução n.105 de 19 de maio de 1999, o texto referente ao limite de migração específica no subitem 11 deve ser substituído por: "Bisfenol A [2,2-bis(4-hidroxifenil) propano]: LME = 0,6 mg/kg".

Art. 3º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRAS APARECIDO BARBANO

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.106, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.117, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.118, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.119, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.120, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.121, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002,

considerando o § 1º do art. 3º e o art. 4º da Resolução RDC n.º 66 de 05 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 02 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.122, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000,

considerando o § 1º do art. 3º e o art. 4º da Resolução RDC n.º 66 de 05 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.123, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000,

considerando o § 1º do art. 3º e o art. 4º da Resolução RDC n.º 66 de 05 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.124, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.125, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.126, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1° do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n°. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto nos Art. 6º, Art. 8º e Art. 19, da Resolução RDC nº. 90, de 28 de dezembro de 2007 e suas alterações,

considerando que as empresas citadas no anexo atenderam os preceitos legais contidos na legislação acima citada, resolve:

Art.1º Deferir as petições de Renovação e Aditamento aos processos de Registro de Produtos Fumígenos - Dados Cadastrais, conforme relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.127, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder inclusão de marca, alteração do prazo de validade do produto, exclusão de marca.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.128, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder registro de alimentos e bebidas, registro de alimentos e bebida importado, revalidação de registro, extensão para registro único - importado, alteração de fórmula do produto, alteração de rotulagem, alteração do prazo de validade do produto, cancelamento da solicitação de registro - petição/proces inicial, a pedido da empresa, extensão para registro único - nacional, registro de embalagem reciclada, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.129, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir registro de alimentos e bebida importado, atendimento ao regulamento técnico de procedimentos para registro de alimentos com alegação de propriedades funcionais e ou de saúde para produtos registrados que passam a utilizar alegação (ões) na rotulagem, alteração de fórmula do produto, alteração de rotulagem, extensão para registro único - nacional, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.130, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Novartis Biociências S.A., CNPJ n.º 56.994.502/0001-30 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.068-5;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.131, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Laboratórios Pfizer Ltda., CNPJ n.º 46.070.868/0001-69 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.216-6;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.132, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 51.780.468/0001-87, Autorização de Funcionamento n.º: 1.01.236-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.133, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Merck Sharp e Dohme Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 45.987.013/0001-34 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.029-0;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.134, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Meizler Biopharma S.A., CNPJ n.º 64.711.500/0001-14 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.02.361-9;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.135, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Teva Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 05.333.542/0001-08, Autorização de Funcionamento n.º: 1.05.573-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.136, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Octapharma Brasil Ltda., CNPJ n.º 02.552.927/0001-60 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.03.971-2;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.137, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.138, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.139, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.140, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.141, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.142, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.143, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.144, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.145, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.146, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.147, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.148, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento das Empresas, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.149, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização Especial das Empresas, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.150, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.151, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.152, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.153, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.154, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 4.155, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.156, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.157, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.158, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.159, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.160, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.161, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.162, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.163, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 4.164, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.165, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº- 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº- 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.166, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.167, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.168, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de Junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.169, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.170, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.171, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.172, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.173, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002 e Orientação de Serviço GGPAF/DIAGE/ANVISA, Nº 06 de 15 de junho de 2011 resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.174 DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.175, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização Especial para empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.176, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir a Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.177, DE 17 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.178, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização para empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.179, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.180, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 4.181, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.182, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.183, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.184, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.185, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.186, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda, amparado pela RDC Nº 61da ANVISA, de 19 de março de 2004 alterado pela RDC nº11 de 16 de fevereiro de 2007, resolve:

Art.1º Conceder Autorização Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro junto a ANVISA, conforme o disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.187, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda, amparado pela RDC Nº 61da ANVISA, de 19 de março de 2004 alterado pela RDC nº11 de 16 de fevereiro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Mudança de Endereço da Autorização de Funcionamento de Empresa, em conformidade com o disposto anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.188, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.189, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento de Empresas - Mudança de Razão Social em conformidade com o disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.190, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Cadastramento de Empresa Filial de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.191, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.192, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.205, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder revalidação de registro, registro de alimentos e bebidas, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.206, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art.1º Indeferir registro de alimentos e bebidas importado, registro único de alimentos e bebidas importado, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.207, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder o Cancelamento de Registro por Transferência de Titularidade e Transferência de Titularidade, na conformidade da relação anexa

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.208, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder o Cancelamento de Registro por Transferência de Titularidade e Transferência de Titularidade, na conformidade da relação anexa

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.209, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder inclusão de marca, registro de alimentos e bebidas, alteração do prazo de validade do produto, revalidação de registro, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.210, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.211, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.212, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder o pedido de Cancelamento da Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.213, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.214, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.215, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Renovar Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.216, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 4.217, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder Retificação de Publicação/Unidade Fabril, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 4.218, DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1° do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n°. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n° 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011,

considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Incluir o ingrediente ativo P55 - PHYTOSEIULUS MACROPILIS na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.219, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir registro de alimentos e bebidas, registro único de alimentos e bebidas nacional, inclusão de marca, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.220, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir registro de alimentos e bebidas, revalidação de registro e inclusão de marca.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.221, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder registro de alimentos e bebidas, revalidação de registro, inclusão de marca, inclusão de rótulo, reconsideração de indeferimento - alimentos, alteração de nome / designação do produto, alteração de fórmula do produto, extensão para registro único - nacional na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.222, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011.

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Deferir os pedidos de registros, revalidações, inclusões de tonalidades e as inclusões de acondicionamentos dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.223, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011.

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os pedidos de registros e inclusões de tonalidades dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.224, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.225, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.226, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.227, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.228, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.229, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.230, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.231, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.232, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.233, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.234, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.235, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização Especial das Empresas, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.236, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.237, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.238, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.239, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.240, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.241, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.242, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.243, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.244, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.245, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.246, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Aspen Pharma Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 02.433.631/0001-20; Autorização de Funcionamento n.º: 1037648 e Autorização Especial n.º: 1.21.282-4.

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.247, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária de São Paulo, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.248, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso IV do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando a solicitação da empresa JP Indústria Farmaceutica S/A., CNPJ n.º 55.972.087/0001-50 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.491-5, resolve:

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.249, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária de Santa Catarina, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.250, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Cipla Pharmaceuticals Ltda., CNPJ n.º 11.606.291/0001-82 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.08.418-5;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.251, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Nycomed Pharma Ltda., CNPJ n.º 60.397.775/0001-74 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.639-8;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.252, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando, ainda, a Portaria Nº 802, de 08 de outubro de 1998 e que a empresa foi inspecionada, cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos Farmacêuticos, pela Vigilância Sanitária de Goiás, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.253, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Nycomed Pharma Ltda., CNPJ n.º 60.397.775/0001-74 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.639-8;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 4.254, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1° do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n°. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n° 787 da ANVISA, de 09 de junho de 2011,

considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve:

Art. 1º Incluir o item T64.2, nova linhagem do fungo Trichoderma asperellum, incluir a cultura de algodão, na modalidade de emprego (aplicação) tratamento de sementes, e incluir a modalidade de emprego (aplicação) tratamento de sementes para a cultura de feijão, na monografia do ingrediente ativo T64 - TRICHODERMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ASPERELLUM, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/agrotoxicotoxicologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.255, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando os artigos 6º e 7º, da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda a necessidade de dar publicidade ao comunicado de recolhimento voluntário, da empresa EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA., devido a resultados encontrados pela própria empresa, que indicaram "alteração de cor do pó liofilizado", resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao recolhimento voluntário em todo o território nacional do lote 187271 D (Fabricação: 01/11/2010; Validade: 30/06/2012) e 187271DA (Fab: 30/11/2010; Val.: 30/06/2012) do produto PANTOPRAZOL 40 mg, pó liofilizado, fabricado por EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA. - CNPJ 61.190.096/0001-92, localizada na Avenida Vereador José Diniz, Nº 3.465 - Campo Belo - São Paulo- SP, detentora do registro do produto supracitado, nos termos da Resolução RDC Nº 55, de 21 de março de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a distribuição, comércio e uso das unidades dos lotes do produto citado no artigo 1º, eventualmente encontrados no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.256, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o artigo 7º da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, a resposta da empresa à Notificação 636/2011, informando que o produto apresenta alteração de aspecto próximo ao término do prazo de validade, devido à instabilidade da formulação, e que, como medida preventiva, a empresa realizará o recolhimento de todos os lotes que se encontram no mercado, além de suspender a importação até adequação da formulação e aprovação pela ANVISA, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso do medicamento MENADION, (fitomenadiona) solução injetável, de todas as unidades, todos os lotes importados até 02/08/2011, pela empresa ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.433.631/0001-20, com endereço na Avenida Acesso Rodoviário S/N, Quadra 09, Módulo 01, TIMS, Serra - ES, por se constatar desvio de qualidade no produto citado.

Art. 2º Dar publicidade, ao Recolhimento Voluntário de todos os lotes do medicamento MENADION, (fitomenadiona) solução injetável, importados até a data informada acima, pela empresa ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA, nos termos da Resolução RDC 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.257, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 23 e parágrafos da Lei Nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando, ainda, o Laudo de Análise Fiscal Nº 2906.00/2011 emitido pela FUNED, que apontou resultado insatisfatório no ensaio de Teor de Dipirona Sódica, resolve:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a interdição cautelar, em todo o território nacional, do lote 0710/10 do medicamento DIPIRONA SÓDICA, solução oral 500 mg/mL, fabricado pela empresa HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA (CNPJ 19.570.720/0001-10), localizada na Rodovia BR 262, km 12,3, Bairro Borges, Sabará/MG, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da publicação desta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.258, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando os art. 7º e 59, da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 6º, da Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

considerando, ainda, a constatação de que a embalagem do produto vem indevidamente ostentando, além da data de vencimento, uma outra data diferente, sob a expressão "Utilizar o medicamento até", resolve;

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, de todos os lotes do medicamento FORADIL 12mcg, Cápsulas para Inalação, que contenham em sua embalagem, além da data de vencimento, uma outra data diferente, sob a expressão "Utilizar o medicamento até". Referido medicamento é importado por NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A. - CNPJ 56.994.502/0098-62, localizada na Av. Ibirama, 518, Taboão da Serra (SP).

Art. 2º Determinar, ainda, que a Empresa promova o recolhimento do estoque remanescente dos referidos lotes existentes no mercado, nos termos da Resolução-RDC Nº 55/2005, cumprindo a Notificação Nº 630/2011/GFIMP/GGIMP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.259, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria Nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria Nº 787, de 9 de junho de 2011;

considerando o art. 7º da Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o comunicado de recolhimento voluntário feito pela empresa PROVIDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA do lote 108101 do produto FILTRUM COLOR FPS 50 Proteção Solar UVA/UVB Cor de Base Loção Fluida Hidratante em razão de suspeita de desvio de qualidade, RESOLVE:

Art. 1º. Dar publicidade ao recolhimento voluntário do lote 108101 do produto FILTRUM COLOR FPS 50 Proteção Solar UVA/UVB Cor de Base Loção Fluida Hidratante fabricado pela empresa PROVIDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (CNPJ 02.138.483/0001-10), localizada na Av. Alexandre Biasi, 645, Estiva, Loureira/SP, em virtude de suspeita de desvio de qualidade.

Art. 2º. Fica suspensa a distribuição, comércio e uso das unidades do produto citado no artigo 1º eventualmente encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 16 de setembro de 2011

Nº 87 - A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009 do Presidente da República e a Portaria Nº Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011, os incisos I, V e VII do art. 12 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com o art. 61 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, CONHECE E CONFERE EFEITO SUSPENSIVO aos recursos a seguir especificados, determinando o normal prosseguimento das análises para posterior julgamento do mérito pela Diretoria Colegiada.

ANEXO

RECURSO EXPEDIENTE nº: 738028/11-3
NOME DA EMPRESA: FARMACÊUTICA LTDA. ME
CNPJ: 04.824.461/0001-30
NOME DO PRODUTO: Lecitina de Soja em Cápsulas
NUMERO DO PROCESSO: 25004.070582/2006-86
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Revalidação de Registro

Nº 88 - A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009 do Presidente da República e a Portaria Nº Portaria Nº 787 de 9 de junho de 2011, os incisos I, V e VII do art. 12 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com o art. 61 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, CONHECE E NÃO CONFERE EFEITO SUSPENSIVO aos recursos a seguir especificados, determinando o normal prosseguimento das análises para posterior julgamento do mérito pela Diretoria Colegiada.

MARIA CECILIA MARTINS BRITO

ANEXO

RECURSO EXPEDIENTE nº: 706138/11-2
NOME DA EMPRESA: GLOBAL NUTRITION DISTRIBUIDORA LTDA.
CNPJ: 09.298.261/0001-04
NOME DO PRODUTO: Óleo composto de peixe, borragem e linhaça em cápsulas
NUMERO DO PROCESSO: 25001.100364/2011-10
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebida Importado
RECURSO EXPEDIENTE nº: 706149/11-8
NOME DA EMPRESA: GLOBAL NUTRITION DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 09.298.261/0001-04
NOME DO PRODUTO: DHA omega-3 em cápsulas
NUMERO DO PROCESSO: 25001.100365/2011-49
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebida Importado
RECURSO EXPEDIENTE nº: 669980/11-4
NOME DA EMPRESA: MEAD JOHNSON DO BRASIL COM. E IMP. DE PROD. DE NUTRIÇÃO LTDA.
CNPJ: 10.351.637/0001-86
NOME DO PRODUTO: Fórmula infantil com ferro para lactentes
NUMERO DO PROCESSO: 25004.110019/2010-81
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebida Importado
RECURSO EXPEDIENTE nº: 649574/11-5
NOME DA EMPRESA: MEAD JOHNSON DO BRASIL COM. E IMP. DE PROD. DE NUTRIÇÃO LTDA.
CNPJ: 10.351.637/0001-86
NOME DO PRODUTO: Fórmula infantil de seguimento com ferro para lactentes
NUMERO DO PROCESSO: 25004.110020/2010-51
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebida Importado
RECURSO EXPEDIENTE nº: 696495/11-8
NOME DA EMPRESA: ADS LABORATÓRIO NUTRICIONAL LTDA EPP.
CNPJ: 03.335.431/0001-05
NOME DO PRODUTO: Módulo de triglicerídeos de cadeia média para nutrição enteral ou oral
NUMERO DO PROCESSO: 25004.130136/2010-21
ASSUNTO DA PETIÇÃO: Registro de Alimentos e Bebidas

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE Nº 2.150, de 19 de maio de 2011, publicada no D.O.U. n° 97, de 23 de maio de 2011, Seção 1, Pág. 59 e Suplemento Pág. 72.

Onde se lê:

EMPRESA: NIPRO MEDICAL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA NIPRO Nº 451
BAIRRO: REGIAO NORTE CEP: 18087127 - SOROCABA/SP
CNPJ: 00.762.455/0001-44
PROCESSO: 25351.178517/2011-49 AUTORIZ/MS: 3.04746.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.

Leia-se:

EMPRESA: NIPRO MEDICAL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA NIPRO Nº 451
BAIRRO: REGIAO NORTE CEP: 18087127 - SOROCABA/SP
CNPJ: 00.762.455/0001-44
PROCESSO: 25351.178517/2011-49 AUTORIZ/MS: 3.04746.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCURADORIA
GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DECISÃO

A GERENTE-GERAL SUBSTITUTA DA GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS, usando das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, incluída pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009 - publicada no Diário Oficial da União de 14.07.2009, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Decisão sem número datada em 03.02.2010 referente aos processos nº. 25760.654316/2009-96; 25760.652979/2009-37 e 25760.652938/2009-31(fls. 14 a 16 - Expedientes 849465/09-7, 847801/09-5 e 847752/09-3 - empresa ISS MARINE SERVICES LTDA. - publicada na seção 1, pág. 92, DOU nº. 178, de 16.09.2010) que inflige penalidade de R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), em acatamento ao PARECER CONS. N° 129/10-PROCR/ANVISA que sugere sua anulação com supedâneo na Súmula 50 da AGU, segundo o qual "não se atribui ao agente marítimo a responsabilidade por infrações sanitárias ou administrativas praticadas no interior das embarcações."

Publique-se e encaminhe a origem para arquivamento do presente feito.

IVETE FASSHEBER

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 561, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Nº 3.128/GM/MS, de 24 de dezembro de 2008, que define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual;

Considerando a necessidade de garantir às pessoas com deficiência visual atenção integral nos vários níveis de complexidade do Sistema Único de Saúde - SUS por intermédio de ações descentralizadas de prevenção e promoção da saúde ocular e intervenções especializadas de natureza interdisciplinar;

Considerando a Portaria Nº 3.129/GM/MS, de 24 de dezembro de 2008, que estabelece recursos financeiros a serem incorporados ao teto financeiro anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e do Distrito Federal para habilitação de Serviços de Reabilitação Visual; e

Considerando a avaliação técnica realizada pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência - SAS/MS, resolve:

Art. 1º Habilitar, com pendência, o Estabelecimento de Saúde Prestador de Serviço do SUS a seguir discriminado, para realizar os procedimentos previstos na Portaria Nº 3.128/GM/MS, de 24 de dezembro de 2008.

UF	Município	Estabelecimento	CNES	CNPJ	Código de Habilitação	Serviço
MG	Juiz de Fora	Associação dos Cegos em Juiz de Fora/Fundação João Teodósio Araujo	2153742	21.593.520/0001-25	22.03	Serviço de Reabilitação Visual

Art. 2º Determinar que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - 0035 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade, no estado de São Paulo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 562, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Nº 3.128/GM/MS, de 24 de dezembro de 2008, que define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual;

Considerando a necessidade de garantir às pessoas com deficiência visual atenção integral nos vários níveis de complexidade do Sistema Único de Saúde - SUS por intermédio de ações descentralizadas de prevenção e promoção da saúde ocular e intervenções especializadas de natureza interdisciplinar;

Considerando a Portaria Nº 3.129/GM/MS, de 24 de dezembro de 2008, que estabelece recursos financeiros a serem incorporados ao teto financeiro anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e do Distrito Federal para habilitação de Serviços de Reabilitação Visual; e

Considerando a avaliação técnica realizada pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência - SAS/MS, resolve:

Art. 1º Habilitar, com pendência, o Estabelecimento de Saúde Prestador de Serviço do SUS a seguir discriminado, para realizar os procedimentos previstos na Portaria Nº 3.128/GM/MS, de 24 de dezembro de 2008:

UF	Município	Estabelecimento	CNES	CNPJ	Código de Habilitação	Serviço
MG	Belo Horizonte	Hospital das Clinicas da UFMG/Universidade Federal de Minas Gerais Hospital das Clinicas	0027049	17.217.985/0034-72	22.03	Serviço de Reabilitação Visual

Art. 2º Determinar que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - 0035 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade, no estado de São Paulo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 563, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria SAS/MS Nº 492, de 31 de agosto de 2007, que define as Unidades de Assistência de Alta Complexidade ao Portador de Obesidade Grave e estabelece os critérios para a sua habilitação:

Considerando a Resolução Nº 1960, de 16 de dezembro de 2010, do Conselho Federal de Medicina - CFM, que dispõe sobre o Registro de Qualificação de Especialidade Médica; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade, do Departamento de Atenção Especializada, da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º- Alterar a redação das alineas a e c, do subitem 3.1, do item 3, do Anexo II, da Portaria SAS/MS Nº 492, de 31 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial Nº 220, de 12 de novembro de 2008, seção 1, página 45, que passam a vigorar da seguinte forma:

"3 - Recursos Humanos

3.1 - Responsabilidade Técnica e Equipe de Cirurgia Bariátrica

a) O hospital para ser credenciado/habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao Paciente Portador de Obesidade Grave deve contar com um responsável técnico pelo serviço de Cirurgia Bariátrica, médico cirurgião com registro no cadastro de especialista do respectivo Conselho Federal e Regional de Medicina.

c) A equipe de cirurgia bariátrica deve contar com, pelo menos, mais um médico cirurgião com registro no cadastro de especialista do respectivo Conselho Federal e Regional de Medicina."

Art. 2º - Esta Portaria a entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 564, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Nº 2.848/GM/MS, de 06 de novembro de 2007 que consolida a estrutura organizacional da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a necessidade de efetuar adequações sistemáticas da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, resolve:

Art. 1º Atualizar os atributos dos procedimentos, da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, conforme anexo desta Portaria, disponível no sítio da Secretaria de Atenção à Saúde: www.saude.gov.br/sas.

Parágrafo único: A tabela completa dos procedimentos com as adequações realizadas para a competência outubro de 2011 estará disponível no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), no endereço eletrônico: http://sigtap.datasus.gov.br.

Art. 2º Estabelecer que cabe à Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas- Coordenação-Geral de Sistemas de Informação, adotar as providencias necessárias junto ao Departamento de Informática do SUS (DATASUS/SGEP/MS), para o cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da competência outubro de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 565, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria/GM 1690, de 22 de julho de 2011, que redefine no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos; e

Considerando a Oficio 967, de 02 de Setembro de 2011, da Secretaria de Saúde do Estado do Pernambuco, resolve:

Art. 1º Estabelecer o remanejamento dos recursos de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos da Gestão Estadual do Pernambuco para o município de Afogados de Ingazeira e Timbaúba, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

UF	Código	Município	Valor
PE	260010	Afogados de Ingazeira	80.000,00
PE	241430	Timbaúba	56.309,39
Gestão Estadual			(136.309,39)

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SAS/MS Nº 527, de 08 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União Nº 174, de 09 de setembro de 2011, Seção 1, página 63,

ONDE SE LÊ:

Considerando o Parecer Técnico Nº 86/2011-CGCER/DCEBAS-SAÚDE/SAS/MS, constante do processo MS Nº 25000.052744/2010-11 (CNAS Nº 71010.004994/2009-17), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto Nº 7.237/1998 e demais legislações pertinentes, resolve:

LEIA-SE:

Considerando o Parecer Técnico Nº 86/2011-CGCER/DCEBAS-SAÚDE/SAS/MS, constante do processo MS Nº 25000.052744/2010-11 (CNAS Nº 71010.004994/2009-17), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto Nº 7.237/2010 e demais legislações pertinentes, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 711, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.031902/2011-98, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica ALMEIDA ALVES SERVIÇOS DE VISTORIA VEICULAR LTDA - ME, CNPJ - 13.606.289/0001-39, situada no Município de Alagoinhas - BA, na Av. Juracy Magalhães, 304 - Centro, CEP 48.040-210, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Alagoinhas e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Cícero Dantas, Fátima, Nova Soure, Itapicuru, Catu, Entre Rios, Jandaíra, Rio Real, Paripiranga, Araçás, Aramari, Inhambupe, Crisópolis, Olindina, Sátiro Dias, Esplanada, Acajutiba, Aporá, Cardeal da Silva e Conde no Estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 712, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.034183/2011-67, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a firma individual E. A. PAULIS - ME, CNPJ - 13.720.021/0001-23, situada no Município de Naviraí - MS, na Rua Mato Grosso, 592 - Centro, CEP 79.950-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Naviraí no Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 713, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.029303/2010-23, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica IVECAL INSPEÇÃO, VISTORIA E CERTIFICAÇÃO AUTOMOTIVA LTDA, CNPJ - 10.319.621/0071-07, situada no Município de Santo Antônio do Descoberto - GO, na Quadra 57, S/N, Lote 007 - Centro, CEP 72.900-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Santo Antônio do Descoberto no Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 714, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.048724/2009-10, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica ABCD VISTORIAS VEICULAR SOCIEDADE LTDA, CNPJ - 09.513.012/0002-75, situada no Município de Santo André - SP, na Rua Porto Carrero, 180, Térreo - Campestre, CEP 09.070-240, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Santo André no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 715, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.029918/2011-31, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica OLHO VIVO VISTORIA DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ - 08.905.854/0001-29, situada no Município de Ribeirão Pires - SP, na Rua Capitão José Gallo, 910 - Centro, CEP 09.400-080, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Ribeirão Pires no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 716, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.045118/2010-86, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica IVECAL INSPEÇÃO, VISTORIA E CERTIFICAÇÃO AUTOMOTIVA LTDA, CNPJ - 10.319.621/0057-40, situada no Município de Jussara - GO, na Av. José Bonifácio, 432 - Quadra 06, Lote 12 - Vila Rebouças, CEP 76.270-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Jussara e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Itapirapuã, Novo Brasil e Santa Fé de Goiás no Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 717, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.024774/2009-10, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica LÚMINA - VISTORIA VEICULAR LTDA - ME, CNPJ - 10.910.224/0001-94, situada no Município de Matão - SP, na Rua Constantino Bastia, 943 - Jardim Pereira, CEP 15.990-834, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV nos Municípios de Matão, Dobrada e Santa Ernestina no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 718, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.020721/2010-55, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica SERRA VISTORIA LTDA, CNPJ - 11.525.000/0001-21, situada no Município de Serra Negra - SP, na Rua Petrópolis, 73 - Centro, CEP 13.930-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Serra Negra no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 719, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.038919/2011-76, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento a pessoa jurídica INSPEÇÕES VEICULARES SANTA ROSA LTDA, CNPJ 05.910.465/0001-01, situada no Município de Santa Rosa - RS, na Rodovia Federal BR 472 Km 162,5, S/N, Box 05, Cruzeiro, CEP 98.900-000, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO comunicará ao DENATRAN eventuais ocorrências que venham a alterar a situação da Instituição Técnica Licenciada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 101 de 31 de outubro de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 720, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.041119/2011-32, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento a pessoa jurídica SBI - OSASCO INSPEÇÕES VEICULARES LTDA, CNPJ 07.940.044/0001-40, situada no Município de Osasco - SP, na Avenida Fuad Auada, nº 294 A, Bonfim, CEP 06.216-000, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO comunicará ao DENATRAN eventuais ocorrências que venham a alterar a situação da Instituição Técnica Licenciada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 214 de 23 de novembro de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 420, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos II e IV, da Constituição, e

CONSIDERANDO que o procedimento de outorga dos serviços de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa adotado pelo Ministério das Comunicações ocorre sem a exigência de licitação pública, tendo por base a legislação vigente, em especial o disposto no artigo 14, § 2º do Decreto-lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei Nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, bem como no artigo 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, publicado no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e a Portaria Interministerial Nº 651, de 15 de abril de 1999;

CONSIDERANDO que, nos termos do § 3o do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional;

CONSIDERANDO que a apreciação do mencionado ato pelo Congresso Nacional deve obedecer a formalidades e critérios determinados em Ato Normativo, pela Câmara dos Deputados, e em Resolução, pelo Senado Federal, e que a sua aprovação depende do cumprimento, pelo ente ou entidade requerente, das regras estabelecidas na referida regulamentação, resolve:

Art. 1º As outorgas de concessão, permissão e autorização para a execução dos serviços de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa serão precedidas de procedimento administrativo seletivo e terão início com a publicação de aviso de habilitação de interessados a apresentarem suas propostas.

Parágrafo único - O procedimento administrativo seletivo estará sujeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade, eficiência, isonomia e celeridade.

Art. 2º A decisão quanto à abertura de aviso de habilitação é de competência exclusiva do Ministério das Comunicações.

Art. 3º Poderão participar do procedimento administrativo seletivo de que trata esta Portaria:

I - as pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do art. 41 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério das Educação, na forma do art. 12 do Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - as fundações de direito privado a que se refere o art. 44, III, da Lei 10.406, de 2002, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata.

§ 1º Para os fins do procedimento administrativo seletivo disciplinado nesta Portaria, as fundações referidas no inciso III deverão firmar, com instituições de ensino médio ou de educação superior, instrumento jurídico que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação.

§ 2º O instrumento jurídico a que se refere o § 1º também poderá ser firmado com o município onde será executado o serviço, de modo a garantir à fundação mencionada no inciso III o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação.

Art. 4º Havendo interesse público e viabilidade técnica para o uso do canal, o Ministério das Comunicações publicará o respectivo aviso de habilitação no Diário Oficial da União e o veiculará na Internet, por meio do endereço eletrônico www.mc.gov.br, garantindo sua ampla divulgação.

§ 1º As pessoas jurídicas interessadas em executar os serviços de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa deverão apresentar suas propostas acompanhadas da documentação exigida no Anexo desta Portaria.

§ 2º Para participar do procedimento seletivo de que trata esta Portaria, as entidades da administração pública indireta federal deverão declarar que integrarão a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC.

§ 3º As pessoas jurídicas interessadas terão 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do aviso de habilitação, para a apresentação das suas propostas, devidamente instruídas com a documentação listada no Anexo desta Portaria.

§ 4º Será inabilitado o proponente que:

I- deixar de apresentar quaisquer dos documentos indicados no Anexo desta Portaria;

II - apresentar documentos em desacordo com as exigências do aviso de habilitação; ou

III - apresentar documentos que contenham falhas ou incorreções.

Art. 5º As pessoas jurídicas de direito público interno participantes do procedimento administrativo seletivo iniciado pelo aviso de habilitação terão preferência para a obtenção da outorga, conforme o disposto no § 2º do artigo 34 da Lei Nº 4.117, de 1962.

§ 1º A preferência de que trata o caput acarretará a desconsideração das demais entidades participantes do procedimento administrativo seletivo, caso a pessoa jurídica de direito público interno beneficiada preencha os demais requisitos estabelecidos nesta Portaria.

§ 2º Em caso de participação de mais de uma pessoa jurídica de direito público interno em um mesmo procedimento administrativo seletivo, adotar-se-á entre elas a seguinte ordem de preferência:

I - em primeiro lugar, as universidades federais;

II - em segundo lugar, os Estados e o Distrito Federal;

III - em terceiro lugar, as universidades estaduais e distritais;

IV - em quarto lugar, os Municípios;

V - em quinto lugar, as universidades municipais;

VI - em sexto lugar, as demais pessoas jurídicas de direito público interno.

§ 3º Caso concorram em um procedimento administrativo seletivo mais de uma universidade instituída pelo mesmo ente federativo, utilizar-se-á o correspondente número de alunos como critério de desempate.

§ 4º As instituições de educação técnica de ensino médio criadas pela União, pelos Estados, Distrito Federal ou Municípios serão equiparadas às respectivas universidades, para efeitos da ordem de preferência estabelecida no § 2º deste artigo.

Art. 6º O aviso de habilitação deverá conter, entre outros, os seguintes elementos e requisitos:

I - objeto do procedimento seletivo;

II - tipo e características técnicas da emissora;

III - município de execução do serviço;

IV - horário de funcionamento;

V - prazo da outorga;

VI - referência à regulamentação pertinente;

VII - prazo para recebimento das propostas;

VIII - relação de documentos exigidos para a aferição da qualificação econômico-financeira, da habilitação jurídica e da regularidade fiscal;

IX - critérios e quesitos para seleção das propostas;

X - prazos e condições para interposição de recursos; e

XI - menção de que o município objeto do procedimento seletivo encontra-se em faixa de fronteira, quando for o caso.

Art. 7º Caso não existam pessoas jurídicas de direito público interno aptas a se beneficiarem da preferência de que trata o art. 5º, as propostas apresentadas pelas entidades interessadas serão examinadas e selecionadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos a seguir:

I - fundações de direito privado cuja criação tenha sido prevista em lei e instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, nos termos do art. 3º, incisos II e III, desta Portaria: 51 (cinquenta e um) pontos;

II - concorrente com sede ou filial no município onde o serviço será executado: 20 (vinte) pontos;

III - Participação da instituição de ensino médio ou superior na administração da fundação de direito privado concorrente, na proporção mínima de 50% (cinquenta por cento) de seus dirigentes como representantes da correspondente instituição de ensino: 14 (quatorze) pontos;

IV - Quantitativo de alunos matriculados na instituição de ensino médio ou superior que fornece o apoio pedagógico à fundação de direito privado concorrente:

a) concorrente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com maior quantitativo de alunos matriculados: 10 (dez) pontos;

b) concorrente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o segundo maior quantitativo de alunos matriculados: 08 (oito) pontos; e

c) concorrente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o terceiro maior quantitativo de alunos matriculados: 05 (cinco) pontos;

V - Tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, com o mínimo de 16 (dezesseis) horas, obedecida a seguinte ordem de pontuação:

a) entre vinte e vinte e quatro horas diárias: 05 (cinco) pontos;

b) entre dezesseis e vinte horas diárias: 03 (três) pontos.

§ 1º No caso de empate entre duas ou mais propostas, a seleção da vencedora far-se-á considerando-se o critério da representatividade da instituição de ensino médio ou superior vinculada, conforme consta do item IV deste artigo.

Art. 8º Caberá à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE realizar a análise preliminar das propostas a que se refere o art. 4º, § 3º, bem como a conformidade da documentação que as instrui, devendo proceder ao indeferimento e arquivamento daquelas que não se encontrarem devidamente instruídas.

Art. 9º O indeferimento do pedido de outorga será comunicado ao requerente por meio de ofício, com aviso de recebimento (AR).

Art. 10 Da decisão que determinar o indeferimento do pedido de outorga caberá recurso administrativo, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O prazo para a interposição de recurso administrativo é de trinta dias e será contado a partir da data da ciência da decisão recorrida.

§ 2º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior.

Art. 11 Caso a pessoa jurídica selecionada pretenda instalar a estação em municípios distantes, total ou parcialmente, até cento e cinquenta quilômetros da fronteira com outros países, deverá ser obtido, para essa finalidade, assentimento prévio junto ao Conselho de Defesa Nacional.

§ 1º Para a obtenção da autorização a que se refere o caput, a pessoa jurídica selecionada deverá enviar ao Ministério das Comunicações requerimento dirigido ao Secretário-Executivo do Conselho de Defesa Nacional da Presidência da República, solicitando o assentimento prévio para instalar a estação relativa ao respectivo serviço no município pretendido, em conformidade com a Lei Nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e o Decreto Nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

§ 2º Para as pessoas jurídicas constantes do inciso I do art. 3º desta Portaria, o requerimento de que trata o § 1º deste artigo deverá ser instruído com a declaração do seu representante legal de que:

I - o quadro de pessoal do órgão responsável pela execução do serviço será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros; e

II - a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa do serviço executado caberão somente a brasileiros natos.

§ 3º Para as pessoas jurídicas constantes dos incisos II e III do art. 3º desta Portaria, o requerimento de que trata o § 1º deste artigo deverá ser instruído com a seguinte documentação:

I - cópia autenticada do Estatuto Social da entidade e suas alterações, em que constem artigos dispondo que:

a) a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) o quadro de pessoal será constituído de, pelo menos, dois terços de trabalhadores brasileiros; e

c) a entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu Estatuto Social sem prévia autorização da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

II- prova de nacionalidade de todos os dirigentes (cópia da certidão de nascimento para os solteiros, cópia da certidão de casamento para os casados, cópia de certidão de casamento com a correspondente averbação para os separados judicialmente ou divorciados, e cópia da certidão de casamento e de óbito do cônjuge, para os viúvos);

III - prova de que os dirigentes estão em dia com as obrigações referentes ao serviço militar;

IV - prova de que os dirigentes estão em dia com as obrigações relacionadas com a Justiça Eleitoral;

V - Ata de Fundação e Eleição; e

VI - CNPJ da entidade.

§ 4º A solicitação de assentimento prévio exige abertura de um novo processo, com um novo número, diferente do requerimento para a execução do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

§ 5º O assentimento prévio, dado pela Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional para a instalação de estação em localidade situada na faixa de fronteira, é condição imprescindível à autorização para executar serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

§ 6º A remessa do processo de assentimento prévio ao Conselho de Defesa Nacional da Presidência da República só será efetuada após a instrução do processo administrativo para a execução do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Art. 12 As entidades que protocolizaram pedido para a execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos em data anterior à publicação desta Portaria, caso mantenham tal interesse, deverão apresentar novo requerimento junto ao Ministério das Comunicações quando da publicação dos respectivos avisos de habilitação, acompanhado da documentação instrutória pertinente, nos termos dos artigos 2º e 4º.

Art. 13 A outorga para a execução de serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa para as entidades que executam o serviço de retransmissão de TV, na modalidade educativa, com inserções publicitárias ou de programação, em conformidade com os §§ 3º e 4º do art. 47 do Decreto Nº 3.965, de 10 de outubro de 2001, revogado pelo Decreto Nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, será analisada pelo Ministério das Comunicações em processo administrativo específico para esse fim, ao qual não se aplicarão as regras estabelecidas nesta Portaria.

Art. 14 O Ministério das Comunicações divulgará periodicamente um cronograma com os avisos de habilitação a serem publicados, nos quais constará a lista dos municípios a serem contemplados e os meses previstos para a publicação de cada um dos avisos.

§ 1º Poderão ser incluídos municípios nos avisos de habilitação, no momento de sua publicação.

§ 2º Por razões técnicas, poderão ser excluídos municípios dos avisos de habilitação, no momento de sua publicação.

§ 3º Os prazos dos avisos de habilitação só serão prorrogados quando houver, comprovadamente, caso fortuito ou de força maior.

Art. 15 Fica revogada a Portaria Nº 256, de 6 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2011.

Art. 16 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO

I - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, EM ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA:

1. Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial Nº 651, de 15 de abril de 1999;

2. Declaração firmada pelo seu representante legal da pessoa jurídica interessada de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei Nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

3. Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que possui recursos financeiros para o empreendimento;

4. Proposta de grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga;

5. Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, integrante da administração pública federal, de que integrará a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC;

6. Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga;

7. Declaração firmada pelo representante legal da instituição de ensino interessada informando o número de alunos matriculados.

II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CRIADAS E MANTIDAS PELA INICIATIVA PRIVADA E DAS FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO, EM ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA:

1. Estatuto Social da entidade e suas alterações, devidamente registrados, constando, dentre seus objetivos finalidades educacionais ou educativas, a serem executados sem fins lucrativos;

1.1. Na hipótese de a interessada ser fundação de direito privado: (i) esta deverá ter sido instituída há mais de um ano contado da data de publicação do respectivo aviso de habilitação; e (ii) o estatuto social e suas alterações deverão ter sido aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A";

2. Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

3. Instrumento jurídico que comprove a vinculação da fundação de direito privado com instituição de ensino médio ou de educação superior;

4. Declaração do número de alunos matriculados na instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação;

5. Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão, e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial Nº 651, de 15 de abril de 1999;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei Nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

7. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que esta possui recursos financeiros para o empreendimento;

8. Prova de inscrição da interessada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

9. Prova de regularidade relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

10. Prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade;

11. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

12. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

13. Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga;

QUANTO AOS DIRIGENTES:

14. Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos;

15. Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

16. Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;17. Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

18. Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei Nº 236/67;

19. Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;

20. Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 6.320, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VAL E SEGURANCA, CNPJ Nº 17.428.731/0054-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 16/09/2011 a 15/10/2011.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.321, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santa Cruz do Sul/RS, no período de 16/09/2011 a 18/09/2011.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.322, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar RAPOSO 2007 COMPETICOES AUTOMOBILISTICAS LTDA., CNPJ Nº 08.651.777/0001-28 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santa Cruz do Sul/RS, no período de 16/09/2011 a 18/09/2011.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.323, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 19/09/2011 a 03/10/2011.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.325, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 19/09/2011 a 03/10/2011.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA
Superintendente
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de julho de 2011

Processo n° 535420006312010. O Superintendente de Radiofreqüência e Fiscalização, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto por 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, inscrita no CNPJ Nº 05.423.963/0001-11, contra Decisão por ele prolatada no Despacho n° 1816, de 03/03/2011, decide REVER a decisão embargada, reduzindo a sanção de multa imposta para R$ 14.619,60 (quatorze mil, seiscentos e dezenove reais e sessenta centavos), pelas razões e justificativas constantes do Informe n° 0230/2011-ER07SP/ER07, de 13 de junho de 2011.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA
Substituto

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

DESPACHOS DO GERENTE
Em 9 de setembro de 2010

Processo n.º 535480016982010. Despacho n.º 8092/2010-UO072/Anatel, aplica a SONY MÁRCIO DIAS, CPF n.º 917.913.831-49, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.010,08 (três mil e dez reais e oito centavos), por infringência ao artigo 131 da LGT.

RUIMAR DIAS DOS SANTOS

Em 4 de novembro de 2010

Processo n.º 535450011982009. Despacho n.º 10180/2010-ER07, aplica a GLOINFO 500 SOLUÇÕES EM TELEMÁTICA LTDA, CNPJ/MF n.º 03.721.699/0001-77, a sanção de MULTA no valor de R$ 4.252,50 (quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), por infringência aos artigos 27 e 28 do anexo à Res. Nº 272/2001.

CÉLIO JOSÉ DA COSTA
Substituto

Em 16 de junho de 2011

Processo n.º 535420014512011. Despacho n.º 4728/2011-ER07, aplica a CLUBE DE CW DE GOIÁS, CNPJ n.º 00.260.893/0001-04, a sanção de MULTA no valor de R$ 36,80 (trinta e seis reais e oitenta centavos), por infringência ao artigo 45 da Res. 449/2006.

Em 4 de julho de 2011

Processo n.º 535420022412011. Despacho n.º 5150/2011- ER07, aplica a DANIEL GONÇALVES DA SILVA, CPF n.º 020.812.681-32, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.010,08 (três mil e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. Nº 272/2001 c/c artigo 131 da LGT.

Processo n.º 535450008822011. Despacho n.º 5165/2011- ER07, aplica a FRANCISTO NERIS DA SILVA ME, CNPJ n.º 08.709.419/0001-29, a sanção de ADVERTÊNCIA por infringir o disposto no artigo 55, V, "a" da Res. 242/2000, e MULTA no valor de R$ 3.010,08 (três mil e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. Nº 272/2001 c/c artigo 131 da LGT.

Processo n.º 535420013612011. Despacho Nº 5159/2011-ER07, aplica a JULIO CEZAR RODRIGUES COSTA, CPF n.º 005.996.141-45, a sanção de MULTA no valor de R$ 4.310,08 (quatro mil, trezentos e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. Nº 272/2001 c/c artigo 131 da LGT e incursão no disposto no artigo 55, V, "b" da Res. n° 242/2000.

Em 27 de julho de 2011

Processo n.º 535450008322011. Despacho n.º 5736/2011-ER07, aplica a ROBERTO MARTINS BADAN, CPF n.º 240.933.941-72, a sanção de MULTA no valor de R$ 792,91 (setecentos e noventa e dois reais e noventa e um centavo), por infringência ao artigo 163 da LGT, considerando circunstância atenuante nos temos do artigo 16 da Res. Nº 344/2003.

Processo n.º 535450008282011. Despacho n.º 5734/2011-ER07, aplica a EDEMAR CESAR PIAZZA, CPF n.º 571.632.431-20, a sanção de MULTA no valor de R$ 792,91 (setecentos e noventa e dois reais e noventa e um centavo), por infringência ao artigo 163 da LGT, considerando circunstância atenuante nos temos do artigo 16 da Res. Nº 344/2003.

Processo n.º 535450008182011. Despacho n.º 5733/2011-ER07, aplica a DAIANA COSTA BEBER, CPF n.º 003.771.081-89, a sanção de MULTA no valor de R$ 792,91 (setecentos e noventa e dois reais e noventa e um centavo), por infringência ao artigo 163 da LGT, considerando circunstância atenuante nos temos do artigo 16 da Res. Nº 344/2003.

Processo n.º 535450009282011. Despacho n.º 5737/2011-ER07, aplica a NEUSA MARIA ROCHA, CPF n.º 643.780.989-20, a sanção de MULTA no valor de R$ 992,91 (novecentos e noventa e dois reais e noventa e um centavo), por infringência ao artigo 163 da LGT e incursão no disposto no artigo 55, V, "b" da Res. Nº 242/2000, considerando circunstância atenuante nos temos do artigo 16 da Res. Nº 344/2003.

WELSOM D'NIZ MACÊDO E SILVA

Em 4 de julho de 2011

Processo n.º 535420022112011. Despacho Nº 5167/2011-ER07, aplica a EDMILSON DE OLIVEIRA ÁLVARES, CPF n.º 498.270.901-78, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.010,08 (três mil e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. Nº 272/2001 c/c artigo 131 da LGT.

Em 5 de julho de 2011

Processo n.º 535420022382011. Despacho Nº 5179/2011-ER07, aplica a WAGNER FAGUNDES, CPF n.º 825.382.711-34, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.010,08 (três mil e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. Nº 272/2001 c/c artigo 131 da LGT.

Em 6 de julho de 2011

Processo n.º 535450003012011. Despacho Nº 5194/2011-ER07, aplica a NAZIR HADDAD, CPF n.º 038.100.118-00, a sanção de MULTA no valor de R$ 510,00 (quinhentos e dez reais), por infringência ao item 9.8 da Norma 13/97, considerando o disposto no artigo 15, IV, da Res. n° 344/2003.

Em 7 de julho de 2011

Processo n.º 535450008212011. Despacho n.º 5244/2011-ER07, aplica a ADILSON TOMBINI, CPF n.º 816.570.991-72, a sanção de MULTA no valor de R$ 792,91 (setecentos e noventa e dois reais e noventa e um centavo), por infringência ao artigo 163 da LGT, considerando circunstância atenuante nos temos do artigo 16 da Res. Nº 344/2003.

Processo n.º 535420048622010. Despacho Nº 5237/2011-ER07, aplica a WIN TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n.º 10.502.822/0001-24, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.510,08 (três mil, quinhentos e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. Nº 272/2001 c/c artigo 131 da LGT e incursão no disposto no artigo 55, V, "b" da Res. n° 242/2000.

Em 8 de julho de 2011

Processo n.º 535450008222011. Despacho n.º 5272/2011-ER07, aplica a ADELCIO JOSÉ DALAGNOL, CPF n.º 325.883.560-87, a sanção de MULTA no valor de R$ 881,01 (oitocentos e oitenta e um reais e um centavo), por infringência ao artigo 163 da LGT.

Em 11 de julho de 2011

Processo n.º 535450008312011. Despacho n.º 5375/2011-ER07, aplica a WALTER BECKER, CPF n.º 224.907.449-68, a sanção de MULTA no valor de R$ 792,91 (setecentos e noventa e dois reais e noventa e um centavo), por infringência ao artigo 163 da LGT, considerando circunstância atenuante nos temos do artigo 16 da Res. Nº 344/2003.

Processo n.º 535450008382011. Despacho n.º 5381/2011-ER07, aplica a CRISTIANO COSTA BEBER, CPF n.º 571.584.441-04, a sanção de MULTA no valor de R$ 792,91 (setecentos e noventa e dois reais e noventa e um centavo), por infringência ao artigo 163 da LGT, considerando circunstância atenuante nos temos do artigo 16 da Res. Nº 344/2003.

Em 21 de julho de 2011

Processo n.º 535510003012011. Despacho Nº 5590/2011-ER07, aplica a LORIVAN CIPRIANO BISPO, CPF n.º 906.351.401-87, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.810,08 (três mil, oitocentos e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. Nº 272/2001 c/c artigo 131 da LGT e incursão no disposto no artigo 55, V, "b" da Res. n° 242/2000.

CÉLIO JOSÉ DA COSTA
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ESCRITÓRIO REGIONAL EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO GERENTE
Em 14 de abril de 2011

Processo n.º 53539.000060/2011 - Aplica a RODRIGO DE BRITO LIRA, inscrito no CPF Nº 051.168.084-83, executante do Serviço de Comunicação Multimídia, sem autorização, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, a sanção de ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento do art. 4º c/c art. 55, V, "a", do anexo à Res. 242/2000, e a sanção de MULTA, no valor de R$ 3.310,08 (três mil trezentos e dez reais e oito centavos), pela infração ao art. 131 da Lei 9.472/1997 c/c art. 10 do anexo à Res. 272/2001 c/c art. 52 do anexo à Resolução 73/1998 e ao art. 163 da Lei 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. 259/2001.

JOÃO BATISTA FURTADO FILHO

Aplica à entidade, abaixo relacionada, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53539.000255/2009	BOMPREÇO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA.	Campina Grande/PB	1.012,50	Artigo 55, inciso IV, "c", do anexo à Resolução 242/2000	03/09/2010

DILERMANDO DE ARAÚJO CRUZ
Substituto

Aplica às entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53536.000123/2008	M. J. LEODINO DA SILVA	Maceió/AL	3.010,08	Art. 131 da Lei 9.472/1997 c/c art. 10 do anexo à Res. 272/2001	01/04/2010
53532.003121/2008	UPLINK INTERNET E CURSOS LTDA.	João Pessoa/PB	6.300,00	Artigos 10, 27, 28 e 65 do anexo à Res. 272/2001	28/04/2010
53539.000659/2008	UPLINK INTERNET E CURSOS LTDA.	João Pessoa/PB	3.150,00	Artigos 10, 27, 28 e 65 do anexo à Res. 272/2001	28/04/2010
53539.001455/2008	CLEUDSON FRANKLIN DE SOUZA GONZAGA	Itapororoca/PB	3.310,08	Artigos 131 e 163 da Lei 9.472/1997	06/08/2010
53539.000598/2010	R2 COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	Campina Grande/PB	5.400,00	Artigos 27 e 28 do anexo à Res. 272/2001 e art. 163 da Lei 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. 259/2001	20/08/2010
53539.001036/2009	DANIEL DA SILVA MELO	Santa Rita/PB	3.010,08	Art. 10 do anexo à Res. 272/2001 c/c art. 52 do anexo à Res. 73/1998 c/c art. 131 da Lei 9.472/1997	26/08/2010
53539.001008/2009	AMS VISUALCIGA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	Santa Rita/PB	3.000,00	Artigos 27 e 28 do anexo à Res. 272/2001	22/11/2010
53532.002064/2010	AURORA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	Recife/PE	5.425,00	Art. 55, inciso IV, "c" c/c art. 4º do anexo à Res. 242/2000	20/12/2010
53532.002318/2010	MAXIMILIANO MENDES ALVES DE FREITAS	Recife/PE	3.850,00	Art. 17 do anexo à Res. 259/2001 c/c art. 163 da Lei 9.472/1997 e artigos 4º e 55, inciso V, "b", do anexo à Res. 242/2000	03/02/2011
53532.002698/2010	HAMILTON CÉSAR FREITAS DA SILVA	Paulista/PE	3.010,08	Art. 10 do anexo à Res. 272/2001 c/c art. 52 do anexo à Res. 73/1998 c/c art. 131 da Lei 9.472/1997	11/02/2011
53532.002192/2009	AGNALDO DE SOUSA TABOSA	Caruaru/PE	3.010,08	Art. 10 do anexo à Res. 272/2001 c/c art. 52 do anexo à Res. 73/1998 c/c art. 131 da Lei 9.472/1997	14/02/2011
53539.000893/2009	CARIRIWEB PROVEDORES DE INTERNET LTDA.	Alagoa Grande/PB	2.880,00	Artigos 27 e 28 do anexo à Res. 272/2001	22/02/2011
53532.002786/2010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DAS RENDEIRAS DE CARUARU (ACRC)	Caruaru/PE	2.850,00	Art. 17 do anexo à Res. 259/2001 c/c art. 163 da Lei 9.472/1997	01/03/2011
53539.001151/2009	LOJAS AMERICANAS S/A	João Pessoa/PB	2.037,50	Art. 55, inciso IV, "c", c/c art. 4º do anexo à Res. 242/2000	10/03/2011
53532.000281/2011	THOMAZ ACLLES SOARES VIEIRA (RÁDIO SONAR FM)	Recife/PE	2.850,00	Art. 17 do anexo à Res. 259/2001 c/c art. 163 da Lei 9.472/1997	31/03/2011
53539.000060/2009 e 53539.000080/2009	EDNA ROSANA LIMA DOS SANTOS	Campina Grande e Alagoa Nova/PB	10.920,00	Artigos 27 e 28, do anexo à Res. 272/2001 e art. 63, §1º, do anexo à Res. 259/2001	04/05/2011
53532.000412/2011	FORUMWEB SERVIÇO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET LTDA.	Paulista/PE	3.010,08	Art. 10 do anexo à Res. 272/2001 c/c art. 52 do anexo à Res. 73/1998 c/c art. 131 da Lei 9.472/1997	18/05/2011
53539.000911/2009	ANDERSON DE LUNA MEIRA	Campina Grande/PB	3.310,08	Art. 10 do anexo à Res. 272/2001 c/c art. 52 do anexo à Res. 73/1998 c/c art. 131 da Lei 9.472/1997 e art. 17 do anexo à Res. 259/2001 c/c art. 163 da Lei 9.472/1997	19/05/2011

JOÃO BATISTA FURTADO FILHO

Aplica às entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53539.000781/2009	GILVÂNIO ARAÚJO ALVES	João Pessoa/PB	3.310,08	Art. 10 do anexo à Res. 272/2001 c/c art. 52 do anexo à Res. 73/1998 c/c art. 131 da Lei 9.472/1997 e art. 17 do anexo à Res. 259/2001 c/c art. 163 da Lei 9.472/1997	18/10/2010
53539.000772/2010	CONECTRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	Campina Grande/PB	5.337,50	Art. 55, inciso IV, "c" c/c art. 4º do anexo à Res. 242/2000	25/11/2010
53532.002474/2009	JOSÉ MÁRIO FREITAS BARROS DE ANDRADA - ME	Pesqueira/PE	3.010,08	Art. 10 do anexo à Res. 272/2001 c/c art. 52 do anexo à Res. 73/1998 c/c art. 131 da Lei 9.472/1997	14/03/2011
53532.002677/2010	L H DE SOUZA GOMES INFORMÁTICA ME	Paulista/PE	3.010,08	Art. 10 do anexo à Res. 272/2001 c/c art. 52 do anexo à Res. 73/1998 c/c art. 131 da Lei 9.472/1997	16/03/2011
53539.000602/2010	CLÓVIS FIGUEIREDO DA SILVA NETO	João Pessoa/PB	3.010,08	Art. 10 do anexo à Res. 272/2001 c/c art. 52 do anexo à Res. 73/1998 c/c art. 131 da Lei 9.472/1997	28/06/2011
53539.000934/2010	VELITO SOARES PROVEDOR E SERVIÇOS DE INTERNET LTDA.	São Sebastião de Lagoa de Roça/PB	3.010,08	Art. 10 do anexo à Res. 272/2001 c/c art. 52 do anexo à Res. 73/1998 c/c art. 131 da Lei 9.472/1997	29/06/2011

RICARDO HENRIQUE FERREIRA CAVALCANTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 6.260, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n.º 53500.017835/2007 - Retifica o Ato n.º 2.869, de 26 de maio de 2009, publicado no D.O.U. de 28 de maio de 2009, onde se lê: "vencendo assim em 20 de agosto de 2017", leia-se: "vencendo assim em 4 de setembro de 2017".

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.262, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n.º 53500.017836/2007 - Retifica o Ato n.º 2.868, de 26 de maio de 2009, publicado no D.O.U. de 28 de maio de 2009, onde se lê: "vencendo assim em 20 de agosto de 2017", leia-se: "vencendo assim em 19 de setembro de 2017".

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.313, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Processo n.º 53504.016328/2011 - Expede autorização para execução do Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP à COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRAFEGO, CNPJ n.º 47.902.648/0001-17, sem exclusividade, por prazo indeterminado, para o município de São Paulo/SP, e outorga autorização do direito de uso de 40 (quarenta) canais de radiofrequência associados ao Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP, sem exclusividade, por quinze anos, prorrogável uma única vez, por igual período, e a titulo oneroso, para o referido município.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

GERÊNCIA-GERAL DE COMUNICAÇÕES PESSOAIS TERRESTRES

ATO Nº 1.072, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

O GERENTE-GERAL DE COMUNICAÇÕES PESSOAIS TERRESTRES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no artigo 146, inciso XIX, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e no artigo 16 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 07 de outubro de 1997;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, aprovado pela Resolução n.º 477, de 7 de agosto de 2007;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de Procedimentos Robustos para garantir o sigilo dos dados cadastrais nos termos do Art. 3, inciso V da Lei Nº 9.472, de 16/07/1997 e do Art. 89, do Anexo à Resolução Nº 477, de 07/08/2007;

CONSIDERANDO a análise do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO n.º 53504.010389/2010; resolve:

Art. 1.º Aplicar à CLARO S/A, inscrita no CNPJ Nº 40.432.544/0001-47, a pena de ADVERTÊNCIA, com fundamento no artigo 173, I da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 e no artigo 2º, I, artigo 4º, I, artigo 7º e artigo 8º, I, e § 2º, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003, em face do descumprimento ao disposto no Art. 3, inciso V da Lei Nº 9.472, de 16/07/1997; no Art. 89, do Anexo à Resolução Nº 477, de 07/08/2007; e na Cláusula 5.1, §3º, do Termo de Autorização PVCP/SPV Nº 003/2001- Anatel.

Art. 2.º Este Ato entra em vigor na data da notificação da interessada.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de abril de 2011

Nº 3.472/2011-PBQID/PBQI/SPB - Ref.: Processo Nº 53569.000297/2010
O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) n° 535690002972010, instaurado em face da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel, Concessionária do STFC, Região IV do Plano Geral de Outorgas (PGO), CNPJ n° 33.530.486/0001-29, que trata de incídios de descumprimento de obrigações previstas no Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC (PGMQ), aprovado pela Resolução n° 341/03, considerando o disposto na Nota Técnica n° 104/2010-PBQID, de 16/12/2011, e no Informe n° 174/2011-PBQID/PBQI, de 05/04/2011, os quais foram adotados nos termos do art. 54, §1°, do Regimento Interno dessa Agência, resolve: aplicar a sanção de MULTA à Embratel, no valor de R$ 160.872,09 (cento e sessenta mil, oitocentos e setenta e dois reais e nove centavos), em razão do descumprimento do art. 18, §1° e §2° do PGMQ.

Nº 3.473/2011-PBQID/PBQI/SPB - Processo Nº 53560.002182/2010
O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) n° 535600021822010, instaurado em face da Telemar Norte Leste S.A., Concessionária do STFC, Setor 11 do Plano Geral de Outorgas - PGO, CNPJ n° 33.000.118/0015-74, que trata de indícios de descumprimento de obrigações previstas no Plano de Metas de Qualidade para o STFC (PGMQ), aprovado pela Resolução n° 341/2003, e no Regulamento de Indicadores de Qualidade do STFC (RIQ), aprovado pela Resolução n° 417/05, considerando o disposto na Nota Técnica n° 17/2010-PBQID, de 18/02/2011, e no Informe n° 187/2011-PBQID/PBQI, de 08/04/2011, os quais foram adotados nos termos do art. 54, §1°, do Regimento Interno dessa Agência, resolve: aplicar sanção de MULTA a Telemar Norte Leste S.A., no valor de R$108.396,59 (cento e oito mil, trezentos e noventa reais e cinqüenta e nove centavos), em razão do descumprimento do disposto no parágrafo único do art. 19 do PGMQ e no parágrafo único do art. 46 do RIQ.

Nº 3.474/2011 - PBQID/PBQI/SPB - Ref.: Processo Nº 53587.000434/2010
O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - Pado n° 535870004342010, instaurado em face da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A., Concessionária do STFC Local, Região IV do Plano Geral de Outorgas (PGO), CNPJ n° 33.530.486/0001-29, que trata dos descumprimentos relativos às obrigações de qualidade, considerando o disposto na Nota Técnica n° 5/2011-PBQID, de 06/01/2011, no Informe n° 180/2011-PBQID, de 06/04/2011, os quais foram adotados nos termos do art. 54, §1° do Regimento Interno da Anatel, RESOLVE: a) aplicar a sanção de MULTA à Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A no valor total de R$ 158.015,07 (cento e cinqüenta e oito mil e quinze reais e sete centavos), em razão do descumprimento do art. 18, § 2° e parágrafo único do art. 20 do PGMQ.

Em 9 de junho de 2011

Nº 4.551/2011-PBQID/PBQI/SPB - Processo Nº 53500.022277/2009 e 53500.025212/2009
O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações - Pados n° 535000222772009 e 535000252122009, instaurados em face da Global Crossing Comunicações do Brasil Ltda, Autorizada do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), Áreas de Numeração 11, 21, 31 e 41 do Plano Geral de Códigos de Numeração (PGCN), CNPJ n° 72.843.212/0001-41, que tratam do descumprimento de obrigações estabelecidas no Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC (PGMQ), aprovado pela Resolução n° 341/03, considerando o disposto na Nota Técnica n° 49/2010-PBQID, de 02/07/2010, e no Informe n° 243/2011-PBQID/PBQI, de 30/05/2011, os quais foram adotados nos termos do art. 54, §1°, do Regimento Interno desta Agência, resolve: a) aplicar sanção de MULTA à Global Crossing, no valor total de R$2.107,68 (dois mil, cento e sete reais e sessenta e oito centavos), em virtude das infrações aos arts. 5° e 8° do Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC (PGMQ), aprovado pela Resolução n° 341, de 20 de junho de 2003; b) aplicar sanções de ADVERTÊNCIA à Global Crossing em virtude das infrações aos arts. 6° e 8° do PGMQ, para os casos indicados no Informe n° 243/2011-PBQID/PBQI, de 30/05/2011.

Nº 4.554/2011-PBQID/PBQI/SPB - Processo Nº 53500.020188/2010
O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) n° 535000201882010, instaurado em face da Telemar Norte Leste S.A., Concessionária do STFC, Setores 6, 10 e 11 do Plano Geral de Outorgas - PGO, CNPJ n° 33.000.118/0004-11, 33.000.118/0016-55 e 33.000.118/0015-74, respectivamente, que tratam do descumprimento de obrigações previstas no Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC (PGMQ), aprovado pela Resolução n° 341/03, e ao Regulamento de Características de Funcionamento de Telefone de Uso Público, aprovado pela Resolução n° 459/07, considerando o teor na Nota Técnica n° 120/2010-PBQID, de 22/12/2010, e do Informe n° 263/2011-PBQID/PBQI, de 07/06/2011, RESOLVE: i) aplicar sanção de ADVERTÊNCIA a Telemar Norte Leste S.A., em razão do descumprimento às Cláusulas 1.7, 5.1, 5.3 e 15.1 do Contrato de Concessão PBOA/SPB n° 100/2006 - ANATEL, de 03/01/2006, bem como aos arts. 6° e 20 do Regulamento sobre as condições de Acesso e Fruição dos Serviços de Utilidade Publica e de Apoio ao STFC, aprovado pela Resolução n° 357/04; ii) aplicar a sanção de MULTA a Telemar Norte Leste S.A., no valor total de R$ 6.423,47 (seis mil quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos), em razão dos descumprimentos ao art. 19 do Regulamento sobre as Condições de Acesso e Fruição dos Serviços de Ultilidade Publica e de Apoio ao STFC c/c art. 21 do PGMQ, e ao art. 18, §2° do PGMQ.

ROBERTO PINTO MARTINS

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 221, DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.010945/2010, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A, consignatária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, utilizando o canal 257 E (duzentos e cinqüenta e sete educativo), classe E1.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 440, DE 13 DE OUTUBRO DE 2010

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.033366/2007, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação em que a RÁDIO GUAMÁ LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de São Miguel do Guamá, Estado do Pará, utilizando a freqüência 1160 kHz, classe B, deverá executar o referido serviço.

JOSÉ VICENTE DOS SANTOS

PORTARIA Nº 246, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria Nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pela Portaria Nº 591, publicada em 20/09/2006, Portaria Nº 711, publicada em 13/11/2008, Portaria Nº 401, publicada em 06/05/2010, Portaria Nº 11, publicada em 28/01/2011, Portaria Nº 19, publicada em 17/02/2011, e Portaria Nº 69, publicada em 18 de março de 2011, e observado o disposto no art. 7º do Decreto Nº 5.820, de 29 de junho de 2006, tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.012684/2009-03, resolve:

Art. 1º Consignar à Fundação Século Vinte e Um, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Campinas, Estado de São Paulo, o canal 54 (cinqüenta e quatro) de TVD, correspondente à Faixa de Freqüência de 710 MHz a 716MHz, para a transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na mesma localidade.

Art. 2 A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos, e do Decreto Nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União, em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 247, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.072703/2006, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da RÁDIO FM BAHIA SOL LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Salvador, Estado da Bahia, utilizando o canal 204 (duzentos e quatro), classe A2.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 248, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.022021/2011, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da FUNDAÇÃO JOSÉ POSSIDÔNIO PEIXOTO, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Caucaia, Estado do Ceará, por meio do canal 26 E (vinte e seis, educativo), classe C.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 249, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53560.001423/2004, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da CABUGINET COMUNICAÇÕES LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, por meio do canal 17 (dezessete), classe A.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 125, DE 16 DE AGOSTO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 188, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n° 401, publicada em 24 de agosto de 2006, com alterações dadas pelas Portarias Nº 591 de 18/09/2006, publicada no DOU de 20/09/2006; Nº 711, de 12 de novembro de 2008, publicada no DOU de 13/11/2008: Nº 401, de 04 de maio de 2010, publicada no DOU de 06/05/2010: Nº 11, de 26 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 28/01/2011, publicada no DOU de 28/01/1011; Nº 19, de 15/02/2011, publicada no DOU de 17/02/2011, e Nº 69, de 17 de março de 2011, publicada no DOU de 18/03/2011, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.055017/2007, e, em especial, da Nota Técnica Nº 1684, a utilização, pela Fundação Educativa e Cultural Senhor do Bonfim Ltda, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na Localidade de Iço, Estado do Ceará, nas transmissões de sua estação, a seguinte denominação de fantasia: "Rádio Brasil FM".

Art. 2º Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 138, DE 6 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.074810/2006, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE PORTO ALEGRE LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, utilizando o canal 232 (duzentos e trinta e dois), classe E2.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 140, DE 6 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando as disposições do Decreto Nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.011558/2009, resolve:

Aprovar o local de instalação e a utilização dos equipamentos da estação digital da TELEVISÃO CAPIXABA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Vitória, Estado do Espírito Santo utilizando o canal digital 16 (dezesseis).

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 143, DE 9 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando as disposições do Decreto Nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.055200/2009, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Aprovar o local de instalação e a utilização dos equipamentos da estação digital da RÁDIO TELEVISÃO DE SERGIPE LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Aracaju, Estado de Sergipe, utilizando o canal digital 33 (trinta e três).

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 147, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.015524/2003, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO DE BARRETOS, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Barretos, Estado de São Paulo, por meio do canal 31+E (trinta e um, decalado para mais, educativo), classe B.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de setembro de 2011

Nº 3.762 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000416/2003-76, resolve: I - Liberar a unidade geradora UG3 de 135.875 kW de capacidade instalada da UHE Estreito, localizada no Rio Tocantins, nos Município de Estreito, estado do Maranhão e nos Municípios de Aguiarnópolis e de Palmeiras do Tocantins, ambos no Estado do Tocantins, concedida à empresa Consórcio Estreito Energia, por meio do Contrato de Concessão nº 94/2002-ANEEL - AHE Estreito, de 26 de dezembro de 2002, com alterações em seus respectivos Termos Aditivos posteriores, para início da operação em teste a partir do dia 17 de setembro de 2011; II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

Em 16 de setembro de 2011

Nº 3.763 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004809/2010-86, resolve: I - Restaurar, a partir da data de publicação do presente Despacho, os efeitos do Despacho nº 2.387, de 30 de junho de 2008, que haviam sido suspensos nos termos do Despacho nº 2.418, de 6 de junho de 2011, ficando liberada a operação comercial da unidade geradora UG 3, com potência instalada de 10.000 kW, da PCH Santa Rosa II, localizada nos Municípios de Bom Jardim e Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade da empresa Santa Rosa S.A., uma vez que a condição operativa da unidade geradora se encontra restabelecida.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de setembro de 2011.

Nº 3.764 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1807, de 10 de maio de 2011, e considerando o que consta da Resolução Aneel nº 395, de 4 de dezembro de 1998 e do Processo nº 48500.005199/2000-02, resolve: I - Aprovar o Projeto Básico Revisado da PCH Boa Fé, de titularidade da empresa Boa Fé Energética S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 07.647.780/0001-05, situada no rio Carreiro, sub-bacia 86, bacia hidrográfica do rio Taquari, Estado do Rio Grande do Sul, conforme tabela abaixo:

	Características Básicas
Coordenadas de referência do Eixo do Barramento	28º 45' 10" S e 51º 50' 38" W
Coordenadas de referência da Casa de Força	28º 45' 21,72" S e 51º 50' 24,14" W
Potência Instalada Total [MW]	24
Número de unidades	3
Tipo de turbina	Francis com rotor simples de eixo horizontal
Rendimento do conjunto turbina-gerador (%)	89,2
Taxa equivalente de indisp. forçada (%)	1
Indisponibilidade programada (%)	1
Perdas hidraúlicas (m)	3,08
N. A. máximo normal de montante [m]	371,00
N. A. máximo normal de jusante [m]	329,40
Queda bruta nominal (m)	41,60
Vazão remanescente + Usos consuntivos [m³/s]	2,46
Vazão de projeto do vertedouro [m³/s]	2.792
Área do Reservatório no N.A. máx. normal [km²]	0,58
Série de Vazões Médias Mensais	Jan/1976 a Dez/2005
Descarga média de longo termo (m³/s)	46,98

II - Informar que a Série de Vazões Médias Mensais (ANEXO I) encontra-se disponível na versão digital deste Despacho, no endereço eletrônico www.aneel.gov.br, bem como no processo supracitado.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de setembro de 2011

Nº 3.749 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução n. 216, de 15 de julho de 1998, tendo em vista o disposto no inciso XLIII, art. 4º, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no art. 10 da Lei n. 8.631, de 4 de março de 1993, com redação dada pelo art. 7º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, no art 13 da Lei n. 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei n. 10.848, de 2004, no § 1º do art 1º do Decreto n. 4.562, de 31 de dezembro de 2002, na Resolução Normativa n. 427, de 22 de fevereiro de 2011 e na Resolução Homologatória n. 1.173, de 28 de junho de 2011, decide: I - Fixar os valores das quotas referentes aos encargos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC e da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o mês de JULHO de 2011, relativos às concessionárias de transmissão que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, conforme o Anexo I deste despacho; e II - os valores de que trata o item I deverão ser recolhidos até o dia 30 de SETEMBRO de 2011.

ANEXO I

QUOTAS MENSAIS DE CCC E CDE - TRANSMISSORAS
MÊS DE REFERÊNCIA: JULHO DE 2011
DATA DE RECOLHIMENTO: ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2011

EM REAIS (R$)

TRANSMISSORA	CCC-ISOLADOS	CDE	TOTAL
CTEEP	2.898.106,60	2.051.291,43	4.949.398,03
FURNAS	1.048.813,62	742.354,46	1.791.168,08
CEMIG	4.694.271,53	3.322.624,15	8.016.895,68
CELG	366.286,97	259.247,43	625.534,40
COPEL	134.508,96	95.205,97	229.714,93
CEEE	1.895.010,45	1.341.295,98	3.236.306,43
CHESF	9.561.388,26	1.486.555,82	11.047.944,08
ELETRONORTE	20.906.982,97	3.332.119,68	24.239.102,65
SMTE	1.129.238,23	799.279,34	1.928.517,57
AFLUENTE	198.969,99	30.925,32	229.895,31
COQUEIROS	4,14	2,93	7,07
BRILHANTE	861,56	609,82	1.471,38
TOTAL	42.834.443,28	13.461.512,33	56.295.955,61

Nº 3.750 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 172, de 28 de novembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pelo art. 2º da Lei nº 10.889, de 25 de junho de 2004, no Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, na Resolução Normativa nº 127, de 6 de dezembro de 2004, na Resolução Homologatória nº 1.101, de 17 de dezembro de 2010, decide: I - Fixar os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para o mês de NOVEMBRO de 2011, relativos às concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional; e II - As quotas definidas no Anexo deste Despacho deverão ser recolhidas à ELETROBRÁS até o dia 10 de OUTUBRO de 2011, para crédito da Conta PROINFA.

DAVI ANTUNES LIMA

ANEXO

QUOTAS DE CUSTEIO DO PROINFA - TRANSMISSORAS
MÊS DE REFERÊNCIA: NOVEMBRO DE 2011
DATA DE RECOLHIMENTO: ATÉ 10 DE OUTUBRO DE 2011

TRANSMISSORA	DUODÉCIMO (R$)
CEEE-T	585.344,33
CEMIG-T	1.513.029,67
CHESF-T	3.080.358,04
COPEL-T	43.354,12
CTEEP-T	934.100,48
ELETRONORTE-T	6.738.599,78
FURNAS-T	338.047,36
CELG-T	118.066,10
SMTE-T	363.969,34
AFLUENTE-T	64.134,45
COQUEIROS-T	1,33
TOTAL	13.779.005,00

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de setembro de 2011

Nº 1.107 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, tendo em vista a cassação da eficácia de inscrições estaduais no Estado de São Paulo, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
SP0029425	ALAMNU'S AUTO POSTO LTDA	05.345.304/0001-04	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	48610.013644/2002-86
SP0006259	AUTO POSTO AGUAS CLARAS RIO CLARO LTDA	59.083.147/0001-35	RIO CLARO	SP	48610.006145/2000-71
PR/SP0092333	AUTO POSTO MILLENNIUM DE COTIA LTDA.	03.676.452/0001-86	COTIA	SP	48610.002285/2011-22
SP0006023	AUTO POSTO VITORIA DE MATAO LTDA	04.217.106/0001-00	MATAO	SP	48610.003983/2001-73

Nº 1.108 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/RR0210796	A A DE ALENCAR NETO	13.550.168/0001-12	BOA VISTA	RR	48610.012608/2011-96
GLP/MG0210797	AGROMERCANTIL ROCHA LIMITADA.	65.241.879/0001-09	PRATINHA	MG	48610.012626/2011-78
GLP/SC0210798	AGROPECUARIA OURO VERDE LTDA	81.011.967/0001-70	TREZE TILIAS	SC	48610.010894/2011-55
GLP/PR0210799	AMM DOS SANTOS SOUZA - COMÉRCIO DE GÁS ME	13.999.328/0001-05	CURITIBA	PR	48610.012633/2011-70
GLP/PR0210800	ANA PAULA MULLER	13.217.540/0001-73	CURITIBA	PR	48610.012632/2011-25
GLP/BA0210801	ANDERSON MOREIRA DE AZEVEDO / EPP	13.991.876/0001-99	GUANAMBI	BA	48610.012640/2011-71
GLP/SC0210802	ANTONIO AMARILDO POLONISKI & LTDA ME	09.539.918/0001-88	MAFRA	SC	48610.012559/2011-91
GLP/SP0210803	ANTONIO AUGUSTO NOGUEIRA CORREA ME	62.196.332/0001-40	PARAIBUNA	SP	48610.012630/2011-36
GLP/GO0210804	AP DA SILVA - COMERCIO DE GAS	13.459.083/0001-23	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.012623/2011-34
GLP/SC0210805	ARMAZEM VOGT LTDA ME	81.771.081/0001-25	IPORA DO OESTE	SC	48610.012566/2011-93
GLP/PR0210806	BARROZO E FALÇÃO DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA ME.	08.941.852/0003-57	PIRAQUARA	PR	48610.012609/2011-31
GLP/ES0210807	BRAZ GÁS LTDA ME	12.918.778/0001-63	SERRA	ES	48610.012611/2011-18
GLP/SC0210808	CASSIAL COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA	13.962.991/0001-35	IBIRAMA	SC	48610.012612/2011-54
GLP/AL0210809	CLAUDEVANIA FLORIANO DA SILVA ME.	04.609.999/0002-02	VICOSA	AL	48610.012634/2011-14
GLP/MG0210810	CLEIDIMAR DIAS PEREIRA ME.	09.182.309/0002-03	SERRA DOS AIMORES	MG	48610.012778/2011-71
GLP/ES0210811	COMERCIAL SAO JORGE LTDA ME.	12.629.230/0001-01	PEDRO CANARIO	ES	48610.012643/2011-13
GLP/PE0210812	D. A. DE LIMA	97.554.478/0001-03	BREJO DA MADRE DE DEUS	PE	48610.012571/2011-04
GLP/MG0210813	DISTRIBUIDORA DE GÁS SÃO GERALDO LTDA.	09.076.048/0002-39	SANTA CRUZ DE MINAS	MG	48610.012625/2011-23
GLP/PE0210814	E.B. DE MENDONÇA - GÁS	12.396.879/0001-11	PAULISTA	PE	48610.012569/2011-27
GLP/RS0210815	ELISETE BITENCOURT VARGAS	13.934.230/0001-70	SAO SEPE	RS	48610.012606/2011-05
GLP/SC0210816	ELOI A. AYRES ME	13.868.440/0001-07	JARAGUA DO SUL	SC	48610.012568/2011-82
GLP/RN0210817	ERBERSON SILVA DA COSTA 01646238419	13.347.725/0001-00	NATAL	RN	48610.012564/2011-02
GLP/RO0210818	F. E. BISPO RODRIGUES - ME	06.062.680/0001-54	PORTO VELHO	RO	48610.012618/2011-21
GLP/PA0210819	F. SEABRA DE PAULA - ME	13.622.773/0001-51	BENEVIDES	PA	48610.012638/2011-01
GLP/RO0210820	FRANCISCO BARROZO DA SILVA	13.623.985/0001-53	PORTO VELHO	RO	48610.012631/2011-81
GLP/RJ0210821	GAS EXPRESSO REVENDA DE GAS LTDA ME	13.430.515/0001-73	SAO GONCALO	RJ	48610.012629/2011-10
GLP/RO0210822	G.C. DE OLIVEIRA	13.392.254/0001-44	PORTO VELHO	RO	48610.012619/2011-76
GLP/RN0210823	IVO NILSON LOPES DE MEDEIROS - ME	08.700.130/0012-00	SAO GONCALO DO AMARANTE	RN	48610.012607/2011-41
GLP/AM0210824	IVONE COSTA DE SOUZA	13.564.964/0001-04	MANAUS	AM	48610.012622/2011-90
GLP/MA0210825	J. DE A. DA S. DIAS	00.494.937/0006-75	SAO LUIS	MA	48610.012558/2011-47
GLP/MG0210826	JOÃO CALIXTO MARTINS NETO	10.795.254/0001-05	MONTE CARMELO	MG	48610.012641/2011-16
GLP/PR0210827	JOÃO ROSIVAL ROCHA - ME	08.029.074/0001-62	CANDOI	PR	48610.012565/2011-49
GLP/SC0210828	JOELCIO DI DOMENICO	01.648.679/0001-92	MATOS COSTA	SC	48610.012610/2011-65
GLP/PR0210829	JOSE MARIA FERREIRA MENDES ME.	00.202.223/0001-31	PONTA GROSSA	PR	48610.012621/2011-45
GLP/MG0210830	JULIO CESAR SILVA ME	04.820.930/0001-42	PATROCINIO	MG	48610.012544/2011-23
GLP/AM0210831	JUNOT CARLOS FREDERICO JUNIOR - ME	13.518.699/0001-28	MANAUS	AM	48610.012615/2011-98
GLP/MT0210832	L. F. MENDES GARCIA COMERCIO - ME.	05.573.784/0001-60	RONDONOPOLIS	MT	48610.012642/2011-61
GLP/BA0210833	LC DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA	06.927.734/0001-05	SALVADOR	BA	48610.012575/2011-84
GLP/SP0210834	M A MORENO VARGAS GAS ME.	13.414.146/0001-25	POA	SP	48610.012620/2011-09
GLP/MG0210835	MARCELINO BARCELOS DE FARIA	13.575.671/0001-22	PITANGUI	MG	48610.012628/2011-67
GLP/SP0210836	MARCIO PEREIRA DE FARIA VIEIRA - ME	13.809.309/0001-79	CRUZEIRO	SP	48610.012567/2011-38
GLP/BA0210837	MERCEARIA SANTOS POSSEBON LTDA - ME	15.644.560/0001-56	TEIXEIRA DE FREITAS	BA	48610.012616/2011-32
GLP/DF0210838	NORDESTE AUTO GAS COMERCIAL LTDA ME	11.090.494/0001-69	BRASILIA	DF	48610.012574/2011-30
GLP/AM0210839	S S LEITE - ME	13.830.774/0001-91	MANAUS	AM	48610.012614/2011-43
GLP/MG0210840	SILVA GÁS E ÁGUA LTDA.	04.965.044/0001-07	MONTE CARMELO	MG	48610.012556/2011-58
GLP/MG0210841	SUPERMERCADO LIDER COUTO LTDA -EPP	03.407.691/0005-64	BRASILANDIA DE MINAS	MG	48610.012561/2011-61
GLP/MS0210842	TRÊS POR TRÊS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	10.712.609/0001-47	CAMPO GRANDE	MS	48610.012557/2011-01
GLP/PI0210843	ULTRACOMERCIAL LTDA.	04.064.633/0015-10	MATIAS OLIMPIO	PI	48610.012560/2011-16
GLP/PA0210844	VICENTE ANTONIO SILVA COMÉRCIO - ME	13.992.740/0001-01	SANTAREM	PA	48610.012617/2011-87
GLP/MT0210845	ZULEMA DRESCH CORA - COMERCIO	05.873.611/0001-68	CLAUDIA	MT	48610.012627/2011-12

Nº 1.109 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AV/GO0101602	AEROCLUBE DE BRASÍLIA	01.913.409/0002-42	LUZIANIA	GO	48610.012294/2011-21

Nº 1.110 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PE0013821	AFF PETROLEO LTDA	41.237.223/0001-54	RECIFE	PE	48610.012771/2001-87
SP0192940	AGROPECUÁRIA TERRA NOVA DE BARRETOS LTDA	55.628.648/0001-07	BARRETOS	SP	48610.000442/2006-14
SP0180238	ALMEIDA & ORLANDI LTDA.	06.993.649/0001-37	BAURU	SP	48610.000380/2005-43
PR0029721	AUTO POSTO BOM JESUS LTDA.	02.624.059/0002-67	NOVA ESPERANCA	PR	48610.014170/2002-91
SP0030405	AUTO POSTO CASTELINHO DE PIRACICABA LTDA	72.829.948/0001-65	PIRACICABA	SP	48610.000712/2003-28
PR0176948	AUTO POSTO CENTRO CIVICO LTDA	82.325.572/0002-96	LONDRINA	PR	48610.009619/2004-61
SP0212576	AUTO POSTO CURI COROADOS LTDA.	00.398.241/0010-21	ARACATUBA	SP	48610.007068/2007-42
SP0003047	AUTO POSTO MARGO LTDA	60.873.585/0001-86	SAO PAULO	SP	48610.002216/2001-47
SP0026715	AUTO POSTO MONTE BELO LTDA	04.766.107/0001-04	SAO PAULO	SP	48610.009018/2002-95
SP0030024	AUTO POSTO ORATORIO LTDA	44.183.978/0001-01	SANTO ANDRE	SP	48610.014739/2002-17
PR/MT0095544	AUTO POSTO PORTAL LTDA EPP	13.146.007/0001-68	JACIARA	MT	48610.006536/2011-48
GO0211979	AUTO POSTO RD LTDA	08.585.204/0001-43	CACHOEIRA ALTA	GO	48610.006344/2007-55
SP0028419	AUTO POSTO VILA LEMOS LTDA	05.106.002/0001-83	BAURU	SP	48620.000145/2002-18
SP0173523	AUTO POSTO ZÉ COLMÉIA LTDA.	06.163.501/0001-75	SAO PAULO	SP	48620.000178/2004-11
RS0168421	CLAUDIO ANTONIO RIGON & IRMAO LTDA	92.323.153/0001-98	SANTA MARIA	RS	48610.001796/2004-14
SP0228284	COMERCIAL APOLLO LTDA.	64.057.847/0007-80	SANTA BARBARA D'OESTE	SP	48610.004970/2008-98
RS0179838	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS BARRETO LTDA.	07.003.893/0001-78	ALEGRETE	RS	48600.004308/2004-23
PR/RS0081989	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS BIODIESEL LTDA.	08.374.856/0001-39	PORTO ALEGRE	RS	48610.004343/2010-71
BA0200602	COSTA DO DESCOBRIMENTO DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	04.384.438/0001-71	SANTA CRUZ CABRALIA	BA	48610.008929/2006-29
RS0161899	FERREIRA & NUNES LTDA.	00.836.279/0001-48	PELOTAS	RS	48610.006438/2003-17
MT0031893	FONSECA E GOMES LTDA ME	37.441.466/0001-32	CUIABA	MT	48600.000997/2003-16
MG0013775	HELIOPEÇAS LTDA	21.038.484/0001-38	ITAJUBA	MG	48610.014792/2001-37
BA0012295	IRANI NUNES LOPES	01.549.147/0001-06	UMBURANAS	BA	48610.014153/2001-71
AL0159560	JOSIBIAS DE BARROS PINO	10.929.511/0001-46	MACEIO	AL	48610.004088/2003-38

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PB0209050	MARIA ALDANY SILVA ALVES	04.601.765/0001-38	CAMPINA GRANDE	PB	48610.004040/2007-53
SC0200149	MARK DE MATOS JUNIOR	07.270.024/0001-00	SAO JOSE	SC	48610.008512/2006-66
RS0186106	MELCOM POSTOS DE SERVIÇOS LTDA.	87.145.058/0005-35	PORTO ALEGRE	RS	48610.003254/2005-41
SC0004234	NELISAC COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	02.467.279/0001-43	LAGUNA	SC	48610.008760/2000-11
PB0198352	PETROALI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	05.937.904/0001-61	NATUBA	PB	48610.007171/2006-11
PR0211783	PIGUARÁ COM. DE COMB. E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.	04.198.415/0001-72	TELEMACO BORBA	PR	48610.005930/2007-82
RJ0021722	POSTO COLONIAL PETROPOLITANO LTDA	31.134.877/0001-07	PETROPOLIS	RJ	48610.002551/2002-26
RS0202115	POSTO DE COMBUSTÍVEIS D.F. LTDA.	08.241.344/0001-02	IJUI	RS	48610.010466/2006-65
PR0173519	POSTO DE COMBUSTÍVEL EXCELLENT LTDA.	06.120.933/0001-07	CARAMBEI	PR	48610.006504/2004-13
AL0192414	POSTO FEITOSA LTDA.	07.599.126/0001-73	MACEIO	AL	48610.010374/2005-11
RS0184639	POSTO MEGAGAZ COMBUSTÍVEIS LTDA.	05.504.654/0002-57	PORTO ALEGRE	RS	48610.002138/2005-12
SP0007536	POSTO SAN REMO LTDA.	62.845.516/0001-94	SAO PAULO	SP	48610.007238/2000-12
PR/AL0070746	POSTO 1000 LTDA	10.745.918/0001-13	ARAPIRACA	AL	48610.006118/2009-36
PR/MA0060942	R. R. COMBUSTÍVEIS LTDA.	09.176.775/0001-97	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	MA	48610.009566/2008-19
PA0206602	SILVA ABREU COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA-ME.	05.203.553/0002-46	SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA	PA	48610.001175/2007-67

Nº 1.111 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AV/SP085832	MILDO ALVES ADMINISTRAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA.	19.059.849/0011-30	GUARULHOS	SP	48610.011735/2010-97

Nº 1.112 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/RS0210753	A V HORST	12.984.047/0001-16	NOVA HARTZ	RS	48610.007550/2011-69
GLP/MG0210754	ALESSANDRO ALVES DE ALMEIDA	12.358.276/0001-25	ALMENARA	MG	48610.010393/2011-79
GLP/SP0210755	ALEXANDRE MONTEIRO BAURO ME.	67.394.213/0002-05	DUARTINA	SP	48610.012454/2011-32
GLP/SC0210756	AUTO POSTO NUCLEO TRITICULA LTDA.	79.316.857/0001-75	FREI ROGERIO	SC	48610.004171/2011-17
GLP/SP0210757	BARBOSA & BARBOSA MERCEARIA LTDA ME.	65.947.632/0001-02	GUAPIACU	SP	48610.003845/2011-66
GLP/PR0210758	C. P. MACEDO - DISTRIBUIDORA DE GÁS	12.886.129/0001-28	CAMPO MOURAO	PR	48610.010885/2011-64
GLP/MS0210759	CELSO BELCHIOR PEREIRA & CIA LTDA	13.323.975/0001-00	CAMPO GRANDE	MS	48610.012033/2011-10
GLP/MG0210760	DIGITE COMÉRCIO DE GÁS LTDA. - ME.	08.255.399/0004-06	JUIZ DE FORA	MG	48610.010518/2011-61
GLP/SP0210761	DIRCE PITOL FERRAZ - EPP	61.809.307/0001-22	BALBINOS	SP	48610.012456/2011-21
GLP/GO0210762	DISTRIBUIDORA DE GAS NOSSA TERRA LTDA.	11.015.806/0001-70	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.007298/2011-98
GLP/GO0210763	DISTRIBUIDORA DE GAS WD LTDA.	13.003.177/0001-93	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	GO	48610.009144/2011-31
GLP/PA0210764	E S COMERCIALIZACAO DE GAS LTDA.	13.681.405/0001-84	MARABA	PA	48610.009876/2011-21
GLP/MG0210765	EURIPA RODRIGUES PIRES	05.787.603/0001-07	UBERLANDIA	MG	48610.004866/2004-71
GLP/PB0210766	EVANICE INACIO FERREIRA 98301560444	13.074.832/0001-02	SAPE	PB	48610.012473/2011-69
GLP/TO0210767	F M DA SILVA MARTINS	12.546.157/0001-04	MIRANORTE	TO	48610.009655/2011-52
GLP/AC0210768	FARHAT & FARHAT LTDA.	06.057.934/0002-27	CAPIXABA	AC	48610.012453/2011-98
GLP/SP0210769	IRAIDES R. DA SILVA MATOS - ME	13.556.793/0001-71	FERNANDOPOLIS	SP	48610.012462/2011-89
GLP/TO0210770	IRON FRANCISCO XAVIER	08.580.287/0001-88	TOCANTINIA	TO	48610.007524/2011-31
GLP/PR0210771	J M AZEVEDO PINHEIROS E CIA LTDA	01.956.016/0002-16	FOZ DO IGUACU	PR	48610.010205/2011-11
GLP/MG0210772	JOSE ANTONIO DOS REIS CPF 67551815600 ME.	12.987.685/0001-90	MATEUS LEME	MG	48610.012450/2011-54
GLP/GO0210773	JOSE OCELIO VASCONCELOS	12.992.227/0001-40	CIDADE OCIDENTAL	GO	48610.006139/2011-76
GLP/SP0210774	JOSÉ PEDRO JUNQUEIRA - ME.	13.206.576/0001-51	TUPA	SP	48610.007433/2011-03
GLP/MG0210775	LAGOA GAS - COM DE GLP LTDA - ME.	13.689.200/0001-45	DIVINOPOLIS	MG	48610.012451/2011-07
GLP/MG0210776	LUIZ CARLOS VENANCIO - ME	04.927.688/0001-00	ITURAMA	MG	48610.011230/2011-11
GLP/PE0210777	M R A DA ROCHA ME.	13.178.309/0001-18	RECIFE	PE	48610.004175/2011-03
GLP/PI0210778	MANOEL ANTONIO DE OLIVEIRA DA COSTA	07.306.162/0001-00	SAO RAIMUNDO NONATO	PI	48610.010047/2011-91
GLP/MG0210779	MARCOS ANTONIO GOULART JUNIOR ME.	13.309.894/0001-48	TRES PONTAS	MG	48610.012467/2011-10
GLP/PE0210780	MARGARIDA DA SILVA SOUZA ME.	41.251.992/0001-07	CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE	48610.007429/2011-37
GLP/PE0210781	MARIANO FLORENCIA DA SILVA GÁS - ME	05.022.870/0001-85	MARAIAL	PE	48610.011258/2011-41
GLP/SP0210782	MARIEL PRATES MARTINS	13.691.121/0001-79	GUARACI	SP	48610.010783/2011-49
GLP/MG0210783	MARTINS GAS LTDA - ME.	13.634.503/0001-60	JAIBA	MG	48610.012458/2011-11
GLP/MG0210784	MEGA GAS DORNELLAS LTDA - ME.	64.284.771/0001-30	CARATINGA	MG	48610.012452/2011-43
GLP/SP0210785	MERCEARIA 2 A LTDA ME	50.917.129/0001-37	SAO CARLOS	SP	48610.000683/2011-12
GLP/SP0210786	MID MINIMERCADO LTDA - ME.	08.050.043/0001-93	ALAMBARI	SP	48610.012455/2011-87
GLP/SC0210787	MINI MERCADO OLIARI LTDA - ME	06.030.122/0001-07	BRUSQUE	SC	48610.009298/2011-22
GLP/TO0210788	MIRIAM DE ARAUJO SARAIVA	11.966.881/0001-16	COLMEIA	TO	48610.009233/2011-87
GLP/PA0210789	N.N.RAMOS MOTA - ME	12.830.016/0001-00	XINGUARA	PA	48610.012463/2011-23
GLP/SC0210790	PEDRO GONÇALVES	12.978.345/0001-01	TUBARAO	SC	48610.009751/2011-09
GLP/PB0210791	RANNIERY SÉRGIO DA SILVA	12.054.353/0001-53	SOLANEA	PB	48610.009124/2011-60
GLP/MG0210792	RONE MELO DE ALMEIDA 08527764628	12.452.596/0001-40	SAO TOMAS DE AQUINO	MG	48610.005636/2011-57
GLP/RS0210793	ROSIANE FRONER DO NASCIMENTO	13.678.148/0001-21	HORIZONTINA	RS	48610.010890/2011-77
GLP/RS0210794	SUPERMERCADO VIEIRA HOFFMANN LTDA	01.825.479/0001-68	TRES FORQUILHAS	RS	48610.009296/2011-33
GLP/SE0210795	YESHUA REVENDEDORA DE GAS LTDA	12.481.774/0001-60	ARACAJU	SE	48610.012461/2011-34

Nº 1.113 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/PB0019665	ALMIR ROGERIO COSTA	08.011.204/0001-30	SOLANEA	PB	48610.001750/2008-11
001/GLP/MG0000020	EUNILIA MARIA DOS REIS DIAS - ME	04.446.620/0001-00	JUIZ DE FORA	MG	48610.001152/2004-18
001/GLP/SP0013297	FERNANDA ALVES PINTO -ME	08.182.044/0001-91	FERNANDOPOLIS	SP	48610.003508/2007-92
001/GLP/MG0000916	PEIXOTO E SA COMÉRCIO LTDA	02.969.237/0001-00	LEOPOLDINA	MG	48610.005605/2004-77
001/GLP/MG0014037	RB & SV GÁS LTDA. ME.	07.610.871/0001-76	BELO HORIZONTE	MG	48610.005049/2007-81

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 40/2011 - RR

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14846/2011-884.093/2011-VALDEMIR PEREIRA DE MELO FILHO

RELAÇÃO Nº 51/2011 - BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14380/2011-871.929/2011-COLORADO GRANITOS LTDA
14381/2011-871.930/2011-UMCT MINERAÇÃO, CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
14382/2011-871.939/2011-SEMONTEC MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA
14383/2011-871.963/2011-TAVARES & ARAUJO LTDA ME.
14384/2011-872.150/2011-MARIA VITORIA CORREIA ANDRADE
14385/2011-872.184/2011-IMPEX IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO LTDA
14386/2011-872.345/2011-PISART PISOS E REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA
14387/2011-872.346/2011-MINERAÇÃO DO OESTE LTDA
14388/2011-872.347/2011-MINERAÇÃO DO OESTE LTDA
14389/2011-872.348/2011-AUGUSTO EDUARDO TEIXEIRA SILVA
14390/2011-872.350/2011-EMILSON PEREIRA DIAS

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14391/2011-871.921/2011-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA
14392/2011-871.923/2011-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA
14393/2011-871.924/2011-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA
14394/2011-871.927/2011-SANTA VITÓRIA ENERGIA E MINERAÇÃO LTDA
14395/2011-871.928/2011-SANTA VITÓRIA ENERGIA E MINERAÇÃO LTDA
14396/2011-871.931/2011-EXTRA PEDRAS PEREIRA LTDA
14397/2011-871.932/2011-BNM-BAHIA NIGRANITO MINERAÇÃO LTDA
14398/2011-871.933/2011-BNM-BAHIA NIGRANITO MINERAÇÃO LTDA
14399/2011-871.938/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
14400/2011-871.940/2011-MINERAÇÃO VALE DO ARAGAUAIA LTDA.
14401/2011-871.962/2011-VALDA CARDOSO DE MENEZES
14402/2011-871.964/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14403/2011-871.967/2011-VICTOR PEREIRA ELLER
14404/2011-871.969/2011-MINERAÇÃO ARC ALFA LTDA
14405/2011-871.971/2011-MINERAÇÃO ARC ALFA LTDA
14406/2011-871.972/2011-MINERAÇÃO ARC ALFA LTDA
14407/2011-871.973/2011-MINERAÇÃO ARC ALFA LTDA
14408/2011-871.974/2011-MINERAÇÃO ARC ALFA LTDA
14409/2011-871.975/2011-ASPERBRAS ENERGIA LTDA
14410/2011-871.976/2011-ASPERBRAS ENERGIA LTDA
14411/2011-871.977/2011-ASPERBRAS ENERGIA LTDA
14412/2011-871.978/2011-ASPERBRAS ENERGIA LTDA
14413/2011-872.147/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.
14414/2011-872.148/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.
14415/2011-872.149/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.
14416/2011-872.349/2011-ELÁDIO ANTÔNIO NUNES SANTANA
14417/2011-872.360/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14418/2011-872.361/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14419/2011-872.362/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14420/2011-872.363/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14421/2011-872.364/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14422/2011-872.365/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14423/2011-872.366/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14424/2011-872.367/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14425/2011-872.368/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14426/2011-872.369/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14427/2011-872.370/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14428/2011-872.379/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14429/2011-872.380/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14430/2011-872.381/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14431/2011-872.382/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14432/2011-872.383/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14433/2011-872.384/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14434/2011-872.385/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14435/2011-872.386/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14436/2011-872.387/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14437/2011-872.388/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14438/2011-872.389/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14439/2011-872.922/2011-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA

RELAÇÃO Nº 52/2011 - BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14440/2011-872.766/2011-SCOPEL IND E COM DE MAT DE CONST LTDA
14441/2011-872.767/2011-SCOPEL IND E COM DE MAT DE CONST LTDA
14442/2011-872.870/2011-M A CAIRES & CIA LTDA
14443/2011-872.871/2011-M A CAIRES & CIA LTDA
14444/2011-872.872/2011-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA
14445/2011-872.888/2011-IVOMAR CARVALHO DE ARAÚJO
14446/2011-872.889/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
14447/2011-872.890/2011-ANTONIO ALVES DOS SANTOS PEDREGULHO FI

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14448/2011-871.920/2011-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA
14449/2011-871.935/2011-RICARDO LIMA DIAS
14450/2011-871.936/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
14451/2011-871.937/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
14452/2011-871.968/2011-MINERAÇÃO ARC ALFA LTDA
14453/2011-871.970/2011-MINERAÇÃO ARC ALFA LTDA
14454/2011-872.139/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.
14455/2011-872.140/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.
14456/2011-872.141/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.
14457/2011-872.142/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.
14458/2011-872.143/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.
14459/2011-872.146/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.
14460/2011-872.211/2011-ANDREA PEREIRA FRANCA
14461/2011-872.342/2011-MINERADORA UBAX LTDA
14462/2011-872.343/2011-MINERADORA UBAX LTDA
14463/2011-872.344/2011-VIVIANE ALVES ROCHA MIRANDA
14464/2011-872.824/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
14465/2011-872.873/2011-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA
14466/2011-872.891/2011-FERREIRA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME
14467/2011-872.892/2011-RAFAEL RODRIGUES MUNIZ
14468/2011-872.893/2011-PEDRA CINZA MINERAÇÃO LTDA
14469/2011-872.894/2011-PEDRA CINZA MINERAÇÃO LTDA
14470/2011-872.923/2011-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
14471/2011-873.071/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14472/2011-873.072/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14473/2011-873.087/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
14474/2011-873.093/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
14475/2011-873.094/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
14476/2011-873.095/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
14477/2011-873.096/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
14478/2011-873.097/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
14479/2011-873.098/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
14480/2011-873.099/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
14481/2011-873.196/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14482/2011-873.212/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14483/2011-873.218/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14484/2011-873.219/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14485/2011-873.220/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14486/2011-873.221/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14487/2011-873.222/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14488/2011-873.223/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14489/2011-873.224/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14490/2011-873.225/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14491/2011-873.226/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14492/2011-873.227/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14493/2011-873.228/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14494/2011-873.229/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14495/2011-873.230/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14496/2011-873.231/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14497/2011-873.232/2011-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
14498/2011-873.233/2011-STEKELENBURG PARTICIPAÇÕES S.A.
14499/2011-873.234/2011-STEKELENBURG PARTICIPAÇÕES S.A.

RELAÇÃO Nº 53/2011 - BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14500/2011-872.834/2010-CERÂMICA VENNEZA LTDA
14501/2011-870.337/2011-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA
14502/2011-870.356/2011-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA
14503/2011-870.450/2011-MINERAÇÃO ATLÂNTICA LTDA.
14504/2011-870.451/2011-MINERAÇÃO ATLÂNTICA LTDA.
14505/2011-871.430/2011-JORGE RENACHER PASSOS
14506/2011-871.431/2011-RUBEM MOTA DANTAS FILHO
14507/2011-871.433/2011-CÉSAR MOREIRA SAMPAIO
14508/2011-871.473/2011-SILVIA BATISTI ME
14509/2011-871.476/2011-AGENOR BARROS
14510/2011-871.477/2011-MINERACAO EXIDO LTDA ME
14511/2011-871.498/2011-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA
14512/2011-871.501/2011-CHRISTIAN JAKOB KRAPF
14513/2011-871.504/2011-FERNANDO BASTOS LARANJEIRA
14514/2011-872.052/2011-JOSÉ FARIAS DE MOURA
14515/2011-872.057/2011-MINERAÇÃO CASTELO LTDA
14516/2011-872.692/2011-M A CAIRES & CIA LTDA
14517/2011-872.693/2011-M A CAIRES & CIA LTDA
14518/2011-872.772/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
14519/2011-872.780/2011-ALMIR ROCHA MACHADO
14520/2011-872.781/2011-ALMIR ROCHA MACHADO
14521/2011-872.847/2011-RIVERBANK RESOURCES MINERACAO LTDA
14522/2011-872.866/2011-JOEL ALVES FERREIRA
14523/2011-872.867/2011-MINERAÇÃO PANCIERI LTDA
14524/2011-872.868/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA
14525/2011-872.869/2011-M A CAIRES & CIA LTDA
14526/2011-872.955/2011-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA
14527/2011-872.956/2011-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14528/2011-870.185/2011-TAVARES & ARAUJO LTDA ME.
14529/2011-871.036/2011-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA
14530/2011-871.037/2011-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA
14531/2011-871.038/2011-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA
14532/2011-871.039/2011-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA
14533/2011-872.093/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14534/2011-872.102/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14535/2011-872.468/2011-RICARDO LIMA DIAS
14536/2011-872.567/2011-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
14537/2011-872.569/2011-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
14538/2011-872.574/2011-RICARDO LIMA DIAS
14539/2011-872.679/2011-PEDRO GERALDO GALLO
14540/2011-872.772/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
14541/2011-872.774/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
14542/2011-872.776/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
14543/2011-872.842/2011-ANTÔNIO CARLOS DAS DORES
14544/2011-872.843/2011-ANTÔNIO CARLOS DAS DORES
14545/2011-872.844/2011-MATERIAIS E CONSTRUÇÕES 2000 LTDA EPP
14546/2011-872.847/2011-RIVERBANK RESOURCES MINERACAO LTDA
14547/2011-872.848/2011-RIVERBANK RESOURCES MINERACAO LTDA
14548/2011-872.850/2011-RIVERBANK RESOURCES MINERACAO LTDA
14549/2011-872.921/2011-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
14550/2011-872.936/2011-LEMOS & NEVES LTDA.
14551/2011-872.968/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
14552/2011-872.969/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
14553/2011-872.970/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
14554/2011-872.986/2011-WORLD MINERAL RESOURCES PARTICIPAÇÕES S.A
14555/2011-872.987/2011-WORLD MINERAL RESOURCES PARTICIPAÇÕES S.A
14556/2011-872.988/2011-WORLD MINERAL RESOURCES PARTICIPAÇÕES S.A
14557/2011-872.990/2011-WORLD MINERAL RESOURCES PARTICIPAÇÕES S.A
14558/2011-873.069/2011-BRAZ MINERACAO LTDA
14559/2011-873.237/2011-STEKELENBURG PARTICIPAÇÕES S.A.

RELAÇÃO Nº 54/2011 - BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14560/2011-872.255/2008-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
14561/2011-872.332/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS SA
14562/2011-871.034/2011-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA
14563/2011-871.093/2011-RODOTER PARTICIPAÇÕES LTDA.
14564/2011-871.094/2011-RODOTER PARTICIPAÇÕES LTDA.
14565/2011-871.422/2011-RONILDO COUTO SOUZA
14566/2011-871.474/2011-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.
14567/2011-871.503/2011-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
14568/2011-871.922/2011-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA
14569/2011-872.006/2011-MINERAÇÃO PANAMÁ LTDA. ME.
14570/2011-872.049/2011-MINERADORA UBAX LTDA
14571/2011-872.050/2011-SILVÉRIO GOMES REZENDE
14572/2011-872.053/2011-MINERAÇÃO GAVEA LTDA ME
14573/2011-872.063/2011-FRANCISCO CANINDE GOMES DE ARAUJO
14574/2011-872.082/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14575/2011-872.083/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14576/2011-872.084/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14577/2011-872.085/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14578/2011-872.087/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14579/2011-872.088/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14580/2011-872.089/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14581/2011-872.090/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14582/2011-872.091/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14583/2011-872.092/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14584/2011-872.094/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14585/2011-872.097/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14586/2011-872.098/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14587/2011-872.099/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14588/2011-872.100/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14589/2011-872.101/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA.
14590/2011-872.586/2011-BIOCOLLECTA SOLUÇOES AMBIENTAIS LTDA
14591/2011-872.758/2011-BIOCOLLECTA SOLUÇOES AMBIENTAIS LTDA
14592/2011-872.759/2011-BIOCOLLECTA SOLUÇOES AMBIENTAIS LTDA
14593/2011-872.760/2011-BIOCOLLECTA SOLUÇOES AMBIENTAIS LTDA
14594/2011-872.761/2011-BIOCOLLECTA SOLUÇOES AMBIENTAIS LTDA
14595/2011-872.762/2011-BIOCOLLECTA SOLUÇOES AMBIENTAIS LTDA
14596/2011-872.763/2011-EURO BAHIA EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA
14597/2011-872.764/2011-EURO BAHIA EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA
14598/2011-872.785/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
14599/2011-872.786/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
14600/2011-872.860/2011-RODRIGO ANDRIOTTI GAMA
14601/2011-872.861/2011-BIOCOLLECTA SOLUÇOES AMBIENTAIS LTDA
14602/2011-872.862/2011-MINERAÇÃO CANAAN LTDA.
14603/2011-872.937/2011-LEMOS & NEVES LTDA.
14604/2011-872.939/2011-LEMOS & NEVES LTDA.
14605/2011-873.064/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
14606/2011-873.065/2011-BRAZ MINERACAO LTDA
14607/2011-873.066/2011-BRAZ MINERACAO LTDA
14608/2011-873.067/2011-BRAZ MINERACAO LTDA
14609/2011-873.235/2011-STEKELENBURG PARTICIPAÇÕES S.A.
14610/2011-873.236/2011-STEKELENBURG PARTICIPAÇÕES S.A.
14611/2011-873.238/2011-STEKELENBURG PARTICIPAÇÕES S.A.
14612/2011-873.239/2011-STEKELENBURG PARTICIPAÇÕES S.A.
14613/2011-873.469/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
14614/2011-873.470/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
14615/2011-873.471/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
14616/2011-873.472/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
14617/2011-873.473/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
14618/2011-873.518/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
14619/2011-873.519/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.

RELAÇÃO Nº 55/2011 - BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14620/2011-872.209/2011-ELIENEI DOS SANTOS DOS REIS
14621/2011-872.213/2011-ELIZENILDA GOMES DA SILVA
14622/2011-872.215/2011-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
14623/2011-872.218/2011-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
14624/2011-872.219/2011-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
14625/2011-872.220/2011-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
14626/2011-872.221/2011-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
14627/2011-872.222/2011-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
14628/2011-872.224/2011-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
14629/2011-872.230/2011-MDC AGREGADOS LTDA.
14630/2011-872.232/2011-MDC AGREGADOS LTDA.
14631/2011-872.453/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14632/2011-872.456/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14633/2011-872.458/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14634/2011-872.459/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14635/2011-872.460/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14636/2011-872.461/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14637/2011-872.462/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14638/2011-872.463/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14639/2011-872.511/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14640/2011-872.582/2011-MINERAÇAO BIOMINER LTDA
14641/2011-872.583/2011-MINERAÇAO BIOMINER LTDA
14642/2011-872.584/2011-MINERAÇAO BIOMINER LTDA
14643/2011-872.596/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14644/2011-872.597/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14645/2011-872.800/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14646/2011-872.828/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14647/2011-872.829/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14648/2011-872.830/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14649/2011-872.831/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14650/2011-872.832/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14651/2011-872.958/2011-MINERAÇAO BIOMINER LTDA
14652/2011-872.976/2011-GRANAZUL EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA
14653/2011-872.977/2011-GRANAZUL EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA
14654/2011-872.978/2011-GRANAZUL EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA
14655/2011-872.992/2011-MINERAÇAO BIOMINER LTDA
14656/2011-872.993/2011-MINERAÇAO BIOMINER LTDA
14657/2011-872.994/2011-MINERAÇAO BIOMINER LTDA
14658/2011-872.995/2011-MINERAÇAO BIOMINER LTDA
14659/2011-872.996/2011-MINERAÇAO BIOMINER LTDA
14660/2011-872.997/2011-MINERAÇAO BIOMINER LTDA
14661/2011-872.998/2011-MINERAÇAO BIOMINER LTDA
14662/2011-873.049/2011-GRANAZUL EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA
14663/2011-873.050/2011-GRANAZUL EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA
14664/2011-873.051/2011-GRANAZUL EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA
14665/2011-873.070/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14666/2011-873.199/2011-HEMYLY MINERAÇÃO LTDA
14667/2011-873.200/2011-HEMYLY MINERAÇÃO LTDA
14668/2011-873.204/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
14669/2011-873.205/2011-LAMCA COMERCIO LTDA
14670/2011-873.206/2011-VALDEMIR SANTIAGO DE SOUZA
14671/2011-873.209/2011-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
14672/2011-873.474/2011-GOLDEN GATE MINING BRAZIL MINERAÇÃO LTDA
14673/2011-873.475/2011-GOLDEN GATE MINING BRAZIL MINERAÇÃO LTDA
14674/2011-873.476/2011-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
14675/2011-873.477/2011-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
14676/2011-873.478/2011-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
14677/2011-873.480/2011-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA
14678/2011-873.520/2011-G 4 ESMERALDA
14679/2011-873.522/2011-TECNOGRÉS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA

RELAÇÃO Nº 56/2011 - BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14680/2011-872.061/2011-ROBERTO HORTA MAIA
14681/2011-872.979/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA
14682/2011-872.980/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA
14683/2011-872.981/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA
14684/2011-872.982/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA
14685/2011-872.983/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA
14686/2011-872.984/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA
14687/2011-872.985/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14688/2011-872.408/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14689/2011-872.409/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14690/2011-872.410/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14691/2011-872.446/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14692/2011-872.447/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14693/2011-872.448/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14694/2011-872.449/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14695/2011-872.450/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14696/2011-872.451/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14697/2011-872.454/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14698/2011-872.455/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14699/2011-872.510/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14700/2011-872.606/2011-PICO DOS CRISTAIS MINERAIS LTDA
14701/2011-872.607/2011-PICO DOS CRISTAIS MINERAIS LTDA
14702/2011-872.608/2011-PICO DOS CRISTAIS MINERAIS LTDA
14703/2011-872.609/2011-PICO DOS CRISTAIS MINERAIS LTDA
14704/2011-872.612/2011-MINERAÇÃO VALE DO ARAGAUAIA LTDA.
14705/2011-872.617/2011-MINERADORA UBAX LTDA
14706/2011-872.618/2011-RONALDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA
14707/2011-872.619/2011-TECHART HOLDINGS MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
14708/2011-872.621/2011-ANA OLIMPIA HORA MEDRADO
14709/2011-872.622/2011-ANA OLIMPIA HORA MEDRADO
14710/2011-872.625/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA
14711/2011-872.626/2011-ELÁDIO ANTÔNIO NUNES SANTANA
14712/2011-872.627/2011-ELÁDIO ANTÔNIO NUNES SANTANA
14713/2011-872.628/2011-ELÁDIO ANTÔNIO NUNES SANTANA
14714/2011-872.629/2011-ELÁDIO ANTÔNIO NUNES SANTANA
14715/2011-872.630/2011-HELMO BAGDÁ GAMA
14716/2011-872.632/2011-RODRIGO ANDRIOTTI GAMA
14717/2011-872.661/2011-CONSÓRCIO RODOBAHIA CONSTRUCTION
14718/2011-872.663/2011-DUMARSE MINERAÇÃO LTDA.
14719/2011-872.664/2011-DUMARSE MINERAÇÃO LTDA.
14720/2011-872.665/2011-DUMARSE MINERAÇÃO LTDA.
14721/2011-872.667/2011-DUMARSE MINERAÇÃO LTDA.
14722/2011-872.669/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
14723/2011-872.670/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
14724/2011-872.671/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
14725/2011-872.672/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
14726/2011-872.694/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14727/2011-872.695/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14728/2011-872.796/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14729/2011-872.798/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14730/2011-872.799/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14731/2011-872.851/2011-RIVERBANK RESOURCES MINERACAO LTDA
14732/2011-872.852/2011-RIVERBANK RESOURCES MINERACAO LTDA
14733/2011-872.853/2011-RIVERBANK RESOURCES MINERACAO LTDA
14734/2011-872.854/2011-RIVERBANK RESOURCES MINERACAO LTDA
14735/2011-872.855/2011-RIVERBANK RESOURCES MINERACAO LTDA
14736/2011-872.857/2011-CARLOS ANDRÉ MENDONÇA CAPRINI
14737/2011-872.859/2011-DABS CONSTRUTORA E MINERADORA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
14738/2011-872.980/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA
14739/2011-872.981/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA

RELAÇÃO Nº 57/2011 - BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14740/2011-872.206/2011-PEDREIRA RIO GRANDE LTDA
14741/2011-872.207/2011-PEDREIRA RIO GRANDE LTDA
14742/2011-872.208/2011-PEDREIRA RIO GRANDE LTDA
14743/2011-872.214/2011-ELIZENILDA GOMES DA SILVA
14744/2011-872.226/2011-GERALDO ALVES DE CARVALHO
14745/2011-872.227/2011-CONSILENE ALVES DE LIMA
14746/2011-872.229/2011-J.F.MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
14747/2011-872.320/2011-OTÁVIO PASSOS DE SOUZA
14748/2011-872.327/2011-LUIZ MARTINS DE ARAUJO
14749/2011-872.620/2011-ITAPETINGA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
14750/2011-872.624/2011-CARLOS ANDRÉ MENDONÇA CAPRINI
14751/2011-872.765/2011-SCOPEL IND E COM DE MAT DE CONST LTDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14752/2011-872.856/2011-BRANDÃO MINERAÇÃO LTDA
14753/2011-872.858/2011-LUIS ANTONIO DA HORA ME
14754/2011-873.201/2011-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
14755/2011-873.202/2011-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
14756/2011-873.203/2011-NATURALLI PEDRAS NATURAIS DA BAHIA LTDA ME.
14757/2011-873.207/2011-MARCEL MINERAÇÃO LTDA
14758/2011-873.208/2011-ALEXSANDER COLOMBI
14759/2011-873.210/2011-URUÇUCA TRANSPORTES E GRANITO LTDA ME
14760/2011-873.481/2011-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA
14761/2011-873.482/2011-RAMON TRANSPORTE LTDA
14762/2011-873.521/2011-TERRAGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14763/2011-872.310/2011-CRS ALVES MINERAÇÃO ME
14764/2011-872.312/2011-CRS ALVES MINERAÇÃO ME
14765/2011-872.313/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14766/2011-872.314/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14767/2011-872.315/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14768/2011-872.316/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.
14769/2011-872.323/2011-VALDIR LIMA DA SILVA
14770/2011-872.325/2011-MSA MINERAÇÃO SERRA AZUL LTDA
14771/2011-872.326/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
14772/2011-872.328/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14773/2011-872.329/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14774/2011-872.330/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14775/2011-872.331/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14776/2011-872.332/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14777/2011-872.333/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14778/2011-872.334/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14779/2011-872.335/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14780/2011-872.336/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14781/2011-872.337/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14782/2011-872.338/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14783/2011-872.339/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14784/2011-872.340/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
14785/2011-872.341/2011-UNIÃO DE ENGENHEIROS CONSTRUTORES S A.

RELAÇÃO Nº 58/2011 - PB

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14820/2011-846.217/2008-CALVALE CALCINAÇÃO VALE DO SOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
14821/2011-846.122/2009-DIOGO CAVALCANTI DE OLIVEIRA
14822/2011-846.216/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
14823/2011-846.250/2011-LEONCIO CARLOS MEDEIROS
14824/2011-846.275/2011-JOSÉ EURICO MACHADO DA SILVA
14825/2011-846.305/2011-CLAUDIA SIMONE GOMES
14826/2011-846.307/2011-JOSE MARCOS PAULINO ARAUJO
14827/2011-846.312/2011-AMERICAN PORTLAND TECNOLOGIA E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.
14828/2011-846.322/2011-OLIMPIO QUEIROGA DE OLIVEIRA
14829/2011-846.354/2011-DAVID GERALDO VENTURA

RELAÇÃO Nº 125/2011 - SC

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14786/2011-815.547/2011-CERAMICA SERRA AZUL LTDA ME
14787/2011-815.554/2011-IVAN RICARDO ZIMMERMANN ME
14788/2011-815.561/2011-RAVLEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE QUARTZO LTDA
14789/2011-815.563/2011-OTÍLIA DE AMORIM SILVEIRA ME

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14790/2011-815.483/2007-ERNANDES AUGUSTO BENDINI
14791/2011-815.715/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES
14792/2011-815.026/2010-RUDNICK MINÉRIOS LTDA
14793/2011-815.571/2010-JAIR DAL CASTEL
14794/2011-815.572/2010-JAIR DAL CASTEL
14795/2011-815.241/2011-JACKSON AUGUSTO CATAFESTA
14796/2011-815.542/2011-PAULO AFONSO DOS SANTOS JUNIOR
14797/2011-815.543/2011-ITAMAR GEORG
14798/2011-815.544/2011-ITAMAR GEORG
14799/2011-815.549/2011-EDEMIR DELLA GIUSTINA
14800/2011-815.550/2011-EDEMIR DELLA GIUSTINA
14801/2011-815.556/2011-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA
14802/2011-815.560/2011-SOL MINERACAO LTDA.
14803/2011-815.562/2011-ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERÂMICOS
14804/2011-815.566/2011-GILBERTO ROSA
14805/2011-815.567/2011-FABIANO BATTISTOTTI PEREIRA
14806/2011-815.568/2011-FABIANO BATTISTOTTI PEREIRA
14807/2011-815.569/2011-EDEMIR DELLA GIUSTINA
14808/2011-815.570/2011-ANGELGRES REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA
14809/2011-815.571/2011-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA
14810/2011-815.572/2011-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA
14811/2011-815.573/2011-GABRIELA SCHUTZ DA SILVA
14812/2011-815.575/2011-NIERO MINERAÇÃO LTDA ME
14813/2011-815.576/2011-ERNANDES AUGUSTO BENDINI
14814/2011-815.577/2011-TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME
14815/2011-815.578/2011-TRANSMAC COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME
14816/2011-815.579/2011-LUIZ ALCEU MARANHO
14817/2011-815.581/2011-RODRIGO KIESLARCK MORETTI
14818/2011-815.583/2011-RODRIGO KIESLARCK MORETTI
14819/2011-815.585/2011-RODRIGO KIESLARCK MORETTI

RELAÇÃO Nº 174/2011 - DF

Referência: Processo DNPM nº 886.468/2007
Interessado: Antonio Bianco Filho.
Assunto: Taxa Anual por Hectare.

Nos termos do DESPACHO Nº 136/2011/PROGE/DNPM-PSSN, que ora aprovo, e adoto como fundamento da presente decisão, ANULO: - o despacho de imposição de multa de fls. 72, publicado no D.O.U. de 19 de outubro de 2010 (106);
- o despacho às fls. 75, publicado no D.O.U. de 8 de dezembro de 2010, que declarou a nulidade do Alvará de Pesquisa (6.51) e

- o despacho de fls. 77, que e tornou sem efeito o declaração de nulidade do alvará de pesquisa, publicado no D.O.U. de 14 de dezembro de 2010 (192).

RELAÇÃO Nº 192/2011 - ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14830/2011-896.197/2010-MINERAÇÃO CAN CAN LTDA.
14831/2011-896.244/2010-GRAMABRIL - GRANITOS E MÁRMORES BEIRA RIO LTDA.
14832/2011-896.271/2010-RETS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA ME
14833/2011-896.124/2011-CERÂMICA SANTA MARIA LTDA-EPP
14834/2011-896.140/2011-ETORE SELVATICI CAVALLIERI

RELAÇÃO Nº 197/2011 - ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14835/2011-896.873/2006-MINERAÇAO CANTAGALLO LTDA EPP
14836/2011-896.070/2008-MAURO CEZAR BROCCO
14837/2011-896.414/2010-J F OLIVEIRA NASCIMENTO
14838/2011-896.431/2010-MINERAÇÃO MOTTA LTDA-ME
14839/2011-896.436/2010-NECKIR GUIMARÃES NETTO
14840/2011-896.525/2010-RUTH VIDIGAL PINHEIRO COSTA
14841/2011-896.555/2010-GRUPO MARES SERVIÇOS TECNICOS LTDA

RELAÇÃO Nº 198/2011 - ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14842/2011-896.578/2009-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA
14843/2011-896.098/2011-TERCOL-TERAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

RELAÇÃO Nº 199/2011 - ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14844/2011-896.512/2010-ELOGRAN MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA
14845/2011-896.471/2011-EZX MINERAÇÃO LTDA.

RELAÇÃO Nº 594/2011 - MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

14260/2011-831.314/2011-MONTBELO MINERADORA LTDA
14261/2011-831.340/2011-OLINTO PADROEIRO DOS SANTOS
14262/2011-833.434/2011-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA
14263/2011-833.485/2011-ORENBRAS COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

14264/2011-834.892/2010-AMILTON TEIXEIRA NAVES
14265/2011-830.244/2011-CERÂMICA VARGEM ALEGRE LTDA
14266/2011-831.301/2011-MPS COMPRESSORES E SUPRIMENTOS LTDA ME
14267/2011-831.351/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14268/2011-831.352/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14269/2011-831.354/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14270/2011-831.355/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14271/2011-831.356/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14272/2011-831.357/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14273/2011-831.358/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14274/2011-831.445/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14275/2011-831.446/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14276/2011-831.447/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14277/2011-831.448/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14278/2011-831.450/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14279/2011-831.451/2011-CERÂMICA SÃO ROQUE LTDA EPP
14280/2011-831.491/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14281/2011-831.492/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14282/2011-831.493/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14283/2011-831.494/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14284/2011-831.495/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14285/2011-831.496/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14286/2011-831.497/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14287/2011-831.498/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14288/2011-831.499/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14289/2011-831.500/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14290/2011-831.501/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14291/2011-831.502/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14292/2011-831.503/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14293/2011-831.504/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14294/2011-831.505/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14295/2011-831.506/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14296/2011-831.507/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14297/2011-831.509/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14298/2011-831.511/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14299/2011-831.512/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14300/2011-831.513/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14301/2011-831.515/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14302/2011-831.516/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14303/2011-831.517/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14304/2011-831.518/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14305/2011-831.519/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14306/2011-831.520/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14307/2011-831.521/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14308/2011-831.522/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14309/2011-831.523/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14310/2011-831.524/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14311/2011-831.525/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14312/2011-831.526/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14313/2011-831.527/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14314/2011-831.528/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14315/2011-831.530/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14316/2011-831.531/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14317/2011-831.533/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14318/2011-831.534/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14319/2011-833.232/2011-JAIR FRANCISCO FERNANDES

RELAÇÃO Nº 595/2011 - MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
14320/2011-832.588/2010-MINERAÇÃO ALVES LTDA
14321/2011-831.283/2011-MINASGRAN MINERAÇÃO LTDA ME
14322/2011-831.284/2011-MINASGRAN MINERAÇÃO LTDA ME
14323/2011-831.285/2011-MINASGRAN MINERAÇÃO LTDA ME

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
14324/2011-833.767/2006-AREAL SANTA RITA LTDA
14325/2011-833.328/2010-GILSON JOSÉ DE ARAÚJO
14326/2011-833.671/2010-GIOVANNI RANGEL RABELO
14327/2011-834.008/2010-COMERCIAL AREIA SÃO MANOEL LTDA
14328/2011-830.080/2011-BRN MINERAÇÃO LTDA
14329/2011-830.482/2011-CERÂMICA PÁSSARO VERDE LTDA
14330/2011-830.610/2011-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA
14331/2011-831.261/2011-ALEX SANDER RESENDE MOREIRA
14332/2011-831.353/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14333/2011-831.364/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14334/2011-831.366/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14335/2011-831.367/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14336/2011-831.368/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14337/2011-831.369/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14338/2011-831.431/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14339/2011-831.432/2011-ATR+CONSTRUTORA LTDA
14340/2011-831.508/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14341/2011-831.510/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14342/2011-831.514/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14343/2011-831.529/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14344/2011-831.532/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14345/2011-831.536/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14346/2011-831.537/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14347/2011-831.538/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14348/2011-831.539/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14349/2011-831.540/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14350/2011-831.542/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14351/2011-831.543/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14352/2011-831.544/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14353/2011-831.545/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14354/2011-831.546/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14355/2011-831.547/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14356/2011-831.548/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14357/2011-831.549/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14358/2011-831.550/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14359/2011-831.551/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14360/2011-831.552/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14361/2011-831.553/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14362/2011-831.554/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14363/2011-831.555/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14364/2011-831.556/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14365/2011-831.557/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14366/2011-831.558/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14367/2011-831.559/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14368/2011-831.560/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14369/2011-831.579/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14370/2011-831.580/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14371/2011-831.581/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14372/2011-831.582/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14373/2011-831.583/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14374/2011-831.591/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14375/2011-831.592/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14376/2011-831.597/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14377/2011-831.598/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14378/2011-831.599/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
14379/2011-831.628/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 196/2011

Fase de Disponibilidade

Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
890.550/1987-DANA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
890.590/1987-REGINALDO CASTRO MARBRA.
890.085/1989-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA
890.203/1989-GRANVIVA GRANITO VINICIOS WALDEMAR LTDA
890.678/1991-PETRUS COMERCIO DE ROCHAS ORNAMENTAIS
891.240/1994-MIRELLA DORNELAS MACHADO
896.970/1995-GRAMABRIL GRANITOS E MARMORES BEIRA RIO LTDA
896.421/1998-DOIS IRMÃOS BENEFICIAMENTO DE AREIA LTDA
896.112/1999-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA
896.539/2003-THORGRAN GRANITOS LTDA
896.459/2006-CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA - ME
896.809/2007-THORGRAN GRANITOS LTDA
896.199/2008-ANTONIO AGUINALDO CAMPANA
Despacho publicado(316)
896.304/2000-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.-DEClARO EMPATADAS : CAMILO HEMERLY SIMONELLI E MINERAÇÃO DU GRANITO LTDA
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
890.678/1991-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
890.550/1987- HABILITADOS os proponentes: DANA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA E ALEMÃO EXPORTAÇÃO E MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA .
890.590/1987- HABILITADOS os proponentes: REGINALDO CASTRO MARBRA, TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA, DANA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA .
890.085/1989- HABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA E MOACIR LIMA TATAGIBA .
890.203/1989- HABILITADOS os proponentes: CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA - ME, IMETAME GRANITOS LTDA E GRAVIVA GRANITO VINICIOS WALDEMAR LTDA .
890.678/1991- HABILITADOS os proponentes: PETRUS COMÉRCIO DE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA, THOGRAN GRANITOS LTDA E MINERAÇÃO VALE DU GRANITOS LTDA.
891.240/1994- HABILITADOS os proponentes: PETRUS COMÉRCIO DE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA, JOSIANE DORNELAS MACHADO, MIRELLA DORNELAS MACHADO, EXOTIC MINERAÇÃO LTDA E ECOAREIA COMERCIO DE AREIA LTDA .
896.970/1995- HABILITADOS os proponentes: SERGIO LUIZ ELLER FIGUEIRA, GRAMABRIL GRANITOS E MARMORES BEIRA RIO LTDA E MINERAÇÃO TRÊS PONTÕES LTDA - ME .
896.421/1998- HABILITADOS os proponentes: LUMAR MINERAÇÃO LTDA ME. DOIS IRMÃOS BENEFICIAMENTO DE AREIA LTDA. E MINERAÇÃO TRIUNFO LTDA .
896.112/1999- HABILITADOS os proponentes: CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA, AMORIM AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA E MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA .
896.539/2003- HABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA. E THORGRAN GRANITOS LTDA. .
896.459/2006- HABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA, CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA- ME. E TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA .
896.611/2006- HABILITADOS os proponentes: ANTONIO AGUINALDO CAMPANA E GENILSON JOSÉ DE BRITO .
896.809/2007- HABILITADOS os proponentes: THORGRAN GRANITOS LTDA. E MINERADORA VERDE PAVÃO LTDA ME .
896.199/2008- HABILITADOS os proponentes: PETRUS COMERCIO DE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA, ANTONIO AGUINALDO CAMPANA. E TERRA MINAS TERRAPLENAGEM CONSTRUÇÕES LTDA - ME .
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
890.550/1987-ALEMÃO EXPORTAÇÃO E MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA - EDITAL N° 05/2010 - Publicado DOU de 02/06/2010
890.590/1987-TROCOMAL NORTE MINERAÇÃO LTDA. E DANA IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA - EDITAL N° 01/2010 - Publicado DOU de 26/05/2010
890.085/1989-MOACIR LIMA TATAGIBA - EDITAL N° 01/2010 - Publicado DOU de 26/05/2010
890.203/1989-IMETAME GRANITOS LTDA E CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA - ME - EDITAL N° 01/2010 - Publicado DOU de 26/05/2010
890.678/1991-THORGRAN GRANITOS LTDA. E MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA - EDITAL N° 05/2010 - Publicado DOU de 02/06/2010
891.240/1994-ACOAREIA COMERCIO DE AREIA LTDA, PETRUS COMERCIO DE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. E JOSINE DORNELAS MACHADO - EDITAL N° 01/2010 - Publicado DOU de 26/05/2010
896.970/1995-SERGIO LUIZ ELLER FIGUEIRA. E MINERAÇÃO TRÊS PONTÕES LTDA ME - EDITAL N° 03/2010 - Publicado DOU de 27/05/2010
896.421/1998-LUMAR MINERAÇÃO LTDA ME. E MINERAÇÃO TRIUNFO LTDA - EDITAL N° 05/2010 - Publicado DOU de 02/06/2010
896.112/1999-AMORIM AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. E CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA - EDITAL N° 05/2010 - Publicado DOU de 02/06/2010
896.304/2000-STONE BLOCKS MINERAÇÃO LTDA - EDITAL N° 05/2010 - Publicado DOU de 02/06/2010
896.539/2003-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA - EDITAL N° 01/2010 - Publicado DOU de 26/05/2010
896.459/2006-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA. E MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA - EDITAL N° 01/2010 - Publicado DOU de 26/05/2010
896.611/2006-GENILSON JOSÉ DE BRITO - EDITAL N° 03/2010 - Publicado DOU de 27/05/2010
896.809/2007-MINERADORA VERDE PAVÃO LTDA ME - EDITAL N° 03/2010 - Publicado DOU de 27/05/2010
896.199/2008-TERRA MINAS TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA ME. E PETRUS COMERCIO DE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA - EDITAL N° 03/2010 - Publicado DOU de 27/05/2010

RELAÇÃO Nº 201/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
896.269/2011-MINERAÇÃO IRMÃOS CASTELARI LTDA.- OF. N° 3.466/2011

RELAÇÃO Nº 202/2011

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.312/1990-MINERCOL MINERAÇÃO COLLODETTI LTDA-ME-OF. N°3.477/2011 - SR/DNPM/ES - Apresentar original ou cópia autenticada da Licença de Instalação (L.I.) a ser expedida pelo órgão ambiental competente.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 137/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
j c de Oliveira Filho - 806292/07 - A.I. 230/11

WAGNER DA SILVA SIQUEIRA
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 187/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Elmo Teodoro Ribeiro - 867207/10 - A.I. 1333/11, 867208/10 - A.I. 1334/11, 867209/10 - A.I. 1335/11, 867210/10 - A.I. 1336/11
Mineração Iataipú Industria e Comercio Ltda - 866679/10 - A.I. 1337/11
Mr3 Mineração Ltda Epp - 866390/08 - A.I. 1330/11, 866391/08 - A.I. 1331/11, 866392/08 - A.I. 1332/11

RELAÇÃO Nº 191/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
867.059/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.060/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.061/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.062/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.063/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.064/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.065/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.066/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.067/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.068/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.069/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.070/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.099/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.100/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.101/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.102/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.103/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.104/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.105/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.106/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.112/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.113/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.114/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.115/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.116/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.117/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.118/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.125/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.126/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.127/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.128/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.129/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.130/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.131/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.132/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.133/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.134/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.145/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.146/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.147/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.148/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.149/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.150/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.151/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.152/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.153/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.154/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.155/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.156/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.157/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.158/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.159/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.160/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.161/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.162/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.163/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.164/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.165/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.166/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
867.190/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DA PROCURADORA FEDERAL
RELAÇÃO Nº 6/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias
José Guimarães Martins - 950541/09 - R$ 23.161,65 Incrição N.46012/2011

JACQUELINE BRANDT CRUZ DOS ANJOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 303/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Galdino Antonio da Silva Luz - 850218/03 - A.I. 592/11
Izidório Correia de Oliveira - 850453/10 - A.I. 597/11, 850454/10 - A.I. 598/11, 850455/10 - A.I. 599/11, 850456/10 - A.I. 600/11
Jerry Antônio Nogueira de Jesus - 850914/06 - A.I. 593/11
Milena Vieira Freire - 851155/08 - A.I. 594/11
Vanessa Correa do Carmo - 850082/09 - A.I. 595/11, 850083/09 - A.I. 596/11

RELAÇÃO Nº 304/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Flavio Frossard - 850484/09
Gme4 do Brasil Participações e Empreendimentos s a - 850536/07
Miguel Nabut - 850457/09
Rodrigo Milani - 850320/10, 850345/10
Silvio de Paiva Macedo Júnior - 850346/10

RELAÇÃO Nº 305/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Aviz & Evangelista Ltda - 850550/10 - Not.556/2011 - R$ 313,83

RELAÇÃO Nº 306/2011

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º , IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: m. r. s. 0liveira - me Cpf/cnpj :04.681.699/0001-53 - Processo de cobrança: 950733/11 Valor: R$.21.112,74
Titular: Marcel Ceramica Ltda Cpf/cnpj :04.941.694/0001-12 - Processo de cobrança: 950731/11 Valor: R$.4.934,42
Titular: Martop - Construções e Terraplenagem Ltda Cpf/cnpj :03.735.306/0002-65 - Processo de cobrança: 950732/11 Valor: R$.128.501,42

JOÃO BOSCO PEREIRA BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 119/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Acumuladores Moura s a - 840051/08 - Not.176/2011 - R$ 4.615,60, 840065/08 - Not.177/2011 - R$ 4.312,94, 840569/07 - Not.178/2011 - R$ 4.670,24
Devanei Agostinho Rodrigues - 840041/07 - Not.181/2011 - R$ 3.044,62
Loguiminas Serviços e Mineração Ltda - 840192/07 - Not.182/2011 - R$ 1.948,12

RELAÇÃO Nº 122/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Água Mineral Igara Ltda - 840054/03 - Not.180/2011 - R$ 2.598,23

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 175/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Colmar Alves de Almeida - 848419/08 - A.I. 388/11, 848420/08 - A.I. 389/11
Paulo Roberto Retz - 848123/06 - A.I. 390/11

RELAÇÃO Nº 176/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Francisco s. Ferreira M.E. - 848151/06
Marcelo Martins Soares - 848148/06
Votorantim Cimentos n ne s a - 848214/08, 848195/08, 848194/08

RELAÇÃO Nº 177/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Emprogeo Ltda - 848163/06
Maria Madalena Dos Santos - 848162/06
Mineração Apodi LTDA. - 848082/07
Roseli Diniz de Almeida Silva - 848170/06

RELAÇÃO Nº 178/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
José Braz Neto - 848036/06 - Not.158/2011 - R$ 598,66
rn Pedras e Granitos LTDA. - 848012/06 - Not.159/2011 - R$ 2.001,88

RELAÇÃO Nº 180/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Luiz Machado Filho -me - 848130/09 - A.I. 391/11
Vanda Medeiros - 848772/10 - A.I. 392/11

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 153/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
890.380/2001-MINERSUL GRANITOS LTDA.- Publicado DOU de 31/05/2011
Torna sem efeito exigência(199)
890.594/2009-BOECHAT DO BAIRRO TRATAMENTO DE RESÍDUOS, COLETA E CONSERVAÇÃO LTDA ME-OF. N°2603/2011-DGTM-DOU de 02/092011
Torna sem efeito Multa Aplicada- Início da pesquisa(1035)
890.079/2007-RAIMUNDO EDNO BESERRA-AI N°140/2009
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
890.031/2010-EDSON DA SILVA-AI N°270/2011
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
890.393/2008-JJG ITABORAI AREAL LTDA- Registro de Licença N°2524/2008-"Onde se lê registro de licença nº 2498/2009 e 2523/2008 no cadastro mineiro" "Leia-se registro de licença nº 2524/2008"
Torna sem efeito despacho que negou reconsideração(777)
890.455/2007-CIBRAZIL MINERAÇÕES LTDA ME- Publicado DOU de 18/08/2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(1284)
890.498/2011-CERAMICA SÃO PEDRO DE CAMPOS LTDA-OF. N°2258/2011-DGTM-DOU de 28/07/2011

RELAÇÃO Nº 166/2011

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.458/2009-OLARIA BARRO FORTE LTDA-Registro de Licença n°2.655/2.011 de 06/09/2011-Vencimento em 20/12/2012
890.459/2009-INDUSTRIA DE CERAMICA GAMA E SILVA-Registro de Licença n°2.662/2.011 de 09/09/2011-Vencimento em 04/03/2012
890.468/2009-R. R. R. INDÚSTRIA CERAMICA LTDA-Registro de Licença n°2.660/2.011 de 09/09/2011-Vencimento em 05/10/2011
890.469/2009-RODOLFO AZEVEDO GAMA ME-Registro de Licença n°2.654/2.011 de 06/09/2011-Vencimento em 24/09/2011
890.517/2009-CERAMICA COQUEIROS DE CAMPOS LTDA-Registro de Licença n°2.667/2.011 de 09/09/2011-Vencimento em 21/10/2011
890.546/2009-IRMÃOS VINA BARCELOS LTDA-Registro de Licença n°2.653/2.011 de 05/09/2011-Vencimento em 05/10/2011
890.136/2010-CERAMICA IRMÃOS CARDOSO LTDA-Registro de Licença n°2.658/2.011 de 06.09.2011-Vencimento em 19/02/2014
890.286/2010-CERÂMICA CINCO ESTRELAS LTDA.-Registro de Licença n°2.657/2.011 de 06/09/2011-Vencimento em 25/05/2013
890.287/2010-CERAMICA ABUD WAGNER LTDA-Registro de Licença n°2.661/2.011 de 09/09/2011-Vencimento em 25/05/2013
890.326/2010-CERÂMICA PIZZAIOLLO LTDA-Registro de Licença n°2.663/2.011 de 09/09/2011-Vencimento em 09/03/2013
890.409/2010-WAGNER LINHARES INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA-Registro de Licença n°2.668/2.011 de 12/09/2011-Vencimento em 29/07/2012
890.529/2010-CERÂMICA SIQUEIRA CARDOSO LTDA.-Registro de Licença n°2.670/2.011 de 12/09/2011-Vencimento em 30/09/2012
890.594/2010-F. P. R INDUSTRIA CERAMICA LTDA ME-Registro de Licença n°2.656/2.011 de 06/09/2011-Vencimento em 21/10/2011
890.595/2010-CERAMICA SÃO PEDRO DE CAMPOS LTDA-Registro de Licença n°2.672/2.011 de 12/09/2011-Vencimento em 22/10/2011
890.693/2010-FERREIRAS E FREITAS INDUSTRIA E CERÂMICA LTDA-Registro de Licença n°2.659/2.011 de 09/09/2011-Vencimento em 25/11/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

890.748/2010-F. A. C. PAES VIANA LTDA-Registro de Licença n°2.671/2.011 de 12/09/2011-Vencimento em 01/12/2011
890.777/2010-CERÂMICA CORDEIRO E TEIXEIRA LTDA-Registro de Licença n°2.666/2.011 de 09/09/2011-Vencimento em 03/12/2011
890.039/2011-FERREIRAS E FREITAS INDUSTRIA E CERÂMICA LTDA-Registro de Licença n°2.669/2.011 de 12/09/2011-Vencimento em 25/01/2012
890.498/2011-CERAMICA SÃO PEDRO DE CAMPOS LTDA-Registro de Licença n°2.664/2.011 de 09/09/2011-Vencimento em 05/03/2012

RELAÇÃO Nº 168/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.546/2011-MELLO M C L MINERADORA LTDA.-OF. N°2548/2011-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.457/2009-ERON JOSE DOS SANTOS CARVALHO FILHO-Cessionário:ENILSON DA SILVA PONTES- CPF ou CNPJ 379.293.567-87- Alvará n°17287/2010
Torna sem efeito Auto de Infração - INICIO DE PESQ(1872)
890.079/2007-RAIMUNDO EDNO BESERRA- AI N°140/2009
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.485/2004-F.N. 40 TERRAPLENAGEM LTDA - EPP-OF. N°2.931/2011 DGTM/SAP
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.056/2007-PEDRAS DECORATIVAS ROBERT CAMACHO LTDA-ME-OF. N°2554/2011-DGTM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.056/2007-PEDRAS DECORATIVAS ROBERT CAMACHO LTDA-ME- Registro de Licença No.:2335/2007 - Vencimento em 29/11/2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.334/2010-IMOBILIARIA CASIMIRO DE ABREU LTDA-Registro de Licença n°2.652/2011 de 05/09/2011-Vencimento em 31/12/2012
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
890.251/2008-ANTÔNIO NC PORTELLA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.290/2008-R.S. NUNES EXTRAÇÃO DE MINERAIS - ME-OF. N°2866/2011-DGTM
890.136/2010-CERAMICA IRMÃOS CARDOSO LTDA-OF. N°2.930/2011 DGTM
890.286/2010-CERÂMICA CINCO ESTRELAS LTDA.-OF. N°2.928/2011 DGTM
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
890.291/2008-R.S. NUNES EXTRAÇÃO DE MINERAIS - ME
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
890.278/2009-CARVALHO E MADEIRA EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA.-ME-OF. N°2867/2011-DGTM
890.463/2011-MINERAÇÃO ATLÂNTICO SUL LTDA EPP-OF. N°2872/2011-DGTM

RELAÇÃO Nº 171/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.408/2008-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA
890.409/2008-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA
890.410/2008-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA
890.412/2008-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização-de Pesquisa para Licenciamento(186)
890.364/2008-AREAL SITIO DA PEDRA LTDA - ME
890.234/2009-DAC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.213/2004-ERNESTO CARLOS BLANC-ME
890.364/2008-AREAL SITIO DA PEDRA LTDA - ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.423/2002-J P M VEICULOS DIESEL LTDA-OF. N°3.019/2011 DGTM
890.296/2005-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA-OF. N°2.988/2011 DGTM
890.462/2005-C & M MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°2.984/2005 DGTM
890.075/2009-TAHOMA 2005 MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°3.029/2011 DGTM
Fase de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
890.337/1981-PEDREIRA VOLTA REDONDA LTDA-OF. N°3.014/2011 DGTM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.518/2009-R. R. R. INDÚSTRIA CERAMICA LTDA-Registro de Licença n°2.665/2.011 de 09/09/2011-Vencimento em 21/10/2011
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
890.011/2010-DAC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.517/2009-CERAMICA COQUEIROS DE CAMPOS LTDA-OF. N°2.983/2011 DGTM
890.518/2009-R. R. R. INDÚSTRIA CERAMICA LTDA-OF. N°2.968/2011 DGTM
890.326/2010-CERÂMICA PIZZAIOLLO LTDA-OF. N°2.951/2011 DGTM
890.143/2011-MINERAÇÃO QUINDINS LTDA ME-OF. N°3.017/2011 DGTM
890.498/2011-CERAMICA SÃO PEDRO DE CAMPOS LTDA-OF. N°2.964/2011 DGTM
890.614/2011-JOSÉ LUIZ DOS SANTOS MINERAÇÃO ME-OF. N°3.002/2011 DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
890.510/2011-PEDRA SUL EXTRAÇÃO E BRITAMENTO LTDA-OF. N°2.996/2011 DGTM
Fase de Disponibilidade
Não conhece solicitação protocolizada por falta de previsão legal.(1865)
890.489/2009-João Renato de Souza Coelho Benazzi - CPF:741.524.917-87 por meio da juntada n° 48409-001554/2011-95 , de 23/03/201 às fls. 83 às fls.92 acostadas ao autos.

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 126/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.953/2010-R PETERSON COMERCIO LTDA EPP-OF. N°3185/11
815.330/2011-MARCIO ROGÉRIO DOS SANTOS-OF. N°3176/11
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(230)
815.800/2007-SETEP CONSTRUÇÕES S.A.-AI N°445/11
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.320/2002-CERÂMICA E MADEIRAS RIO BENEDITO LTDA.-OF. N°3184/11
815.210/2005-RIBEIRÃO DO COBRE-EXTRAÇÃO,COM.TRANSP.EREPR.DE MINERIOS LTDA.-ME-OF. N°3169/11
815.526/2006-TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.-OF. N°3172/11
815.526/2006-TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.-OF. N°3172/11
815.067/2007-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°3168/11
815.373/2008-REBELATTO & KUHN LTDA-OF. N°3179/11
815.332/2010-CUBATÃO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°3170/11
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.861/2007-OSNI PEREIRA ME- Área de 150,06 ha para 49,93 ha-Areia
815.139/2008-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA- Área de 144,09 ha para 76,75 ha-Argila para uso industrial
815.226/2008-PORTO DE AREIA SANTA ANA, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA EPP- Área de 209,14 ha para 49,59 ha-Argila Vermelha
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.353/2009-ALEX SANDRO ADURVÂNIO REUS ME-Argila e Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.695/2008-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.011/1993-PIERINI - REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA.-OF. N°3177/11
815.913/2007-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-OF. N°3173/11 e 3174/11
815.646/2008-CERAMICA BRAÇONORTENSE LTDA. ME-OF. N°3181/11
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.183/2003-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA NH LTDA EPP-BRUSQUE/SC - Guia n° 59/11 e 60/11-8.500t e 12.000t-Conglomerado (cascalho) e Filito- Validade:13/09/2012
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
815.794/1987-SULCATARINENSE MIN.ART.CIM.BRIT.CONSTR. LTDA- AI Nº 115/11
815.706/2004-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA- AI Nº 136/11, 137/11, 138/11, 139/11, 140/11, 141/11, 189/11, 190/11, 191/11, 378/11, 442/11, 443/11
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.488/2002-INDUSTRIA VILA NOVA LTDA-OF. N°3183/11
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.121/2002-FIRMA INDIVIDUAL NICOLAU MANOEL FLOR ME- Registro de Licença No.:971/2008 - Vencimento em 11/04/2016
815.196/2004-MARIA DOLORES ZANCANELA ME- Registro de Licença No.:1134/2004 - Vencimento em 16/08/2013
815.238/2005-SCG SERVIÇO DE DRAGAGEM LTDA ME- Registro de Licença No.:1187/2008 - Vencimento em 22/02/2015
Fase de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
815.083/2006-RIO DOS CEDROS PREFEITURA-OF. N°3167/11

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 89/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cerâmica Santa Marcia s a - 878107/07 - Not.110/2011 - R$ 1.166,80
Dacio José da Silva Filho me - 878046/10 - Not.109/2011 - R$ 252,53
Polirochas Indústria e Comércio de Marmores e Granitos Ltda - 878099/07 - Not.107/2011 - R$ 2.613,48
Transmincal - Transporte e Mineração de Calcário Ltda Epp - 878101/07 - Not.111/2011 - R$ 842,36

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Substituto

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 14 de setembro de 2011

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA

Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)

O Processo permanecerá nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vista e cópias
861.005/2002 - PEDREIRA IZAÍRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Terezópolis de Goiás/GO

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 125, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, com fundamento nos artigos. 63, § 2º , e 65, "a", do Código de Mineração, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.396/1987, resolve:

Art. 1º Declarar a Caducidade da Concessão de Lavra outorgada pela Portaria nº 237, de 21 de julho de 1993, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 1993, que autorizou Calita Mineração e Empreendimentos Ltda. a lavrar Água Mineral, no Município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.99)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 126, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, com fundamento nos artigos. 63, § 2º , e 65, "a", do Código de Mineração, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.111/1979, resolve:

Art. 1º Declarar a Caducidade da Concessão de Lavra outorgada pela Portaria nº 990, de 12 de agosto de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 1983, que autorizou Marmoraria Belmonte Ltda. a lavrar granito industrial, no Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.99)

CLAUDIO SCLIAR

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Secretário de 17.08.2011, publicado no Diário Oficial da União de 22.08.2011, Seção 1 pag. 84, referente ao Processo DNPM nº 820.197/2004, onde se lê: "...CERÂMICA SÃO MARCOS DE CONHAS LTDA..." Leia-se: "...CERÂMICA SÃO MARCOS DE CONCHAS LTDA...".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 498, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VIII da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto n.º 6.812, de 03 de abril de 2009, combinada com o inciso X do art. 122 do Regimento Interno, devidamente aprovado pela Portaria/MDA/n.º 20 de 08 de abril de 2009,

Considerando que, nos termos da Portaria/INCRA/P/N.º 44, de 8 de fevereiro de 2010, foi delegada competência a titular da Diretoria de Gestão Administrativa desta autarquia para praticar todos os atos necessários à operacionalização de concurso público autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por meio da Portaria n.º 508, de 29 de dezembro de 2009, para o provimento de 550 (quinhentos e cinquenta) cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Incra;

Considerando que, durante a realização das provas do concurso público, ocorrências havidas na cidade de Natal - RN, resultaram na Ação Civil Pública (processo n.º 0006012-25.2010.4.05.8400), promovida pelo Ministério Público Federal, em desfavor do Incra e do Instituto Cetro - Concursos Públicos Consultoria e Administração, em trâmite na 1ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte;

Considerando a audiência de conciliação com o Ministério Publico Federal, a ser realizada na 1ª Vara Federal de Natal - RN;

Considerando que o Ministério Público Federal entende como fundamental a presença de representantes do Incra e do Instituto Cetro que possuam conhecimentos nas áreas acadêmica e técnica, para que possam esclarecer as dúvidas do MPF e, eventualmente, do Juízo Federal;

Considerando que, conforme dispõe o inciso I, do art. 21, da Estrutura Regimental e o inciso I, do art. 122 do Regimento Interno da autarquia, incumbe ao Presidente do Incra "representar o Incra, ativa e passivamente, em juízo, por meio de procuradores, ou fora dele, na qualidade de seu principal responsável" resolve :

Art. 1º. Delegar competência à titular da Diretoria de Gestão Administrativa, para que, assistida pela Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra, represente a autarquia durante a referida audiência, com poderes para celebrar acordo visando por fim a Ação Civil Pública acima mencionada e possibilitar a continuidade do concurso em epígrafe.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO LISBOA DE LACERDA

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 13 a 15 de setembro de 2011, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS,

Considerando que o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, institui o Plano Brasil Sem Miséria, cuja finalidade é superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações;

Considerando que a Resolução CNAS nº 210/2007 aprova as metas nacionais do Plano Decenal de Assistência Social e prevê a universalização da proteção social básica em territórios vulneráveis.

Considerando que Resolução nº 7/2010 pactuou a expansão de serviços socioassistenciais 2010 e que disponibilizou pelo menos 1 cofinanciamento federal para o Serviço de Atendimento Integral à Família - PAIF para cada município, de acordo com deliberação da V Conferência Nacional de Assistência Social;

Considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº109, de 11 de novembro de 2009, que prevê o atendimento às famílias residentes em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros) pode ser realizado por meio do estabelecimento de equipes volantes ou mediante a implantação de unidades de CRAS itinerantes.

Considerando a Norma Operacional Básica - NOB aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e prevê que o Piso Básico Variável se destina ao cofinanciamento de especificidades regionais ou locais.

Considerando a Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução CNAS nº 145/2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

Considerando a Resolução CNAS n.º 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS;

Considerando que a Resolução CNAS nº17/2011 ratificou a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, resolve:

Art. 1º Aprovar os critérios para expansão 2011 do cofinanciamento federal, nos serviços de proteção social básica, apresentados pela Secretaria Nacional de Assistência Social, nos termos abaixo descritos.

CAPÍTULO I

DO COFINANCIAMENTO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Pactuar critérios, prazos e procedimentos das expansões qualificadas, no âmbito do Distrito Federal e dos Municípios, do cofinanciamento federal do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, a ser ofertado nos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, e dos serviços e ações executas pelas Equipes Volantes, vinculadas aos CRAS em funcionamento para o exercício de 2011.

Art. 3º Os recursos orçamentários disponíveis para essas expansões qualificadas comporão o Plano Brasil sem Miséria e serão destinados ao Distrito Federal e aos Municípios que atendam os critérios dispostos nesta Resolução para o cofinanciamento do PAIF e dos serviços e ações executados pelas Equipes Volantes.Art. 4º As equipes volantes não substituem o CRAS em territórios que demandem sua implantação, pois se constituem como equipes adicionais integrantes do CRAS.

§1º O objetivo da Equipe Volante é prestar serviços de Proteção Social Básica no território de abrangência do CRAS a que se vincula às famílias a ele referenciadas, potencializando o PAIF em territórios com peculiaridade de extensão territorial, isolamento, áreas rurais e difícil acesso.

§2º A especialidade das Equipes Volantes é prioritariamente ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica.

Art. 5º Entende-se por déficit de cobertura de CRAS a diferença entre o número de CRAS necessários para cobertura das famílias com até ½ salário mínimo cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico e o número de CRAS confinanciados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS em um dado Município ou no Distrito Federal, considerando a capacidade de referenciamento estabelecida para cada porte, conforme especificado na Norma Operacional Básica do SUAS - NOBSUAS.

SEÇÃO II

DOS CRITÉRIOS PARA EXPANSÃO DO COFINANCIAMENTO DO PAIF NO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

Art. 6º São elegíveis para participar do processo de aceite do cofinanciamento federal para prestação do serviço PAIF, os entes que apresentam déficit de cobertura de CRAS, que tem por objetivo atender as famílias cadastradas no CadÚnico com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo.

Parágrafo Único. Para efeitos do Caput deste artigo foram consideradas as famílias cadastradas até mês de abril de 2011 no CadÚnico.

Art. 7º Serão excluídos do processo entes que atendam o critério acima disposto, mas que apresentam alguma das situações abaixo especificadas:

possuam pendências de implantação de CRAS aceitos em expansões de cofinanciamento federal para o PAIF de anos anteriores; e

receberam oferta de PAIF na expansão de serviços socioassistenciais de 2010, porém não aceitaram ou não se manifestaram quanto ao aceite ou aceitaram e posteriormente desistiram do respectivo cofinanciamento federal.

Art. 8º Os Municípios e Distrito Federal que atendam as condições dispostas nos artigos 6º e 7º serão ordenados em duas etapas:

Entes que já possuam CRAS implantados com recursos próprios e cadastrados no Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social - CadSUAS serão organizados em ordem decrescente do total de população em extrema pobreza; e

Município e Distrito Federal que não possuam CRAS implantados com recursos próprios serão organizados em ordem decrescente do total de população em extrema pobreza.

Parágrafo Único. A classificação final será determinada pelos entes ordenados no inciso I, seguidos pelos ordenados no inciso II.

Art. 9º O cofinanciamento do PAIF ofertado a cada ente será igual à soma do total de CRAS implantados com recursos próprios e cadastrados no CadSUAS, mais a quantidade determinada pelo seu porte populacional, a qual obedecerá a seguinte regra:

Pequeno Porte I e Pequeno Porte II: no máximo 1 CRAS;

Médio Porte: no máximo 2 CRAS;

Grande Porte: no máximo 3 CRAS; e

Metrópole: no máximo 4 CRAS.

Parágrafo Único. O número de CRAS ofertado a cada ente, de que trata este artigo, não poderá ser superior ao déficit de cobertura de CRAS confinanciados.

Art. 10 Para efeitos dos artigos 8º e 9º serão considerados os CRAS cadastrados no CadSUAS até o dia 09/09/2011

SEÇÃO III

DOS CRITÉRIOS PARA EXPANSÃO DO COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS E AÇÕES EXECUTADOS PELAS EQUIPES VOLANTES NO DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

Art. 11 São elegíveis para participar do processo de aceite do cofinanciamento federal para implantação dos serviços e ações executados pelas Equipes Volantes os entes que obedeçam aos seguintes critérios:

I-possuam CRAS que atendam famílias em território cuja área é extensa, isolada, rural e de difícil acesso; e

II- possuam CRAS cadastrados no Censo SUAS/CRAS 2010 com o quantitativo de profissionais previsto nas Metas de Desenvolvimento dos CRAS no período de 2009/2010.

Parágrafo Único. Para efeito dessa expansão de Equipes Volantes serão considerados os entes cuja área territorial em quilômetros quadrados, dividida pelo número de CRAS necessários à plena cobertura, tendo como referência o numero de famílias de até ½ salario mínimo no CadÚnico, seja superior a 700 km2.

Art. 12. Os entes que atendam o disposto no artigo 11 serão classificados considerando a média calculada a partir das seguintes variáveis:

percentual de pessoas extremamente pobres no Município e Distrito Federal, com base no Censo 2010 do IBGE;

percentual de pessoas extremamente pobres que residem em área rural no Município e Distrito Federal, com base no Censo 2010 do IBGE.

Art. 13. Será repassado mensalmente o valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por CRAS para o custeio dos serviços e ações executadas pela Equipe Volante, independentemente do porte do Município ou Distrito Federal.

CAPÍTULO II

DOS PRAZOS E PROCEDIMENTOS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. As expansões do cofinanciamento do PAIF e dos serviços e ações executados pelas Equipes Volantes, no que couber, observarão os critérios e procedimentos do processo de expansão qualificada instituído pelas Resoluções nº 10, de 5 de novembro de 2009 e n° 5, de 8 de junho de 2011, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, ressalvados os prazos e procedimentos estabelecidos na presente Resolução.

Art. 15. Os entes participantes das expansões, de que trata esta Resolução, deverão realizar o aceite do cofinanciamento ofertado no período de 26 de setembro a 29 de outubro de 2011.

§1º A realização do aceite formal do cofinanciamento e seus respectivos compromissos pelo gestor, dar-se-á por meio do preenchimento eletrônico de Termo de Aceite disponibilizado aos entes participantes dessas expansões.

§2º A não realização do aceite, no prazo estabelecido, representará recusa do cofinanciamento federal que lhe foi oferecido.

§3º O cumprimento desta etapa é de responsabilidade do gestor municipal e do Distrito Federal.

Art.16. O Conselho de Assistência Social dos respectivos entes elegíveis deverá se manifestar, aprovando ou não, sobre o aceite realizado pelo gestor, e registrar essa manifestação, no período de 26 de setembro a 12 de novembro de 2011, no sistema eletrônico disponibilizado pelo MDS, no qual deverá constar a data da reunião e o número da Resolução do Conselho.

§1º O aceite realizado pelo gestor municipal ou do Distrito Federal e aprovado pelo respectivo Conselho passará a integrar o Plano de Ação 2011 dos respectivos entes.

§2º A manifestação de que trata o caput deste artigo dar-se-á, sempre, após a realização do aceite pelo gestor.

Art.17. Constitui requisito para o recebimento do cofinanciamento federal do PAIF e dos serviços e ações executados pelas Equipe Volante a habilitação nos níveis de gestão básica ou plena do SUAS.

Art. 18. O início do prazo para implantação do PAIF e dos serviços e ações executados pelas Equipes volante coincide com o início do repasse dos recursos, e obedecerá os prazos estabelecidos nesta resolução.

Art. 19. Os Estados deverão realizar o monitoramento e acompanhamento da implementação e execução do PAIF nos CRAS e das Equipes Volantes, em consonância com os prazos de demonstração de implantação e, ainda, realizar os devidos registros em aplicativo posteriormente disponibilizado pelo MDS.

Parágrafo Único. No caso do Distrito Federal, o monitoramento e acompanhamento serão realizados diretamente pelo MDS.

Art. 20. O Serviço do PAIF e dos serviços e ações executados pelas Equipes Volantes, cujo cofinanciamento federal foi aceito pelo Gestor e aprovado pelo Conselho de Assistência Social, passará a integrar o Plano de Ação 2012, do respectivo ente.

Art. 21. Serão objeto de verificação do Fundo Nacional de Assistência Social, no momento da análise de prestação de contas dos respectivos Municípios e Distrito Federal as seguintes situações:

o respectivo Conselho de Assistência Social não se manifestar dentro do prazo estabelecido nesta Resolução a respeito do aceite realizado pelo gestor;

o respectivo Conselho de Assistência Social se manifestar apresentando parecer contrário ao aceite realizado pelo gestor;

não ocorrer a implantação do serviço do PAIF ou não ocorrer a constituição das equipes volantes, dentro dos prazos estabelecidos nesta Resolução.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SEÇÃO II
DA IMPLANTAÇÃO DO PAIF

Art. 22. Os entes que realizaram o aceite para cofinanciamento do PAIF, a ser ofertado nos CRAS, deverão demonstrar a efetiva implementação e prestação do serviço por meio do CadSUAS, respeitando os prazos e procedimentos estabelecidos pelas Resoluções CIT nº 10, de 05 de novembro de 2009, e nº5, de 08 de junho de 2011.

§1º De acordo com a Resolução nº 5, de 2011, os entes deverão comprovar a implantação dos serviços no prazo de 1(um) ano, a contar da data prevista para início do cofinanciamento, podendo ser prorrogado por igual período, mediante apresentação de justificativa válida ao MDS.

§2º Do prazo que trata o parágrafo anterior, os 100 (cem) primeiros dias configuram como prazo regulamentar e o restante do período como prazo suplementar, conforme Resolução CIT Nº 10/2009.

§3º O repasse de recurso quando da utilização do prazo suplementar será bloqueado até a comprovação da implantação do serviço, conforme estabelecido pelo artigo 8º, inciso II, alínea "c'da Resolução nº 10, de 2009.

Art. 23. O monitoramento e acompanhamento dos Estados aos Municípios que aceitaram ofertar o PAIF nos CRAS se dará por meio de visitas, conforme Art. 7º, alínea "b" da resolução nº10/2009 e obedecerá os prazos abaixo estabelecidos:

Início: data de implantação do PAIF pelo Município ou Distrito Federal e respectivo registro no CadSUAS.

término: 3(três) meses após o prazo final, concedido pela Resolução nº5, de 2011, da CIT, para implantação do serviço pelo município ou Distrito Federal.

SEÇÃO III
DA IMPLANTAÇÃO DAS EQUIPES VOLANTES

Art. 24. Os entes que realizaram aceite do cofinanciamento dos serviços e ações executados pelas Equipes Volantes deverão demonstrar a composição e constituição das equipes e o início de suas atividades em sistema eletrônico específico, no CadSUAS, respeitando os prazos e procedimentos instituídos pela Resolução CIT nº 10, de 05 de novembro de 2009.

§1º De acordo com a Resolução CIT nº10/2009, os entes têm o prazo regulamentar de 100 (cem) dias, a partir do início do cofinanciamento, para demonstrarem o início das atividades, e mais 3 meses de prazo suplementar caso seja necessário.

§2º O repasse de recurso quando da utilização do prazo suplementar será bloqueado até a comprovação da implantação das equipes, conforme estabelecido pelo artigo 8º, inciso II, alínea "c' da Resolução CIT nº 10, de 2009.

Art. 25. O monitoramento e acompanhamento da implantação das Equipes volantes pelos Estados e MDS. No Distrito Federal, obedecerá os seguintes prazos:

início: data de implantação da equipe volante pelo Município ou Distrito Federal e respectivo registro em sistema específico disponibilizado pelo MDS e no CADSUAS;

término: Dezembro de 2012.

Art. 26. Estados e MDS, no que se refere ao Distrito Federal, poderão adotar estratégias específicas no monitoramento e acompanhamento da implantação das Equipes Volantes.

SEÇÃO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. O início de repasse do cofinanciamento ocorrerá no mês de novembro de 2011 e atenderá os entes classificados até o limite orçamentário do corrente ano que tenham cumprido as exigências contidas nesta Resolução.

§1º Os Municípios, classificados após o limite orçamentário e que tenham atendido às exigências dessa Resolução no prazo estabelecido receberão os cofinanciamentos a partir do ano 2012.

§2º Os cofinanciamentos que serão recebidos a partir do ano de 2012 obedecerão os atos normativos próprios e respeitarão a disponibilidade orçamentária da União.

Art. 28. O CNAS determina à Comissão Intergestora Tripartite a alteração dos artigos 1º, 2º, 10, 12, 13, 16, 17, 19, 23, 24, 25 e o Título da Seção III da Resolução CIT nº 6, de 31 de agosto de 2011, que pactua critérios e procedimentos das expansões 2011 do cofinanciamento federal do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF, das Equipes Volantes, no âmbito do Distrito Federal e Municípios conforme o descrito nesta Resolução.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO FERRARI
Presidente do Conselho

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução n.º 201, de 25 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União, N.º 169, de 1 de setembro de 2011, na seção 1, página 80: Onde se lê: "ano calendário 2011; Leia-se: "ano calendário 2010".

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 257, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/06/2011 e 02/09/2011.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/06/2011 e 02/09/2011.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.005201/2010-66
Proponente: São Paulo Golf Club
Título: 69ª Edição do Campeonato Aberto Amador Masculino do São Paulo Golf Club
Registro/ ME: 02SP069722010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 57.039.653/0001-00
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado após recurso para captação: R$ 241.842,97
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0387 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 61107-7
Período de Captação: da data de publicação até 30/10/2011.

ANEXO II

1 - Processo: 58701.000092/2011-71
Proponente: Federação Mineira de Automobilismo
Título: Fernando Kid - Rumo a F1
Valor aprovado para captação: R$ 977.812,05
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3489 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23593-8
Período de Captação: da data de publicação até 01/09/2012.

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 362, do Gabinete da Ministra, publicada no DOU de 14 de setembro de 2011, Seção 1, página 76, onde se lê: "DE 13 DE OUTUBRO DE 2011", leia-se: "DE 13 DE SETEMBRO DE 2011".

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Regulamenta o uso de imagens de unidades de conservação federais, dos bens ambientais nestas incluídos e do seu patrimônio, bem como a elaboração de produtos, subprodutos e serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos, culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, independentemente de fim comercial.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, nomeado pela Portaria nº 532, de 30 de julho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2008, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente; Considerando os artigos 28 e 33 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, bem como o art. 27 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamenta; Considerando a importância da divulgação de imagens das unidades de conservação para sensibilização da sociedade sobre o tema; Considerando a necessidade de resguardar a imagem das unidades de conservação de uso inadequado para promoção de produtos e serviços incompatíveis com os objetivos das mesmas; Considerando o valor agregado a um produto ou serviço quando associado à imagem de uma unidade de conservação; Considerando os termos do Processo nº 02070.001452/2009-57; RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Instrução Normativa regulamenta o uso de imagens de unidades de conservação federais, dos bens ambientais nestas incluídos e do seu patrimônio, bem como a elaboração de produtos, subprodutos e serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos, culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, independentemente de fim comercial.

Parágrafo único. As produções visuais que ocorram dentro das unidades de conservação federais e demais áreas protegidas sob a gestão do Instituto Chico Mendes deverão respeitar o procedimento previsto nesta Instrução Normativa.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Instrução Normativa entende-se por:I - imagem de unidade de conservação: toda e qualquer representação visual que em seus elementos de composição sejam identificados sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico das unidades de conservação;

II - produto e subproduto: todo e qualquer bem que tenha em sua exibição ou oferta ao público a imagem de unidade de conservação, sem que se constitua obra de arte regulamentada por legislação especial;

III - serviços: toda e qualquer atividade publicitária que tenha em sua exibição ou oferta ao público o uso de imagem de unidades de conservação visando promover produto, subproduto ou marca empresarial;

IV - produção: toda e qualquer atividade de captação de imagem que tenha finalidade de uso científico, educativo, cultural ou comercial, resultante da fixação de uma ou mais imagens, com ou sem som, que crie, por meio de sua reprodução, com ou sem a impressão de movimento, independentemente dos processos de sua captação, do suporte usado inicial ou posteriormente para fixá-lo, bem como dos meios utilizados para sua veiculação, determinado resultado final em produto, subproduto ou serviço passível de exibição visual ao público;

V - produtor: a pessoa física ou jurídica que toma a iniciativa e tem a responsabilidade econômica da primeira fixação da obra intelectual visual ou audiovisual, qualquer que seja a natureza do suporte, para cada espécie de finalidade de utilização;

VI - uso comercial: quando o uso da imagem for associado à promoção de marca, produto ou serviço, independentemente de percepção de lucro direto pelo produtor ou pelo usuário.

Art. 3º O Instituto Chico Mendes incentivará a produção visual em unidades de conservação, objetivando difundir a informação, saúde, educação e cultura, sempre que a atividade for compatível com os usos públicos permitidos em unidades de conservação e não comprometerem os atributos ambientais protegidos.

Parágrafo único. O Instituto Chico Mendes, por meio das suas unidades de conservação, poderá prover, na medida de sua capacidade operacional, apoio às atividades de captação de imagens com fins científicos, educativos e culturais.

Art. 4º Para efeitos desta Instrução Normativa, caberá ao Instituto Chico Mendes a emissão dos seguintes atos administrativos, concedidos conforme disposto nesta norma e em atos complementares:

I - autorização de uso de imagem de unidades de conservação e de seu patrimônio;

II - autorização especial para produção de imagens.

CAPÍTULO II
DA AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Art. 5º O uso de imagens de unidades de conservação e de seu patrimônio depende de autorização prévia e específica do Instituto Chico Mendes.

§ 1º A produção de imagens em áreas abertas à visitação nas unidades de conservação federais sem aparatos ou equipe que alterem a rotina dos locais abertos à visitação não depende de autorização prévia e específica do Instituto Chico Mendes.

§ 2º O disposto no § 1º não dispensa a necessidade de autorização de uso, prévia e específica, e de pagamento, quando a exploração da imagem possuir finalidade comercial, sem prejuízo da observância do art. 6º, § 4º.

Art. 6º A autorização de uso de imagem de unidades de conservação e de seu patrimônio observará as seguintes categorias de produtos, subprodutos e serviços:

I - decorrentes da exploração da imagem da unidade de conservação: aqueles cuja produção dependa da exploração da imagem, em função da identidade entre produto e imagem, da singularidade ou especificidade do bem ambiental objeto da produção ou da aptidão da imagem para agregar valor ao produto, subproduto ou serviço;

II - não decorrentes da exploração da imagem da unidade de conservação: quando for possível a produção do produto, subproduto ou serviço, independentemente das características singulares da exploração da imagem da unidade de conservação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 1º Nos casos do inciso I, caso a exploração da imagem possua intuito comercial, a autorização dependerá de pagamento ao Instituto Chico Mendes.

§ 2º Mesmo nos casos de uso comercial, não será devido o pagamento quando a finalidade do uso de imagem da unidade de conservação for preponderantemente educativa ou cultural.

§ 3º A formação de banco de imagens não constitui uso comercial, ficando este configurado somente no momento da associação da imagem para exploração comercial.

§ 4º Nos casos do inciso II, ainda que haja intuito comercial, a autorização para utilização da imagem não estará condicionada a pagamento ao Instituto Chico Mendes.

Art. 7º A solicitação de autorização de uso se dará por meio de requerimento, por formulário eletrônico ou impresso, nos termos do Anexo I da norma, dirigido à unidade de conservação, devendo o produtor obrigatoriamente informar, no ato da solicitação:

I - qual o produto, subproduto ou serviço a ser produzido, contendo as informações necessárias à classificação do objeto nos incisos I e II do art. 6º;

II - se o uso pretendido é comercial;

III - se o uso comercial pretendido é preponderantemente educativo ou cultural, informando o público alvo e justificando o valor cultural ou educativo da produção.

Parágrafo único. Nos casos em que, após a emissão da autorização, restar afastado o uso preponderante educativo ou cultural, deverá ser apresentada nova solicitação de autorização ao Instituto Chico Mendes.

Art. 8º A competência para uso de imagens de unidades de conservação será regida pelas seguintes regras:

I - quando a produção for desenvolvida em apenas uma unidade de conservação, a solicitação deverá ser apresentada diretamente à unidade de conservação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;

II - quando o trabalho for desenvolvido em mais de uma unidade de conservação, a solicitação deverá ser apresentada à Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Art. 9º Não serão autorizados requerimentos de exploração de imagem de unidade de conservação que representem associação da imagem da UC a cigarros, bebidas alcoólicas ou outros produtos e serviços associados a danos ambientais ou à saúde humana.

Art. 10. A emissão da autorização constitui ato seriado e numerado no local de sua emissão, especificando o tipo de uso, produtos ou serviços associados e o responsável pela produção, nos termos do Anexo II da norma.

Art. 11. A autorização de uso comercial de produtos, subprodutos e serviços decorrentes da exploração da imagem da unidade de conservação, nos termos do art. 6º, inciso I, está condicionada a pagamento a ser feito de acordo com a Tabela de Preços constante em portaria específica, mediante pagamento de Guia de Recolhimento da União - GRU em favor do Instituto Chico Mendes.

§ 1º Deve constar no produto, subproduto, serviço ou publicidade o nome da unidade de conservação utilizada, e, não sendo isso possível, será cobrado acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da tarifa aplicada.

§ 2º A autorização de uso comercial de imagem de unidade de conservação é específica para cada utilização, devendo ser apresentada nova solicitação quando houver alteração do uso original requerido ou alterada a apresentação visual inicial ou tempo de exibição pública do produto, subproduto, serviço ou marca empresarial associada.

Art. 12. A captação de imagens para matérias jornalísticas não depende de autorização do Instituto Chico Mendes, mas está sujeita às restrições e condições necessárias para proteção dos recursos naturais da unidade de conservação e segurança dos profissionais envolvidos.

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL PARA PRODUÇÃO DE IMAGENS

Art. 13. O gestor da unidade de conservação poderá conceder autorização especial para produção de imagens em áreas ou horários restritos, ou quaisquer outras atividades diferenciadas da visitação, assim como quando a produção alterar a rotina dos locais abertos ao público.

Parágrafo único. O gestor da unidade de conservação poderá autorizar, inclusive, pernoite em áreas restritas para captação de imagens em horários específicos, considerando o tamanho da equipe e as condições para proteção dos recursos naturais da unidade de conservação.

Art. 14. A competência para emissão da autorização especial será regida pelas seguintes regras, após requerimento do interessado por formulário eletrônico ou impresso, nos termos do Anexo III da norma:

I - quando o trabalho for desenvolvido em apenas uma unidade de conservação, a solicitação deverá ser apresentada diretamente à unidade de conservação, que deverá responder em até 05 (cinco) dias úteis;

II - quando o trabalho for desenvolvido em mais de uma unidade de conservação, a solicitação deverá ser apresentada à Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Nos casos de requerimento de autorização para produção em que se presuma a alteração da rotina nos locais abertos à visitação e de seus usuários, e quando utilizar locação de espaço, equipamento, equipe, modelos contratados ou técnica que coloque em risco a integridade da unidade de conservação e o equilíbrio ambiental da área protegida e da zona de amortecimento, a solicitação deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias se prevista realização em única unidade de conservação e 30 (trinta) dias se o trabalho for desenvolvido em mais de uma unidade de conservação.

Art. 15. A análise das solicitações deverá observar, obrigatoriamente:

I - os possíveis riscos ambientais da realização da atividade na unidade de conservação, incluindo manipulação de espécies da fauna e da flora durante a produção, com controle biológico da introdução de espécies exóticas ou invasoras;

II - as demais normas, regras e o zoneamento estabelecidos pelo plano de manejo da unidade de conservação;

III - a infraestrutura do Instituto Chico Mendes disponível para ser utilizada na produção e a necessidade de fixação de estruturas novas para sua realização;

IV - a minimização dos impactos da atividade de produção na unidade de conservação, incluindo a restrição do tempo de permanência da equipe na unidade de conservação e do tamanho da equipe ao estritamente necessário, identificação das vias de acesso, do volume de equipamento a adentrar a unidade de conservação, a geração e disposição de resíduos, e demais aspectos ambientais no período previsto para a realização;

V - a necessidade de monitoramento e acompanhamento da atividade por agente ou equipe do Instituto Chico Mendes, considerando a conveniência do atendimento ao pleito frente às demandas de gestão da unidade de conservação;

VI - a proibição do uso de técnicas ou efeitos especiais que possam causar dano ambiental ou impacto significativo aos processos ecológicos em unidades de conservação;

VII - a fixação de cronograma de trabalho com a equipe de cada unidade de conservação, considerando a disponibilidade dos agentes do Instituto Chico Mendes;

VIII - a interferência nos demais usos permitidos e exposição do público usuário;

IX - o interesse público e o benefício ambiental na produção e pós-produção;

X - o posicionamento da chefia das unidades de conservação objeto do requerimento;

XI - a exposição da marca, símbolo ou imagem de agente do Instituto Chico Mendes ou do Instituto Chico Mendes na produção da imagem.

Art. 16. Após análise e aprovação da solicitação, o Instituto Chico Mendes emitirá autorização especial para produção de imagens, nos termos do Anexo IV da norma.

§ 1º A autorização especial para produção não constitui autorização de uso da imagem.

§ 2º Poderão ser estabelecidas condições e normas específicas pela administração da unidade de conservação, caso justificadas pela sensibilidade ambiental ou por restrições de uso da área protegida, considerando as peculiaridades ambientais de cada unidade de conservação.

§ 3º Nos casos em que o Instituto Chico Mendes entender que a atividade envolva significativo risco à unidade de conservação, poderá ser exigida a contratação de seguro para mitigação e reparação de danos materiais e ambientais.

§ 4º Nos casos em que o Instituto Chico Mendes entender que a atividade envolva risco à integridade física da equipe poderá ser exigida a assinatura de termo de assunção de riscos, conforme modelo constante do Anexo V.

Art. 17. A emissão da autorização especial não obriga o Instituto Chico Mendes a prover qualquer suporte técnico, administrativo ou de campo para o requerente.

CAPÍTULO IV

DO RECEBIMENTO DE DOAÇÃO

Art. 18. O Instituto Chico Mendes poderá receber dos produtores e artistas visuais cópia da obra ou material produzido para fins institucionais, podendo catalogar imagens e publicações, visando constituir banco de dados e produzir folheteria, exposições e outras ações de divulgação e sensibilização ambiental.

Parágrafo único. Todas as doações serão realizadas mediante assinatura pelo doador de termo de cessão de uso não comercial dirigida ao chefe da unidade de conservação e estará indicado o local de depósito do bem produzido, nos termos do Anexo VI da norma.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Nos casos em que a produção ou o uso da imagem envolver o patrimônio material e imaterial de populações tradicionais em unidades de conservação, o produtor deverá obter também autorização da comunidade.

Art. 20. A captação de imagens em unidades de conservação com fins científicos está regulamentada por instrumento próprio, que disciplina a realização de pesquisas científicas em unidades de conservação, não sendo objeto desta Instrução Normativa.

Art. 21. O Instituto Chico Mendes poderá celebrar convênios e termos de reciprocidade com artistas, produtores culturais, pesquisadores ou educadores, fornecendo facilidades no acesso, cedendo equipamentos, pessoal ou qualquer outra forma de apoio que não comprometa as atividades de gestão da UC e recebendo serviços ou licenças de uso de obras artísticas, seguindo o critério de conveniência, interesse público, legalidade, impessoalidade e moralidade, visando constituir acervo ou capacitar seus agentes, no interesse da autarquia.

Art. 22. Compete à Coordenação Geral de Uso Público e Negócios da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes dirimir os casos omissos na aplicação desta norma.

Parágrafo único. As dúvidas jurídicas resultantes da aplicação desta norma serão encaminhadas à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes, na forma de quesitos.

Art. 23. A utilização de imagem das unidades de conservação sem a devida autorização ou em desacordo com a recebida, configura infração administrativa no artigo 88 do Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 24. Esta Instrução Normativa entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

ANEXO I

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DA IMAGEM DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO			
NOME			
RAZÃO SOCIAL		CNPJ	
ENDEREÇO			
CIDADE			CEP
TELEFONE	FAX	E-MAIL	
RESPONSÁVEL PELO PROJETO			
NOME			
IDENTIDADE		CPF	
ENDEREÇO			
CIDADE			CEP
TELEFONE	FAX	E-MAIL	
CONDIÇÕES DA CAPTAÇÃO DA IMAGEM			
NOME DA UC		LOCAL DA CAPTAÇÃO	
Nº DA AUTORIZAÇÃO DE CAPTAÇÃO (SE HOUVER)		RESPONSÁVEL PELA CAPTAÇÃO	
FORMATO DA MÍDIA			
VEICULAÇÃO			
MÍDIA DE VEICULAÇÃO			
DESCRIÇÃO DO PRODUTO/MARCA/SERVIÇO ASSOCIADO			
PERÍODO DA CAMPANHA/ EXPOSIÇÃO			VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO
PORTE DA EMPRESA		OUTRAS INFORMAÇÕES	

_____ _____

DATA ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia federal, autoriza _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____ a fazer uso de imagens da _____UC_____, para divulgação da _____marca/produto/serviço_____, nas seguintes condições.

CONDIÇÕES GERAIS DA AUTORIZAÇÃO:

1.Esta autorização refere-se apenas ao uso da imagem para _____. Qualquer outro uso ou associação a outra marca/produto deverá ser previamente autorizado pelo Instituto Chico Mendes;

2.O descumprimento de qualquer destas condicionantes sujeitará o autorizado às sanções previstas no Artigo 88 do Decreto 6514/2008 e;

3.As solicitações deverão obedecer rigorosamente o disposto na Instrução Normativa nº xxxx de xxx xxx xxx.

4.Nos casos em que, após a emissão da autorização, restar afastado o uso preponderante educativo, cultural ou científico, deverá ser apresentada nova solicitação de autorização ao Instituto Chico Mendes.

5.Deve constar no produto, subproduto, serviço ou de sua publicidade o nome da unidade de conservação utilizada e do Instituto Chico Mendes, e, não sendo isso possível, será cobrado acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da tarifa aplicada.

6.A autorização de uso comercial de imagem de unidade de conservação é específica para cada utilização, devendo ser apresentada nova solicitação quando houver alteração do uso original requerido ou alterada a apresentação visual inicial ou tempo de exibição pública do produto, subproduto, serviço ou marca empresarial associada.

_____

Chefe da Unidade de Conservação

ANEXO III

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL PARA PRODUÇÃO DE IMAGENS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EMPRESA/INSTITUIÇÃO			
NOME			
RAZÃO SOCIAL		CNPJ	
ENDEREÇO			
CIDADE			CEP
TELEFONE	FAX	E-MAIL	
RESPONSÁVEL PELO PROJETO			
NOME			
IDENTIDADE		CPF	
ENDEREÇO			
CIDADE			CEP
TELEFONE	FAX	E-MAIL	
CONDIÇÕES ESPECIAIS DE ACESSO			
ZONA DA UC			

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

HORÁRIOS DE ATIVIDADE	
PERÍODO DE REALIZAÇÃO	Nº DE COMPONENTES DA EQUIPE
EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	

_____ _____
DATA ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO IV

AUTORIZAÇÃO ESPECIAL PARA PRODUÇÃO DE IMAGENS EM
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia federal, autoriza _____, inscrito no CPF/CNPJ nº. _____ a realizar captação de imagens na _____(local)_____ da _____(UC)_____ no período de _____ a _____.

CONDIÇÕES GERAIS DA AUTORIZAÇÃO:

1. Esta autorização refere-se apenas à captação de imagens nas condições aqui estabelecidas, não constituindo autorização para qualquer uso comercial ou educativo-cultural. A utilização das imagens para fins comerciais ou educativo-culturais deverá ser previamente autorizada pelo Instituto Chico Mendes;

2. O descumprimento de qualquer destas condicionantes sujeitará o autorizado às sanções previstas no Artigo 88 do Decreto 6514/2008.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

_____
Chefe da Unidade de Conservação

ANEXO V

TERMO DE ASSUNÇÃO DE RISCOS

Eu, _____, carteira de identidade nº_____, CPF nº _____, residente à _____ nº _____, bairro _____, cidade _____, estado _____, data de nascimento _____, telefone celular_____, fixo_____, DECLARO estar ciente dos riscos envolvidos na captação de imagens .....Unidade de Conservação e descrição de trilhas, caminhos, escaladas, mergulho, entre outros..... e me responsabilizo pelo grupo abaixo relacionado, isentando o Instituto Chico Mendes de qualquer responsabilidade em caso de acidente.

NOME	TELEFONE
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	

*Para uso do pessoal do parque

DECLARO ESTAR CIENTE DE QUE:

Áreas naturais apresentam riscos, tais como "cabeças d´água", choque térmico, afogamento, pedras escorregadias, animais peçonhentos, entre outros, sendo o visitante o maior responsável pela própria segurança.

É PROIBIDO:

a)Entrada e saída da Unidade de Conservação por outro acesso que não a sua portaria;

b)Presença de animais domésticos no interior da Unidade de Conservação , por prejudicarem a fauna silvestre;

c)Provocar estampidos, emitir gritos e fazer barulhos que possam perturbar a fauna local;

d)Acender fogueiras e soltar balões;

e)Jogar lixo de qualquer espécie nas trilhas e nos locais de acampamento. Todo lixo produzido pelos visitantes, inclusive papel higiênico, deve obrigatoriamente ser por eles recolhido e trazido de volta;

f)O porte de toda e qualquer arma branca (faca com mais de 12 cm de lâmina) e/ou de fogo, inclusive atiradeiras, armadilhas, facões, foices e similares;

g)Coletar plantas, flores e sementes;

h)Gravar nomes, datas ou sinais nas pedras, árvores, imóveis, placas ou outros bens da Unidade de Conservação

i)Utilizar atalhos e/ou áreas interditadas;

j)Caçar, capturar, molestar ou perseguir animais silvestres;

k)Deixar de apresentar o documento que autoriza sua permanência no Parque e/ou de identificação pessoal, quando solicitado;

l)Consumo de bebida alcoólica e de quaisquer outras substâncias consideradas entorpecentes no interior do Parque. Os funcionários do Parque têm autoridade para intervir em casos necessários.

DECLARO AINDA ESTAR CIENTE: I - de que poderei ser responsabilizado pelas ações praticadas por meu grupo; II - de que só poderei permanecer por mais dias na montanha no caso de algum funcionário do Parque ou do Abrigo de Montanha verificar e confirmar que existe a disponibilidade dos ingressos correspondentes, e que deverei pagar a diferença existente ao sair; III - de que deverei dar baixa neste Termo ao sair do Parque.

A NÃO OBSERVÂNCIA DAS DETERMINAÇÕES ACIMA CONFIGURA DESOBEDIÊNCIA AO ARTIGO 90 DO DECRETO 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008.

CIENTE

_____
Assinatura

ANEXO VI

TERMO DE CESSÃO DE USO NÃO COMERCIAL DE IMAGENS

Pelo presente instrumento, eu, abaixo firmado(a) e identificado(a), autorizo, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sediado na cidade de Brasília, Av. L4 norte Ed. Sede, inscrito, no CNPJ n° 08.829.974/0006-07 a utilizar a(s) imagem(s) de minha autoria, cuja(s) cópias(s) encontra(m)-se anexa(s) ao presente instrumento realizada(s) no _____UC_____ e destinadas à veiculação em material institucional ou, ainda, à inclusão em outros projetos organizados ou licenciados pelo Instituto Chico Mendes.

A obra na qual forem inseridas as referidas imagens poderá circular no Brasil e no Exterior, sem limitação de tempo ou de número de edições.

Na condição de único titular dos direitos patrimoniais de autor da referida obra, autorizo o Instituto Chico Mendes a dispor de tal obra, para utilizar exclusivamente em produtos institucionais, de caráter científico e educativo, por si ou por terceiros por ela autorizados para tais fins, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título, resguardada a citação nos créditos do produto.

Nome: _____
Endereço: _____
CPF: _____
Identidade: _____
De acordo
Fotógrafo/produtor: _____
RECEBI A DOAÇÃO CONFORME DESCRITO
Assinatura do Chefe da Unidade de Conservação

PORTARIA Nº 76, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Renova o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Canela/RS.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I do Decreto n° 7.515, de 08 de julho de 2011, e pela Portaria n° 411-MMA, de 29 de outubro de 2010, Considerando o disposto no art. 17, § 5º, da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como, os arts. 17 a 20 do Decreto n°4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICM n° 11, de 08 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação Federais; Considerando a Portaria n° 561 de 25 de outubro de 1968, que criou a Floresta Nacional de Canela, no estado do Rio Grande do Sul; Considerando a Portaria IBAMA n° 57, de 01 de junho de 2004, que criou o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Canela; e Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICMBio n° 02231.000002/2011-71, RESOLVE:

Art. 1° Renovar o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Canela, com a finalidade de contribuir com ações voltadas ao efetivo cumprimento dos seus objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da Unidade.

Art. 2° O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Canela é composto por representantes dos seguintes órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil:

DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, sendo um titular e um suplente;

II - Floresta Nacional de São Francisco de Paula, sendo um titular e um suplente;

III - Serviço Florestal Brasileiro - SFB/Sede, sendo um titular e um suplente;

IV - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, sendo um titular e um suplente;

V - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, sendo um titular e um suplente;

VI - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Florestas - PR, sendo um titular e um suplente;

VII - Departamento de Florestas e Áreas Protegidas do Rio Grande do Sul - DEFAP sendo um titular e um suplente;

VIII - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE - GT, sendo um titular e um suplente;

IX - Escola Estadual de Educação Básica Neusa Mari Pacheco - CIEP, sendo um titular e um suplente;

X - Secretaria Municipal de Turismo de Canela/RS, sendo um titular e um suplente;

XI - Secretaria Municipal de Educação de Canela/RS, sendo um titular e um suplente; e

XII - Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Canela/RS, sendo um titular e um suplente.

DA SOCIEDADE CIVIL:

XIII - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, sendo um titular e um suplente;

XIV - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Caí - COMITÊ CAÍ, sendo um titular e um suplente;

XV - Reserva Particular do Patrimônio Natural Bosque de Canela - RPPN Bosque de Canela, sendo um titular e um suplente;

XVI - Movimento Ambiental Região Hortênsias - MARH, sendo um titular e um suplente;

XVII - Sindicato Intermunicipal das Indústrias Madeireiras, Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Esquadrias, Marcenarias, Móveis, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira do Estado do Rio Grande do Sul - SINDIMADEIRA, sendo um titular e um suplente;

XVIII - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canela/RS, sendo um titular e um suplente;

XIX - Associação Ecológica de Canela - ASSECAN, sendo um titular e um suplente;

XX - Associação Pró Ensino Superior de Novo Hamburgo/RS - Centro Universitário FEEVALE, sendo um titular e um suplente;

XXI - Fundação de Estudos e Pesquisas para a Proteção e o Desenvolvimento Ambiental - Fundação MOÃ, sendo um titular e um suplente; e

XXII - Universidade de Caxias do Sul - UCS, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Floresta Nacional de Canela, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3° As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Canela serão estabelecidos em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

§ 1° O Conselho Consultivo deverá rever seu regimento interno, caso necessário, no prazo de noventa dias contados a partir da data de posse.

§ 2° O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede, para conhecimento.

Art. 4° O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5° Toda e qualquer proposta de alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em ata de reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de nova portaria.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 361, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei Nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao SERPRO notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao SERPRO no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no SERPRO.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo Nº
290.144.761-91	JOÃO BATISTA CARDOSO DE SOUZA	04500.003807/2010-02
410.636.607-00	JUSTINO GUINA TERZI	04000.002304/94-80
605.262.387-04	LUIZ CLAUDIO SALOMÃO	04000.004014/94-71
461.315.587-87	MARIA LUSIA CARDOSO FERREIRA	04000.000371/94-04
341.143.197-00	REGINA DA COSTA FERREIRA	10768.102979/2004-73
103.631.067-15	RICARDO PINTO DE SÁ BARRETO	04000.004052/94-60
389.034.407-06	ROGERIO DE ARAUJO	04000.002530/94-89

PORTARIA Nº 362, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto Nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto Nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA, para compor quadro especial em extinção do Ministério dos Transportes -MT, sob regime celetista (Decreto-Lei Nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MT notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MT no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MT.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo Nº
608.240.184-00	AECIO ALVES DOS SANTOS	04599.501889/2004-58
106.288.191-53	JOSE ALVES DOS SANTOS	04599.507265/2004-44
229.033.214-34	JOSE LINO ALVES	04599.504740/2004-21
145.051.504-53	JOSE SILVA DE ARAUJO	04599.504764/2004-80
252.677.108-06	WILSON SERRAIPA	04599.501877/2004-23

PORTARIA Nº 363, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei Nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à ELETROBRAS notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à ELETROBRAS no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na ELETROBRAS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
374.692.237-20	CICERO DE ARAÚJO	04599.503692/2004-53
305.943.677-00	FRANCISCO LUIZ SANTOS	04599.503688/2004-95
275.135.727-04	IVO LEITE	04599.501172/2004-14
103.776.627-04	JORGE SILVA	04599.503704/2004-40
665.474.747-04	MARIO ELIAS DE ALMEIDA	04599.503724/2004-11
312.880.657-87	MELQUIADES JOSE DA SILVA	04599.510172/2004-05
196.400.727-53	MIRNA PALERMO PORTO	04599.501185/2004-85
398.882.747-91	MOISES BARBOSA DOS SANTOS	04599.501180/2004-52
573.174.377-00	NAZARETH DIAS COIMBRA	04599.503712/2004-96
463.714.277-68	PAULO SERGIO COSTA DE AZEVEDO	04599.501194/2004-76

PORTARIA Nº 364, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto Nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto Nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Fundação de Tecnologia Industrial - FTI, para compor quadro especial em extinção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, sob regime celetista (Decreto-Lei Nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MCTI notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MCTI no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MCTI.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo Nº
611.513.357-20	FERNANDO ROSADO MACHADO	04599.513171/2004-12
247.735.141-91	NEIR DOS REIS	04599.002473/2009-66
539.719.061-68	RODRIGO PESSOA ROCHA	04599.502481/2004-01
183.525.291-53	RONALDO MATEUS DE OLIVEIRA	04500.006999/2004-52
429.149.491-20	SILVANA SANTOS DA SILVA	04599.519521/2004-46

PORTARIA Nº 365, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto Nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto Nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, para compor quadro especial em extinção do Ministério dos Transportes - MT, sob regime celetista (Decreto-Lei Nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MT notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MT no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MT.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo Nº
387.313.987-15	FERNANDO DE ANDRADE FILHO	04599.521518/2004-92
333.070.677-53	GILVAN PEREIRA DA SILVA	04599.521511/2004-71

PORTARIA Nº 366, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto Nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto Nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos do extinto Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA, para compor quadro especial em extinção do Ministério da Integração Nacional - MI, sob regime celetista (Decreto-Lei Nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao MI notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao MI no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no MI.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo Nº
556.659.936-20	AGLAE PAULINO ROCHA VELLOSO	10680.011621/2004-01
545.773.306-87	AUXILIADORA GONCALVES FERRAZ	10680.011564/2004-51 Ap 10680.011564/2004-51
438.886.404-82	BRAULIO JOSE PONTUAL CALIXTO	10480.001005/2004-90
570.437.956-72	EVANIA DOS SANTOS CORDEIRO FELIPE	10680.011620/2004-58 Ap 04500.002801/2003-81
694.594.797-15	HELEN CARNEIRO RANGEL MONTEIRO	23044.001744/2004-72
476.365.134-04	MONICA MARIA ALBUQUERQUE DE FARIAS	04599.511136/2004-51 Ap 10480.001003/2004-09

PORTARIA Nº 367, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto Nº 5.115, de 24 de junho de 2004, considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

'Nº 5.115, de 24 de junho de 2004 bem como o item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Petrobras Mineração S/A - PETROMISA, sob regime celetista (Decreto-Lei Nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à PETROBRAS notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à PETROBRAS no prazo de trinta dias, contado da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na PETROBRAS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo Nº
06741916415	AFONSO TEONÁCIO BEZERRA	04500.013745/2008-14
06716385487	ALBERTO LUIS DE SIQUEIRA LEITE	04599.000468/2010-52
77017153715	ANA MARIA SEABRA DA CRUZ	04500.007120/2010-38
63496950706	JOAO GUILHERME CLARK FILHO	04500.007122/2010-27
23466812534	JOSE RAIMUNDO SILVA ALMEIDA	04500.013715/2008-16
10285300725	NELSON FONTES DE MELO TAVORA	04500.009265/2010-73
00291156800	RAYMOND LAHOU	04500.007116/2010-70
22421327768	SONIA MARIA DE SOUZA	04599.002408/2009-31
07220588968	TERCIS AUGUSTO DUARTE VOLACO	04500.009264/2010-29

PORTARIA Nº 368, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 do Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal da ELETROSUL - Centrais Elétricas S/A, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei Nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe à ELETROSUL notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar à ELETROSUL no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado na ELETROSUL.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo Nº
034.113.202-06	DEISE MARA DAEUBLE DE MENEZES	08490.014110/2004-28
344.058.449-68	JAIR MEDEIROS DE SOUZA	04599.518043/2004-57
194.840.970-49	MANOEL FRANCISCO DA SILVEIRA NETO	04599.508944/2004-31
592.310.337-00	MARIO IVO BERNI RAMOS	04599.513539/2004-34
212.237.699-68	PRACHEDES CORREA PENTEADO	04599.518042/2004-11

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 33, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 364, de 17 de Julho de 2009, observada a Portaria SE N° 09, de 05 de janeiro de 2006, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso a título oneroso e precário a Porto Pinheiro Recepções de uma área de 200 m² de uso comum do povo, localizada na Praia do Bessa na Av. Argemiro de Figueiredo, 636, João Pessoa/PB, para instalação de estrutura montada com o objetivo de realização de cerimônia de casamento. O evento acontecerá no dia 16/09/2011 sendo a presente autorização válida para o mesmo período, tudo de conformidade com os elementos constantes do Processo n° 04931.001683/2011-23. Após esse período toda a área deverá estar totalmente livre e restituída a sua condição original.

Art. 2° Serão cobrados da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União no valor de R$ 524,36 (quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e seis centavos), relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos do disposto no parágrafo 6o do artigo 14, do Decreto no 3.725, de 10/01/2001.

Art. 3° Durante o período do evento a que se refere a permissão de uso ora autorizada, fica o permissionário obrigado a afixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma (01) placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-SPU" .

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HUGO DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 73, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, observado o inciso I do art. 3º da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, resolve:

Art. 1º Re-ratificar a Portaria nº 86, de 11 de novembro de 2010, para aceitar a doação, com encargo, que faz o Banco Central do Brasil - BACEN à União nos termos do voto de aprovação da Diretoria nº 136/2011 - BCB, de 15 de junho de 2011, do imóvel localizado à Avenida Presidente Vargas nº 446, Centro, Município e Estado do Rio de Janeiro, constituído pelas salas de nº 1901, 1905 e 1906 no 19º andar, salas 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 no 20º andar, salas 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106 e 2107 no 21º andar. A doação se faz de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04967.000128/2005-29.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria será utilizado conforme os interesses da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MARINA ESTEVES

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.902, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO - INTERINO, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº. 7.446, de 1º de março de 2011 e Portarias MPOG nº 54, 67, 105 e 294/2011, resolve:

Art. 1º Atualizar, na forma dos anexos desta portaria, os limites orçamentários para as despesas com diárias, passagens e locomoção a serem executados no exercício de 2011, os quais foram estabelecidos por meio da Portaria nº 933/MTE, de 11 de maio de 2011, Portaria nº 1.533/MTE, de 26 de julho de 2011, e Portaria nº 1.719/MTE, de 23 de agosto de 2011, para as unidades do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.

§ 1º Nos termos do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011 e Portaria MP nº 212, de 12 de julho de 2011, entende-se por despesas com diárias, passagens e locomoção aquelas relativas ao elemento de despesa 14 - Diárias - Pessoal Civil e às Naturezas de Despesas 33903301 - Passagens para o País; 33903302 - Passagens para o Exterior; 33903602 - Diárias a Colaboradores Eventuais no País, 33903603 - Diárias a Colaboradores Eventuais no Exterior e 33903646 - Diárias a Conselheiros.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO

ANEXOS

ANEXO I
FISCALIZAÇÃO E PODER DE POLÍCIA

UG Responsável	Limite até junho	Limite até dezembro
Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	6.949.022	16.145.000

ANEXO II
DEMAIS DESPESAS

UG Responsável	Limite até Junho	Limite até Dezembro
FUNDACENTRO	330.000	650.000
Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES	174.000	350.000
Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	70.000	120.000
Secretaria Executiva - SE	620.000	900.000
Secretaria de Relações do Trabalho - SRT	231.000	500.000
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE	1.840.000	2.600.000
Gabinete do Ministro - GM	553.000	700.000
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA	95.000	505.000
Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego	280.000	550.000
Total	4.193.000	6.875.000

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 16 de setembro de 2011

O Coordenador-Geral de Recursos - Substituto da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46263.002387/2009-95	015947235	Gensys Tecnologia e Sistema Ltda.	SP
2	46263.002388/2009-30	015947246	Gensys Tecnologia e Sistema Ltda.	SP
3	46263.002389/2009-84	015947254	Gensys Tecnologia e Sistema Ltda.	SP

2 Pelo não conhecimento do recurso de auto de infração ou notificação de débito

2.1 por ser intempestivo.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46263.003618/2009-88	015905179	Goldfarb Incorporadora e Construções S.A.	SP
2	46263.003619/2009-22	015905152	Goldfarb Incorporadora e Construções S.A.	SP

2) Pelo arquivamento em razão de:

2.1 - Incidência da prescrição prevista §1º do art. 1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46666.000866/2007-72	13955446	A.C. Curty Comércio de Couros	RJ
2	46232.000785/2007-72	13941178	A.M. da Fonseca	RJ
3	46230.004652/2007-95	15014517	ACJ - Efer Construtores Associados Ltda	RJ
4	46230.004655/2007-29	15014541	ACJ - Efer Construtores Associados Ltda	RJ
5	46215.036208/2007-27	15027317	Acser Recursos Humanos Ltda	RJ
6	46215.001674/2007-91	13962221	Adriane Cabeleireiros Unissex Ltda	RJ
7	46670.000256/2007-18	13968581	Agrisa Agro Industrial São João S/A	RJ
8	46215.026260/2007-75	14972042	Agrisul Agrícola Ltda	RJ
9	46215.026262/2007-64	14972069	Agrisul Agrícola Ltda	RJ
10	46215.026263/2007-17	14972077	Agrisul Agrícola Ltda	RJ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11	46215.026298/2007-48	14972107	Agrisul Agrícola Ltda	RJ
12	46215.026299/2007-92	14972115	Agrisul Agrícola Ltda	RJ
13	46215.026300/2007-89	14972140	Agrisul Agrícola Ltda	RJ
14	46215.037991/2007-46	14988003	Agrisul Agrícola Ltda	RJ
15	46215.039377/2007-19	15036359	Agrisul Agrícola Ltda	RJ
16	46215.039378/2007-63	15036332	Agrisul Agrícola Ltda	RJ
17	46215.041201/2007-27	15036421	Agrisul Agrícola Ltda	RJ
18	46215.043331/2007-02	15046184	Agrisul Agrícola Ltda	RJ
19	46215.043342/2007-84	15063089	Agrisul Agrícola Ltda	RJ
20	46228.001953/2007-14	1414186	Agrisul Agrícola Ltda	RJ
21	46215.023077/2007-18	14971666	Agrocanavieira São Martinho S/A	RJ
22	46215.039549/2007-54	15005127	Agromon S/A Agricultura e Pecuária	RJ
23	46670.001329/2007-81	14974095	Alexandre Camargo Sá - Horto	RJ
24	46215.037628/2007-21	15038793	Amorbebe Comércio de Móveis Ltda	RJ
25	46215.037629/2007-75	15038807	Amorbebe Comércio de Móveis Ltda	RJ
26	46215.047068/2007-12	15069966	Anasthi Restaurante Ltda - Café Musical Carioca da Gema	RJ
27	46313.002549/2007-91	14965976	Arte Aço Metalúrgica Ltda	RJ
28	46215.007625/2007-62	13977466	Ass. do Pessoal da Caixa Econômica Federal	RJ
29	46215.036733/2007-42	15037363	Associação Carioca de Ensino Superior	RJ
30	46215.013942/2007-18	14931427	Associação Cultural Centro de Tratamento e Estudos de Saúde Mental LTDA	RJ
31	46334.002110/2007-10	14948575	Associação das Ind. de Panificação do E. Rio de Janeiro	RJ
32	46215.008016/2007-21	14914743	Associação do Hospital Evangélico do Rio de Janeiro	RJ
33	46215.008018/2007-10	14914727	Associação do Hospital Evangélico do Rio de Janeiro	RJ
34	46215.006065/2007-29	14917360	Associação Educacional São Paulo Apóstolo	RJ
35	46215.007167/2007-61	14914603	Associação Educacional São Paulo Apóstolo	RJ
36	46230.006023/2007-08	15016544	AT 368 Com. de Roupas de Niterói Ltda-ME	RJ
37	46334.001579/2007-31	13969951	Atelie Tudoborda Bordados Computadorizados Ltda	RJ
38	46215.046719/2007-57	15064778	Atelliart Com. de Artigos para Presentes Ltda	RJ
39	46215.046720/2007-81	15064794	Atelliart Com. de Artigos para Presentes Ltda	RJ
40	46334.001981/2007-16	14906210	Atrevida Empresa de Transporte Ltda	RJ
41	46215.026519/2007-88	15024563	Auto Posto Maquiné Ltda	RJ
42	46215.046726/2007-59	15045854	Auto Viação Bangu Ltda	RJ
43	46215.006264/2007-37	14915596	Auto Viação Tijuca S/A	RJ
44	46215.042220/2007-71	15025942	AXM 591 Serviços Automotivos Ltda	RJ
45	46215.009547/2007-31	14916185	Bandeirantes do Rio Conservação e Limpeza Ltda	RJ
46	46215.011073/2007-97	13943685	Bauma Engenharia e Planejamento Ltda	RJ
47	46215.011746/2007-17	14906350	Brasfels S/A	RJ
48	46215.011751/2007-11	13889885	Brasfels S/A	RJ
49	46215.011752/2007-66	13889869	Brasfels S/A	RJ
50	46334.004643/2007-36	15000001	C & A Modas Ltda	RJ
51	46215.040801/2007-78	14957884	C & C Casa e Construção Ltda	RJ
52	46230.003783/2007-55	13948946	C Aguiar Ferreira Sucata Ltda	RJ
53	46666.001737/2007-00	14935546	Cabo Verde Transportes Ltda	RJ
54	46215.046338/2007-78	15041387	Café e Bar Glória do Meier Ltda	RJ
55	46215.046339/2007-12	15041417	Café e Bar Glória do Meier Ltda	RJ
56	46215.042448/2007-61	15049418	Calafate Santa Maria Ltda - ME	RJ
57	46230.003395/2007-74	13947451	Camb Construções e Incorporações Ltda	RJ
58	46215.025618/2007-42	14991187	Campos Maciel Maquina e Equipamentos Ltda - ME	RJ
59	46232.002506/2007-13	14994836	Carese Pintura Automotiva Ltda	RJ
60	46230.003821/2007-70	14943271	Carrefour Comércio e Indústria Ltda	RJ
61	46230.003939/2007-06	14942101	Carrefour Comércio e Indústria Ltda	RJ
62	46215.048548/2007-09	15080081	Casa Batista Papelaria e Livraria Ltda	RJ
63	46232.003397/2007-43	14990130	Casa de Saúde São José Ltda	RJ
64	46230.003392/2007-31	13947435	Casa Escola I Bambini Ltda	RJ
65	46313.000363/2007-05	13860003	Casa Publicadora das Assembléias de Deus	RJ
66	46313.000364/2007-41	13984268	Casa Publicadora das Assembléias de Deus	RJ
67	46313.000365/2007-96	13984276	Casa Publicadora das Assembléias de Deus	RJ
68	46230.003953/2007-00	14939584	Casas Bahia Comercial Ltda	RJ
69	46230.004245/2007-88	14941384	Casas Bahia Comercial Ltda	RJ
70	46230.004246/2007-22	14941392	Casas Bahia Comercial Ltda	RJ
71	46230.004247/2007-77	14941406	Casas Bahia Comercial Ltda	RJ
72	46230.004249/2007-66	14941449	Casas Bahia Comercial Ltda	RJ
73	46232.002950/2007-21	14993333	Casas Bahia Comercial Ltda	RJ
74	46232.002951/2007-75	14993341	Casas Bahia Comercial Ltda	RJ
75	46334.002895/2007-21	14950634	Casas Bahia Comercial Ltda	RJ
76	46334.002998/2007-91	14950693	Casas Bahia Comercial Ltda	RJ
77	46666.001970/2007-84	11628201	Casas Bahia Comercial Ltda	RJ
78	46215.034064/2007-74	15034640	Casel Corretagem e Administração de Seguros Ltda	RJ
79	46230.003986/2007-41	14943786	Cavo Jomar Materiais de Construção Ltda - ME	RJ
80	46232.002948/2007-51	14993325	Celeste Maria Modas Ltda-ME	RJ
81	46215.046737/2007-39	15045935	Centro de Abastecimento de Veículos Copa 70 Ltda	RJ
82	46215.030959/200-30	15027589	Centro de Dança de Salão Jimmy Ltda - ME	RJ
83	46215.031002/2007-19	15027571	Centro de Dança de Salão Jimmy Ltda - ME	RJ
84	46215.043275/2007-06	15026868	Centro de Implantação à Odontologia Integrl Ltda	RJ
85	46313.000608/2007-96	13859676	Centro Educacional Albert Einsten Ltda	RJ
86	46215.015561/2007-73	14933837	Centro Educacional da Lagoa	RJ
87	46313.002214/2007-72	14965275	Centro Educacional Dias Lima	RJ
88	46666.003268/2007-55	15020481	Centro Educacional Serdeira e Caldas S/C Ltda	RJ
89	46215.010971/2007-28	14903041	Cerâmica Irmãos Freitas e Almeida Ltda.-ME	RJ
90	46232.002518/2007-30	14914131	Cervejarias Cintra Indústria e Comércio Ltda	RJ
91	46232.002519/2007-84	14914123	Cervejarias Cintra Indústria e Comércio Ltda	RJ
92	46215.015551/2007-38	14947145	Churrascaria Cinco Estrela Ltda	RJ
93	46215.031005/2007-44	15027724	Churrascaria Gaucha Ltda	RJ
94	46215.031006/2007-99	15027732	Churrascaria Gaucha Ltda	RJ
95	46334.003249/2007-81	14952718	Ciferal Indústria de Ônibus Ltda	RJ
96	46334.003250/2007-13	14952700	Ciferal Indústria de Ônibus Ltda	RJ
97	46334.003252/2007-02	14952688	Ciferal Indústria de Ônibus Ltda	RJ
98	46334.003253/2007-49	14952726	Ciferal Indústria de Ônibus Ltda	RJ
99	46666.003275/2007-57	15067335	CIMAQ Indústria e Com de Máquinas Ltda	RJ
100	46334.001625/2007-01	14949601	Cinemas Santa Rosa S/A	RJ
101	46230.005343/2007-32	15015343	CJ Cabeleireiros Ltda ME	RJ
102	46230.005344/2007-87	15015351	CJ Cabeleireiros Ltda ME	RJ
103	46230.005345/2007-21	15015360	CJ Cabeleireiros Ltda ME	RJ
104	46230.005346/2007-76	15015378	CJ Cabeleireiros Ltda ME	RJ
105	46334.004014/2007-14	15050840	Clinam-Clínica Médica Odontológica e Laboratorial Ltda	RJ
106	46334.004015/2007-51	15050785	Cclinam-Clínica Médica Odontológica e Laboratorial Ltda	RJ
107	46231.001061/2007-56	13927108	Clínica Geriátrica Solar Ltda-ME	RJ
108	46230.002505/2007-81	13980726	CME - Comércio de Máquina e Equipamentos Ltda	RJ
109	46215.053048/2007-81	14959666	Colégio Santo Inácio Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social	RJ
110	46230.003972/2007-28	13948962	Color Line Fotografias Ltda	RJ
111	46232.002668/2007-43	14913577	Comercial Santa Isabel Ltda	RJ
112	46232.002656/2007-19	14913593	Comércio e Dist de Alimentos CNG Ltda	RJ
113	46231.000796/2007-62	13927281	Comércio e Torrefação de Café Cordeiro Ltda	RJ
114	46215.042068/2007-26	14995247	Companhia Estadual de Aguas e Esgotos - Cedae	RJ
115	46313.000110/2007-23	13859501	Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A RJ	RJ
116	46232.002941/2007-30	14913259	Condomínio Artes 1	RJ
117	46232.002942/2007-84	14993767	Condomínio Artes 1	RJ
118	46232.002949/2007-04	14993350	Condomínio do Edifício Augustus	RJ
119	46215.031007/2007-33	15027708	Condomínio do Edifício Bela Vista	RJ
120	46215.017755/2007-11	14970295	Condomínio do Edifício Guanabara	RJ
121	46230.003773/2007-10	14941180	Condomínio do Edifício Moema Bloco C	RJ
122	46230.003283/2007-13	14941121	Condomínio do Edifício Nacional	RJ
123	46334.004634/2007-45	15053636	Condomínio do Edifício River	RJ
124	46334.004635/2007-90	15053644	Condomínio do Edifício River	RJ
125	46215.026793/2007-57	14989484	Condomínio do Edifício Village Sol e Mar	RJ
126	46215.016776/2007-10	13954253	Condomínio do Edifício Wadi Aquim	RJ
127	46334.005088/2007-60	15054063	Confúcio Madeiras Ltda	RJ
128	46334.005089/2007-12	15054055	Confúcio Madeiras Ltda	RJ
129	46215.044161/2007-75	15045889	Conselho Regional de Educação Física Primeira Região	RJ
130	46215.025504/2007-01	14932482	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia RJ	RJ
131	46215.025508/2007-81	14932474	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia RJ	RJ
132	46215.016069/2007-15	14973103	Consultoplan Consultoria e Planejamento Ltda	RJ
133	46228.002042/2007-04	14981360	Consultoria Forrezani Rodrigues	RJ
134	46230.004203/2007-47	13947419	Cooperativa EC Cred Mut Serv Univ Fed Fluminense Ltda	RJ
135	46313.000126/2007-36	13860321	Cosméticos Lindobel Ltda	RJ
136	46230.003507/2007-97	14938898	Creações Opção Ltda	RJ
137	46215.029165/2007-23	15000117	Creche Escola Castelinho Ltda	RJ
138	46215.042541/2007-75	15061108	Cristiane Cantero Dias - ME	RJ
139	46215.042549/2007-31	15061175	Cristiane Cantero Dias - ME	RJ
140	46670.000368/2007-61	13968521	Empreiteira Sacris Ltda	RJ
141	46670.000372/2007-29	13968530	Empreiteira Sacris Ltda	RJ
142	46334.003779/2007-29	14952432	Enamatec Modelos para Fundição	RJ
143	46334.002633/2007-66	14954681	EPM Frozi Drogaria Ltda	RJ
144	46334.002634/2007-19	14954672	EPM Frozi Drogaria Ltda	RJ
145	46230.001473/2007-04	13981561	Escola de Pilotagem de Maricá	RJ
146	47427.000095/2007-07	13939017	Escola Jardim das Letras Ltda	RJ
147	46232.000460/2007-90	13941283	Escola Viva de Resende Ltda	RJ
148	46232.000209/2007-25	13940856	Estrela Azul Serviços Vigilância e Transporte de Valores Ltda	RJ
149	46231.000067/2007-14	13924818	Eunytex Confecções Ltda	RJ
150	46232.004086/2007-00	13814958	G R Mantagem Eletro Mecânica Ltda	RJ
151	46232.000196/2008-75	15040500	G S Acciarito Atacado de Produtos Alimentícios Ltda	RJ
152	46313.000111/2008-59	14969271	G V Brasil Artigos de Presentes Ltda	RJ
153	46313.000112/2008-01	14969262	G V Brasil Artigos de Presentes Ltda	RJ
154	46215.000268/2008-92	15081184	Gadal Calçados e Modas Ltda	RJ
155	46334.003941/2007-17	15050017	Gamb Segurança Vigilância Ltda	RJ
156	46666.000842/2008-02	15101151	Garboni Indústria de Plásticos e Moldes Ltda	RJ
157	46666.000843/2008-49	15101177	Garboni Indústria de Plásticos e Moldes Ltda	RJ
158	46666.000844/2008-93	15101169	Garboni Indústria de Plásticos e Moldes Ltda	RJ
159	46313.000079/2008-10	14968240	Garota do Marco 2 Panificação Ltda	RJ
160	46215.006182/2008-73	15132781	Gasossauros Serviços Técnicos Ltda	RJ
161	46215.003334/2008-86	15042481	Gelth Sistemas Eletrônicos Ltda	RJ
162	46230.000154/2008-54	15017940	Gemaq 2004 Transportadora e Comércio Ltda	RJ
163	46215.008107/2008-47	15104133	Geminy Serviços Metalúrgicos Ltda	RJ
164	46215.008108/2008-91	15104125	Geminy Serviços Metalúrgicos Ltda	RJ
165	46215.008109/2008-36	15104117	Geminy Serviços Metalúrgicos Ltda	RJ
166	46215.008110/2008-61	15104109	Geminy Serviços Metalúrgicos Ltda	RJ
167	46215.008111/2008-13	15104095	Geminy Serviços Metalúrgicos Ltda	RJ
168	46215.051694/2007-11	15048225	Geral Transportes Rodoviário Ltda	RJ
169	46215.051695/2007-58	15048233	Geral Transportes Rodoviário Ltda	RJ
170	46230.000183/2008-16	15017966	GF Gesso e Alvenaria Ltda	RJ
171	46666.000857/2008-62	15101118	Ghandy Malhas e Confecções Ltda	RJ
172	46666.000858/2008-15	15101134	Ghandy Malhas e Confecções Ltda	RJ
173	46666.000859/2008-51	15101142	Ghandy Malhas e Confecções Ltda	RJ
174	46666.000860/2008-86	15101096	Ghandy Malhas e Confecções Ltda	RJ
175	46666.000861/2008-21	15101126	Ghandy Malhas e Confecções Ltda	RJ
176	46666.000890/2008-92	13823990	Ghandy Malhas e Confecções Ltda	RJ
177	46313.002712/2007-15	14966913	Globex Utilidades Ltda	RJ
178	46215.051136/2007-48	15068145	GP Guarda Patrimonial Ltda	RJ
179	46313.000134/2008-63	14969301	Gráfica e Editora Jornal de Hoje Ltda	RJ
180	46313.000135/2008-16	14969319	Gráfica e Editora Jornal de Hoje Ltda	RJ
181	46215.006082/2008-47	15102807	Grancarga Ltda	RJ
182	46334.002967/2007-30	13897241	H.A.A. Estrela Mais Confecções Ltda	RJ
183	46232.002760/2007-11	14913097	H.M.I. de Souza Ventura (Venturão)	RJ
184	46232.002761/2007-58	14913101	H.M.I. de Souza Ventura (Venturão)	RJ
185	46215.016258/2007-98	14947714	Habitat Comércio e Serviços Eletrônicos Ltda	RJ
186	46232.003673/2007-73	14993619	HAD Moagem e Reciclagem Ltda	RJ
187	46215.020403/2007-35	1643711	Hércules - Vigilância e Segurança Ltda	RJ
188	46215.020404/2007-80	1643738	Hércules - Vigilância e Segurança Ltda	RJ
189	46215.020549/2007-81	13844113	Hércules - Vigilância e Segurança Ltda	RJ
190	46313.000604/2007-16	13859668	HG 32 Comércio de Móveis Ltda	RJ
191	46230.003638/2007-74	14941007	Hidráulica M.M. Reparos Navais Ltda	RJ
192	46230.004012/2007-85	13876872	Hospedagem 113 Ltda	RJ
193	46334.004101/2007-63	14992086	Hospital Daniel Lipp Ltda	RJ
194	46215.010223/2007-45	14919648	Hospital de Clínicas da Penha Ltda	RJ
195	47427.000293/2007-62	13939106	Hospital Municipal Ana Moreira	RJ
196	46232.003602/2007-71	14994461	Hospital Vita Volta Redonda S/A	RJ
197	46334.004474/2007-34	14999943	Hotel Bar e Restaurante Presidente Ltda	RJ
198	46232.003470/2007-87	14994071	Hotel Cabanas de Itatiaia Ltda	RJ
199	46232.002220/2007-20	14994810	Hotel Santanesia de Piraí Ltda	RJ
200	46232.003335/2007-31	14913712	Hotel Simon Ltda	RJ
201	46230.003116/2007-72	14942020	HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo	RJ
202	46670.000858/2007-67	14995832	Humberto de Deus Pinna Junior	RJ
203	46215.050884/2007-11	15010830	Icatu Hartford Capitalização S/A	RJ
204	46215.043512/2007-21	15023192	Igreja Batista Missionária do Maracanã	RJ
205	46215.041420/2007-14	15005836	Independência Administradora de Bens Ltda	RJ
206	46215.041421/2007-51	15005844	Independência Administradora de Bens Ltda	RJ
207	46215.041422/2007-03	15005852	Independência Administradora de Bens Ltda	RJ
208	46215.036558/2007-93	14963060	Indústria de Mámores Cavaliere Ltda	RJ
209	46215.036560/2007-62	14963086	Indústria de Mámores Cavaliere Ltda	RJ
210	46313.003040/2007-65	14968410	Instituto Dr Manoel Eiras	RJ
211	46313.003112/2007-74	14968487	Interação Resíduos Ltda	RJ
212	46215.016417/2007-54	14962527	Ipoal Indústria de Produtos Ótica e Aerosol Ltda.	RJ
213	46231.000238/2007-05	11546361	J. Dantas Engenharia e Construção Ltda	RJ
214	46231.000239/2007-41	11546379	J. Dantas Engenharia e Construção Ltda	RJ
215	47427.001618/2007-24	14921251	J.Neves Lima	RJ
216	47427.001619/2007-79	14921243	J.Neves Lima	RJ
217	47427.001620/2007-01	14921235	J.Neves Lima	RJ
218	46230.006225/2007-41	15014118	J.S. Costa Artigos do Vestuário (Avesso)	RJ
219	46215.048931/2007-59	15060314	Jardim Escola 4 de Outubro Ltda	RJ
220	46231.001113/2007-94	13926438	Jardim Escola Sonho Meu S/C	RJ
221	46231.001114/2007-39	13926420	Jardim Escola Sonho Meu S/C	RJ
222	46230.005493/2007-46	15015718	Jardim Escola Tia Teresa Ltda	RJ
223	46230.005494/2007-91	15015688	Jardim Escola Tia Teresa Ltda	RJ
224	46230.005495/2007-35	15015696	Jardim Escola Tia Teresa Ltda	RJ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

225	46230.005496/2007-80	15015700	Jardim Escola Tia Teresa Ltda	RJ
226	46334.000723/2007-12	13969706	JMF Duarte Ind. e Com. Ltda ME	RJ
227	46215.050797/2007-56	15078493	Joalheria Glorinha Ltda	RJ
228	46232.003866/2007-24	15044505	Jocarcil Loc. de Máq. Equipamentos e Conteiner Ltda	RJ
229	46231.001199/2007-55	13926161	José Luiz Costa de Almeida	RJ
230	46230.004931/2007-59	15015025	JPR Projetos e Construções Ltda	RJ
231	46215.006927/2007-13	11637854	JS Manutenção e Serviços Ltda	RJ
232	46215.044318/2007-62	15021424	JS Manutenção e Serviços Ltda	RJ
233	46215.044319/2007-15	15021467	JS Manutenção e Serviços Ltda	RJ
234	46215.044635/2007-89	14970970	Jumar Copiadora Ltda Me	RJ
235	46334.005343/2007-74	15053351	JV e JC Presentes Ltda ME	RJ
236	46666.002681/2007-01	15024997	L e M Indústria e Comércio de Carnes Ltda	RJ
237	46230.000521/2007-39	13979281	Label - Less Plaza Confecções Ltda Me	RJ
238	46670.000927/2007-32	14976421	Labocenter Laboratório de Análises Clínicas	RJ
239	46334.000668/2007-61	13964054	Laboratório de Análise Clínicas Piabeta Ltda Me	RJ
240	46231.000386/2007-11	13925229	Laboratório de Análises Clínicas Cachoeirense Ltda	RJ
241	46670.001002/2007-17	14976005	Laboratório Qualidade Ltda	RJ
242	46313.000136/2007-71	13860356	Laboratório Virchow de Anatomia Patológica e Cit Ltda	RJ
243	46313.002396/2007-81	14962101	Laboratórios Médicos Dr. Eliel Figueiredo Ltda	RJ
244	46231.000851/2007-14	13927302	Lanalus de Friburgo Confec. Ltda Me	RJ
245	46231.000852/2007-69	13927337	Lanalus de Friburgo Confec. Ltda Me	RJ
246	46231.000853/2007-11	13927329	Lanalus de Friburgo Confec. Ltda Me	RJ
247	46232.000613/2007-07	13908642	Lanchonete e Pastelaria Xiqin Vassourão Ltda	RJ
248	46666.000977/2007-89	13955624	Lanchonete Pipa's Ltda Me	RJ
249	46334.000638/2007-54	13945726	Larjan Indústria e Comércio de Roupas Ltda	RJ
250	46334.003978/2007-37	15050807	Laura Santoro Curso de Informática Ltda Me	RJ
251	46232.000857/2007-81	13940422	LC de Abreu Sodré Cursos Livres ME	RJ
252	47427.000573/2007-71	13831941	LGNP Carvalheira Informática	RJ
253	46062.000486/2007-37	13820508	LH Pereira Ltda	RJ
254	46666.001119/2007-51	14910446	Liceu Sul Fluminense Ltda	RJ
255	46666.001120/2007-86	14910454	Liceu Sul Fluminense Ltda	RJ
256	46666.001121/2007-21	14910462	Liceu Sul Fluminense Ltda	RJ
257	46666.001118/2007-15	14910438	Liceu Sul Paraibano Ltda	RJ
258	46334.005156/2007-91	15053806	Limpacol Comércio e Serviços Ltda	RJ
259	46334.001971/2007-81	14905752	Limpind Manutenção e Construção Ltda	RJ
260	46334.004379/2007-31	14999846	Lírio dos Vales Comércio de Roupas Ltda	RJ
261	46670.000091/2007-76	13967860	Lis Cerâmica Ltda	RJ
262	46670.000092/2007-11	13967843	Lis Cerâmica Ltda	RJ
263	46230.005910/2007-51	15017338	Lm de Itaboraí Telhas e Tijolos Ltda	RJ
264	46230.005907/2007-37	15017303	LM de Itaboraí Telhas e Tijolos Ltda.	RJ
265	46670.000048/2007-19	13967410	Logos Serviços de Engenharia Ltda	RJ
266	46230.002378/2007-10	13980459	Logus do Barreto Posto de Abastecimento Ltda	RJ
267	46230.002379/2007-64	13980441	Logus do Barreto Posto de Abastecimento Ltda	RJ
268	46230.002380/2007-99	13980432	Logus do Barreto Posto de Abastecimento Ltda	RJ
269	46230.002617/2007-31	14938766	Lojas Americanas S/A	RJ
270	46230.002622/2007-44	14938774	Lojas Americanas S/A	RJ
271	46230.002623/2007-99	14938782	Lojas Americanas S/A	RJ
272	46230.002624/2007-33	14938791	Lojas Americanas S/A	RJ
273	46231.000529/2007-95	13925342	Lojas Americanas S/A	RJ
274	46666.000979/2007-78	13971450	Lojas Americanas S/A	RJ
275	46666.002679/2007-23	15024971	Lojas Cem S/A	RJ
276	46666.002680/2007-58	15024989	Lojas Cem S/A	RJ
277	46313.000876/2007-16	13983971	Lojas Citycol S/A	RJ
278	46334.003857/2007-95	14951703	Lojas Citycol S/A	RJ
279	46215.009761/2007-97	14923386	Lojas Insinuante Ltda	RJ
280	46334.001753/2007-46	13964372	Lojas Insinuante Ltda	RJ
281	46215.008253/2007-91	13976257	Lokau do Pão Padaria, Confeitaria e Choperia Ltda	RJ
282	46215.006792/2007-96	13976222	Lokau do Pão Padaria, Confeitaria e Choperia Ltda.	RJ
283	46334.002776/2007-78	14950561	Luckleo Corporation Com. de Materiais de Informática Ltda.	RJ
284	46666.001179/2007-74	14910471	Luzoto Comércio e Transporte Ltda	RJ
285	46666.001017/2007-36	13971204	Lys Blanc Coiffeur S/C Ltda	RJ
286	46670.000807/2007-35	14976358	M C Mota Confecções	RJ
287	46313.002215/2007-17	14965267	M de Fátima Monteiro Freire Bar e Marcenaria	RJ
288	46313.003021/2007-39	14966093	M de Fatima Monteiro Freire Bar e Mercearia	RJ
289	46313.002723/2007-03	14966646	M S 2000 Ind e Com	RJ
290	46313.002339/2007-01	14965852	Ma dos Santos Silva Armarinho e Bazar	RJ
291	46313.001965/2007-71	14961466	Macdonalds Comércio de Alimentos Ltda	RJ
292	46230.005150/2007-81	15013618	Macrograf Serviços Gráficos Ltda	RJ
293	46334.005230/2007-79	14954095	Madai Horti Fruti Ltda	RJ
294	46232.002840/2007-69	13941542	Madeiraço da Cidade do Aço Ltda	RJ
295	46334.003696/2007-30	14999277	Madeirol Madeiras e Materiais de Construção Ltda	RJ
296	46334.003697/2007-84	14999285	Madeirol Madeiras e Materiais de Construção Ltda	RJ
297	46232.003672/2007-29	14993635	Magnesita Service Ltda	RJ
298	46232.003853/2007-55	14914247	Magnetto Automotive do Brasil Ltda	RJ
299	46666.001805/2007-22	14935562	Malu de Paraíba do Sul Modas Magazine Ltda	RJ
300	46666.001806/2007-77	14935571	Malu de Paraíba do Sul Modas Magazine Ltda	RJ
301	47427.001325/2007-47	13969421	Mapaquis Service Ltda	RJ
302	46334.003538/2007-80	14950227	Marbella Ind Com de Cosméticos Ltda	RJ
303	46215.019644/2007-31	14933039	Marine Production Systems do Brasil Ltda	RJ
304	46230.003619/2007-48	11492171	Masterdroga Comercio de Medicamentos Ltda	RJ
305	46230.003235/2007-25	11492155	Masterdroga Comércio de Medicamentos Ltda	RJ
306	46230.003104/2007-48	13982885	Mausa Reparos Navais Ltda	RJ
307	46230.003105/2007-92	13982893	Mausa Reparos Navais Ltda	RJ
308	46313.002188/2007-82	14965623	Mavesa Maracanã Veículos Ltda	RJ
309	46313.002189/2007-27	14965631	Mavesa Maracanã Veículos Ltda	RJ
310	46666.003105/2007-72	15067289	Max Parck Serviços e Comércio Ltda	RJ
311	46313.000455/2007-87	13860151	Mc Donalds Comercio de Alimentos Ltda	RJ
312	46230.000484/2007-69	13879251	Mcl Toledo Boutique - Casa Blanca	RJ
313	46230.001141/2007-11	13979388	Mcl Toledo Boutique - Casa Blanca	RJ
314	46230.003668/2007-81	14941945	Meditec Indústria de Ferramentas Ltda	RJ
315	46230.003255/2007-04	14940639	Meditec Indústria de Ferramentas Limitada	RJ
316	46230.003669/2007-25	14941953	Meditec Indústria de Ferramentas Ltda	RJ
317	46230.003670/2007-50	14941961	Meditec Indústria de Ferramentas Ltda	RJ
318	46670.000902/2007-39	14976404	Megalagos Diagnósticos Ltda	RJ
319	46334.000567/2007-90	13897144	Megawear do Vilar Surf Wear Modas Ltda	RJ
320	46334.000718/2007-18	13897152	Megawear do Vilar Surf Wear Modas Ltda	RJ
321	46313.000442/2007-16	13984233	Mercado Valente Ltda	RJ
322	46215.009781/2007-68	14931281	Mercearia Copa 134 Ltda	RJ
323	46232.002722/2007-51	14992892	Metalúrgica Barra Mansa Ltda	RJ
324	46232.002724/2007-40	14992884	Metalúrgica Barra Mansa Ltda	RJ
325	46334.003605/2007-66	14998483	Metazinco Ind Com e Serviços Ltda	RJ
326	46215.011509/2007-48	14923157	Metropolitan Transportes S/A	RJ
327	46215.011510/2007-72	14923149	Metropolitan Transportes S/A	RJ
328	46215.011511/2007-17	14923131	Metropolitan Transportes S/A	RJ
329	46215.012300/2007-00	14923050	Metropolitan Transportes S/A	RJ
330	46215.009084/2007-15	13943669	Midas M3 Manutenções e Montagens Ltda	RJ
331	47427.001327/2007-36	13969447	Mineitur Lanchonete e Restaurante Ltda Me	RJ
332	46313.002614/2007-88	14967294	Mini Mercado Compre Com Nos Ltda	RJ
333	46313.002615/2007-22	14967308	Mini Mercado Compre Com Nos Ltda	RJ
334	46313.002616/2007-77	14967286	Mini Mercado Compre com Nos Ltda	RJ
335	46230.003607/2007-13	14017504	Mirak Engenharia Ltda	RJ
336	46670.001300/2007-07	14997177	Missao de São Pedro-Hosp.Maternidade Aldeia	RJ
337	46334.002971/2007-06	14997967	Móveis Danihellen Ltda	RJ
338	46215.018763/2007-77	14925702	Mr. Alpine Comércio e Confecções Ltda	RJ
339	46334.000710/2007-43	13969684	Mwg Marcenaria Ltda	RJ
340	46334.000711/2007-98	13969668	Mwg Marcenaria Ltda	RJ
341	46215.013362/2007-21	14928604	Nova Crisile Serviços Empresariais Ltda	RJ
342	46062.000835/2007-11	13870041	Padaria e Confeitaria e lanchonete A. J. Ltda	RJ
343	46313.002579/2007-05	14966891	Padaria e Mercearia Magalhães Reis	RJ
344	46231.001147/2007-89	13926977	Pade Mercitalia de Friburgo Ltda	RJ
345	46232.001606/2007-14	13936379	Partemer Usinagem e Caldeiraria Ltda	RJ
346	46215.015765/2007-12	14904331	Pedras Decorativas Marangatú Ltda	RJ
347	46230.004699/2007-59	14943867	Pedreira Ouro Branco Ltda	RJ
348	46230.005121/2007-10	14943689	Pepsico do Brasil Ltda	RJ
349	46230.005122/2007-64	14943697	Pepsico do Brasil Ltda	RJ
350	46215.023302/2007-16	14904217	Petrobrás Transportes S/A - Transpetro	RJ
351	46215.023308/2007-93	14904225	Petrobrás Transportes S/A - Transpetro	RJ
352	46215.049986/2007-86	15010201	Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	RJ
353	46215.049987/2007-21	15010180	Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	RJ
354	46215.049989/2007-10	15009092	Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	RJ
355	46215.049990/2007-44	15009106	Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	RJ
356	46215.049991/2007-99	15009114	Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	RJ
357	46215.010590/2007-49	13973801	Planet Copy Ltda	RJ
358	46230.005112/2007-29	15014631	Princesa Auto Serviços de Comestíveis Ltda	RJ
359	46232.003414/2007-42	15043851	Purys Construção e Serviços Ltda	RJ
360	46215.025285/2007-51	14956225	PWS Construções e Empreendimentos Ltda	RJ
361	46334.002983/2007-22	14998009	R.C. Tec	RJ
362	46232.003326/2007-41	14994356	R.D. de Volta Redonda Prestação de Serviço Ltda-ME	RJ
363	46232.003327/2007-95	14994364	R.D. de Volta Redonda Prestação de Serviço Ltda-ME	RJ
364	46230.000609/2007-51	13880136	Requintes Salão de Beleza Ltda	RJ
365	46232.003443/2007-12	14994046	Retifica Volta Redonda Ltda	RJ
366	46232.003543/2007-31	14912261	Retifica Volta Redonda Ltda	RJ
367	46228.001793/2007-03	14980771	Retifica Wagner Ltda	RJ
368	46228.001794/2007-40	14980762	Retifica Wagner Ltda	RJ
369	46228.001795/2007-94	13972472	Retifica Wagner Ltda	RJ
370	46231.000076/2007-05	11546867	Rio Ita Ltda	RJ
371	46313.003052/2007-90	14968801	S/A Fábrica de Tecidos Maria Cândida	RJ
372	46313.003054/2007-89	14968819	S/A Fábrica de Tecidos Maria Cândida	RJ
373	46666.003048/2007-21	15062911	Sandelli Comestíveis Ltda	RJ
374	46230.001830/2007-26	13948652	Santo Antonio Transportes Ltda	RJ
375	46334.004777/2007-57	15052052	São Marcos Auto Escola Ltda	RJ
376	46334.004778/2007-00	15052061	São Marcos Auto Escola Ltda	RJ
377	46334.004780/2007-71	15052079	São Marcos Auto Escola Ltda	RJ
378	46334.004781/2007-15	15052087	São Marcos Auto Escola Ltda	RJ
379	46215.047857/2007-53	15009742	Schumberger Serviços de Petróleo Ltda	RJ
380	46215.047858/2007-06	15009629	Schumberger Serviços de Petróleo Ltda	RJ
381	46232.002027/2007-99	14912210	Schweitzer Mauduit do Brasil S/A	RJ
382	46215.015518/2007-16	14949342	Sebras Montagem Naval Ltda	RJ
383	46334.004028/2007-20	15050947	Sedução Perfumes Ltda ME	RJ
384	46334.004029/2007-74	15050955	Sedução Perfumes Ltda ME	RJ
385	46334.004030/2007-07	15050963	Sedução Perfumes Ltda ME	RJ
386	46313.000640/2007-71	13984802	Semzar Complexo Educacional Ltda	RJ
387	46215.049337/2007-85	14957914	Senac Rio	RJ
388	46230.005921/2007-31	14944120	Sendas Distribuidora S/A	RJ
389	46230.005922/2007-85	14944111	Sendas Distribuidora S/A	RJ
390	46230.006073/2007-87	15016471	Sendas Distribuidora S/A	RJ
391	46313.001960/2007-49	14965071	Sendas Distribuidora S/A	RJ
392	46313.001961/2007-93	14965089	Sendas Distribuidora S/A	RJ
393	46313.001962/2007-38	14965097	Sendas Distribuidora S/A	RJ
394	46313.002843/2007-01	14966735	Sendas Distribuidora S/A	RJ
395	46334.004225/2007-49	14992442	Serfer Com. e Ind. de Ferro e Aço Ltda	RJ
396	46666.003207/2007-98	9809180	Serviço de Patologia e Citologia Ltda	RJ
397	46334.004567/2007-69	15051552	Serviço Social da Indústria SESI	RJ
398	46334.004568/2007-11	15051561	Serviço Social da Indústria SESI	RJ
399	46334.004569/2007-58	15051579	Serviço Social da Indústria SESI	RJ
400	46334.004793/2007-40	15051625	Servseg Tecnologia em Segurança e Vig. Ltda	RJ
401	46334.004794/2007-94	15051617	Servseg Tecnologia em Segurança e Vig. Ltda	RJ
402	46334.004817/2007-61	15051641	Servseg Tecnologia em Segurança e Vig. Ltda	RJ
403	46334.004818/2007-13	15051633	Servseg Tecnologia em Segurança e Vig. Ltda	RJ
404	46230.004277/2007-83	14939673	SG Sermed Serviços Médicos Ltda	RJ
405	46334.004375/2007-52	15051781	Shiva Indústria e Comércio de Roupas Ltda	RJ
406	46334.004376/2007-05	15051803	Shiva Indústria e Comércio de Roupas Ltda	RJ
407	46334.004377/2007-41	15051790	Shiva Indústria e Comércio de Roupas Ltda	RJ
408	46334.004962/2007-41	15051731	Sind. Trab. Ind. Prod. Quim. Farm Explo Mat Plast	RJ
409	46231.001384/2007-40	13930613	Sindic dos Empreg em Conc. e Distrib. de Autom. no Est. do RJ	RJ
410	46230.006020/2007-66	15015726	SM Mattos & Guimarães Ltda ME	RJ
411	46230.006021/2007-19	15015734	SM Mattos & Guimarães Ltda ME	RJ
412	46670.001302/2007-98	14997126	Só Ofertas Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda	RJ
413	46670.001303/2007-32	14997100	Só Ofertas Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda	RJ
414	46670.001304/2007-87	14997118	Só Ofertas Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda	RJ
415	46670.001305/2007-21	14997096	Só Ofertas Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda	RJ
416	46313.000611/2007-18	13984446	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda	RJ
417	46215.010521/2007-35	14901102	Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro	RJ
418	46666.003422/2007-99	15082083	Sodexho do Brasil Comercial Ltda	RJ
419	46666.003431/2007-80	15082091	Sodexho do Brasil Comercial Ltda	RJ
420	46334.005407/2007-37	15054594	Sojinil Técnica de Ar Comprimido e Construção Ltda	RJ
421	46215.051654/2007-61	15075125	Somov S/A	RJ
422	46215.051656/2007-51	15075133	Somov S/A	RJ
423	46230.003871/2007-57	14943778	Steak House Bar e Restaurante Ltda	RJ
424	46334.004563/2007-81	15053024	Stil Serviços Técnicos Ltda	RJ
425	46666.003039/2007-31	14936640	Sua Lanchonete Ltda ME	RJ
426	46215.045964/2007-47	15066185	Super BCG Serviços S/S Ltda	RJ
427	46215.045965/2007-91	15066193	Super BCG Serviços S/S Ltda	RJ
428	46670.001235/2007-10	14997053	Supermercado D'Mello Ltda ME	RJ
429	46230.006137/2007-40	15016391	Supermercado Flor da Praia 209 Ltda	RJ
430	46230.006138/2007-94	15016439	Supermercado Flor da Praia 209 Ltda	RJ
431	46215.010942/2007-66	14924960	Supermercado Real de Eden LTDA	RJ
432	46215.028649/2007-55	14957558	Supermercado Zona Sul S/A	RJ
433	46215.028652/2007-79	14957523	Supermercado Zona Sul S/A	RJ
434	46215.016213/2007-13	14979098	Supermercado Zona Sul S/A Loja 17	RJ
435	46313.002918/2007-45	14967219	Supermercados Feira Nova Ltda	RJ
436	46215.013859/2007-49	14902265	Supermercados Mundial Ltda	RJ
437	46215.019902/2007-80	14963477	Supermercados Mundial Ltda	RJ
438	46334.004174/2007-55	15050301	Supermercados Nossa Senhora de Santana Ltda	RJ
439	46334.004985/2007-56	15053300	SVV Grande Rio Informática Ltda	RJ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

440	46215.051305/2007-40	15081061	Syl e Ny Modas Ltda	RJ
441	46230.003225/2007-90	14940817	União de Lojas Leader S/A	RJ
442	46230.003226/2007-34	14940809	União de Lojas Leader S/A	RJ
443	46215.016159/2007-14	14931231	Usina Sapucaia S/A	RJ

EVANDRO ALONSO MARTINS

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 19 de julho de 2011

Pedido de registro sindical

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46219.002009/2011-61
Entidade	Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Bernardo do Campo - SINHORES - SÃO BERNARDO DO CAMPO
CNPJ	13.140.411/0001-24
Abrangência	Municipal
Base Territorial	São Bernardo do Campo - SP

Categoria Econômica de hotéis, apart-hoteis, motéis, pensões, hospedaria, restaurantes, bares, cafés, churrascarias, cantinas, pizzarias, lanchonetes, buffets, leiterias, salsicharias, cervejarias, drive-in, flats-service, pousadas, fast-foods, casa de lazer e diversão, estabelecidos no município de São Bernardo do Campo.

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º da portaria nº 236, de 15 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2011, seção 1, página 115,

Onde se lê:

Código PNV	Local de Início e Fim	Km Inicial	Km Final	Ext.	Rodovia Estadual Coincidente
222BPI0277	ENTR. PI-117 (A) - ENTR.PI-110 (BATALHA)	2,6	24,6	2,0	PI-117
222BPI0290	ENTR.PI-110(BATALHA) - ENTR.PI-213/214 (ESPERANTINA)	24,6	47,6	3,0	PI-117
222BPI0350	ENTR.PI-112 (MATIAS OLÍMPIO)-ENTR.PI-117(B) (DIV.PI/MA) (REPARTIÇÃO)	00,9	19,9	9,0	PI-117

Leia-se:

Código PNV	Local de Início e Fim	Km Inicial	Km Final	Ext.	Rodovia Estadual Coincidente
222BPI0277	ENTR. PI-117 (A) - ENTR.PI-110 (BATALHA)	82,6	124,6	42,0	PI-117
222BPI0290	ENTR.PI-110(BATALHA) - ENTR.PI-213/214 (ESPERANTINA)	124,6	147,6	23,0	PI-117
222BPI0350	ENTR.PI-112 (MATIAS OLÍMPIO)-ENTR.PI-117(B) (DIV.PI/MA) (REPARTIÇÃO)	200,9	219,9	19,0	PI-117

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIAS DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VII do art. 1º da Portaria/SE-MT nº 281, de 5 de outubro de 2010, publicada no DOU nº 192, de 6 de outubro de 2010, e

Considerando a conclusão no Despacho nº 133/2011/Pregoeiro/CPL/SAAD/SE/MT, de 14/9/2011, constante do Processo nº 50000.035667/2011-62, resolve:

Nº 428 - Art. 1º Aplicar à Empresa VICKS DISTRIBUIÇÃO DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS LTDA - ME, cadastrada no CNPJ sob nº 03.376.172/0001-52, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, com o devido registro no SICAF, pelo prazo de quinze dias corridos a contar da publicação no DOU, nos termos do artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 28, do Decreto nº 5.450/2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VII do art. 1º da Portaria/SE-MT nº 281, de 5 de outubro de 2010, publicada no DOU nº 192, de 6 de outubro de 2010, e

Considerando a conclusão no Despacho nº 132/2011/Pregoeiro/CPL/SAAD/SE/MT, de 14/9/2011, constante do Processo nº 50000.035668/2011-15, resolve:

Nº 429 - Art. 1º Aplicar à Empresa W STORES COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, cadastrada no CNPJ sob nº 13.313.356/0001-27, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, com o devido registro no SICAF, pelo prazo de quinze dias corridos a contar da publicação no DOU, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACYR ROBERTO DE LIMA

PORTARIA Nº 430, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VII do art. 1º da Portaria/SE-MT n° 281, de 5 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 192, de 6 de outubro de 2010, e

Considerando a conclusão proferida no Despacho n° 134/2011/ Pregoeiro/ CPL/SAAD/SE/MT, de 14/9/2011, constante no Processo n° 50000.010764/2011-42, nos termos dos incisos I e VIII da Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 35/2010-MT, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa ASSONI & ASSONI LTDA - EPP, cadastrada no CNPJ sob n° 01.069.543/0001-28, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 6 (seis) meses, com o respectivo registro no SICAF, bem como a penalidade de multa no valor de R$ 4.979,00 (quatro mil novecentos e setenta e nove reais), a ser recolhido por meio de GRU, correspondente a 10% do valor do Contrato n° 35/2010-MT, pelo descumprimento dos incisos I, III, IV e XXI da Cláusula Oitava.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACYR ROBERTO DE LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.234, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza a empresa ishiguro & cia ltda - EPP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na bacia amazônica, entre os municípios de Belém-Pa A Laranjal do Jari-Ap.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50305.002378/2011-52 e tendo em vista o que foi deliberado na 301ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 15 de setembro de 2011, Resolve:

Art. 1º - Autorizar a empresa ISHIGURO & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 11.083.100/0001-45, com sede na Av. Bernardo Sayão, nº 1928 - Sala 02 (altos), Jurunas, Belém-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Belém-PA a Laranjal do Jari-AP, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.235, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Declara Extinta, Por Renúncia da Interessada, A Autorização Outorgada Por Meio da Resolução Nº 739/2007-Antaq e Termo de Autorização Nº 329/2007-Antaq, Aditado Pelo 1º Termo Aditivo de 14 de Outubro de 2008, à Empresa Green World Ltda. - Me

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001527/2006-49 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 301ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, Resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia da interessada, a autorização outorgada, por meio da Resolução nº 739-ANTAQ, de 22 de fevereiro de 2007 e do Termo de Autorização nº 329-ANTAQ, de 22 de fevereiro de 2007, publicados no Diário Oficial da União de 1º de março de 2007, aditado pelo 1º Termo Aditivo de 14 de outubro de 2008, à empresa GREEN WORLD LTDA. - ME, CNPJ nº 04.150.178/0001-70, com sede na rua Henrique Moscoso, nº 1526, 2º andar, Centro, Vila Velha-ES, para operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, nas navegações de apoio marítimo e apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência propulsiva de até 800 HP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.236, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Acata e Valida O 5º Aditivo Ao Contrato de Arrendamento Pres/025/98 Avençado Entre A Codesp e A Empresa J. P. Tecnolimp S.A., e Dá Outras Providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002331/2011-39 e tendo em vista o que foi deliberado na 301ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 15 de setembro de 2011, Resolve:

Art. 1º Acatar e validar o 5º Aditivo ao Contrato de Arrendamento PRES/025/98, avençado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e a empresa J. P. TECNOLIMP S.A., por restar demonstrado o caráter de regularidade com respaldo na Lei 8.630/1993.

Art. 2º Determinar à CODESP que proceda ao reequilíbrio econômico-financeiro do referido contrato PRES/025/98, computando os resultados efetivamente obtidos até o presente e as novas projeções de receitas, investimentos, custos e despesas até o final do referido contrato, submetendo a informação a esta Agência.

Art. 3º Determinar que a CODESP atualize no PDZ e no Programa de Arrendamento do Porto de Santos, a nova destinação das áreas a serem alteradas em função da implantação da Avenida Perimetral, se já não o fez.

Art. 4º Recomendar à CODESP, acerca da indispensável, e prévia, manifestação da ANTAQ quando da eventual necessidade de demolição de bens da União sob a Administração da CODESP.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 792, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução nº 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007 e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50305.002378/2011-52 e tendo em vista o que foi deliberado na 301ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 15 de setembro de 2011, Resolve:

I - Autorizar a empresa ISHIGURO & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 11.083.100/0001-45, doravante denominada Autorizada, com sede na Av. Bernardo Sayão, nº 1928 - Sala 02 (altos), Jurunas, Belém-PA, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Belém-PA a Laranjal do Jari-AP.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - A presente autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo a ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei nº 10.233, de 2001.

III - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 18, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização da embarcação GURUPATUBA III e ocorrerá conforme o esquema operacional apresentado pela empresa, abaixo relacionado:

ESQUEMA OPERACIONAL (LINHA BELÉM-PA A LARANJAL DO JARI-AP):					
PARTIDA			CHEGADA		
Local	Dia da Semana	Horário	Local	Dia da Semana	Horário
Belém-PA	3ª feira	19:00	Gurupá-PA	4ª feira	23:00
Gurupá-PA	5ª feira	01:00	Vitória do Jari-AP	5ª feira	14:00
Vitória do Jari-AP	5ª feira	18:00	Laranjal do Jari-AP	5ª feira	20:00
Laranjal do Jari-AP	Sábado	17:00	Vitória do Jari-AP	Sábado	19:00
Vitória do Jari-AP	Sábado	19:30	Gurupá-PA	Domingo	07:00
Gurupá-PA	Domingo	07:30	Belém-PA	2ª feira	08:30

V - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, bimestralmente, as informações discriminadas no inciso IX do art. 12 da Norma já citada.

VI - A Autorizada deverá manter em local visível da embarcação e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

VIII - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

DESPACHOS

À vista do contido no Processo nº 50300.002248/2011-60, com base no PARECER Nº 489-2011/LBD/PF-ANTAQ/PGF/AGU, de 05 de setembro de 2011, e no uso das competências delegadas pelo art. 2º da RESOLUÇÃO nº 003-ANTAQ, de 15 de março de 2002, alterada pela Resolução nº 1605-ANTAQ, de 11 de fevereiro de 2010, DECLARO INEXIG?VEL A LICITAÇÃO, amparada pelo art. 25, inciso II, c/c com o art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente à participação de sete servidores da ANTAQ no curso de MBA em Direito do Estado e da Regulação, e AUTORIZO a Despesa de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) em favor da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV, CNPJ 33.641.663/0001-44.

Brasília, 14 de setembro de 2011.
MARLI SILVA BARROS
Superintendente de Administração e Finanças
Substituta

Faço publicar que atendendo ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 , e com base no PARECER Nº 489-2011/LBD/PF-ANTAQ/PGF/AGU, de 05 de setembro de 2011, RATIFICO O ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com amparo no artigo 25, inciso II, c/c com o art. 13, inciso VI, do citado Diploma Legal, praticado pelo Superintendente de Administração e Finanças desta Agência, referente à participação de servidores no curso de MBA, oferecido pela FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV, CNPJ 33.641.663/0001-44

Brasília, 14 de setembro de 2011.
FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
Diretor-Geral

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 124, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50535.000483/2011-43, resolve:

Art. 1º Autorizar a regularização de travessia de tubulação de gás implantada na faixa de domínio da Rodovia BR-324/BA, no km 561+050m, em Amélia Rodrigues/BA, de interesse da Transportadora GASENE S/A.

Art. 2º Na conservação da referida tubulação de gás, a GASENE deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A GASENE deverá assinar, com a ViaBahia, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas.

Art. 4º A ViaBahia deverá encaminhar, à Unidade Regional da Bahia - URBA, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A GASENE assumirá todo o ônus relativo à manutenção e ao eventual remanejamento dessa tubulação de gás, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º Caberá à ViaBahia manter o cadastro referente à tubulação de gás.

Art. 7º A regularização da travessia de tubulação de gás implantada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 32.860,00 (trinta e dois mil, oitocentos e sessenta reais), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 8º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A GASENE abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 125, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50520.049789/2011-67, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de esgoto na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Cova, BR-101/SC, por meio de travessia no km 202+698m, em São José/SC, de interesse da CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de esgoto, a CASAN deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A CASAN não poderá iniciar a implantação da rede de esgoto objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A CASAN assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de esgoto, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A CASAN deverá concluir a obra de implantação da rede de esgoto no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a CASAN verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de esgoto no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de esgoto.

Art. 8º A CASAN deverá apresentar, à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de esgoto por meio de travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 800,40 (oitocentos reais e quarenta centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A CASAN abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 126, DE 15 DE AGOSTO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50535.000460/2011-39, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, por meio de subtrechos de ocupações longitudinais e travessias, no trecho entre o km 426+200m e o km 459+750m, em Feira de Santana/BA, Antônio Cardoso/BA e Santo Estevão/BA, de interesse da COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.

§ 1º As ocupações longitudinais serão implantadas nos seguintes subtrechos:

I. Do km 426+200m ao km 428+700m, na Pista Sul;
II. Do km 428+700m ao km 431+461m, na Pista Norte;
III. Do km 431+461m ao km 433+418m, na Pista Sul;
IV. Do km 433+418m ao km 436+000m, na Pista Norte;
V. Do km 436+000m ao km 446+516m, na Pista Sul;
VI. Do km 446+516m ao km 459+036m, na Pista Norte; e
VII. Do km 459+036m ao km 459+750m, na Pista Sul.

§ 2º As travessias serão implantadas nos seguintes locais:

I. No km 428+700m;
II. No km 431+461m;
III. No km 433+418m;
IV. No km 436+000m;
V. No km 446+516m; e
VI. No km 459+036m

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de distribuição de energia elétrica, a COELBA deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A COELBA não poderá iniciar a implantação da rede de distribuição de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a ViaBahia, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A ViaBahia deverá encaminhar, à Unidade Regional da Bahia - URBA, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A COELBA assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de distribuição de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A COELBA deverá concluir a obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo de 140 (cento e quarenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a COELBA verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à ViaBahia sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à ViaBahia acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de distribuição de energia elétrica.

Art. 8º A COELBA deverá apresentar, à URBA e à ViaBahia, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de distribuição de energia elétrica por meio de subtrechos de ocupações longitudinais e travessias autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 557.250,07 (quinhentos e cinqüenta e sete mil, duzentos e cinqüenta reais e sete centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A COELBA abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE MARCOS REGULATÓRIOS

PORTARIA Nº 13, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE MARCOS REGULATÓRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no processo nº 50500.046498/2011-55 e considerando os termos da Deliberação n.º 160, de 12.05.2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a alteração do estatuto social da TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A., CNPJ nº 02.281.836/0001-37, consoante apresentado a esta Superintendência nos autos do processo em epígrafe, para aumentar o capital social subscrito e o autorizado.

Art. 2º Determinar que a requerente encaminhe a esta Superintendência cópia autenticada do arquivamento das alterações nas entidades competentes.

HEDERVERTON ANDRADE SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 428, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.053053/2011-21, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Curitiba (PR) - Porto Alegre (RS) via BR-116, prefixo nº 09-0830-00.

SONIA RODRIGUES HADDAD

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 963, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT, tendo em vista o disposto no Art. 5º, XXIV, da Constituição Federal, inciso IX, do artigo 82, da Lei 10.233, de 05.06.2001, inciso XIX do Art. 1º do Decreto n.º 5.765/2006, e art. 5º letra "i", do Decreto - Lei n. º 3.365, de 21/06/1941, e a competência que lhe confere o artigo 21, inciso III e Parágrafo único, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 5.765, de 27 de Abril de 2006, publicada no D.O.U. de 28/04/2006 e o artigo 124, da Resolução n.º 10, de 31 de janeiro de 2007, publicada no D.O.U. de 26/02/2007 e, tendo em vista o constante no processo administrativo n º 50605.000710/2010-89, resolve:

Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, áreas de terras e benfeitorias abrangidas pelos alargamentos da faixa de domínio da Rodovia BR-101/BA, trecho Divisa SE/BA - Divisa BA/ES, subtrecho Entr. BA-401 (Sitio do Meio) - Entr. BA-515 (Teodoro Sampaio), segmento km 83,58 ao km 124,60, extensão: 41,02 km, lote 03, estacas 4179+0,00 a 6230+0,00, PNV 101BBA1450 - 101BBA1490, em conformidade com o projeto Básico e Executivo de Duplicação e Restauração com Melhoramentos aprovados por meio da Portaria n.º 1.230, publicada no Boletim Administrativo n.º 040, de 05 a 09 de outubro de 2009, processo n.º 50600.007788/2008-50, pelo Coordenador-Geral de Desenvolvimento e Projetos, usando de delegação de Competência que lhe foi consignada por meio da Portaria n.º 609, de 02 de julho de 2004, e com os desenhos PEET n.º 627/11 a PEET n.º 685/11, que ficam depositados no Arquivo Técnico da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT.

JORGE ERNESTO PINTO FRAXE

PORTARIA Nº 964, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT, tendo em vista o disposto no Art. 5º, XXIV, da Constituição Federal, inciso IX, do artigo 82, da Lei 10.233, de 05.06.2001, inciso XIX do Art. 1º do Decreto n.º 5.765/2006, e art. 5º, do Decreto - Lei n. º 3.365, de 21/06/1941, e a competência que lhe confere o artigo 21, inciso III, da Estrutura Regimental da Autarquia, publicada no D.O.U. de 28/04/2006 e o artigo 124, da Resolução n.º 10, de 31 de janeiro de 2007, publicada no D.O.U. de 26/02/2007 e, tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 50600.006678/2009-51, resolve:

ALTERAR o Ato Declaratório de Utilidade Pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, formalizado pela Portaria nº 814, de 09 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2009, Seção 1, página 68, e o faz como segue: incluir área de terras e benfeitorias compreendidas entre as estacas 5 + 01,70 - Lado direito (N: 7.747.535,8684 E: 613.865,7236) a estaca 36 + 12,50 - Lado direito (N: 7.746.945,9170 e E: 613.670,6898; estaca 36 + 12,50 - Lado direito (N: 7.746.945,9170 e E: 613.670,6898) a estaca 75 + 0,00 (eixo novo) (N: 7.746.426,6244 e E: 614.139,4619); estaca 75 + 0,00 (eixo novo) (N: 7.746.426,6244 e E: 614.139,4619) a estaca 54 + 0,00(eixo antigo) (7.745.970,4365 e E: 614.006,7756); estaca 54 + 0,00 (eixo antigo) (N: 7.745.970,4365 e E: 614.006,7756) a estaca 102 + 0,00 (eixo antigo) (N: 7.745.051,9108 e 614.051,8395); estaca 102 + 0,00 (eixo antigo) (N: 7.745,051,9108 e E: 614.051,8395) a estaca 124 + 15,46 (eixo antigo) (N 7.744.618,4886 e E: 614.185,7006); estaca 128 + 0,00 - Lado esquerdo do eixo antigo (N: 7.744.554,0985 e E: 614.188,5527) a estaca 142 + 3,18 - Lado esquerdo do eixo antigo (N: 7.744.324,1918 e E: 614.325,6969), em conformidade com a modificação e atualização do projeto Executivo de Engenharia para Obras de Adequação da Rodovia BR-040/MG- Volume Anexo 3A-(Projeto de Desapropriação - Modificação e Atualização) aprovado pela Comissão Técnica da SREMG/DNIT através da portaria nº 176, de 24 de maio de 2010, com desenhos PEET nº 1007/11 ao PEET nº 1012/11 que ficam depositados no Arquivo Técnico do DNIT. Em tudo mais, fica perfeitamente ratificada a Portaria acima referida, com a qual a presente faz parte integrante.

JORGE ERNESTO PINTO FRAXE

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DESPACHO DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
N.º: 0.00.000.001149/2011-77
Requerente: Federação Interestadual dos Trabalhadores no Comércio de Serviços de Hospedagem, Alimentação Preparadas e Bebidas a Varejo nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul - FETRHOTEL
Requerido: Ministério Público do Trabalho da 2ª Região
DESPACHO

(..)Não satisfeitos os requisitos formais para conhecimento das representações elencados pelo Regimento Interno, cabe ao Conselheiro Relator determinar o arquivamento do feito, nos termos do art. 46, inciso X, alínea "a" do RICNMP, "in verbis":

Art. 46. Compete ao Relator:

X - sem prejuízo da competência do Plenário, decidir monocraticamente nas seguintes hipóteses:

a) quando não estiverem atendidos os requisitos estabelecidos nos parágrafos do art. 39 deste Regimento;

Como exposto, não resta atendido o requisito da regular representação processual da parte requerente, faculto ao representante a regularização da representação, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento por despacho monocrático deste relato.

Vencido o prazo, com ou sem manifestação, sejam os autos conclusos.

Publique-se. Intime-se.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Relator

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000044/2011-09
RECLAMANTE: EDUARDO DE SOUZA CÉZAR
RECLAMADO: SERVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (…)
Forte em tais fundamentos, opino no sentido do arquivamento da presente reclamação, na forma do art. 74, §6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, visto que os fatos narrados foram devidamente apurados, conforme análise feita pela Diretoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, que concluiu pelo arquivamento da Sindicância instaurada pela Portaria nº 01/2.011.
É o parecer, salvo melhor juízo.

Brasília, 6 de setembro de 2011.
ALEXANDRE SÓCRATES MENDES
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 1241/1250, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, ao reclamado, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 12 de setembro de 2011.
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO SUPERIOR

PAUTA

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS
SESSÃO: 37/2011 DATA: 15/09/2011 HORA: 17:00
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AUTOMATICAMENTE

CSMPF	: 1.00.001.000138/2011-12
Assunto	: AFASTAMENTO
Origem	: ANPR
Relator(a)	: Cons. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA
Interessado(s)	: Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR
CSMPF	: 1.00.001.000139/2011-59
Assunto	: AFASTAMENTO
Origem	: Distrito Federal
Relator(a)	: Cons. JOAO FRANCISCO SOBRINHO
Interessado(s)	: Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR
CSMPF	: 1.00.001.000140/2011-83
Assunto	: CORREIÇÃO
Origem	: PGR
Relator(a)	: Cons. RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Interessado(s)	: Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal
CSMPF	: 1.00.001.000141/2011-28
Assunto	: CORREIÇÃO
Origem	: PGR
Relator(a)	: Cons. MARIA CAETANA CINTRA SANTOS
Interessado(s)	: Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
CSMPF	: 1.00.001.000142/2011-72
Assunto	: CONSULTA
Origem	: PRR/4ª Região
Relator(a)	: Cons. SANDRA VERONICA CUREAU
Interessado(s)	: Dr. Carlos Eduardo Copetti Leite
CSMPF	: 1.00.001.000150/2006-51
Assunto	: INDICAÇÃO
Origem	: Distrito Federal
Relator(a)	: Cons. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Interessado(s)	: 2ª Câmara de Coordenação e Revisão Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública

DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA
Presidente do Conselho
Em exercício

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 3, DE 22 DE JULHO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público para apurar irregularidades relativas à execução das verbas do FUNDEB, na gestão do prefeito do município de Vera Cruz/BA, Antônio Magno de Souza Filho, durante o exercício financeiro de 2009. ICP nº 1.14.000.001118/2011-75

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que, em 14/04/2011, através de correspondência eletrônica, protocolou-se representação, por meio da qual foram encaminhados, em formato de arquivo eletrônico, o Parecer Prévio nº 110/11 e a Deliberação de Imputação de Débito nº 533/2011 - ambos documentos originados da apreciação do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - nos quais restaram detectadas irregularidades na execução das verbas do FUNDEB;

CONSIDERANDO que, no precitado parecer, emitido em decorrência do Pedido de Reconsideração interposto pelo prefeito Antônio Magno de Souza Filho em razão do Parecer Prévio nº 581/10 daquele mesmo TCM, nota-se que não houve a descaracterização dos indícios de improbidade administrativa referentes à implementação das verbas do FUNDEB durante a gestão daquele prefeito no ano de 2009;

CONSIDERANDO a necessidade de efetuar diligências para melhor apuração dos fatos imputados;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com a documentação que a acompanha;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Registre-se que o objeto do ICP é apurar irregularidades relativas à execução das verbas do FUNDEB, na gestão do prefeito do município de Vera Cruz/BA, Antônio Magno de Souza Filho, durante o exercício financeiro de 2009;

3. Registre-se que o investigados é Antônio Magno de Souza Filho

4. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

5. Oficie-se ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, solicitando cópia do processo de Prestação de Contas nº 08959/10, no que tange às verbas do FUNDEB;

6. Oficie-se à Coordenadoria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, solicitando o envio dos resultados - no que for atinente à execução das verbas do FUNDEB - oriundos da análise das documentações encaminhadas para aquela coordenadoria, conforme determinação presente nas resoluções do Parecer Prévio nº 110/11 do TCM.

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº 12, DE 2 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Federal nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7.437/85, bem como de acordo com o art. 2º, I da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 2º, I da Resolução nº 87/06 e art. 4º, §4º da mencionada Resolução (redação dada pela Resolução nº 106/10), do Conselho Superior do Ministério Público Federal, visando apurar eventuais irregularidades em licitação para contratação de prestação de serviços de estudos de viabilidade técnica e projeto de engenharia visando a implantação de rodovia de acesso à Ponta do Poço (município de Pontal do Paraná), melhorias e duplicação das rodovias PR-407, PR-412, PR-508 e construção de ponte sobre a Baía de Guaratuba, resolve converter o presente Procedimento Administrativo nº 1.25.007.000015/2011-44 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução nº 87/06/CSMPF, encaminhando-lhe arquivo digital desta portaria e também para que se faça a publicação no Diário Oficial.

ALESSANDRO JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 23, DE 3 DE AGOSTO DE 2011

LETÍCIA RIBEIRO MARQUETE, Procuradora da República no Município de Divinópolis, com fundamento nas atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal de 1988 e pelo art. 5º e seguintes da Lei Complementar nº 75/93:

CONSIDERANDO que o Relatório de Fiscalização CGU nº 01447/2009 informa que o Município de Araújos utilizou indevidamente a quantia de R$ 165.095,25, que lhe foi repassada pelo Fundo Nacional de Saúde para custeio de despesas atinentes à Atenção Básica em Saúde;

CONSIDERANDO que o Prefeito Municipal de Araújos-MG comprometeu-se a repor a referida quantia na conta bancária específica do Fundo Municipal de Saúde, por meio de depósitos mensais a serem efetuados até o mês de setembro de 2012;

CONSIDERANDO a necessidade de se acompanhar a regular reposição dos valores;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público, nos termos do disposto no art. 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que este procedimento administrativo tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias e que ainda há diligências pendentes de efetivação, que são essenciais para a apuração dos fatos (art. 2º, § § 6º e 7º, da Resolução CNMP nº 23/2007);

DETERMINA:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível n.º 1.22.012.000026/2011-67 em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 4º, inciso VI, da Resolução nº 23, de 17/9/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, mediante correspondência eletrônica, para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, mediante certificação nos autos;

3) a nomeação do servidor Lindomar Salvino Rodrigues, técnico administrativo, para funcionar como Secretário, nos termos do art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87/2006, que será substituído, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício na Secretaria Jurídica desta PRM;

4) o cumprimento do despacho proferido nesta data.

Em observância ao disposto no art. 9º da Resolução CNMP nº 23/2007 e no art. 15 da Resolução CSMPF nº 87/2006, incumbe ao Secretário o acompanhamento do prazo inicial de 1 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, cuja data de encerramento deverá ser anotada na capa dos autos, mediante certidão, após o seu transcurso.

Cumpra-se.

LETÍCIA RIBEIRO MARQUETE

PORTARIA Nº 36, DE 4 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) a competência do Ministério Público Federal para promover o Inquérito Civil Público para a proteção do patrimônio público e social, nos termos do art. 6º, VII, b, da Lei Complementar n.º 75/93;

c) a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

d) que o objeto do presente expediente se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público; e

f) o Procedimento Administrativo n° 1488AD/2011, encaminhado pelo Ministério Público Estadual, dando conta de irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB, PNATE e PNAE, ano 2010, no município de São Bernardo/MA.

resolve instaurar Inquérito Civil Público para a apuração da(s) conduta(s) acima descrita(s), devendo a presente portaria ser autuada juntamente com as peças de informação que ensejaram a atuação ministerial, prosseguindo-se o feito até a formação do convencimento deste subscritor.

Indico como diligência inicial a expedição de ofício: a) ao FNDE, solicitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações a respeito da existência e regularidade da prestação de contas dos recursos repassados ao Município de São Bernardo/MA, no ano de 2010, por intermédio do PNATE e PNAE, encaminhando-se cópia da documentação respectiva. Deve o FNDE também realizar, no prazo de 60 dias, fiscalização incidente sobre as contas do FUNDEB no município, referente ao ano de 2010, tendo em vista a complementação da União, de modo a auferir a boa aplicação dos recursos públicos, nos termos do art. 26, incisos I e III da Lei nº 11.494/2007, inclusive no afã de saber se os pagamentos efetuados pela prefeitura atenderam aos ditames da legislação aplicável (uso de cheque nominal ou ordem bancária); b) ao Banco do Brasil, para que encaminhe em 20 dias cópia de extratos bancários da conta específica do FUNDEB de titularidade da Prefeitura Municipal em referência, no período de 01/01/2010 a 31/12/2010, remetendo ainda cópia de todos os documentos comprobatórios de cada retirada de valores (cheques, ordens bancárias, transferências, etc.) superiores a R$ 5.000,00 no mesmo lapso temporal, no intuito de verificar eventual descumprimento das normas que regem os pagamentos pela Administração Pública; c) ao Prefeito do Município de São Bernardo/MA para que ofereça manifestação acerca das irregularidades apontadas, devendo encaminhar documentação comprobatória de suas alegações.

Desde já determino a reiteração do(s) ofício(s), em caso de demora ou não atendimento à requisição/solicitação, sendo que, quanto aos expedientes dirigidos ao(s) Representado(s), comprovadas suas intimações, faz-se desnecessária a reiteração.

Publique-se esta Portaria no mural de avisos desta Procuradoria da República, nos termos do que prevê o art. 7, § 2º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordeno, ainda, que seja comunicada à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos art. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Atendidas as providências acima, voltem os autos conclusos para apreciação.

Registre-se na capa dos autos o nome do(a) Representante, do(s) Representado(s) e o resumo do fato apurado.

Designo como Secretário(a) oficiante o(a) servidor(a) ocupante do cargo de Técnico Administrativo vinculado a este 4º Ofício Cível.

Por fim, sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

Cumpra-se.

JOSÉ MILTON NOGUEIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 36, DE 31 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, titular do 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal da Procuradoria da República Polo em Petrolina/Juazeiro, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no art. 8°, § 1°, da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, nos autos das Peças de Informação no. 1.26.001.000216/2010-83, e

CONSIDERANDO que, em consulta ao sítio que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE mantém na rede mundial de computadores, foi verificada a possível ocorrência de irregularidades na prestação de contas de recursos públicos federais repassados ao Município de Sobradinho/BA em razão Programa Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE;

CONSIDERANDO o Ofício nº 2074/2010-DIADE/CGCAP/DIFIN/FNDE (fls. 17/18), por meio do qual o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE encaminha cópia digitalizada do Processo nº 23034.025828/2009-25, referente à prestação de contas dos recursos supracitados no exercício de 2008;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal tem legitimidade e interesse para propor demanda em juízo visando à responsabilização por atos de improbidade administrativa, a teor do disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, art. 6º, VII, b, e XIV, f, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e art. 17, caput e § 4º, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

CONSIDERANDO que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, resolve:

Instaurar inquérito civil visando à regular e legal coleta de elementos a respeito da possível ocorrência de irregularidades na utilização de verbas públicas federais, repassadas ao Município de Sobradinho pelo FNDE em razão do Programa Plano Desenvolvimento da Educação - PDE, no exercício de 2008, para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei. Deixo de determinar a livre distribuição deste inquérito em virtude de as peças de informação já terem sido previamente distribuídas.

Encaminhe-se a presente portaria à Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil, o que deverá ser comunicado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, além de remeter sua cópia para publicação, de acordo com o art. 16, §1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e o art. 7º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, deve ser afixada cópia deste ato no local de costume desta Procuradoria, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o que deve ser devidamente certificado nos autos.

Em seguida, determino que seja oficiado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, requisitando informações sobre a aprovação da prestação de contas relativa ao processo nº 23034.025828/2009-25, referente aos recursos repassados ao Município de Sobradinho/BA, no exercício de 2008, em razão do Programa Plano Desenvolvimento da Educação - PDE, inclusive o resultado de possível Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência de eventuais irregularidades.

Conforme o artigo 8º, § 5°, da Lei Complementar n° 75/93, o prazo para atendimento à requisição é de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do expediente, ao qual deverá ser anexada cópia desta portaria.

Após o cumprimento das diligências ou o decurso de 20 (vinte) dias, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de observar o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil, lavrando a devida certidão nos autos após o seu transcurso.

FÁBIO CONRADO LOULA

PORTARIA Nº 37, DE 5 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) a competência do Ministério Público Federal para promover o Inquérito Civil Público para a proteção do patrimônio público e social, nos termos do art. 6º, VII, b, da Lei Complementar n.º 75/93;

c) a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

d) que o objeto do presente expediente se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público; e

f) a representação formulada por ANTONIO GOMES LIMA, vereador do Município de Vargem Grande/MA, noticiando que a Prefeitura Municipal daquela localidade firmou contrato com a Cooperativa dos Profissionais Específicos da Saúde no valor exorbitante de R$ 10.933.884,00 (dez milhões, novecentos e trinta e três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais) apenas para prestação de serviço complementar de saúde, sendo que o aludido montante seria 315% superior aos recursos recebidos através do FUS, e equivalente a 93,16% do orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

resolve instaurar Inquérito Civil Público para a apuração da(s) conduta(s) acima descrita(s), devendo a presente portaria ser autuada juntamente com as peças de informação que ensejaram a atuação ministerial, prosseguindo-se o feito até a formação do convencimento deste subscritor.

Indico como diligência inicial a expedição de ofício: a) a Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA, para que preste informações a respeito do caso e encaminhe cópia do Processo Licitatório do caso em comento, no prazo de 10 dias; b) ao SEAUD, para que preste informações sobre a regularidade da contratação em tela, confirmando o quanto dito pelo Representante, e informe se há auditoria agendada a ser realizada no Município de Vargem Grande/MA. Em caso negativo, solicita-se a realização de tal providência. Desde já determino a reiteração do(s) ofício(s), em caso de demora ou não atendimento à requisição/solicitação, sendo que, quanto aos expedientes dirigidos ao(s) Representado(s), comprovadas suas intimações, faz-se desnecessária a reiteração.

Publique-se esta Portaria no mural de avisos desta Procuradoria da República, nos termos do que prevê o art. 7, § 2º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordeno, ainda, que seja comunicada à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos art. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Atendidas as providências acima, voltem os autos conclusos para apreciação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Registre-se na capa dos autos o nome do(a) Representante, do(s) Representado(s) e o resumo do fato apurado.

Designo como Secretário(a) oficiante o(a) servidor(a) ocupante do cargo de Técnico Administrativo vinculado a este 4º Ofício Cível.

Por fim, sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

Cumpra-se.

JOSÉ MILTON NOGUEIRA JÚNIOR

#ATO PORTARIA Nº 43, DE 2 DE AGOSTO DE 2011

Autos nº: 1.22.011.000015/2011-97

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando informações contidas em representação anônima, que noticia irregularidades no corte de árvores, em desacordo com o objeto licitado pela EMBRAPA;

g) considerando que por força da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, em especial do que contido nos seus artigos 4º, II, § 1º, e 5º, o procedimento administrativo, a partir de agora, serve unicamente ao propósito de realização de diligências breves tendentes a subsidiar a adoção de alguma das providências listadas no artigo 4º, incisos I a VI, da Resolução; sendo que, no presente caso, é necessário o aprofundamento das investigações;

h) considerando a possibilidade de que tenha havido venda de árvores inservíveis para retirada de madeira para lenha e corte de árvores saudáveis, cujo valor comercial é muito superior às licitadas, com potencial lesão ao patrimônio público;

i) considerando o disposto nos arts. 5º, III, "b"; 6º, VII, "b" e XIV, "f", todos da LC 75/93, o disposto no artigo 28 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, o disposto nos artigos 2º, § 7º, e 16 da Resolução nº 23/2007 do CNMP, e, mais, os elementos de convicção constantes dos autos que indicam a necessidade de apuração de eventual lesão ao patrimônio público, resolve:

converter este procedimento em Inquérito Civil, determinando, em consequência, que seja observado o disposto no artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Providencie-se, remetendo cópia do presente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Determina-se, ainda, a adoção das seguintes providências:

a) autuação desta Portaria como peça inicial do inquérito civil em epígrafe, numerando a presente com o mesmo número da primeira folha dos autos, acrescido das letras "A" e "B", evitando-se, desse modo, a renumeração das folhas;

b) registro no sistema informatizado desta PRMG da presente conversão, para efeito de controle do prazo previsto no artigo 15 da Resolução nº 87 do CSMPF;

c) oficie-se IEF em Sete Lagoas, na pessoa do Engenheiro Florestal Luís Gustavo Milagres Patrício, requerendo que informe se as árvores retiradas perto do pivô 3, pelo que pôde constatar estavam "mortas ou morrendo" ou em risco de queda. Requeira ainda que informe se as árvores de Pinus e Eucalipto que encontravam-se próximas às edificações e rede elétrica as estariam colocando em risco e se, pelo aspecto das cepas, há como determinar se as mesmas teriam algum aproveitamento comercial que não seja lenha, assinale-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Aguarde-se em Secretaria, vindo os autos conclusos com a resposta ou em no máximo 90 (noventa) dias.

Designo a servidora MÁRCIA REGINA DA FONSECA para secretariar o presente inquérito civil.

BRUNO NOMINATO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 56, DE 4 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e no art. 6º da Lei Complementar nº 75/93.

b) considerando a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento administrativo se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando que o feito já foi instaurado há mais de cento e oitenta dias sem que até o presente momento existam elementos suficientes para a adoção das providências elencadas no art. 4º da Resolução n° 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

e) considerando o comando do art. 4º, § 4º, da Resolução n° 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

f) considerando as disposições da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público,

Determino a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.26.005.000027/2011-51 em Inquérito Civil Público a fim de "apurar notícia de irregularidade consistente na ausência/ má qualidade da merenda servida nas escolas públicas do Município de Caetés/PE no ano de 2010, conforme noticiado pela Promotoria de Justiça de Caetés/PE".

Mantenha-se no Inquérito Civil Público o número de autuação utilizado no Procedimento Administrativo em questão

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANTÔNIO NILO RAYOL LÔBO SEGUNDO

PORTARIA Nº 61, DE 4 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.000699/2008-60 que versa sobre a falta de transporte escolar no Município de Careiro/AM e a regularidade da prestação de contas do PNATE e dos Convênios nºs 751051/2001 e 655957/2008, referente à Prefeitura Municipal de Careiro/AM, resolve:

converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades nas prestações de contas do PNATE e dos Convênios nºs 751051/2001 e 655957/2008, firmados pela Prefeitura Municipal de Careiro/AM.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para que atualize as informações prestadas no Ofício nº 103/2009-GABIN/FNDE/MEC, notadamente sobre o resultado das prestações de contas do PNATE, exercícios 2005, 2007 e 2008, e a situação dos Convênios nºs 751051/2001 e 655957/2008.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 63, DE 4 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001613/2008-16, que versa sobre ordem judicial de bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM, para fins de pagamento de débitos de pequeno valor oriundos de sentenças trabalhistas, resolve:

converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível caracterização de improbidade administrativa em razão da decisão judicial que determinou o bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM, proferida pelo Juiz do Trabalho Gleydson Ney Silva da Rocha, para fins de pagamento de débitos de pequeno valor oriundos de sentenças trabalhistas.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Reiterado o Ofício n. 077/2009/3OFCIV/PR/AM ao Representado para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre os fatos narrados no presente ICP, juntando cópia da documentação comprobatória pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 64, DE 5 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001647/2008-19, que versa sobre ordem judicial de bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM, para fins de pagamento de débitos de pequeno valor decorrentes de sentenças trabalhistas, sendo parte dos valores proveniente do Convênio SIAFI nº 531453 - Melhorias Sanitárias, do Ministério da Saúde, cujo órgão cedente é o Fundo Nacional de Saúde - FNS, o que estaria inviabilizando a execução do Convênio nos termos das disposições contratuais pactuadas, resolve:

converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível caracterização de improbidade administrativa em razão da decisão judicial que determinou o bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM para pagamento de débitos trabalhistas, proferida pelo Juiz do Trabalho Gleydson Ney Silva da Rocha,, sendo parte dos valores proveniente do Convênio SIAFI nº 531453.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Representado para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre os fatos narrados no presente ICP, juntando cópia da documentação comprobatória pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 65, DE 5 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001648/2008-55, que versa sobre ordem judicial de bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM, para fins de pagamento de débitos de pequeno valor decorrentes de sentenças trabalhistas, sendo parte dos valores proveniente do Convênio SIAFI nº 816063, do Ministério da Educação, cujo órgão cedente é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o que estaria inviabilizando a execução do Convênio nos termos das disposições contratuais pactuadas, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível caracterização de improbidade administrativa em razão da decisão judicial que determinou o bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM para pagamento de débitos trabalhistas, proferida pelo Juiz do Trabalho Gleydson Ney Silva da Rocha,, sendo parte dos valores proveniente do Convênio SIAFI nº 816063.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Representado para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre os fatos narrados no presente ICP, juntando cópia da documentação comprobatória pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 66, DE 5 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001649/2008-08, que versa sobre ordem judicial de bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM, para fins de pagamento de débitos de pequeno valor decorrentes de sentenças trabalhistas, sendo parte dos valores proveniente do Convênio SIAFI nº 560626, do Ministério do Meio Ambiente, cujo órgão cedente é o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, o que estaria inviabilizando a execução do Convênio nos termos das disposições contratuais pactuadas, resolve:

converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível caracterização de improbidade administrativa em razão da decisão judicial que determinou o bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM para pagamento de débitos trabalhistas, proferida pelo Juiz do Trabalho Gleydson Ney Silva da Rocha,, sendo parte dos valores proveniente do Convênio SIAFI nº 560626.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Representado para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre os fatos narrados no presente ICP, juntando cópia da documentação comprobatória pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 67, DE 5 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001650/2008-24, que versa sobre ordem judicial de bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM, para fins de pagamento de débitos de pequeno valor decorrentes de sentenças trabalhistas, sendo parte dos valores proveniente do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Ministério da Educação (FNDE), o que estaria inviabilizando a execução do Programa nos termos das disposições contratuais pactuadas, resolve:

converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível caracterização de improbidade administrativa em razão da decisão judicial que determinou o bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM para pagamento de débitos trabalhistas, proferida pelo Juiz do Trabalho Gleydson Ney Silva da Rocha, sendo parte dos valores proveniente do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Representado para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre os fatos narrados no presente ICP, juntando cópia da documentação comprobatória pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 68, DE 5 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001651/2008-79, que versa sobre ordem judicial de bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM, para fins de pagamento de débitos de pequeno valor decorrentes de sentenças trabalhistas, sendo parte dos valores proveniente do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (FNAS), o que estaria inviabilizando a execução do Programa nos termos das disposições contratuais pactuadas, resolve:

converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível caracterização de improbidade administrativa em razão da decisão judicial que determinou o bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM para pagamento de débitos trabalhistas, proferida pelo Juiz do Trabalho Gleydson Ney Silva da Rocha, sendo parte dos valores proveniente do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Representado para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre os fatos narrados no presente ICP, juntando cópia da documentação comprobatória pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 69, DE 5 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001652/2008-13, que versa sobre ordem judicial de bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM, para fins de pagamento de débitos de pequeno valor decorrentes de sentenças trabalhistas, sendo parte dos valores proveniente do Repasse Financeiro Fundo a Fundo, Farmácia Básica, do Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde (FNS), o que estaria inviabilizando a execução do Programa nos termos das disposições contratuais pactuadas, resolve:

converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível caracterização de improbidade administrativa em razão da decisão judicial que determinou o bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM para pagamento de débitos trabalhistas, proferida pelo Juiz do Trabalho Gleydson Ney Silva da Rocha, sendo parte dos valores proveniente do Repasse Financeiro Fundo a Fundo, Farmácia Básica.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Representado para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre os fatos narrados no presente ICP, juntando cópia da documentação comprobatória pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 70, DE 5 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001653/2008-68, que versa sobre ordem judicial de bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM, para fins de pagamento de débitos de pequeno valor decorrentes de sentenças trabalhistas, sendo parte dos valores proveniente do Projeto VIGISUS II - Termo de Adesão dos Municípios, do Ministério da Saúde/Banco Mundial, o que estaria inviabilizando a execução do Projeto nos termos das disposições contratuais pactuadas, resolve:

converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível caracterização de improbidade administrativa em razão da decisão judicial que determinou o bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM para pagamento de débitos trabalhistas, proferida pelo Juiz do Trabalho Gleydson Ney Silva da Rocha, sendo parte dos valores proveniente do Projeto VIGISUS II.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - Oficiado ao Representado para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre os fatos narrados no presente ICP, juntando cópia da documentação comprobatória pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 71, DE 5 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001654/2008-11, que versa sobre ordem judicial de bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM, para fins de pagamento de débitos de pequeno valor decorrentes de sentenças trabalhistas, sendo parte dos valores proveniente do Termo de Cooperação Técnica nº 474/2006 DST/AIDS, cujo órgão concedente é o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime - UNDOC, o que estaria inviabilizando a execução do Ajuste nos termos das disposições pactuadas; resolve: converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível caracterização de improbidade administrativa em razão da decisão judicial que determinou o bloqueio das contas públicas do Município de Parintins/AM para pagamento de débitos trabalhistas, proferida pelo Juiz do Trabalho Gleydson Ney Silva da Rocha, sendo parte dos valores proveniente do Termo de Cooperação Técnica nº 474/2006 DST/AIDS.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Representado para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre os fatos narrados no presente ICP, juntando cópia da documentação comprobatória pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 72, DE 6 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação n. 1.13.000.000984/2007-08, que versa sobre irregularidades detectadas na Ação de Controle n. 00190.012153/2005-22-B, concernentes aos Convênios firmados entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Prefeitura do Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM;

Considerando o fato que foram sanadas as irregularidades quanto ao Programa Federal Bolsa Família, e que o Programa de Construção de Creches foi alcançado pela prescrição, consoante fls.120/121; resolve: converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na execução dos Serviços de Proteção Sócio-Assistencial à Criança e ao Adolescente - SAC, ano 2005, por meio de recursos federais repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pela Prefeitura do Município de Santa Isabel do Rio Negro.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, solicitando informações acerca da prestação de contas atinente ao Programa de Serviços de Proteção Sócio-Assistencial à Criança e ao Adolescente - SAC, bem como esclareça se foi instaurada Tomada de Contas Especial, encaminhando cópia da documentação comprobatória pertinente

IV- Oficie-se à Advocacia-Geral da União encaminhando cópia de fls. 123/304 para providências que entender cabíveis quanto ao ressarcimento ao erário no que concerne ao Programa de Construção de Creches (Termo de Responsabilidade n. 643/2001).

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 73, DE 1° DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001606/2008-14 que versa sobre supostas irregularidades detectadas em agências do INSS situadas no Município de Manaus, consistentes no descumprimento pelos peritos médicos da carga horária estabelecida; resolve: converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar as irregularidades detectadas em agências do INSS situadas no Município de Manaus.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - expedido um Memorando ao Gabinete do 1º Ofício Cível solicitando cópia da resposta ao ofício expedido por esse Ofício Cível ao Chefe da Gerência de Benefícios por Incapacidade do Estado do Amazonas (INSS), para que informasse os nomes, carga horária e lotação dos peritos em exercício n o Amazonas, com o fito de melhor instruir o presente feito, anexando cópia de fls. 02/03 do despacho de fls. 01/06.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 74, DE 7 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.000173/2006-18 instaurada para apurar denúncia relativa à matéria publicada no Jornal "Correio Amazonense" no dia 13/01/2006, intitulada "Quem da região Norte ganhou e não trabalhou", e que apresenta uma lista com os nomes de alguns Deputados Federais: Atila Lins (PMDB), Carlos Souza (PP), Francisco Garcia (PP), Humberto Michiles (PL), Lupércio Ramos (PMDB), Pauderney Avelino (PFL), Silas Câmara (PTB), Vanessa Grazziotin (PC do B);

Considerando a decisão da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão que determinou o retorno dos autos à PR/AM para esclarecer a razão da reportagem ter referido que os deputados nominados teriam ganho sem trabalhar; resolve: converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar a veracidade da denúncia publicada no Jornal "Correio Amazonense" no dia 13/01/2006, intitulada "Quem da região Norte ganhou e não trabalhou", relativa a pagamento indevido a Deputados Federais.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado à Câmara dos Deputados solicitando, no prazo de 10 (dez) dias, que informe se houve faltas injustificadas, durante os respectivos mandatos (2003-2006), por parte dos Deputados Federais Atila Lins (PMDB), Carlos Souza (PP), Francisco Garcia (PP), Humberto Michiles (PL), Lupércio Ramos (PMDB), Pauderney Avelino (PFL), Silas Câmara (PTB) e Vanessa Grazziotin (PC do B), informando eventuais interrupções no seu exercício dos mandatos.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 75, DE 8 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001694/2008-54; resolve: converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível percepção irregular de verbas públicas decorrentes de irregularidades no processo licitatório nº 01280.000873/98, promovido pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao INPA para que encaminhe, no prazo de 10 (dez) dias, cópias integrais do Procedimento Licitatório nº 01280.000873/98, do contrato celebrado para a execução dos serviços pela entidade vencedora "Faculdades Nilton Lins", bem informe acerca do cumprimento do objeto do referido contrato.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 76, DE 8 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação n. 1.13.000.000772/2008-01, que versa sobre possíveis irregularidades na execução do Convênio nº 0432/2006, firmando entre a FUNASA e o município de Manicoré/AM, cujo objeto é a execução dos serviços de drenagem do Igarapé do Caxangá para o controle da malária. resolve: converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na execução do Convênio nº 0432/2006, firmando entre a FUNASA e o município de Manicoré/AM, cujo objeto é a execução dos serviços de drenagem do Igarapé do Caxangá para o controle da malária.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado à Coordenação Regional no Amazonas/FUNASA, com o fim de reiterar o teor do ofício nº 153/2010/3OFCIV/PR/AM (fls. 362), que solicitou a atualização das informações quanto ao resultado da Tomadas de Contas Especial.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 78, DE 11 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.000718/2008-58, instaurada a partir do Relatório de Fiscalização nº 743/2006 da CGU elaborado por ocasião do 20º Sorteio Público de 23/03/2006, que detectou possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao Município de Autazes/AM, oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; resolve: converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao Município de Autazes/AM, oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Apensado o presente ICP à Representação nº 1.13.000.000976/2007-53, tendo em vista a identidade de objeto.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 79, DE 11 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001199/2007-64, instaurada para apurar os fatos noticiados nos Jornais de Grande Circulação sobre possível retaliação por parte da Prefeitura de Manaus em face do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em virtude do embargo da obra de restauração do Mercado Municipal Adolpho Lisboa; resolve: converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível ato de improbidade administrativa por parte da Prefeitura de Manaus em face do IPHAN.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao IPHAN para que informe se foi regularizada a situação junto à Prefeitura de Manaus no que se refere à regularização da sede do IPHAN, notadamente a apresentação de Habite-se e construção de acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais, bem como se subsiste eventual ameaça por parte da Administração Municipal em interditar o órgão.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 80, DE 11 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação n. 1.13.000.001004/2007-86 que versa sobre possíveis irregularidades verificadas no 4º sorteio público - Relatório de fiscalização nº 672/2005, município de Manaus/AM, produzido pela Controladoria-Geral da União. resolve: converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades verificadas no 4º sorteio público - Relatório de fiscalização nº 672/2005, referentes à aplicação dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde ao Governo do Estado do Amazonas, município de Manaus/AM, produzido pela Controladoria-Geral da União.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, com o fim de requerer a documentação referenciada no ofício MS/GAB/AECI nº99, visto que o mesmo foi recebido nesta Procuradoria sem a documentação anexada.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 81, DE 11 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.000765/2008-00, instaurada para apurar supostas irregularidades ocorridas no Posto Indígena do Município de Manicoré/AM (PIN Manicoré), a partir do que consta nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 08620001952/03, conduzido pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI; resolve: converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar supostas irregularidades ocorridas no Posto Indígena do Município de Manicoré/AM (PIN Manicoré).

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado à FUNAI-AM, a fim de que informe, no prazo de 20 (vinte) dias, acerca da auditoria mencionada no relatório do Processo Administrativo Disciplinar nº 08620001952/03 ("intervenção para fazer-se o levantamento das documentações expedidas para concessão de benefícios de salário maternidade e expedição de carteiras indígenas no núcleo de apoio de Manicoré, Humaitá e Porto Velho"), explicitando se tal diligência ficou a cargo da Administração Executiva Regional de Porto Velho-RO ou da de Manaus-AM, já que o P.A. Foi dirigido pela FUNAI-RO, além de encaminhar os resultados obtidos para que melhor se possa instruir o presente ICP.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 82, DE 12 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Peça de Informação n. 1.13.000.001172/2010-77, que versa sobre possíveis irregularidades na prestação de contas relativas ao recebimento das verbas federais oriundas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, relativas ao exercício de 2008, repassadas ao Município de Itapiranga/AM pelo FNDE, durante a gestão do hoje ex-Prefeito Sr. José Nivalter Corrêa de Oliveira. resolve: converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na prestação de contas relativas ao recebimento das verbas federais oriundas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, relativas ao exercício de 2008, repassadas ao Município de Itapiranga/AM pelo FNDE, durante a gestão do hoje ex-Prefeito Sr. José Nivalter Corrêa de Oliveira.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Fundo Nacional de Educação com a finalidade de informar a atual situação da prestação de contas relativa às verbas federais oriundas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, repassadas ao Município de Itapiranga/AM pelo FNDE no exercício de 2008, durante a gestão do hoje ex-Prefeito de tal Município Sr. José Nivalter Corrêa de Oliveira, bem como informar se houve ou não a instauração de Tomada de Contas Especial relativa a tal caso, enviando a documentação pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 83, DE 11 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.000718/2005-13, instaurada para apurar supostas irregularidades no Projeto de Assentamento do Monte, no Município de Boca do Acre/AM, consistente no não atendimento, dentre outras demandas, de saúde, educação e recuperação de ramais já existentes; resolve: converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar supostas irregularidades no Projeto de Assentamento do Monte, no Município de Boca do Acre/AM.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Reiterado o Ofício nº 1021/2006/AFC/PR/AM (fls. 105) à Superintendência Regional do INCRA para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se acerca dos documentos acostados a fls. 45/101.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 85, DE 12 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001354/2004-08, que versa sobre pedido de venda ao INCRA do imóvel rural denominado "Entre Rios" situado no Município de Boca do Acre/AM, à margem direita da BR 317, que liga Boca do Acre/AM a Rio Branco/AC, formulado por Antônio Moraes dos Santos, visando ao assentamento de 2.500 a 3.000 famílias de trabalhadores rurais; resolve:

converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar o pedido de venda ao INCRA do imóvel rural denominado "Entre Rios" situado no Município de Boca do Acre/AM, à margem direita da BR 317, que liga Boca do Acre/AM a Rio Branco/AC, formulado por Antônio Moraes dos Santos, visando ao assentamento de 2.500 a 3.000 famílias de trabalhadores rurais, bem como a possibilidade de incorporação do imóvel ao patrimônio da União.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao INCRA para que informe a situação do procedimento de arrecadação e matrícula em nome da União da área remanescente do denominado "Seringal Aripuanã" de aproximadamente 10.500 Ha, situada entre o Seringal Senápolis e a área Indígena do Km 45, conforme consta do MEMO.INCRA.UABA/Nº 005/2010, de 14/OUT/2009, bem como se existe alguma proposta para criação de assentamento de famílias na região.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 85, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2011

Procedimento Administrativo nº 1.30.012.000134/2011-68

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, II e III, da Constituição Federal, bem como nos artigos 5o, I, "h"; II, "b"; III, "b", V, "b"; 6o, VII, "a", "b" ", e XIV, "f"; 7o, I, da Lei Complementar nº 75/93 e Leis nº 7.347/85 e nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde e aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa e da eficiência;

CONSIDERANDO que no plano nacional, o CONFEA é o órgão superior de fiscalização do exercício profissional de engenharia, conforme disposto na Lei nº 5.194/66;

CONSIDERANDO a Disposição Normativa 36/91 do CONFEA dispõe sobre competência em atividades relativas a elevadores e escadas rolantes, estabelecendo ser atribuição de profissional da área mecânica a atividade, dentre outras, de manutenção de elevadores; CONSIDERANDO que o edital do Pregão Eletrônico 11/2010, do Hospital Federal da Lagoa, destinado a contratação de serviços de manutenção de elevadores exige a comprovação de profissional habilitado em Engenharia Civil no quadro de funcionários da empresa para habilitação técnica no certame;

CONSIDERANDO a proposta de determinação do TCU exarada no âmbito do Acórdão do TCU 1444/2004 à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério da Saúde para a manutenção de elevadores que se abstenha de exigir, nos editais de licitação para contratação de serviços de manutenção dos elevadores, que as empresas licitantes possuam engenheiro elétrico no quadro permanente de pessoal, sem a existência de situações específicas que justifiquem tecnicamente tal necessidade, haja vista a responsabilidade técnica atribuída ao profissional de engenharia mecânica para execução desses serviços, em conformidade com as disposições da Lei nº 5.164/66 c/c as da Decisão Normativa nº 36/91 do CONFEA, resolve:

convolar o procedimento administrativo sob foco em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 1 (um) ano, com a finalidade de apurar os fatos narrados supra, que apontam para possível prática de improbidade administrativa, em razão de indícios da prática de atos descritos no artigo 10, inciso VIII.

À Divisão de Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (DTC) para:

1) registrar e publicar a presente portaria;

2) remeter cópia à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão;

3) formalizar a autuação desta Portaria como inquérito civil público;

Autue-se o ICP com a mesma ementa do procedimento administrativo convolado.

DANIEL DE ALCANTARA PRAZERES

PORTARIA Nº 86, DE 12 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando o teor da Representação 1.13.000.000267/2007-78, instaurada a partir da cópia do Procedimento n. 54270.002791/2005-74 -INCRA, que versa sobre a existência de indícios de irregularidades na aplicação de recursos repassados pelo INCRA/AM para a instalação do Projeto de Assentamento Santo Antônio.

Resolve converter o presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na concessão de empréstimo pelo INCRA/AM para crédito de apoio à instalação no Projeto de Assentamento Santo Antônio, localizado na AM-010, Km 47.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao INCRA para que preste informações acerca da prestação referentes ao empréstimo concedido a Antonio Gois da Silva e outros para crédito de apoio à instalação no Projeto de Assentamento Santo Antônio, localizado na AM-010, Km 47, enviando a documentação pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 88, DE 12 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Peça de Informação n. 1.13.000.001030/2011-91, que versa sobre possíveis irregularidades na prestação de contas relativas ao Convênio nº 843/2007 (processo nº 72000.004312/2007-88), firmado entre o Ministério do Turismo - Secretaria Nacional de Politicas de Turismo e a Prefeitura de Itapiranga/AM, que tinha por objeto o repasse de verbas federais para promover o evento cultural " ANIVERSÁRIO DE 100 ANOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-AM", durante a gestão do hoje ex-Prefeito Sr. José Nivalter Corrêa de Oliveira.

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na prestação de contas relativas ao Convênio nº 843/2007 (processo nº 72000.004312/2007-88), firmado entre o Ministério do Turismo - Secretaria Nacional de Politicas de Turismo e a Prefeitura de Itapiranga/AM, que tinha por objeto o repasse de verbas federais para promover o evento cultural " ANIVERSÁRIO DE 100 ANOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-AM", durante a gestão do hoje ex-Prefeito Sr. José Nivalter Corrêa de Oliveira.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Ministério do Turismo - Secretaria Nacional de Politicas de Turismo com a finalidade de informar a atual situação da prestação de contas relativa ao Convênio nº 843/2007 (processo nº 72000.004312/2007-88), firmado entre o Ministério do Turismo - Secretaria Nacional de Politicas de Turismo e a Prefeitura de Itapiranga/AM, que tinha por objeto o repasse de verbas federais para promover o evento cultural " ANIVERSÁRIO DE 100 ANOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-AM", bem como informar se houve ou não a instauração de Tomada de Contas Especial relativa a tal caso, enviando a documentação pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 92, DE 13 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.000494/2006-12, que versa sobre as irregularidades constatadas no Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da CGU no Estado do Amazonas constantes do Relatório de Fiscalização nº 527 do 2° Sorteio Público da Controladoria Geral da União, quanto aos recursos sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na execução dos convênios nºs 034/2002 (SIAFI 465819), 142/2001 (SIAFI 431781), 143/2001 (SIAFI 431780) e nº 024/2004 (SIAFI 517752), tendo como órgão concedente a Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - oficie-se à SUFRAMA para que preste informações quanto à execução e prestação de contas dos convênios nºs 034/2002 (SIAFI 465819), 142/2001 (SIAFI 431781), 143/2001 (SIAFI 431780) e nº 024/2004 (SIAFI 517752), acompanhadas da documentação probatória pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 93, DE 13 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando o Procedimento Administrativo n. 1.13.000.000434/2007-81 que versa sobre denúncias acerca de irregularidades no convênio firmado entre o CPPQ e a UFAM.

Resolve converter o presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar irregularidades em Convênio firmado entre o CNPQ e a UFAM, para o Projeto de Processos Sócio-culturais na Amazônia: História do Pensamento Antropológico e Processos Étnicos-culturais, cujos materiais e equipamentos foram furtados do laboratório de pesquisa.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficie-se à Universidade Federal do Amazonas, solicitando informações atualizadas sobre a os resultados obtidos no processo apuratório instaurado para apurar o furto dos equipamentos adquiridos por meio dos recursos pelo referido projeto, cujo prazo de conclusão já expirou.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 94, DE 15 DE JULHO DE 2011

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b");

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001435/2007-42, originada de documentação oriunda do Tribunal de Contas da União em que consta Relatório de Auditoria realizada em obras públicas no exercício de 2007, à época em andamento no Amazonas. Noticia, dentre outros fatos, de supostas irregularidades constatadas na implantação de rede de ramais termelétricos (gasoduto), para atendimento de produtores independentes de energia elétrica em Manaus;

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar notícia contida no Relatório de Auditoria do TCU acerca de irregularidades constatadas na obra de implantação de rede de ramais termelétricos (gasoduto), para atendimento de produtores independentes de energia elétrica em Manaus.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/P R/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficie-se as Centrais Elétricas Brasileiras S/A para que preste informações atualizadas quanto às irregularidades apontadas na representação em tela.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 95, DE 15 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Representação nº 1.13.000.001665/2007-10, originada de encaminhamento do Ministério Público do Trabalho, que, por meio do OFÍCIO/EMO/PRT 11ª REGIÃO/N. 06/2007 encaminhou cópia de documentos e atas de audiência referentes à diligência realizada no Município de Beruri/AM, evidenciando suposto não recebimento de pagamento por funcionários (concursados, comissionados e/ou temporários) municipais de Beruri/AM, bem como a não quitação de débitos provenientes de aluguéis e fornecedores;

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar supostas irregularidades atribuídas à gestão do Ex-Prefeito de Beruri/AM, Sr. Alcimar Bezerra Moraes, ocorridas durante o ano de 2007;

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiada a Prefeitura de Beruri/AM para que preste esclarecimentos quanto aos fatos aduzidos nas atas de audiência que deram origem ao presente ICP.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 97, DE 15 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Peça de Informação n. 1.13.000.001027/2011-77, que versa sobre possíveis irregularidades na prestação de contas relativas ao recebimento das verbas federais oriundas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, relativas ao exercício 2005, do Programa Nacional de Alimentação para Creche - PNAC, exercício 2005, do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, exercícios 2004 e 2006 e do Programa Apoio Sist Ensino p/ Atendimento ao EJA - PEJA, exercício 2006, repassadas ao Município de Itapiranga/AM pelo FNDE, durante a gestão do hoje ex-Prefeito Sr. José Nivalter Corrêa de Oliveira.

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na prestação de contas relativas ao recebimento das verbas federais oriundas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, relativas ao exercício 2005, do Programa Nacional de Alimentação para Creche - PNAC, exercício 2005, do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, exercícios 2004 e 2006 e do Programa Apoio Sist Ensino p/ Atendimento ao EJA - PEJA, exercício 2006, repassadas ao Município de Itapiranga/AM pelo FNDE, durante a gestão do hoje ex-Prefeito Sr. José Nivalter Corrêa de Oliveira.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Fundo Nacional de Educação com a finalidade de informar a atual situação da prestação de contas relativa às verbas federais oriundas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, relativas ao exercício 2005, do Programa Nacional de Alimentação para Creche - PNAC, exercício 2005, do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, exercícios 2004 e 2006 e do Programa Apoio Sist Ensino p/ Atendimento ao EJA - PEJA, exercício 2006, repassadas ao Município de Itapiranga/AM pelo FNDE, durante a gestão do hoje ex-Prefeito Sr. José Nivalter Corrêa de Oliveira, bem como informar se houve ou não a instauração de Tomada de Contas Especial relativa a tais casos, enviando nota técnica e documentação pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 98, DE 18 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando o teor da Peça de Informação n. 1.13.000.001025/2009-90, apurar possíveis irregularidades na aplicação de verbas recebidas do Ministério da Educação - Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE/2004, destinadas ao transporte e deslocamento de alunos no Município de Urucará/AM, durante a gestão do ex-Prefeito Sr. Antonio Taumaturgo Caldas Coelho.

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na aplicação de verbas recebidas do Ministério da Educação - Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE/2004, destinadas ao transporte e deslocamento de alunos no Município de Urucará/AM, durante a gestão do ex-Prefeito Sr. Antonio Taumaturgo Caldas Coelho.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado ao Fundo Nacional de Educação com a finalidade de informar a atual situação da prestação de contas relativa às verbas federais oriundas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, relativas ao exercício 2004, repassadas ao Município de Urucará/AM pelo FNDE, acompanhada da documentação comprobatória pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 100, DE 18 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando o teor da Representação n. 1.13.000.000493/2006-78 que versa sobre irregularidades detectadas no Relatório de fiscalização n. 527/2005 quanto à arrecadação de Receitas Previdenciárias.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar irregularidades constatadas no Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria Geral da União, concernentes ao Ministério da Previdência Social, incluídas no Relatório n. 527/2005.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado à CGU para que esclareça o teor das irregularidades constantes às fls. 4 do Relatório de Fiscalização n. 527/2005-CGU, no que tange aos Convênios SIAF 465.197 e 450.558, os quais constam no Relatório como tendo sido celebrados com a SUFRAMA e a SEINF, sendo que esta Autarquia informa que os r. Convênios não teriam sido firmados com a SUFRAMA, mas com a EMBRATUR, consoante Ofício n. 8466/CGDER/SAP e extratos do SIAFI anexos.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 119, DE 2 DE JUNHO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei n° 7.347/85; a Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que tramita, desde 06 de dezembro de 2010, as Peças de Informação 1.11.001.000257/2010-01, instaurado para apurar possíveis irregularidades na aplicação dos recursos públicos federais repassados pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS ao município de Traipu/AL por meio do Convênio nº 840/1999, sob responsabilidade do ex-gestor municipal JOSÉ AFONSO DE FREITAS MELRO, tendo em vista que o ex-gestor teve as contas relativas ao mencionado convênio rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União por meio do acórdão nº 4826/2010 - TCU - 2ª Câmara, oriundo do julgamento da Tomada de Contas Especial nº 004.410/2003-1;

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares;

Resolve, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução n° 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em como do art. 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, CONVERTER o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando a autuação da presente portaria, bem como a adoção das seguintes diligências:

a) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração do presente inquérito civil público, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) Altere-se as informações da autuação no Sistema Único de Informações do MPF, fazendo constar como Inquérito Civil Público;

c) Dê-se cumprimento ao item "b" da Portaria nº 59/2010, acostada às fls. 02/03, requisitando cópia integral do processo de tomada de Contas Especial nº 004.410/2003-1;

d) Oficie-se à Advocacia Geral da União para que informe se já foi ajuizada ação de execução dos valores aos quais foi condenado o ex-prefeito JOSÉ AFONSO DE FREITAS MELRO por meio do acórdão nº 4826/2010-TCU-2ª Câmara;

e) Remetam-se os autos conclusos em 60 (sessenta) dias ou com a resposta aos ofícios, o que ocorrer primeiro.

SAMIR CABUS NACHEF JUNIOR

PORTARIA Nº 141, DE 4 DE AGOSTO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000019/2011-80 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento instaurado com o escopo de apurar possível omissão no repasse à Caixa Econômica Federal de valores descontados em folha de pagamento, em virtude de convênio de consignação pactuado entre o município de São Francisco do Brejão/MA e aquela empresa pública.

2) Possível responsável pelo fatos investigado: Alexandre Araújo dos Santos.

3) Autor da representação: Caixa Econômica Federal.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF nº 17187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Oficie-se à CEF para que informe acerca da atual situação do convênio de consignação nº 20910-4, notadamente quanto ao repasse dos valores averbados em folha de pagamento, firmado entre aquela empresa pública e o município de São Francisco do Brejão/MA.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES SILVA

PORTARIA Nº 142, DE 4 DE AGOSTO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000021/2011-59 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento instaurado com o escopo de apurar possível acúmulo indevido de cargos públicos por servidores do município de Campestre do Maranhão/MA.

2) Possível responsável pelo fatos investigado: Maria Aparecida Ribeiro de Araújo e outros.

3) Autor da representação: Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino e no Serviço Público de Campestre do Maranhão - STEESPUCMA.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF nº 17187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Tendo em conta a informação de fl. 80, oficie-se à Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, encaminhando-se rol das pessoas investigadas, acompanhado dos respectivos números de CPF, para que informe se estas mantêm vínculo empregatício de quaisquer natureza com aquela secretaria.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES SILVA

PORTARIA Nº 143, DE 4 DE AGOSTO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000029/2011-15 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento instaurado com o escopo de apurar possível aquisição de medicamentos pela prefeitura municipal de Porto Franco/MA sem a realização de processo licitatório.

2) Possível responsável pelo fatos investigado: Deoclides Antonio Santos Neto Macedo.

3) Autor da representação: Representação anônima.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF nº 17187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Conclusão dos autos ao gabinete para análise da documentação apresentada.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES SILVA

PORTARIA Nº 202, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, "caput", e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; no artigo 5º, incisos I, alínea "h", III, alínea "b", e V, alíneas "a" e "b", no artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e no artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93; no artigo 8º da Lei nº 7.347/85; na Lei nº 8.429/92 e demais legislação aplicável à espécie; e:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Preparatório nº 1.34.001.007366/ 2010-46 (fl. 42) pelo fato de imóveis locados pela UNIFESP, e pagos pela mesma, estarem sendo usados pela SPDM sem a cobrança de aluguéis pela instituição de ensino, nos termos do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 224.777, Item 5, subitens 1.1.7.4 e 1.1.7.18, referente ao exercício de 2008, da Controladoria Geral da União (fl. 22);

CONSIDERANDO que a CGU estimou o pagamento de R$ 1.126.079,93 por aluguéis de imóveis que não foram ocupados pela UNIFESP (subitem 1.1.7.4 a fl. 22);

CONSIDERANDO que a UNIFESP esclareceu sobre a existência de concessão de um imóvel à SPDM em troca do uso de outros três imóveis da SPDM pela UNIFESP, bem como enviou lista dos imóveis de sua propriedade usados pela SPDM e pelo hospital universitário Hospital São Paulo (fls. 47/54 e 95/99);

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal emitiu a respectiva Recomendação MPF/PRSP nº 67/2010 (fls. 88/89);

CONSIDERANDO que a UNIFESP alegou haver firmado com a SPDM um Acordo de Cooperação para a gestão compartilhada do HSP e de outras atividades, motivo por que não há atividades da SPDM em imóveis locados pela instituição mas sim atividades do hospital, ou seja, da Universidade (fl. 114);

CONSIDERANDO que a UNIFESP não comprovou o benefício recebido pela mencionada "permuta" de imóveis com a SPDM;

CONSIDERANDO, por outro lado, que a instituição de ensino apresentou relação de imóveis e dos respectivos contratos de locação, instruída com cópias dos contratos (fls. 194/286);

CONSIDERANDO a existência de indícios a justificar a apuração de destinação irregular de verba pública ao pagamento de aluguéis pela UNIFESP, sendo certo que os imóveis locados seriam, na verdade, ocupados pela SPDM; e

CONSIDERANDO, por fim, que os presentes autos ainda necessitam de instrução e o transcurso do prazo estabelecido no artigo 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, pela conversão do Procedimento Preparatório nº 1.34.001.007366/2010-46 (fl. 42), para promover a ampla apuração dos fatos noticiados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 224.777, Item 5, subitens 1.1.7.4 e 1.1.7.18, da Controladoria Geral da União (fl. 22);

II. Determinar as seguintes providências:

a. autuação da presente Portaria e do Procedimento Preparatório nº 1.34.001.007366/ 2010-46 com a seguinte ementa: "Educação. Patrimônio Público. Ocupação pela SPDM e pelo Hospital São Paulo de imóveis locados pela UNIFESP. Relatório nº 224.777 da CGU."

b. comunicação à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (artigo 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c os artigos 6º e 16, §1º, inciso I, ambos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal); e

c. designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o Inquérito Civil; e

d. expedição de ofício nos termos do "Item 13" de fl. 309.

MARCOS JOSÉ GOMES CORRÊA

PORTARIA Nº 285, DE 29 DE JULHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, "caput", e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; no artigo 5º, incisos I, alínea "h", III, alínea "b", e V, alíneas "a" e "b", no artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e no artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93; no artigo 8º da Lei nº 7.347/85; na Lei nº 8.429/92 e legislação aplicável à espécie, e

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Preparatório nº 1.34.001. 007283/2010-57 para apurar as irregularidades apontadas no "Item 2.2.1.4" do Relatório da Controladoria-Geral da União nº 00225.000162/2009-50 (fls. 19/32), sobre a contratação de servidores públicos da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), sob o regime da CLT, para trabalhar na gestão do Programa Saúde da Família (PSF);

CONSIDERANDO que esses servidores, em sua maioria, estavam submetidos à jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais;

CONSIDERANDO o comprometimento do desempenho desses funcionários em suas atividades principais;

CONSIDERANDO a análise da sobrecarga de trabalho dos servidores envolvidos e da possível acumulação de cargos em horário incompatível (fls. 56/59);

CONSIDERANDO a existência de indícios a justificar a apuração da destinação irregular de verba pública da UNIFESP, nos termos do Relatório da CGU nº 00225.000162/2009-50, "Item 2.2.1.4" (fls. 19/32);

CONSIDERANDO, ao final, que os presentes autos ainda necessitam de instrução e o transcurso do prazo estabelecido no artigo 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, pela conversão do Procedimento Preparatório nº 1.34.001.007283/2010-57, para promover a ampla apuração dos fatos noticiados a fls. 19/32, considerando o teor de fls. 05 e 10;

II. Determinar as seguintes providências:

a. autuação da presente Portaria e do Procedimento Preparatório nº 1.34.001. 007283/2010-57 com a seguinte ementa: "Educação. UNIFESP. Relatório da CGU. Contratação irregular de servidores da UNIFESP pela SPDM, sob o regime da CLT, para trabalhar no PSF".b. comunicação à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (artigo 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c os artigos 6º e 16, §1º, inciso I, ambos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

c. designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Adminis-trativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o Inquérito Civil; e

d. atendimento à determinação disposta no "Item 5", parte final, de fls. 144.

MARCOS JOSÉ GOMES CORRÊA

PORTARIA Nº 286, DE 2 DE AGOSTO DE 2011

INSTAURA O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001130/2011-57

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por sua Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o recebimento de representação dando conta de supostas irregularidades envolvendo a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A (TRENSURB), por prática de licitação modalidade convite;.

CONSIDERANDO as informações constantes na representação noticiando supostos atos de improbidade pela Comissão Permanente de Licitação (COPEL) da TRENSURB, sob a presidência da funcionária de nome Josiane Hensel do Canto;

CONSIDERANDO que tais fatos podem, em tese, configurar atos tipificados como ímprobos, resultar em prejuízo ao erário e em violação aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, ficando o agente público responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal a defesa da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade no âmbito da Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União na forma do art. 5º, II, h, da LC 75/93, bem como a defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos, como dispõe o art. 129, III, da CF/88);

E, por fim, CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal instaurar Inquéritos Civis Públicos e Procedimentos Administrativos correlatos (art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e arts. 4º, II e 5º, ambos da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal). DETERMINO:

a) a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo por objeto apurar possíveis atos de improbidade administrativa praticados pela administração da TRENSURB, por prática de licitação na modalidade convite;

b) Autuação e registro da presente Portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com encaminhamento de cópia da Portaria à 5ª CCR, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º da Resolução, juntando-se aos autos a comprovação do envio;

c) Seja expedido ofício à TRENSURB (encaminhando em anexo cópia da Portaria de instauração e da representação que a originou), solicitando informações que visam a instruir este expediente.

FABÍOLA DÖRR CALOY

PORTARIA Nº 287, DE 3 DE AGOSTO DE 2011

INSTAURA O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001126/2011-99

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por sua Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o recebimento de representação dando conta de supostas irregularidades envolvendo a Fundação Cultural Piratini (gestora das emissoras públicas de televisão e rádio do Estado do Rio Grande do Sul - TVE e FM Cultura), relativamente ao não cumprimento das exigências formais constantes no Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei Federal nº 4.117/1962, com nova redação dada pela Lei nº 10.610/2002) quanto à alteração do quadro diretivo com prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo (Ministério das Comunicações), no âmbito da emissora de televisão TVE, e, possivelmente, no âmbito da FM Cultura.

CONSIDERANDO as informações constantes na representação noticiando suposto descumprindo à Lei Federal e aos termos da sentença proferida na Ação Civil Pública nº 0072100-96.2009.5.04.0002;

CONSIDERANDO que tais fatos podem, em tese, configurar em violação aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal a defesa da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade no âmbito da Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União na forma do art. 5º, II, h, da LC 75/93, bem como a defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos, como dispõe o art. 129, III, da CF/88);

E, por fim, CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal instaurar Inquéritos Civis Públicos e Procedimentos Administrativos correlatos (art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e arts. 4º, II e 5º, ambos da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal). DETERMINO:

a) A instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo por objeto apurar a permanência de suposta irregularidade na Fundação Cultural Piratini no tocante à ausência de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo (Ministério das Comunicações) das alteração dos quadros diretivos das emissoras públicas de televisão e rádio do Estado do Rio Grande do Sul - TVE e FM Cultura;

b) Autuação e registro da presente Portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com encaminhamento de cópia da Portaria à 5ª CCR, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º da Resolução, juntando-se aos autos a comprovação do envio;

c) Seja expedido ofício à Fundação Cultural Piratini (encaminhando em anexo cópia da Portaria de instauração e da representação que a originou), solicitando informações que visam a instruir este expediente; e

d) Seja juntado ao presente expediente cópia da Lei nº 10.610/2002, que, em seu artigo 7º, trouxe nova redação ao artigo 38 da Lei nº 4.117/1962.

FABÍOLA DÖRR CALOY

PORTARIA Nº 291, DE 1º DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, "caput", e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; no artigo 5º, incisos I, alínea "h", III, alínea "b", e V, alíneas "a" e "b", no artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e no artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93; no artigo 8º da Lei nº 7.347/85; na Lei nº 8.429/92 e demais legislação aplicável à espécie, e

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Preparatório nº 1.34.001. 001062/2005-16 a partir de notícia anônima encaminhada pelo serviço "Denúncia via web - SP" (fl. 03), noticiando a cobrança de mensalidades no curso de especialização em Fisioterapia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sem o que não é entregue o certificado de conclusão, e não são entregues recibos aos alunos;

CONSIDERANDO que a UNIFESP justificou que os cursos de extensão não possuem o requisito de gratuidade por não formarem profissionais (fls. 11/12);

CONSIDERANDO que foram juntadas cópias do Procedimento nº 1.34.001. 003807/2000-69 relacionadas ao objeto deste feito a fls. 44/46, 48/52, 352, 426/439, 445, 446, 464/473, 477/749, 752, 753, 828/1.023, 1.029/1.032 e 1.040/1.075, e também formaram os Apensos I a XV;

CONSIDERANDO que o teor das referidas cópias consiste, em síntese, na sustentação de legalidade de sua conduta pela UNIFESP, em listas dos cursos em que foram cobradas matrículas e mensalidades e lista dos respectivos alunos, em cópia integral do Processo do Tribunal de Contas da União nº 016.709/2000-5 com acórdão fazendo determinações à UNIFESP, em informações sobre a cobrança de diversos cursos de especialização oferecidos pela IES, em notícia da inclusão dos valores recebidos em questão no orçamento, e na Recomendação PRSP nº 16/2007 para cessar a cobrança dos alunos (fls. 1.029/1.075);

CONSIDERANDO que a UNIFESP argumentou a favor da manutenção de cobrança nos cursos de especialização (fls. 1.086/1.091) bem como informou não ter interesse na celebração de Termo de Ajuste de Conduta conforme proposta do Ministério Público Federal (fls. 1.155/1.156);

CONSIDERANDO que a UNIFESP informou ter feito ajustes na condução dos cursos de especialização (fls. 1.174/1.176), cumprindo integralmente o teor da Resolução do Conselho Universitário nº 44;

CONSIDERANDO que a Universidade prestou informações referentes à oferta de bolsas de estudos aos alunos dos cursos autossustentáveis e aos convênios firmados com outras instituições, entre outros (fls. 1.305/1.359, 1.363/1.381, 1.389/1.535 e 1.538/1.558);CONSIDERANDO a existência de indícios a justificar a apuração de cobrança possivelmente indevida de mensalidades pela UNIFESP, a utilização indevida de verba pública e o desrespeito ao direito fundamental à educação;

CONSIDERANDO, ao final, que os presentes autos ainda necessitam de instrução e o transcurso do prazo estabelecido no artigo 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, pela conversão do Procedimento Preparatório nº 1.34.001.001062/2005-16, para promover a ampla apuração dos fatos noticiados a fl. 03;

II. Determinar as seguintes providências:

a. autuação da presente Portaria e do Procedimento Preparatório nº 1.34.001. 001062/2005-16 com a seguinte ementa: "Educação. UNIFESP. Cobrança de mensalidades em cursos de especialização";

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b. comunicação à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (artigo 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c os artigos 6º e 16, §1º, inciso I, ambos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

c. designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Adminis-trativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o Inquérito Civil.

MARCOS JOSÉ GOMES CORRÊA

PORTARIA Nº 297, DE 2 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, "caput", e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; no artigo 5º, incisos I, alínea "h", III, alínea "b", e V, alíneas "a" e "b", no artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e no artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93; no artigo 8º da Lei nº 7.347/85; na Lei nº 8.429/92 e legislação aplicável à espécie, e

CONSIDERANDO a instauração das Peças Informativas nº 1.34.001.008919/ 2010-88 para acompanhar os trabalhos da Comissão Processante Permanente (CPP) instituída pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) com a finalidade de apurar irregularidades observadas em outros feitos em trâmite no 4º Ofício do Grupo V - Saúde/Educação (fl. 02);

CONSIDERANDO a instauração de Comissão de Sindicância pela Portaria nº 2.774/2009 para apurar a responsabilidade pela contratação da empresa Tebecon Construtora Ltda. sem licitação (ICP nº 1.34.001.001016/2009-32) no Processo nº 23089.01449/2008-23 (fl. 13);

CONSIDERANDO que foi realizada reunião nesta Procuradoria da República, em 25/11/2010, com o Procurador-Geral e o Procurador-Geral Substituto da UNIFESP sobre o andamento da CPP, na qual se destacou a necessidade de consolidação dos procedimentos adotados pelas gestões da Universidade tendo em vista as contratações sem licitações e de parentes apuradas (fls. 36/39);

CONSIDERANDO a proposta, contida na minuta de Termo de Ajustamento de Conduta de fls. 46/49, para a adoção das orientações contidas no denominado "Check List de Análise Documental" proposto pela Controladoria-Geral da União a fls. 50/77;

CONSIDERANDO que até o momento a UNIFESP não prestou as informações requisitadas pelo Ministério Público Federal a fl. 05;

CONSIDERANDO a juntada de cópias de documentos confidenciais da Procuradoria-Geral Federal embasando a não integração da UNIFESP no polo ativo da Ação de Improbidade Administrativa nº 2009.61.00.011508-7 ensejada pelo MPF (fls. 84/102);

CONSIDERANDO a existência de indícios a justificar o acompanhamento dos trabalhos da referida CPP/UNIFESP, que enfocam principalmente a destinação irregular de verba pública da UNIFESP e o desrespeito ao direito fundamental à educação;

CONSIDERANDO, ao final, que os presentes autos ainda necessitam de instrução e o transcurso do prazo estabelecido no artigo 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, pela conversão das Peças Informativas nº 1.34.001.008919/2010-88, para promover a ampla apuração dos fatos noticiados a fl. 02;

II. Determinar as seguintes providências:

a. autuação da presente Portaria e das Peças Informativas nº 1.34.001. 008919/2010-88 com a seguinte ementa: "Educação. UNIFESP. Comissão Processante Permanente. Acompanhamento e fiscalização.";

b. comunicação à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (artigo 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c os artigos 6º e 16, §1º, inciso I, ambos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

c. designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o Inquérito Civil; e

d. atendimento ao determinado no "Item 8" de fl. 106.

MARCOS JOSÉ GOMES CORRÊA

PORTARIA Nº 305, DE 4 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através da Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1o da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei nº 7.347/85 e arts. 5o e 17 da Lei nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

CONSIDERANDO que foram encaminhadas à Procuradoria da República em São Paulo as Peças Informativas n.º 1.34.001.006034/2010-44, com a seguinte ementa:

"PATRIMÔNIO PÚBLICO. TCU. Tribunal de Contas da União. Tomada de Contas Especial. Processo nº 026.959/2009-5. CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Irregularidades. Pier Luigi Vidale."

CONSIDERANDO que, segundo informação prestada pela Procuradoria Federal na CAPES, a instituição aguarda o recebimento do Acórdão para inscrição em dívida ativa e, se for o caso, posterior ajuizamento de execução fiscal;

CONSIDERANDO que referido acórdão constitui título executivo, nos termos do art. 19 da Lei n.º 8443/92;

CONSIDERANDO que, havendo título executivo, não se justifica por ora o ajuizamento de ação de conhecimento objetivando a recomposição do erário;

CONSIDERANDO, todavia, que o interesse na propositura da ação pode surgir ante a inércia dos órgãos públicos em obter referido ressarcimento, havendo necessidade de acompanhamento das medidas destinadas à recomposição do Erário;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e as Peças Informativas nº 1.34.001.006034/2010-44 como Inquérito Civil (art. 4 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01/06 da Divisão de Tutela Coletiva);

3. Controle-se o respectivo prazo, anotando-se na contracapa dos autos a data de instauração e das prorrogações que venham a ser feitas (art. 9 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

5. Aguarde-se o decurso do prazo assinalado à fl. 49.

INÊS VIRGÍNIA PRADO SOARES

PORTARIA Nº 306, DE 5 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que foram autuadas e distribuídas, para a Banca V do 2º Ofício - Patrimônio Público e Social da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, as Peças Informativas nº 1.34.001.008965/2010-87, convertidas em Procedimento Preparatório em 22/11/2010, cujo prazo foi prorrogado em 21/02/2011, com a seguinte ementa:

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pagamento a menor aos recenseadores do IBGE. Possível irregularidade no pagamento de ajuda de custo para deslocamento. Aparecido Soares da Cunha.

CONSIDERANDO o teor da representação de fls. 04/05, noticiando possível irregularidade no pagamento da ajuda de custo para deslocamento dos recenseadores do IBGE, já que tal pagamento foi efetuado a menor, com relação à tabela originalmente vinculada na contratação (R$ 590,00, em vez de R$ 800 a R$ 1.200,00), enquanto que no caso específico da recenseadora ZILMARA ALMEIDA DE JESUS, esposa do Coordenador Operacional do Censo no Estado de São Paulo, foi efetuado pagamento no valor de R$ 2.300,00, que foi autorizado pelo próprio Coordenador.;

CONSIDERANDO que os documentos constantes dos autos dão conta de possível prática de ato(s) de improbidade administrativa que importou (importaram) enriquecimento ilícito, causou (causaram) prejuízo ao erário e atentou (atentaram) contra os princípios da administração pública (arts. 9o, 10 e 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, respectivamente), sem prejuízo da responsabilidade penal (art. 37, § 4º, da Constituição Federal e art. 12, caput, da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 1o da Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e arts. 5o e 17 da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processarem e julgarem as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, às de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.008965/2010-87 (art. 5o, inciso III, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01, de 03 de outubro de 2006, da Divisão de Tutela Coletiva).

3. Controle-se o respectivo prazo (art. 9º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 15 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, § 1º, inciso I, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

5. Designo o(s) Analista(s) Processual(ais) e o(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculado(s) ao gabinete para secretariarem o inquérito civil (arts. 4º, inciso V, e 6º, § 1º, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público).

ELIZABETH MITIKO KOBAYASHI

PORTARIA Nº 308, DE 5 DE AGOSTO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que foram autuadas e distribuídas, para a Banca V do 2º Ofício - Patrimônio Público e Social da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, as Peças Informativas nº 1.34.001.000271/2011-82, convertidas em Procedimento Preparatório em 16/02/2011, com a seguinte ementa:

PATRIMÔNIO PÚBLICO. IBAPE/SP - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo. Possível irregularidade na indicação de representantes junto ao CREA.

CONSIDERANDO o teor da representação de fls. 03/05, na qual Tito Lívio Ferreira Gomide noticia suposta irregularidade na indicação de representantes do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia - IBAPE - junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, pois não teria sido realizada a eleição necessária para tal;

CONSIDERANDO que os documentos constantes dos autos dão conta de possível prática de ato(s) de improbidade administrativa que importou (importaram) enriquecimento ilícito, causou (causaram) prejuízo ao erário e atentou (atentaram) contra os princípios da administração pública (arts. 9o, 10 e 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, respectivamente), sem prejuízo da responsabilidade penal (art. 37, § 4º, da Constituição Federal e art. 12, caput, da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 1o da Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e arts. 5o e 17 da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processarem e julgarem as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.000271/2011-82 (art. 5o, inciso III, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01, de 03 de outubro de 2006, da Divisão de Tutela Coletiva).

3. Controle-se o respectivo prazo (art. 9º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 15 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, § 1º, inciso I, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

5. Designo o(s) Analista(s) Processual(ais) e o(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculado(s) ao gabinete para secretariarem o inquérito civil (arts. 4º, inciso V, e 6º, § 1º, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público).

ELIZABETH MITIKO KOBAYASHI

PORTARIA Nº 376, DE 26 DE JULHO DE 2011

Procedimento Administrativo nº 1.30.012.000597/2011-20

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, II e III, da Constituição Federal, bem como nos artigos 5o, I, "h"; II, "b"; III, "b", V, "b"; 6o, VII, "a", "b" ", e XIV, "f"; 7o, I, da Lei Complementar nº 75/93 e também na lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, nos termos do art. 127 da Constituição da República e do art. 5º, I, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal, dentre estes, as ações e os serviços de saúde, promovendo, assim, as medidas necessárias para sua garantia (art. 129, II, e art. 197, da CRFB, e art. 5º, V, a, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, dentre os quais se enquadram o direito à saúde, bem como o direito de acesso às ações e aos serviços de saúde, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a direitos e interesses cuja defesa cabe ao Ministério Público, notadamente, o patrimônio público, os serviços de relevância pública e o direito de acesso à saúde;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 03 de Agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público, a qual regulamentou no âmbito do Ministério Público Federal a instauração e tramitação do Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a reportagem do jornal O DIA de 22/07/11, que noticia que o Gestor Estadual vai descartar 40 das 50 ambulâncias que se encontram paradas no Quartel de Guadalupe, nesta cidade, e, como medida emergencial, irá comprar 50 novas ambulâncias, tendo custo estimado de R$ 7.600.000,00;

CONSIDERANDO os indícios de irregularidades relatados pelo Jornal O DIA em 23/07/11, o qual noticia que o Governo estadual recebe do Ministério da Saúde para o custeio de manutenção de 74 ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) na cidade, sendo que mantém apenas 45 em funcionamento e que, dessa forma, esses 29 veículos que estão parados custam mensalmente aos cofres federais R$ 407.500,00;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro admitiu que 29 viaturas que atendem exclusivamente a capital estão quebradas e, ainda, que não há prazo para que os veículos sejam consertados. Alegando, ainda, que mesmo assim um "novo contrato para manutenção das viaturas já foi assinado".

CONSIDERANDO que segundo reportagem do Jornal O DIA, de 21/07/11, há um ano os veículos do SAMU não passam por manutenção porque desde julho de 2010 o pagamento fora suspenso devido a indícios de irregularidades no contrato, detectadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Resolve convolar o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a finalidade de apurar os fatos narrados supra que podem representar prejuízo ao erário, e tendo em vista que o SAMU é co-financiado pela União.

Destarte, determino à Divisão de Tutela Coletiva o registro desta portaria e comunicação à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Após, retornem ao gabinete para que:

1- seja oficiado ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS) e a Coordenação-Geral de Urgência e Emergência MS/SAS requisitando a realização de auditoria com a finalidade de apurar os fatos acima narrados;

2- seja encaminhada cópia à Coordenação Criminal desta PR/RJ, em vista de indícios da prática da peculato;

3- oficie-se ao Coronel Fernando Suarez Alvarez, então Superintendente de Urgência e Emergência Pré-Hospitalar da SESDEC, para que informe a quem cabe a responsabilidade pela manutenção da frota, bem como para que se pronuncie sobre os fatos narrados, indicando nome das empresas prestadoras de serviço, cópia do respectivo contratos, nome dos servidores que atestam o serviço de manutenção, bem como para que informe do noticiado descarte da 40 ambulâncias;

4- oficie-se ao atual Secretário de Defesa Civil, Sergio Simões, para que esclareça o destino das 40 ambulâncias ameaçadas de descarte, encaminha a documentação ou laudos que indiquem os motivos pelos quais os veículos restaram inutilizáveis para os fins do SAMU e, ainda, informe das medidas adotadas no âmbito administrativo a fim de apurar as responsabilidades pelos fatos aqui narrados ;

5- Oficie-se à Defensoria Pública Federal no Rio de Janeiro, com cópia da presente portaria, para ciência;

6- oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado, para que remeta toda a documentação porventura existente sobre possível superfaturamento em contratos de manutenção dos veículos do SAMU, indicando, ainda, a fonte dos recursos porventura desviados ou mal utilizados, se federais ou de recursos próprios do Estado;

7- Oficie-se à SECEX do Tribunal de Contas da União nesta cidade, representando pela apuração dos fatos aqui narrados.

Instaure-se o ICP com a seguinte ementa:

SAÚDE - PATRIMÔNIO PÚBLICO - SAMU - DESCARTE DE AMBULÂNCIAS - COMPRA EMERGENCIAL - VERBAS FEDERAIS PARA CUSTEIO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DESATIVADOS- SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE/RJ - SECRETARIA DE DEFESA CIVIL - SUPOSTAS IRREGULARIDADES.

DANIEL DE ALCANTARA PRAZERES

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 318, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, c, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000373/2010-81, instaurado com base em Nota Técnica 01/2009 que tem como objetivo apontar o risco gerado às comunidades quilombolas em decorrência das ações do Programa Terra Legal, tendo em vista a iminência dos trabalhos de regularização fundiária em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal;

d) considerando que a Fundação Cultural Palmares e a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará - MALANGU, informaram, respectivamente, às fls. 44 e 57 não terem sido identificadas comunidades quilombolas localizadas nos municípios afetos a esta PRM/Altamira;

e) considerando que o INCRA/Santarém informou o mesmo, apenas não tendo se manifestado com relação ao Município de Novo Repartimento, afeto à Superintendência de Marabá;

f) considerando que não há resposta do ITERPA até o presente momento;

g) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, resolve:

instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000373/2010-81, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Requisitar informações ao INCRA/Marabá, nos termos do ofício de fl. 38, tendo como objeto apenas o município de Novo Repartimento;

3 - Reiterar, novamente, ao ITERPA os ofícios de fls. 39 e 54/55, com as cautelas de praxe;

4 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação de Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

5 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.142, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento REP nº 000036.2011.01.003/8 - 301, instaurado a partir de denúncia formulada nesta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, FUNDAÇÃO DR. JOÃO BARCELOS MARTINS, vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes na supressão de gratificação dos nutricionistas plantonistas vinculados ao denunciado;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000036.2011.01.003/8 - 301 em face de FUNDAÇÃO DR. JOÃO BARCELOS MARTINS. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAÚJO, que poderá ser secretariado pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAÚJO

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 230, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000363.2011.20.000/9 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (abusos decorrentes do poder hierárquico do empregador, transferência, anotação e controle da jornada), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da BTS Terceirização de Serviços Ltda (CNPJ nº 03.769.500/0001-80). Afixe-se a presente Portaria no local de costume.

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

PORTARIA Nº 231, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000781.2010.20.000/0 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (desvio de função, extinção do contrato individual de trabalho e pagamentos respectivos), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da BTS Terceirização de Serviços Ltda (CNPJ nº 03.769.500/0001-80). Afixe-se a presente Portaria no local de costume.

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PORTARIA Nº 5, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

O Ministério Público Militar, por intermédio dos Promotores da Justiça Militar signatários, lotados e em exercício na Procuradoria da Justiça Militar de Santa Maria/RS, no uso de suas atribuições e com fulcro no art. 129, II e III, da Constituição Federal, e no art. 6º, VII, a e d, da Lei Complementar nº 75/93, e:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem;

Considerando que a Constituição Federal prevê que "o serviço militar é obrigatório, nos termos da lei" (art. 143);

Considerando que Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar-, recepcionada pelo Caderno Constitucional, declara, em seu art. 2º, caput, que "todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar, na forma da presente Lei e sua regulamentação";

Considerando que a Lei nº 6880, de 09 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares- dispõe no §1º de seu art. 3º que: "Os membros das Forças Armadas, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores da Pátria e são denominados militares";

Considerando que pode-se concluir que existem, em tempo de paz, duas situações bem definidas de militares: os de carreira, que são aqueles da ativa que, no desempenho voluntário e permanente do serviço militar, tinham vitaliciedade assegurada ou presumida (Estatuto dos Militares, §2º do art. 3º) e; os que prestam o serviço militar inicial, que não são voluntários, pois estão obrigados nos termos da lei e da Constituição

Considerando que o art. 6º da Lei do Serviço Militar (LSM) asseverou que o "serviço militar inicial dos incorporados terá a duração normal de 12 (doze) meses";

Considerando que a LSM, no §1º do art. 6º, dispõe que "os Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica poderão reduzir até 02 (dois) meses ou dilatar até 06 (seis) meses a duração do tempo do serviço militar inicial dos cidadãos incorporados às respectivas Forças Armadas"

Considerando que o §2º do art. 6º da LSM, dispõe que "somente mediante autorização do Presidente da República, a duração do serviço militar inicial poderá: a) ser dilatada por prazo superior a 18 (dezoito) meses, em caso de interesse nacional ou; b) ser reduzida de período superior a 02 (dois) meses, desde que solicitada, justificadamente, pelo Ministério Militar interessado". Esta dilação, entretanto, dirige-se à classe dos cidadãos convocados e não a algum deles isoladamente.

Considerando que o §3º do art. 6º da LSM dispõe que "durante o período de dilação do tempo de serviço militar, prevista nos parágrafos anteriores, as praças por ela abrangidas serão consideradas engajadas";

Considerando que o art. 33 da LSM, dispõe que "aos incorporados que concluírem o tempo de serviço a que estiverem obrigados poderá, desde que o requeiram, ser concedida prorrogação desse tempo, uma ou mais vezes, como engajados e reengajados, segundo as conveniências da Força Armada interessada";

Considerando que o parágrafo único do art. 33 da LSM dispõe que "os prazos e condições de engajamento e reengajamento serão fixados em Regulamentos, Normas ou Instruções especiais, baixadas pelos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica"

Considerando que o crime de deserção é um crime propriamente militar que se consuma quando o militar ausenta-se, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar onde deva permanecer, por mais de 8 (oito) dias, sendo que o inc. LXI, do art. 5º, da Lei Maior, possibilita a prisão independentemente de ordem judicial, sendo cominado, em abstrato, pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos (art. 187, CPM);

Considerando que o Código de Processo Penal Militar estabelece, como condição de procedibilidade para a persecução penal, para as praças sem estabilidade, situação dos militares que prestam serviço militar obrigatório, que o desertor que se apresentar ou for capturado adquira novamente a condição de militar, o que ocorre com o ato administrativo de reinclusão, desde que o desertor seja considerado apto em inspeção de saúde (art. 457, § 1º), tendo o Superior Tribunal Militar sumulado tal posicionamento através do seguinte enunciado: "Súmula 12 - A praça sem estabilidade não pode ser denunciada por deserção sem ter readquirido o status de militar, condição de procedibilidade para a persecutio criminis através da reinclusão. Para a praça estável, a condição de procedibilidade é a reversão ao serviço ativo";

Considerando que o Superior Tribunal Militar tem entendimento no sentido de que a condição de militar, exigida pela lei para o recebimento da denúncia, deve persistir durante toda a fase processual, inclusive enquanto pende julgamento de apelação de qualquer das partes, como são exemplos as jurisprudências abaixo colacionadas:

"EMENTA. HABEAS CORPUS. COMPETÊNCIA. DESERÇÃO. 1. Juiz de execução que se limita a cumprir decisão condenatória proferida por instância hierárquica superior não pode ser considerado autoridade coatora. 2. Não compete ao Superior Tribunal Militar rever suas próprias decisões, por meio de habeas corpus, havendo sido esgotada sua jurisdição, excetuado caso em que, pelo princípio da hierarquia, se vê obrigado por decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal. 3. Condição de militar é condição específica de procedibilidade para o processamento e julgamento em ação penal pelo crime de deserção, sem a qual o prosseguimento do feito e seu julgamento são maculados de nulidade atacável pela via do remédio heróico, inclusive havendo trânsito em julgado da decisão condenatória. 4. Sem que haja reapresentação ou captura do acusado por crime de deserção, que comete nova deserção no curso do processo, não há que se prosseguir com os atos do processo, visto que o desertor deve passar por perícia médica que ateste sua aptidão para o serviço militar. 5. Habeas Corpus concedido para anular processo de deserção desde a data da nova deserção e todos os seus atos posteriores, determinando o sobrestamento do feito até que o paciente seja avaliado por perícia médica que ateste sua aptidão ou inaptidão para integrar as Forças Armadas. 6. Decisão majoritária." (STM, HC nº 2008.01.03423-0-RJ, Ministro Relator Flavio Flores da Cunha Bierrenbach, julgado 19/08/2008, publicação DJ 12/01/2009) (negritos nossos)

"Apelação. Deserção. Incapacidade definitiva. Não reinclusão. Perda da condição de procedibilidade. Pedido de desistência do Apelo homologado. Concessão de Habeas Corpus de ofício. A condição de militar da ativa legitima o agente passivo do crime de deserção para efeitos processuais. Impossibilidade de reinclusão de desertor ao serviço ativo da pertinente Força devido à constatação de incapacidade definitiva, situação superveniente ao crime de deserção que originou o presente feito. Nova situação processual que resulta na falta de condições de prosseguimento do feito e não na falta de condição de procedibilidade, pois presente esta quando do recebimento da denúncia. Evidenciada a impossibilidade de configurar o Réu no pólo passivo da presente ação penal, impõe-se a anulação do feito sem renovação. Homologação do pedido de desistência do Apelo pela Defesa após manifesta a concordância do Réu; extinção do processo sem julgamento do mérito e concessão de Habeas Corpus de ofício. Decisão por maioria." (STM, Apelação (FE) nº 2008.01.050973-0-RS, Ministro Relator Antonio Apparício Ignacio Domingues, julgado 23/10/2008, publicação DJ 17/12/2008) (negritos nossos)

Considerando que o STM entende que, para execução da pena, não há necessidade de que o condenado pelo delito de deserção mantenha a condição de militar, conforme jurisprudência abaixo:

"EMENTA. HABEAS CORPUS. DESERÇÃO. O requisito de ser o desertor militar da ativa, exigível durante o processo, não alcança a fase de execução. O Paciente manteve a condição de militar durante o trâmite do processo até o trânsito em julgado da decisão condenatória proferida pelo Superior Tribunal Militar. O fato de não ter sido reincluído no serviço ativo, por incapacidade definitiva, numa segunda deserção, isenta-o do processo relativo a esta segunda deserção, conforme o § 2º do art. 457 do CPPM, mas não anula e nem compromete a sentença judicial prolatada no primeiro processo de deserção. Ordem denegada e, de ofício, fixado o regime aberto para o início do cumprimento da pena. Maioria." (STM, HC nº 2002.01.033789-0-DF, Ministro Relator Valdesio Guilherme de Figueiredo, julgado 13/02/2003, publicação DJ 27/03/2003) (negritos nossos)

Considerando que a aplicação do entendimento acima da Corte Castrense tem ocasionado que os militares prestadores do serviço militar obrigatório que respondem pelo delito de deserção permaneçam nas fileiras das Forças Armadas além do prazo de 12 (doze) meses previstos na Lei de Serviço Militar, não sendo os mesmos licenciados após o decurso deste prazo pelo fato de responderem pelo delito de deserção, o qual, no entendimento jurisprudencial do STM, exige a manutenção da condição de militar durante todo o processo de conhecimento, inclusive em eventual fase recursal;

Considerando que a Lei de Serviço Militar apenas exclui da contagem do tempo de serviço aquele em cumprimento de pena definitiva, nos seguintes termos "Não será computado como tempo de serviço o período que o incorporado levar no cumprimento de sentença passada em julgado" (parágrafo único art. 8º);

Considerando que o Regulamento da Lei do Serviço Militar, Dec. nº 57.654/66, também deixou consignado que não deve ser considerado como tempo de serviço o período que o desertor estiver cumprindo sentença, bem como aquele em que estiver foragido, nos seguintes termos: "Art. 148. Os insubmissos e desertores terão o tempo de serviço contado da data da incorporação, não lhes sendo computado o período em que estiverem cumprindo sentença, e foragidos, quanto aos desertores."

Considerando que a Administração Militar dever reger-se pelos princípios previstos no art. 37 da Carta Magna, dentre eles o da legalidade, significa que deve cumprir os dispositivos legais e regulamentares atinentes ao serviço militar, dentre os quais o da observância da duração normal de 12 meses para o serviço militar;

Considerando que neste sentido tem se posicionado a Justiça Federal, órgão do Poder Judiciário constitucionalmente competente para processar e julgar a legalidade dos atos administrativos praticados pela União, inclusive das Forças Armadas, conforme jurisprudências abaixo:

"Ementa. Administrativo. Serviço Militar Obrigatório. Licenciamento durante o curso da ação penal militar. O art. 145 do Decreto 57.654/66 não impede o licenciamento do incorporado que responde à ação penal militar. Após o termo final do serviço militar obrigatório, licenciamento é efetuado de ofício, admitida a prorrogação apenas mediante requerimento do interessado, nos termos do art. 33 da Lei n.º 4.375/64. Impossibilidade de prorrogação com o objetivo de aguardar o trânsito em julgado da decisão na ação penal militar para subseqüente aplicação da pena de expulsão. Remessa oficial cumprida." (TRF/4. ROMS. Processo 1998.04.01.050437-3/PR, 4ª Turma, relatora Silvia Maria Gonçalves Goreb, decisão de 11.05.1999, Diário de Justiça de 07.07.1999, p. 411).

"Ementa. Administrativo. Oficial temporário. Fim do tempo de serviço. Licenciamento. Indiciamento por ilícito penal. Limitação dos artigos 392 e 393 do CPPM. Inaplicabilidade. Legislação específica. Exceções. Lei 5.292/67, art. 6, § 1º, letra 'a' e letra 'b' e § 2º. Decreto 63.704/72, art. 7º, § 1º, incisos I e II e § 2º. 1. Não merece reparos a decisão que concedeu a segurança para licenciar o autor dos quadros do Exército, pois sendo Oficial Temporário, médico que prestou serviço militar após o término do curso, tem direito líquido e certo à pretendida exclusão, se findo o período de 12 (doze) meses em que esta obrigação deveria ser cumprida. 2. Inaplicável a limitação dos artigos 392 e 393 do CPPM, pois ser réu de ação penal não é óbice previsto na legislação que regulamenta a matéria: Lei 5.292/67, art. 6º, § 1º, letras 'a' e 'b', e § 2º; Decreto 63.704/72, art. 7º, § 1º, incisos I e II, e § 2º. 3. Apelação e remessa oficial improvidas." (TRF/4 - 3ª Turma - Apelação em Mandado de Segurança nº 96.04.12587-7/RS, relatora Des. Federal Marga Inge Barth Tessler, julgado em 19.06.1997, DJ de 27.08.1997, página 68.216)

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. LlCENCIAMENTO. INDICIAMENTO EM INQUÉRITO MILITAR. POSSIBILIDADE. 1. Esta Corte firmou entendimento de que não há amparo legal para indeferimento de pedido de licenciamento de militar temporário, ainda que o militar esteja respondendo a inquérito policial no foro militar. 2. Agravo regimental improvido." (STJ, 68T,AgRg no REsp 378874/ RS, DJe 30/06/2008)

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR - PRAÇA. LlCENCIAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. PROCESSO CRIMINAL NA JURISDIÇÃO MILITAR. ART. 31, § 5° DA LEI N° 4.375/64. INTERPRETAÇÃO. Da leitura do referido dispositivo não se extrai que o praça que tenha concluído seu tempo de serviço, mas esteja respondendo a um processo criminal junto ao Foro Militar, não possa licenciar-se. Interpretação equivocada da recorrente. Recurso desprovido." (Resp 328907/SC, Rei. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTATURMA, DJ 24.03.2003)

Considerando que, em junho de 2009, o Ministério Público Militar teve que interpor habeas corpus perante a Vara da Justiça Federal em Santa Maria, autuado sob o nº 2009.71.02.002151-0/RS, o qual visava garantir o licenciamento do então Soldado NEREU DIANI AMORIM, o qual, por estar respondendo pelo delito de deserção, não fora licenciado pelo Comando do 3º Grupo de Artilharia de Campanha Auto Propulsado - 3º GAC AP - Regimento Mallet, organização militar sediada em Santa Maria- RS, sendo que, em 04 de junho de 2009, o militar já contava com 01 (um) ano, 03 (três) meses e 03 (três) dias de efetivo serviço militar, tendo a liminar sido deferida e o mérito julgado procedente;

Considerando que recentemente o Ministério da Defesa emitiu a Nota nº 181/2011/CONJUR/MD, de 10 MAIO 11, da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, que acolhe solicitação contida no Ofício nº 79/2011/PRES, de 12 ABR 11, do Presidente do Superior Tribunal Militar, no sentido de que "os Cmt OM se abstenham de licenciar do serviço ativo os militares que se encontrem respondendo a processo por crime de deserção, antes do término do processo criminal, a fim de evitar o arquivamento do feito por falta de condição de procedibilidade".

RESOLVEM:

Nos termos da Resolução nº 66/2011, do Conselho Superior do Ministério Público Militar, instaurar o presente Inquérito Civil Público versando sobre a necessidade de se analisar a legalidade da orientação emitida pelo Ministério da Defesa de que os Comandantes de Organizações Militares se abstenham de licenciar do serviço ativo os militares que se encontrem respondendo a processo por crime de deserção, antes do término do processo criminal, a fim de evitar o arquivamento do feito por falta de condição de procedibilidade.

DETERMINAM:

Autue-se como Inquérito Civil no Ministério Público Militar, comunicando-se à Procuradoria-Geral da Justiça Militar, solicitando a publicação da presente portaria no Diário Oficial.

Retornem conclusos, para determinação de medidas iniciais.

Santa Maria, 17 de agosto de 2011.
JORGE CESAR DE ASSIS
Promotor da Justiça Militar

SOEL ARPINI
Promotor da Justiça Militar

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 241, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Delega competência ao Secretário de Controle Externo no Estado de Alagoas para assinar aditivo a Acordo de Cooperação Técnica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário de Controle Externo no Estado de Alagoas para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Art. 2º Fica designado o Secretário de Controle Externo no Estado de Alagoas para zelar pelo acompanhamento da execução do termo aditivo a que refere o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENJAMIN ZYMLER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 244, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Delega competência ao Secretário de Controle Externo no Estado de Minas Gerais para assinar Acordo de Cooperação Técnica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário de Controle Externo no Estado de Minas Gerais para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Fica designado o Secretário de Controle Externo no Estado de Minas Gerais para zelar pelo acompanhamento da execução do Acordo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENJAMIN ZYMLER

PLENÁRIO

EXTRATO DA PAUTA Nº 34 (EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Sessão em 21 de setembro de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-005.827/2011-6
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos:não há

TC-020.549/2011-3
Natureza Pensão civil
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.911/2011-8
Natureza: Atos de admissão
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.073/2011-6
Natureza: Atos de admissão
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.510/2011-9
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-013.795/2009-3
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-018.462/2009-9
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.817/2011-8
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.803/2011-2
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-002.360/2011-0
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.498/2011-5
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.870/2011-6
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-028.777/2011-5
Natureza: Denúncia.
8.443/1992).
Advogados constituídos nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-028.003/2011-0
Natureza: Administrativo (Proposta de Fiscalização)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-020.794/2011-8
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-028.259/2011-4
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-026.117/2010-0
(com 2 anexos)
Natureza: Pedido de Reexame em Denúncia
Advogados constituídos nos autos: Umberto Batistela (OAB/SP 18.522) e Marcelo Alves da Silva (OAB/SP 122.366)

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-015.092/2010-0
Natureza: Representação
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.295/2011-0
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-002.622/2011-4
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.217/2009-0
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: Lincoln de Paula (OAB/SC 12.823); Jailson Laurentino (OAB/SC 14.449); Jean Maicon Gabiatti (OAB/SC 15.214) e Tércio Moreira Mourão (OAB/DF 29.816).

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-007.680/2010-4
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 16 de setembro de 2011.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

EXTRATO DA PAUTA Nº 36 (ORDINÁRIA)
Sessão em 21 de setembro de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-010.019/2009-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Secretaria do Tesouro Nacional - MF
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.036/2008-4
Apensos: TC-008.417/2010-5; TC-008.418/2010-1; TC-008.419/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Recorrente: Maria Heliana Mota Guedes (388.064.526-49)
Órgão/Entidade: Município de Entre Folhas/MG
Advogados constituídos nos autos: José Arteiro Cavalcante Lima, OAB/MG 27.822; Edson Martins Lopes, OAB/MG 59.549; Ângelo Zulato, OAB/MG 25.969; Paulo Zulato, OAB/MG 94.386; Keila Queiroga Zulato, OAB/MG 95.790; Adinan Quintão Linhares, OAB/MG 101.601

TC-028.661/2011-7
Natureza: Representação
Interessado: SIGMA Dataserv Informática S.A.(77.166.098/0005-00
Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-004.006/2010-0
Natureza: Representação
Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2)
Interessado: Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do MP/TCU
Advogados constituído nos autos: não há

TC-013.635/2011-5
Natureza: Tomada deConstas Especial
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (SECOB-2)
Responsáveis: Consorcio Construtor Br-163 (02.870.297/0001-71); Construtora Andrade Gutierrez S.a. (17.262.213/0001-94); Construtora Norberto Odebrecht S.a. (15.102.288/0001-82); Construtora Queiroz Galvão S/a (33.412.792/0001-60); Estacon Engenharia S/a (04.946.406/0001-12); Francisco Augusto Pereira Desideri (310.929.347-15); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); Luis Munhoz Prosel Junior (459.516.676-15); Maurício Hasenclever Borges (006.996.756-34); Roberto Borges Furtado da Silva (490.589.751-34); Rogério Gonzales Alves (553.259.397-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.597/2008-7
Natureza: Embargos de Declatação em Pedido de Reexame (Representação)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Responsáveis: Ethiene Maria Gouveia Viana (183.213.562-49); Falbernandes Mendes de Farias (138.136.092-00); Francisco Antonio Saraiva de Farias (045.644.802-00); Francisco Souza de Alencar (153.999.902-53); Fundação Universidade Federal do Acre - Mec (04.071.106/0001-37); Jaider Moreira de Almeida (196.180.002-06); Jonas Pereira de Souza Filho (058.733.712-53); Maria Carvalho da Silva (129.519.602-63); Maria Dalva Barbosa da Silva (078.746.932-72); Olinda Batista Assmar (041.331.707-25); Pedro Ferreira Calvalcante Filho (138.130.212-20); Rosemary de Almeida Gomes (215.885.622-04); Rosemir Santana de Andrade Lima (308.631.712-49); Zuila de Mendonça Correia (091.120.062-20) Advogados constituídos nos autos: Patrícia Pontes de Moura (OAB/AC 3.191), Claudia Maria da Fontoura Messias Sabino (OAB/AC 3.187) e Maria Cristhiny Barbosa (OAB/AC 2.525)

TC-029.738/2010-5
Natureza: Relatório de Acompanhamento
Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica (vinculador)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ(SECEX-RJ)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-006.260/2005-8
Natureza: Pedido de reexame (Relatório de auditoria)
Recorrente: Tribunal Regional Eleitoral
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE
Advogado constituído nos autos: não há

TC-006.689/2000-7
Natureza: Pedido de reexame (TCE)
Recorrente: Francisco Carlos Pierette
Entidade: Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul - DRT/MS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.594/2009-4
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas da União - Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso
Unidade: Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde
Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-008.958/2009-0
Natureza: Recurso de reconsideração (TCE)
Recorrente: Clésio da Gama Fernandes
Entidade: Caixa Econômica Federal - CEF
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.155/2009-6
Natureza: Relatório de levantamento
Unidade Jurisdicionada: Ministério das Comunicações
Advogado constituído nos autos: Deolindo José de Freitas Júnior (OAB/DF 23.399 e OAB/GO 17.923)

TC-020.058/2009-1
Natureza: Monitoramento
Interessado: 4ª Secretaria de Fiscalização de Obras
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-003.241/2011-4
Natureza: Relatório de Levantamento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME, Fronape International Company - Petrobras - MME, Termoceará Ltda, Sociedade Fluminense de Energia Ltda, Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda - Grupo Petrobras - MME, Usina Termelétrica de Juiz de Fora S/a, Comperj Estirenos S.A., Comperj Poliolefinas S.A., Comperj Meg S.A., Comperj Participações S.A., Petrobras Biocombustível S. A., Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME, Fafen Energia S.A. - Grupo Petrobras - Mme, Transportadora Associada de Gás S. A. Grupo Petrobras - MME, Termorio SA, Eletrobrás Termonuclear S.A. - Grupo Eletrobras - MME, Petrobras Internacional S.A. - MME, Petrobras Química S.A. - MME, Petróleo Brasileiro S.A. - MME, Petrobras International Finance Company - MME, Transportadora Bras. Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - Petrobras - MME, Petrobras Transporte S.A. - MME, Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - Petrobras - MME e Petrobras Netherlands B.V. - Petrobras Int. - MME. Advogados constituídos nos autos: Idmar De Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476), Èsio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Luiz Carlos Sigmarjnga Seixas (OAB/DF 814), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770)

TC-005.427/2009-2
Apensos: 029.412/2009-5 (Solicitação De Certidão); 033.289/2010-7 (Relatório De Levantamentos)
Natureza: Relatório de Levantamento
Responsáveis: Consórcio Constran/galvão/construcap (08.308.651/0001-55); Fernando Rocha Silveira (107.545.124-87); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00)
Interessados: Consórcio Constran/galvão/construcap
Unidade: Superintendência Regional do Dnit No Estado do Rio Grande do Norte - DNIT/MT Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Patrícia Guércio Teixeira (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Francisco de Freitas Ferreira (OAB/MG 89.353), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Érlon André de Matos (OAB/MG 103.906), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 107.162), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/MG 116.302), Vitor Magno de Oliveira Pires (OAB/MG 108.997), Alexandre Ferreira Mourão (OAB/MG 116.292), André Guimarães Cantarino (OAB/MG 116.021), Milene Lúcia Vianna de Paula (OAB/MG 115.278), Clara Sol da Costa (OAB/MG 115.937), André Naves Laureano Santos (OAB/MG 112.694), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298)

TC-007.421/2006-3
Apensos: 018.520/2004-3 (Relatório de Auditoria)
Natureza: Acompanhamento
Responsáveis: Ana Luíza de Melo Pinheiro (016.740.627-29); e outros
Interessado: Comitê Olímpico Brasileiro (34.117.366/0001-67)
Unidade: Comitê Olímpico Brasileiro Advogados constituídos nos autos: Diego Ricardo Marques OAB/DF 30.782, Thiago Groszewicz Brito OAB/DF O N. 31.762, Spencer Daltro De Miranda Filho OAB/DF 17.615, Raquel Coutinho Bastos OAB/DF 18.785, e Maria Rita de Cássia Figueiredo Pinto OAB/DF 6.717, Spencer Advogados Associados, 693/00 RS, Helio Bello Cavalcanti, OAB/RJ 3.243, Sergio Mazzillo, OAB/RJ 25.538, Sebastião Gonçalves, OAB/RJ 24.225, Marcelo Franklin Dos Santos Filho, OAB/RJ 105.516, Raquel Acherman Abitan, OAB/RJ 103.489, Maria Carolina Leão Diogenes Melo, OAB/RJ 114.825, Luiz Rodolfo A. Ryff, OAB/RJ 112.797, Rodrigo Costa Magalhães, OAB/RJ 120.356, Leandro Bonecker Lora, OAB/RJ 119.440, Alessandra Rodrigues Premazzi Cilento, OAB/RJ 125.001, Rafael Grumach Genuino De Oliveira, OAB/RJ 147.983, Filipe Pellizzon Jacon, OAB/RJ 150.316, Diogo Oliveira, OAB/RJ 155.358, Ana Paula Velloso OAB/RJ 152.544, Domenique Guimarães Frascino OAB/RJ 158.974, Pedro Henrique Augusto Correa Da Silva, OAB/RJ 159.808, Bruna Mariz Santos, OAB/RJ 162.018

TC-012.676/2011-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Gilvan Cordeiro Ferro (470.760.464-15); e outros
Interessado: Congresso Nacional
Unidade: Caixa Econômica Federal - MF; Departamento Penitenciário Nacional - SNJ/MJ; Governo do Estado de Rondônia.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.705/2011-0
Apensos: 007.429/2010-0 (Relatório de Auditoria)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Jose Roberto Jung Santos (403.576.787-53); e outros
Unidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
Advogado constituído nos autos: Alexandre de Oliveira Barbosa, Brasileiro, OAB/RJ 128.732, José Antonio Bastos Valente Viana, OAB/RJ 155.239, Michely Monteiro Santos, OAB/RJ 168.716, Érika Christina Louzada Bomfim, OAB/RJ 158.634, Sergei Augusto Monteiro Forte, RG n°889.717/DF.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-008.788/2011-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Gisela Kraus (793.159.337-53); Gustavo Ferreira Gomes (437.867.317-72); José Paes Leme da Motta (627.671.947-15); João Carlos de Oliveira Azedias (986.322.647-53); Luiz Antônio Pagot (435.102.567-00); Luiz Emygdio de Oliveira (376.444.677-34); Luiz Fernando de Souza (569.211.957-91); Nilton de Britto (140.470.121-49); Walter Luiz Correa Magalhães (199.181.007-53)
Interessado: Congresso Nacional - CN
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Denit/MT
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.401/2004-6
Apensos: TC-027.455/2010-6 (Solicitação de Certidão); TC-003.416/1999-2 (Relatório de Auditoria)
Natureza: Relatório de Monitoramento
Responsáveis: Ilizeu Real Júnior (684.991.168-68); José Antônio Silva Coutinho (000.323.526-20); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00)
Entidade: Secretaria de Estado de Infra - Estrutura do Estado de Mato Grosso
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.083/2006-8
Natureza: Representação
Responsáveis: Hélio Égydio Nogueira (073.335.878-00); Sérgio Tufik (664.725.478-15); Ulysses Fagundes Neto (578.451.908-53)
Entidade: Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (Secex/SP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.546/2009-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidades: Municípios Igarapé-Miri, Santarém e Bujaru/PA
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex/PA)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI,em virtude da vacância do cargo de Ministro

TC-012.198/2003-9
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Apensos: 028.048/2006-7 (SOLICITAÇÃO); 002.564/2007-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.563/2007-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 023.304/2006-6 (SOLICITAÇÃO); 002.532/2007-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 000.922/2007-4 (SOLICITAÇÃO); 002.531/2007-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Otacílio Vieira Machado (CPF 765.022.286-15); Roberto Rodrigues dos Santos (CPF 248.808.411-53)
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC
Advogado constituído nos autos: Antônio Inácio da Silva (OAB/GO 8.034).

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-008.794/2011-1
Natureza: Relatório de Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas - SRTE/AL.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.689/2009-3
Natureza: Representação
Responsáveis: Confederação Nacional dos Trabalhadores Em Turismo e Hospitalidade (03.656.998/0001-75); e outros
Interessado: Ronaldo Ramos Caiado (264.720.587-68)
Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (vinculador) Advogados constituídos nos autos: Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361) e Diego Ricardo Marques (OAB/DF 30.782).

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-014.994/2010-0
Natureza: Monitoramento.
Órgão: Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região/AM/RR/MPT/MPU.
Interessado: Secex-RR.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.708/2010-1
Natureza: Monitoramento.
Órgão: Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª egião/AM/RR/MPT/MPU.
Interessado: Secex-RR.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.716/2010-4
Natureza: Monitoramento.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima - TRE/RR.
Interessado: Secex-RR.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.759/2009-4
Natureza: Monitoramento.
Unidade: Serra da Batateria em Sobradinho/BA.
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-012.389/2009-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PI
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.925/2011-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - TRT/AM
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.327/2008-2
Apenso: TC-008.210/2010-1 (SOLICITAÇÃO)
Natureza: Relatório de Monitoramento
Órgão/Entidade: Secretaria Nacional de Esportes Educacional e Diretoria de Esporte Escolar e de Identidade Cultural
Advogados constituídos nos autos: Ademar de Jesus Menezes, OAB/DF 22.179; e Marcelo Inácio Menezes, OAB/DF 24.648.

TC-018.768/2008-0
Natureza: Prestação de Contas
Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Rio Grande do Norte - Senar/RN - MTE
Responsáveis: Almir Martins Freire (CPF 466.701.304-49); Edgard Borges Montenegro (CPF 010.839.964-87); Elusio Guerreiro de Carvalho (CPF 073.454.021-34); Hélio Pignataro Filho (CPF 108.587.254-87); Leônidas Ferreira de Paula (CPF 002.970.704-87); Raimundo Nonato de Figueiredo (CPF 091.779.144-49); Vilma Felix da Silva Araujo (CPF 837.136.114-91); Petronilo Hemetério Filho (CPF 011.366.744-20); Paulo Gomes Júnior (CPF 074.991.594-34); Manoel Cândido da Costa (CPF 200.021.654-49); Daniel Kluppel Carrara (CPF 477.977.891-34); Humberto de Moura Cocentino (CPF 013.811.134-00); João Virgínio Emerenciano Filho (CPF 011.760.564-68); José Aquino Medeiros de Paula (CPF 018.350.034-27); José Ferreira de Lima (CPF 323.949.694-15); Joadi Anastácio de Azevedo (CPF 130.672.064-87); Ítalo Jones Bezerra Siminéa (CPF 242.572.734-53); Ademir dos Anjos Melo (CPF 002.144.693-87); Carlos Rommel Batista Cosme (CPF 031.007.464-90); José Gilberto da Silva (CPF 792.158.664-34); e Rosanne Curi Zarattini (CPF 308.287.671-49)
Exercício: 2007 Advogados constituídos nos autos: Caio Túlio Dantas Bezerra, OAB/RN 5.216; Luis Gustavo Pereira de Medeiros, OAB/RN 3.636-E; João Câncio Leite de Melo, OAB/RN 368-A; e José Daniel Diniz, OAB/RN 2.064.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-008.122/2001-8
Apensos: TC 015.716/2006-4, TC 015.531/2004-3.
Natureza: Recurso de Revisão.
Órgão: 6º Batalhão de Engenharia de Construção - BEC (00.394.452/0036-25)
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU.
Responsáveis: Aristomendes Rosa Barroso Magno (CPF 415.836.987-87); Ipiranga Asfaltos S.A. (CNPJ 59.128.553/0001-77); Francisco Solidon Pereira-ME - Empreiteira Monte Oreb (CNPJ 84.041.391/0001-82); Engemar - Comércio, Construção e Serviço Ltda. (CNPJ 01.963.310/0001-74); I. Rombaldi - H. R. Comercial; (CNPJ 03.909.722/0001-51); Manaus Auto Peças Ltda. (CNPJ 04.670.972/0001-44); Marcelo Geber da Silva (CPF 052.226.087-00); Mauro Silva Fernandes (CPF 920.647.281-04); R C Projetos e Construções Ltda. (CNPJ 18.265.702/0001-62); Transtec - Transporte, Terraplanagem e Comércio Ltda. (CNPJ 01.319.212/0001-07).
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-008.638/2002-3
Apensos: TC 009.123/2002-8 e TC 010.065/2003-3.
Natureza: Recurso de Revisão.
Órgão: 6º Batalhão de Engenharia de Construção - BEC (00.394.452/0036-25).
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU.
Responsáveis: A P Israel da Silva ME (CNPJ 02.412.318/0001-05); Alfredo Pinheiro Filho (CPF 239.255.822-15); Aristomendes Rosa Barroso Magno (CPF 415.836.987-87); Auto Posto Abel Galinha Ltda. (CNPJ 00.376.437/0001-24); E. Stein (CNPJ 84.020.007/0001-65); Etmetal Comércio e Indústria de Placas Metálicas Ltda. (CNPJ 34.015.669/0001-79); Francisco William Azevedo da Costa (CPF 006.862.937-03); I. Rombaldi (CNPJ 03.909.722/0001-51); Importação e Exportação Cometa Ltda. (CNPJ 84.046.630/0001-97); J Soares Filho ME (CNPJ 04.055.646/0001-27); José Maria Afonso Baeta Teixeira - empresa individual (CNPJ 01.656.647/0001-39); KVA Instalações Elétricas Construção e Comércio Ltda. (CNPJ 34.532.622/0001-82); Loja da Borracha Ltda. (CNPJ 04.584.835/0001-97); Manaus Auto Peças Ltda. (CNPJ 04.670.972/0001-44); Marcelo Fauri Minuzzo (CPF 883.611.520-91); Mauro Silva Fernandes (CPF 920.647.281-04); Meta Mesquita Táxi Aéreo Ltda. (CNPJ 34.809.632/0001-12); Nita - Nimbus Táxi Aéreo Ltda. (CNPJ 03.665.282/0001-34); North Tour Turismo Ltda.-EPP (CNPJ 84.007.459/0001-07); O. G. Cunha - EPP (CNPJ 22.894.158/0001-95); Polimpex - Comércio, Serviços e Representações Ltda. (CNPJ 84.025.063/0001-92); Secor Serviços e Comércio de Roraima Ltda. (CNPJ 03.182.481/0001-91); Toniolli Construções Ltda. - EPP (CNPJ 03.234.753/0001-50); U S G Campos & Cia Ltda. (CNPJ 84.482.496/0001-77). Advogados constituídos nos autos: André Luís Villóia Brandão (OAB/RR 276-4), Carlos Alberto Joaquim (OAB/SP 169.859), Janaína do Amaral Faria (OAB/SP 229.265), Camilla Negri Pinheiro Pereira (OAB/SP 267.617), Sílvio Antônio Graça de Araújo (OAB/RJ 23.663).

TC-017.636/2007-9
Apensos: TC 026.805/2007-2 e TC 004.745/2008-4.
Natureza: Embargos de Declaração.
Recorrente: Associação dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais - ANER.
Entidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Telecomunicações, Agência Nacional do Petróleo, Agência Nacional de Aviação Civil, Agência Nacional de Águas, Agência Nacional de Saúde Complementar e Agência Nacional do Cinema.
Advogados constituídos nos autos: José Luis Wagner, OAB/DF 17.183 e OAB/RS 18.097; Lilia Fortes dos Santos Wagner, OAB/RS 25.543; Sandra Luiza Feltrin, OAB/RS 35.063; Luiz Antonio Muller Marques, OAB/RS 39.450; Paulo Cezar Santos de Almeida, OAB/RS 38.535; Luciana Inês Rambo, OAB/RS 52.887; Felipe Carlos Schwingel, OAB/DF 24.046, OAB/RS 59.184-B; Valmir Floriano Vieira de Andrade, OAB/DF 26.778; André Azevedo Marques, OAB/DF 25.049; Leopoldo Rodrigues Portela, OAB/DF 24.927; Natáli Nunes da Silva, OAB/DF 24.439.

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-005.402/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Caixa Econômica Federal (CAIXA)
Responsável: Fernanda Rebello de Almeida, então gerente da Agência de Santo André/SP da CAIXA (CPF: 259.557.538-42)
Advogado constituído nos auto: não há

TC-030.291/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Caixa Econômica Federal - MF.
Responsável: Dilson Tadeu Maciel (CPF 163.478.111-20).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-011.742/2010-0
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2010)
Entidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe I - Recursos

TC-012.652/2001-0
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas).
Órgão: Departamento de Emprego e Salário - SPPE/MTE
Responsável: Fátima Bayma de Oliveira (528.602.807-15).
Advogado constituído nos autos: Francisco Eduardo Carrilho Chaves (OAB/DF nº 22.322)

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-010.772/2011-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit; 2º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.315/2010-7
Natureza: Relatório de Auditoria Operacional.
Órgãos/Entidades: Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria Especial de Portos, Ministério dos Transportes, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional.
Responsáveis: Otacílio Dantas Cartaxo, ex-Secretário da Receita Federal do Brasil; Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil; Augusto Wagner Padilha Martins, ex-Secretário-Executivo da Secretaria Especial de Portos; Mário Lima Júnior, Secretário-Executivo da Secretaria Especial de Portos; Mauro Barbosa da Silva, ex-Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes; Paulo Sérgio Oliveira Passos, Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes; José Antonio Corrêa Coimbra, ex-Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo, ex-Secretário-Executivo do Ministério das Cidades; Elcione Diniz Macedo, ex-Secretário-Executivo do Ministério das Cidades; Roberto de Oliveira Muniz, Secretário-Executivo do Ministério das Cidades; Marcelo Pereira Borges; ex-Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional; Alexandre Navarro Garcia, Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VI - Matérias remetidas pelo Relator ou pelas Câmaras, na forma estabelecida no § 1º do art. 17 e no parágrafo único do art. 139.

TC-020.668/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Paraná
Interessados: Ana de Azevedo Ribeiro; André Felipe Boas; Gisélia Louzeiro Barbelino; Izabel Bernardo Martins; Jéssica Luana Ribeiro; João Pedro Aleixo da Silva; Josefina de Brito Moraes; Maria Cleunice de Souza; Marina da Silva; Mayara Maglys de França; Pedro Augusto Louzeiro de França; Teresa Maria Martins; Thaís Fernanda Ribeiro; Wantuir de Lima Moraes Junior e Zulmira Correia Rodrigues
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-029.368/2010-3
Natureza: Revisão de Ofício (em Aposentadoria)
Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Responsável: Maria Vilneide de Oliveira Coutinho (112.819.103-25).
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-014.557/1999-1
Natureza: Recurso de Revisão.
Órgão: Secretaria de Estado de Saúde de Tocantins (25.053.117/0001-64).
Recorrente: João Francisco de Oliveira (031.112.701-06).
Responsáveis: Iron Marques da Silva (085.716.861-49); Joao Francisco de Oliveira (031.112.701-06); Mauricio Campos Palmerston (096.536.271-04); Merval Pimenta Amorim (166.252.858-20); Tais Borges Palmerston (260.681.331-68)
Interessado: Fundo Nacional de Saúde (FNS).
Advogado constituído nos autos: Ildo João Cótica Júnior (OAB/TO nº 2.298-B).

TC-020.726/2003-7
Natureza: Recurso de Revisão.
Entidade: Município de Jurema/PI.
Recorrente: Auricélio Ribeiro (227.979.553-15).
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Advogados constituídos nos autos: Francisco Soares Campelo Filho (OAB/PI nº 2.734); José Norberto Lopes Campelo (OAB/PI nº 2.594); Nathalie Cancela Cronemberger Campelo (OAB/PI nº 2.953); Gilianna Rodrigues Flores (OAB/PI nº 3.603); Luciana Ferraz Mendes Mello (OAB/PI nº 2.578); Ilan Kelson de Mendonça Castro (OAB/PI nº 3.268); Jeremias Bezerra Moura (OAB/PI 4.420), Márlio da Rocha Luz Moura (OAB/PI nº 4.505), Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456), Marcos Paulo Sousa Campelo (OAB/PI nº 5.273), Elisiana Martins Ferreira Baptista (OAB/PI nº 5.964), Cheyla Maria Paiva Ferraz Ponce (OAB/PI nº 5.594), Raniel Barbosa Nunes (OAB/PI nº 5.938), Aryslucy Lopes de Holanda (OAB/PI nº 6.333), Renata Cristina Azevedo Coqueiro Carvalho (OAB/PI nº 6.066), Emanuel Rocha Sousa Severino (OAB/PI nº 6.550) e Roberto César de Arêa Leão Nascimento (OAB/PI nº 5.048).

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-019.809/2009-8
Natureza: Monitoramento.
Entidade: Departamento Nacional de Obras contra às Secas - Dnocs e Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte - Semarh/RN.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-005.568/2009-0
(com 4 volumes e 21 anexos)
Natureza: Embargos de Declaração em Levantamento de Auditoria
Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1ª Região-DF).
Responsáveis: Antonio Roberto de Sousa (CPF 055.067.781-04), Carolina Saraiva de Figueiredo Cardoso (CPF 084.405.437-27), Denise Mindello de Andrade (CPF 448.419.906-82), Felipe dos Santos Jacinto (CPF 003.116.773-04), Gilson Martins de Melo (CPF 877.453.306-10), José Hermínio B. Neto e Azevedo (CPF 192.748.583-53), José Murilo Cruz Brito (CPF 184.901.071-49), Luiz Otávio Campello Montezuma (CPF 034.589.058-20), Marco Antonio Franca (CPF 195.524.166-04), Paulo Cézar de Almeida Toledo (CPF 890.956.267-68), Silvio Ferreira (CPF 884.071.528-20) e Consórcio Nova Sede TRF. Advogados constituídos nos autos: Djenane Lima Coutinho (OAB/DF 12.053), João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A), Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073), Antonio Newton Soares de Matos (OAB/DF 22.998), Antonio Henrique M. Coutinho (OAB/DF 34.308)

TC-005.868/2009-7
Natureza: Embargos de Declaração.
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Mato Grosso - Dnit/MT.
Embargante: Hideraldo Luiz Caron, ex-diretor de infraestrutura rodoviária (CPF 323.497.930-87).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-012.903/2011-6
(processo eletrônico).
Natureza: Relatório de Auditoria.
Unidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.283/2008-1
Natureza: Relatório de Levantamento.
Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.
Responsáveis: José Francisco das Neves (CPF 062.833.301-34), Ulisses Assad (CPF 008.266.408-00) e Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida (CPF 341.332.917-00). Advogados constituídos nos autos: Mariana Andrade dos Santos (OAB/SP 271.264), Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92.114), Rodrigo Ferreira Lopes da Silva (OAB/GO 11.574), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), José Maurício Balbi Sollero (OAB/MG 30.851), Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947 e OAB/DF 28.108)), Francisco de Freitas Ferreira (OAB/MG 89.353), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234.412), Amauri Feres Saad (OAB/SP 261.859), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Rafael de Almeida Giacomitti (OAB/DF 29.306), Maria Estela Filardi (OAB/RJ 49.619), Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/MG 116.302), Ademir Antônio de Carvalho (OAB/MG 121.890).

TC-028.459/2010-5
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Interessado: Tribunal de Contas da União
Entidades: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Ministério do Meio Ambiente - MMA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Fundação Nacional do Índio - Funai e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-026.127/2010-5
Natureza: Representação.
Interessada: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.
Unidade: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-005.018/2003-2
Natureza: Pedido de Reexame (Acompanhamento).
Entidades: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN); Secretaria Nacional de Justiça (SNJ); Ministério da Justiça (MJ) (vinculador); Governo do Estado do Rio de Janeiro.
Responsáveis: Aécio Alves da Costa (042.611.277-68); Carioca Christiani Nielsen S/A (40.450.769/0001-26); Carlos Augusto Siqueira (454.436.537-68); Clayton Alfredo Nunes (038.486.298-52); Guilherme Tupper Caldas (549.132.927-49); Ijapoan Moteiro Pereira (343.934.127-53); João Luiz Duboc Pinaud (031.987.077-49); Marco Aurelio Marques Correa (399.400.557-49); Mauricio do Nascimento (421.635.877-20); Paulo Eduardo Murad (300.060.407-30); Pedro Patrício Filho (253.039.107-68); Sergio Marques Fabiano Alves (314.737.097-68); Silvio Palhares (771.009.997-15); Ângelo Roncalli de Ramos Barros (185.218.601-10).
Interessado: Luiz Duboc Pinaud (CPF 031.987.077-49).
Advogados constituídos nos autos: Flávia Firgulha da Costa Souza (OAB/RJ 147.953); Beatris Jardim de Azevedo (OAB/RJ 17.413).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-021.899/2006-8
Apensos: TC 004.735/2010-2, TC 016.519/2009-4, TC 012.583/2005-4).
Natureza: Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria).
Órgão: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.
Responsáveis: Ana Dorotéa Veras Costa (378.724.193-00); Aricenaldo Silva (099.266.901-49); Edgar da Silva Fagundes Filho (153.625.901-20); Francisco Luiz de Bessa Leite (000.086.481-15); Fundação Atech (01.710.917/0003-04); Hélio da Silva Madalena (183.545.130-68); Joao Augusto Gomes de Queiroz (758.617.397-49); Jorge Alberto Rocha de Menezes (291.350.101-00); Jose Aparecido Nunes Pires (130.436.501-82); Lino Garcia Borges (057.141.251-34); Marcelo de Brito Vidal (564.887.501-00); Maria da Conceição Barreto de Matos (066.546.651-04); Nélio Lacerda Wanderlei (360.852.196-87); Romeu Costa Ribeiro Bastos (011.766.177-53).
Interessados: Hélio da Silva Madalena (183.545.130-68); Lino Garcia Borges (057.141.251-34); Edgar da Silva Fagundes Filho (153.625.901-20).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.216/2009-0
Apenso: TC 007.753/2010-1
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Entidade: Conselho Regional de Odontologia -PR
Interessado: Ermensson Luiz Jorge (CPF: 449.353.409-59). Advogados constituídos nos autos: Fábio Ciuffi (OAB/PR 7.724), Homero Flesh (OAB/PR 27.050-A), Amani Kalil Muhd (OAB/PR 40.827) e Adriana Andréia de S. Salvador Ferraz (OAB/DF 13.620).

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-017.692/2009-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais (853 Municípios)
Responsáveis: Construtora Rocdam Ltda / Aspen Construções e Serviços Ltda (02.953.492/0001-65); Getulio Andrade Braga (404.512.406-34); Vw Prestadora de Serviços Ltda (01.773.227/0001-32)
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-005.804/2011-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.686/2011-2
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras); Ministério das Minas e Energia (MME) (vinculador).
Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72), Carlos Alexandre Fanjul Igreja (CPF 920.020.727-87), Rafael Carneiro Guimarães (CPF 040.654.446-83).
Interessado: Congresso Nacional (CN).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-005.417/2010-4
Natureza: Relatório de Monitoramento
Entidade: Cobra Tecnologia S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.784/2011-2
Natureza: Representação
Entidade: Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROBRAS - MME.
Responsável: Celso Santos Matheus (005.781.218-75)
Interessado: Interativa Recuperação de Ativos e Serviços Ltda. Advogados constituídos nos autos: Não há

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-015.678/2005-3
Natureza: Pedido de Reexame
Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT e Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Rondônia - DEVOP/RO
Recorrentes: Ariosvaldo Nunes Cavalcante (CPF 160.573.334-20); Pedro Katusyoshi Nakayama (CPF 315.654.847-20); Júlio Augusto Miranda Filho (CPF 826.270.968-34); Emanuel Leite Borges (CPF 029.015.442-15)
Advogados constituídos nos autos: Paulo Cezar R. de Araujo (OAB/RO 3.182), Rafael Oliveira Claros (OAB/RO 3.672), Fabrício da Costa Bensiman (OAB/RO 3.931), Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira Chagas (OAB/RO 4.115), Evandro Freitas de Farias (OAB/RO 444-E), Alessandra Elaine Matuda (OAB/RO 1.713), Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2.947) e José Clemente de Araújo Neto (OAB/MG 72.523-B).

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-005.789/2011-7
Natureza: Monitoramento
Responsável: Paulo Roberto Mustrangi de Oliveira, Prefeito Municipal.
Órgãos/Entidades: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ; Prefeitura Municipal de Petrópolis - RJ; Secretaria Executiva - MS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.428/2009-0
(com 1 volume e 16 anexos)
Natureza:Relatório de Levantamento de Auditoria
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/MDA
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.288/2010-8
Apenso: TC 020.041/2009-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos: Secretaria de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro - SETRANS; Secretaria Executiva - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI
Responsável: Luiz Carlos Bueno de Lima (289.355.190-49)
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.190/2010-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidades: Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria Municipal de Saúde de Carlos Barbosa, Secretaria Municipal de Saúde de Rio Grande, Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.272/2010-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Município do Rio de Janeiro - RJ
Responsáveis: Evaldo de Abreu (243.881.067-04); Hans Fernando Rocha Dohmann (834.202.317-68); Márcia Regina da Silva Freitas (598.879.407-63).
Advogados constituídos nos autos: Jorge Luiz Medeiros Rocha (OAB/RJ 139.978), Marcio Leal Alves Ferreira (OAB/RJ 138.637), Vicente de Paulo Lyra Filho (OAB/RJ 138.635), Luciana Miranda Cunha (OAB/RJ 84.519).

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-016.787/2011-0
Natureza: Representação
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessada: Cozil Equipamentos Industriais Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-004.795/2011-3
Natureza: Relatório de Levantamento Operacional
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.562/2011-4
Natureza: Representação
Representante: Secex/SE
Unidades: Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário, União Multidisciplinar de Capacitação e Pesquisa (CNPJ 08.763.259/0001-04), Agência Norte-Sul de Pesquisa, Desenvolvimento Social e Cultural (CNPJ 91.572.941/0001-55), Associação para Organização e Administração de Eventos, Educação e Capacitação (CNPJ 04.922.709/0001-03), Agência de Tecnologia, Pesquisa e Ensino do Nordeste (CNPJ 07.093.505/0001-97), Organização para Conservação da Biodiversidade e Meio Ambiente (CNPJ 03.856.188/0001-62) e Sociedade de Apoio Sócio-Ambientalista e Cultural (CNPJ 05.550.187/0001-10).
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI,em virtude da vacância do cargo de Ministro

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-012.986/2003-1
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (extinto).
Responsáveis: Brilmar Zimmerman Desengrini (CPF 005.720.120-04), Genésio Bernardino de Souza (CPF 001.702.916-34), Gilson Zerwes de Moura (CPF 347.324.200-44), Kleber de Oliveira Barros (CPF 207.650.103-72), Maurício Hasenclever Borges (CPF 006.996.756-34), Pedro Eloi Soares (CPF 355.429.007-63), Rômulo Fontenelle Morbach (CPF 000.110.882-49).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-006.635/2011-3
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
Responsável: Luiz Antonio Pagot (CPF 435.102.567-00)
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.626/2011-2
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Responsáveis: Albertino Alves Ribeiro (CPF 992.458.257-87), Cerix Soares de Azevedo (CPF 328.776.686-49), Eduardo San Pedro Siqueira (CPF 408.811.307-10), Flávio Ferreira Fernandes (CPF 870.730.057-34), Harley Frambach de Moura Junior (CPF 011.041.667-80), Ivan Ferreira Carmo (CPF 789.044.807-44), Ivan Jose do Couto Pinna Barbosa (CPF 094.318.497-55), José Cezar Rodrigues dos Santos (CPF 461.973.977-49), João Roberto Nunes (CPF 719.251.557-49), Luiz Antonio Ferreira Neves (CPF 349.164.829-72), Mildce de Jesus Moreno de Siqueira (CPF 399.776.927-34), Milton Reynaldo Flores de Freitas (CPF 298.904.037-49), Márcio Escobar Conforte (CPF 642.807.137-15), Pablo César Benetti (CPF 717.947.947-00), Paulo Mario Ripper Vianna (CPF 937.609.907-97)
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.222/2011-2
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Piauí - Semar/PI
Responsável: Dalton Melo Macambira (CPF 240.291.573-00)
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe I - Recursos

TC-026.846/2006-7
Natureza: Embargos de Declaração
Unidades: Ministério da Justiça - MJ, Comissão de Anistia - CA/MJ e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
Responsáveis: Ana Maria de Oliveira, CPF não identificado; Deocleciano Elias de Queiroga, CPF 003.023.171-04; Marcello Lavenère Machado, CPF 002.822.354-34; Márcio Gontijo, CPF 144.880.351-91; Sueli Aparecida Bellato, CPF 686.509.068-34.
Interessado: Paulo Roberto Almeida Abreu, CPF 252.737.287-20. Advogados constituídos nos autos: Adilson Vieira, OAB/DF 13.535; Alexandre Tarciso Tavares, OAB/SP 207.519; André Francisco Neves Silva da Cunha, OAB/DF 16.959; Cláudia Maria de Medeiros Dalla Costa, OAB/RJ 85.411; Elisa Barros Horsth, OAB/DF 21.490; Fernanda Bernardo Ancona Lopez, OAB/SP 222.868; Flávia Acerbi Wendel Carneiro Queiroz, OAB/SP 163.597; Henrique Craveiro Braga, OAB/DF 26.229; Isabel Cristina de Sá Bittencourt Câmara e Silva, OAB/BA 21.522; Kadra Regina Zeratin Rizzi, OAB/SP 273.589; Luiz José Bueno de Aguiar, OAB/SP 48.353; Marcelo Augusto Bernardes Normando, OAB/DF 8.130; Marcelo Pires Torreão, OAB/DF 19.848; Márcio Luiz Silva, OAB/DF 12.415; Maria Aline Martins de Andrade Aragão, OAB/DF 23.578; Mariana Azevedo Reis Rayanna Lemes Werneck Rodrigues, OAB/DF 20.699; Wilson Souza de Carvalho, OAB/RJ 102.096.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-015.750/2010-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.
Responsável: Hugo Sternick (CPF 296.677.716-87)
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.901/2009-5
Natureza: Monitoramento Ac. 1.884/2009-Plenário
Unidades: Ministério das Cidades, CBTU - Companhia Brasileira de Trens urbanos e CTS - Companhia de Transportes de Salvador, Consórcio Metrosal, constituído pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Siemens, Consórcio Bonfim, constituído pelas empresas Bombardier Transportation Brasil Ltda., CNPJ 00.811.185/0001-14 e MPE - Montagens e Projetos Especiais, CNPJ 31.876.709/0001-89; Consórcio Ductor/Ineco/Tifsa, e empresas Engevix Engenharia; Noronha Engenharia e Promon Engenharia.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogados constituídos nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-028.361/2011-3
Natureza: Representação
Unidade: Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), Advocacia-Geral da União (AGU), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir/PR), vinculada à Presidência da Re-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

pública, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério da Cultura (MinC)
Interessado: Senador Álvaro Dias
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe III - Consultas

TC-030.336/2010-4
Natureza: Consulta.
Órgão: Ministério das Cidades.
Interessado: Márcio Fortes de Almeida, então Ministro de Estado das Cidades.
Advogados constituídos nos autos: não há.

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-022.238/2010-7
Natureza:Tomada de Contas Especial.
Entidades: Caixa Econômica Federal - CAIXA, Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa e Ministério das Cidades- MiCi.
Responsáveis: Ana Maria Araujo Torres Pontes, CPF n. 089.151.214-49; Imobiliária Rocha Ltda., CNPJ n. 08.162.448/0001-13; Infortec Comércio, Serviços e Instalações Ltda., CNPJ n. 07.125.942/0001-45; João Bosco de Almeida, CPF n. 059.132.414-87; Otacílio de Souza Araújo, CPF n. 052.172.374-49; OTL Obras Técnicas Ltda., CNPJ n. 00.545.355/0001-66; Rodrigo Quental Feitosa, CPF n. 032.405.224-38; Sandra Mirelly de Souza Pereira, CPF n. 334.408.754-15 e Waldeck Stevens de Vasconcelos Egito, CPF n. 180.736.704-53.
Advogados constituídos nos autos: Ediel Lopes Frazão, OAB/PE n. 13.497; Leonardo Oliveira Silva, OAB/PE n. 21.761; Madson Gomes Frazão, OAB/PE n. 20.784; Rodrigo Viana da Costa, OAB/PE n. 20.864; Paulo Gabriel Domingues de Rezende, OAB/PE n. 26.965 e Ludmila Torres Mathias, OAB/SP n. 216.298.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-000.823/2011-2
Natureza: Relatório de Auditoria.
Órgãos: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Superintendência Regional do Dnit no Estado de Santa Catarina.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-003.104/2011-7
Natureza: Relatório de Auditoria.
Órgão: Secretaria de Saúde e Secretaria de Infraestrutura do Estado de Roraima/RR.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-014.599/2011-2
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes Dnit e Secretaria da Infraestrutura do Estado do Tocantins -Seinfra/TO.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogados constituídos nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-005.958/2010-5
Natureza: Solicitação.
Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR.
Interessado: Ivan Gradowski, Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe III - Consultas

TC-017.752/2011-6
Natureza: Consulta
Órgão: Tribunal Superior do Trabalho
Interessados: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES e Tribunal Superior do Trabalho
Advogado constituído nos autos: não há

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-021.374/2003-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Buriti/MA
Responsáveis: José Machado Vilar (CPF 043.777.613-53), Elza Maria Magaldi Machado (CPF 406.025.243-34, Gilberto de Brito Serejo (CPF 175.966.023-04), Fabiano Lima da Silva (CPF 756.089.443-72), Raimundo Pinheiro Júnior (CPF 178.509.243-04), Marlene de Souza Lima (CPF 253.779.303-04), Herbert de Paula Silva (CPF 269.583.923-53), Antonio José Barbosa Campos Filho (CPF 196.384.004-64), João Valzindo Pinto Leão (CPF 043.760.212-53), Lautenay de Jesus Rodrigues de Melo Filho (CPF 235.031.142-20), Manoel Pereira Dias (CPF 237.490.083-53), Marlene F. Lima (CNPJ 63.573.919/0001-94), Ferrame Box Ltda. - ME (CNPJ 00.559.327/0001-06) e V. Pereira Lima (CNPJ 01.773.150/0001-09)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-010.637/2011-7
Natureza: Auditoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região/BA
Responsáveis: Ana Lúcia Bezerra Silva (CPF 374.678.595-20); Augesir José de Carvalho Filho (CPF 164.169.295-20); Edivaldo Lopes Santana (CPF 343.141.135-53); Maxwell Mascarenhas dos Anjos (CPF 556.782.705-91); Paulino Cesar Martins Ribeiro do Couto (CPF 105.944.775-49)
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe I - Recursos

TC-030.150/2010-8
Natureza: Embargos de Declaração.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região/SC - JT. Advogados constituídos nos autos: Marisaura Rebelatto dos Santos (OAB/SC nº 9.702); Eduardo Carlin Kilian (OAB/SC nº 13.890) e Sebastião Baptista Affonso (OAB/DF nº 788).

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-018.021/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessados: Ministério do Esporte e Caixa Econômica Federal.
Responsáveis: Alencar Julião Dias Filho (115.072.255-04) e Jaime de Oliveira Rosa (044.746.785-91).
Entidade: Município de Piatã - BA.
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 16 de setembro de 2011.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATO DE SECRETARIA

De ordem do Excelentíssimo Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, a publicação das decisões dos autos nº. 2005.43.00.903472-5, 2005.43.00.902008-0, 2008.32.00.703858-3, 2007.70.50.018200-8, 2007.70.50.014981-9, 2007.83.02.509253-0, 2007.70.51.005210-9, 2007.70.51.006907-9, 2007.72.95.008474-9, 2007.70.51.003745-5, 2007.83.00.537484-0, 2007.70.60.001582-5, 2007.70.52.001624-2, 2007.70.57.000692-0, 2007.72.64.000792-3, 2007.72.65.001410-9, 2008.70.51.001848-9, 2008.70.95.001579-0, 2008.70.65.000072-0, 2008.70.60.000049-8, 2008.70.95.003443-6, 2008.70.51.004691-6, 2008.70.53.001213-4, 2008.70.53.001178-6, 2008.70.60.001233-6 e 2008.70.51.004735-0, nas páginas 112/118 do Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 15 de setembro de 2011, torna-se sem efeito.
Brasília, 16 de setembro de 2011.

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0504219-20.2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): JOSÉ FERNANDES DA CRUZ
PROC./ADV.: LUCIANO ALENCAR MACEDO OAB: PE-24943

DECISÃO

Examinados os autos, faço uso da prerrogativa prevista no art. 34,§ 2º, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais e determino a distribuição do agravo regimental.
Publique-se.
Brasília, 14 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO Nº: 2003.81.10.027644-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: OLIVIA CRISTINA PEREIRA DE SALES
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de interpretação de lei federal dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por Olivia Cristina Pereira de Sales contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização proferida à fl. 123, a qual inadmitiu o incidente proposto.
Alega a suscitante que contraria a jurisprudência do STJ o entendimento da Turma Recursal. Defende, em síntese, que há indícios de prova suficientes para reconhecer que o período de percepção de benefício assistencial não é fundamento que invalide o direito pleiteado.
É o relatório. Decido.
O art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 estabelece o seguinte:
"Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
[...]
§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência."
Diante disso, tenho por inadmissível o presente pedido de uniformização dirigido ao STJ, visto que não há, in casu, decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento. Em casos tais, a decisão monocrática do Presidente deve ser contestada por meio do recurso de agravo regimental, o que enseja o exame da demanda pelo colegiado da TNU e viabiliza a apresentação do incidente ao STJ.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, inciso IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se.
Brasília, 29 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.71.50.006230-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO(A): RENATO SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: LUCIANA ALVARES DE CASTRO E SOUZA

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela UNIÃO com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. PARCELAS ATRASADAS DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL RECEBIDAS ACUMULADAMENTE. REGIME DE COMPETÊNCIA. DEVOLUÇÃO DO PROCESSO À TURMA RECURSAL DE ORIGEM PARA READEQUAÇÃO.
1. O imposto de renda incidente sobre rendimentos pagos acumuladamente deve ser calculado pelo regime de competência, com base nas tabelas e alíquotas das épocas próprias a que se referem tais rendimentos, não sendo devida a incidência de Imposto de Renda quando a concessão de reajuste não resultar em valor mensal maior.
2. Precedentes do STJ.
3. Pedido de Uniformização parcialmente conhecido e, na parte conhecida, provido para o efeito de devolver o processo à Turma Recursal de origem para readequação."
Alega a recorrente que o julgado violou o art. 97 da Constituição Federal ao deixar de aplicar ao caso o art. 12 da Lei n. 7.713/1988, que prevê a incidência do imposto de renda sobre o total dos rendimentos quando recebidos acumuladamente. Argumenta que a aplicação do referido dispositivo legal somente poderia ser afastada pela Turma Nacional mediante a declaração de inconstitucionalidade, o que exige a observância do princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição Federal.
É o relatório. Decido.
Quanto à suposta afronta ao art. 97 da CF/88, a análise da questão implicaria, primeiramente, o exame da negativa de vigência do art. 12 da Lei n. 7.713/1988. Conclui-se, então, que, se ofensa houvesse ao dispositivo constitucional apontado, seria de forma indireta, não ensejando o cabimento do recurso extraordinário, como cediço.
Verifica-se, dessa forma, que a análise do pedido da recorrente acarretaria necessariamente a apreciação prévia de norma infraconstitucional, inviabilizando a via extraordinária por se tratar de eventual violação de dispositivo constitucional por via reflexa.
A ilustrar esse entendimento, colaciono os seguintes julgados do Supremo Tribunal Federal:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ALEGADA OFENSA AO ART. 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXAME DE NORMA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA. SERVIDOR PÚBLICO. VANTAGENS. LEI 14.547/1992. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO IMPROVIDO.
I - É inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido (Súmulas 282 e 356 do STF).
II - Necessidade de análise de legislação ordinária. Inadmissibilidade do RE, porquanto a ofensa à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Precedentes.
III - Para se chegar ao exame da alegada ofensa à Constituição, faz-se necessário analisar normas infraconstitucionais locais, o que inviabiliza o extraordinário, atraindo a Súmula 280 do STF. Precedente.
IV - Agravo regimental improvido." (RE-AgR n. 569.416, relator Ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe de 5.8.2010.)
"CONTROVÉRSIA RELATIVA À DECRETAÇÃO DE REVELIA DECIDIA PELA TURMA RECURSAL DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL COM BASE EXCLUSIVAMENTE NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL PERTINENTE. Hipótese em que ofensa à Carta da República, se existente, seria reflexa e indireta, não ensejando a abertura da via extraordinária. Agravo desprovido." (AI-AgRg n. 361.012, relator Ministro Ilmar Galvão, Primeira Turma, DJ de 14.6.2002.)
"Recurso extraordinário inadmitido.
2. Agravo de instrumento. Interposição de embargos de declaração. Recurso conhecido como agravo regimental, eis que interposto contra decisão monocrática do relator.
3. Não cabe ver ofensa, por via reflexa, a normas constitucionais, aos fins do recurso extraordinário.
3. Se, para dar pela vulneração de regra constitucional, mister se faz, por primeiro, verificar da negativa de vigência de norma infraconstitucional, esta última é o que conta, para os efeitos do art. 102, III, a, da Lei Maior.
4. Falta de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tidos como violados.
5. Agravo regimental desprovido." (AI-ED n. 207.449, relator Ministro Néri da Silveira, Segunda Turma, DJ de 17.5.2002.)
Ademais, a matéria impugnada pela União carece do indispensável prequestionamento, uma vez que não foi debatida pela Turma Nacional de Uniformização. Ressalto que, apesar de constar da petição de embargos de declaração a alegação de violação do art. 97 da CF/88, trata-se de matéria nova, estranha aos autos até aquele momento. A propósito, confiram-se estes precedentes do STF sobre o assunto:
"DIREITO ADMIONISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. ART. 40, §§ 2º E 3º, DA CF/88. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO TARDIA. SÚMULA STF 282. APOSENTADORIA. POLICIAL MILITAR. EXTINÇÃO DE PATENTE. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA STF 280. 1. Os embargos de declaração devem apontar omissão ou contradição na decisão impugnada e não inovar matéria até então estranha à discussão dos autos. Incidência da Súmula STF 282.
2. O Tribunal de origem fundamentou sua decisão na interpretação da legislação local que disciplina a matéria (Leis Estaduais 7.145/97 e 7.991/2001. Incide, na espécie, a Súmula STF 280.
3. A jurisprudência desta Corte está sedimentada no sentido de que às alegações de ofensa a incisos do artigo 5º da Constituição Federal podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição, circunstância essa que impede a utilização do recurso extraordinário.
4. Decisão contrária ao interesse da parte não configura ofensa ao artigo 93, IX, da CF/88.
5. A matéria discutida no presente recurso extraordinário não apresenta identidade com a do RE 631.389-RG/CE, rel. Min. Marco Aurélio, DJe 18.02.2011, no qual foi reconhecida repercussão geral.
6. Agravo regimental a que se nega provimento."
(AI-AgR n. 840588, relatora Ministra Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe de 30.8.2011.)
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRETENSÃO DE MODIFICAÇÃO DO JULGADO: IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA POR INTEMPESTIVIDADE. ART. 5º, LV, CF/1988. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.
1. Os embargos de declaração não constituem meio processual cabível para reforma do julgado, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais.
2. A questão constitucional invocada no recurso extraordinário não foi objeto de debate e de decisão no acórdão recorrido. Desatendido o pressuposto recursal do prequestionamento, imprescindível para o conhecimento do apelo extremo. Súmula STF 282.
3. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade a sanar. O embargante repisa argumentos já devidamente apreciados por esta Turma.
4. Embargos de declaração rejeitados." (AI-AgR-ED n. 681.504, relatora Ministra Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe de 17.8.2011.)
Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 2 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.81.10.005823-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: MARIA VENTURA DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO V. MARTINS
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de interpretação de lei federal dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por MARIA VENTURA DA SILVA contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização proferida às fls. 121/122.
Alega a suscitante que o entendimento da Turma Recursal contraria a jurisprudência do STJ, segundo a qual os regimes de previdência social se comunicam para fins de concessão de benefício. Sustenta ainda que o exercício de atividades urbanas, seja por ela, seja pelo cônjuge, não tem o condão de descaracterizar o regime de economia familiar.
É o relatório. Decido.
O art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 estabelece o seguinte:
"Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
[...]
§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência."
Diante disso, tenho por inadmissível o presente pedido de uniformização dirigido ao STJ, visto que não há, in casu, decisão colegiada da TNU a versar sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento. Em casos tais, a decisão monocrática do Presidente deve ser contestada por meio do recurso de agravo regimental, o que enseja o exame da demanda pelo colegiado da TNU e viabiliza a apresentação do incidente ao STJ.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, inciso IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.85.00.502873-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: MÁRIO MÁRCIO DE SOUZA MAZZONI
RECORRIDO(A): PAULO HENRIQUE DA SILVA
PROC./ADV.: CHRISTIAN ARY DA CRUZ BARBOSA

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão colegiada da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais assim ementada:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE DA ECT. DANOS MATERIAIS E MORAIS DERIVADOS DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA COM COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO CONSIDERADAS NO MONTANTE DA INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA NECESSÁRIA À CONFIGURAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. PARADIGMAS RELATIVOS A DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL EM RELAÇÕES JURÍDICAS DISTINTAS. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO.
1. O conhecimento do pedido de uniformização exige a demonstração dos seus requisitos próprios estabelecidos da lei de regência.
2. O acórdão proferido na Turma de origem que assegurou indenização por danos materiais e morais decorrentes da responsabilidade objetiva da ECT em atuação ineficiente não apresenta similitude fática com os precedentes relativos aos efeitos do descumprimento contratual privado na definição da indenização por dano moral.
3. Demonstrada a ausência de similitude fática entre os paradigmas e o acórdão impugnado desaparece a efetiva divergência a ser uniformizada.
5. Incidente não conhecido."
Os embargos de declaração subsequentemente opostos foram rejeitados.
Sustenta a recorrente, em síntese, violação dos arts. 5º, V e X; 37, § 6º; e 93, IX, da CF/88. Defende que não há prova dos supostos danos morais experimentados pela parte autora, além de alegar que, ao responsabilizar-se a recorrente de forma objetiva, ampliou-se a interpretação do dispositivo constitucional.
É o relatório. Decido.
Verifica-se, no que concerne às questões insertas nos arts. 5º, V e X; 37, § 6º; e 93, IX, da CF/88, que inexiste prequestionamento que viabilize o recurso extraordinário neste particular. Incidem, portanto, os enunciados sumulares n. 282 e 356 do STF. Vejam-se, a propósito, os seguintes julgados do STF:
"1.Servidor público do Estado de Pernambuco: vencimentos: valor básico de referência. Recurso extraordinário: descabimento: falta de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tidos por violados: incidência das Súmulas 282 e 356.
2. Recurso extraordinário: prequestionamento e embargos de declaração. Os embargos declaratórios só suprem a falta de prequestionamento quando a decisão embargada tenha sido efetivamente omissa a respeito da questão antes suscitada. Precedentes.
(omissis)
5. Agravo regimental manifestamente infundado: condenação do agravante ao pagamento de multa, nos termos do art. 557, § 2º, do C. Pr. Civil." (AI n. 396.075 AgR, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, DJ de 04-08-2006, p. 00034, EMENT VOL-02240-05, p. 00882.)
"Agravo regimental em agravo de instrumento.
2. Processual trabalhista. Prequestionamento.
3. Matéria não suscitada no momento oportuno. Embargos de declaração ineficazes. Súmulas 282 e 356 do STF.
4. Agravo regimental a que se nega provimento" (AI nº 541.721 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJ de 03-02-2006, p. 00055, EMENT VOL-02219-18, p. 03719.)
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, inciso X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente recurso extraordinário.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.51.51.129228-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
SUSCITANTE: SIDNEI FERREIRA DA ROSA
PROC./ADV.: ORNEY MARTINS CORREA
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por SIDNEI FERREIRA DA ROSA com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONTRARIEDADE DO DISPOSTO NO ART. 14, § 2º, DA LEI 10.259/2001. NÃO RECONHECIMENTO DOS JULGADOS COMO PARADIGMAS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ARESTO FUSTIGADO E OS PARADIGMAS JUNTADOS. IMPROVIMENTO DO RECURSO.
I. Tendo o recorrente se utilizado de julgados proferidos por Turma Recursal da mesma Região, tal não deve servir como paradigma ao acórdão recorrido, vez que há nítida contrariedade do que dispõe o art. 14, § 2º, da Lei 10.259/2001, devendo, no entanto, servir os demais julgados servir para tal finalidade.
II. Tratando o acórdão paradigma de assunto acerca da possibilidade de conversão do período especial em comum, para fins de concessão da aposentadoria, bem como da desnecessidade do laudo pericial para fins de comprovação de atividade insalubre, sem, no entanto, fazer alusão ao agente agressivo ruído, não há que se falar em similitude fático-jurídica. Demonstrada a ausência de similitude fático-jurídica, o recurso há de improvido.
III. Por outro lado, a pretensão de reexame de provas é inadmissível em sede de uniformização de jurisprudência, conforme se infere do art. 14, caput, da Lei nº 10.259/2001. Há de se aplicar, ainda, por analogia, o Enunciado nº 07 da súmula de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
IV. Agravo regimental improvido."
Alega o suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pois essa Corte tem decidido ser "permitida a conversão em comum do tempo de serviço prestado em condições especiais para fins de concessão de aposentadoria, nos termos da legislação vigente à época em que exercia a atividade especial" (fl. 445). Argumenta que, desde 6/3/1979, trabalhou com exposição a ruídos excessivos.
É o relatório. Decido.
O aresto proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro confirmou a sentença de primeiro grau, em síntese, por este fundamento:
"Desse modo, percebe-se que se faz necessária apresentação de laudo técnico que embase as informações sobre o tempo de serviço sujeito à exposição a ruídos superiores aos fixados nos regulamentos previdenciários, sem o quê descabido será considerar o respectivo tempo como especial. (fl. 349)
[...]
Em que pese a exigência de laudo técnico, para as atividades em geral, somente tenha sido firmada a contar da vigência da Lei nº 9.528/1997, certo é que para o mencionado agente - ruído, por ser indispensável a sua mensuração para fins de enquadramento nos limites regulamentares que autorizam a concessão do benefício, sempre foi exigida a existência de laudo técnico que abonasse as informações prestadas nos formulários SB-40 ou DSS- 8030, como se observa da pacífica jurisprudência dos Tribunais" (fls. 348/349).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No incidente de uniformização, o suscitante colaciona julgados do STJ que tratam da possibilidade de conversão do período especial em comum para fins de concessão de aposentadoria, assim como da desnecessidade da apresentação de laudo técnico para a comprovação de atividade insalubre, sem, contudo, referir-se à peculiaridade do agente agressivo "ruído".
Nesse contexto, percebe-se não haver semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao STJ.
Ademais, importa dizer que a Turma Nacional, quando da análise do incidente de uniformização, não pode reexaminar os fatos e provas que propiciaram a formação do convencimento da Turma Recursal.
A propósito, cumpre salientar que a finalidade deste incidente é a uniformização da jurisprudência, não se apresentando como um novo recurso ordinário, nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido quando do julgamento do recurso inominado.
Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.70.50.017699-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
RECORRENTE: JOSÉ JÚLIO DE ARAÚJO CLETO
PROC./ADV.: RICARLOS ALMAGRO VITORIANO CUNHA
RECORRIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por José Júlio de Araújo Cleto com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão colegiada da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais assim ementada:
"ADMINISTRATIVO - SERVIDOR INATIVO - GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE REFORMA AGRÁRIA-GDARA - LEI Nº 11.090/2005 - NATUREZA GERAL E IMPESSOAL - ATIVOS E INATIVOS - REGULAMENTAÇÃO PELA PORTARIA INCRA/P/Nº556/2005 - ALTERAÇÃO DE SUA NATUREZA GENERALIZADA - DIFERENCIAÇÃO DE PONTUAÇÃO - POSSIBILIDADE - INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.
1) A Lei nº 11.090/2005 instituiu a Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA, e em seu art. 19, estabeleceu que na ausência de regulamentação de critérios de avaliação, a referida gratificação seria paga nos valores correspondentes a 60 pontos por servidor.
2) Para os servidores inativos, entretanto, restou estabelecido, no parágrafo único do art. 22 da referida lei, que a GDARA seria devida em valor fixo equivalente a 30 pontos.
3) Na medida em que inexistentes avaliações de desempenho, a gratificação não apresenta natureza pro labore faciendo, e portanto, não comporta diferenciação entre servidores para efeito de sua percepção. Ainda que a lei assim o preveja. Somente com a efetiva avaliação, consoante critérios legalmente estabelecidos, é que se pode afirmar que determinada gratificação não contempla de modo generalizado a todos os servidores, ativos e inativos.
4) Com a edição do Decreto nº 5.580/2005 foram regulamentados os critérios para as avaliações de desempenho, à qual se seguiu a Portaria INCRA/P/Nº556/2005, que sistematizou o cálculo da GDARA. Somente a partir desse marco a GDARA perde sua natureza genérica, deixando de ser uma vantagem extensível aos servidores inativos nos mesmos moldes que aos ativos.
5) Durante o período anterior à regulamentação da GDARA a mesma revestiu-se de natureza geral e impessoal, inexistindo, assim, possibilidade de diferenciação entre ativos e inativos, cabendo ao autor a percepção de 60 pntos. Contudo, a partir da edição da Portaria INCRA/P/Nº 556/2005, deixa de existir tal generalidade, devendo a gratificação do autor amoldar-se à previsão relativa aos inativos, qual seja, 30 pontos.
6) Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido."
Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.
Sustenta o recorrente, em síntese, violação do art. 40, § 8º, da CF/88, aduzindo que o acórdão impugnado contraria o princípio constitucional da irredutibilidade de proventos. Alega, ainda, contrariedade ao princípio da isonomia, de acordo com o art. 7º da Emenda Constitucional n. 41/2003.
É o relatório. Decido.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, admito o recurso extraordinário.
Remetam-se os autos ao Supremo Tribunal Federal.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2005.70.51.005045-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): CARLOS KIRNEV
PROC/ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização ementado nos seguintes termos:
"PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PARADIGMAS INVOCADOS. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE ATIVIDADE RURAL. TEMPO LABORADO COMO OPERADOR DE CALDEIRAS. RECONHECIMENTO COMO ATIVIDADE ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. PARADIGMAS QUE NÃO DESTOAM DA TESE FIRMADA NO ACÓRDÃO PERSEGUIDO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO QUANTO A ESTES PONTOS. TEMPO LABORADO COMO VIGILANTE. RECONHECIMENTO COMO ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. PARADIGMA QUE DEMONSTRA A DIVERGÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO QUANTO A ESTE TÓPICO. SÚMULA Nº 26, DA TNUJEF'S. INCIDENTE CONHECIDO EM PARTE E, NESTA PARTE, PROVIDO PARICALMENTE.
I - Firmando os acórdãos paradigmas do STJ traduzidos nos julgados Resp 252.535, Resp 252.055, AgRg no Resp 496.686, Resp 252.055 e Resp 551.917 teses que não destoam daquela assentada no acórdão perseguido, é de rigor o não conhecimento do incidente quanto a estes arestos por inexistente mútua contrariedade.
II - Defendendo o aresto manifestado no Resp 506.014 que 'a jurisprudência do STJ é firme no sentido de permiti a conversão em comum de aposentadoria, nos termos da legislação vigente à época em que exercida a atividade especial' e, havendo o acórdão perseguido, ao manter pelos próprios fundamentos a sentença de primeiro grau, utilizado como razão suficiente para defender o pleito autoral o fato de que 'a atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7 do anexo III do Decreto n. 53.831/64', mas que 'o reconhecimento (...) deve restringir-se apenas ao período em que vigorou o mencionado decreto, ou seja, até 23.01.1979', demonstrada a similitude fática necessária ao conhecimento do incidente neste ponto.
III. Restando de há muito sedimentado o entendimento acerca da coexistência das listas de profissões constantes dos Decretos nºs 53.831/64 e 83.080/79, havendo a revogação total de ambas a listas apenas se dado com o advento da Medida Provisória nº 1.523/96 e, a teor do que dispõe a Súmula de nº 26 da Turma Nacional de Uniformização - TNU -, é forçoso reconhecer o direito do autor á conversão de tempo comum em especial no período laborado como vigilante de 01.08.1990 a 28.04.1995.
IV. Recurso conhecido em parte e, nesta parte, provido parcialmente" (fls. 188/189).
Sustenta o suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização diverge do entendimento do STJ de que, para fins de equiparação da função de vigia de empresa particular à função de vigilante e seu enquadramento como atividade insalubre ou perigosa nos moldes dos Decretos n. 53.831/1964 e 83.080/1979, deve ser comprovado o uso de arma de fogo no desempenho da atividade.
É o relatório. Decido.
No incidente de uniformização, a parte colaciona julgados do STJ segundo os quais se considera perigosa a atividade de vigia em razão do uso de arma de fogo.
Alega que a discussão não abrangeu o preenchimento dos requisitos para o reconhecimento da atividade exercida como especial, não tendo sido comprovado o uso de arma de fogo; assim, não ficou configurada a nocividade no desempenho da atividade de vigilante.
Nesse contexto, percebe-se não haver semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao STJ.
Ademais, importa dizer que a Turma Nacional, quando da análise do incidente de uniformização, não pode reexaminar os fatos e provas que propiciaram a formação do convencimento da Turma Recursal.
A propósito, cumpre salientar que a finalidade deste incidente é a uniformização da jurisprudência, não se apresentando como um novo recurso ordinário, nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido quando do julgamento do recurso inominado.
Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.70.53.001869-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
RECORRENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO(A): JOÃO CÉSAR GUIRADO
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ AGNER REGIANI

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS interpõe recurso extraordinário com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. PROFESSOR. CONVERSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB A ÉGIDE DA CLT. OPÇÃO POR APOSENTADORIA COMUM DO SERVIÇO PÚBLICO.
1. O Supremo Tribunal Federal, em diversos precedentes, tem entendido de maneira favorável à conversão do tempo de serviço especial prestado por professor, sob a égide da CLT, em tempo de serviço comum.
2. Entretanto, veda-se ao interessado usar este tempo para se aposentar como professor, aos 30 anos de tempo de serviço, haja vista que tal implicaria a fruição de duas benesses, de regimes diversos. Ele poderá apenas se aposentar como servidor estatutário comum, aos 35 anos.
3. Pedido de Uniformização conhecido e provido, de modo a determinar ao Instituto réu a expedição de certidão de tempo de contribuição em que o tempo de serviço prestado como professor sob a égide da CLT seja convertido em comum, mediante multiplicação pelo fator de 1,4."
Alega o recorrente, após preliminar de repercussão geral, violação do art. 165, XX, da CF/1967 (na redação da EC n. 18/1981); dos arts. 40, III, "b", e 202, III, da CF/1988 (na redação original); e dos arts. 40, § 5º, e 201, § 8º, da CF/1988 (na redação da EC n. 20/1998).
Sustenta que, "como a Constituição concede o benefício de aposentadoria especial ao professor desde 'que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério', o tempo deverá ser computado em sua integralidade na função de professor e, assim, é vedado o cômputo majorado apenas para complementação de tempo de serviço e obtenção de aposentadoria comum por implicar reunião de regimes diversos".
É o relatório. Decido.
Consta do acórdão da Turma Nacional de Uniformização que, no caso dos autos, a pretensão do autor é a conversão do tempo de serviço especial em comum para fins de obtenção de aposentadoria comum no serviço público, e não de aposentadoria pela regra excepcional. Ressalta o relator do feito: "[...] e é intuitivo que assim seja, haja vista que, na atual Constituição, a aposentadoria com tempo de serviço reduzido para servidores, prevista no artigo 40, § 5º, limita-se aos professores da educação infantil e do ensino fundamental e médio".
Decidiu-se, ao final, pela possibilidade de conversão do tempo de serviço especial para fins de obtenção da aposentadoria pleiteada. Fez-se, entretanto, ressalva quanto à impossibilidade de o autor utilizar-se desse tempo para se aposentar como professor (aposentadoria especial).
Acerca da matéria, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou, conforme se vê dos julgados seguintes:
"SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB CONDIÇÕES INSALUBRES, PERIGOSAS OU PENOSAS. CONTAGEM ESPECIAL. PERÍODO ANTERIOR À LEI 8.112/1990. POSSIBILIDADE. Esta Corte, por meio de suas Turmas, pacificou o entendimento no sentido de que a contagem do tempo de serviço prestado por servidor público ex-celetista, inclusive o professor, desde que comprovadas as condições insalubres, periculosas ou penosas, em período anterior à Lei 8.112/1990, constitui direito adquirido para todos os efeitos. O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a negar seguimento a recurso quando a matéria em debate se refira a tema já pacificado nesta Corte. Agravo regimental a que se nega provimento." (RE-AgR n. 450.035, relator Ministro Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJ de 22.9.2006.)
"Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Servidor público ex-celetista. Professor universitário. Contagem especial do tempo de serviço prestado sob condições insalubres, no período anterior à Lei no 8.112/90. Direito reconhecido. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (RE-AgR n. 456.480, relator Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ de 24.2.2006.)
"SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR. ATIVIDADE PENOSA E INSALUBRE. CONTAGEM ESPECIAL DE TEMPO DE SERVIÇO. DIREITO ADQUIRIDO. MUDANÇA DE REGIME. O direito à contagem especial do tempo de serviço prestado sob condições insalubres pelo servidor público celetista, à época em que a legislação então vigente permitia tal benesse, incorporou-se ao seu patrimônio jurídico. Precedentes. Recurso extraordinário conhecido e improvido." (RE n. 258.327, relatora Ministra Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ de 6.2.2004.)
Diante disso, estando o acórdão recorrido em conformidade com o entendimento da Suprema Corte, não merece prosperar o apelo excepcional. Confiram-se julgados do STF nesse sentido:
"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL SOBRE OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DE CORTES DIVERSAS. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 5º, XXXV, LIV, LV E 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA. CONTRARIEDADE AO ART. 93, IX, DA LEI FUNDAMENTAL. ACÓRDÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. AGRAVO IMPROVIDO.
I - O acórdão recorrido, do Tribunal a quo, nada mais fez do que aplicar o entendimento afirmado pelo Plenário desta Corte, nos autos das Reclamações 7.547/SP e 7.569/SP.
II - Foi acertada a decisão que negou seguimento ao apelo extremo interposto pelo ora agravante, por estar em conformidade com o que decidido por este Tribunal no RE 598.365/MG, Rel. Min. Ayres Britto, que, por unanimidade, recusou o recurso extraordinário ante a ausência de repercussão geral sobre os pressupostos de admissibilidade de recursos de Cortes diversas, por não se tratar de matéria

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

constitucional. Decisão que vale para todos os recursos sobre matéria idêntica, consoante determinam os arts. 326 e 327, § 1º, do RISTF, e o art. 543-A, § 5º, do CPC, introduzido pela Lei 11.418/2006.
III - A jurisprudência desta Corte fixou-se no sentido de que a afronta aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, da motivação dos atos decisórios, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependente de reexame prévio de normas infraconstitucionais, seria indireta ou reflexa. Precedentes.
IV - A exigência do art. 93, IX, da Constituição, não impõe seja a decisão exaustivamente fundamentada. O que se busca é que o julgador informe de forma clara e concisa as razões de seu convencimento.
V - Agravo regimental improvido." (AI-AgR n. 819.102, relator Ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe de 11.4.2011.)
"CONSTITUCIONAL. NÃO-AUTO-APLICABILIDADE DO ART. 192, § 3.º, DA CARTA MAGNA. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF. Estando a pretensão do banco recorrente, ora agravado, em sintonia com a jurisprudência desta Corte, desnecessário era o julgamento, pela Turma, de seu recurso extraordinário, ao qual poderia este Relator, desde logo, dar provimento (arts. 557, § 1.º, do CPC e 21, § 1.º, do RI/STF). Ademais, a alegada revogação da legislação que conferiu ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central do Brasil poderes para estipular taxas de juros, com a conseqüente prevalência das disposições do Decreto n.º 22.626/33 (Lei de Usura), além de não caracterizar afronta direta à Carta Federal, não foi objeto de apreciação por parte do acórdão recorrido e, nem, tampouco, foi ventilada nas contra-razões do apelo extremo, constituindo, portanto, inovação insuscetível de apreciação nesta oportunidade. Agravo regimental desprovido." (RE-AgR n. 312.858, relator Ministro Ilmar Galvão, Primeira Turma, DJ de 26.4.2002.)
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 2 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.71.95.001660-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): SELEDIR DA SILVA
PROC/ADV.: PAULO ARAUJO PINTO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização que negou provimento a pedido de uniformização, visto que o marco temporal a ser considerado para a apuração de carência no caso de concessão da aposentadoria rural por idade é a data do implemento do requisito idade.
Afirma o suscitante haver divergência entre esse entendimento e julgados do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que "a jurisprudência do e. STJ é enfática quanto à necessidade de comprovação de labor RURAL no período consignado no artigo 143 da Lei n. 8.213/91, qual seja, período imediatamente anterior ao requerimento (administrativo ou judicial)".
É o relatório. Decido.
Confira-se a ementa do acórdão recorrido:
"APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. MARCO TEMPORAL DA APURAÇÃO DA CARÊNCIA. DATA DA IMPLEMENTAÇÃO DO REQUISITO IDADE. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO."
O STJ, de fato, vem decidindo a matéria de forma diversa, conforme os julgados abaixo colacionados:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE (SÚMULA 7/STJ).
1. Conforme precedentes desta Corte, para a concessão da aposentadoria por idade de natureza rural, é necessária a comprovação do exercício de atividade rurícola, ainda que de maneira descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento, pelo número de meses idêntico à carência.
2. A análise das questões trazidas pela recorrente demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é obstado, em âmbito especial, pela Súmula 7/STJ.
3. Agravo interno ao qual se nega provimento." (AgRg no REsp n. 1.090.832/SP, relator Ministro Celso Limongi, Desembargador convocado do TJ/SP, Sexta Turma, DJe de 25/5/2011.)
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE. ATIVIDADE RURAL. PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO E CARÊNCIA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 284/STF. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA Nº 83/STJ.
1. O acórdão recorrido entendeu que a ora recorrente não comprovou o trabalho rural no período imediatamente anterior ao requerimento ou pedido judicial, pelo prazo de carência exigido, nos termos do art. 143 da Lei nº 8.213/91.
Contudo, nas razões do apelo nobre a recorrente não infirma tal fundamento, cingindo-se a indicar violação a dispositivos da Lei nº 8.213/91 e a argumentar que houve início de prova documental da atividade rurícola, a qual foi confirmada por testemunhas, atraindo, assim, a incidência do verbete sumular nº 284/STF.
2. Ainda que superado tal óbice, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual, para fins de aposentadoria por idade, deve ser comprovada a atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento (administrativo ou judicial), pelo prazo de carência legalmente exigido.
3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp n. 1.139.201/SP, relator Ministro Adilson Vieira Macabu, Desembargador convocado do TJ/RJ, Quinta Turma, DJe de 28/3/2011.)
Dessa forma, estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial suscitada, admito o incidente com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.81.01.508745-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: MOISES CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de interpretação de lei federal dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por MOISES CASTELO DE MENDONÇA contra decisão monocrática do Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, integrante da Turma Nacional de Uniformização, que não conheceu de pedido de uniformização apresentado contra decisum da Turma Recursal do Ceará, por inexistir similitude entre os acórdãos confrontados e por demandar revolvimento de provas a análise da questão.
Alega o suscitante que a referida decisão contraria a jurisprudência do STJ.
É o relatório. Decido.
O presente incidente não reúne condições de acolhimento, pois não se insurge contra acórdão prolatado pela Turma Nacional de Uniformização, contrariamente ao que estabelece o art. 14, § 4º, do RI/TNU.
De fato, o incidente de uniformização foi suscitado contra decisão monocrática, a qual, por sua vez, não foi contestada por meio do recurso de agravo regimental, para ensejar o exame da demanda pelo colegiado da TNU e viabilizar a apresentação do incidente ao STJ.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não conheço do presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 31 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº. 2005.81.10.014595-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: MILTON ALVES GURGEL
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO E OUTRO
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de interpretação de lei federal dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por Milton Alves Gurgel contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização proferida às fls. 135-136.
Alega o suscitante que contraria a jurisprudência do STJ o entendimento da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. Defende a concessão do benefício previdenciário com a conversão de período especial exercido em atividades de engenheiro agrônomo.
É o relatório. Decido.
O art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 estabelece o seguinte:
"Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
[...]
§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência."
Diante disso, tenho por inadmissível o presente pedido de uniformização dirigido ao STJ, visto que não há, in casu, decisão colegiada da TNU a versar sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento. Em casos tais, a decisão monocrática do Presidente deve ser contestada por meio do recurso de agravo regimental, o que enseja o exame da demanda pelo colegiado da TNU e viabiliza a apresentação do incidente ao STJ.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº. 2006.36.00.907220-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): OROSINA NOGUEIRA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: ANDREIA ALVES

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado pelo Instituto Nacional do Seguro Social com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra decisão da Turma Nacional de Uniformização assim ementada:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA A POSIÇÃO CONSOLIDADA NESTA TURMA NACIONAL E NO EG. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO CONHECIMENTO DESTE INCIDENTE.
1. A pacificação, por este Colegiado Nacional, de entendimento coincidente com o externado pelo acórdão recorrido impõe o não conhecimento de incidente manejado com intuito de reforma dessa decisão. Aplicação à espécie da questão de ordem nº 13.
2. Incidente de uniformização não conhecido."
Alega o suscitante que o entendimento exarado pela Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, colacionando julgados que amparam sua pretensão e afirmando que, para a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, os aspectos socioeconômicos do segurado e de seu meio são irrelevantes, inexistindo previsão legal a respeito.
É o relatório. Decido.
O recurso não merece prosperar.
O entendimento consignado no voto condutor do acórdão proferido pela Turma Nacional de Uniformização está alinhado à atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmada no sentido de que, para o reconhecimento da incapacidade permanente para a atividade laboral e a concessão da aposentadoria por invalidez, deve-se considerar não só os elementos previstos no art. 42 da Lei n. 8.213/91, mas também os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado, não estando o julgador adstrito às conclusões constantes do laudo pericial.
Nesse sentido, menciono os seguintes julgados do STJ:
"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARCIAL. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. ENUNCIADO 83/STJ.
1. A jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de reconhecer que a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar não só os elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, bem como os aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial só tenha concluído pela sua incapacidade parcial para o trabalho. Nesse panorama, o Magistrado não estaria adstrito ao referido laudo, podendo levar em conta outros elementos dos autos que o convençam da incapacidade permanente para qualquer atividade laboral.
2. A decisão adotada pelo e. Tribunal de origem encontra-se em consonância com a jurisprudência firmada nesta Corte Superior de Justiça.
3. Agravo regimental a que se nega provimento." (Quinta Turma, AgRg no Ag n. 1.370.949/RJ, relator Ministro Adilson Vieira Macabu - Desembargador convocado do TJ/RJ, DJe de 2.6.2011).
"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA LEI 8.213/91. ELEMENTOS DIVERSOS CONSTANTES DOS AUTOS. LAUDO PERICIAL. NÃO VINCULAÇÃO. INCAPACIDADE PERMANENTE. QUALQUER ATIVIDADE LABORAL. AGRAVO DESPROVIDO.
I - Iterativa jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de reconhecer que a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar não apenas os elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, mas também aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade somente parcial para o trabalho. O magistrado não estaria adstrito ao laudo pericial, podendo considerar outros elementos dos autos que o convençam da incapacidade permanente para qualquer atividade laboral.
II - Agravo interno desprovido." (Quinta Turma, AgRg no Resp n. 1.220.061/SP, relator Ministro Gilson Dipp, DJe de 14.3.2011).
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE PARCIAL. DEMAIS ELEMENTOS. INCAPACIDADE PERMANENTE. POSSIBILIDADE.
1. A jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de reconhecer que a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar não só os elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, mas também aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade apenas parcial para o trabalho. Nesse panorama, o Magistrado não estaria adstrito ao laudo pericial, podendo levar em conta outros elementos dos autos que o convençam da incapacidade permanente para qualquer atividade laboral.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Agravo regimental a que se nega provimento." (Quinta Turma, AgRg no Resp n. 1.056.545/PB, relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro - Desembargador convocado do TJ/AP, DJe de 29.11.2010).
Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.38.00.747636-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
SUSCITANTE: INSS
PROC/ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): SUELI ALVES FARIA DA SILVA
PROC/ADV.: FLÁVIO BITTENCOURT DE SOUZA

DECISÃO

INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização que negou provimento a pedido de uniformização, visto que, conforme dispõe a Súmula n. 31/TNU, "a anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários".
Afirma o suscitante haver divergência entre esse entendimento e julgados do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que a anotação na CTPS em decorrência de sentença trabalhista, por si só, não é apta para comprovar o tempo de serviço, devendo ser corroborada por outros documentos.
É o relatório. Decido.
Confira-se a ementa do acórdão recorrido:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO. SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. PROVA MATERIAL. RECONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. IMPROVIMENTO.
1.A Súmula 31 da TNU dispõe que 'A anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários';
2. A sentença homologatória de acordo trabalhista constitui início de prova material de tempo de serviço. Devendo a sua eficácia probante ser aferida em cada caso.
3. Pedido de uniformização Regional conhecido e improvido" (fl. 163).
O STJ, de fato, vem decidindo a matéria de forma diversa, conforme o julgado abaixo colacionado:
"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. ANOTAÇÕES FEITAS POR ORDEM JUDICIAL. SENTENÇA TRABALHISTA NÃO FUNDAMENTADA EM PROVAS DOCUMENTAIS E TESTEMUNHAIS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL NÃO-CARACTERIZADO.
1. A sentença trabalhista será admitida como início de prova material, apta a comprovar o tempo de serviço, caso ela tenha sido fundada em elementos que evidenciem o labor exercido na função e o período alegado pelo trabalhador na ação previdenciária. Precedentes das Turma que compõem a Terceira Seção.
2. No caso em apreço, não houve produção de qualquer espécie de prova nos autos da reclamatória trabalhista, tendo havido acordo entre as partes.
3. Embargos de divergência acolhidos." (Terceira Seção, EREsp n. 616.242/RN, relatora Ministra Laurita Vaz, DJ de 24/10/2005.)
Dessa forma, estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial suscitada, admito o incidente com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº. 2006.50.52.001145-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
SUSCITANTE: MARIA APARECIDA BASSETTI COSTA
PROC./ADV.: EDGARD VALLE DE SOUZA
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por MARIA APARECIDA BASSETTI COSTA com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO -- CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA - AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA - EXAME CLÍNICO ATESTA CAPACIDADE - REEXAME DE PROVA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO
1. A presente demanda versa acerca da concessão de auxílio-doença. Foi atestada por meio de exame pericial a capacidade da parte autora para o exercício de atividade laborativa que não demande grande esforço físico.
2. O incidente de uniformização nacional foi suscitado pela parte autora invocando divergência entre a Turma Recursal de origem e decisões de Turmas Recursais diversas. Inadmitido na origem, a parte apresentou pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional, que manteve a inadmissão por ausência de similitude fática.
3. Incidente de uniformização não conhecido por ausência de similitude fática entre os acórdãos paradigmas e paragonado e pela questão envolver reapreciação das provas produzidas nos autos.
Publique-se" (fl. 170).
Alega a suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pois essa Corte "tem decidido pela concessão do benefício de auxílio-doença para segurados considerados parcialmente incapacitados" (fl. 182).
É o relatório. Decido.
No aresto proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, entendeu-se que, de acordo com o laudo pericial acostado aos autos, a autora não estava incapacitada para atividades laborais, possuindo apenas uma limitação à realização de grandes esforços físicos. Diante da inexistência de incapacidade parcial, não foi, então, concedido o auxílio-doença pleiteado.
No incidente de uniformização, entretanto, a suscitante colaciona julgados do STJ que asseguram a concessão do benefício de auxílio-doença a segurados considerados parcialmente incapacitados.
Nesse contexto, não há semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao STJ.
Ademais, cumpre esclarecer que a finalidade deste incidente é a uniformização da jurisprudência, não se apresentando como um novo recurso ordinário, nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido quando do julgamento do recurso inominado.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.71.95.006846-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: JOSÉ FLÁVIO BIRCK
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por JOSÉ FLÁVIO BIRCK com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL E ESPECIAL. QUANTO AO TEMPO RURAL O INCIDENTE NÃO PODE SER CONHECIDO PORQUE O ACÓRDÃO DE ORIGEM ANALISOU A PROVA TESTEMUNHAL DESFAVORAVELMENTE AO AUTOR. VEDAÇÃO AO REEXAME DE PROVAS. QUANTO AO TEMPO EM QUE SE PRETENDE A CONVERSÃO DE ESPECIAL EM COMUM HÁ AUSÊNCIA DE SIMILITUDE JURÍDICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E OS PARADIGMAS TRAZIDOS PELO REQUERENTE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO."
Alega o suscitante que contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de que é impossível a conversão, para fins de aposentadoria comum, do tempo laborado em atividade especial após 28.5.1998. É o relatório. Decido.
O presente incidente não reúne condições de acolhimento em razão de sua intempestividade.
Reza o art. 36, caput, do RITNU (Resolução n. 22 de 4/9/2008) que, "quando a decisão da Turma Nacional for proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, o incidente de uniformização de jurisprudência será suscitado, nos próprios autos, no prazo de dez dias, perante o Presidente da Turma Nacional".
Dessa forma, publicada a decisão ora impugnada em 13/5/2011 (fl. 273), sexta-feira, o termo ad quem do prazo recursal é o dia 25/5/2011, quarta-feira, e não 1º/6/2011, data em foi protocolada a petição do incidente de uniformização.
Ante o exposto, não conheço do presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.34.00.701364-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SUSCITANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: JOHN CORDEIRO DA SILVA JÚNIOR
SUSCITADO(A): LUIZ CARLOS RODRIGUES DE MATOS
PROC./ADV.: REILOS MONTEIRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com fundamento no artigo 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL, DECORRENTE DE EXTRATIVO DE CORRESPONDÊNCIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL COM MANUTENÇÃO DO JULGADO. CONHECIMENTO DO INCIDENTE APRESENTADO PELA PARTE RÉ, EMPRESA PÚBLICA FEDERAL.AINDA QUE NÃO SEJA DECLARADO O VALOR DO OBJETO POSTADO, É POSSÍVEL A RESPECTIVA COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS DE PROVA EM DIREIO ADMITIDOS.
1. Ação processada sob o rito dos Juizados Especiais Federais
2. Pedido inicial de indenização, por dano material e moral, decorrente de extravio de correspondência a ser entregue pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
3. Sentença de procedência do pedido, mantida pela Turma Recursal.
4. Apresentação de incidente de uniformização, pela parte ré.
5. Pedido admitido na Turma Recursal de origem.
6. Exame da matéria preliminar. Constatação de existência de similitude fático-jurídica e de divergência jurisprudencial.
7. Incidência da questão de ordem nº 13, da TNU - Turma Nacional de Uniformização: 'Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido'.
8. Posição da TNU - Turma Nacional de Uniformização no sentido de que há possibilidade de comprovação de correspondência extraviada por outros meios de prova em direito admitidos.
9. Conhecimento e desprovimento do presente incidente de uniformização. A decisão da lavra da Turma Recursal do Distrito Federal, objeto do presente incidente, encontra amparo em julgados da TNU - Turma Nacional de Uniformização" (fls. 210/211).
Alega o requerente que a decisão recorrida merece reforma, porquanto destoa da jurisprudência dominante do STJ. Assevera que a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, em havendo extravio de correspondência, cabe ao consumidor comprovar o conteúdo extraviado para fins de indenização.
É o relatório. Decido.
O incidente não merece prosperar, uma vez que a parte suscitante não promoveu o necessário cotejo analítico entre o aresto recorrido e os paradigmas, de forma que não há como verificar a ocorrência dos elementos necessários à comprovação do dissídio jurisprudencial deduzido, quais sejam, semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados e teses jurídicas divergentes conferidas a um mesmo contexto.
Na verdade, nas razões do pedido de uniformização, o requerente colaciona tão somente a ementa de um julgado do Superior Tribunal de Justiça, que, sozinho, é incapaz de refletir a jurisprudência dominante daquela Corte.
Dessa forma, não houve a realização do necessário confronto analítico dos trechos dos arestos de forma a demonstrar a semelhança fático-jurídica e o dissenso das teses adotadas para, desse modo, caracterizar o dissídio jurisprudencial alegado.
Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, inciso IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº. 2007.35.00.900693-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
SUSCITANTE: SARAH LÚCIA DE MELO SILVA BORGES
PROC./ADV.: ELIANA QUEIROZ DE ALMEIDA
SUSCITADO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por SARAH LÚCIA DE MELO SILVA BORGES com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"ADMINISTRATIVO. DESEMPENHO DE FUNÇÃO DE DIREÇÃO EM TURMA RECURSAL ANTERIORMENTE À REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE. DESVIO DE FUNÇÃO RECONHECIDO. PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDO. PRETENSÃO DE UTILIZAÇÃO DO CARGO DE DIREÇÃO (CJ-03) COMO PARADIGMA A SER UTILIZADO NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA, INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Uma vez demonstrada a ausência de similitude fática e jurídica entre o acórdão de origem e os paradigmas apontados não há como ser conhecido o Incidente de Uniformização.
2. A diversidade conceitual entre função e cargo público (Diretor de Secretaria (CJ-03)), afastam a possibilidade de utilização dos paradigmas apontados para definir a divergência necessária ao conhecimento do pedido de uniformização.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Pedido de uniformização não conhecido."
Alega a suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que, apesar de reconhecer o desvio de função (exercício de função de direção), adotou como parâmetro a função de supervisão (FC-05), enquanto que o correto seria a equiparação à função exercida pelos diretores de secretaria (CJ-03).
É o relatório. Decido.
O aresto proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em Goiás concluiu pela ocorrência de desvio de função e fixou indenização para sanar o equívoco. Confira-se trecho do acórdão:
"Contudo, uma vez disciplinados em resolução o funcionamento e a distribuições de funções relativas às Turmas Recursais do JEFs da 1ª Região, o valor indenizatório deve manter paridade ante o padrão remuneratório pago a quem atualmente exerce a função de Supervisor de Secretaria de Turma Recursal, o que corresponde à FC-05, e não à CJ-03 (Anexo I da Resolução 600-18/2003 da Presidência do TRF/1ª Região).
É dizer, o direito à indenização decorre do desvio de função no período anterior à regulamentação do serviço exercido pela Reclamante. Todavia, uma vez colmatada a lacuna regulamentar e fixado, bem ou mal, um padrão remuneratório à função até então desempenhada com desvio, o Judiciário não pode utilizar como paradigma remuneratório, para fins indenizatórios, a CJ-03 concedida a Diretores de Secretaria" (fl. 165).
No incidente de uniformização, a suscitante colaciona julgados do STJ segundo os quais é devida diferença salarial correspondente à função efetivamente desempenhada por servidor público quando ocorrer desvio de função. Não há, nos julgados colacionados, entretanto, referência às funções ou cargos públicos considerados para a fixação da indenização devida na hipótese em questão.
Nesse contexto, não há semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao STJ.
Ademais, importa dizer que a Turma Nacional, quando da análise do incidente de uniformização, não pode reexaminar os fatos e provas que propiciaram a formação do convencimento da Turma Recursal.
A propósito, cumpre salientar que a finalidade deste incidente é a uniformização da jurisprudência, não se apresentando como um novo recurso ordinário, nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido quando do julgamento do recurso inominado.
Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº. 2007.38.00.742468-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
RECORRENTE: GERALDO FERNANDES DA SILVA
PROC./ADV.: OLÍVIO VICENTE DE CAMPOS
RECORRIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GERALDO FERNANDES DA SILVA contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização que admitiu pedido de uniformização a fim de reconhecer a prescrição, julgando extinto o feito com resolução de mérito. Confira-se a ementa do julgado:
"PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO. 3,17%. MEDIDA PROVISÓRIA 2.225 DE 04/09/2001. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA. RECONTAGEM DO PRAZO. AÇÃO AJUIZADA A PARTIR DE 05/09/2006. APLICAÇÃO DA SÚMULA 85 DO STJ. REESTRUTURAÇÃO DO CARGO EM JUNHO DE 2001. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1 - A Medida Provisória n.º 2.225-45/2001 implicou renúncia tácita à prescrição quanto à totalidade das parcelas referentes ao reajuste dos 3,17%. Precedentes da TNU: 2007.39.00. 701562-1 (Relator: Juiz Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho. J: 21/11/2008. DJU: 02/02/2009) e n.º 2007.83.00.512829-6 (Relator: Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho. J: 21/11/2008. DJU: 02/02/2009)
2. O reconhecimento do direito ao reajuste tem o condão de fazer ressurgir no ordenamento o direito à parcela mais antiga, que já estava prescrita. Tal efeito se revela maior, mais abrangente e totalmente incompatível com a fluência do prazo extintivo quanto às parcelas que ainda não haviam sido fulminadas pela prescrição.
3 - Em se tratando de ação ajuizada até 04/09/2006, ou seja, até 5 (cinco) anos antes da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45/2001, não há prescrição sobre quaisquer diferenças, devendo os efeitos financeiros retroagirem a janeiro de 1995.
4. Conforme assentado por esta Turma Nacional na sessão de 28 de maio de 2009, quando do julgamento dos autos n.º 2007.38.00.73.5200-8, da relatoria da Eminente Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, em se tratando de ação ajuizada a partir de 05/09/2006, ou seja, a partir de 5 (cinco) anos contados da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45/2001), deve ser aplicado o enunciado da Súmula nº 85 do STJ quanto à prescrição qüinqüenal, o que significa que estão prescritas apenas as parcelas anteriores aos últimos 5 (cinco) anos contados do ajuizamento da ação.
5. Na situação em tela, considerando que a ação foi ajuizada em 15/12/2006, sujeitando-se à aplicação do enunciado da Súmula nº 85 do STJ, quanto à prescrição quinquenal, estão prescritas as parcelas anteriores aos últimos 5 (cinco) anos contados do ajuizamento da ação (15/12/2001), prescrição que, no caso, abrange todas as diferenças que decorreriam da condenação, dada à reestruturação do cargo do autor em junho de 2001, quando cessaram estas diferenças.
5 - Recurso conhecido e provido."
Pugna o recorrente pelo encaminhamento do recurso ao Superior Tribunal de Justiça e por seu provimento, para que seja aplicado o enunciado da Súmula n. 85/STJ, pois, segundo defende, em matéria de vencimento de servidores, impõe-se a observância da prescrição parcial para a quitação de parcelas exclusivas do quinquídio prescricional.
É o relatório. Decido.
O apelo não merece ser admitido, uma vez que é pacífico, no STJ, conforme dispõe a Súmula n. 203 da Corte, o entendimento de que é incabível a interposição de recurso especial contra decisão ou acórdão proferido por órgão de segundo grau dos juizados especiais.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes: Quinta Turma, AgRg no Ag n. 375.145/RS, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJ de 19.12.2003; Segunda Turma, REsp n. 284.565/MG, relator Ministro Franciulli Netto, DJ de 8.9.2003; Terceira Turma, AgRg no Ag n. 205.665/SP, relator Ministro de Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 22.3.1999.
A interposição do recurso especial, nessa hipótese, configura erro grosseiro a impedir a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.
Por outro lado, ainda que se admitisse a aplicação do princípio da fungibilidade recursal e fosse o recurso especial recebido como incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao STJ, impossível seria seu conhecimento por ser o apelo intempestivo.
Pelo exposto, com fulcro no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não conheço do recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.39.00.703481-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
EMBARGANTE: GERALDINO PORTO DE ASSIS
PROC./ADV.: JOSEMI NOGUEIRA ARAÚJO
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por GERALDINO PORTO DE ASSIS com fundamento no art. 535, II, do Código de Processo Civil, contra decisão monocrática desta Presidência que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização.
Alega o embargante que a Turma Recursal do Pará "não apreciou se há início de prova material, não apreciou a prova testemunhal, elaborou um acórdão sucinto, portanto, impedindo que esta TNU possa contrariar ou não o A. Recorrido".
Pugna pela manifestação da TNU acerca do encaminhamento dos autos à Turma Recursal do Pará para apreciação da existência ou não de início de prova material nos autos ou, sucessivamente, pelo pronunciamento da própria TNU sobre a referida questão.
É o relatório. Decido.
Os presentes aclaratórios não merecem acolhimento.
Não há, na decisão embargada, nenhuma obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
Pretende o embargante, mais uma vez, rediscutir a causa, o que é incabível em embargos de declaração.
Ademais, a simples irresignação da parte com a decisão não tem o condão de tornar cabíveis os embargos declaratórios, que servem ao aprimoramento do decisum, mas não à sua modificação, que, só excepcionalmente, é admitida.
Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 1º de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.43.00.903550-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
SUSCITANTE: JOSÉ NAZARÉ RODRIGUES BARROS
PROC./ADV.: WESLEY NEIVA TEIXEIRA
SUSCITADO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por JOSÉ NAZARÉ RODRIGUES BARROS com fundamento no art. 36 do Regimento Interno da TNU, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. ADMINISTRATIVO, UDENIZAÇÃO DE CAMPO. FUNASA. DIÁRIA. ADICIONAL. REAJUSTAMENTO. INOCORRÊNCIA. DECRETOS NºS 5.554/2005, 5.992/2006 E 6.258/2007.
1. O Decreto nº5.554/2005 não estabeleceu o reajustamento do valor das diárias dos servidores da FUNASA, a justificar a majoração da indenização de campo paga aos mesmo. Aplica-se o mesmo raciocínio aos Decretos nºs 5.992/2006 e 6.258/2007.
2. Os referidos Decretos apenas efetuaram modificações no rol de destinos que importavam no pagamento de adicional de 50% (cinquenta por cento), já previsto na legislação, antes conferido ao servidor, somente, quando ele se deslocava para cidades de população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes.
3. Pedido de uniformização provido."
Alega o suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pois aquela Corte tem decidido que a proporção entre a verba indenização de campo e diária deve permanecer inalterada, independente do percentual de reajuste aplicado nas diárias, segundo o disposto nas Leis N. 8.216/91 e 8.270/91.
É o relatório. Decido.
O aresto proferido pela Turma Nacional de Uniformização concluiu que os Decretos n. 5.554/05, 5.992/06 e 6.258/07 não reajustaram o valor das diárias dos servidores da Funasa, tendo apenas modificado o rol dos destinos que autorizam o pagamento do adicional.
No incidente de uniformização, o suscitante colaciona julgado do STJ que dispõe que a jurisprudência daquela Corte é pacífica no sentido de que a indenização de campo prevista no art. 16 da Lei n. 8.216/91 deve ser reajustada pelo Poder Executivo na mesma data e nos mesmos percentuais de reajustes aplicados às diárias.
Ocorre que o acórdão da TNU não divergiu desse entendimento; ou seja, nada disse acerca do direito que os servidores públicos teriam à simetria entre indenização de campo e diária.
Nesse contexto, percebe-se não haver semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao STJ.
A propósito, cumpre salientar que a finalidade deste incidente é a uniformização da jurisprudência, não se apresentando como um novo recurso ordinário, nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido quando do julgamento do recurso inominado.
Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.50.51.000793-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): NAYR CAVATTI ROVERSI
PROC./ADV.: ROGÉRIO SIMÕES ALVES

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A INCIDENTE VERSANDO SOBRE REVISÃO DE RMI COM BASE NO ENUNCIADO Nº 260 DO TFR EM CASO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A referida decisão monocrática tem por fundamento jurisprudência desta TNU, e não trouxe o agravante razão capaz de impugná-la.
2. A questão da prescrição se confunde com o mérito do incidente. Afinal, reconhecer a possibilidade de existência de prejuízos financeiros ainda hoje, decorrentes da inaplicabilidade ou equivocada aplicação da súmula 260 na origem, quando do cálculo da RMI, implica afastar a tese defendida pelo requerente de prescrição peremptória de todas as parcelas relativas ao referido enunciado.
3. Nem mesmo sobre a prescrição quinquenal há necessidade de manifestação da TNU. Tanto na peça inicial quanto no recurso (provido pela Turma de origem), a parte autora postula a condenação da autarquia na revisão de seu benefício 'respeitada a prescrição quinquenal'.
4. Agravo regimental não provido" (fl. 112).
Alega o suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pois "não há que se falar em repercussão na aposentadoria por invalidez na aplicação da Sum. 260/TFR sobre o auxílio-doença, pois a transformação deste naquela é feita considerando-se o salário de benefício do auxílio-doença como salário de contribuição da aposentadoria" (fl. 129).
Argumenta ainda que, caso seja superada a questão de mérito, deve-se reconhecer a prescrição de todas as parcelas decorrentes da inaplicabilidade da Súmula n. 260/TFR na origem, quando do cálculo da renda mensal inicial (RMI).
É o relatório. Decido.
No acórdão proferido pela Turma Nacional de Uniformização, entendeu-se que a decisão monocrática de fls. 98-99, que negou seguimento ao pedido de uniformização, fundamentou-se na jurisprudência desse colegiado, a qual, por sua vez, está em consonância com a do STJ.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No presente incidente de uniformização, o suscitante colaciona julgados do STJ que versam sobre o afastamento da aplicação da Súmula n. 260/TFR nos casos de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez e sobre o reconhecimento da prescrição da totalidade das parcelas decorrentes da inaplicabilidade da referida súmula.
Nesse contexto, não há semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao STJ.
Ademais, cumpre esclarecer que a finalidade deste incidente é a uniformização da jurisprudência, não se apresentando como um novo recurso ordinário, nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido quando do julgamento do recurso inominado.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.51.51.010414-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
RECORRENTE: UNIÃO
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RECORRIDO(A): NILTON FERREIRA DE ALMEIDA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERESSADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV./PROC.: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERESSADO: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADV./PROC.: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela UNIÃO com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A HIPOSSIFICIENTE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS.
1. Embora seja cediço que a legitimidade da parte seja aspecto abrangido pelo direito processual, observa-se que, in casu, a questão relativa à (i)legitimidade passiva da União se confunde com o próprio mérito da demanda.
2. A questão da legitimidade passiva da União se relaciona intimamente com a fixação de sua responsabilidade no que se refere ao fornecimento dos medicamentos pleiteado na exordial. Uma decisão que excluísse a União da demanda por entender ser a mesma parte ilegítima, estaria, em última análise, reconhecendo a ausência de responsabilidade deste ente estatal no que tange ao fornecimento dos medicamentos, matéria esta, indiscutivelmente, de mérito.
3. A jurisprudência pátria tem, majoritariamente, abraçado a tese que reconhece a responsabilidade solidária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como a legitimidade passiva de todos esses entes para figurarem no pólo passivo de ações que versem sobre o fornecimento de medicamentos a hipossuficiente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
3. Pedido de Uniformização a que se nega provimento" (fl. 236).
Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 260-264).
Sustenta a recorrente, em síntese, violação dos seguintes artigos da Constituição Federal:
a) 6º, pois a descentralização no Sistema Único de Saúde (SUS) visa propiciar o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde;
b) 30, VII, já que a competência atribuída à União cinge-se à gestão e financiamento do SUS; assim, a execução das atividades referidas, incluindo o fornecimento de medicamentos, incumbe aos Municípios e, supletivamente, aos Estados;
c) 37, uma vez que a organização descentralizada do SUS tem como objetivo, entre outros, conferir eficiência, economicidade e agilidade ao sistema de saúde;
d) 97, pois a TNU afastou a aplicação da Lei n. 8.080/1990 por fundamentos constitucionais, sem observar a cláusula de reserva de plenário;
e) 102, III, "a", e 105, III, "a", ante a usurpação, pelo STJ, da competência do STF quanto à análise de matéria constitucional;
f) 196 e 197, porquanto cumpre ao legislador ordinário a regulamentação, fiscalização e controle das ações de saúde, razão pela qual deve ser observada a descentralização como diretriz e princípio das ações do serviço público de saúde estabelecida pela Lei n. 8.080/1990;
g) 198, I, porque as ações e serviços públicos de saúde integram rede regional e hierarquizada, com direção única em cada esfera de governo; e
h) 200, visto que a CF elenca as competências do Sistema Único de Saúde e remete à lei ordinária a fixação de outras atribuições.
Em preliminar, a recorrente procura demonstrar a repercussão geral do tema trazido a debate - responsabilidade da União pelo fornecimento de medicamento a pessoa carente -, justificando a constitucionalidade da Lei n. 8.080/1990, que, em consonância com os arts. 37, 196 e seguintes da CF/88, prevê as competências administrativas no âmbito do SUS, estabelecendo a descentralização do sistema.
Requer, ao final, o sobrestamento do feito até que o Supremo Tribunal Federal aprecie o Recurso Extraordinário n. 566.471/RN, no qual se discute a responsabilidade do Estado quanto às ações de saúde, matéria admitida como de repercussão geral (DJe de 7.12.2007).
É o relatório. Decido.
Havendo a possibilidade de apreciação da controvérsia - responsabilidade solidária dos entes da Federação em matéria de saúde - pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 566.471/RN, determino o sobrestamento do presente incidente com fundamento no art. 7º, VIII, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.52.001144-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): CLAUDINEIA DE FARIAS E OUTROS
PROC./ADV.: ARACELY DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DO STJ EM RELAÇÃO À MATÉRIA OBJETO DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA QUE NÃO SE AFIGURA MAIS DOMINANTE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. O Superior Tribunal de Justiça, a sinalizar possível revisão de seu posicionamento, proferiu julgado em que adotou, explicitamente, o entendimento da súmula 27 desta TNUJEF's (REsp nº 922.283, relator Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ de 02/02/2009).
2. Portanto, não há mais que se falar em 'jurisprudência dominante' do STJ favorável à tese do INSS, conforme exigido pelo § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
3. Pedido de uniformização não conhecido."
Alega o suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pois essa Corte tem decidido que a inexistência de anotação laboral na CTPS não é suficiente para comprovar a situação de desemprego, já que não se afasta a possibilidade do exercício de atividade remunerada na informalidade.
É o relatório. Decido.
No caso em apreço, a Turma Nacional de Uniformização entendeu não mais existir jurisprudência dominante do STJ favorável à tese do INSS, porquanto, em recente julgamento daquela Corte, firmou-se entendimento em conformidade com o teor da Súmula n. 27/TNU.
Verifica-se, portanto, que o atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça está em consonância com a orientação adotada na decisão ora impugnada, a saber: para a extensão do período de graça, não é necessária a comprovação de desemprego em órgão próprio do Ministério do Trabalho se existentes, nos autos, outras provas dessa condição. Tal entendimento foi assentado no julgamento da Pet n. 7.115/PR (relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, DJe de 6.4.2010), da qual consta pedido de uniformização de lei federal dirigido ao STJ. Eis a ementa do acórdão:
"PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 15 DA LEI 8.213/91. CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. DISPENSA DO REGISTRO PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUANDO FOR COMPROVADA A SITUAÇÃO DE DESEMPREGO POR OUTRAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. O REGISTRO NA CTPS DA DATA DA SAÍDA DO REQUERIDO NO EMPREGO E A AUSÊNCIA DE REGISTROS POSTERIORES NÃO SÃO SUFICIENTES PARA COMPROVAR A CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DO INSS PROVIDO.
1. O art. 15 da Lei 8.213/91 elenca as hipóteses em que há a prorrogação da qualidade de segurado, independentemente do recolhimento de contribuições previdenciárias.
2. No que diz respeito à hipótese sob análise, em que o requerido alega ter deixado de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, incide a disposição do inciso II e dos §§ 1o. e 2o. do citado art. 15 de que é mantida a qualidade de segurado nos 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses se comprovada a situação por meio de registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
3. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, esse dispositivo deve ser interpretado de forma a proteger não o registro da situação de desemprego, mas o segurado desempregado que, por esse motivo, encontra-se impossibilitado de contribuir para a Previdência Social.
4. Dessa forma, esse registro não deve ser tido como o único meio de prova da condição de desempregado do segurado, especialmente considerando que, em âmbito judicial, prevalece o livre convencimento motivado do Juiz e não o sistema de tarifação legal de provas. Assim, o registro perante o Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá ser suprido quando for comprovada tal situação por outras provas constantes dos autos, inclusive a testemunhal.
[...]
8. Incidente de Uniformização do INSS provido para fazer prevalecer a orientação ora firmada."
Nesse mesmo sentido, cito ainda outros precedentes do Superior Tribunal de Justiça:
"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 15 DA LEI 8.213/91. CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. DISPENSA DO REGISTRO PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUANDO FOR COMPROVADA A SITUAÇÃO DE DESEMPREGO POR OUTRAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. RECURSO DO INSS DESPROVIDO.
1. A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do Incidente de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (Pet 7.115/PR, DJe 6.4.2010) pacificou o entendimento de que o registro no Ministério do Trabalho não deve ser tido como o único meio de prova da condição de desempregado do segurado, especialmente considerando que, em âmbito judicial, prevalece o livre convencimento motivado do Juiz e não o sistema de tarifação legal de provas. Assim, o registro perante o Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá ser suprido quando for comprovada tal situação por outras provas constantes dos autos, inclusive a testemunhal.
2. A ausência de anotação laboral na CTPS do autor não é suficiente para comprovar a sua situação de desemprego, já que não afasta a possibilidade do exercício de atividade remunerada na informalidade.
3. Tendo o Tribunal a quo considerado mantida a condição de segurado do autor em face da situação de desemprego apenas com base no registro na CTPS da data de sua saída no emprego, bem como na ausência de registros posteriores, devem os autos retornar à origem para que seja oportunizada à parte a produção de prova da sua condição de desempregado.
4. Agravo Regimental do INSS desprovido." (AgRg no Ag n. 1.182.277/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe de 6.12.2010.)
"AGRAVO INTERNO. PENSÃO POR MORTE. DESEMPREGO. REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. Desnecessária a comprovação de desemprego perante registro em órgão próprio do Ministério do Trabalho, se existentes outras provas dessa condição.
2. Agravo ao qual se nega provimento." (AgRg no REsp n. 1.180.039/SC, relator Ministro Celso Limongi, Desembargador convocada do TJ/SP, Sexta Turma, DJe de 4.10.2010.)
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, inciso IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.52.001817-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): MARIA DE LOURDES GONÇALVES
PROC./ADV.: AFONSO BUENO DE SANTANA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CERTIDÕES DO REGISTRO CIVIL DE MEMBROS DO GRUPO FAMILIAR. EXTEMPORANEIDADE AO PERÍODO DE CARÊNCIA. ADMISSIBILIDADE. INCIDENTE PROVIDO.
1. Constitui entendimento dominante desta Turma Nacional que 'documentos pessoais dotados de fé pública, como as certidões de nascimento, casamento e óbito, não necessitam ostentar a contemporaneidade com o período de carência do benefício previdenciário rural para serem aceitos como início de prova material, desde que o restante conjunto probatório permita a extensão de sua eficácia probatória por sobre aquele período' (PEDILEF 200670950141890, rel. Juiz Federal Manoel Rolim Campbell Penna, DJ de 05/05/2010). Condição de rurícola demonstrada, na espécie, pela qualificação do autor em sua certidão de casamento e na certidão de nascimento de seus filhos.
2. Considerando que a sentença monocrática aferiu a idoneidade da prova testemunhal para estender a eficácia probatória da prova documental ora validada, deve ser restabelecido o referido decisum de procedência do pedido de aposentadoria rural por idade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Pedido de Uniformização de Jurisprudência provido. Condenação em honorários advocatícios (Questão de Ordem nº 2/TNU)."
Aponta o suscitante divergência entre o entendimento da Turma Nacional de Uniformização e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sustentando que "a autora não logrou demonstrar o tempo de serviço rural necessário no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício ou mesmo antes do implemento do requisito etário".
É o relatório. Decido.
No acórdão proferido pela Turma Nacional de Uniformização, entendeu-se que "documentos pessoais dotados de fé pública, como as certidões de nascimento, casamento e óbito, não necessitam ostentar a contemporaneidade com o período de carência do benefício previdenciário rural para serem aceitos como início de prova material, desde que o restante do conjunto probatório permita a extensão de sua eficácia probatória por sobre aquele período".
Verifica-se que tal entendimento, que embasou o provimento do pedido de uniformização, seguiu a jurisprudência da TNU, a qual, por sua vez, está em consonância com a do STJ.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados daquela Corte: AR n. 3.986/SP, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Terceira Seção, DJe de 1º/8/2011; AgRg no Ag n. 1.399.389/GO, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 28/6/2011; AgRg no REsp n. 852.506/SP, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe de 9/12/2008.
No presente incidente de uniformização, o suscitante colaciona julgados do STJ que versam sobre a não comprovação de trabalho rural no período imediatamente anterior ao requerimento ou pedido judicial, pelo prazo de carência legalmente exigido.
Nesse contexto, não há semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao STJ.
Ademais, cumpre esclarecer que a finalidade deste incidente é a uniformização da jurisprudência, não se apresentando como um novo recurso ordinário, nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido quando do julgamento do recurso inominado.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.53.000888-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
AGRAVANTE: OSVALDO GERMANO DO ROCIO
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ AGNER REGIANI
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por OSVALDO GERMANO DO ROCIO contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que não admitiu incidente de uniformização de jurisprudência ante a sua intempestividade. Confira-se o inteiro teor da decisão:
"OSVALDO GERMANO DO ROCIO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, a qual entendeu que a partir da EC 18/81, para que possa fazer jus à aposentadoria com tempo reduzido, o autor deve comprovar o exercício das funções de magistério pelo tempo mínimo de 30 anos.
O requerente alega divergência com julgados da TNU, no sentido de que o advento da EC n. 18/81 não resultou em afastar do ordenamento jurídico o enquadramento da atividade docente como penosa, a resultar em sua classificação como especial, para fins de incidência do fator de conversão.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal em razão da sua intempestividade.
O suscitante apresentou pedido de reconsideração, pugnando pelo recebimento do incidente como recurso extraordinário, que, no seu entender, estaria dentro do prazo, ante o princípio da fungibilidade recursal.
O pedido de reconsideração foi indeferido.
O requerente, então, apresentou o requerimento previsto no art. 15, § 4º, do RI/TNU, pugnando, novamente pelo recebimento do incidente como recurso extraordinário.
Relatados, decido.
Em análise aos autos, observa-se que a irresignação não merece prosperar, haja vista que o pedido de uniformização de jurisprudência manejado pelo suscitante foi interposto fora do prazo legal preceituado no artigo 13, da Resolução nº 22/2008.
Insta salientar, ainda, que o princípio da fungibilidade tem cabimento quando há: a) dúvida objetiva sobre o recurso a ser interposto; b) inexistência de erro grosseiro; c) interposição no prazo do recurso próprio. No caso, tais requisitos não estão presentes, porquanto o recorrente apresentou o recurso correto, apenas fora de prazo. Ademais, não é da competência da Presidência da Turma Nacional de Uniformização fazer juízo de admissibilidade de Recurso Extraordinário interposto contra decisão de Turma Recursal, motivo pelo qual seria inviável, de qualquer modo, a admissibilidade do recurso.
Por fim, tem-se que nem mesmo o prazo do pedido de submissão foi respeitado. Isto porque a decisão de intimação da inadmissão do incidente de uniformização ocorreu em 31.08.2009 e em vez de utilizar o pedido de submissão ao Presidente da TNU, o requerente suscitou pedido de reconsideração para o Presidente da Turma Recursal, sendo que pedido reconsideração não suspende e nem interrompe prazo. Negado o pedido em 12.05.2010, veio aos autos o requerimento de submissão em 04.06.2010, sendo intempestivo portanto.
Negado o pedido em 12.05.2010, veio aos autos o requerimento de submissão em 04.06.2010, sendo intempestivo portanto.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, da Resolução nº 22/2008, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência."
Nas razões do agravo de instrumento, a parte pugna pelo recebimento do pedido de uniformização de jurisprudência apresentado como recurso extraordinário, tendo em vista o princípio da fungibilidade recursal.
É o relatório. Decido.
O pleito não merece conhecimento.
Contra decisão da Segunda Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Paraná, o ora agravante interpôs incidente de uniformização, que foi rejeitado, uma vez que intempestivo. O pedido de reconsideração apresentado também foi indeferido. Formulado pedido de submissão do incidente ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização, decidiu-se por sua inadmissão, conforme decisão reproduzida acima.
Insiste o agravante, mais uma vez, agora por meio de agravo de instrumento, no recebimento do incidente de uniformização apresentado à Turma Nacional de Uniformização como recurso extraordinário.
Ocorre que, por absoluta falta de previsão legal, é impossível o acolhimento deste pleito. Primeiro, porque o agravo de instrumento é recurso apto a desafiar decisão que inadmite recurso extraordinário ou recurso especial, conforme o art. 544 do Código de Processo Civil, situação diversa da dos autos. Segundo, porque, como dito na primeira decisão de inadmissão proferida por esta Presidência, impossível o recebimento do incidente de uniformização como recurso extraordinário ante a impossibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade no caso. Para o recebimento de um recurso por outro, imprescindível a presença de alguns pressupostos, a saber: a) dúvida objetiva sobre o recurso a ser interposto; b) inexistência de erro grosseiro; c) interposição no prazo do recurso próprio.
Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não conheço do recurso.
Determino a remessa dos autos à origem para as medidas cabíveis.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.53.00.2847-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
RECORRENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO(A): ROSELI DE LIMA VIEIRA
PROC/ADV.: CAROLINE ANGÉLICA JACOMEL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo INSS com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão colegiada da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais assim ementada:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. SÚMULA TNU Nº 29. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. LEI Nº 8.742/93, ART. 20.
1. Para os efeitos do art. 20, § 2º, da Lei nº 8.742/93, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover ao próprio sustento. Súmula nº 29 desta Turma Nacional de Uniformização.
2. O art. 20 da Lei nº 8.742/93 não impõe que somente a incapacidade permanente, mas não a temporária, permitiria a concessão do benefício assistencial, não cabendo ao intérprete restringir onde a lei não o faz, mormente quando em prejuízo do necessitado do benefício e na contramão da sua ratio essendi, que visa a assegurar o mínimo existencial e de dignidade da pessoa.
3. Esta Eg. TNU também já assentou que "a transitoriedade da incapacidade não é óbice à concessão do benefício assistencial, visto que o critério de definitividade da incapacidade não está previsto no aludido diploma legal. Ao revés, o artigo 21 da referida lei corrobora o caráter temporário do benefício em questão, ao estatuir que o benefício 'deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem'." (PEDILEF nº 200770500108659 - rel. Juiz Federal OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT - DJ de 11/03/2010).
4. Recurso conhecido e parcialmente provido. Processo devolvido à Turma de origem para a adequação do julgado" (fl. 75).
Os embargos de declaração opostos foram desprovidos.
Aponta o recorrente violação dos arts. 2º, 44, e 203, V, da Constituição Federal, ao argumento de que, ao ter sido concedido o benefício assistencial, usurpou-se função do Poder Legislativo, bem como que, ao ter sido dada interpretação diversa à do STF, no tocante à observação do critério objetivo para a obtenção do referido benefício, afastou-se a aplicação do disposto no art. 20, § 3º, da Lei n. 8.742/93.
Em preliminar, o recorrente procura demonstrar a repercussão geral do tema trazido a debate.
É o relatório. Decido.
Verifica-se que a questão inserta nos arts. 2º e 44 da CF/88 foi trazida originariamente pelo ora recorrente apenas nos embargos de declaração que opôs à decisão colegiada da TNU. Assim, com a rejeição dos embargos de declaração aludidos, é nítida a ausência de prequestionamento, que inviabiliza o recurso extraordinário neste particular. Incidência dos enunciados sumulares n. 282 e 356 do STF.
A propósito, cito os seguintes julgados do STF:
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL PENAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 282 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. O cumprimento do requisito do prequestionamento dá-se quando oportunamente suscitada a matéria constitucional, o que ocorre em momento processual adequado, nos termos da legislação vigente. A inovação da matéria em embargos de declaração é juridicamente inaceitável para os fins de comprovação de prequestionamento. Precedentes. 2. Agravo regimental ao qual se nega provimento." (Primeira Turma, AgRg no RE n. 603.151/SC, relatora Ministra Carmem Lúcia, DJe de 26.8.2011.)
"TRIBUTÁRIO. IPI. PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE. ART. 153, § 3º, II, DA CF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 DO STF. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO TARDIA. AGRAVO IMPROVIDO. I - Como tem entendido o Tribunal, por meio da Súmula 282, é inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido. Ademais, a tardia alegação de ofensa ao texto constitucional, apenas deduzida em embargos de declaração, não supre o prequestionamento. II - Os embargos de declaração servem para obter o prequestionamento quando o Tribunal a quo se omite na apreciação da questão constitucional suscitada em momento processualmente adequado. Precedentes. III - Agravo regimental improvido." (Primeira Turma, AgRg no R.E. n. 585.492/RS, relator Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 10.9.2010.)
Quanto à suposta afronta ao art. 203, V, da CF/88, extrai-se da argumentação do recorrente que a análise da alegada violação implica, necessariamente, o exame da negativa de vigência ao art. 20, § 3º, da Lei n. 8.742/93, donde se infere que, se ofensa houver ao dispositivo constitucional apontado, esta se terá dado de forma indireta ou reflexa, não ensejando o cabimento do recurso extraordinário.
No mesmo sentido, colaciono os seguintes julgados do STF:
"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRABALHISTA. ACORDO COLETIVO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 623 DA CLT. NORMA INFRACONSTITUCIONAL. REEXAME DE CLÁUSULAS DE CONTRATO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. A violação constitucional dependente da análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional encerra ofensa reflexa e oblíqua, tornando inadmissível o recurso extraordinário. Precedentes: RE 596.682 Rel. Min. Carlos Britto, Dje de 21/10/10, e o AI 808.361, Rel. Min. Marco Aurélio, Dje de 08/09/10. 2. A convenção coletiva do trabalho e o cumprimento de suas cláusulas investe a Corte na sindicalidade de questões inviáveis à sua cognição. Precedentes: AI n. 750.752, Rel. a Min. Cármen Lúcia, DJe de 27.5.09, e AI 657.925-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJe de 14.9.07. 3. Agravo regimental desprovido." (Primeira Turma, AgRg no A.I. n. 808.502/MA, relator Ministro Luiz Fux, DJe de 28.6.2011).
"AGRAVO REGIMENTAL. MATÉRIA CRIMINAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS VIOLADOS NAS RAZÕES RECURSAIS. SÚMULA 284. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. OFENSA REFLEXA. HIPÓTESE DE CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO INCABÍVEL. Não se admite recurso extraordinário, cujas razões não indicam quais os dispositivos constitucionais foram violados. Incidência do enunciado na Súmula 284 desta Corte. Ausência de prequestionamento. Questão não ventilada no acórdão recorrido e que não foi suscitada em embargos de declaração. Óbice previsto pelos enunciados das Súmulas 282 e 356/STF. Discussão constitucional levantada pelos recorrentes que, para ser analisada, necessita de exame prévio de norma infraconstitucional. Caracterização de ofensa reflexa ou indireta à Constituição Federal. Precedentes. Ausência de base legal para a concessão da ordem de habeas corpus de ofício. Agravo regimental a que se nega provimento." (Segunda Turma, AgRg no A.I. n. 796.611/GO, relator Ministro Joaquim Barbosa, DJE de 6.4.2011).
"1. Benefício assistencial (CF, art. 203, V): recurso extraordinário: descabimento: acórdão recorrido que aplicou a legislação infraconstitucional pertinente (L. 8.742/93): ofensa reflexa ou indireta de dispositivo constitucional que não enseja o extraordinário; inocorrência, ademais, de violação do artigo 203, V, da CF ou inobservância do entendimento firmado na ADIn 1232, Galvão, DJ 01.06.2001, dado que a renda per capita da família do autor é inferior a 1/4 do salário mínimo." (Primeira Turma, AgRg no A.I. n. 479.357/MS, relator Ministro Sepúlveda Pertence, DJe de 8.10.2004).
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, inciso X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 1º de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO Nº: 2007.70.62.000009-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: IRACEMA TEDESCO
PROC./ADV.: EDILBERTO SPRICIGO
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por IRACEMA TEDESCO com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. CARÊNCIA DE 12 MESES. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR NÃO RESTOU CARACTERIZADO. JULGADOS DO STJ JUNTADOS PELA AUTORA TRATAM DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. HIPÓTESE DOS AUTOS É DISTINTA. ACÓRDÃO MANTIDO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.
I - Pelas provas documentais juntadas aos autos no período de 2001 a 2005, quando a autora já contava com 56 anos, o juiz entendeu que ela comprovou o início de prova material na forma da Súmula nº 149 do STJ.
II - Como o marido da parte autora aposentou-se como trabalhador urbano em 1998, não há como considerar a existência de regime de economia familiar.
III - Os paradigmas colacionados referem-se à aposentadoria por invalidez de trabalhador rural, não devendo ser aplicados, para fins de uniformização, pela enorme diferença de prazos de carência entre os benefícios.
IV - Incidente não conhecido" (fl. 97).
O INSS apresentou contrarrazões (fls. 117/120).
Alega a suscitante divergência entre o julgado referido e precedentes do STJ, pois essa Corte tem decido, de forma reiterada, que a renda urbana obtida por membro da família não afasta a qualidade de agricultor dos demais, não estando descaracterizado, assim, o regime de economia familiar.
É o relatório. Decido.
Compulsando os autos, verifico que o acórdão recorrido amparou-se em dois fundamentos, a saber:
a) inexistência de regime de economia familiar, visto que o marido da autora aposentou-se como trabalhador urbano em 1998; e
b) inaplicabilidade dos paradigmas colacionados para fins de uniformização, pois referem-se à aposentadoria por invalidez de trabalhador rural, havendo enorme diferença de prazos de carência entre os benefícios.
No pedido de uniformização, todavia, impugna a parte apenas o primeiro fundamento, permanecendo incólume o segundo.
Quando a decisão impugnada assenta em mais de um fundamento suficiente, é inadmissível o pedido de uniformização de jurisprudência cujas razões não abrangem todos eles.
Ante o exposto, com base no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.95.012047-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: NILZA APARECIDA DE LIMA
PROC./ADV.: MELISSA FOLMANN
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
LISTISCONSORTE: IONE ODETE ROUVEIA
PROC./ADV.: CARMELINDA CARNEIRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por NILZA APARECIDA DE LIMA com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. EX-CÔNJUGE. CANCELAMENTO DE DESDOBRO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.
1. O acórdão recorrido manteve, por seus próprios fundamentos, sentença que determinou o cancelamento do desdobro de pensão por morte, considerando que a ex-esposa, ora agravante, não teve alterada sua situação econômica, eis que beneficiária de pensão por morte do mesmo instituidor, em regime próprio de previdência.
2. Os arestos paradigmas não guardam similitude fático-jurídica com o julgado, considerando tratarem da aplicação pura e simples do artigo 76, da Lei 8.213/91, não abordando qualquer das especificidades constantes da situação descrita nestes autos.
3. Aplicação da Questão de Ordem n° 22 da TNU.
4. Agravo conhecido e improvido" (fl. 370).
Alega a suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pois essa Corte tem decidido que "a ex-esposa que recebe pensão alimentícia possui direito à percepção da pensão por morte com o falecimento do segurado, não importando os parâmetros fixados para o recebimento da verba alimentícia" (fl. 394).
É o relatório. Decido.
O art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 estabelece o seguinte:
"Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
[...]
§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência."
Assim, somente caberá incidente de uniformização dirigido ao STJ quando a decisão impugnada, apreciando questão de direito material, contrariar jurisprudência dominante daquele Tribunal.
In casu, a decisão combatida não apreciou o mérito da questão, apenas afastou o cabimento do incidente por inexistência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas, não estando, assim, configurada a hipótese de cabimento descrita no referido dispositivo legal.
A propósito do tema, cito os seguintes precedentes:
"AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DIRIGIDO À TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. ART. 14, CAPUT, DA LEI N.º 10.259/2001. INCIDENTE SEQUER CONHECIDO. REMESSA DOS AUTOS AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INVIABILIDADE. HIPÓTESES EXPRESSAMENTE PREVISTAS NO ART. 14, § 4.º, DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL.
1. Segundo o art. 14, § 4.º, da Lei n.º 10.259/01, a remessa dos autos a esta Corte, somente será possível quando a decisão da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, proferida em sede de Incidente de Uniformização, tratar de questões de direito material e contrariar súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
2. No caso, não merece ser conhecido o pedido da parte, requerido nos autos do incidente de uniformização de jurisprudência, quando a Turma Nacional de Uniformização não emite qualquer pronunciamento acerca da questão de direito material suscitada pelo Requerente, mas limita-se a não conhecer do incidente a ela dirigido, ao fundamento de que a divergência não restou demonstrada por ausência de similitude fática.
3. Agravo regimental desprovido." (AgRg na Pet n. 6.297/RJ, relatora Ministra Laurita Vaz, DJ de 4/8/2008.)
"PROCESSUAL CIVIL. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. INCIDENTE
DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO DO STJ. LEI 10.259/01 (ART. 14, § 4º). PRAZO. RESOLUÇÃO/STJ 02/02 (ART.4º). DIREITO MATERIAL NÃO APRECIADO NA ORIGEM. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE.
1. A Resolução 20/02, do STJ, foi editada em cumprimento ao disposto no art. 14, § 10 da Lei 10.259/01, segundo o qual 'Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário'. Não se pode ter por ilegítima, assim, a fixação do prazo para a formulação do incidente (dez dias, contados da intimação da decisão da Turma Nacional - art. 4º).
2. Dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001 que o incidente de uniformização dirigido ao STJ somente é cabível (a) contra decisão da Turma Nacional de Uniformização que, (b) apreciando questão de direito material, (c) contrarie jurisprudência dominante no STJ. No caso, a Turma Nacional não admitiu o incidente de uniformização previsto no art. 14, §§ 1º e 2º da Lei 10.259/01, razão pela qual não proferiu juízo a respeito do direito material questionado.
3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg na Pet n. 6.080/RJ, relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 1º/9/2008.)
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 31 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº. 2007.71.95.000682-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: ELVIN RAMSON
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por ELVIN RAMSON, com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS ACÓRDÃOS EM COTEJO. AUSÊNCIA. CONSEQUENTE FALTA DA DIVERGÊNCIA NECESSÁRIA À PRETENDIDA UNIFORMIZAÇÃO.
1. A ausência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos contrapostos impede o conhecimento do incidente de uniformização de jurisprudência.
2. Enquanto o acórdão recorrido versa sobre a possibilidade de substituição de uma aposentadoria proporcional por tempo de serviço por outra integral, mas apenas na hipótese de aproveitamento do tempo contributivo do período posterior ao cancelamento da primeira, os paradigmas tratam e substrato fático diverso. Um deles versa sobre renúncia a um benefício de aposentadoria concedido pelo RGPS para aproveitamento do tempo respectivo em regime próprio de servidores estaduais, enquanto que o outro versa sobre a possibilidade de substituição de um benefício de natureza não contributiva por outro que a possui, ambos do RGPS.
3. Decisão monocrática mantida por fundamento diverso. Agravo Regimental a que se nega provimento."
Alega o suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Defende que o STJ não faz distinção quanto ao objetivo pretendido nos pedidos de desaposentação, bem como que:
"As Turmas do Superior Tribunal de Justiça já pacificaram o entendimento de que a renúncia à aposentadoria, para fins de aproveitamento do tempo de contribuição e concessão de novo benefício, seja no mesmo regime ou em regime diverso, é perfeitamente possível, e não importa em devolução dos valores percebidos" (fl. 212).
É o relatório. Decido.
No presente caso, a Turma Nacional de Uniformização não conheceu do incidente de uniformização ante a inexistência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos objeto da divergência.
Não tendo sido proferido juízo de mérito, fica impossibilitado o conhecimento do presente pedido, uma vez que o incidente de uniformização de interpretação de lei federal dirigido ao STJ é cabível apenas na hipótese em que houver enfrentamento do mérito pela decisão adotada no âmbito da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, sendo vedada a sua utilização para dirimir questão processual, a teor do disposto no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259?2001.
Nesse sentido, confiram-se os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:
"INCIDENTE ORIUNDO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. INEXISTÊNCIA DE ORIENTAÇÃO CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. MATÉRIA DE DIREITO NÃO APRECIADA.
1. O art. 14, caput, e § 4º, da Lei n. 10.259/2001, dispõe ser cabível o requerimento de uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça quando a orientação da Turma Nacional, acerca de uma questão de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante desta Corte.
2. No caso concreto, não houve orientação contrária à jurisprudência desta Corte acolhida pela TNU, na medida em que o incidente sequer foi conhecido.
3. Agravo regimental improvido." (Terceira Seção, AgRg na Pet n. 7.969/RS, relator Ministro Jorge Mussi, DJ de 10.3.2011.)
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO DO STJ. ART. 14, § 4º, DA LEI 10.259/01. DIREITO MATERIAL NÃO APRECIADO NA ORIGEM. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ.
1. O artigo 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, que regulamenta o incidente de uniformização dirigido ao STJ, dispõe que somente é cabível o pedido contra decisão de Turma Nacional de Uniformização que, ao apreciar questão de direito material, contrarie jurisprudência dominante no STJ.
2. No caso dos autos, a Turma Nacional não admitiu o incidente de uniformização previsto no art. 14, §§ 1º e 2º da Lei 10.259/01, deixando de proferir juízo a respeito do direito material questionado, o que motivou o indeferimento do pedido nesta Corte.
3. No agravo regimental, não houve combate ao único fundamento da decisão segundo o qual, a inexistência de discussão de direito material no acórdão proveniente da Turma de Uniformização obsta o conhecimento do incidente. Incidência da Súmula 182/STJ.
4. Embargos de declaração conhecidos como agravo regimental. Agravo regimental não provido." (Primeira Seção, EDcl na Pet n. 6.661/SE, relator Ministro Castro Meira, DJ de 30.3.2009.)
Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, inciso IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.95.004843-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQCORRENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RECORRIDO(A): CLAÚDIO BRIZOLA MARTINS
PROC./ADV.: JOÃO VICENTE FEREGUETE

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela UNIÃO com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. MILITAR REFORMADO. 'AUXÍLIO-INVALIDEZ'. REDUÇÃO. PORTARIA 931/MD-2005. ATO ADMINISTRATIVO QUE IMPLICOU DIMINUIÇÃO NO MON-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TANTE TOTAL DOS PROVENTOS MENSAIS. AFRONTA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTE DA TNU. PROVIMENTO.
1 - A jurisprudência dominante do STJ fixou a tese, por ocasião do julgamento perante a Terceira Seção do MS nº 11.050/DF, de relatoria do Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, de que: 'O ato administrativo que, com base na Portaria 931/MD-2005, do Ministro da Defesa, reduziu o valor do auxílio-invalidez do militar reformado, sem pagar-lhe a diferença correspondente à repercussão desse ato sobre a totalidade de seus proventos, viola os princípios constitucionais da legalidade e da irredutibilidade de vencimentos'. Precedente da TNU (PREDILEF 2006.51.51.019239-7, Relator o Juiz Federal CLÁUDIO ROBERTO CANATA, pub DJ 23/03/2010).
2 - Caso em que se constata efetiva redução remuneratória a partir do mês de agosto/2005, corolário da diminuição de R$ 876,00 para R$ 387,00 do valor recebido a título de auxílio-invalidez (cf. ficha financeira às fl. 56/57).
3 - Incidente de uniformização conhecido e provido" (fl. 273).
Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 286).
Aponta a recorrente violação do art. 5º, XXXVI, e 37, caput e inciso XV, da CF/88. Aduz, em síntese, que, inexistindo decréscimo nos proventos do recorrido e não havendo direito adquirido a regime jurídico, deve ser aplicada ao caso a Portaria n. 931/MD/2005, que revogou a Portaria n. 406/MD/2004, restaurando a disciplina do auxílio-invalidez, agora, em perfeita sintonia com o previsto na Medida Provisória n. 2.215-10/2001.
Em preliminar, a União procura demonstrar que o julgado ora recorrido estabelece a obrigatoriedade de o Poder Executivo proceder ao desembolso de quantias para pagamento de vantagens, em observância aos princípios da moralidade e da legalidade administrativa, insculpidos no art. 37 da CF/88, conforme sobejamente demonstrado pela parte contrária. Dessa forma, "a existência da chamada repercussão geral salta ao olhos", pois constata-se "que a matéria constitucional envolvida no presente litígio ultrapassa, em muito, os interesses das partes do processo".
É o relatório. Decido.
Conforme se vê da própria argumentação da recorrente, a apreciação de ofensa aos arts. 5º, XXXVI, e 37, caput e inciso XV, da CF/88 implicaria, em primeiro lugar, o exame da negativa de vigência da Portaria n. 931/MD/2005, que revogou a Portaria n. 406/MD/2004. Conclui-se, assim, que, se ofensa houvesse aos dispositivos constitucionais apontados, seria de forma indireta ou reflexa, não ensejando o cabimento do recurso extraordinário, como cediço.
A ilustrar esse entendimento, colaciono os seguintes julgados do Supremo Tribunal Federal:
"ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ALEGADA OFENSA AO ART. 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXAME DE NORMA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA. SERVIDOR PÚBLICO. VANTAGENS. LEI 14.547/1992. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO IMPROVIDO.
I - É inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido (Súmulas 282 e 356 do STF).
II - Necessidade de análise de legislação ordinária. Inadmissibilidade do RE, porquanto a ofensa à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Precedentes.
III - Para se chegar ao exame da alegada ofensa à Constituição, faz-se necessário analisar normas infraconstitucionais locais, o que inviabiliza o extraordinário, atraindo a Súmula 280 do STF. Precedente.
IV - Agravo regimental improvido." (RE-AgR n. 569.416, relator Ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe de 5.8.2010.)
"Recurso extraordinário inadmitido.
2. Agravo de instrumento. Interposição de embargos de declaração. Recurso conhecido como agravo regimental, eis que interposto contra decisão monocrática do relator.
3. Não cabe ver ofensa, por via reflexa, a normas constitucionais, aos fins do recurso extraordinário.
3. Se, para dar pela vulneração de regra constitucional, mister se faz, por primeiro, verificar da negativa de vigência de norma infraconstitucional, esta última é o que conta, para os efeitos do art. 102, III, a, da Lei Maior.
4. Falta de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tidos como violados.
5. Agravo regimental desprovido." (AI-ED n. 207.449, relator Ministro Néri da Silveira, Segunda Turma, DJ de 17.5.2002.)
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente recurso extraordinário.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 1º de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.95.010960-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: ILONE MARIA OLBERMANN
PROC./ADV.: BERNADETE LERMEN JAEGER
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por ILONE MARIA OLBERMANN com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PARADIGMA TRAZIDO PELO REQUERENTE DA 5ª TURMA DO STJ, SEM REFERÊNCIA AO ENTENDIMENTO DOMINANTE NAQUELA CORTE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO" (fl. 216).
Alega a suscitante que esse aresto "não observou a legislação vigente aplicável à espécie, divergindo da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça".
O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL apresentou contrarrazões às fls. 283-285.
É o relatório. Decido.
Eis os fundamentos do julgado proferido pela Turma Nacional de Uniformização: a) não demonstração da alegada divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante do STJ quanto à possibilidade do exercício do labor rural de forma individual; e b) ausência de similitude fática entre os paradigmas indicados e o acórdão recorrido no que diz respeito à existência de prova material de atividade rural.
No presente incidente de uniformização, o suscitante colaciona julgados da Quinta e Sexta Turmas do STJ segundo os quais a verificação do acervo probatório não implica reexame de matéria fático-probatória, mas sim valoração das provas trazidas aos autos, o que caracterizaria a divergência.
Colaciona ainda julgados da Quinta Turma que tratam do exercício da atividade agrícola individualmente, em que o recebimento de proventos da atividade urbana pelo marido não retira a qualidade de segurada especial, o que também caracterizaria a divergência.
Nesse contexto, não há divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante do STJ com relação aos paradigmas indicados acerca da possibilidade do exercício do labor rural individualmente. Além disso, não há semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados sobre a possibilidade de existência de prova material de atividade rural, razão pela qual não são aptos a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao STJ.
Ademais, cumpre esclarecer que a finalidade deste incidente é a uniformização da jurisprudência, não se apresentando como um novo recurso ordinário, nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido quando do julgamento do recurso inominado.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o pedido de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 31 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.72.51.006924-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE: LUIZ CARLOS BORGES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GEOVANI COELHO
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por LUIZ CARLOS BORGES DE OLIVEIRA com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal e nos arts. 508 e 541 do Código de Processo Civil, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. ATIVIDADE ESPECIAL. VIGILANTE. EXIGÊNCIA DE PORTE DE ARMA DE FOGO. PRECEDENTES DESTA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO."
Alega o suscitante que contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de que somente poderá ser reconhecida a condição de vigilante, no tempo de serviço indicado, caso haja prova quanto ao porte de arma de fogo.
É o relatório. Decido.
O presente incidente não reúne condições de acolhimento em razão de sua intempestividade.
Dispõe o art. 36, caput, do RITNU (Resolução n. 22 de 4/9/2008) que, "quando a decisão da Turma Nacional for proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, o incidente de uniformização de jurisprudência será suscitado, nos próprios autos, no prazo de dez dias, perante o Presidente da Turma Nacional".
Dessa forma, publicada a decisão ora impugnada em 17.6.2011, sexta-feira, o termo ad quem do prazo recursal é o dia 29.6.2011, quarta-feira, e não 1.7.2011, data em foi protocolada a petição, via fax, do incidente de uniformização.
Ademais, mesmo que superado tal óbice, verifica-se que a parte recorrente não demonstrou a contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, uma vez que não trouxe qualquer julgado de forma a comprovar a existência de divergência a respeito da matéria de mérito objeto do recurso, não cumprindo assim com os requisitos do art. 36, caput, do RITNU.
Cumpre informar ainda que, a teor do que dispõe a Súmula n. 203 do Superior Tribunal de Justiça, "não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais".
Ante o exposto, não conheço do presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.52.000842-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): MARLENE BIASIBETTI
PROC./ADV.: ERNANI FERREIRA DO ROSÁRIO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado pelo Instituto Nacional do Seguro Social com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra decisão da Turma Nacional de Uniformização assim ementada:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PROVA DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA. SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA. VALORAÇÃO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SÚMULA Nº 31/TNU. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO-CONHECIDO.
1. Nos termos da Súmula nº 31 desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, 'a anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários', nos termos da Súmula nº 31.
2. 'Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido' (Questão de Ordem nº 13).
3. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido."
Alega a suscitante que o entendimento exarado pela Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a sentença trabalhista apenas será admitida como início de prova material, apta a comprovar o tempo de serviço, quando fundada em elementos que evidenciem o labor exercido na função e o período alegado pelo trabalhador na ação previdenciária. Afirma ainda que a anotação na CTPS resultante de sentença trabalhista, por si só, não é apta para comprovação do tempo de serviço, devendo, pois, ser corroborada por outros documentos.
É o relatório. Decido.
O recurso não merece prosperar.
Diversamente do entendimento consignado no voto condutor do acórdão proferido pela Turma Nacional de Uniformização, verifico que a conclusão a respeito da questão de mérito está alinhada à orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça de que a sentença trabalhista pode ser considerada como início de prova material para a comprovação de tempo de serviço, desde que fundada em elementos que evidenciem o exercício da atividade laborativa na função e períodos alegados na ação previdenciária. Referida situação foi verificada no julgado, a partir da análise das provas contidas nos presentes autos, nestes termos:
"Logo, impõe-se prestigiar o entendimento dominante deste Colegiado Nacional, ainda que divergente daquele esposado pelo eg. STJ. Nesse sentido, vê-se que, no caso concreto, o reconhecimento do vínculo empregatício do segurado decorreu de sentença trabalhista homologatória. Assim sendo, valendo o referido título judicial como início de prova material, este deve ser corroborado por indispensável prova testemunhal, a qual foi adequadamente produzida e valorada nos autos" (sem grifos no original).
A respeito da matéria, menciono os seguintes julgados do STJ:
"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SENTENÇA TRABALHISTA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CARACTERIZADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO.
1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a sentença trabalhista pode ser considerada como início de prova material, mostrando-se hábil para a determinação do tempo de serviço previsto no artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, desde que fundada em elementos que evidenciem o exercício da atividade laborativa na função e períodos alegados na ação previdenciária, ainda que o INSS
não tenha integrado a respectiva lide.
2. A ausência de impugnação a fundamento suficiente à manutenção do acórdão recorrido enseja a incidência da Súmula 283/STF.
3. Agravo regimental a que se nega provimento." (Quinta Turma, AgRg no Ag n. 1.301.411/GO, relator Ministro Adilson Vieira Macabu - Desembargador convocado do TJ/RJ, DJe 12/05/2011).
"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO POR MEIO DE SENTENÇA TRABALHISTA. MERO RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE TRABALHO POR PARTE DO RECLAMADO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVAS A SUBSIDIAR O PEDIDO.
I. "A sentença trabalhista será admitida como início de prova material, apta a comprovar o tempo de serviço, caso ela tenha sido fundada em elementos que evidenciem o labor exercido na função e o período alegado pelo trabalhador na ação previdenciária. Prece-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dentes das Turma que compõem a Terceira Seção" (EREsp 616.242/RN, 3ª Seção, Rel. Min.ª Laurita Vaz, DJ 24/10/2005).
II. In casu, a sentença trabalhista tão-somente homologou acordo firmado entre as partes, no qual o reclamado reconheceu relação de emprego do reclamante, não tendo sido juntado, porém, qualquer elemento que evidenciasse, na ação trabalhista, que ele houvesse prestado serviço na empresa e no período alegado na ação previdenciária.
Agravo regimental desprovido." (Quinta Turma, AgRg no REsp 1.128.885/PB, relator Ministro Felix Fischer, DJe 30/11/2009).
"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVA EMPRESTADA. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. PROVA MATERIAL EXISTENTE. POSSIBILIDADE.
- Havendo, como no caso, provas que demonstrem o exercício da atividade laborativa na função e períodos alegados na ação previdenciária, a sentença trabalhista pode ser considerada como início de prova material.
- Agravo regimental desprovido." (Sexta Turma, AgRg no Resp n. 1.057.741/ES, relator Ministro Og Fernandes, DJe 27/04/2009.)
Ademais, importa dizer que a Turma Nacional, quando da análise do incidente de uniformização, não pode reexaminar os fatos e provas que propiciaram a formação do convencimento da Turma Recursal.
A propósito, cumpre salientar que a finalidade deste incidente é a uniformização da jurisprudência, não se apresentando como um novo recurso ordinário, nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido quando do julgamento do recurso inominado.
Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 31 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.95.001157-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: JOSÉ FÉLIX FILHO
PROC./ADV.: FÁBIO PUPO DE MORAES
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por JOSÉ FÉLIX FILHO com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"NÃO COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA EM FACE DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MENÇÃO A UM ÚNICO JULGADO DO STJ O QUAL NÃO FAZ REFERÊNCIA À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NAQUELA CORTE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO."
Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados.
Alega o suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça constante do julgado no Recurso Especial n. 660.251/MG.
É o relatório. Decido.
No presente caso, a Turma Nacional de Uniformização não conheceu do incidente de uniformização ao fundamento de que o único precedente colacionado não retrata a jurisprudência dominante do STJ, bem como de que inexiste similitude fático-jurídica entre os acórdãos objeto da divergência.
Não tendo sido proferido juízo de mérito, fica impossibilitado o conhecimento do presente pedido, uma vez que o incidente de uniformização de interpretação de lei federal dirigido ao STJ é cabível apenas na hipótese em que houver enfrentamento do mérito pela decisão adotada no âmbito da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, sendo vedada a sua utilização para dirimir questão processual, a teor do disposto no art. 14, § 4º, da Lei 10.259?2001.
Nesse sentido, confiram0se os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:
"INCIDENTE ORIUNDO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. INEXISTÊNCIA DE ORIENTAÇÃO CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. MATÉRIA DE DIREITO NÃO APRECIADA.
1. O art. 14, caput, e § 4º, da Lei n. 10.259/2001, dispõe ser cabível o requerimento de uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça quando a orientação da Turma Nacional, acerca de uma questão de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante desta Corte.
2. No caso concreto, não houve orientação contrária à jurisprudência desta Corte acolhida pela TNU, na medida em que o incidente sequer foi conhecido.
3. Agravo regimental improvido." (Terceira Seção, AgRg na Pet n. 7.969/RS, relator Ministro Jorge Mussi, DJ de 10.3.2011.)
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO DO STJ. ART. 14, § 4º, DA LEI 10.259/01. DIREITO MATERIAL NÃO APRECIADO NA ORIGEM. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ.
1. O artigo 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, que regulamenta o incidente de uniformização dirigido ao STJ, dispõe que somente é cabível o pedido contra decisão de Turma Nacional de Uniformização que, ao apreciar questão de direito material, contrarie jurisprudência dominante no STJ.
2. No caso dos autos, a Turma Nacional não admitiu o incidente de uniformização previsto no art. 14, §§ 1º e 2º da Lei 10.259/01, deixando de proferir juízo a respeito do direito material questionado, o que motivou o indeferimento do pedido nesta Corte.
3. No agravo regimental, não houve combate ao único fundamento da decisão segundo o qual, a inexistência de discussão de direito material no acórdão proveniente da Turma de Uniformização obsta o conhecimento do incidente. Incidência da Súmula 182/STJ.
4. Embargos de declaração conhecidos como agravo regimental. Agravo regimental não provido." (Primeira Seção, EDcl na Pet n. 6.661/SE, relator Ministro Castro Meira, DJ de 30.3.209.)
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.95.00.2144-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
RECORRENTE: ANTONIO CORDEIRO DOS PASSOS
PROC/ADV.: ANTÔNIO MIOZZO
RECORRIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por ANTONIO CORDEIRO DOS PASSOS com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. DECISÃO QUE NÃO ADMITIRA O INCIDENTE. QUESTÃO FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPROVIMENTO DO RECURSO.
1. A pretensão de reexame de provas é inadmissível em sede de uniformização de jurisprudência, conforme se infere do art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001. Aplica-se, ainda, por analogia, o Enunciado nº 07 da súmula de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
2. Contrastar o teor da prova documental, apartando eventuais incompatibilidades quanto à demonstração de prova de tempo de serviço do segurado/autor, é, fora de dúvida, atividade que importa no reexame do conjunto probatório.
3. Não merece acolhida, assim, a tentativa de abertura de rejulgamento da causa, haja vista ser inafastável a apreciação de matéria de cunho fático (reexame de prova), utilizada como fundamento para negar o pedido do recorrente, o que é inviável nesta sede.
4. Agravo regimental improvido" (fl. 209).
Dos embargos de declaração opostos não se conheceu (fls. 230-231).
Afirma o suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que a indicação da profissão em documentos que tenham fé pública, confirmada por prova testemunhal, constitui início de prova material suficiente à comprovação de tempo de serviço para fins de majoração do valor de aposentadoria, nos termos do art. 55, § 3º, da Lei n. 8.213/1991.
Argumenta, por fim, que não pretende o reexame de provas, mas a sua valoração.
É o relatório. Decido.
O art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 estabelece o seguinte:
"Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
[...]
§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência."
Assim, somente caberá incidente de uniformização dirigido ao STJ quando a decisão impugnada, apreciando questão de direito material, contrariar jurisprudência dominante daquele Tribunal.
In casu, o julgado combatido não apreciou o mérito da questão, apenas afastou o cabimento do incidente por questão processual, a saber, a impossibilidade de reexame de provas na via incidental, não estando, assim, configurada a hipótese de cabimento descrita no referido dispositivo legal.
A propósito do tema, cito os seguintes precedentes:
"AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DIREITO MATERIAL NÃO APRECIADO NA ORIGEM. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
I - O Incidente de Uniformização de Jurisprudência dirigido a esta c. Corte Superior somente é cabível em caso de decisão da Turma Nacional de Uniformização que, apreciando questão de direito material, contrarie súmula ou jurisprudência dominante deste c. Superior Tribunal de Justiça (art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001).Precedentes do STJ.
II - In casu, a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência inadmitiu o incidente a ela dirigido por questões processuais, razão por que não restou apreciada qualquer questão de direito material, tornando-se incabível o incidente. Agravo regimental desprovido." (Terceira Seção, AgRg na Pet n. 6.293/GO, relator Ministro Felix Fischer, DJe de 2.2.2009.)
"PROCESSUAL CIVIL. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. INCIDENTEDE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO DO STJ. LEI 10.259/01 (ART. 14, § 4º). PRAZO. RESOLUÇÃO/STJ 02/02 (ART.4º). DIREITO MATERIAL NÃO APRECIADO NA ORIGEM. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE.
1. A Resolução 20/02, do STJ, foi editada em cumprimento ao disposto no art. 14, § 10 da Lei 10.259/01, segundo o qual 'Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário'. Não se pode ter por ilegítima, assim, a fixação do prazo para a formulação do incidente (dez dias, contados da intimação da decisão da Turma Nacional - art. 4º).
2. Dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001 que o incidente de uniformização dirigido ao STJ somente é cabível (a) contra decisão da Turma Nacional de Uniformização que, (b) apreciando questão de direito material, (c) contrarie jurisprudência dominante no STJ. No caso, a Turma Nacional não admitiu o incidente de uniformização previsto no art. 14, §§ 1º e 2º da Lei 10.259/01, razão pela qual não proferiu juízo a respeito do direito material questionado.
3. Agravo regimental a que se nega provimento." (Primeira Seção, AgRg na Pet n. 6.080/RJ, relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJe de 1º.9.2008.)
"AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DIRIGIDO À TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. ART. 14, CAPUT, DA LEI N.º 10.259/2001. INCIDENTE SEQUER CONHECIDO. REMESSA DOS AUTOS AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INVIABILIDADE. HIPÓTESES EXPRESSAMENTE PREVISTAS NO ART. 14, § 4.º, DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL.
1. Segundo o art. 14, § 4.º, da Lei n.º 10.259/01, a remessa dos autos a esta Corte, somente será possível quando a decisão da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, proferida em sede de Incidente de Uniformização, tratar de questões de direito material e contrariar súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
2. No caso, não merece ser conhecido o pedido da parte, requerido nos autos do incidente de uniformização de jurisprudência, quando a Turma Nacional de Uniformização não emite qualquer pronunciamento acerca da questão de direito material suscitada pelo Requerente, mas limita-se a não conhecer do incidente a ela dirigido, ao fundamento de que a divergência não restou demonstrada por ausência de similitude fática.
3. Agravo regimental desprovido." (Terceira Seção, AgRg na Pet n. 6.297/RJ, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 4.8.2008.)
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 31 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.95.002238-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): LÍRIO GARCIAS
PROC./ADV.: VIRGÍNIA CLÁUDIA DA CRUZ FERNANDES SCHULTZ SZWESM

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado pelo INSS com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA - MANUTENÇÃO DA CONDIÇÃO DE SEGURADO - SUTUAÇÃO DE DESEMPREGO - COMPROVAÇÃO MEDIANTE CONSILTA À CTPS - SÚMULA 27 DA TNU - INCIDENTE NÃO PROVIDO.
1) A situação de desemprego apta a ensejar e extensão do período de graça, nos termos do art. 15, § 2º da Lei nº 8.213/91, pode ser comprovada mediante consulta junto à CTPS, sendo desnecessário o registro dessa condição em órgão do Ministério do Trabalho.
2) Súmula nº 27 da TNU prevê que ' a ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios admitidos em Direito.'
3) Pedido de Uniformização ao qual se nega provimento" (fl. 136).
Afirma o suscitante haver divergência entre esse entendimento e julgados do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que a anotação na CTPS em decorrência de sentença trabalhista, por si só, não é apta para comprovar o tempo de serviço, devendo ser corroborada por outros documentos.
É o relatório. Decido.
A parte não impugnou todos os fundamentos da decisão recorrida. No pedido de uniformização, traz apenas julgados que corroborariam a tese acima referida. Nada disse, de forma específica, quanto à aplicação da Súmula n. 27/TNU ("a ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios admitidos em Direito") ao presente caso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

De fato, a argumentação desenvolvida pelo INSS diz respeito à impugnação da Súmula n. 31/TNU ("A anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários"), não guardando correlação com os fundamentos adotados na decisão impugnada (Súmula n. 27/TNU).
Ante o exposto, com base no art. 7º, IX do RI/TNU, não admito o presente pedido de uniformização.
Publique-se.
Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº. 2008.70.95.003602-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE: ISABEL CRISTINA FERREIRA RODRIGUES
PROC./ADV.: ELISANGELA PEREIRA
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): SALETE ZUCONELLI DA SILVA
PROC./ADV.: DIONEI SCHENFELD

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por ISABEL CRISTINA FERREIRA RODRIGUES com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO ENTRE ESPOSA, SEPARADA DE FATO, E NOVA COMPANHEIRA DE SEU EX-MARIDO. POSSIBILIDADE. CARACTERIZAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE A NOVA COMPANHEIRA E O MARIDO SEPARADO DE FATO. AUSÊNCIA DE CARACTERIZAÇÃO DE CONCUBINATO IMPURO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Apenas descaracteriza uma união estável a relação afetiva extraconjugal, paralela ao casamento, quando não tenha havido divórcio, separação judicial ou separação de fato entre os cônjuges. Hipótese distinta consiste na relação afetiva estabelecida pelo cônjuge separado de fato ou de direito, imbuída de affectio maritalis, i. e., com intuito de constituir entidade familiar.
2. O concurso entre esposa e companheira para o recebimento de pensão por morte é possível na hipótese de 'cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos', nos termos do art. 76, § 2º, da Lei nº 8.213/91.
3. Acórdão recorrido que, ao reconhecer a união estável entre ex-marido separado de fato e sua nova companheira, afina-se com a posição pacificada nesta Turma. Pedido de Uniformização de Jurisprudência que não merece conhecimento, por força da questão de ordem n. 13" (fl. 502).
Alega a suscitante que o aresto recorrido merece reforma, porquanto diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que não é possível o rateio do benefício previdenciário entre esposa e concubina, que se distingue de companheira, pois esta última tem com o homem união estável, em caráter duradouro, com ele convivendo como se casados fossem.
É o relatório. Decido.
O presente incidente não merece conhecimento, uma vez que a parte deixou de protocolizar a petição original no prazo estabelecido pelo art. 2º da Lei n. 9.800/1999, que dispõe o seguinte:
"Art. 2º - A utilização de sistema de transmissão de dados e imagens não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais ser entregues em juízo, necessariamente, até cinco dias da data de seu término."
Embora a apresentação do recurso via fax tenha sido tempestiva - uma vez que o registro ocorreu em 29.6.2011 -, a via original só foi protocolada no dia 5.7.2011, ou seja, quando já decorrido o prazo legal de cinco dias para sua entrega, contado do último dia para a interposição do recurso via fax.
Ressalte-se que, quando transmitido o recurso via fax e esgotado o prazo recursal, inicia-se imediatamente a contagem do período de cinco dias (Lei n. 9.800/1999) para a entrega da petição original, que, por ser contínuo, não se interrompe aos sábados, domingos ou feriados.
Nesse sentido, confira-se precedente do Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO INTERNO. INTERPOSIÇÃO VIA FAX. ORIGINAL INTEMPESTIVO.
1. É intempestivo o agravo interno interposto via fax, com os originais juntados fora do prazo previsto na Lei 9.800/99.
2. O prazo para a apresentação da petição original é contínuo, não sendo suspenso aos sábados, domingos e feriados. A contagem inicia-se a partir do dia seguinte ao termo final para a interposição do recurso enviado via fax, ainda que tenha sido transmitido em seu curso.
3. Agravo interno não conhecido." (Segunda Seção, AgRg nos EREsp n. 1.105.586/SP, relator Ministro Paulo Furtado, Desembargador convocado do TJ/BA, DJ de 13.5.2010.)
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não conheço do incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº. 2008.71.95.003808-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): IOLANDA CLEMENTINA SANTOS DA SILVA E OUTRO
PROC./ADV.: EDUARDO BACKES

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado pelo INSS com fundamento no artigo 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001, contra decisão da Turma Nacional de Uniformização assim ementada:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PROVA DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA. SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA. VALORAÇÃO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SÚMULA Nº 31/TNU. NECESSIDADE DE CORROBORAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO EM PARTE.
1. Nos termos da Súmula nº 31 desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, 'a anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários', nos termos da Súmula nº 31.
2. Não tendo sido exaurida a instrução processual de forma a possibilitar a corroboração do início de prova material mediante a necessária prova testemunhal, impõe-se o retorno dos autos ao Juízo de origem, para reabertura da instrução processual.
3. Incidente de uniformização provido em parte."
O julgado deu provimento ao incidente para "firmar a premissa jurídica de admissibilidade da sentença homologatória trabalhista como início de prova material de existência de vínculo empregatício, determinando, por consequência, o prosseguimento da instrução do feito de forma a que seja colhida a prova testemunhal necessária a corroborá-la" (fl. 171).
Alega a suscitante que o entendimento exarado pela Turma Nacional de Uniformização não está em conformidade com a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça de que a sentença trabalhista apenas será admitida como início de prova material, apta a comprovar o tempo de serviço, quando tenha sido fundada em elementos que evidenciem o labor exercido na função e o período alegado pelo trabalhador na ação previdenciária.
Afirma ainda que a anotação na CTPS, resultante de sentença trabalhista, por si só, não é apta para comprovar o tempo de serviço, devendo, pois, ser corroborada por outros documentos.
É o relatório. Decido.
O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, vem decidindo a matéria objeto da controvérsia de forma diversa, conforme julgados abaixo colacionados:
"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SENTENÇA TRABALHISTA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CARACTERIZADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO.
1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a sentença trabalhista pode ser considerada como início de prova material, mostrando-se hábil para a determinação do tempo de serviço previsto no artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, desde que fundada em elementos que evidenciem o exercício da atividade laborativa na função e períodos alegados na ação previdenciária, ainda que o INSS
não tenha integrado a respectiva lide.
2. A ausência de impugnação a fundamento suficiente à manutenção do acórdão recorrido enseja a incidência da Súmula 283/STF.
3. Agravo regimental a que se nega provimento." (Quinta Turma, AgRg no Ag n. 1.301.411/GO, relator Ministro Adilson Vieira Macabu - Desembargador convocado do TJ/RJ, DJe de 12/5/2011.)
"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO POR MEIO DE SENTENÇA TRABALHISTA. MERO RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE TRABALHO POR PARTE DO RECLAMADO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVAS A SUBSIDIAR O PEDIDO.
I. "A sentença trabalhista será admitida como início de prova material, apta a comprovar o tempo de serviço, caso ela tenha sido fundada em elementos que evidenciem o labor exercido na função e o período alegado pelo trabalhador na ação previdenciária. Precedentes das Turma que compõem a Terceira Seção" (EREsp 616.242/RN, 3ª Seção, Rel. Min.ª Laurita Vaz, DJ 24/10/2005).
II. In casu, a sentença trabalhista tão-somente homologou acordo firmado entre as partes, no qual o reclamado reconheceu relação de emprego do reclamante, não tendo sido juntado, porém, qualquer elemento que evidenciasse, na ação trabalhista, que ele houvesse prestado serviço na empresa e no período alegado na ação previdenciária.
Agravo regimental desprovido." (Quinta Turma, AgRg no REsp n. 1.128.885/PB, relator Ministro Felix Fischer, DJe de 30/11/2009.)
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial suscitada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização. Remetam-se os autos à superior instância.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.51.007804-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): IVO BACHTOLD
PROC./ADV.: JOSÉ GERALDO RAMOS VIRMOND

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado pelo INSS com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"PREVIDENCIÁRIO. DESAPOSENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA CONHECIDO E DESPROVIDO.
1. Pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pela parte autora.
2. Ação principal pertinente à renúncia ao benefício previdenciário.
3. Sentença de improcedência do pedido, mantida pela Turma Recursal.
4. Acórdãos do STJ - Superior Tribunal de Justiça, indicados como paradigmas, que possibilitam a desaposentação, independentemente de devolução de valores anteriormente recebidos quando do gozo de aposentadoria.
5. Fixação, da premissa, pela TNU - Turma Nacional de Uniformização, de que há direito à renúncia do benefício de aposentadoria, se e quando houver restituição dos valores percebidos pelo segurado.
6. Aplicação do Enunciado da Questão de Ordem nº 13 desta TNU.
7. Conhecimento e desprovimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, apresentado pela parte autora, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001."
Alega o suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual se admite a renúncia de aposentadoria para fins de aproveitamento do tempo de contribuição e concessão de novo benefício, sem que seja necessária a devolução dos valores recebidos durante a percepção do benefício renunciado.
É o relatório. Decido.
O STJ, de fato, vem decidindo a matéria de forma diversa, conforme os julgados abaixo colacionados:
"PREVIDENCIÁRIO. DESAPOSENTAÇÃO. RENÚNCIA À APOSENTADORIA. DEVOLUÇÃO DE VALORES. DESNECESSIDADE. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL PELO STF. SOBRESTAMENTO DO FEITO. IMPOSSIBILIDADE. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO.
1. O reconhecimento da repercussão geral pela Suprema Corte não enseja o sobrestamento do julgamento dos recursos especiais que tramitam neste Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.
2. Inviável o exame, na via do recurso especial, de suposta violação a dispositivos da Constituição Federal, porquanto o prequestionamento de matéria essencialmente constitucional, por este Tribunal, importaria usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.
3. Descabe falar em adoção do procedimento previsto no art. 97 da Constituição Federal nos casos em que esta Corte decide aplicar entendimento jurisprudencial consolidado sobre o tema, sem declarar inconstitucionalidade do texto legal invocado.
4. Agravo regimental improvido." (Quinta Turma, AgRg no REsp n. 1.228.090/RS, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 10/6/2011.)
"AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. SOBRESTAMENTO DO FEITO. DESCABIMENTO. RENÚNCIA À APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PERCEBIDAS. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. O fato de a matéria ter sido reconhecida como de repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal não impede o julgamento do recurso especial, apenas assegura o sobrestamento do recurso extraordinário interposto. Precedentes do STJ.
2. É assente nesta Corte o entendimento no sentido da possibilidade de desaposentação e de utilização das contribuições vertidas para cálculo de novo benefício previdenciário, sendo desnecessária a devolução de parcelas pretéritas percebidas a título de proventos de aposentadoria.
3. Decisão agravada que se mantém por seus próprios fundamentos.
4. Agravo interno ao qual se nega provimento." (Sexta Turma, AgRg no REsp n. 1.240.362/SC, relator Ministro Celso Limongi, Desembargador convocado do TJ/SP, DJe de 18/5/2011.)
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial suscitada, admito o incidente com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização. Remetam-se os autos à superior instância.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.55007277-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE: HELIO SALM
PROC./ADV.: FABRICIO BITTENCOURT E OUTROS
SUSCITAD(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de interpretação de lei federal dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por HELIO SALM e OUTROS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização proferida à fl. 373.
Alega o suscitante que o entendimento da Turma Recursal contraria a jurisprudência do STJ, segundo a qual é possível a concessão do "benefício de aposentadoria por tempo de contribuição a partir da DER" e o pagamento dos valores atrasados desde a data do requerimento administrativo.
É o relatório. Decido.
O art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 estabelece o seguinte:
"Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
[...]
§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência."
Diante disso, tenho por inadmissível o presente pedido de uniformização dirigido ao STJ, visto que não há, in casu, decisão colegiada da TNU a versar sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento. Em casos tais, a decisão monocrática do Presidente deve ser contestada por meio do recurso de agravo regimental, o que enseja o exame da demanda pelo colegiado da TNU e viabiliza a apresentação do incidente ao STJ.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.72.95.000669-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): ILENE MARIA SPIRONELO
PROC/ADV.: ARNALDO ZANELA

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo INSS com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais assim ementado:
"CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PARADIGMAS INVOCADOS. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. REQUISITO TEMPO DE SERVIÇO ATENDIDO QUANDO DO ADVENTO DA LEI Nº 8.213/91, FATO QUE CONDICIONA O NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES EXIGÍVEIS. PARADIGMAS JUNTADOS. SIMILITUDE FÁTICA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE. CASO DOS AUTOS. AVALIAÇÃO JUDICIAL QUE RECHAÇOU A DESNECESSIDADE DE IMPLEMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS EXIGÍVEIS PARA O BENEFÍCIO PLEITEADO. INCIDENTE PROVIDO.
I. Aduzindo os acórdãos paradigmas acerca da desnecessidade de implemento simultâneo dos requisitos exigíveis para a aposentadoria por idade, bem como para a aposentadoria por tempo de serviço, para aqueles segurados submetidos à regra de transição do art. 142, da Lei nº 8.213/91, e, havendo o aresto recorrido, no caso específico, desconsiderado tal circunstância, é de rigor o reconhecimento de similitude fática.
II. Em sendo os requisitos etário e tempo de serviço os primeiros a serem verificados, nos casos de aposentadoria por idade e por tempo de serviço, respectivamente, para fins de condicionarem o número exigível de contribuições mensais, e, havendo a questão sido pontualmente enfrentada pelo aresto recorrido, há de ser provido o recurso.
III. Pedido de uniformização conhecido e provido" (fl. 227).
Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 242).
Sustenta o recorrente, em síntese, violação do art. 5º, XXXVI, da CF/88, aduzindo que, segundo o art. 142 da Lei n. 8.213/91, a concessão de aposentadoria somente pode dar-se quando implementadas todas as condições necessárias à obtenção do benefício, o que não se resume ao implemento do requisito tempo de serviço, inexistindo, com isso, afronta ao direito adquirido da segurada. Afirma ainda que, se mantido o entendimento ora impugnado, flagrante será a violação dos arts. 195, § 5º, e 201 da Constituição Federal, visto que concedido benefício sem que apontada a sua respectiva fonte de custeio.
Em preliminar, o recorrente procura demonstrar a repercussão geral do tema trazido a debate, justificando está relacionado diretamente aos critérios de concessão de aposentadoria, podendo gerar, se adotados os termos da decisão hostilizada, dificuldades de manutenção do equilíbrio atuarial da Previdência e fragilização política do sistema de seguridade pública.
É o relatório. Decido.
Verifica-se que a questão inserta nos arts. 195, § 5º, e 201 da CF/88 foi trazida originariamente pelo ora recorrente apenas nos embargos de declaração que opôs à decisão colegiada da TNU, ressaltando-se que nem sequer apresentou contrarrazões ao PU (fl. 198-v). Assim, com a rejeição dos embargos de declaração aludidos, inexiste prequestionamento que viabilize o recurso extraordinário neste particular. Incidem, portanto, os enunciados sumulares n. 282 e 356 do STF. Vejam-se, a propósito, os seguintes julgados do STF:
"1.Servidor público do Estado de Pernambuco: vencimentos: valor básico de referência. Recurso extraordinário: descabimento: falta de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tidos por violados: incidência das Súmulas 282 e 356.
2. Recurso extraordinário: prequestionamento e embargos de declaração. Os embargos declaratórios só suprem a falta de prequestionamento quando a decisão embargada tenha sido efetivamente omissa a respeito da questão antes suscitada. Precedentes.
(omissis)
5. Agravo regimental manifestamente infundado: condenação do agravante ao pagamento de multa, nos termos do art. 557, § 2º, do C. Pr. Civil." (AI n. 396.075 AgR, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, DJ de 04-08-2006, p. 00034, EMENT VOL-02240-05, p. 00882.)
"Agravo regimental em agravo de instrumento.
2. Processual trabalhista. Prequestionamento.
3. Matéria não suscitada no momento oportuno. Embargos de declaração ineficazes. Súmulas 282 e 356 do STF.
4. Agravo regimental a que se nega provimento" (AI nº 541.721 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJ de 03-02-2006, p. 00055, EMENT VOL-02219-18, p. 03719.)
Quanto à suposta afronta ao art. 5º, XXXVI, da CF/88, extrai-se da própria argumentação do recorrente que a análise de tal violação implicaria, em primeiro lugar, o exame da negativa de vigência do art. 142 da Lei n. 8.213/91. Infere-se, assim, que, se ofensa houvesse ao dispositivo constitucional apontado, seria de forma indireta ou reflexa, não ensejando o cabimento do recurso extraordinário, como cediço.
A ilustrar esse entendimento, colaciono os seguintes julgados do STF:
ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ALEGADA OFENSA AO ART. 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXAME DE NORMA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA. SERVIDOR PÚBLICO. VANTAGENS. LEI 14.547/1992. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO IMPROVIDO.
I - É inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido (Súmulas 282 e 356 do STF).
II - Necessidade de análise de legislação ordinária. Inadmissibilidade do RE, porquanto a ofensa à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Precedentes.
III - Para se chegar ao exame da alegada ofensa à Constituição, faz-se necessário analisar normas infraconstitucionais locais, o que inviabiliza o extraordinário, atraindo a Súmula 280 do STF. Precedente.
III - Agravo regimental improvido." (RE nº 569.416 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, DJe-145 DIVULG 05-08-2010, PUBLIC 06-08-2010, EMENT VOL-02409-07, p. 01630.)
"Recurso extraordinário inadmitido.
2. Agravo de instrumento. Interposição de embargos de declaração. Recurso conhecido como agravo regimental, eis que interposto contra decisão monocrática do relator.
3. Não cabe ver ofensa, por via reflexa, a normas constitucionais, aos fins do recurso extraordinário.
3. Se, para dar pela vulneração de regra constitucional, mister se faz, por primeiro, verificar da negativa de vigência de norma infraconstitucional, esta última é o que conta, para os efeitos do art. 102, III, a, da Lei Maior.
4. Falta de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tidos como violados.
5. Agravo regimental desprovido." (AI nº 207.449 ED, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, Segunda Turma, DJ de 17-05-2002, p. 00072, EMENT VOL-02069-02, p. 00345.)
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, inciso X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.32.00.703387-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
SUSCITANTE: RICK DA SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
SUSCUTADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por RICK DA SILVA DE SOUZA com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:
"BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. MENOR. INCAPACIDADE PARA OS ATOS DA VIDA INDEPENDENTE. NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA PERMANENTE DE SEUS RESPONSÁVEIS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTIC0-JURÍDICA ENTRE ACÓRDÃOS RECORRIDO E PARADIGMA E SÚMULA DA TNU (29). NÃO CONHECIMENTO.
1 - Acórdão recorrido que firma a tese de que, tratando-se de menor, não se perquire acerca da incapacidade para o trabalho, mas para os atos da vida cotidiana independente (alimentação, deambulação, higiene, ...) e a necessidade de assistência permanente de seus responsáveis, circunstância que os impossibilite de exercer atividade remunerada, comprometendo o sustento da família, concluindo pela não comprovação no caso concreto.
2 - Acórdão paradigma (PEDILEF nº. 2004.61.84.082269-3/SP) e Súmula 29 desta TNU ('Para os efeitos do art. 20, § 2º, da Lei n. 8.742, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover ao próprio sustento'), invocados, que acolhem teses relativas a quem se encontra em fase de vida laborativa.
3 - Ausência de similitude fático-jurídica. Aplicação da Questão de Ordem 22 da TNU, mutatis mutandis.
4 - Incidente de uniformização não conhecido" (fl. 95).
Alega o suscitante que, conforme laudo pericial juntado aos autos, é portador de deficiência visual que o incapacita para a vida independente e para o trabalho. Acrescenta que, além da incapacidade, sua família não dispõe de recursos para sobreviver. Argumenta que, diante desses fatos, preenche os requisitos para a obtenção do benefício assistencial pleiteado.
É o relatório. Decido.
O incidente não merece prosperar, uma vez que a parte não promoveu o necessário cotejo analítico entre o aresto recorrido e os paradigmas, de forma que não há como verificar a ocorrência dos elementos necessários à comprovação do dissídio jurisprudencial deduzido, a saber, semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados e divergência entre as teses jurídicas conferidas a um mesmo contexto.
Na verdade, o suscitante nem sequer indicou paradigmas para comprovar a divergência jurisprudencial objeto deste incidente. Nas razões do pedido de uniformização, colaciona tão somente a ementa de um julgado do Superior Tribunal de Justiça que, no entanto, não reflete a situação dos autos.
Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se.
Brasília, 31 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2010.72.51.000823-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE: SEBALDINA GUESSER SCHMITZ
PROC/ADV.: RODRIGO COELHO E OUTROS
SUSCITADO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de interpretação de lei federal dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por Sebaldina Guesser Schmitz contra decisão proferida pelo Presidente da Turma Nacional de Uniformização.
Alega a suscitante, além de violação de lei federal, divergência jurisprudencial entre o entendimento da Turma Recursal - de que não é permitido o cômputo do tempo de trabalho rural para fins de concessão de aposentadoria por idade urbana - e decisão proferida pelo TRF da 4ª Região.
É o relatório. Decido.
O art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 estabelece o seguinte:
"Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
[...]
§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência."
Diante disso, tenho por inadmissível o presente pedido de uniformização dirigido ao STJ, visto que não há, in casu, decisão colegiada da TNU a versar sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento. Em casos tais, a decisão monocrática do Presidente deve ser contestada por meio do recurso de agravo regimental, o que enseja o exame da demanda pelo colegiado da TNU e viabiliza a apresentação do incidente ao STJ.
Ademais, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 e do art. 36 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, o incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça é admissível quando decisão da TNU contrariar súmula ou jurisprudência dominante do próprio STJ, o que não foi demonstrado.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº: 0010618-54.2010.4.01.3600
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERNO WILSON GOLKE DREHER
PROC./ADV.: EDILAINE MATCHIL MACHADO DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de petição apresentada pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS em que se requer a ratificação e o regular processamento do recurso extraordinário de fls. 116/142.
É o relatório. Decido.
O pedido não merece acolhimento.
Diante de decisão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Mato Grosso, a peticionária interpôs, concomitantemente, recurso extraordinário e incidente de uniformização. O Juiz Presidente da referida turma recursal negou seguimento ao recurso extraordinário e recebeu o incidente de uniformização.
O incidente foi recebido nesta Turma e inadmitido com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Requer a peticionária, neste momento, a ratificação e o regular processamento do recurso extraordinário de fls. 116/142.
Ocorre que, conforme o art. 544 do Código de Processo Civil, da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário, caberia a parte interpor agravo de instrumento no Supremo Tribunal Federal e não requerer, neste momento processual, a ratificação e o processamento do apelo excepcional.
Ante o exposto, indefiro o pedido.
Determino a remessa dos autos à origem para as medidas cabíveis.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília-DF, 29 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0010682-64.2010.4.01.3600
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
SUSCITANTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): HERCULANO CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO
PROC/ADV.: JOSÉ CARLOS CARVALHO JÚNIOR

DECISÃO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu de pedido de uniformização, visto que o entendimento daquele colegiado (Súmula n. 31/TNU) firmou-se no mesmo sentido do julgado recorrido.
Afirma o suscitante haver divergência entre esse entendimento e julgados do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que a sentença trabalhista apenas será admitida como início de prova material apta a comprovar o tempo de serviço caso tenha sido fundada em elementos que evidenciem o labor exercido na função e no período alegado pelo trabalhador na ação previdenciária.
É o relatório. Decido.
Confira-se a ementa do acórdão recorrido:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PROVA DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA. SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA. VALORAÇÃO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SÚMULA Nº 31/TNU. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO-CONHECIDO.
1. Nos termos da Súmula n.º 31 desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, 'a anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários', nos termos da Súmula nº 31.
2. O desprezo da sentença trabalhista, ainda que meramente homologatória, como início de prova material é, data venia, a institucionalização do desrespeito à atividade jurisdicional, uma vez que é dever de qualquer magistrado, no exercício de suas funções, analisar a regularidade de acordos que homologa, coibindo fraudes e conluios e impondo, inclusive, a observância das conseqüências advindas da conciliação pretendida. O não reconhecimento de qualquer tipo de eficácia à sentença trabalhista, ainda que meramente homologatória, fere o princípio da coisa julgada, corolário da segurança jurídica.
3. 'Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido' (Questão de Ordem nº 13).
4. Pedido de Uniformização de Jurisprudência não conhecido" (fl. 218).
Conforme se verifica das razões do voto condutor do aresto impugnado, a TNU firmou entendimento no sentido de que "a sentença trabalhista, e/ou a anotação em CTPS dela decorrente, serve como início de prova material de tempo de serviço, ainda que no processo trabalhista não tenha sido apresentada nenhuma prova documental" (fl. 215).
O STJ, de fato, vem decidindo a matéria de forma diversa, conforme os julgados abaixo colacionados:
"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR IDADE. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO. SENTENÇA TRABALHISTA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AGRAVO DESPROVIDO.
1. Para fins de reconhecimento de tempo de serviço, a sentença trabalhista será admitida como início de prova material, ainda que a Autarquia não tenha integrado a lide, quando corroborada pelo conjunto fático-probatório carreado aos autos. Precedentes desta Corte.
2. Agravo Regimental do INSS desprovido." (Quinta Turma, AgRg no Ag n. 1.382.384/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 27.6.2011.)
"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POR MORTE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SENTENÇA TRABALHISTA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CARACTERIZADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO.
1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a sentença trabalhista pode ser considerada como início de prova material, mostrando-se hábil para a determinação do tempo de serviço previsto no artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, desde que fundada em elementos que evidenciem o exercício da atividade laborativa na função e períodos alegados na ação previdenciária, ainda que o INSS não tenha integrado a respectiva lide.
[...]" (Quinta Turma, AgRg no Ag n. 1.301.411/GO, relator Ministro Adilson Vieira Macabu, Desembargador convocado do TJ/RJ, DJe de 12.5.2011.)
"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. COMPROVAÇÃO POR SENTENÇA TRABALHISTA. AGRAVO IMPROVIDO.
1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a sentença proferida na seara trabalhista, quando fundada em elementos que evidenciem o exercício da atividade laborativa na função e períodos alegados na ação previdenciária, está apta a comprovar início de prova material para fins de comprovação de tempo de serviço.
[...]" (Sexta Turma, AgRg no REsp n. 887.349/SP, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 3.11.2009.)
"PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR URBANO. TEMPO DE SERVIÇO. URBANO. SENTENÇA TRABALHISTA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.
1. É possível a utilização da sentença trabalhista como início de prova material para comprovação do exercício de atividade laborativa, desde que existam outros elementos aptos à comprovação, na linha dos precedentes desta Corte sobre a matéria.
2. Agravo interno ao qual se nega provimento." (Sexta Turma, AgRg no REsp n. 720.111/MG, relator Ministro Celso Limongi, Desembargador convocado do TJ/SP, DJe de 3.11.2009.)
Dessa forma, estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial suscitada, admito o incidente com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 1º de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0024769-62.2006.4.04.7195
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: ABILIO SILVEIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA E OUTRO
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de interpretação de lei federal dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por Abilio Silveira de Souza contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização proferida nestes termos:
"ABÍLIO SILVEIRA DE SOUZA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual lhe concedeu parcialmente o pedido inicial, à consideração de que não é possível a conversão do tempo de serviço especial para comum, após 28.05.1998.
Sustenta o Requerente divergência com precedente da Turma Nacional de Uniformização, que propunha a revisão da Súmula n. 16/TNU, e do Superior Tribunal de Justiça, a externar a compreensão de que 'o trabalhador que tenha exercido atividades em condições especiais, mesmo que posteriores a maio de 1998, tem direito adquirido, protegido constitucionalmente, à conversão do tempo de serviço, de forma majorada, para fins de aposentadoria comum'.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento, na forma do artigo 15, parágrafo 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Segundo se extrai do enunciado n. 16 da Súmula da Turma Nacional de Uniformização, que continua em vigor, a despeito da proposição apresentada no precedente mencionado pela Requerente, datado de 2006, 'A conversão em tempo de serviço comum, do período trabalhado em condições especiais, somente é possível relativamente à atividade exercida até 28 de maio de 1998 (art. 28 da lei n. 9711/98)'.
Demais disso, conforme bem observou a Presidente da Segunda Turma Recursal, ao proceder ao exame de admissibilidade do incidente de que se cuida, aplicável, na espécie, a Questão de Ordem n. 5/TNU, a esclarecer que 'um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente ao conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência dominante naquela Corte'. (realcei).
In casu, o precedente colacionado não indica, de forma alguma, que está a aplicar entendimento jurisprudencial dominante, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Tais as razões, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente."
Alega o suscitante que contraria a jurisprudência do STJ o entendimento da Turma Recursal de que é impossível a conversão do período laborado, até 28.5.1998, em condições especiais em tempo de trabalho exercido em atividade comum, conforme dispõe o art. 28 da Lei n. 9.711/1998.
É o relatório. Decido.
O art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 estabelece o seguinte:
"Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
[...]
§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência."
Diante disso, tenho por inadmissível o presente pedido de uniformização dirigido ao STJ, visto que não há, in casu, decisão colegiada da TNU a versar sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento. Em casos tais, a decisão monocrática do Presidente deve ser contestada por meio do recurso de agravo regimental, o que enseja o exame da demanda pelo colegiado da TNU e viabiliza a apresentação do incidente ao STJ.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

DESPACHOS PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO Nº: 2004.51.51.056281-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: VILMA FREITAS DE MATTOS MARCONDES E OUTROS
PROC/ADV.: RENATA VIEIRA DANTAS
AGRAVADO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Distribua-se (art. 34, § 2º, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização).
Brasília, 26 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 21, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Regiões, crédito suplementar no valor global de R$ 2.026.080,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando os termos do art. 57 da Lei n.º 12.309/10, de 9 de agosto de 2010, c/c com o art. 4º da Lei n.º 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 6, de 28 de fevereiro de 2011, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 11 de março de 2011,

Considerando o disposto na Resolução n.º 133, de 21 de junho de 2011, que dispõe sobre a simetria constitucional entre Magistratura e Ministério Público e equiparação de vantagens, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Regiões, crédito suplementar, tipo 400 com compensação, no valor global de R$ 2.026.080,00 para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no D.O.U.

Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXOS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							185.220
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							185.220
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							185.220
			F	3	1	90	0	100	185.220
TOTAL - FISCAL									185.220
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									185.220

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							256.410
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							256.410
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							256.410
			F	3	1	90	0	100	256.410
TOTAL - FISCAL									256.410
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									256.410

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							182.700
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							182.700
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							182.700
			F	3	1	90	0	100	182.700
TOTAL - FISCAL									182.700
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									182.700

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							165.690
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							165.690
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							165.690
			F	3	1	90	0	100	165.690
TOTAL - FISCAL									165.690
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									165.690

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							132.930
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							132.930
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							132.930
			F	3	1	90	0	100	132.930
TOTAL - FISCAL									132.930
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									132.930

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							91.980
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							91.980
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							91.980
			F	3	1	90	0	100	91.980
TOTAL - FISCAL									91.980
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									91.980

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							35.280
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							35.280
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							35.280
			F	3	1	90	0	100	35.280
TOTAL - FISCAL									35.280
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.280

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							64.890
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							64.890
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							64.890
			F	3	1	90	0	100	64.890
TOTAL - FISCAL									64.890
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									64.890

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							124.110
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							124.110
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							124.110
			F	3	1	90	0	100	124.110
TOTAL - FISCAL									124.110
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									124.110

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							61.740
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							61.740
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							61.740
			F	3	1	90	0	100	61.740
TOTAL - FISCAL									61.740
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									61.740

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							39.060
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							39.060
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							39.060
			F	3	1	90	0	100	39.060
TOTAL - FISCAL									39.060
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.060

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							76.860
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							76.860
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							76.860
			F	3	1	90	0	100	76.860
TOTAL - FISCAL									76.860
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									76.860

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							41.580
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							41.580
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							41.580
			F	3	1	90	0	100	41.580
TOTAL - FISCAL									41.580
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.580

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							35.280
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							35.280
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							35.280
			F	3	1	90	0	100	35.280
TOTAL - FISCAL									35.280
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.280

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							231.210
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							231.210
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							231.210
			F	3	1	90	0	100	231.210

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TOTAL - FISCAL	231.210
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	231.210

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							32.130
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							32.130
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							32.130
			F	3	1	90	0	100	32.130
TOTAL - FISCAL									32.130
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									32.130

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							40.320
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							40.320
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							40.320
			F	3	1	90	0	100	40.320
TOTAL - FISCAL									40.320
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.320

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							52.290
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							52.290
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							52.290
			F	3	1	90	0	100	52.290
TOTAL - FISCAL									52.290
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									52.290

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							28.980
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							28.980
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							28.980
			F	3	1	90	0	100	28.980
TOTAL - FISCAL									28.980
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.980

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							18.900
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							18.900
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							18.900
			F	3	1	90	0	100	18.900
TOTAL - FISCAL									18.900
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.900

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							27.720
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							27.720
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							27.720
			F	3	1	90	0	100	27.720
TOTAL - FISCAL									27.720
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.720

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							20.160
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							20.160
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							20.160
			F	3	1	90	0	100	20.160
TOTAL - FISCAL									20.160
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.160

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							42.210
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							42.210
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							42.210
			F	3	1	90	0	100	42.210
TOTAL - FISCAL									42.210
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									42.210

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							38.430
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados							38.430
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional							38.430
			F	3	1	90	0	100	38.430
TOTAL - FISCAL									38.430
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									38.430

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.026.080
		ATIVIDADES							
02 126	0571 2C73	Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus)							2.026.080
02 126	0571 2C73 0001	Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus) - Nacional							2.026.080
			F	4	2	90	0	100	2.026.080
TOTAL - FISCAL									2.026.080
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.026.080

SIOP Formalização nº 433

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 22, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, crédito suplementar no valor global de R$ 209.425,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 57 da Lei n.º 12.309/10, de 9 de agosto de 2010, c/c com o art. 4º da Lei n.º 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 6, de 28 de fevereiro de 2011, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 11 de março de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, crédito suplementar, tipo 400 com compensação, no valor global de R$ 209.425,00 para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no D.O.U.

MINISTRO JOÃO ORESTE DALAZEN

ANEXO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							209.425
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							209.425
02 061	0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional							209.425
			F	3	2	90	0	100	93.435
			F	4	2	90	0	100	115.990
TOTAL - FISCAL									209.425
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									209.425

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							209.425
		PROJETOS							
02 122	0571 1P66	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho							209.425
02 122	0571 1P66 0001	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho - Nacional							209.425
			F	4	2	90	0	100	209.425
TOTAL - FISCAL									209.425
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									209.425

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011091900125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 23,DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, crédito suplementar no valor global de R$ 60.000,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 57 da Lei n.º 12.309/10, de 9 de agosto de 2010, c/c com o art. 4º da Lei n.º 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 6, de 28 de fevereiro de 2011, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 11 de março de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, crédito suplementar, tipo 457 com compensação, no valor global de R$ 60.000,00 para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no D.O.U.

Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN

ANEXOS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							60.000
		ATIVIDADES							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							60.000
02 301	0571 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							60.000
			S	3	1	90	0	100	60.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									60.000
TOTAL - GERAL									60.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							60.000
		ATIVIDADES							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							60.000
02 301	0571 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							60.000
			S	3	1	90	0	100	60.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									60.000
TOTAL - GERAL									60.000

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 24, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R$ 40.000,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 57 da Lei n.º 12.309/10, de 9 de agosto de 2010, c/c com o art. 4º da Lei n.º 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 6, de 28 de fevereiro de 2011, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 11 de março de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar, tipo 410 com compensação, no valor global de R$ 40.000,00 para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no D.O.U.

Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN

ANEXOS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO I

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							40.000
		PROJETOS							
02 122	0571 1P66	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho							40.000
02 122	0571 1P66 0001	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho - Nacional							40.000
			F	3	2	90	0	100	40.000
TOTAL - FISCAL									40.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							40.000
		PROJETOS							
02 122	0571 1P66	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho							40.000
02 122	0571 1P66 0001	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho - Nacional							40.000
			F	4	2	90	0	100	40.000
TOTAL - FISCAL									40.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.859, DE 10 DE SETEMBRO DE 2011

Alterar o artigo 58, §§ 1º, 2º e 5º da Resolução nº 1.832/2010 que aprovou o Regimento Interno do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso das atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951 e Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei 6.021, de 03 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, tendo em vista o que consta do Processo nº 15.129/2011, apreciado e deliberado nas 634ª e 635ª Sessões Plenárias Ordinárias do COFECON, ocorridas nos dias 30/7/2011 e 10/9/2011, respectivamente; CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 1832, de 30 de julho de 2010, publicada no DOU nº 149, Seção 1, de 5 de agosto de 2010, Páginas 85-86, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Federal de Economia, resolve:

Art. 1º - Alterar o artigo 58, §§ 1º, 2º e 5º da Resolução nº 1.832/2010, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Federal de Economia, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58 ...

§ 1º A Comissão de Tomada de Contas - CTC será constituída de seis membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos e Suplentes, com mandato de 1 (um) ano, permitida uma reeleição, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, sendo 03 (três) Conselheiros titulares e igual número de Suplentes, com a competência para exercer a função de controle interno do Sistema integrado pelo COFECON e pelos Conselhos Regionais, além das seguintes atribuições:

I - ...

II - ...

§ 2º O Plenário do COFECON elegerá, entre os seus Conselheiros Efetivos, o presidente da CTC, com mandato de 1 (um) ano, inadmitida a reeleição, ao qual competirá, além da direção dos trabalhos, a convocação das demais reuniões.

§ 5º As Comissões Temáticas serão criadas em função do Programa de Trabalho apresentado pelo Presidente e aprovadas pelo Plenário, as quais terão atribuições específicas voltadas para questões dos interesses da ciência econômica, dos profissionais economistas e dos órgãos que integram o Sistema COFECON/CORECONs e serão sempre coordenadas por um membro efetivo do plenário, com prazo de vigência determinado ou indeterminado".

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WALDIR PEREIRA GOMES
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 121, de 15 de setembro de 2011, publicada no DOU de 16-9-2011, Seção 1, página 206, na titulação, onde se lê: Conselho Regional de Biblioteconomia - 5ª Região, leia-se: Conselho Federal de Biblioteconomia.

(p/Coejo)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 616, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a substituição do cargo da Conselheira 1ª Tesoureira, afastada por motivo de saúde, no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS.

O Conselho Federal de Serviço Social/CFESS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando a homologação do resultado final das eleições do CFESS, dos CRESS e Seccionais para Gestão 2011/2014, por meio da Resolução CFESS nº 598, de 2 de maio de 2011, Republicada no DOU nº 89, de 11 de maio de 2011, Seção 1, páginas 254/258, em razão de ter saído publicada no DOU nº 83, de 3 de maio de 2011, Seção 1, Páginas 102/107, com incorreção no original;

Considerando a solicitação de afastamento, pelo período de 90 (noventa) dias, por motivo de saúde, da Conselheira Federal Maria Lucia Lopes da Silva, do cargo de 1ª Tesoureira, que cumpre mandato eletivo na gestão CFESS 2011/2014, amparada pelo art. 43 do Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, regulamentado pela Resolução CFESS nº 469/2005, publicada no Diário Oficial da União nº 92, de 16 de maio de 2005, Seção 1;

Considerando que em razão do afastamento, aprovado "ad referendum" do Conselho Pleno do CFESS, impõe-se a substituição do cargo de 1ª Tesoureira, no âmbito do CFESS; resolve:

Art. 1º - A Diretoria do Conselho Federal de Serviço Social/CFESS passa a ter a seguinte composição, para todos os fins de direito:

Efetivos:

Presidente: Sâmya Rodrigues Ramos (RN)

Vice-Presidente: Marinete Cordeiro Moreira (RJ)

1ª Secretária: Raimunda Nonata Carlos Ferreira(DF)

2ª Secretária: Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

1ª Tesoureira: Juliana Iglesias Melim (ES)

2ª Tesoureira: Vacante

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na presente data, devendo ser publicada no Diário oficial da União.

SÂMYA RODRIGUES RAMOS
Presidente do Conselho

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011091900128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.